



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

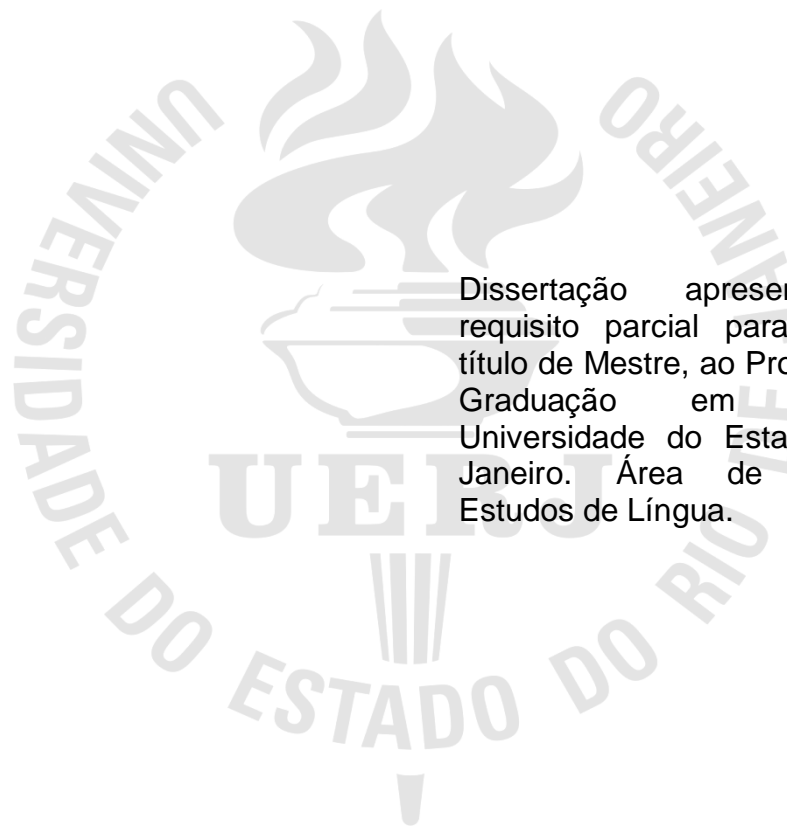
Lisiane Masson Bastos

**Prólogos de gramáticas de língua espanhola do século XIX ao XXI:
um estudo discursivo**

Rio de Janeiro
2020

Lisiane Masson Bastos

Prólogos de gramáticas de língua espanhola do século XIX ao XXI: um estudo discursivo



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki

Rio de Janeiro
2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

B327	<p>Bastos, Lisiane Masson. Prólogos de gramáticas de língua espanhola do século XIX ao XXI: um estudo discursivo / Lisiane Masson Bastos. - 2020. 437 f.: il.</p> <p>Orientadora: Angela Corrêa Ferreira Baalbaki. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua espanhola - Gramática comparada – Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Linguística histórica – Teses. 4. Língua espanhola - Estudo e ensino - Teses. I. Baalbaki, Angela Corrêa Ferreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.0-5(09)</p>
------	---

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lisiane Masson Bastos

Prólogos de gramáticas de língua espanhola do século XIX ao XXI: um estudo discursivo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 30 de março de 2020.

Banca Examinadora:

Dra. Angela Corrêa Ferreira Baalbaki (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Angela Marina Chaves Ferreira
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Juciele Pereira Dias
Universidade do Vale do Sapucaí

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Regina e Gibson, e minha irmã, Nathália.

AGRADECIMENTOS

À Angela Baalbaki, minha orientadora, por toda a paciência, por todo o apoio, por toda a ajuda no desenvolvimento desta pesquisa. Não tenho palavras para agradecer o suficiente.

À Juciele Dias e à Angela Ferreira por aceitarem participar da minha banca de qualificação e de defesa, por todas as indicações, todos os comentários feitos, por toda a ajuda e o conhecimento agregado.

Aos meus pais e à minha irmã por sempre me apoiarem nas minhas decisões, por me ajudarem nos momentos de escrita, de alegria, de desespero e nas noites sem dormir. O apoio, o carinho e o amor de vocês foram fundamentais.

À minha terapeuta, Adriana, por me ajudar a desenrolar os nós da minha mente e, assim, conseguir seguir em frente.

Aos meus amigos, em especial Marcelli, “Blindmanas” e meus amigos da UERJ, por entenderem o meu sumiço, por me apoiarem, por acreditarem em mim e sempre me darem força.

À Vera Sant’Anna que acreditou em mim desde o primeiro período na universidade e me inseriu no mundo da linguística.

Aos meus antigos professores de espanhol e alunos, por, de alguma forma, terem feito parte dessas reflexões durante minha atuação enquanto docente e também enquanto aluna.

Ao CNPQ pela bolsa concedida durante o primeiro ano do mestrado.

A Deus.

El subdesarrollo latinoamericano no es un tramo en el camino del desarrollo [...]; la región progresa sin liberarse de la estructura de su atraso [...]. Los símbolos de la prosperidad son los símbolos de la dependencia. Se recibe la tecnología moderna como en el siglo pasado se recibieron los ferrocarriles, al servicio de los intereses extranjeros que modelan y remodelan el estatuto colonial de estos países.

Eduardo Galeano

RESUMO

BASTOS, Lisiane Masson. *Prólogos de gramáticas de língua espanhola do século XIX ao XXI: um estudo discursivo*. 2020. 437 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

As gramáticas são instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992) muito utilizados na aprendizagem de línguas e ainda conhecidas por possuir a forma “correta” de utilizar uma língua. No caso da língua espanhola, o conhecido como “espanhol da Espanha” foi durante muito tempo considerado como o mais “correto”, e ainda há essa crença em muitos lugares. Não por acaso, a maioria das gramáticas utilizadas no ensino da língua espanhola eram, e ainda são, espanholas. Pensando nisso, este estudo tem como objetivo verificar as imagens discursivas da relação entre Espanha e América Hispânica em prólogos de gramáticas de língua espanhola publicadas entre os séculos XIX e XXI, observar como é(são) constituída(s) a(s) imagem(ns) da língua espanhola falada nos países da América Hispânica e de que modo essa(s) imagem(ns) funciona(m) nestes prólogos, levando à consequente construção da valoração dessa língua da Espanha diante da língua espanhola da América. Para isso, selecionaram-se vinte e uma gramáticas, considerando, dentre outros fatores, sua relevância no âmbito hispânico e a presença de comentários sobre o espanhol da América. Através da análise de sequências discursivas, observou-se se houve deslocamentos e recorrências na(s) imagem(ns) de língua e nos sentidos produzidos. Analisaram-se, para isso, os prólogos das gramáticas de SALVÁ (1830), NOBOA (1839), BELLO (1847), VICENTE GARCÍA (1854), RUIZ MOROTE (1880), DIAZ-RUBIO Y CARMENA (1885), BENOT (1910), LENZ (1920), ALARCOS LLORACH (1951), FERNÁNDEZ (1951[2]), PÉREZ-RIOJA (1954), SECO (1972), MARCOS MARÍN (1974), ALONSO (1974[2]), SARMIENTO Y SÁNCHEZ (1989), LÓPEZ GARCÍA (1994), ALARCHOS LLORACH (1994[2]), MARÍN; GRAU; SÁNCHEZ (1998), BOSQUE; DEMONTE (1999) e RAE; ASALE (2009; 2011). A análise se baseou, principalmente, nos estudos da Análise de Discurso (ORLANDI, 1997; PÉCHEUX, 1988) de linha francesa e em contribuições do campo da História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1992; MARIANI, 2004). Observou-se, por exemplo, a pouca menção ao espanhol da América, a recorrência de designações que reforçavam positivamente a imagem da língua espanhola da Espanha, o silenciamento da diversidade linguística, tensões e contradições nos discursos que ora produzia sentidos de distanciamento ora de unidade, a recorrência da existência de um “espanhol comum” e a manutenção de uma relação de superioridade da Espanha em relação à América Hispânica.

Palavras-chave: Análise do discurso. História das Ideias Linguísticas. Prólogo.

Gramatização. Língua espanhola.

RESUMEN

BASTOS, Lisiane Masson. *Prólogos de gramáticas de lengua española del siglo XIX al XXI: un estudio discursivo*. 2020. 437 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Las gramáticas son instrumentos lingüísticos (AUROUX, 1992) muy utilizados en el aprendizaje de lenguas y aún conocidas por poseer la forma “correcta” de utilizarse una lengua. En el caso de la lengua española, el conocido como “el español de España” fue durante mucho tiempo considerado como el más “correcto”, y aún existe esta creencia en muchos lugares. No es por acaso que la mayoría de las gramáticas utilizadas en la enseñanza de la lengua española eran, y aún lo son, españolas. Pensando en eso, este estudio tiene como objetivo verificar las imágenes discursivas de la relación entre España y América Hispánica en prólogos de gramáticas de español publicadas entre los siglos XIX y XXI, observar cómo es(son) constituidas la(s) imagen(es) de la lengua española hablada en los países de la América Hispánica y de qué modo esa(s) imagen(es) funciona(n) en estos prólogos, generando la consecuente construcción de la valoración de esa lengua de España frente a la lengua española de América. Para tanto, se seleccionaron veintiuna gramáticas, considerando, entre otros factores, su relevancia en el ámbito hispánico y la presencia de comentarios sobre el español de América. A través del análisis de secuencias discursivas, se observó si hubo desplazamiento y recurrencia en la(s) imagen(es) de lengua y en los sentidos producidos. Se analizaron, para eso, los prólogos de las gramáticas de SALVÁ (1830), NOBOA (1839), BELLO (1847), VICENTE GARCÍA (1854), RUIZ MOROTE (1880), DIAZ-RUBIO Y CARMENA (1885), BENOT (1910), LENZ (1920), ALARCOS LLORACH (1951), FERNÁNDEZ (1951[2]), PÉREZ-RIOJA (1954), SECO (1972), MARCOS MARÍN (1974), ALONSO (1974[2]), SARMIENTO Y SÁNCHEZ (1989), LÓPEZ GARCÍA (1994), ALARCHOS LLORACH (1994[2]), MARÍN; GRAU; SÁNCHEZ (1998), BOSQUE; DEMONTE (1999) y RAE; ASALE (2009; 2011). El análisis se basó, principalmente, en los estudios del Análisis de Discurso (ORLANDI, 1997, PÉCHEUX, 1988) de línea francesa y en contribuciones del campo de la Historia de las Ideas Lingüísticas (AUROUX, 1992, MARIANI, 2004). Se observó, por ejemplo, la poca mención al español de América, la recurrencia de designaciones que reforzaban positivamente la imagen de la lengua española de España, el silenciamiento de la diversidad lingüística, tensiones y contradicciones en los discursos que producían sentidos de distanciamiento y de unidad, la recurrencia de la existencia de un “español común” y el mantenimiento de una relación de superioridad de España con relación a América Hispánica.

Palabras clave: Análisis del discurso. Historia de las Ideas Lingüísticas. Prólogo.

Gramatización. Lengua española.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Elementos de CP	23
Quadro 2 – Elementos de CP com questões implícitas.....	24
Quadro 3 – Elementos de CP relacionados ao referente.....	24
Quadro 4 – Elementos de CP com questões implícitas, segundo nosso <i>corpus</i>	25
Quadro 5 – Prólogo de gramáticas.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ASALE	Asociación de Academias de la Lengua Española
CP	Condições de produção
E/LE	Espanhol como língua estrangeira
HIL	História das Ideias Linguísticas
RAE	Real Academia Española
SD	Sequência discursiva

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	UM PASSEIO TEÓRICO ENTRE AD E HIL: o caso das gramáticas de língua espanhola.....	19
1.1	(Re)visitando conceitos teóricos advindos da Análise de Discurso.....	20
1.2	(Re)visitando os conceitos advindos da História das Ideias Linguísticas.....	45
1.3	Um passeio pelas gramáticas: produção de saber linguístico.....	56
2	AS GRAMÁTICAS NO ÂMBITO HISPÂNICO – sua constituição histórica.....	64
2.1	Elio Antonio de Nebrija e sua gramática.....	70
2.2	Andrés Bello e sua gramática.....	75
2.3	Real Academia Española e suas gramáticas.....	79
2.4	Asociación de Academias de la Lengua Española e suas gramáticas	88
3	PRÓLOGOS DE GRAMÁTICAS COMO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO: gesto de organização de arquivo.....	101
3.1	Gesto de organização do arquivo.....	112
3.2	Constituição do <i>corpus</i>	116
3.3	O nome da língua.....	120
4	IMAGENS DISCURSIVAS ENTRE ESPANHA E AMÉRICA HISPÂNICA.....	124
4.1	Memória colonial – ressonância do descobrimento.....	125
4.2	Irmandade – somos iguais.....	130
4.3	“Somos diferentes” – diversidade como desvio.....	134

4.4	“Somos todos um” – panhispanismo e seu efeito de unidade.....	162
	CONCLUSÃO	221
	REFERÊNCIAS	227
	ANEXO A - Prólogos das Gramáticas.....	238
	ANEXO B - Recortes realizados por eixos temáticos.....	380

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado resulta de uma pesquisa, mas também de motivações ao longo de minha vida acadêmica e pessoal que considero importantes para a compreensão do por que decidi realizar este estudo. Primeiro, como aluna de língua espanhola como língua estrangeira, em 2007, sempre tive interesse em aprender o que fosse possível, mantinha contato com pessoas de outros países que possuíam os mesmos interesses que os meus e logo pude perceber determinados usos e palavras que não aprendia em sala, mas que também eram considerados “corretos”, o que logo me chamou a atenção. Como professora de espanhol como língua estrangeira, durante minha formação e após minha graduação, pude analisar criticamente materiais de ensino comumente utilizados e observar, mais criticamente do que antes, a predominância da Espanha, de seus costumes, de sua cultura e de sua língua na maioria dos materiais. Como professora, sempre tento dizer e mostrar aos meus alunos a diversidade idiomática presente na língua espanhola e nos países que a têm como língua oficial para desconstruir pré-conceitos que normalmente eles possuem como, por exemplo, o espanhol da Espanha ser o melhor ou o mais correto. Efeitos de sentidos como este, que eram e continuam sendo produzidos, foi uma das minhas motivações para buscar compreender a construção desse imaginário de língua. A escolha das gramáticas também está relacionada com o ser professora, pois é um instrumento linguístico muito utilizado neste meio, seja pelos alunos, seja pelos professores ou por ambos.

Em setembro de 2014, realizei um intercâmbio na cidade de Jaén, Espanha, durante o qual cursei um semestre acadêmico em Filología Hispánica na Universidad de Jaén. Realizei uma disciplina sobre a história do espanhol e isso também me motivou a pesquisar a questão da construção de um imaginário de língua, pois teria que observar as relações com a história para buscar compreendê-la. Enquanto estive em Jaén, não presenciei situações de preconceito linguístico – uma discursividade em circulação, mantida por relações sociais (ORLANDI, 2002a) – mas também estava na região sul da Espanha, que normalmente recebe comentários como “não saber falar espanhol” ou “falar um espanhol feio”. Um fato interessante foi em uma apresentação de uma disciplina em que uma aluna, também intercambista, da Alemanha, apresentou um trabalho e disse que só descobriu que

se falava espanhol na América Hispânica ao realizar aquele trabalho. Com tais fatos, pude observar a forte presença da Espanha na divulgação do espanhol como língua estrangeira na Europa, podendo ocasionar, inclusive, o apagamento da América Hispânica como território hispano-falante.

De volta ao Brasil, e pensando na origem do estudo, a pesquisa de mestrado procurou fazer uma relação com a iniciação científica (2016 e 2018), na qual foi realizado um estudo inicial das imagens de língua espanhola presentes em prólogos de gramáticas, desde a primeira, elaborada por Elio Antonio de Nebrija, publicada em 1492, até a gramática elaborada pela *Real Academia Española* junto com a *Asociación de Academias de la Lengua Española*, publicada em 2011. Quando estava no processo de delimitação de *corpus*, passei por outras duas experiências que se relacionaram com o tema daquela pesquisa. Na primeira delas, eu estava na biblioteca do Instituto Cervantes, no Rio de Janeiro, conversando com o bibliotecário espanhol sobre meu intercâmbio em Jaén e, quando ele perguntou se eu entendia tudo o que eles falavam lá, ele riu, disse que era da região norte da Espanha e que lá é onde se fala o melhor espanhol, não no sul. Observa-se, com isso, que a deslegitimação não está apenas entre América e Espanha, mas dentro da própria Espanha, algo que muitas vezes é silenciado nos prólogos, como será visto. A segunda ocorreu em um *Shopping Center*, na zona norte do Rio de Janeiro, onde estava ocorrendo uma exposição de objetos de diversos países. Havia um espaço do Peru e eu resolvi ir lá olhar. Assim que o atendente peruano viu minha tatuagem escrita “español” com um leque ao lado, na lateral do meu braço, ele me perguntou, em espanhol, se eu sabia falar espanhol, acrescentando que eles, lá no Peru, não falavam espanhol, falavam castelhano. Ambas as designações são aceitas para designar a língua espanhola, sendo diferenciadas, portanto, como se verá, segundo o contexto sócio-histórico. Neste caso, pode-se observar uma tentativa de distanciamento da língua espanhola falada na Espanha e no Peru ao utilizar designações diferentes.

Somam-se a isso relatos de professores pesquisadores como Xoán Lagares e Maite Celada. Lagares (2018) conta, na apresentação de seu livro, que seu nome *Xoán* é galego, língua minorizada na Espanha, e que, quando ele nasceu, em 1971, época da ditadura franquista, conhecida por ser ultranacionalista e proibir qualquer outra língua que não fosse o espanhol, era legalmente proibido registrar uma criança com um nome galego e, por isso, foi registrado como *Juan*. Como ele mesmo diz,

“uma questão de política linguística oficial” (LAGARES, 2018, p. 10). Lagares que, em 1990, já como ativista político, decidiu galeguizar seu nome e alterá-lo. Celada (2018) passou por algo semelhante, mas na Argentina, nos anos 1950. Assim como os nomes em galego, os nomes em *euskera*, outra língua minorizada na Espanha, também eram proibidos no registro oficial e as pessoas tentavam manter no âmbito familiar ou uma tradição ou o correspondente em *euskera*. No caso de Celada, apesar de ser um pouco diferente, pois *Maite* seria originalmente um adjetivo, ela foi registrada como *María Teresa* para que pudessem chamá-la de *Maite*, um adjetivo em *euskera* que, ao final, parece ter se transformado em nome de pessoa, como a própria Celada (2018) diz. Com esses fatos, podemos dizer que havia uma divisão da língua (GUIMARÃES, 2005), na qual não funcionavam em igualdade de condições, estando politicamente hierarquizadas entre si (GUIMARÃES, 2005), sendo a língua espanhola a única norma reguladora, a que se constituía socialmente com o imaginário de “correta”.

Se pensarmos na fala do escritor mexicano Carlos Fuentes sobre a língua guarani: “El guaraní de Paraguay no se entenderá con el maya de Yucatán, pero apuesto a que ambos se reconocen en la lengua común, *la castilla*, el español, el esperanto de América...El castellano es la lengua franca de la indianidad americana” (*El País* 20/10/01), podemos observar o imaginário de uma única norma reguladora até os dias atuais. Ainda que tenha sido dito no início do século XXI, poderíamos dizer que um efeito de monolingüismo ainda se mantém, pois, apesar do guarani, língua bastante utilizada na América, ter recebido diversos direitos, como ser língua oficial do MERCOSUL, ainda assim sua participação é pequena se comparada com a participação das línguas espanhola e portuguesa.

Após esses episódios, a iniciação científica e, também, devido à minha atuação como docente, durante a qual muitas vezes somos submetidos a regras que ditam o que pode ou não ser aceito na língua espanhola e, normalmente, seriam limitações decorrentes da autoridade e prestígio da Espanha e da *Real Academia Española* no âmbito linguístico e gramatical, considero importante realizar este estudo das imagens de língua que perpassam os séculos e territórios, para que possamos compreender e nos posicionar criticamente com respeito à construção do imaginário que ainda se tem e se observa em alguns discursos e atos simbólicos, de que o espanhol da Espanha e a própria Espanha seriam superiores.

INTRODUÇÃO

A formação dos Estados Nacionais, no Renascimento, dá início ao processo de gramatização das línguas europeias e uma busca por sua intensificação por parte dos que estavam no poder. Dentro do quadro teórico da Análise do Discurso (AD), em confluência com a História das Ideias Linguísticas (HIL), e do amplo campo da política linguística, o processo de gramatização, segundo Auroux (1992), se define como "o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário" (AUROUX, 1992, p. 65). Ainda segundo o autor, esse processo surge com o aparecimento da escrita e prossegue com a elaboração desses dicionários e gramáticas.

Diversas razões políticas e sócio-históricas intervêm nessa demanda em relação à constituição das línguas e à produção de instrumentos linguísticos. No contexto da gramatização da língua espanhola, mais especificamente, a unificação dos reinos espanhóis (Castela e Aragão), a expulsão dos mouros e o "descobrimento" da América por Cristóvão Colombo, sob o patrocínio dos reis, ocorreram no mesmo período da publicação da *Gramática de la lengua castellana*, de Antonio de Nebrija, em 1492, a mando da rainha Isabel I de Castela. A gramatização do castelhano possibilitou uma política de expansão linguística do Estado pela colonização linguística (MARIANI, 2004), ao ser expandido e imposto aos países do "Novo Mundo", e de uso interno, ao auxiliar na organização interna do Estado espanhol que se formava.

Nessa tentativa de unificação do Estado, havia uma grande preocupação para que os cidadãos aprendessem a língua espanhola. No entanto, essa língua deveria ser a que estava na gramática, tida como a única forma aceitável, a melhor, a verdadeira, a única capaz de mostrar a "elegância" da língua. Tais ideias persistiram ao longo dos anos e parecem ter direcionado determinados sentidos sobre o ensino do espanhol como língua estrangeira (E/LE).

O estudo aqui realizado foi feito, como anteriormente mencionado, com base nos enfoques da Análise de Discurso de linha francesa em confluências com a HIL. Partindo do conceito de formações imaginárias, cunhado por Pêcheux (1997), podemos dizer que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si,

ao outro e ao referente discursivo (no caso do nosso *corpus*, a língua espanhola) são determinadas historicamente e construídas no interior de uma formação social. Sendo assim, analisamos os prólogos das gramáticas de língua espanhola como discursos, considerando, portanto, seus processos de construção de sentidos e suas condições de produção. Por meio de imagem(ns) discursiva(s) da relação entre Espanha e América Hispânica e, conseqüentemente, do “elo comum” entre elas, ou seja, da língua espanhola, presentes nos prólogos das gramáticas de espanhol publicadas, em sua maioria, na Espanha, a partir do século XIX até o XXI, buscamos observar como é(são) constituída(s) a(s) imagem(ns) da língua espanhola falada nos países da América Hispânica e de que modo essa(s) imagem(ns) funciona(m) nestes prólogos.

Consideraremos, também, a questão da autoria das gramáticas, uma vez que a *Ley de Instrucción Pública* de 1857 (MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ; ESPARZA TORRES, 2014) estabeleceu a *Real Academia Española* (RAE), instituição apoiada pelo Estado espanhol, como responsável pela produção dos instrumentos linguísticos para o ensino público. Pode-se considerar esse um acontecimento importante, pois é por meio da escola – como uma instituição do Estado - que se difunde a língua, que se contribui para a definição e manutenção da nacionalidade e da cidadania, contribuindo para a pretensa construção e manutenção da unidade da nação.

Essa lei foi estabelecida no século XIX, mesmo século em que aconteceram as independências das antigas colônias da América Espanhola e em que o Estado espanhol teve a manutenção da unidade da língua como um assunto primordial. Com isso, procuramos entender como o discurso presente nos prólogos das gramáticas e a legitimação da RAE, como instituição que tem autoridade sobre a língua e como a responsável pela produção do saber metalinguístico, contribuem para a valorização do espanhol da Espanha e a superioridade do país nas decisões sobre a língua.

A Espanha, ou seja, a RAE (ou instituições apoiadas/reconhecidas por ela) é a principal produtora e exportadora de instrumentos linguísticos (dicionários, gramáticas e material de ensino de espanhol) para o Brasil, em um momento em que a língua é ressignificada como “*mercadoria*, lhe atribuindo *valor de troca*” (ZOPPI FONTANA, 2009, grifos da autora), em que o número de usuários (ORLANDI, 2012) da língua parece demonstrar a força do espanhol, no caso deste

estudo. Nós, professores de espanhol como língua estrangeira (E/LE), normalmente utilizamos seus materiais, considerados como os "oficiais", os quais perpetuam sua imagem de língua a outros países e aos aprendizes de espanhol. A maior parte dos estudantes e dos professores de E/LE aprende e ensina com base nas diversas gramáticas existentes, tomando-as como um suporte no qual está escrito o que existe ou não na língua, o que é correto ou não dizer, sem considerar as condições de produção desses instrumentos linguísticos. Ao não se questionar isso, muitos ainda acreditam que há um espanhol correto, aquele que está expresso nas gramáticas, e que normalmente é a língua espanhola da Espanha.

A presente pesquisa busca, dessa maneira, contribuir como uma forma de problematizar como a língua espanhola nos é apresentada, considerando, principalmente, um de seus meios de ensino mais comuns: a gramática. A análise de imagem(ns) discursiva(s) de língua espanhola presente nos prólogos das gramáticas durante os três séculos mencionados poderá permitir certa compreensão dos modos de constituição dessa língua e as discussões acerca dela, contribuindo, assim, para o ofício dos (futuros) professores e interessados em uma aprendizagem mais crítica da língua. Poderá permitir, também, compreender o funcionamento de crença da existência de um espanhol melhor, sendo este o peninsular, um espanhol comum, entender como os prólogos podem construir determinadas imagens de o que é a língua espanhola e da relação entre Espanha e América Hispânica, e seus "papéis" quando se tratam de instrumentos linguísticos, e como essas imagens influenciaram, entre outras coisas, na concepção generalizada dessa língua no Brasil e no seu ensino como língua estrangeira.

De forma a alcançar esses objetivos, nosso trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, expomos a fundamentação teórica que norteou este trabalho. Como já mencionado, utilizamos conceitos advindos da AD, como discurso, condições de produção, formações imaginárias, memória discursiva e esquecimento. Utilizamos, também, como base para nosso dispositivo analítico, a designação, a territorialidade e a temporalidade. Em seguida, fizemos uma aproximação entre a AD e a HIL e expomos os conceitos da HIL que nortearam esta pesquisa, como gramatização, colonização linguística, formas de saber e, por último, fizemos um passeio pelas gramáticas espanholas, para tentar compreender suas condições de produção.

O segundo capítulo foi escrito, sobretudo, para ressaltar as principais questões relacionadas à posição-autor de autores e instituições mais conhecidos e de maior autoridade no âmbito hispânico: Elio Antonio de Nebrija, como discurso fundador, Andrés Bello, com a gramática para o uso dos americanos, *Real Academia Española*, considerada autoridade nos assuntos sobre a língua durante muitos anos, e *Asociación de Academias de la Lengua Española*, criada pós-independência das nações da América, no século XX, e importante nos assuntos linguísticos. Os quatro possuem importância no mundo hispânico, aparecerão em nossa análise e os três primeiros são, inclusive, citados por outros autores.

No terceiro capítulo discorreremos sobre o gesto de organização de arquivo. Discutimos o que é um *corpus* em AD, o que é um arquivo, o que é prólogo e como foi o gesto de organização do nosso arquivo: a constituição, o recorte, as sequências discursivas. Além disso, discutimos brevemente sobre o nome da língua, uma vez que há gramáticas em que se designa língua *castellana* e em outras língua *española*.

O quarto capítulo é destinado às análises das sequências discursivas. Dividimos as sequências segundo as imagens apreendidas e, em seguida, em blocos de sequências, caso o tema fosse parecido. Foram apreendidas quatro imagens principais: memória colonial, irmandade, “somos todos diferentes” e “somos todos um”, onde o fio central que parece atravessar a produção de sentidos é a superioridade da língua espanhola da Espanha.

A continuação, como foi mencionado, serão expostos os conceitos de AD e HIL que nortearam esta pesquisa.

1 UM PASSEIO TEÓRICO ENTRE AD E HIL: O CASO DAS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA ESPANHOLA

Desde a origem, a Análise do Discurso se pretendeu uma disciplina rigorosa [...]

Jacques Guilhaumon, Denise Maldidier, Régine Robin

[...] preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso de formas que pode tomar o saber na histórica [...]

Bernard Colombat, Jean-Marie Fournier, Christian Puech

Para a construção da fundamentação teórica da presente dissertação mobilizaremos conceitos advindos da Análise do Discurso (AD) definida por M. Pêcheux, na França e, posteriormente, desenvolvida por E. Orlandi, no Brasil, além das contribuições de trabalhos desenvolvidos no campo da História das Ideias Linguísticas (HIL), principalmente por Auroux (1992). Como ainda não foram encontrados trabalhos anteriores sobre o processo de gramatização da Língua Espanhola, dentro do quadro teórico aqui utilizado, apesar de haver alguns estudos sobre aspectos relacionados ao tema (CARVALHO, 2015; CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015; COLAÇA, 2016; FERNANDES, 2009a, 2009b; WERNER; STURZA, 2019), para que as análises fossem realizadas, foi necessário o contato com pesquisas baseadas na AD e na HIL com relação ao processo de gramatização da Língua Portuguesa no Brasil (DIAS, 2012, 2014; DIAS, 2001, 2007; GUIMARÃES, 2004; ORLANDI, 1990, 1997, 2001b, 2003a) e da Língua Espanhola no Chile (ARNOUX, 2008). Dessa forma, foi possível utilizar conceitos advindos da AD e da HIL e relacionar o processo de gramatização da Língua Espanhola em gramáticas, em sua maioria, espanholas.

Em relação à Análise de Discurso, essa disciplina de entremeio (ORLANDI, 2013) coloca em questão a transparência do sentido, ou seja, os sentidos não estariam prontos, evidentes, assim como a língua não é transparente e está sempre sujeita ao deslize. Orlandi (2005) diz que para que possamos promover nosso gesto de análise, há que se construir um dispositivo de interpretação, formado por um

dispositivo teórico e um analítico. Como afirma Orlandi (2005), o dispositivo teórico pode ser o mesmo, mas o analítico não será, pois este é definido pela questão, natureza do material e objetivo da análise. O analítico é construído por cada analista, diferentemente, segundo suas questões e objetivos de estudo; o teórico diz respeito à teoria correspondente à AD. Em nosso caso, para compreender a construção de imagens de língua espanhola e da relação entre América e Espanha, buscamos verificar imagens discursivas da língua espanhola da América nos prólogos de gramáticas consideradas espanholas. Para isso, mobilizamos conceitos como discurso, condições de produção, formações imaginárias, memória discursiva, esquecimento, designação, territorialidade e temporalidade. Com relação ao instrumento linguístico tomado como objeto de nossas análises, especificamente, os prólogos das gramáticas, buscamos observar seu funcionamento discursivo.

1.1 (Re)visitando conceitos teóricos advindos da Análise de Discurso

Todo discurso pode ser analisado segundo sua constituição, formulação e circulação. Segundo Orlandi (2005, p. 9), a constituição se dá “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”. Em outras palavras, é o que a autora considera a dimensão interdiscursiva, a relação de um enunciado com outras formulações, um lugar onde os elementos discursivos estão sujeitos à repetição, ao apagamento, ao esquecimento. Esse espaço determina a formulação, ou seja, o intradiscurso, que se dá em condições de produção específicas, e é considerado o fio do dizer. A circulação corresponde aos trajetos dos dizeres, as conjunturas onde ocorrem. Portanto, “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (ORLANDI, 2005, p.12).

Pensando em nosso *corpus*, analisamos discursos sobre a língua espanhola e os saberes linguísticos produzidos nos países da América Hispânica e na Espanha, depreendemos efeitos de sentido na relação com o trabalho da memória discursiva, ou seja, do interdiscurso, que foi capaz de determiná-los, por meio da própria enunciação do discurso e dos elementos discursivos utilizados e, também, considerando suas condições de produção, a circunstância em que ocorreram, por onde circulavam ou circulam. O percurso da leitura passa, portanto, também pelo

exterior, pelas suas condições de produção. “Esse exterior, que Pêcheux (1997) evidencia, é constitutivo da linguagem – o que nos permite falar em discurso. A exterioridade é textualizada, produzindo, assim, a discursividade” (MEDEIROS, 2008, p. 55).

No que se refere às condições de produção, Pêcheux (1997) propõe que estão relacionadas com os fatores extralinguísticos, com a relação de um discurso com outros discursos possíveis que o antecederam. Como afirma Pêcheux (1997),

os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, só sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso (PÊCHEUX, 1997, p.78)

As condições de produção podem corresponder, também, ao contexto sócio-histórico e ideológico e à circunstância da enunciação, o contexto imediato (ORLANDI, 2005). Dessa forma, os prólogos foram analisados discursivamente a partir de ambos os contextos e na relação com outros dizeres, retomando-os ou projetando-os, uma vez que, como diz Orlandi (1996), para compreender um texto como discurso, é preciso colocá-lo em relação “com outros dizeres (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso [...])” (ORLANDI, 1996, p. 54).

Considerando nossos objetivos, pensar as condições de produção nos faz observar as gramáticas atentando para sua elaboração por um gramático ou por uma instituição, as imagens que se constroem da América Hispânica, da Espanha e do espanhol, tal como são constituídas sócio-historicamente. Para Orlandi (2013), as condições de produção podem ser consideradas duplamente: “em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, [...] incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2013, p. 30). Assim, com relação às circunstâncias da enunciação do discurso em um *corpus* como o nosso, podemos ter: “quem fala, o quê, para quem, em que situação?” (NUNES, 2006, p. 20). Dessa forma, o gramático ou a instituição organizadora, no nosso caso a(s) Academia(s) da Língua, é aquela que apresenta a gramática, a que teria autoridade para falar sobre a língua, projetando determinadas

imagens dela para os leitores, geralmente falantes da língua, às vezes estrangeiros. No sentido mais amplo, refere-se à conjuntura sócio-histórica e ideológica em que essas situações acontecem. No nosso caso, podemos pensar na conjuntura da formação dos Estados Nacionais na Europa, mais precisamente a Espanha, e o “descobrimento” da América, que foi contemporâneo ao momento da publicação da primeira gramática da língua castelhana. Pensando em nosso recorte, a partir do século XIX, os países da América tornam-se independentes, não podendo mais, a princípio, serem mencionados como colônias, e, a partir do final do século XX, quando surgem os instrumentos linguísticos com base na ideia do *panhispanismo*.

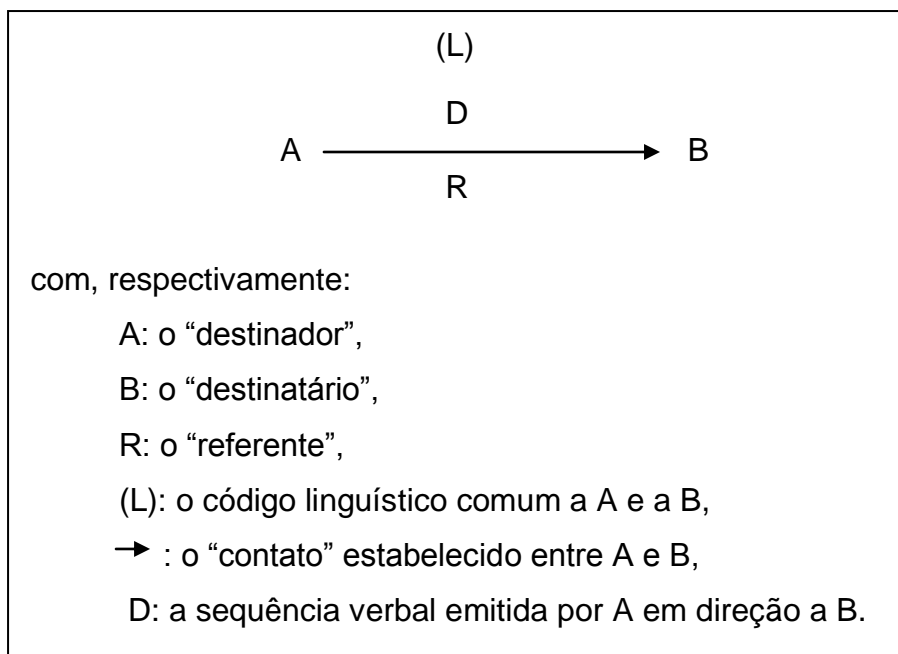
Concordamos com Nunes (2006) quando diz que os prefácios são um material importante no estudo das condições de produção. Assim como o autor diz que os prefácios de dicionários, “quando presentes, eles trazem a voz do lexicógrafo situada em um determinado contexto” (NUNES, 2006, p. 20), podemos dizer que, no caso das gramáticas, seria a voz do gramático ou da instituição responsável por fazer a gramática. Permaneceremos na análise apenas dos prólogos por acreditarmos que podemos relacionar o lugar do gramático ou da instituição e o contexto sócio-histórico e ideológico em que eles estão inseridos e, assim, explicitar traços de subjetividade e questionar criticamente o efeito de unidade e de neutralidade de afirmações, designações e exemplificações sobre a língua espanhola e os países que a têm como língua oficial na América Hispânica e na Europa.

Com relação às conjunturas sócio-históricas em que as diferentes gramáticas do nosso recorte aparecem, como já apontamos anteriormente, houve a independência das antigas colônias na América Hispânica, um período em que a Espanha tenta manter seu poder com a criação, por exemplo, das *Academias Correspondientes*, e mais recentemente com a divulgação do *panhispanismo*, uma ideia de unidade na diversidade. Pensar essa historicidade e em diferentes circunstâncias nos leva a “refletir sobre as transformações das condições de produção, as mudanças de processos discursivos, os deslocamentos de sentidos e o movimento das redes de paráfrases na tensão entre o mesmo e o diferente” (NUNES, 2006, p. 21), processos que nos auxiliaram na apreensão das imagens discursivas na relação entre a língua espanhola e os países de nossas análises.

Para falarmos sobre imagens discursivas, devemos discorrer também sobre as formações imaginárias. Pêcheux (1997, p. 81), ao comentar sobre os elementos

das condições de produção (CP) de um discurso, ou seja, o processo discursivo, traz o esquema abaixo, no qual: D significaria discurso e haveria entre A e B (interlocutores) produção de efeito de sentidos e não apenas transmissão de informação:

Quadro 1 – Elementos de CP



Fonte: PÊCHEUX, 1997, p. 83.

Segundo Pêcheux, (1997, p. 82) A e B não seriam pessoas físicas, mas projeções dos lugares na estrutura de uma formação social. Por exemplo, os lugares do patrão, do funcionário, do operário etc., estariam representados nos processos discursivos, de forma transformada, não como uma profusão de traços objetivos, mas como “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82, grifos do autor). Essa maneira de reconhecer a si próprio e ao outro pode ser considerada como um jogo de imagens de um discurso, ou seja, um jogo que se estabelece no processo discursivo.

Em outro quadro, Pêcheux (1997, p. 83) ainda utiliza o que designa de questões implícitas cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente para explicar o jogo de imagens produzido:

Quadro 2 – Elementos de CP com questões implícitas

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significado da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: PÊCHEUX, 1997, p. 83.

Além daqueles que o autor designa de protagonistas do discurso, também inclui nas condições de produção o referente, ou seja, o contexto, a situação, o objeto. É importante dizer que “se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, 1997, p. 83, grifos do autor). Novamente o autor faz uso de questões implícitas como: A: “De que lhe falo assim?”; B: “De que ele me fala assim?”:

Quadro 3 – Elementos de CP relacionados ao referente

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significado da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	IA(R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	IB(R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: PÊCHEUX, 1997, p. 84.

Com relação ao nosso *corpus*, a língua espanhola seria o referente e observamos suas imagens discursivas de acordo com os efeitos de sentido resultantes do modo como foi mencionada na materialidade, considerando quem são os autores das gramáticas ou as instituições que as elaboraram, a questão de serem a autoridade para prescrever e falar sobre a língua e a imagem do lugar do

destinatário das gramáticas para os autores, podendo ser espanhóis e/ou hispano-americanos e, às vezes, também estrangeiros, e como isso também modifica a ideia de língua que se tem.

Com base na proposta de Pêcheux, podemos explicitar o jogo de imagens que atravessa o discurso gramatical do seguinte modo:

Quadro 4 – Elementos de CP com questões implícitas, segundo nosso *corpus*

Expressão que designa as formações imaginárias	Significado da expressão	Pergunta subjacente
IA(A)	Imagem do lugar de autor de gramática para o sujeito-autor de gramática	Quem sou eu para lhe falar assim?
IA(L)	Imagem do lugar do leitor para o sujeito-autor de gramática	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
IA(E)	“Ponto de vista” do autor de gramática sobre a língua espanhola	De que lhe falo assim?

Fonte: A autora, 2020.

Desse quadro, buscamos depreender, sobretudo, a(s) imagem(ns) de língua, e esses elementos se tratam de representações imaginárias resultantes de processos discursivos anteriores, uma vez que tais processos são sempre atravessados pelo “já ouvido” e “já dito”, que é o que constituem as formações imaginárias. Em outros termos, há uma relação entre as condições de produção e a memória discursiva.

Vale lembrar que os sentidos de um discurso não têm origem no sujeito que enuncia, pois estão inscritos no “já-dito”, ou seja, em uma memória de sentidos construídos historicamente que são ou não assumidos pelo sujeito. A este saber discursivo ou memória discursiva (PÊCHEUX, 1997) pode-se também denominar de interdiscurso.

A memória, pensada em relação ao discurso, é tratada por Orlandi (2013) como interdiscurso: tudo o que foi falado antes, em outro lugar, independentemente. Em outras palavras, é o que ela chama de memória discursiva:

o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo

como o sujeito significa em cada situação discursiva dada (ORLANDI, 2013, p. 31).

Dessa forma, as palavras e os sentidos não são exclusivamente nossos, pois significam também com base no que é dito em outro lugar e pela história. “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2013, p. 32). A memória movimenta-se e tece fio a fio uma malha de significância, fazendo ressoar alguns efeitos de sentidos e não outros.

A memória, como interdiscurso, não é um espaço homogêneo, fixo, dentro do qual o sujeito seleciona o que enunciará, mas sim “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1997, p. 56). Assim, o que se diz pode, ao mesmo tempo, retomar uma memória e deslocá-la. Na introdução da gramática de 1925, por exemplo, Rodolfo Lenz retoma o dizer de Donato em sua *Ars grammatica* (IV d.C.) quando escreve que *la gramática es el arte de hablar y escribir correctamente*¹, dizeres retomados de conhecidas gramáticas e autores de gramáticas, não somente do âmbito hispânico.

Sobre Donato e sua obra, Colombat, Fournier e Puech (2017) explicam que

a tradição gramatical ocidental se construiu em torno de alguns textos fundamentais, e podemos até afirmar que há mais ou menos quatro textos fundamentais, que, como tantos “pilares”, constituíram uma base sólida para tudo o que veio depois. Trata-se da *Tekhnē*, de Dionísio, o Trácio, do tratado sobre a sintaxe de Apolônio Díscolo, da *Ars Grammatica*, de Donato, e das *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano (COLOMBAT; FOURNIER, PUECH, 2017, p. 109-110).

Entre os manuais elaborados por gramáticos romanos, o de Donato teve um sucesso considerável e, como diz Dias (2012, p. 75), tanto o de Donato quanto o de Prisciano “funcionam como base para o processo de gramatização das línguas modernas”. O modelo de Donato dominou por sua clareza, sua síntese, servindo de modelo para a maioria das gramáticas vernáculas europeias, “o manual de referência durante toda a Alta Idade Média e até o Renascimento, apesar da concorrência progressiva de Prisciano” (COLOMBAT; FOURNIER, PUECH, 2017, p. 113). Dias (2012) retoma Colombat, Fournier e Puech (2010), para explicar que a

¹ Explicaremos o uso do itálico no capítulo 3.

definição de gramática que se popularizou no ocidente seria uma reformulação da definição apresentada por Donato. Em *Ars grammatica* (IV d.C.), para o autor, “a gramática é a arte de falar e de escrever corretamente, observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas” (DIAS, 2012, p. 76, tradução da autora). Observa-se, nessa definição, então, que o modelo de correção era “observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas”. Esse modelo de correção com base no “uso comum” entre os escritores e poetas se manteve durante muitos séculos.

No entanto, ao mesmo tempo em que Rodolfo Lenz retorna, de alguma forma, ao menos em parte, o dizer de Donato, acaba por deslocar os sentidos e introduzir outros ao formular que essa definição é cientificamente inadmissível:

Muchas personas, tanto en España como en América, creen aún hoy que las clases de gramática han de enseñar al niño el uso correcto del idioma patrio, o más bien de la lengua literaria nacional, en oposición al lenguaje familiar regional; pues piensan buenamente que la "gramática es el arte de hablar y escribir correctamente". Entre personas que hayan puesto alguna atención en los estudios de filología no habrá necesidad de insistir en que tal definición, por venerable que sea su antigüedad, es científicamente inadmisibile (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*, grifos nossos).

Reconhecer a existência material de já-dito(s) é necessário para a compreensão do funcionamento do discurso e da sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A atenção ao interdiscurso nos permite dizer, por exemplo, que em nosso *corpus* a escrita de *La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española*, como duas instituições separadas, repetidamente ao longo do prólogo, como se a RAE não fizesse parte da ASALE, remeteria a uma memória e se filiaria a dizeres da época da colonização e aqueles anteriores à fundação da RAE. Identificar essa historicidade auxilia na compreensão da relação política (divisão de sentidos) e ideológica que sustentam a produção dos prólogos.

Na perspectiva discursiva aqui assumida, consideramos que nos filiamos a redes de sentidos, por meio da ideologia e por nossa relação com a língua e com a história. Realizar uma leitura discursiva

consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária (ORLANDI, 2013, p. 34).

Dessa forma, compreendemos que na memória discursiva estão inscritos os sentidos produzidos, inclusive os esquecidos, na história. Todo o dizer dito hoje é determinado por sentidos e dizeres já-ditos e esquecidos em diferentes momentos. Sendo assim, os discursos se repetem e se (re)formulam. Em nosso *corpus*, há memória retomada, atualizada, o que é comum ao processo de produção gramatical. Identificamos que essa memória costuma remeter-se aos dizeres de outros textos gramaticais. Dessa forma, depreendemos e comparamos as imagens discursivas da língua espanhola por meio de materialidades linguísticas recorrentes nos prólogos. Observamos o dito e o não-dito, que, juntos, produzem efeitos de completude, literalidade e verdade do que está presente nas gramáticas e, também, do que está ausente, pois por configurar-se como um espaço político, "o saber que se constrói [...] delimita trajetos, propõe continuidades, silencia percursos" (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 11).

Há, portanto, uma relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, aquilo que se diz, o fio do discurso, ou, em outras palavras, "entre a constituição do sentido e sua formulação" (ORLANDI, 2013, p. 32). O interdiscurso pode incidir sobre o intradiscurso deixando seus efeitos como citações, evocações, paráfrases etc – que será uma relação relevante observada em nosso *corpus*. Tem-se, por exemplo, uma citação direta de Nebrija no prólogo da gramática da RAE e ASALE (2009): "Los autores [...] no son propuestos [...] tal como sostenía Nebrija en su Gramática castellana (1492): «los poetas i otros autores por cuja semejança avemos de hablar»"; assim como paráfrases no prólogo de Alarcos Llorach (1994) dos dizeres de Leopoldo Alas e Menéndez Pidal: "Ya no es posible sostener, como un siglo atrás hacía Leopoldo Alas, que los peninsulares somos los amos del idioma; más bien, según propugnaba don Ramón Menéndez Pidal, debemos ser solo sus servidores". Para explicitar a diferença entre a constituição e a formulação, Orlandi (2013) traz Courtine (1984) que representa a constituição, ou seja, o interdiscurso, como um eixo vertical, onde estariam os dizeres já ditos e esquecidos, enunciados que representariam o dizível. A formulação, ou seja, o intradiscurso, representada como um eixo horizontal, seria o que se está dizendo em um momento dado, em condições de produção dadas. Em suma, por entre lembrança e esquecimento é que a memória é atualizada no fio de cada discurso.

Quando tomamos o prólogo da *Gramática del español contemporáneo* (1974), de Martín Alonso, é significativa, por exemplo, a designação que utiliza para o espanhol como *la lengua de Cervantes*, principalmente porque na frase estava comentando e elogiando a atitude de Andrés Bello de ter feito uma gramática que era *para americanos*:

En la ciencia del lenguaje dos nombres ilustres iluminan los estudios gramaticales: Vicente Salvá y Andrés Bello.

Pero la figura señora de este siglo, en el progreso gramatical, polígrafo y magnífico educador fue Andrés Bello, que por su fecunda cultura honra a toda Hispanoamérica y a cuantos nos expresamos en la lengua de Cervantes (MARTÍN ALONSO, 1974[2] - *Gramática del español contemporáneo*).

Essa formulação funcionaria como uma memória que intervém no discurso, pois, em sua constituição, há já ditos que associam, por exemplo, *Cervantes* à Espanha, a uma variante da língua que é a literária e considerada durante muito tempo como a “melhor”, e, pensando na relação entre os países hispânicos, se a língua é do Cervantes, a língua correspondente é a da Espanha, apesar de estar comentando no trecho sobre a gramática de Andrés Bello que foi feita, a princípio, *para americanos*.

Desse modo, o interdiscurso são todas as formulações feitas e esquecidas que determinam o dizer. É preciso que as palavras já façam sentido para que tenham sentido quando alguém as diga. Isto, segundo Orlandi (2013), é efeito do interdiscurso:

é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome (ORLANDI, 2013, p. 33-34, grifos da autora).

Segundo Orlandi (2013), é o interdiscurso que determina o quê das condições de produção será relevante para a discursividade, o quê da história, do exterior se inscreverá no interior da textualidade, na historicidade do discurso. Orlandi (2013) traz Pêcheux (1983) e reforça que é o interdiscurso que define as condições nas quais um acontecimento externo pode vir a ser uma memória.

Compreender o funcionamento da constituição e da formulação nos enunciados dos prólogos das gramáticas do nosso *corpus* foi necessário para a

compreensão dos efeitos de sentido produzidos. Assim como Nunes (2006) diz sobre a lexicografia, também podemos dizer que as gramáticas são frequentemente cópias e reformulações, e para mostrar essa relação tentou-se “localizar os pontos de incidência da memória no discurso, os pontos de substituição e de deslocamento de sentido” (NUNES, 2006, p. 26), que foi o que realizamos em nossas análises. Como mencionado anteriormente, aquilo que é dito é determinado por sentidos e dizeres já ditos e esquecidos, em diferentes momentos.

O esquecimento é constitutivo do sujeito. Orlandi (2013) diz que, para Pêcheux (1975), há duas formas de esquecimento no discurso: o esquecimento número um, conhecido como esquecimento ideológico, é inconsciente e é resultado da maneira pela qual somos afetados pela ideologia. É a esse esquecimento que se relaciona a ilusão que temos de ser a origem do que dizemos, a ilusão de que as palavras significam unicamente o que nós queremos. “Os sentidos [...] são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 2013, p. 35).

Os discursos já estão em processo quando nascemos e nós entramos nesse processo, ocorrendo a singularidade no modo como a língua e a história nos afetam, em como elas se realizam em nós, em sua materialidade. Por isso, diz Orlandi (2013),

é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. [...] Os sujeitos ‘esquecem’ que já foi dito - e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras (ORLANDI, 2013, p. 35-36).

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação e se considera que “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2013, p. 35). Ao falarem “*América*”, por exemplo, há em nosso *corpus* sentidos relacionados à “*naciones de origen español*”, ou “*Hispano-América*”, ou “*América latina*” etc. Dizer de uma maneira e não de outra significa no discurso. Esse esquecimento produz em nós o que Orlandi (2013) designa de ‘impressão da realidade do pensamento’:

Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa (ORLANDI, 2013, p. 35).

No entanto, diferentemente do esquecimento número um, este é um esquecimento parcial, semi-consciente, e podemos voltar sobre ele, às famílias parafrásticas para, por exemplo, tentar explicar ou especificar melhor o que dizemos. Este esquecimento, como diz Orlandi (2013, p. 35), “atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”.

A naturalização da existência de um sentido, mais relacionado com o esquecimento número um, é o que Orlandi (2013) apresenta como mecanismo ideológico de apagamento da interpretação, pensando a interpretação em relação com a ideologia. É

como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2013, p. 46).

Assim, nesta teoria, por exemplo, podem-se observar os efeitos de evidência dos sujeitos e dos sentidos em um determinado *corpus*. O efeito de literalidade é produzido, portanto, a partir da relação entre a ideologia com a memória e o esquecimento: “é justamente quando esquecemos quem disse ‘colonização’, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos” (ORLANDI, 2013, p. 49), como veremos em algumas das sequências discursivas do *corpus*.

Como diz Orlandi (2013, p. 46), a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”, pois é pela ideologia que o indivíduo é interpelado em sujeito e produz seu dizer. No entanto, o efeito de evidência do sujeito apaga esse fato, funcionando pelos chamados esquecimentos, comentados anteriormente. “Isso se dá de tal modo que a subordinação-assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia, como um interior sem exterior [...]” (ORLANDI, 2013, p. 47). Entretanto, é preciso que língua e história se relacionem, que a língua se inscreva na história, que

ocorra a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito para que haja sentido, haja discursividade.

Portanto, é por meio da relação do sujeito com a história, e afetado pela língua, que se produz o sentido (ORLANDI, 2013). Observa-se, então, a relação da língua com a exterioridade e com a subjetividade, pois não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Com relação ao gesto de interpretação correspondente à ideologia, Orlandi (2013) diz que

[...] não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). O gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso), podendo assim tanto estabilizar como deslocar sentidos. Ser determinada não significar ser (necessariamente) imóvel (ORLANDI, 2013, p. 47-48).

Como dito anteriormente, o sujeito é atravessado pela linguagem e pela história, sendo necessário ser afetado por elas para se constituir, para produzir sentidos. “Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos” (ORLANDI, 2013, p. 48-49). Sentidos estes que não são únicos ou prévios, mas instituídos na relação do sujeito com a língua e a história.

É importante lembrar, também, que o sujeito discursivo é interpretado como uma “posição” em relação a outras. Como explica Orlandi (2013): “Não é uma forma de subjetividade mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (M. Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar [...] para ser sujeito do que diz” (ORLANDI, 2013, p. 49). Dessa forma, os sujeitos são intercambiáveis. Quando uma gramática é feita a partir da posição de um “autor de gramática” como Salvá ou Bello, e não de uma instituição como a *Real Academia Española*, os sentidos do que diz possuem relação com a formação discursiva em que estão inscritos, assim como os outros dizeres nesta mesma posição.

Após percorrermos noções teóricas basilares, faz-se necessário ingressarmos nas noções teóricas que compõem, em parte, nosso dispositivo analítico.

Como anteriormente mencionado, o modo de dizer não é indiferente, assim como o termo utilizado para realizar uma designação também significa no discurso e

produz sentidos. Uma das categorias recorrente em nossas análises foi a designação de um nome. Tomá-la como objeto analítico é recordar, como diz Dias (2014), que um ato de delimitar, é um processo de instituição, e

quando se trabalha nos deslimites das possibilidades de sentidos de um nome, questionando como esse **nome é designado** ou determinado em diferentes épocas, por diferentes posições sujeito autor, confrontando diferentes tradições de ensino, colocamo-nos em um encontro com o real da história, com a contradição como constitutiva da produção do conhecimento linguístico (DIAS, 2014, p. 46, grifo nosso).

Ainda segundo Dias (2014, p. 46), essa definição pode produzir um efeito de evidência de unidade para o leitor. No entanto, a historicidade, na perspectiva pecheutiana, se constitui por gestos de interpretação em meio a lacunas, contradições e equívocos. Uma maneira de compreender esses outros efeitos de sentidos é trabalhando no entremeio dessa memória institucionalizada, principalmente pela *Real Academia Española* e, no nosso caso, mediante suas gramáticas, e por meio dos gestos de leitura do nosso arquivo², relacionando os sentidos estabilizados com outras possíveis leituras.

Para Guimarães (2003, p. 54), a designação é “a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico”. O que designa dá sentido e constrói aquilo que designa, identificam-no. Além disso, para o autor,

As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir a das quais passa a fazer parte (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Dessa forma, ao designarem o termo *países*, no prólogo da gramática de Rodolfo Lenz (1925), os adjetivos *castellanos* e *españoles* (*todos los países castellanos* e *en los países españoles*), podemos interpretar como nomes que, nestas condições, produzem sentidos e funcionam, também, como elementos das relações sociais, uma vez que haveria determinado imaginário dos países da América Hispânica ainda subordinados à Espanha, como ainda pertencentes à ela

² Discutiremos a noção de arquivo (ORLANDI, 2013) no capítulo 3.

em algum âmbito, mesmo após a Independência desses países no início do século XIX.

Outra categoria recorrente em nosso *corpus* foi a territorialidade, principalmente no que se refere à Espanha e à América Hispânica. Apesar de falarmos em territorialidade, não estaremos inscrevendo a análise no campo da geografia, mas da Análise de Discurso, a partir do que podemos relacionar territorialidade com Estado e sujeito, e pensar sujeito, espaço e língua.

Segundo Orlandi (2010), a territorialidade relaciona-se com a ideia de controle, não apenas dos objetos, mas também dos sujeitos; seria, portanto, a “tentativa de influenciar e controlar as ações alheias através do reforço do controle sobre uma área e os objetos nela contidos (SACK, 1983, *apud* Mc ANDREW, 1993)” (ORLANDI, 2010, p. 1).

Ao voltar-se para a etimologia da palavra território, Orlandi (2010) encontra o termo latino *territorium* (derivado de terra) com o significado de pedaço de terra apropriada. A autora chama a atenção para, desde esse significado, o funcionamento da ideia de sujeitos. “Estar em terra própria. Estar em casa. Sentir-se em casa” (ORLANDI, 2010, p. 1). Em nosso *corpus*, observamos alguns sentidos: às vezes mais de união entre os países, às vezes mais de distanciamento.

Consideraremos espaço tal como Orlandi (2010) quando diz ser parte das “condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação. Nesse caso, o que refere ‘território’, espaço institucionalizado, nomeado pelo poder do Estado” (ORLANDI, 2010, p. 3) e significado por este. Novamente, retomamos a questão de que os sentidos não são os mesmos se se designa a Espanha e a América Hispânica, objetos de nosso interesse, como *dentro y fuera de España* (SALVADOR FERNÁNDEZ, 1951), *los pueblos de habla española* (SALVADOR FERNÁNDEZ, 1951), *tanto allá como aquí* (BOSQUE; DEMONTE, 1999), *tanto en España como en los países hispanoamericanos* (LENZ, 1925), *vastos territorios* (ALARCOS LLORACH, 1994[2]) ou *enorme espacio geográfico* (BOSQUE; DEMONTE, 1999).

Orlandi (2010) também apresenta duas definições para o termo território, uma jurídica e outra política, respectivamente, e esclarece que, como há poder envolvido, há possibilidade de intervenção, não sendo estas definições inertes nem neutras. Juridicamente seria “limitação da força imperativa das leis ao território que as promulga” (ORLANDI, 2010, p. 3) e politicamente seria “condição da terra que faz

parte de um Estado” (ORLANDI, 2010, p. 3). Esse espaço institucionalizado utiliza-se de “órgãos” competentes para exercer essa territorialidade. Um espaço “que faz unidade e demanda identidade. Espaço significado politicamente e que, por isso, inscreve o processo de identidade no discurso institucional do Estado” (ORLANDI, 2010, p. 4). Podemos dizer que as gramáticas de língua espanhola são espaços institucionalizados, principalmente as da RAE ou reconhecidas por ela, pois a Academia possui relações com a Coroa Espanhola, auxiliam no processo de identidade, uma vez que, acredita-se, há nela o modelo de língua a ser seguido pelas pessoas de uma nação e, por meio dela, também se busca a unidade, tanto da nação, como antigamente se buscava nas *gramáticas de la lengua castellana*, como a de Nebrija, quanto da língua, ou pelo menos, a manutenção dessa unidade imaginária, como mencionam na *Nueva gramática de la lengua española* (2009) que o objetivo supremo é servir à unidade do espanhol. Em resumo, “o espaço é delimitado e constituído por relações de poder. E é por isso que significa. Ele tem além de tudo existência política, jurídica e administrativa reconhecidas” (ORLANDI, 2010, p. 4). Além disso, ao serem considerados discursivamente, são espaços de significação, de subjetivação. São essas relações que buscamos analisar em nosso *corpus*.

Orlandi (2010) traz também a definição de território para Brunet *et al* (1993), que diz que

o território não é um terreno, nem o ar da cidade. Para definir território é preciso algo mais e este algo mais é um sentimento de pertencimento (“eu sou daqui”) e de apropriação (“isto é meu”, “esta é minha terra”, “este é o meu domínio”). O território tende a projetar sobre um certo espaço estruturas específicas de um grupo humano. E isto inclui um modo de classificação e gerenciamento do espaço, sua administração propriamente dita (BRUNET *et al*, 1993 *apud* ORLANDI, 2010, p. 4).

Outra contribuição de Brunet *et al* (1993), trazida por Orlandi (2010), foi dizer que “o território não é de natureza individual” (p. 5). A autora cita, também, com suas palavras, o que Karol (2009) diz sobre território: “serve para confortar pelo sentimento de pertencimento, ajudando na cristalização das representações coletivas e símbolos que se encarnam em altos planos de significado” (ORLANDI, 2010, p. 6). Ao pensar discursivamente o pertencimento, o território e a territorialidade, Orlandi (2010) os associa ao sentir-se em casa, atualizando o significado do termo em latim, como parte dos processos de identificação, agora

com o país, com a Nação, com o Estado. Para que a língua espanhola conseguisse alcançar sua unidade (imaginária), ou seja, que fosse falada em vários países e ainda assim seus habitantes conseguissem se entender, houve (e ainda há) uma construção, um processo de significação que produz um sentimento de pertencimento entre os países que falam espanhol, e poderíamos dizer que a gramática foi (e está sendo) um dos meios utilizados para isso, como se fossem apenas um, e, juntos, diferentemente do restante do mundo, fizessem parte do *mundo hispánico*, falantes de uma só língua.

Por fim, segundo Orlandi (2010), a territorialidade pode significar, discursivamente, “a articulação entre o simbólico e o político, ou seja, as relações de sentido e de forças que atravessam a sociedade e a história em um espaço constituído por sujeitos sociais” (p. 6). Dessa forma, pode-se pensar territorialidade para além da perspectiva geográfica, observando o seu funcionamento discursivo nos prólogos analisados.

Orlandi, no prefácio da obra de Di Renzo (2012), que aborda as políticas linguísticas e o ensino do português como língua nacional do Brasil, aponta que “antes de se pensar um país como um território, há um desenho de fronteiras e limites não empíricos porque se constituem em espaços imaginários. Entre estes, os limites linguístico-imaginários” (ORLANDI, 2012a, p. 7).

Limites imaginários porque a língua, principalmente se gramatizada, em sua forma escrita, constitui o que Mariani (2007) define como “espaço de enunciação administrado” e, ainda que seja no âmbito do imaginário, durante o período de colonização, por exemplo, era preciso garantir a união das colônias e a utilização da língua espanhola nos territórios³ submissos à Espanha para que esta continuasse mantendo seu poder. Uma das maneiras de conseguir isso era por meio da língua, pois, além de se diferenciar com a de outros territórios, era também por meio dela que o indivíduo era significado e se significava como cidadão de uma nação, um território, mesmo que colonizado, sendo essa língua a pertencente à unidade

³ Lembramos aqui o Tratado de Madri (1750). Este tratado invalida o Tratado de Tordesilhas e redistribui os territórios de Espanha e Portugal na América, estabelecendo “que as terras eram de quem as havia ocupado. Como saber se a ocupação era de Portugal ou da Espanha naqueles lugares em que a população era predominantemente indígena? Um dos critérios era se naquela área se falava o português ou o espanhol” (LIMA; CARMO, 2008). Observa-se, portanto, a relação entre língua e territorialidade, pois a separação das terras, nesse caso, se fazia com base na língua que os sujeitos falavam.

hispano-americana e, se pensamos em um âmbito mais abrangente, à unidade pan-hispânica.

Como diz Mariani (2007, p. 91), “a história socio-política das línguas é também a história socio-política da construção de identidades nacionais”. Elaboram-se instrumentos linguísticos para tentar unificar a língua “na função de língua da nação e da colonização, uma associação, enquanto língua nacional, a seu papel de legitimação do Estado Nação” (MARIANI, 2007, 93-94). Busca-se garantir a constituição de uma identidade nacional e, conseqüentemente, uma nação (e sua defesa, se necessário), em uma tentativa de manipular a hegemonia territorial: é “uma [...] língua a ser usada pelos cidadãos, algo que demarca um território e afirma o pertencimento a uma determinada formação social” (MARIANI, 2007, p. 91).

Nesses termos, colonizar implica a tentativa linguística de desfazer a opacidade da nova terra, tornando-a transparente em termos das denominações, das traduções, do aprendizado das línguas desconhecidas e da resignificação linguístico-cultural de práticas discursivas e não-discursivas diferenciadas. Lentamente vai se processando a transformação do espaço geográfico “selvagem” e, portanto opaco e indistinto, em espaço administrado, transparente, domesticado linguisticamente, de forma a absorver o heterogêneo, a alteridade (MARIANI, 2007, p. 109).

Dessa forma, a partir do imaginário e dos conhecimentos europeus, buscou-se homogeneizar linguisticamente o diferente para conseguir administrar a nova terra e seus habitantes, em um processo de construção nacional e de identificação identitária com essa nação. Um exemplo dessa relação entre língua, nação e identidade ocorreu no século XIX, no Brasil. Segundo o estudo de Dias (2001), no século XIX começaram a surgir estudos mostrando que havia diferença entre a língua falada em Portugal e a língua falada no Brasil e, com isso, começaram discussões sobre mudar o nome do idioma falado no Brasil, o que movimentaram questões de identidade linguística e sentimentos nacionalistas, e, conseqüentemente, de territorialidade. “Nas décadas de 1930 e 1940, ao lado de *língua brasileira*, três nomes apareciam com frequência como designação da língua oficial do Brasil: *língua nacional*, *língua pátria*, e *língua do Brasil*” (DIAS, 2001, p. 190, grifos do autor). Sendo assim, são designações “ancoradas na pertinência e/ou abrangência (*língua nacional*), origem do falante (*língua pátria*) ou localização (*língua do Brasil*)” (DIAS, 2001, p. 191, grifos do autor).

Para Dias (2001), a discussão não se tratava apenas da diferença linguística entre os países, “mas no sentido que adquiria essa mudança em relação a um quadro interno ao próprio País” (DIAS, 2001, p. 192).

Nesse momento, estava em jogo um conceito de cidadania; isto é, a questão da nacionalidade da língua estava em função de uma imagem discursiva do falante, enquanto membro de uma nação. O nome *língua brasileira* adquiria sentidos relativamente a um espaço no qual a nacionalidade cruzava com a cidadania. Tendo em vista que a expressão *língua brasileira* tem como correlato semântico “língua falada pelos brasileiros” colocava-se a questão do estatuto da nacionalidade a partir do estatuto do homem que constitui a nação (DIAS, 2001, p. 192, grifos do autor).

Dessa forma, podemos observar uma relação entre língua e nação, língua e cidadania, principalmente em um momento de construção nacional, em que era preciso reafirmar essa nacionalidade e essa cidadania, sendo a língua uma das estratégias mais utilizadas para isso, uma vez que o falante conseguiria criar uma imagem do mesmo enquanto membro de uma nação, um território, delimitado, imaginariamente, pela língua.

Com isso, pensando no contexto espanhol e hispano-americano, havia uma necessidade de instituir um discurso homogeneizante que se fazia presente na política linguística colonial, e pós-colonial, principalmente na tentativa de imposição da língua considerada oficial da Espanha, a partir da qual se tentava que as demais variantes fossem encobertas ou silenciadas, assim como as demais línguas indígenas faladas nas colônias e, inclusive, as outras línguas dentro da própria Espanha. Seria, portanto, uma “domesticação da realidade local” (BORGES, 2001) para adequar-se às necessidades da metrópole, por meio da domesticação da diferença, redução ou silenciamento (ORLANDI, 2007) do que, no imaginário, as fazia ser diferentes.

Borges (2001), ao escrever sobre a instituição de línguas gerais no Brasil, diz que “a utilização das línguas nativas pelo europeu fazia parte de uma estratégia de dominação e ocupação da terra” (BORGES, 2001, p. 202). Poderíamos dizer que o mesmo parece ter acontecido na América Hispânica com a publicação de gramáticas de línguas indígenas, nos séculos XVI e XVII, como por exemplo: *lengua*

general de los indios de los Reynos del Perú (1560), *lengua quichua* (1619) e *lengua guarani* (1640)⁴.

Ao comentar a imagem, na memória de muitos brasileiros, da existência de uma língua comum a todos os índios, Borges (2001) traz uma reflexão que podemos pensar a respeito do espanhol na América Hispânica e a produção de uma indiferenciação linguística (MARIANI, 2007) nos falantes da Hispano-América, o que direcionaria sentidos com relação à maneira como a memória, no caso espanhola, se impõe sobre os colonizados e suas línguas:

No que concerne ao imaginário e à memória linguística brasileiros, há uma recorrência da imagem de uma língua comum a todos os índios. A implicação disso é que subjaz à concepção de uma categoria genérica –o índio – que indiferencia todos os grupos indígenas. Esta categoria uniformizadora pressupõe que, a despeito das diferenças étnicas e linguísticas, os índios compartilhem uma identidade comum, a partir da qual estabelecem entre si uma espécie de comunidade supraétnica (BORGES, 2001, p. 215).

Podemos dizer que haveria também uma imagem do hispano-americano genérico que fala um espanhol *comum*, entendido por todos, que não deixa de ser, assim como no exemplo citado por Borges (2001), um subproduto do processo colonizatório (e pós colonizatório, no caso espanhol), com sua política de silenciamento das diferenças da língua espanhola falada nas nações hispano-americanas. Fazem, inclusive, assim como fariam os índios citados por Borges (2001), parte de uma comunidade maior que atualmente é conhecida como *panhispánica*.

Como mencionado anteriormente, tenta-se silenciar as diferenças e consequentes dispersões. Assim, por meio de políticas linguísticas ou com o processo de gramatização⁵, tenta-se produzir a “legitimação de um território único de significação como garantia de unidade nacional” (DI RENZO, 2005, p. 5). Devido, também, aos escritos, à “força institucionalizadora de uma língua escrita” (MARIANI, 2007, p. 85), que traz uma memória, a manutenção da relação língua e territorialidade continuaria devido à reiteração da memória do colonizador sobre sua língua e sua história. Parte dessa retomada foi feita pela *Real Academia Española*

⁴ Processos de gramatização distintos que ocorreram na América Espanhola, mas que não é objeto de análise da presente pesquisa.

⁵ A noção será definida, posteriormente, na seção 1.2 deste capítulo.

em seus instrumentos linguísticos, que eram (e ainda são) utilizados no ensino da língua aos falantes tanto da Espanha quanto da América Hispânica e de outros países. O culto aos clássicos, aos “bons” escritores, a língua do “bem falar e escrever” era a dos escritores espanhóis; inclusive após a independência das colônias, como veremos no capítulo 4.

No entanto, houve também descontinuidades produzidas por movimentos pós-independência na América Hispânica, que reivindicaram mais autonomia nas decisões linguísticas, e ainda “produzem seus efeitos políticos de imposição/resistência a determinados sentidos na heterogeneidade linguística das nações” (MARIANI, 2007, p. 90) antes colonizadas. São produções que podem ser consideradas como lugar de resistência a esses processos de indiferenciação quando insistem em se significar de maneira contrária ao que é proposto para a “língua oficial”. Como exemplo, tem-se o artigo de Andrés Bello e Juan García del Río, publicado em 1823, “*Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar y uniformar la ortografía en América*”, no qual se mostravam a favor do critério fonético e não do etimológico, utilizado pela RAE.

Outro exemplo seria o lugar que a língua guarani ocupa atualmente no Paraguai. Rodríguez Alcalá (2001) comenta que nos trabalhos sobre esta língua no país há um consenso sobre a

atitude positiva generalizada de aceitação da língua, determinada pelo ‘orgulho’ e pelo ‘amor’ por ela que os paraguaios sentiriam. A explicação dessa atitude, desses ‘sentimentos’, estaria no forte nacionalismo que existiria entre os paraguaios, que os levaria a exaltar, até a apologia, os símbolos nacionais, entre os quais o guarani ocuparia um lugar privilegiado (RODRÍGUEZ ALCALÁ, 2001, p. 261).

Esses trabalhos, segundo Rodríguez Alcalá (2001), caracterizam essas atitudes por uma função nacionalista da língua e uma função emotiva, que estaria relacionada com o amor que os paraguaios sentem. A autora, no entanto, acredita que o nacionalismo desses discursos de apologia “é um nacionalismo ao mesmo tempo totalitário e colonialista, e tal colonialismo se apoia na ideia de que toda cultura que não pertence à tradição greco-latina é inferior” (RODRÍGUEZ ALCALÁ, 2001, p. 265). Para Rodríguez Alcalá (2001), essa inferioridade da tradição indígena é sustentada ao se utilizar o argumento do “natural” em oposição à racional, razão e intelecto. Nesse sentido, a justificativa que se dá de que o guarani seria a língua dos

afetos, constitui “ainda que ‘bem intencionada’, da ‘inferioridade’, do ‘primitivismo’, atribuído a uma língua ‘afetiva’, ‘natural’ como o guarani em relação a uma língua europeia ‘evoluída’, ‘elaborada’, ‘racional’ como o espanhol” (RODRÍGUEZ ALCALÁ, 2001, p. 265).

Após a colonização, formou-se uma comunidade dos países que falam a língua espanhola, muitas vezes mencionada como *mundo hispánico*. Política e economicamente, como será explicado no próximo capítulo, a Espanha dominará, estando presente na maior parte dos países que antes foram suas colônias, seja com a implementação de empresas ou com a presença notória de editoras e livros para o ensino da língua. Como pano de fundo, há um discurso de unidade linguística entre Espanha e os demais países que falam espanhol, ou seja, suas ex-colônias, discurso marcado pelo uso dos termos *panhispanismo* ou *panhispánico*, que sustentam a ideia de unidade na diversidade, na variedade. Nas palavras de Arnoux (2014, p. 247 *apud* CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015, p. 272), o *panhispanismo* supõe

‘una política de área idiomática cuya importancia se ha acentuado con el avance del proceso de globalización y que se sostiene en la declarada gestión democrática de la *lengua compartida*’ (destacados nuestros). Como tal, agrega la autora (ibídem, ídem), se caracteriza por el desplazamiento de lo cultural y lingüístico a lo político y lo económico (ARNOUX, 2014, p. 247 *apud* CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015, p. 272).

Celada, Costa e Brianezi (2015) analisaram dicionários da língua espanhola e seus apontamentos também nos auxiliaram nas reflexões sobre as gramáticas hispânicas, pois possuem a mesma ocorrência de coordenações:

[...] frente al ideal de igualdad proclamado por la reunión y autoría de “todas las Academias”, se organiza una desigualdad real, trazada sobre el cuerpo de la lengua. En nuestro caso, el espacio de enunciación supera el ámbito de lo nacional, pues aparece delimitado mediante las coordinaciones [...] (“España y los países hispánicos”, y “la Real Academia Española, con la colaboración de las Academias hermanas”) y que remiten a un espacio que se configura claramente al vincularlo a la *estructura del imperio* que, como dice Ludmer (2010, p. 190), permanece “en el territorio de la lengua: uno arriba, la autoridad (y una nación), y muchos abajo (una región)”¹⁹. Son los sentidos de imperio y de colonización lingüística los que constituyen la contradicción histórica de la que hablamos, dando impulso a un proceso de (des)colonización lingüística que se materializa en la red de especificaciones que sirven para designar los diccionarios llamados hispánicos (CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015, p. 274).

Dessa forma, apesar de divulgarem um discurso de igualdade, ainda se observa uma estrutura de império, na qual há uma nação como autoridade, no caso a Espanha, e diversas regiões “abaixo”, sob seu comando, seguindo suas ordens, no caso os países que formaram a antiga América Espanhola. Em nosso *corpus*, identificamos, por exemplo, os seguintes casos, semelhantes aos das autoras citadas, no prólogo da *Nueva Gramática de la Lengua Española* (2009), publicado pela RAE e ASALE: “*la Academia Española y sus veintiuna Academias hermanas*”, “*Los acuerdos de la RAE y la Asociación de Academias*”, “*La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española*”⁶ *dejan constancia de su gratitud*”. A RAE, a princípio, faz parte da ASALE junto com outras 21 Academias da Língua Espanhola, mas, nos exemplos anteriores, ela é separada das demais pelo conector aditivo “y”, como se não fizesse parte, fosse uma instituição a mais, além da ASALE. Voltaremos a esse ponto no capítulo 4.

Se pensarmos o processo de descolonização linguística, citado por Celada, Costa e Brianezi (2015), este significa que “a língua faz sentido em relação a sujeitos que não estão mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação” (ORLANDI, 2012, p. 11). Podemos perceber a contradição histórica que há, já que, embora não sejam imposições explícitas, haveria tentativas políticas por parte da Espanha para permanecer na estrutura de império, mesmo que a memória que “administra a relação destes sujeitos a sua língua não é mais uma memória exterior a seu campo de significação enquanto cidadão de um certo país, um sujeito com sua forma histórica, politicamente significado no mundo” (ORLANDI, 2012, p. 12).

Além das categorias anteriores, outra pertinente e recorrente em nosso *corpus* foi a temporalidade. Com relação à temporalidade, Nunes (2005) explica:

a AD não trabalha com a temporalidade empírica, cronológica, mas com a temporalidade dos processos discursivos. Um discurso remete a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens. Compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem (NUNES, 2005, p. 375-376).

São esses discursos dispersos no tempo, relacionados à memória discursiva, que analisamos para observar, em correlação com a temporalidade, se houve

⁶ No capítulo 2, comentaremos, com mais detalhes, a constituição da *Asociación de Academias*.

manutenção ou alteração de sentido e os efeitos produzidos. Ainda segundo Nunes (2007), ao mesmo tempo em que explicita continuidades e rupturas, a Análise de Discurso reflete sobre longos períodos, “identificando séries, mostrando os efeitos discursivos de imagens históricas tais como as da colonização, da Independência, da República, do Estado Novo, etc., que continuam produzindo seus efeitos” (NUNES, 2007, p. 377). O autor faz referência às imagens históricas do/no Brasil, mas em nossa análise serão igualmente importantes, por exemplo, os efeitos discursivos da colonização e da Independência dos países da América Hispânica que, como será visto mais adiante, produziram e continuam produzindo efeitos na relação entre os países da América com a Espanha e entre estes com a língua espanhola.

Para Zoppi Fontana (2012), a temporalidade pode ser representada linguisticamente no discurso pela morfologia de tempos e modos verbais e através de lexemas e expressões cujo sentido faça alusão a tempo. Dessa forma, pretendemos descrever o que seria, segundo Aurox (1992), o horizonte de retrospectão e de projeção, que observamos no *corpus* com relação, principalmente, à língua espanhola, à sua “unidade” e a esta língua na América, em uma narrativa que comporta um passado e, às vezes, um futuro, não necessariamente comentados e relacionados com um tempo cronológico. Sendo assim, analisamos, discursivamente, como essas formas determinam os enunciados. Em outras palavras, como diz Zoppi Fontana (2012),

não vamos considerar, em nossa análise, o funcionamento das *formas de representação da temporalidade* em relação às coordenadas espaço-temporais de um dado sujeito enunciador participante de uma determinada situação ou contexto comunicativo (o eixo *eu-aqui-agora* que serve de suporte imaginário para a ilusão subjetiva [...]) [...] Pelo contrário, vamos interpretar as formas de representação da temporalidade no discurso como marcas ou indícios na superfície discursiva, dos processos discursivos que determinam a *constituição do sujeito discursivo em um espaço específico de memória* [...] Em termos teóricos, [estas formas] nos permitem observar as operações discursivas de delimitações e filiações históricas através das quais o sujeito do discurso se dá imaginariamente uma memória [...]. Elas *linearizam como representação temporal no intradiscurso* (isto é, como relações de sequencialidade antes-depois, de continuidade e de ruptura de processos cronologicamente definidos) as *relações de contradição, dominância e sustentação que se estabelecem entre as diferentes formações discursivas* que coexistem no interdiscurso: é a ação do interdiscurso como *memória discursa* agindo no intradiscurso na produção de diversos *efeitos de memória* nos enunciados (ZOPPI FONTANA, 1997, p. 145 *apud* ZOPPI FONTANA, 2012, p. 233-234, grifos da autora).

Com base nessa teoria, analisamos os discursos que possuíam as temáticas citadas anteriormente, observando como significam e ressignificam a língua espanhola, a América Hispânica e a língua espanhola falada nos países que a constituem. Nos prólogos mais atuais do nosso *corpus*, por exemplo, os enunciados são marcados por temporalidades lançadas para um futuro que tende a aumentar e para uma língua cada vez mais transnacional – expliquemos.

Para o contexto atual, Zoppi Fontana (2009) propõe considerar a existência de espaços de enunciação transnacionais e línguas transnacionais. Segundo a autora, “não se trata de um espaço onde se *apaguem as fronteiras entre as línguas*; ao contrário, é necessário o reconhecimento dessas fronteiras para que aconteça seu *transbordamento*” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 21, grifos da autora). É esse transbordamento das fronteiras territoriais pelas línguas nacionais que o caracterizam. Quando há esse movimento, a língua que transborda as fronteiras passa a ser, segundo Zoppi Fontana (2009), uma língua transnacional:

Definimos, então, uma **língua transnacional** a partir de sua projeção imaginária sobre as outras com as quais se encontra em relação de disputa pela dominação histórica de um espaço de enunciação transnacional, representando-se como cobertura simbólica e imaginária das relações estabelecidas entre os falantes das diversas línguas que integram esse espaço. Trata-se de uma *língua nacional que transborda* as fronteiras do Estado-Nação no qual foi historicamente constituída e com o qual mantém fortes *laços metonímicos* (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 21, grifos da autora).

Consiste, portanto, em considerar as imagens produzidas nos processos discursivos que significam a língua espanhola, ou seja, a língua nacional no *corpus*, uma “língua de comunicação internacional” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 22), presente, principalmente, em discursos de internacionalização e mercantilização⁷. Essa língua, no entanto, apenas transborda as fronteiras do Estado-Nação, pois um dos objetivos é que a língua de determinado lugar ou país penetre em outros territórios para além de suas fronteiras, para além de seus mercados, para aumentar seu espaço de enunciação.

Até o momento estivemos explicitando, principalmente, as contribuições dos dispositivos teóricos e analíticos que utilizamos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa em nosso modo de leitura do *corpus*⁸. No entanto, como dissemos

⁷ Por exemplo, como língua oficial do MERCOSUL e da União Europeia.

⁸ Ao longo de nossas análises, contudo, inseriremos outras noções que se façam necessárias.

inicialmente, articulamos essas contribuições também com as do campo da História das Ideias Linguísticas (HIL).

1.2 (Re)visitando os conceitos advindos da História das Ideias Linguísticas

Segundo Nunes (2008), a AD e a HIL se articulam no que diz respeito a uma visão histórica das ciências da linguagem. Há distanciamento entre ambas no que se refere aos métodos, pois cada uma tem seus métodos específicos, mas “a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção” (NUNES, 2008, p.109).

Outro ponto, segundo o autor, é que na linguística moderna diversos estudos com objetos considerados normativos e não científicos foram negligenciados. No entanto, da perspectiva da HIL, “gramáticas e dicionários são vistos como instrumentos linguísticos e têm sido estudados também como objetos discursivos, conforme os trabalhos de A. Collinot e F. Mazière (1997)” (NUNES, 2008, p.110). Com relação à AD, por ser um modo de leitura, composto por dispositivo teórico e analítico, que considera as condições de produção, pode contribuir para os estudos da HIL da seguinte maneira:

Tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna. Tais discursos atestam, de fato, modos específicos de se produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas (NUNES, 2008, p.110).

Dias (2014) comenta outro desafio do entremeio HIL-AD que seria a própria escrita, “pois, ao longo do processo de escritura, permanecemos determinados pela tensão do trabalho de leitura entre a memória institucionalizada e os efeitos de sentidos dessa memória” (DIAS, 2014, p. 16). Isto se deve às tentativas de não legitimação de interpretações, devido às definições e memória institucionalizadas, e se deve ao trabalho de leitura interpretativa e de produção de um texto (escrito). Em outras palavras, são processos que se constituem

gestos de interpretação em meio a lacunas, a contradições, equívocos, em que se faz necessário um suporte teórico que ancore nossa compreensão sobre o objeto de estudo para que se possa trazer outros sentidos possíveis aos fatos e acontecimentos (DIAS, 2014, p. 19).

A tarefa do analista de discurso seria, para Dias (2014), a de contribuir para a compreensão do discurso, por meio da construção de um dispositivo teórico de análise que auxilie o analista a trabalhar com a ideologia por meio de sua “relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando a relação com a língua, consigo mesmo e com a história” (DIAS, 2014, p. 24). Podemos, dessa maneira, segundo a autora, relacionar a construção do dispositivo a partir de uma posição sujeito analista que faz HIL, pois fala sobre o conhecimento linguístico, filiando-se à AD e considerando a ideologia presente nas interpretações feitas em HIL e, também, na própria história de vida; “tais determinações, por sua vez, devem ser trabalhadas pela teoria em consonância com a potencialidade dos sentidos do objeto em análise” (DIAS, 2014, p. 25).

Com relação ao conhecimento linguístico em HIL, para Aroux (1992), o saber linguístico pode ser epilinguístico, quando não é colocado em representação, e, posteriormente, metalinguístico, ou seja, construído e manipulado com a ajuda de uma metalinguagem, e objeto de quem estuda a história dos conhecimentos linguísticos, como, por exemplo, o saber como é colocado nas gramáticas as quais pertencem os prólogos que analisamos. Vale destacar que, para o autor, em toda cultura encontram-se os elementos de uma passagem do epilinguístico ao metalinguístico.

Aroux (1998) enfatiza que o processo de surgimento da escrita é uma representação metalinguística, a condição de possibilidade de um saber linguístico. A invenção da escrita é considerada pelo referido autor como a primeira revolução⁹ tecno-linguística na humanidade. É um fenômeno que ocorreu da transposição do suporte áudio-oral para o suporte gráfico, mantendo a identidade da linguagem. Esta transposição é considerada a mais importante pelo autor, pois este suporte utiliza a bidimensionalidade do espaço plano e foi o primeiro que proporcionou à fala humana a subsistir sem a presença de um som.

⁹ Vale lembrar que Aroux (1992) não toma revolução como na Análise de Discurso, a partir de uma releitura do marxismo, mas sim a partir dos estudos sobre estética do filósofo francês Jacques Rancière.

Com o surgimento da escrita houve, conseqüentemente, o nascimento de novas formas de poder. Mariani (2004) cita como exemplo o aprendizado da língua dos indígenas pelos portugueses e bandeirantes como forma de conversão e dominação da terra, durante o período que ela denominou de colonização linguística, que “supõe a imposição de ideais linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Podemos observar fatos históricos semelhantes nas colônias espanholas. Lévi-Strauss (1962) também observa que a constituição de sociedades hierarquizadas está ligada ao aparecimento da escrita. Concordando com o autor, Aroux (1992) acrescenta que, desde sua origem, a escrita possui relações com a organização social e com as diversas instâncias de poder dentro das sociedades. No entanto, por outra parte, a escrita muda a natureza das ligações sociais ao tornar possível a estabilidade e a conservação da lei e da ciência, criando novas formas de liberdade do homem.

O surgimento da escrita transformou o estatuto da fala humana ou, como diz o autor, a ecologia da comunicação (AUROUX, 1992). Nesse esteio, o referido autor ressalta que com a escrita há a tentativa de fixar a língua, substituir sua expressão pela exatidão, por meio de um recorte consciente do que antes só era expresso oralmente e mantido na memória. A variabilidade das línguas diminui com essa formalização, permanecendo, sobretudo no oral, as marcas de especificidades individuais e sociais, muitas vezes vistas como inferiores. É interessante observar, por exemplo, em nosso *corpus*, a diferença com que são tratadas a escrita e a oralidade em: *En las extensas zonas del castellano que desconocen la forma vosotros cantáis se debe enseñar, no para usarla en la conversación, sino para reconocerla en los textos (literarios o no), y poder emplearla en la lengua escrita.* (1974). Observa-se que está direcionado a espanhóis, que são comumente conhecidos por usarem a variante do espanhol que utiliza *vosotros*, e, como mencionou Aroux (1992), há uma marca específica social na oralidade (a não utilização desse pronome), mas é necessário que se aprenda para utilizá-lo na escrita, considerada a forma mais exata e fixa da língua.

Para a história dos conhecimentos linguísticos, o surgimento da escrita foi fundamental. A descontextualização da fala por meio da escrita foi uma propriedade essencial para o surgimento das ciências da linguagem. Segundo Aroux (1992), estas só surgiram quando houve a passagem de um saber epilinguístico para um

saber metalinguístico, quando houve uma consciência linguística e quando a linguagem se tornou um objeto de estudo. Essas reflexões linguísticas só se iniciaram após a constituição dos escritos¹⁰ das civilizações em questão. No entanto, para Auroux (1992), o que faz realmente começar essas reflexões é a alteridade, do ponto de vista escrito: quando houve a tentativa de ler textos que não correspondiam mais ao estado atual da língua, quando precisavam decifrar um texto ou transcrever em outra língua.

Outra possibilidade surgida com a escrita, segundo Goody (1977 *apud* AUROUX, 1998), foi a composição e utilização de tabelas não mais apenas em discursos lineares como na linguagem oral. As tabelas utilizam a bidimensionalidade do espaço plano. Sendo assim, não há somente o discurso linear, o falante pode percorrer uma lista escrita, pular elementos, contar, numerar, reler etc. Dessa maneira, começam a ver diversas regularidades que não apareciam ou não percebiam nas trocas linguísticas. Essa possibilidade de regularização de paradigmas seria a razão gráfica. As gramáticas e os dicionários dependem desta razão gráfica para existir, que possui, além disso, características como objetivação e bidimensionalidade, já citadas anteriormente. Com as tabelas, os instrumentos linguísticos e essa percepção de regularidade, passa-se não mais a apenas observá-las, mas a impô-las aos fenômenos orais.

A gramática e o dicionário foram formas escritas encontradas para materializar os saberes metalinguísticos. Desde o século V até o final do século XIX houve um processo de gramatização (AUROUX, 1992) massivo das línguas do mundo, a partir, inicialmente, da tradição linguística greco-latina. Como já definido na nossa introdução, reiteramos que esse processo “conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65), que, junto com a imprensa, constituem a segunda revolução técnico-linguística, posteriores ao advento da escrita, e a primeira revolução tecnológica: a gramatização. Como consequência, cria-se uma rede homogênea de comunicação, mas em proveito de uma região do mundo que, inicialmente, foi a Europa. Nesse contexto, acontecem outras transformações nas ciências da linguagem, tendo,

¹⁰ Souza (1994), em sua tese de doutorado intitulada “Discurso e Oralidade: um estudo em língua indígena”, aponta para questões outras, nas quais seria possível observar processos metalinguísticos em povos de cultura ágrafa. No entanto, não nos aprofundaremos nessa crítica em nossa dissertação, já que trabalhamos com uma língua europeia e extensamente gramatizada.

entretanto, a gramatização como fenômeno central: o interesse prático da gramática em direção ao domínio das línguas, a partir do qual a gramática tornou-se um meio de aprender a descrever as línguas. Desenvolveram-se teorias importantes em relação à linguagem humana, como a gramática especulativa medieval e a geral (AUROUX, 1992), surgiram os dicionários monolíngues, avançaram os estudos de localização das línguas faladas e meios para estabelecer suas formas de estruturar-se e suas filiações.

No final do século XV e início do século XVI, ou seja, no marco da Idade Moderna, há, segundo Chauí (1995 *apud* DIAS, 2014, p. 80), uma reconfiguração da relação entre as artes liberais e mecânicas: valorizam-se as artes mecânicas e o corpo humano, e consolida-se a divisão entre arte e técnica, sendo a técnica “associada ao que é útil aos homens (medicina, agricultura, culinária, artesanato), e a arte associada ao belo (pintura, escultura, arquitetura, poesia, música, teatro e dança – Belas Artes/Sete Artes)” (DIAS, 2014, p. 80).

Dias (2014), considerando a leitura de Chauí (1995) sobre arte e técnica antes e depois desse marco, se questionou sobre a constituição das definições de gramática (teórica e empírica), tendo em consideração a separação entre arte e técnica/tecnologia (ciência). Assim como nos mostrou Dias (2014) no processo de gramatização brasileira, no processo de gramatização da língua espanhola há gramáticas designadas por *arte*, relacionadas com o belo e a arte (conhecimento empírico), advindas da tradição do bem falar e escrever dos escritores, e, ao mesmo tempo, outras designadas por *ciência*, constituídas por um saber teórico determinante da relação técnica/tecnologia, em correspondência com a constituição de formas de saber.

Em outras palavras, na perspectiva moderna, Dias (2012, p. 80) cita Chauí (1995) e explica que “a técnica é um conhecimento empírico, que elabora um conjunto de regras e de práticas para agir sobre as coisas, enquanto a tecnologia é constituída de um saber teórico, que se aplica na prática”. Ainda segundo as autoras, “um objeto é tecnológico quando sua construção pressupõe um saber científico e quando seu uso interfere nos resultados das pesquisas científicas. A ciência moderna tornou-se inseparável da tecnologia” (CHAUÍ, 1995, p. 255 *apud* DIAS, 2014, p. 80-81). Dessa forma, podemos compreender efeitos de sentidos produzidos ao se considerar a gramatização como a segunda revolução técnico-linguística e a primeira revolução científica do mundo moderno.

Ademais, segundo Auroux (1992), a gramática, durante um tempo, começa a ter o mesmo significado que filologia, ou seja, é onde descrevem as línguas, além de ser concebida como uma técnica pedagógica de aprendizagem de línguas desde o século IX, com a passagem do latim ao estatuto de segunda língua, e seu ensino, com a gramática latina, se tornou uma técnica de aprendizagem das demais línguas para os europeus. Já em Nebrija (1492) haveria esse sentido da gramática como técnica de aprendizagem, pois em seu prólogo dizia que tinha a finalidade de, além de fixar a língua de *Castilla*, facilitar a aprendizagem do latim aos que viviam no Estado em construção e permitir aos estrangeiros aprenderem o castelhano.

Sobre o impacto da gramática em uma língua e a questão do imaginário de completude e unidade que se tem quando se produz uma gramática, Dias (2007) diz: “[e]m primeiro lugar, a gramática é afetada por uma unidade da língua historicamente projetada. Com efeito, uma língua não suporta uma completude em si mesma. Ela se beneficia da força aglutinadora advinda da sua contraparte: o idioma” (DIAS, 2007, p. 184). E idioma seria, então, para Dias (2007):

[...] a língua, apreendida como idioma, se constitui pela projeção de uma unidade, aglutinada no imaginário social, e determinada pelas coerções de ordem histórica. E é em função dessa unidade que se configuram as designações do tipo *gramática da língua portuguesa*, *gramática da língua francesa* ou *gramática da língua espanhola* (DIAS, 2007, p. 184, grifos do autor).

Considera-se o Renascimento o período em que se formou o eixo dessa segunda revolução técnico-linguística. Houve, anteriormente, gramatização de outras línguas, mas não é considerada comparável ao processo massivo de gramatização que se deu no final do século XV com as línguas que dominaram a história da Europa. É interessante observar, no entanto, que a gramatização das línguas europeias é contemporânea a dos outros continentes, como a das línguas ameríndias, já citadas anteriormente. Na Idade Média, a falta de gramatização dos vernáculos não se deveu à falta de meios, mas à falta de interesse, uma vez que o latim, apesar de circular nas sociedades juntamente com os vernáculos, cada vez mais deixava de ser utilizado nas práticas cotidianas. Dessa forma, o que começou como o projeto de cristianização da igreja medieval, continuou no início da época da colonização, das línguas ameríndias, feitas por missionários, e, após a constituição dos Estados nacionais, como dizem Gadet e Pêcheux (2004), houve o planejamento

de um projeto político que pensasse nas questões linguísticas, no qual a constituição da língua nacional se daria “através da alfabetização, aprendizagem e utilização legal dessa língua nacional” (GADET; PÊCHEUX, 2004).

Dessa maneira, o Estado atuou, e continua atuando, como diz Colaça (2013, p. 67), como “regulador do político na linguagem e o faz de maneira a garantir uma unidade (imaginária) promovendo a imagem de uma língua”. Essa unidade é necessária para que possa se sustentar sob o princípio uma nação - uma língua – um poder centralizado, onde se silencia a diversidade, a variedade. Com isso, tem-se uma língua, a língua nacional, no nosso caso, a língua espanhola, falada, imaginariamente, por todo cidadão, determinada pelo Estado, a língua das instituições de poder, a que torna o ser cidadão. Além disso, como ressalta Colaça (2013), os silenciamentos que a gramatização impõe impedem uma discussão do lugar das outras línguas que podem existir em um mesmo Estado.

O contexto histórico que afetou a Europa, no período do Renascimento, influenciou um desenvolvimento no mundo latino. Em um mesmo território, observam-se, simultaneamente, uma tentativa de dispersão e fragmentação do latim e a uma persistência para sua unificação. Com isso, segundo Aurox (1992), a orientação prática da gramática muda: deixa de ser apenas uma etapa do acesso à cultura escrita e passa a ser uma técnica de aprendizagem de uma língua, no caso o latim, segunda língua que um europeu do século IV deveria aprender.

O fundo latino constituiu uma unificação teórica, uma rede de conhecimento linguístico. Em outras palavras, a metalinguagem utilizada em uma língua será mais ou menos a mesma para qualquer outra surgida nas mesmas condições. Dessa forma, há uma equivalência entre as gramáticas dos vernáculos desta época e o processo de gramatização é, em seu início, reversível: as gramáticas poderiam ser traduções umas das outras ou a gramatização de uma língua poderia ser o motivo para tornar acessível outra língua.

Segundo Aurox (1992), a primeira causa da gramatização é a necessidade de aprender uma língua estrangeira. Essa necessidade responde a diversos interesses práticos: (i) acesso a uma língua de administração; (ii) acesso a um *corpus* de textos sagrados; (iii) acesso a uma língua de cultura; (iv) relações comerciais e políticas; (v) viagens (expedições militares, explorações); (vi) implantação/exportação de uma doutrina religiosa; (vii) colonização. A segunda causa da gramatização diz respeito à política de uma língua dada (suscetível de

afetar a língua materna) e possui dois interesses: (viii) organizar e regular uma língua literária; (ix) desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo. Essas razões são provavelmente e qualitativamente as mesmas da Idade Média e do Renascimento. Supõe-se que antes não houve esse processo massivo de gramatização porque a aprendizagem das línguas estrangeiras consideradas vivas dava-se pela prática de imersão. Pensando no contexto do nosso *corpus*, a gramatização da língua espanhola estaria mais relacionada com a segunda causa, mais precisamente com desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno, uma vez que a Espanha estava em processo de formação como Estado Nacional, após a expulsão dos árabes da região sul, em 1492, assim como de uso externo, com o “descobrimento” da América, onde poderia expandir o número de falantes e colônias, também em 1492, ano de publicação da primeira gramática do castelhano nesta língua.

Com relação à segunda causa da gramatização, Orlandi (1998) apresenta a política linguística a partir de três posições distintas: 1) como razões do Estado e das Instituições que colocam a *unidade* como valor; 2) como o que regem as relações entre povos e nações, a *dominação* como valor; 3) como razões relativas aos que falam as línguas, a *diversidade* como valor. Com relação à unidade, a língua espanhola é língua de Estado para diversos países e, neste caso, normalmente, o Estado regula sua unidade (imaginária); ou, ainda no caso do idioma específico do nosso *corpus*, um país específico tenta regular a língua que está presente em vários países. A posição dois está relacionada com, por exemplo, toda a história das conquistas da Antiguidade, quando havia uma relação de dominação da língua dos conquistadores sobre os conquistados. Ainda segundo Orlandi (1998), na Idade Média, a língua do Saber era o Latim, porém, com o período da gramatização das línguas europeias, houve uma nova transformação e as línguas nacionais ganharam mais espaço. Por último, na terceira posição, admite-se a diversidade presente na língua como algo inseparável, apesar de uma intervenção que realmente leve em consideração essa diversidade não ocorra, principalmente politicamente ou institucionalmente, como no nosso *corpus*, quando citam e admitem a existência de variantes da língua espanhola, mas estas não são utilizadas na gramática.

As causas que agiram **sobre** a constituição dos saberes linguísticos foram a formação e administração dos Estados nacionais e a sua conseqüente relação com a exaltação da identidade nacional, a expansão colonial e o comércio, que

proporcionaram as relações entre línguas. Auroux (1992) diz que os vernáculos eram gramatizados sob uma orientação de que se pode aprender uma língua estrangeira através de sua gramática, dessa forma, qualquer que tenha sido o interesse por meio do qual se realizaram esses estudos, a característica principal era a de ter um interesse de conhecer. No caso da língua espanhola, por exemplo, na *gramática castellana* de Nebrija, de 1492, há uma parte dedicada ao ensino de espanhol para estrangeiros.

O processo de gramatização, no Renascimento, deslocou o meio linguístico das atividades intelectuais. Segundo Auroux (1992), o latim continuaria como língua de comunicação da ciência, mas as atividades intelectuais e religiosas da população se apoiaram sobre uma cultura e uma língua do vernáculo. Esta cultura corresponde a uma política linguística, uma vez que a expansão das nações acarretou uma luta entre elas, que gerou uma concorrência entre as línguas. Os Estados formados passaram a ensinar e usar apenas uma língua “oficial” que era obrigatória para os cidadãos e que, no caso da Espanha, era o *castellano*, língua utilizada por Isabel I, rainha de *Castilla*.

Segundo Auroux (1992), a gramatização dos vernáculos se deu juntamente com três elementos fundamentais: a renovação da gramática latina, a imprensa e a expansão de domínios territoriais de colonização; no caso da língua espanhola, a expansão colonial espanhola. Há a recusa da gramática latina, do latim medieval, e uma tentativa de restauração do latim da época clássica e da renovação de seu ensino. A imprensa permitiu o aumento da confecção de um mesmo texto e da sua consequente difusão. A inovação teórica tornou-se supervalorizada e os saberes tiveram sua instituição e permanência fragilizadas. Com a imprensa, aconteceu, também, a normalização dos vernáculos, pois com a difusão do livro impresso houve a difusão de normas de ortografia. Com as descobertas de outras civilizações, estabeleceu-se um contato com a alteridade e com conhecimentos novos que procuravam entender e dominar.

Auroux (1992) também explica que a gramática é um instrumento linguístico porque dá acesso a regras e formas da língua que não estão presentes na competência de um mesmo locutor. O conhecimento que os povos ocidentais tiveram a partir da gramatização serviu como um instrumento para dominar e acessar os saberes de outros povos, tomando consciência destes.

O aparecimento e a atuação dos instrumentos linguísticos afetaram (e ainda afetam), também, as práticas linguísticas. A norma escrita veiculada pelas gramáticas transforma pronúncias, suscita novas associações e reinterpretações semânticas, morfológicas, sintáticas etc., além de modificar a comunicação e a noção de patrimônio linguístico. No entanto, elas também ocasionaram o que o Aroux (1992) designa de "linguicídio" das línguas que não foram (ou foram pouco ou menos) instrumentalizadas.

Ainda segundo o autor, o processo de gramatização pode acontecer por:

(i) Endogramatização: a gramatização é feita pela comunidade local, por aqueles que têm conhecimento epilinguístico da língua gramatizada. Por exemplo, a maior parte das gramáticas de língua espanhola do nosso *corpus*, pois foi feita por espanhóis.

(ii) Exogramatização: a gramatização é feita, normalmente, de línguas que não possuem escrita, por aqueles que não possuem conhecimento epilinguístico da língua. Normalmente é feito por observação ou tradutores, podendo haver muitos desentendimentos e erros. Tem-se como exemplo os missionários europeus que fizeram gramáticas de línguas indígenas americanas. Por exemplo, as *gramáticas misioneras* da época colonial como *Grammatica o Arte de la lengua general de los indios de los Reynos del Perú* (1560), de Domingo Santo Tomás; *Arte y gramática general de la lengua que corre en todo el Reino de Chile, con vocabulario y confesionario* (1606), de Luis de Valdivia; *Arte de la lengua quichua* (1619), de Diego de Torres; *Arte, y bocabulario de la lengua guarani* (1640), de Antonio Ruiz de Montoya; e *Arte de la lengua mexicana* (1673), de Agustín Vetancurt.

Na colonização linguística (MARIANI, 2004), esse processo de gramatização era importante para o conhecimento e domínio da terra e, com os religiosos, para o ensino da fé cristã e a tradução de seus cantos¹¹. No entanto, como diz Mariani (2004), uma das maiores exclusões no processo de colonização linguística é que não há "direito linguístico de resposta", pois, a princípio, os índios não sabiam o que estavam falando sobre eles.

A história da gramatização mostra uma acumulação de conhecimentos e saberes. As gramáticas do latim, por exemplo, serviram de inspiração para muitas

¹¹ Era também por meio do ensino que se possibilitava a dominação. Era comum, por exemplo, a prática de teatros nos colégios dos jesuítas na América Hispânica, assim como no Brasil, como instrumento de educação das pessoas.

gramáticas durante esse processo de gramatização massiva. Essa conservação e acumulação do saber é, segundo Auroux (1992, p. 87), "a condição de possibilidade da própria gramatização". Sempre se aproveita algo feito anteriormente, ou seja, não se ignora todos os saberes a cada mudança de teoria. O processo de gramatização nunca termina, pois as línguas sempre evoluem¹² e é difícil definir o fim desse processo, já que foi e ainda é variável para cada língua.

Esse processo seria, para Dias e Bezerra (2010), a gramática como um saber sobre a língua, ou seja, um saber sobre gramática. Em outras palavras, é "um conjunto de estudos que descrevem ou explicam a língua" (DIAS; BEZERRA, 2010, p. 18). Para receber a designação de gramática, segundo os autores, a gramática deve apresentar uma visão integral da língua, ou seja, sua unidade imaginária, e uma diretriz pedagógica (DIAS; BEZERRA, 2010). Há, por outro lado, o saber gramática, que seria saber a língua, como uma competência internalizada, "objeto de estudo da teoria gerativa" (DIAS; BEZERRA, 2010, p. 18), e que não será nosso objeto de estudo.

Com a gramatização, observa-se que houve uma tentativa mais de criar normas, sistematizações, fixar as línguas, tornando-as algo que Orlandi e Souza (1988) denominam línguas-imaginárias: "São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção" (p. 28). Elas perdem a fluidez constitutiva e afetam o real, modelando-o, pois ao fazer uma gramática "deixa o que a língua é para ser como cremos que *deve ser*" (ORLANDI; SOUZA, 1998, p. 29, grifos das autoras). Portanto, estudar essas relações é estudar processos historicamente determinados, política e ideologicamente. A língua fluida, por outro lado, "é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas" (ORLANDI; SOUZA, 1998, p. 34). Dessa forma, ao fazer história das ideias linguísticas, se lida, como diz Nunes (2008), com variadas formas de política linguística que, no nosso caso, se apresenta, principalmente, em instrumentos linguísticos, instituições e formas de autoria.

¹² Ressaltamos que a Análise de Discurso não entende a língua como processo evolutivo, mas como base material para a produção de discursos.

1.3 Um passeio pelas gramáticas: produção de saber linguístico

Da perspectiva da HIL, gramáticas são consideradas instrumentos linguísticos e têm sido estudadas também como objetos discursivos. Como diz Orlandi (2001, p. 8), observar a gramática em relação com a sociedade e a história transforma esses instrumentos em “objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana”. Com isso, podemos dizer que a articulação da AD com a HIL acontece

tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna (NUNES, 2008, p. 110).

Como brevemente já indicado, outro ponto de contato entre ambas, segundo Nunes (2008), está na visão histórica da ciência, mais particularmente nas ciências da linguagem, considerando a diversidade em que se apresentam. Com relação às ciências da linguagem, para a HIL, seu início não acontece com os comparatistas, no século XIX, e depois com Saussure, no século XX, ou seja, com a linguística moderna, mas muito antes. Por isso, diz Nunes (2008, p. 107), ao utilizar o adjetivo linguístico, significa “qualquer saber produzido sobre a linguagem na história”.

Considerando esse contexto, desde o início do século XIX, segundo Auroux (1992), houve um aumento nos trabalhos relacionados à história dos conhecimentos linguísticos. O saber linguístico dá lugar a uma linguística institucionalmente autônoma, com um objeto específico: “as línguas nelas mesmas e por elas mesmas” (AUROUX, 1992, p. 31). Esse tipo de estudo, dos saberes que se constituíram ao longo dos anos sobre a linguagem humana, pressupõe sempre o contexto sócio-histórico de onde esse saber surgiu e se desenvolveu.

No âmbito hispânico, por exemplo, ainda no século XVIII publicam-se algumas gramáticas influenciadas pelas ideias filosóficas francesas (as gramáticas gerais e racionais), que ficaram mais conhecidas nos demais países da Europa no século XVII. Tais gramáticas se preocupavam em articular linguagem e pensamento,

formular leis que, segundo os autores, estavam presentes em todas as línguas, e explicar os procedimentos e mecanismos linguísticos de modo geral. Tem-se como exemplo as gramáticas de Gaspar M. de Jovellanos (1795), *Rudimentos de gramática general*; e a de José Gómez Hermosilla (1835), *Principios de Gramática General*. Em nosso *corpus* não consideramos essas duas gramáticas, pois em seus prólogos não havia menção à América Hispânica nem, às vezes, à língua espanhola, sendo geralmente uma apresentação da teoria linguística/filosófica, que dizia que “as línguas possuem uma estrutura geral e comum a todas elas e uma estrutura particular de cada uma. Há a necessidade da clareza na [...] exposição das regras [...]. É a razão que funciona na estruturação da língua” (DEZERTO, 2013, p. 36).

Como anteriormente mencionado, reformulações da definição de gramática feita por Donato no manual *Ars grammatica* é, segundo Colombat, Fournier e Puech (2017), a definição de gramática que se tornou mais comum nos compêndios gramaticais do ocidente: “a gramática é a arte de falar e de escrever corretamente, observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas” (DIAS, 2012, p. 76, tradução da autora). De acordo com Dias (2012), “o nome ‘gramática’ se constitui por uma relação com a designação ‘arte’ tanto na definição *a gramática é a arte* quanto no título *Ars grammatica*” (DIAS, 2012, p. 76, grifos da autora). Além disso, nessa definição se apresenta um modelo de correção fundamentado em um ‘uso comum’, o de escritores e poetas. Da mesma forma, no âmbito hispânico e em nosso *corpus*, podemos observar a filiação a essa forma de saber, por exemplo, no nome da gramática *Arte de hablar. Gramática filosófica de la lengua castellana*, de Eduardo Benot (1910). No título dessa gramática, a palavra *Arte* é retomada, assim como, possivelmente, as ideias defendidas e presentes na *Ars grammatica* de Donato, com prováveis deslocamentos de sentidos. É uma das poucas gramáticas gerais utilizadas em nosso *corpus*, e que podemos observar pela designação da gramática como *filosófica*. Outras gramáticas filiadas a esta mesma forma de saber também foram utilizadas, a *Primera gramática española razonada*, de Manuel María Díaz-Rubio y Carmena (1885), que também utiliza uma designação como referência (*razonada*) e *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*, de Rodolfo Lenz (início do século XX), que novamente usa uma designação para fazer referência (*general*).

Como se pode observar, é apenas no final do século XVIII que aparece uma gramática geral articulada com uma gramática do castelhano, a já mencionada

gramática de Jovellanos (1795), apesar de em 1817 já terem começado a traduzir Destutt de Tracy (ALCINA FRANCH; BLECUA, 2001, p. 85). Somente em 1835 há a publicação de uma gramática geral “original”, a de José Gómez Hermosilla, também já mencionada. Sobre as gramáticas gerais e seus métodos na Espanha, Arnoux (2008) diz que

es una expresión tardía y de vigencia limitada no solo por la situación española sino también porque el ciclo de las gramáticas generales ya había terminado en Europa debido más que nada a la necesidad de consolidar los Estados nacionales y homogeneizar lingüísticamente a la población, para lo cual la acentuación de lo que diferencia a cada lengua de las otras y la difusión de una lengua estándar son objetivos prioritarios (ARNOUX, 2008, p. 228).

Para isso, passará da razão como explicação para a racionalidade da descrição, priorizarão a simplicidade e a eficácia para homogeneizar a sociedade culturalmente e no que diz respeito à escolarização, para que a língua nacional, em sua norma culta, seja difundida pela escola por meio das gramáticas (ARNOUX, 2008, p. 239). O objetivo da maioria das primeiras gramáticas espanholas era impor uma padronização, baseada em regras gramaticais prescritivas, para que se conseguisse uma homogeneização da língua, evitando, assim, as “corrupções linguísticas” advindas, principalmente, do contato com outras culturas e povos. Essa ideia só começa a mudar com a gramática de Vicente de Salvá, *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla* (1830), na qual se apresenta a existência de diversos usos sociais e regionais da língua castelhana.

O que Arnoux (2008) e Malkiel (1964, p. 115) designam *expresión tardía*, para as gramáticas gerais na Espanha, Del Valle e Stheeman (2004a, p. 22) denominam “atraso científico y cultural de la nación con respecto a sus vecinos europeos”. Segundo Del Valle (2004, p. 115), os intelectuais espanhóis se preocupavam com o atraso na incorporação das novas ideias, pois, por exemplo, no início do século XX ainda não havia uma gramática histórica do espanhol e poucos estudos haviam sido feitos seguindo a perspectiva linguístico-histórica desenvolvida na época. Como diz Ennis (2008, p. 129), “esta misma falencia en la producción intelectual hace que en España todo deba ser traducido, incluso los libros acerca de la historia de España misma”. Também caracterizado por Del Valle e Stheeman (2004a, p. 22) de “vacío intelectual”, havia um sentimento de crise entre os intelectuais espanhóis, que passavam por uma política e uma economia instáveis.

Como diz Sarmiento (1986, p. 216), durante o início do século XIX, a Espanha passou por crises políticas, sócio-culturais e religiosas. Primeiro, a invasão napoleônica (1808-1813). Depois, uma etapa de tensão político-social (1814-1830) “caracterizada por la persecución de toda actividad ilustrada o innovadora y por el encarcelamiento o extrañamiento de las personas más destacadas” (SARMIENTO, 1986, p. 216). Nesse mesmo período, a Espanha perde seu poder sobre as antigas colônias e esse contexto se junta ao fato da expulsão dos jesuítas, já consumada desde 1767. Esse “vacío cultural” (p. 216) seria, portanto, uma consequência desses processos, uma das justificativas de por que a linguística espanhola continuou com os temas da origem e natureza da linguagem e a diferença de mais de 40 anos da criação entre a primeira cátedra do sânscrito em Paris (1814) e a criada na Espanha (1857) (SARMIENTO, 1986, p. 216), além do consequente aumento e preferência pelo estudo da perspectiva linguístico-histórica apenas no século XX.

Sarmiento (1986), assim como Del Valle e Stheeman (2004a), designa esta situação como atraso. Para o autor, apesar de ser difícil dizer o motivo principal desse atraso, se fosse indicar uma causa, diria “la misma que retardó en otros países el advenimiento de la gramática comparada: el *fanatismo religioso*” (SARMIENTO, 1986, p. 216, grifos do autor). Nos últimos anos do século XVIII e nos primeiros do século XIX, o tema em discussão era a existência de uma língua primitiva da qual se acreditava havia sobrado “restos” nas demais línguas após a confusão de Babel (p. 216):

En suma, todos los autores, ya cristianos ya judíos, no hallaban otro medio de conciliar la verdad revelada con el tema de la lengua primitiva, sino *dando por supuesto* que forzosamente se tenían que encontrar restos del primer idioma en las lenguas vivas. Por otra parte, los estudiosos racionalistas juzgaban, a su vez, que, demostrando la irreductibilidad de las lenguas a una sola, con la ausencia de esas huellas se armaban de un argumento irrefutable contra la religión. Estos obstáculos [...] sirvieron para estimular e intensificar los estudios de filología comparada. En España, sin embargo, por las circunstancias concurrentes, anteriormente señaladas, ayudaron a frenarlos todavía más (SARMIENTO, 1986, p. 217).

Para Sarmiento (1986, p. 217), a gramática comparada só conseguiu prosseguir quando “adversarios y defensores de la verdad revelada conocieron que no era arma ni pro ni en contra de la Religión el que persistiesen ó no los rastros del idioma primitivo en las lenguas hoy conocidas”. Foi, também, no século XIX, que o latim, língua muito associada à religião, deixou de ser mencionado nas gramáticas,

os autores começaram a ter como finalidade a de descrever a língua e a gramática passou a ser considerada como Ciência. Segundo Girón Alconchel (2000, p. 77), a gramática filosófica ou geral na Espanha, durante a primeira metade do século XIX, era considerada um instrumento para combater o latinismo presente nas gramáticas particulares. Antes da utilização das teorias francesas, as gramáticas ainda eram influenciadas pelo modelo greco-latino e renascentista.

Segundo dizem Alcina Franch e Blecua (2001, p. 86), o século XIX na Espanha “ha estado completamente fuera de la marcha mundial de la filología”. Para Blecua (1990), há uma “situación desértica” em material linguístico na Espanha em 1830, e designa o período teórico no país de “pobre situación teórica del siglo XIX” (BLECUA, 1990, p. 20). Ainda segundo os autores, e também em Blecua (1990), sobre este século,

la nota más característica es la ausencia total de comparatismo e historicismo en la investigación hispánica decimonónica. Esta ausencia, como también sucede en la mayor parte de Hispanoamérica, producirá a su vez, un gran desinterés por los problemas teóricos (ALCINA FRANCH; BLECUA, 2001, p. 164-165).

Em outras palavras, “esta ausencia de trabajos sobre cuestiones epistemológicas o simplemente metodológicas marcará decisivamente las investigaciones posteriores, que carecerán de autonomía teórica” (ALCINA FRANCH; BLECUA, 2001, p. 185). Foi com Menéndez Pidal e sua obra, no século XX, que, como diz Abad (1984, p. 9), Espanha mostrou que sabe fazer “saber filológico a la misma altura que el europeo”, de forma rigorosa e científica.

No início do século XX, há o que se considera um *nuevo espíritu de renovación científica* na Espanha com a fundação da *Junta para la ampliación de estudios e investigaciones científicas*. Com isso, os estudos são retomados, o país se incorpora à ciência europeia, usam-se métodos considerados mais científicos e exemplos mais parecidos com a língua “real” utilizada pelas pessoas. Um nome importante e conhecido foi Menéndez Pidal que, ainda no início do século XX, funda o *Centro de Estudios Históricos*, que será responsável, alguns anos depois, pela *Revista de Filología Española*, lugar onde se podiam publicar artigos, resenhas, notas críticas e bibliografia, modelo que seguiriam mais adiante todas as revistas de filologia do âmbito hispânico (MALKIEL, 1964, p. 115). Em nosso *corpus*, uma das gramáticas é publicada por meio desta revista e, conseqüentemente, por este

Centro: a de Rodolfo Lenz, *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana* (1925):

En 1915 tuve conocimiento del trabajo que don Rodolfo Lenz estaba redactando acerca de las partes de la oración con destino a los estudiantes chilenos. Me pareció que el tratado, tal como estaba concebido, podía tener también un interés grande para los españoles, y aun para los romanistas en general, y rogué al docto profesor que lo destinase a la colección de manuales que publica la *Revista de Filología Española*, a lo cual él accedió muy amablemente (LENZ, 1925 - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

Observa-se, assim, a abrangência que poderia alcançar tal revista e sua importância nesse processo de publicação e divulgação de trabalhos do que na época seria a filologia em seu conceito amplo, englobando vários campos do saber linguístico. Aparece, com isso, a figura do hispanista, ou seja, o especialista em determinado assunto relacionado com o mundo hispânico. Apesar de a revista aceitar publicar trabalhos de vários campos, a *filología* estava mais direcionada para as questões gramaticais, os estudos das partes presentes na gramática, assim como seu significado na Antiguidade, que, como diz Dias (2012), era: “uma forma de estudar o saber erudito”. Em nosso *corpus*, há uma menção aos *estudios filológicos* e, em seguida, aos fenômenos da linguagem e ao ensino da gramática:

Es de esperar que, con el progreso de los estudios filológicos en los países españoles, se dediquen los profesores también a esta tarea. Me daría por satisfecho si mis exposiciones los hicieran reflexionar sobre los fenómenos del lenguaje, para que no sigan enseñando la gramática mecánicamente, como se hace a menudo, sino que traten de hacer comprender a sus alumnos cuál es el mecanismo del pensamiento castellano (LENZ, 1925, - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

A fama e a forma de trabalhar do *Centro* chegam à América em 1923, em Buenos Aires, e começam um *Instituto de Filología* que, mais tarde, também fará publicações por meio de uma revista: *Revista de Filología Hispánica*.

Nos anos 1930, no entanto, houve a guerra civil¹³ na Espanha, ocasionando o desaparecimento do *Centro* e, conseqüentemente, das publicações, e vários autores também decidiram sair da Espanha. A partir de 1931, nas edições da Gramática da

¹³ A guerra civil espanhola começou em 1936 e durou até 1939, resultado de um confronto por disputa de poder entre forças nacionalistas comunistas e fascistas. Francisco Franco integrou o golpe de Estado em 1936, ganhou a guerra em 1939, instaurando o que ficou conhecido como a ditadura franquista, voltada para um nacionalismo extremo, que proibia o uso e o ensino de outras línguas dentro da Espanha sem ser a língua espanhola. Esteve no poder até seu falecimento, em 1975.

Real Academia Española começaram a empregar *española* no lugar de *castellana*, resultando em *Gramática de la lengua española*. Ainda assim, nessa mesma época, formam-se alguns linguistas como Emilio Alarcos Llorach, outro autor de quem também analisamos o prólogo de uma gramática. Devido a ele, passou-se a conhecer, na Espanha, duas vertentes importantes do estruturalismo europeu: a fonologia e a glossemática de Louis Hjelmslev.

Esse estruturalismo chega por meio da tradução, maneira importante de apresentar algo nas décadas de 1950 e 1960. Sobre a obra de Saussure, por exemplo, foi elaborada uma versão no *Instituto de Filología* de Buenos Aires. Na Espanha, o estruturalismo europeu teve uma difusão rápida, favorecida por trabalhos similares teoricamente com a crítica literária. As traduções do estruturalismo bloomfieldiano são mais tardias, de 1971, e também são feitas na Argentina. Observa-se a presença e uma preocupação da América Hispânica, neste caso da Argentina, na divulgação das teorias linguísticas para o mundo hispânico. Seria uma tentativa de virada “científica” para os estudos sobre a língua e de distanciamento dos estudos espanhóis?

Voltando à Espanha, o estruturalismo possuiu três características: propagação imediata, adoção sem inconveniente dos demais estudiosos historicistas na época e sua longa duração (MALKIEL, 1964, p. 121).

A partir da década de 1960, chegam, à Espanha, as teorias gerativistas, embora com uma certa resistência, não sendo compreendidas facilmente, levando à sua desqualificação. Foram publicados alguns trabalhos relevantes na área, inclusive pela *Universidad Complutense de Madrid*. Com o passar dos anos, os linguistas espanhóis procuraram mostrar as mudanças no modelo gerativista. A filologia, no sentido tradicional, continua na Espanha e convive com o estruturalismo e o funcionalismo, ainda que haja alguns seguidores da gramática gerativa (MALKIEL, 1964, p. 124). Em 1974, Martín Alonso publica a 2ª edição da *Gramática del español contemporáneo* mostrando um momento de ruptura com um passado de publicações voltadas para a Gramática Histórica.

Em 1994, Emilio Alarcos Llorach publica a *Gramática de la lengua española*, na qual expõe as características orais e escritas do espanhol utilizado no século XX. Para o autor, a norma se relaciona com a frequência de uso e varia dependendo do uso que os falantes fazem dela. No final do século XX, em 1999, Ignacio Bosque e Violeta Demonte publicam a *Gramática descriptiva de la lengua española*, uma obra

mais moderna e diferente pelo fato de ter sido feita de forma coletiva, integrando diferentes perspectivas. É um estudo que se diz descritivo da língua espanhola, feito com a participação de 73 especialistas na elaboração de 78 capítulos da gramática divididos em 3 volumes. A ênfase deixa de estar na história da língua e passa-se a olhar os fenômenos hodiernos que se manifestam nela, na tentativa de observar seus possíveis usos reais, suas características e estruturas, sem designar qual seria o uso certo e qual o errado.

A *Nueva Gramática de la Lengua Española* (2009; 2011), além de ter sido publicada em um novo contexto sócio-histórico e político, traz o adjetivo *nueva* em seu nome, junto com as formas de saber mais recentes no âmbito da Linguística e, principalmente, com relação ao panhispanismo. Pela descrição detalhada de todo o processo de tentativa de criação dessa nova gramática desde 1964, um dos sentidos produzidos, no prólogo, seria que, a princípio, o mais importante era substituir a última gramática acadêmica publicada pela *Real Academia Española* em 1931.

Apesar de trazer formas de saber mais recentes, há retomadas de saberes e dizeres já ditos. Como diz Auroux (1992, p. 12), o saber construído em torno de uma língua, em um determinado momento, possui um horizonte de retrospectão e um de projeção. Em outras palavras, o saber não destrói seu passado, mas reorganiza-o, assim como projeta seu futuro. Dessa forma, analisamos os saberes observando-os “[...] para trás no tempo, a fim de determinar as origens do evento, e para frente no tempo, a fim de determinar seu impacto e influência sobre os eventos subsequentes” (WHITE, 1992, p. 33 *apud* FAVERO; MOLINA, 2004).

No próximo capítulo, trataremos das gramáticas no âmbito hispânico, da sua constituição histórica, para buscar compreender as condições de produção que possibilitaram suas elaborações e determinadas manutenções e/ou deslocamentos de sentidos e das imagens produzidas.

2 AS GRAMÁTICAS NO ÂMBITO HISPÂNICO – sua constituição histórica

Para alguns, o já-dito é fechamento de mundo. Porque estabelece, delimita, imobiliza. No entanto, também se pode pensar que aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambiguidade do que muda e do que permanece.

Eni Orlandi

Falar de história em AD não é referir-se à cronologia. A história deixa de ser tão somente cronologia/evolução para ser constitutiva da discursividade - a inserção dos efeitos materiais da língua na história. A historicidade é “o acontecimento do texto como discurso” (ORLANDI, 2013, p. 68) e o trabalho dos seus sentidos. Há uma relação entre a história e a historicidade do texto, mas essa relação não é direta e também há opacidade, visto que por meio da “ideologia, naturaliza-se o que é produzido pela história” (ORLANDI, 2014, p.39). Com relação ao sujeito, Orlandi (2001, p. 100) diz que “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando pelo simbólico na história”.

Segundo Orlandi (1996), há uma historicidade inscrita na linguagem. Isso implica compreender, duplamente, que não há um sentido já posto e que o sentido não pode ser qualquer um, visto que toda interpretação tem reguladas suas possibilidades por meio de condições de produção específicas, como unidade de sentido em relação a uma determinada situação. Em um texto não há apenas uma formação discursiva, “pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante” (ORLANDI, 2013, p. 70). Para Orlandi (2002), a

repetição histórica é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, os implícitos, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido (ORLANDI, 2002, p. 54).

O texto, afetado pelas condições de produção, é um objeto simbólico e um objeto de interpretação, como dito antes. “Ele é um exemplar do discurso” (ORLANDI, 2013, p. 72), parte de um processo discursivo maior, e não deve ser

tomado como “ponto de partida absoluto (dadas as relações de sentido) nem de chegada” (ORLANDI, 2013, p. 72). Para compreender, devem-se relacionar os processos de significação que acontecem em um texto, e que é função da sua historicidade. Em outras palavras, “compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui” (ORLANDI, 2013, p. 70).

São esses os caminhos que tentaremos percorrer para tentar compreender os prólogos das gramáticas de língua espanhola enquanto objeto linguístico-histórico e como produzem sentidos. Para isso, é importante expor as condições de produção em que foram publicadas.

Considera-se que Elio Antonio de Nebrija, autor da primeira gramática da língua castelhana escrita em castelhano, publicada em 1492, e os demais autores, posteriores, que também publicaram próximo a esse período, participaram do processo de construção do Estado espanhol, sendo a gramática um importante instrumento linguístico na tentativa de “homogeneizar” e ensinar a língua. Com relação às gramáticas, as anteriores ao século XVIII são conhecidas como gramáticas tradicionais e são normativas, ou seja, aconselham um uso correto do idioma e possuem como modelo ideal a gramática do latim. São também consideradas normativas as gramáticas acadêmicas publicadas pela *Real Academia Española*, desde a primeira, publicada em 1771, até a última do século XX, publicada em 1931. No século XIX, ainda havia a gramática normativa com o padrão da gramática latina. Neste mesmo século, a figura do gramático ainda estava presente e legitimado para aceitar ou não certos usos em sua gramática, como veremos em Bello, por exemplo. Esse panorama mudará quando a gramática deixa de ser *Arte* e passa a ser *Ciência*.

O século XVIII foi uma época decisiva para a codificação da língua espanhola. Criou-se a *Real Academia Española* (RAE) e, com a expulsão dos jesuítas, houve uma transformação no ensino. Aparece, com isso, uma nova dicotomia: o acadêmico *versus* o não acadêmico. “Por primera vez la RAE dicta doctrina sobre una materia tradicionalmente polémica, y esta doctrina se hace colectiva y oficial” (MARTÍNEZ ALCALDE, 1997 *apud* GIRÓN ALCONCHEL, 2000, p. 74). Essa expansão do sistema educacional fez parte do projeto de tornar a Espanha uma nação moderna durante o século XIX. Além disso, criaram trens, correios, bancos e colocaram repartição do governo em todas as províncias, como parte do processo dessa

construção nacional. As transformações econômicas e sociais se relacionam com a aparição da vontade de atuar sobre a língua, seja elaborando instrumentos linguísticos, seja propondo uma forma de escrita ou reformulando as já existentes.

O aumento das sociedades industriais e suas conseqüentes transformações sociais requereram um espaço jurídico uniforme e uma língua comum entre os habitantes. Para isso, criaram-se instrumentos linguísticos para alcançar essa uniformidade imaginária e regular os sistemas de escrita. Como dizem Pêcheux e Gadet (2004), “a questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 37).

O século XIX emergiu, portanto, com o conceito de estado-nação. O surgimento de movimentos nacionalistas nas regiões da *Cataluña*, *Galicia* e *País Vasco* ameaçavam essa construção unitária da Espanha, que, aliados a outros movimentos, faziam questionar a identidade cultural e política da Espanha.

La articulación de España como unidad política, económica y cultural fue un objetivo prioritario del liberalismo decimonónico y se manifestó tan pronto como se redactó la Constitución de Cádiz de 1812. Sin embargo, a lo largo del siglo van surgiendo trabas a la unificación, pues al secesionismo de la España ultramarina lo sucede el fantasma del secesionismo de la España periférica (DEL VALLE, 2001, p. 371).

Menéndez Pidal foi uma figura importante nesse momento de regeneração da nação espanhola, em uma tentativa de constituir uma unidade em meio à sensação de crise, que teve reflexo nas polêmicas intelectuais conhecidas como o “problema de España”, que se referia ao “atraso” científico e cultural da ciência espanhola com relação ao restante da Europa, como já mencionado. Ao longo do século XIX, a linguística como disciplina independente foi se desenvolvendo na Europa, ganhando prestígio acadêmico, mas no início do século XX, por exemplo, ainda não havia uma gramática histórica da língua espanhola e poucos estudos haviam sido feitos seguindo a perspectiva linguístico-histórica da época:

La “polémica de la ciencia española” y el debate sobre la intolerancia religiosa y la Inquisición, revelaban las preocupaciones que perseguían a los intelectuales del cambio del siglo: dudas sobre la dignidad del pasado de España y desolación ante el vacío intelectual que caracterizaba su tiempo [...]. La sensación de inseguridad nacional provocada por la inestabilidad política y económica, por el peligro de desintegración, por la crisis de identidad cultural y por la apatía general, alcanzó niveles sin precedentes tras la infame derrota del 98 ante los Estados Unidos y la consiguiente

pérdida de los restos del viejo imperio. El resultado de la guerra hispano-americana, inmortalizado como “El Desastre”, fue escogido por la historiografía española para representar el sentimiento generalizado de crisis con el cual los intelectuales españoles se adentraron en el siglo XX (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004a, p. 22-23).

Pidal tinha, então, “la misión de devolver a España la dignidad perdida dotándola de una historia y un carácter elevados” (DEL VALLE, 2001, p. 374). Dessa forma, Menéndez Pidal foi considerado o primeiro a elaborar uma gramática histórica da língua espanhola, seguindo os cânones que imperavam na Europa, voltando a colocar a Espanha no campo científico, sendo o pioneiro da linguística moderna¹⁴ na Espanha. Foi Pidal quem, em 1904, colocou a Espanha neste contexto ao publicar seu *Manual de Gramática Histórica Española*.

O acadêmico, devido a seu trabalho científico, fez parte de centros como *Cátedra de filología comparada del latín y el castellano*, *Junta para la Ampliación de Estudios*, *Centro de Estudios Históricos*, *Real Academia Española* e *Academia de la Historia*. Formou, também, os intelectuais da Espanha do século XX e ajudou a construir o conceito de modernidade na Espanha, com relação aos saberes, à ciência filológica, elevando seu prestígio internamente e internacionalmente.

A publicação do seu *Manual* significou a entrada, na Espanha, do comparativismo e da linguística histórica, modo de se estudar a língua já presente na Europa desde a segunda década do século XIX. Havia em sua obra contemporaneidade com relação ao que se fazia na Europa, pois também colocava em prática o modelo teórico dominante da época: o neogramático (DEL VALLE, 2001, p. 380).

De acordo com a linguística histórica da época, o *Manual* define a língua espanhola cientificamente e a coloca dentro de um contexto, de uma história, contribuindo para a construção da sua unidade e uma identidade histórica, necessária para a constituição de uma nação (DEL VALLE, 2001, p. 382).

La mayor parte de la obra lingüística de Pidal gira en torno a la unidad pasada, presente y futura del español. [...] [L]a insistencia de Pidal en la unidad y uniformidad de la lengua era parte de su esfuerzo por frenar la posible propagación de la teoría de la fragmentación y por forjar una imagen positiva de España y de la civilización que había creado a lo largo de su historia (DEL VALLE, 2004, p. 119).

¹⁴ Esse nome dado à forma de saber se refere à gramática histórico-comparativista.

Não havia como negar as diferenças dialetais e, portanto, sua tarefa era defender a unidade reconhecendo a existência da diversidade. Para isso, tentou provar que a variação era pouca e que havia uniformidade também nos dialetos, além de mostrar que era comum que uma língua tivesse variações e isso não significava sua fragmentação ou diminuição de seu valor (DEL VALLE, 2004, p. 120).

Nesse processo de construção nacional, era necessária a relação pós-colonial com a América Hispânica, assim como sua incorporação ao novo imaginário espanhol: a comunidade hispânica. Era necessário, também, recuperar sua imagem interna e internacionalmente e, para isso, ganhar a lealdade de suas antigas colônias era fundamental.

La necesidad de preservar la unidad lingüística y cultural sólo podría ser satisfecha por medio de un acuerdo o consenso entre la intelectualidad española y latinoamericana con respecto a la estandarización y la conceptualización del español. Sin embargo, como queda dicho, las tensiones en torno al consenso lingüístico [...] eran una realidad, y con frecuencia, producto de visiones divergentes, a ambos lados del Atlántico, sobre la configuración jerárquica de la cultura hispánica (DEL VALLE, 2004, p.112-113).

Sendo assim, ao longo do século XIX, tanto a Espanha quanto as recém-nações da América Hispânica enfrentaram a modernidade tentando se constituir como nações. Os governos espanhóis tentaram recuperar o controle das antigas colônias por meio da cultura: organizaram congressos, publicaram revistas e tentaram criar um clima de harmonia que pudesse estabelecer vínculos comerciais e, ao mesmo tempo, criasse uma imagem de uma comunidade hispânica “con raíces en España y extendida por las Américas” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004a, p. 23).

Esse movimento ficou conhecido como o que Del Valle e Stheeman (2004a) chamam de *hispanismo*, também chamado de *hispanoamericanismo* ou *panhispanismo*. Citando o estudo de Pike (s.d.), os autores expõem que o *hispanismo* abarca pelo menos as seguintes ideias:

la existencia de una singular cultura, forma de vida, características, tradiciones y valores, todas ellas encarnadas por la lengua; la idea de que la cultura hispanoamericana es simplemente cultura española trasplantada al Nuevo Mundo; y la noción de que la cultura hispánica posee jerarquía interna en la que España ocupa una posición hegemónica (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004a, p. 24).

Essa presença na América pode ser observada na questão das gramáticas, pois

antes y después de la fundación de las Academias americanas, las gramáticas normativas publicadas en América se basan en la RAE y en Bello, como las que se editan en España; sólo difieren en que suelen ofrecer algunas observaciones sobre los rasgos gramaticales del español americano: comentarios sobre usos incorrectos del gerundio, el *que* galicado, las interferencias que produce la ausencia de *vosotros* y la extensión del *voseo*, etcétera (Guitarte y Torres Quintero, 1968; Álvarez Martínez, 1994) (GIRÓN ALCONCHEL, 2000, p. 83).

O *Centro de Estudios Históricos*, do qual fazia parte Menéndez Pidal, se tornou um instituto de relações culturais até começar a guerra civil (1936-1939), que interrompeu seu trabalho e fez muitos de seus membros irem para o exterior. A partir de 1950, o interesse pelo estruturalismo aumenta, sua popularização acontece por meio do trabalho de E. Alarcos Llorach, embora Dámaso Alonso já houvesse realizado um curso para explicar as novas correntes e Amado Alonso houvesse traduzido o *Curso de lingüística general* (ALCINA FRANCH; BLECUA, 2001, p. 180-181).

Com relação à América Hispânica, os estudos linguísticos estavam voltados ao espanhol e ao português e possuíam três campos principais, segundo Sol Soporta, citada por Alcina Franch e Blecua (2001): “(a) historia y filología de estas lenguas [...]; (b) estudios sobre los dialectos y las diferencias léxicas, y (c) investigación del influjo de las lenguas indígenas, sobre todo en el área léxica” (ALCINA FRANCH; BLECUA, 2001, p. 186).

No século XXI, a língua é tida como pan-hispânica e, para alguns, como *lugar de encuentro*, como para o ex-diretor da RAE em sua seguinte fala: “[e]s realmente emocionante cómo la lengua está sirviendo de lugar de encuentro y no sólo canal de comunicación. La lengua nos hace patria común en una concordia superior” (García de la Concha cit. En *El País* 7/9/00)” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 230-231).

Para permanecer como *patria común* e *lugar de encuentro*, o Estado atuaria como regulador do político na linguagem por meio de processos que promovem e legitimam a língua, de maneira a obter sua unidade (imaginária). Essa unidade é necessária para que o Estado possa sustentar-se sob o princípio de uma “nação, uma língua”, como no contexto em que aparece a gramática castelhana de Nebrija,

por meio, também, do silenciamento da diversidade, das possibilidades, das contradições históricas (COLAÇA, 2013).

Nas próximas seções, destacaremos, sobretudo, questões relacionadas à posição-autor, ou, ainda, ao princípio de autoria – um princípio de agrupamento que produz um efeito de unidade ao texto (ORLANDI, 2005) – de gramática. Essa posição não apenas se resume a um nome próprio de um autor, mas também de associações. Comentaremos Nebrija e Bello por terem sido importantes autoridades no meio gramatical e terem contribuído para a identidade linguística da língua espanhola. Nebrija, como possível discurso fundador, e Bello, como um hispano-americano com uma gramática, até atualmente muito comentada, destinada ao uso dos hispano-americanos. Essa autoridade, no entanto, passa à RAE e, posteriormente, à ASALE também, e, por isso, são as outras duas comentadas neste capítulo. Com relação à RAE, ela manifestou em seus prólogos e advertências o que a diferenciava dos “autores particulares” e, como diz Luis (1998, p. 44), seria o “distanciarse de toda posición sensible a la incorporación de novedades del campo científico”. Em 1874, a Academia afirma que sabe dos avanços da Linguística e da Filologia e diz sua diferença com relação aos autores particulares: “son libres –dice- pueden dar rienda suelta a su imaginación y aun a su capricho, sin incurrir en responsabilidad alguna, y sin que tengan trascendencia mayor sus yerros [...]” (LUIS, 1998, p. 44). Dessa forma, parece que o problema está na responsabilidade que a RAE tem, por ser ela a responsável por vigiar a língua, e não necessariamente um problema linguístico. No século XX, no entanto, decidem reformar a Academia e tentam fazer uma combinação da “vieja función de ‘custodia de la lengua’ con el saber científico sobre cómo ella funciona: un nuevo desplazamiento [...] cada vez más fuerte desde una posición política e intelectual a una posición [...] científica” (LUIS, 1998, p. 44-45).

2.1 Elio Antonio de Nebrija e sua gramática

Ao voltar a determinado passado – construído nos textos de apresentação das gramáticas – retomamos ao que pode ser considerado um discurso fundador:

aquele que pode funcionar como referência na constituição do imaginário de um país (ORLANDI, 2003).

A partir do século XV, as nações europeias começam a se formar, aumentando o desejo de centralização do poder e a necessidade da criação de uma identidade nacional. Uma das formas de que isso aconteça é por meio da homogeneização de uma única língua em cada uma dessas nações, pois para que haja a unidade de um Estado, é fundamental a construção da unidade de uma língua oficial, ainda que imaginária, de um saber sobre ela e de maneiras para ensiná-la. "A gramática [...] é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado)" (ORLANDI, 1997, n.p.¹⁵).

No caso da Espanha, como já parcialmente comentado no capítulo 1, o aparecimento da primeira gramática castelhana se faz junto a acontecimentos decisivos em sua história, como o casamento dos reis católicos, a expulsão dos mouros no sul do país, a viagem de Colombo e o início da construção do império colonial espanhol. Além disso, com o Renascimento, além da revalorização da cultura popular, as fronteiras entre as diversas nações se abrem, tornando o ambiente propício para a internacionalização da língua espanhola.

Sendo assim, o processo de gramatização da língua castelhana começou em 1492 com a publicação da primeira gramática em "língua vulgar" por Elio Antonio de Nebrija¹⁶: *Gramática de la lengua castellana* (1492). Essa publicação foi um fator decisivo na história da língua espanhola, pois se considera a primeira vez que se escreveu uma gramática em sobre o que se conhecia como uma língua vulgar, o que mostraria uma tentativa de Nebrija em elevar a língua espanhola de "língua vulgar" a "língua de cultura".

No prólogo de sua gramática, Nebrija alude a relatos históricos que ressaltam a relação entre língua e nação. Além disso, apresenta três motivos que o levaram a instrumentalizar a língua castelhana:

- 1) é uma forma de fixá-la:

Esta [lengua] hasta nuestra edad anduvo suelta. y fuera de regla, y a esta causa a recebido en pocos siglos muchas mudanças; por que si la queremos cotejar con la de oi a quinientos años, hallaremos tanta diferencia y diversidad cuanta puede ser maior entre dos lenguas. [...] [A]cordé ante

¹⁵ Não paginado.

¹⁶ Elio Antonio de Nebrija era um pseudônimo. Seu nome era Antonio Martínez de Cala (WERNER; STURZA, 2019).

todas las otras cosas reduzir en artificio este nuestro lenguaje castellano, para que lo que agora y de aquí adelante en él se escriviere pueda quedar en un tenor, y estender se en toda la duración de los tiempos que están por venir (NEBRIJA, 1492 – *Prólogo - Gramática de la lengua castellana*).

2) facilita a aprendizagem do latim:

I seguir se a otro no menor provecho que aqueste a los ombres de nuestra lengua que querrán estudiar la gramática del latín. Por que después que sintieren bien el arte del castellano, [...] cuando passaren al latín no avrá cosa tan escura que no se les haga mui ligera [...] (NEBRIJA, 1492 – *Prólogo - Gramática de la lengua castellana*).

3) é uma forma de ensinar o castelhano aos estrangeiros:

[...] después que vuestra Alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos bárbaros y naciones de peregrinas lenguas, y con el vencimiento aquellos tenían necesidad de recibir las leyes quel vencedor pone al vencido, y con ellas nuestra lengua, entonces, por esta mi arte, podrían venir en el conocimiento della, como agora nos otros deprendemos el arte de la gramática latina para deprender el latin (NEBRIJA, 1492 – *Prólogo - Gramática de la lengua castellana*).

Busca-se, também, eliminar as flutuações, os “erros” considerados como ameaças à estabilidade linguística, mostrando a forma correta “do bem falar e do bem escrever”. Com relação ao latim, de acordo com Esparza e Sarmiento (1992, p. 28 *apud* WERNER; STURZA, 2019, p. 15), “toda la producción nebrisense está guiada por un imperativo pedagógico y por el afán de recuperar el latín”, o que também pode ser observado nesta gramática.

Nebrija dedica sua *Gramática de la lengua castellana* (1492) “A la mui alta y assí esclarecida princesa Doña Isabel, la tercera deste nombre, Reina i Señora natural de España y las islas de nuestro mar”. Nesta gramática, as ideias de patrimônio linguístico e identidade linguística ainda não haviam se formado e, como a Espanha estava em seu processo de formação, o referencial linguístico, fundamentador de sua gramática, era quem detinha o poder, no caso, a Rainha Isabel I. Na época de sua escritura, ainda não havia iniciado a colonização espanhola na América e, portanto, não há nenhuma menção às terras americanas. No entanto, a viagem à América aconteceu no mesmo ano de publicação da gramática, ou seja, esta poderia servir, posteriormente, para o ensinamento da língua espanhola aos nativos da terra recém-descoberta, além de poder ensinar também aos falantes de outras línguas no reino espanhol e em outros reinos.

Podemos dizer, então, que essa gramática seria um discurso fundador e legitimador da discursividade sobre unicidade da língua, no caso castelhana, e da nação em formação.

Como mencionamos, Nebrija eleva o *status* da língua castelhana ao compará-la com uma língua clássica, dizendo em seu prólogo que os estrangeiros a aprenderiam como os espanhóis aprendiam o latim, por meio de uma gramática. No entanto, Nebrija organizou a gramática

pelo método natural que consiste em ir do conhecido ao desconhecido, isto é, no caso, do castelhana ao latim. A nosso ver, isso tem duas consequências: eleva a língua vulgar à categoria de língua de cultura, mas também ao utilizar o castelhana como via necessária para o ensino/aprendizagem do latim, mantém a superioridade dessa língua (WERNER; STURZA, 2019, p.17).

Há, de qualquer modo, a noção do ensino do castelhana como língua estrangeira, pois serviria para ensiná-lo a quem não o tinha como língua materna ou quem não o tinha aprendido quando criança, tanto os que viviam em outro país quanto aqueles que viviam na Espanha, em regiões como Navarra, como diz Nebrija em seu prólogo. Podemos entender que, com isso, há uma projeção que indicaria o processo de gramatização do espanhol como língua estrangeira já no século XV. Para Nebrija, portanto, a gramática teria uma função mais pedagógica:

I cierto así es que no sola mente los enemigos de nuestra Fe, que tienen ia necesidad de saber el lenguaje castellano, mas los vizcainos, navarros, franceses, italianos, y todos los otros que tienen algún trato y conversación en España y; necesidad de nuestra lengua, si no vienen desde niños a la depender por uso, podrán la más aina saber por esta mi obra (NEBRIJA, 1492 – *Prólogo - Gramática de la lengua castellana*).

Segundo Nebrija, a língua sempre foi *compañera del imperio*, crescendo junto a ele e desaparecendo com sua caída. Ele apresenta como exemplo, no prólogo, o que teria acontecido com a língua grega desde sua *niñez* até seu *desvanecer*:

Tuvo esso mesmo la lengua griega su niñez, y comenzó a mostrar sus fuerças poco antes de la guerra de Troia, al tiempo que florecieron en la música y poesía Orfeo, Lino, Muséo, Amphión, y poco después de Troia destruida, Omero y Esiodo. I así creció aquella lengua hasta la monarchía del gran Alexandre, en cuio tiempo fue aquella muchedumbre de poetas, oradotes y filósofos, que pusieron el colmo, no sola mente a la lengua, mas aún a todas las otras artes y ciencias. Mas después que se comenzaron a desatar los reinos y repúblicas de Grecia, y los romanos se hizieron señores della, luego junta mente comenzó a desvanecer se la lengua griega y a

esforçar se la latina (NEBRIJA, 1492 – *Prólogo - Gramática de la lengua castellana*).

Sendo assim, língua e império possuiriam uma relação estreita: se o império conquista novas terras, a língua conseqüentemente irá se espalhar, estabilizando-se em novos territórios. No entanto, a língua pode sofrer mudanças caso seja falada sem as devidas regras e isso, com o passar dos anos, pode causar também seu desaparecimento, ao ser transformada em outra língua completamente diferente. A gramática seria capaz de impedir o desaparecimento de uma língua por garantir seu registro, caso o império caísse, evitando ser constantemente modificada, além de possibilitar o ensinamento a povos de novos territórios:

[...] acordé ante todas las otras cosas reduzir em artificio este nuestro lenguaje castellano, para que lo que agora y de aquí adelante en él se escriviere pueda quedar en un tenor, y estender se en toda la duración de los tiempos que están por venir. Como vemos que se a hecho en la lengua griega y latina, las cuales por aver estado debaxo de arte, aun que sobre ellas an pasado muchos siglos, toda vía quedan en una uniformidad (NEBRIJA, 1492 – *Gramática de la lengua castellana*).

Com isso, observa-se que esse início da gramatização (AUROUX, 1992) tinha como um dos principais objetivos a contenção dessas variações, buscando uma estabilidade para a língua espanhola em expansão, por meio da imposição à sociedade do padrão linguístico utilizado por aqueles que estavam no poder, o que não alterou muito durante os séculos, como veremos em nossas análises. Sobre norma padrão, Orlandi (2014, p. 81) diz: “a questão da ‘norma’, em relação à língua que se fala [...] é uma questão muito presente em relação às línguas em países de colonização”. E a autora continua: “a norma padrão resulta de uma estabilização da língua produzida em certo momento de sua história na sociedade” (ORLANDI, 2014, p. 81).

Podemos dizer que a gramática estaria funcionando, portanto, como uma forma de manter o que Orlandi (2007) classifica como “língua imaginária” – língua idealizada, teorizada como sendo de um determinado grupo. Haveria, em todo o prólogo, a construção de um imaginário de unidade da língua espanhola, que vai de encontro com o contexto sócio-histórico, uma vez que se buscava a construção do Estado espanhol e “a língua apresentada e organizada como unidade é fundamental para a formação de um Estado-nação bem como para a constituição de uma identidade nacional” (WERNER; STURZA, 2019, p. 14). Assim, teríamos, como diz Orlandi (1997), um efeito de unidade, o imaginário de Língua/Nação/Estado.

2.2 Andrés Bello e sua gramática

O século XIX foi marcado pelas independências¹⁷ das ex-colônias na América Hispânica, sendo um período, portanto, de constituição da identidade nacional. Andrés Bello, um gramático hispano-americano, foi um dos que trabalharam na construção e estruturação de um Estado-nação e suas ações, “inclusive a produção da gramática de 1847, convergiram para esse grande projeto político em torno da configuração das jovens nações americanas” (WERNER; STURZA, 2019, p. 19). Andrés Bello foi também reitor da *Universidad de Chile*, criada em 1842, responsável pelo sistema educativo no país durante um tempo. Além disso, Bello participou da redação da *Constitución*, conservadora e presidencialista, de 1833 e foi praticamente o responsável pelo *Código Civil* de 1855 (ARNOUX, 2008, p. 166).

Em 1847, Andrés Bello publica no Chile sua *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Esta gramática “é oriunda de um processo de escrita e de divulgação de algumas de suas ideias feito anteriormente. Bello contribuía em jornais com textos, em que discutia questões linguísticas” (WERNER; STURZA, 2019, p. 19). Com a antiga América Espanhola recém-independente, Bello propõe a continuação da língua espanhola como vínculo comum, pois já havia começado a fragmentação política dos países que lá se encontravam e tentava-se que a língua não se corrompesse e nem se desintegrasse em outros idiomas, como aconteceu com o latim na queda do Império Romano. A preocupação de Bello era, portanto, a preservação da língua castelhana, a manutenção da sua unidade após a crise do império espanhol. Tanto a gramática quanto o dicionário seriam, para o autor, “como dois ‘cofres’, os lugares de preservação, de cuidado, de manutenção da língua e de sua unidade. Ali estaria em segurança, não seria corrompida” (WERNER; STURZA, 2019, p. 21).

No prólogo dessa obra, mencionam-se duas normas de referência, uma *peninsular* e outra *americana*, ambas “aceitáveis”. Com isso, observa-se uma alteração na forma como as gramáticas vinham sendo elaboradas até então, pois, a princípio, Bello considerava os falantes de língua espanhola que viviam na América

¹⁷ Considera-se que a Revolução do Rio da Prata (em maio de 1810) tenha sido o início da guerra de independência da Argentina.

Hispânica, e reconhecia a existência da diversidade linguística naqueles países, sem vê-la como erro ou como “corrupção” da língua, apesar de apresentar a língua falada na Espanha ainda como “melhor” e modelo a ser seguido, como veremos em nossa análise.

Dessa forma, podemos dizer que Bello percebe a diversidade linguística dos falantes da Hispano-américa e, ao mesmo tempo, a “necessidade” de contê-la; logo, era preciso defender a unidade do espanhol contra riscos futuros, além de expandir seu ensino. Com efeito, “Bello participó de manera activa en este proceso a través de la estructuración del aparato educativo chileno” (MORÉ, 2004, p. 68). Outra maneira possível de defender a unidade da língua é através de instrumentos linguísticos capazes de difundir a política presente e legitimar o poder. Nesse caso, foi sua *Gramática*, que até os dias atuais possui importância nas esferas do poder cultural.

Embora apresente novidades no aspecto da diversidade linguística, Andrés Bello faz de sua gramática um instrumento da língua literária, pois afirma que se deve seguir a maneira de falar e escrever dos bons autores literários clássicos. A diferença é que Bello estende essa ideia ao uso doméstico, mas somente as pessoas consideradas “educadas” é que seriam exemplos para os usos corretos da língua. Observa-se que Bello não diz que há que se escolher uma ou outra variedade, mas parece haver um acordo implícito:

la variedad legítima es el castellano que es patrimonio de los sectores cultos, lo cual excluye la elección de las lenguas indígenas y de las variedades castellanas usadas por quienes se ubican en un lugar inferior en la escala cultural (MORÉ, 2004, p. 69).

Concordamos, então, com Arnoux (2008), que parte da hipótese de que as gramáticas nacionais, como a de Bello, mostram o modelo do Estado nacional que se quer construir e as características designadas a ele. Observa-se, por exemplo, a preocupação em conseguir a autonomia da língua, uma centralização normativa e uma modalidade formal como a única correta dentre as variedades.

Retomamos a ideia de que em época de transformações econômicas e sociais é comum que se atue sobre a língua. Ou, dito de outra forma, Orlandi (2014), ao discorrer sobre as ciências das linguagens e o político, enfatiza que se trata de pensar a constituição ideológica da produção de projetos, pesquisas e teorias

considerando a conjuntura política (e teórica) na qual foram constituídos. Inserimos, nessa lista arrolada, a produção de gramáticas, as quais analisaremos, portanto, considerando suas “condições sociopolíticas e históricas em que se produzem as teorias, em suas determinações ideológicas” (ORLANDI, 2014, p. 112). Na época da formação e consolidação do Estado nacional chileno, como mostra Arnoux (2008), ocorreu também o desenvolvimento das sociedades industriais. Nesse contexto, a língua deveria ser falada por todos, sendo uma necessidade econômica e política, por ser uma forma de identidade e pertencimento dos habitantes, além de facilitar as relações entre os que comandam e as outras classes da população, facilitando o disciplinamento da sociedade e afirmando o Estado, por meio da relação língua-nação e sua imposição aos sujeitos. Por isso, segundo Arnoux (2008), muitas das reformas linguísticas que ocorreram nessa época foram feitas pelo Estado. Há um desejo de simplificar a ortografia, baseado em uma concepção ilustrada da língua, na qual esta pode ser regulada e polida, e seu cultivo e perfeição é a base dos adiantamentos intelectuais, objetivo que desejam alcançar autores hispano-americanos com relação ao desenvolvimento de uma cultura hispano-americana moderna.

Houve duas propostas de reforma ortográfica castelhana nesta época que ficaram mais conhecidas:

Andrés Bello, en artículos de su etapa londinense, plantea una reforma de la ortografía castellana que no afecte la unidad del mundo hispanohablante y Domingo Faustino Sarmiento¹⁸, en Chile, proyecta una ortografía hispanoamericana que corte en la lengua los lazos con la antigua metrópoli (ARNOUX, 2008, p. 22-23).

Bello acreditava que a escrita estava subordinada à oralidade e que a ortografia da RAE deveria ser simplificada. “Para Bello, por lo tanto, el ideal de la escritura se manifiesta en la correlación estrecha entre los elementos que componen la línea gráfica y los que componen la ‘línea’ sonora” (MOREÉ, 2004, p. 80). Considerava-se fundamental para a educação na América a unificação ortográfica. Para isso,

Bello intenta deslatinizar la ortografía, huyendo de los criterios de tipo etimologizante y recurriendo al sentimiento fonético. En colaboración con Juan García del Río, publicó sus *Indicaciones sobre la conveniencia de*

¹⁸ Argentino que durante a década de 1840 esteve em exílio no Chile.

simplificar i uniformar la ortografía en América (1823); este artículo fue el preludio de todos los trabajos de reforma ortográfica que siguieron a los que se unió el intento de Sarmiento en 1841, que culminaron con la adopción oficial por parte de Chile, que duró hasta el decreto de 20 de agosto de 1927” (ALCINA FRANCH; BLECUA, 2001, p. 89, grifos dos autores).

A *Universidad de Chile* aceita, em parte, a proposta de Bello, mas não consegue impô-la a todos. O não reconhecimento da reforma entre todos, “marca el fin del imaginario épico de la Independencia y coincide con el restablecimiento de las relaciones con España” (ARNOUX, 2008, p. 23). Para que isso não acontecesse e para que a língua que a gramática nacional formula seja reconhecida pelo povo, “es imprescindible su circulación por el sistema educativo, que a su vez debe ir ampliándose” (ARNOUX, 2008, p. 25). Dessa forma, Bello se dedicou a fazer versões de sua *Gramática* em gramáticas escolares, nas quais, principalmente por meio dos exemplos, se expõe a norma gramatical, social e política.

Observam-se, com isso, movimentos de resistência com relação a determinações espanholas que recebiam na América, inclusive de autores considerados como “defensores da unidade da língua”, como Bello. No entanto, apesar de usarem durante um tempo essa nova proposta de ortografia, houve o abandono desta e reforço da norma acadêmica:

La defensa de la plasmación gráfica del seseo, convertido en símbolo de la peculiaridad americana, por parte de autores como Domingo Faustino Sarmiento puede convertirse en ejemplo de los ataques a la norma académica planteados desde América. Más interesante resulta, sin embargo, la actitud de Bello, firme defensor de la unidad de la lengua, es decir, de una norma ideal unitaria que, sin embargo, hizo compatible en sus propuestas ortográficas con una norma prescriptiva distinta a la académica. El abandono de la ortografía chilena u ortografía de Bello a favor de la unidad de la norma prescriptiva vino a reforzar la norma idiomática académica (Rosenblat 1951; Contreras 1994) [...] Los temores de disgregación, que, como sucedía ya en Nebrija, se miran en el espejo de la fragmentación del latín imperial, acabarán conjurándose por medio de una reelaboración del modelo de norma idiomática, convertida ahora de *norma madrileña* en *norma panhispánica* (MARTÍNEZ ALCALDE, 2001, p. 334-335, grifos do autor).

As *Gramáticas da Real Academia Española* posteriores a 1854 oficializaram a gramática de Andrés Bello (GIRÓN ALCONCHEL, 2000, p. 80), dotando-o de autoridade e legitimidade nos assuntos linguísticos na comunidade hispânica. Observa-se a autoridade da RAE, ao ser ela a autorizar e oficializar quem também pode falar sobre a língua. Certamente, além da legitimidade conferida pela RAE, tanto Bello quanto Nebrija são nomes legitimados pelo gesto de citação. Diversos

gramáticos os citam em seus prólogos, alguns aparecerão em nosso *corpus*, e Bello é um dos gramáticos mais citados até hoje. Cabe frisar que a citação é “uma forma de representação que funciona legitimando-se pela reafirmação” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13), reafirmação de nomes próprios em posição-autor de gramática.

2.3 Real Academia Española e suas gramáticas

A *Real Academia Española* (RAE) foi criada em Madrid, em 1713. Em 1714, foi aprovada oficialmente sua criação através de uma real cédula do rei Felipe V, recebendo, assim, proteção e apoio real. Atualmente, a RAE é definida como

una institución con personalidad jurídica propia que tiene como misión principal velar por que los cambios que experimente la lengua española en su constante adaptación a las necesidades de sus hablantes no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico.¹⁹

Em outras palavras, é uma instituição que busca assegurar a legitimidade e a unidade da língua espanhola.

No século XVIII, precisamente em 1771, publica-se sua primeira gramática, a *Gramática de la lengua castellana*, imposta como texto oficial por Carlos III em 1780. Desde a sua fundação, a RAE pretendia fazer uma Gramática, assim como um Dicionário e uma Ortografia. No entanto, a Gramática só foi publicada em 1771. Os jesuítas²⁰ tiveram que ser expulsos no reinado de Carlos III para que o Estado

¹⁹ Fonte: <http://www.rae.es/la-institucion>

²⁰ Sobre as *línguas gerais* na América Hispânica, Lagorio (2011) diz: “[...] depois da imposição do ensino do castelhano aos índios [...] em 1550, se segue uma revogação dessa cédula e, em 1565, Carlos I passa a exigir que os missionários aprendam a língua de cada grupo indígena a seu cargo. Em 1570, Filipe II declara as línguas indígenas como *veículos de catequese*. [...] Já na República, [...] todas as assembleias constituintes dos novos Estados assumem a língua castelhana como oficial. No século XIX, as línguas indígenas, especialmente as conhecidas como *línguas gerais*, desaparecem das Cartas Magnas e, em função disso, cessa a proteção que o Estado monárquico tinha formulado na legislação. [...] [A]s Assembleias Constituintes se dedicam a debater, entre outras coisas, os “direitos cidadãos”, [...] a língua castelhana é “naturalizada” como a língua da cidadania, [...] não só expulsam da nacionalidade as línguas indígenas como esboçam uma proposta política, declarando guerra contra elas” (LAGORIO, 2011, p. 195-196). Posicionamento que será relativizado somente no final do século XX, a exemplo da Constituição da República do Paraguai, promulgada em 1992, que oficializa as línguas espanhola e guarani (COLAÇA, 2016).

tivesse o controle da educação das crianças e, então, ocorresse a publicação da Gramática da RAE. Após sua publicação, como mencionado, a obra se torna o livro de texto oficial (GIRÓN ALCONCHEL, 2000, p. 76).

Ao publicá-la, a RAE outorga a si mesma a autoridade nos assuntos linguísticos ao se tornar o órgão oficial do governo espanhol, sendo a responsável por estabelecer as normas de correção da língua espanhola. É no século XVIII, também, que ocorre a introdução da língua espanhola no sistema educativo como matéria de ensino, ocasionando uma revalorização da mesma. Além disso, cada vez mais o latim deixa de ser a língua de divulgação da ciência²¹, do saber, do ensino e da administração pública.

Esta nova gramática de Estado busca a consolidação de uma língua comum e a afirmação da Espanha como nação no espaço imperial, além de considerar o vínculo entre expansão militar e língua, mostrando a importância do Império e do aperfeiçoar a língua. A gramática ocupa o espaço simbólico da nação. O ensino da língua aos falantes nativos passa a ter mais importância, pois auxilia na imagem de língua comum da população do território. A Gramática da RAE reivindica a necessidade do ensino da gramática da língua materna, apoiando-se em que isso fará com que mais setores possam participar de forma adequada da vida pública. Excluem-se as partes “polêmicas” da composição da Gramática, para que assim se possa apresentar a língua em suas regularidades e estabilidades, produzindo, novamente, o efeito da “língua imaginária” (ORLANDI, 2007), uma língua com uma redução de variantes e registros, possível de permanecer estável.

Com relação à gramática de 1771, se a associamos com o material do nosso *corpus*, ou seja, se consideramos seu prólogo, temos que ele é “[...] doblemente programático: por prólogo y por primero. En él se [...] presentan y defienden ideas que los académicos del futuro habían de acatar, atacar, reformar, ignorar u olvidar” (GÓMEZ ASECIO, 2002, p. 1202). É com esta gramática que começa a tradição gramatical da RAE.

Antes da gramática da RAE de 1854 ser publicada, o prestígio da de 1796 havia diminuído e outras haviam preenchido o vazio, como a de Vicente Salvá (*Gramática de la lengua castellana según ahora se habla*, 1830) e a de Andrés

²¹ Embora ainda hoje se mantenha o uso dessa língua na divulgação de conhecimento em áreas como Biologia e Direito.

Bello, indicando que a RAE estaria perdendo a hegemonia que havia alcançado e seus acadêmicos estariam sendo desacreditados (VILLA, 2013, p. 99).

The prominence and reputation of Salvá's and Bello's work had a tremendous impact on the Academy, so much so that they played a significant role in the revitalization of the grammatical activity within the institution and, therefore, in the resulting new edition of its *Gramática de la lengua castellana* (1854) and in the publication of its *Epítome* (1857b) and *Compendio de la gramática castellana* (1857a) (VILLA, 2013, p. 99).

A RAE teria usado, então, suas conexões com o governo e se beneficiado do contexto de intensa centralização da educação para obter, novamente, apoio da rainha, corroborando a relação que há entre a produção de conhecimento linguístico e a conjuntura política. Em setembro de 1854, Isabela II assinou o Decreto Real que declarava a nova *Gramática*, feita pela RAE, o texto para a educação pública e recomendava seu uso para todas as escolas do reino (VILLALÁIN BENITO, 1997, p. 156). Embora não fosse uma imposição da norma gramatical da RAE como única e exclusiva na educação, a gramática recebeu aprovação oficial e recomendação real, algo não recebido por outros textos aprovados (VILLA, 2013, p. 100). Dessa forma, compreendendo que ciência e política não são indiferentes, como diz Orlandi (2014), e que “pela ideologia, naturaliza-se o que é produzido pela história” (ORLANDI, 2014, p. 39), observa-se a construção de uma imagem da RAE como única detentora do saber sobre a língua espanhola, assim como a língua por ela “divulgada” como a única correta ou a mais aceita:

[...] the rationale behind the deliberate pursuit of an official recognition of grammar also responded to the centralization of education and control of the linguistic market. However, in this case, the RAE's struggle to become the recognized linguistic authority was fought not against teachers' association but against a number of competing grammars that had gained public acceptance and taken over the textbook market (VILLA, 2013, p. 99).

A concessão exclusiva da norma gramatical da RAE viria três anos depois, com a lei da educação, *ley Moyano*. Dessa forma, no século XIX, a partir do momento em que a RAE tornou-se a única responsável pela criação das gramáticas e dicionários que seriam utilizados na educação pública, com a publicação, em setembro de 1857, da *Ley de Instrucción Pública*, pelo ministro Claudio Moyano, houve um deslocamento da autoridade em relação à língua espanhola, antes tida pelo sujeito-autor da gramática, como anteriormente citado, com Nebrija e Bello.

Inaugura-se, então, uma posição-sujeito institucional, considerada como "oficial" pelo Estado espanhol, responsável pelo saber sobre a língua e pela produção de seu conhecimento. Língua e ensino estão relacionados, e é por meio da escola, supervisionada pelo Estado, que essa relação acontece, com o objetivo de se buscar a construção e consolidação da identidade social e nacional do cidadão, posta como necessária, no século XIX, no contexto espanhol.

Observa-se, portanto, um processo de deslocamento e apagamento da posição-sujeito autor de gramática, "que garantia a construção conjunta de uma língua nossa e um Estado nosso" (ORLANDI, 1997, n.p.) para considerar apenas uma instituição, ligada ao governo, como sendo a única que teria autoridade para criar instrumentos linguísticos para o ensino, divulgar e manter a unidade (imaginária) da língua espanhola. Em outras palavras, há a construção de uma posição de autoria e de saber em que o Estado passa a situar-se em relação à língua nacional e à produção de um saber metalinguístico sobre ela, no novo espaço de enunciação constituído a partir da independência das antigas colônias espanholas na América e da promulgação da *Ley de Instrucción Pública* de 1857. Com relação a esse tema, é interessante observar, também, que, além do apagamento de antigos autores, do sujeito gramático, não há menção em nosso *corpus* aos autores de gramáticas feitas na América Hispânica, exceto à Andrés Bello (*Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, 1847) e à Rodolfo Lenz (*La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*, 1925), que elaboraram gramáticas, inicialmente, direcionadas aos falantes de espanhol da América Hispânica, mas são muitas vezes designadas, inclusive, como gramáticas espanholas.

Esse contexto permite observar alguns dos passos que a RAE teria tomado para receber reconhecimento oficial, sendo isso, provavelmente, uma estratégia para recuperar sua hegemonia nesse campo. De acordo com estudos contemporâneos, a RAE obteve o monopólio da educação durante muitos anos. Praticamente não havia outro tipo de livro para ser usado nas escolas. De acordo com Villa (2013), "the RAE's control of the educational market became not only a permanent source of the corporation's authority but also a continuous source of income from the sale of grammar textbooks." (GÓMEZ ASECIO, 2004, p. 1316-21 *apud* VILLA, 2013, p. 101).

Ao censurar e acabar com a associação de professores que se mostrou contra a ortografia instaurada pela RAE, “*cuando un grupo de maestros madrileños exigieron y comenzaron a utilizar en sus aulas un sistema ortográfico que suprimía las letras h, v y q [...]*” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 247, grifo dos autores), o governo silenciou as vozes contrárias e ganhou a batalha do controle do mercado educacional espanhol. A RAE se tornou autoridade linguística na Espanha e algo que ajudou e facilitou foram suas conexões com o governo (FRIES, 1989, p. 64-5). Os acadêmicos participavam de cargos importantes, muitas vezes administrativos, e a RAE, em troca, oferecia ao governo uma gramática que reforçava o projeto de construção da nação por meio da norma e de uma língua *estándar*, algo considerado necessário neste contexto do século XIX (VILLA, 2013, p. 102). Essa relação garantiu à RAE um *status* especial e um caráter nacional que fez possível que ela se tornasse a autoridade linguística da Espanha. A RAE, por sua vez, providenciou às autoridades políticas uma linguagem *estándar*, como dito anteriormente, que possibilitasse o desenvolvimento da nação e a formação de cidadãos por meio do sistema público de ensino (VILLA, 2013, p. 105).

Após as guerras de independência, através de atividades culturais, Espanha tentou conservar e manter sua influência no último campo que ainda considerava que tinha: a “unidade” da língua. Assim, após 1870, se estreitam os laços linguísticos e se formam as *Academias Correspondientes*²² (LARA, 2011, p. 323 *apud* AUGUSTIN, 2016, p. 32), após a autorização da RAE, por meio do *Estatuto de las Academias Correspondientes en el año de 1870* (SÜSELBECK, 2012, p. 259 *apud* AUGUSTIN, 2016, p. 32). Neste Estatuto são determinados os direitos e a hegemonia da RAE com relação às demais Academias, sendo revisado novamente apenas em 1951, tendo três versões oficiais: 1870, 1960, 2007 (SÜSELBECK, 2012, p. 260). Com relação ao papel das *Academias Correspondientes* em relação à RAE e à língua espanhola:

²² La Academia Ecuatoriana de la Lengua (1874), la Academia Mexicana de la Lengua (1875), la Academia Salvadoreña (1876), la Academia Venezolana de la Lengua (1883), la Academia Chilena de la Lengua (1885), la Academia Peruana de la Lengua (1887), la Academia Guatemalteca (1887), la Academia Costarricense de la Lengua (1923), la Academia Filipina (1924), la Academia Panameña (1926), la Academia Cubana (1926), la Academia Paraguaya (1927), la Academia Dominicana (1927), la Academia Boliviana (1927), la Academia Nicaragüense (1928), la Academia Argentina de Letras (1931), la Academia Nacional de Letras de Uruguay (1943), la Academia Hondureña (1949), la Academia Puertorriqueña (1955) y la Academia Norteamericana (1973). (TORRENT-LENZEN, 2006 *apud* AUGUSTIN, 2016, p. 32).

[...] in 1870 the RAE engaged in the creation of a network of subsidiary language academies in Latin America that would protect the quality and unity of Spanish and, most importantly, retain the right to manage the language within an institutional framework controlled by the Spanish corporation. (ARNOUX; DEL VALLE, 2013, p. 132-133).

Em 1951, a *Academia Mexicana de la Lengua* organizou um congresso com todas as demais Academias, exceto a RAE, que não esteve presente por questões políticas. Pode-se dizer que essa iniciativa foi importante, pois a “unidade linguística da língua falada ganha sua concretude ideológica nos congressos” (MARIANI; MEDEIROS, 2007, p. 141). Dessa forma, a América Hispânica pôde mostrar que poderia assumir um papel de maior controle no que diz respeito à língua e à sua instrumentalização.

A conferência de 1951 foi a primeira vez em que se reuniu todas as Academias da Língua Espanhola (exceto a Espanha), e foi, também, uma preparação para a eventual criação da *Asociación de Academias de la Lengua Española* (ASALE) (DEL VALLE, 2013, p. 230), corroborando o dizer de Pfeiffer (2007) quando expõe que “a constituição das Associações [...] passa, necessariamente, pelo funcionamento dos Congressos promovidos inicialmente predominantemente por associações” (PFEIFFER, 2007, p. 20). Orlandi (2002) diz que os congressos tornam visível o tema que é discutido, ou seja, funcionam como forma de visibilidade pública, neste caso, de saberes linguísticos. É nesse sentido que “os Congressos são lugares de legitimação de ideias (sentidos), de manutenção e de reprodução” (PFEIFFER, 2007, p. 20). O objetivo deste de 1951 era:

[...] unifying the lexicon, enriching the language with words commonly used in Latin America, providing accurate definitions for Americanisms already included in the RAE's *Diccionario*, creating academies in countries that did not yet have one (he meant Puerto Rico) and putting the Spanish language – “forcé of love and spiritual cohesion” as well as “the only weapon available to the weak for understanding each other and earning the respect of others”- at the service of Humanity (GARRIDO et al., 2010, p. 53 *apud* DEL VALLE, 2013, p. 230, grifo do autor).

Francisco Franco²³ estava na poder na Espanha e, após 1950, o isolamento do Estado passou a ser rompido e os países voltaram a manter relações com a Espanha. México, lugar onde ocorreria a Conferência, se negou a ter relação com o

²³ Durante a ditadura de Franco, a língua espanhola era a única língua reconhecida, o uso oficial de qualquer outra era legalmente punido (COUTO, 2007). Então, línguas como galego, catalão e euskera foram banidas do uso público por Franco.

governo de Franco. No ano seguinte, a Academia Mexicana recebe uma mensagem avisando que a RAE não poderá comparecer ao evento por motivo de força maior, fazendo alusão ao governo. No México, consideraram a falta da RAE um insulto para o México, uma violação do próprio estatuto das Academias de 1870 e um ato de irresponsabilidade contra a missão de proteger a integridade da língua (DEL VALLE, 2013, p. 238). Segundo Del Valle (2013), “[...] while in Madrid, the Mexican representatives had been able to defuse the crisis by insisting on the academies non-political intentions and their independence of the respective governments’ actions” (GARRIDO et al., 2010, p. 108 *apud* DEL VALLE, 2013, p. 234).

A conferência aconteceu, mesmo sem a RAE. Houve processos de resistência com relação à hegemonia da Academia Espanhola, como pedidos de emancipação linguística, de igualdade entre as academias nas decisões, mas foram negadas a favor da manutenção da “pirâmide estrutural” que reconhece o direito da Espanha a estar no topo (ARNOUX; DEL VALLE, 2013, p. 133). O mexicano Martín Luis Guzmán, por exemplo, propôs um acordo no qual as Academias americanas e da Filipina renunciavam à associação com a RAE, se tornam entidades autônomas e, em seguida, se tornam “iguais” e associadas, e então a RAE pode ser associada, como uma igual também (DEL VALLE, 2013, p. 238). Guzmán acreditava que “real unity could only be achieved through an agreement among equals that imposed on no one a humiliating oath reminiscent of feudal relations and colonial ties.” (DEL VALLE, 2013, p. 238). Disseram que esse tema ia contra o objetivo da conferência e se recusaram a discutir. Fizeram uma votação e a grande maioria decidiu pela não discussão.

O mexicano Antonio Castro Leal propôs um dicionário de Americanismos e um novo dicionário do espanhol (*Gran Diccionario*), que seria beneficiado pelo “sensível trabalho da RAE”, mas também apresentaria “uma completa imagem da língua popular e literária com todas as palavras, expressões e significados existentes no espanhol dos falantes que o falam.” (GARRIDO et al., 2010, p. 203 *apud* DEL VALLE, 2013, p. 239). David Vela, da Guatemala, interferiu a favor: na América estão mais equipados para expressar a cultura da América Hispânica. Não seria apenas colocar palavras no dicionário, mas revisar seus significados, procurar pelas definições corretas e incorporar um pouco do jeito de viver americano dentro do dicionário (DEL VALLE, 2013, p. 239). Muitos foram contra, argumentaram com a

existência do dicionário peninsular, que, novamente, estava indo contra o espírito da conferência e contra a “unidade” do idioma, podendo desintegrá-lo.

O dominicano Adolfo Mejía Ricart propôs:

the foundation of an Institute for the Unification of the Teaching of the Spanish Language, in which each academy would be represented by one member, that would be charged with preparing a grammar that could be adopted by all Spanish-speaking countries. (DEL VALLE, 2013, p. 225).

Novamente, muitos dos que lá estavam foram contra e houve como justificativa o fato de que a gramática da RAE já era considerada o texto oficial. Após essas respostas,

[Dr. Mejía Ricart] is distraught to think that in America there are still sediments of cultural colonialism and [said] that it causes him great pain to see that in matters of culture America is still subjugated by Europe... “There is a true attitude of subordination in the Conference”...participants should not continue to be absolutely subordinated in all questions to the Spanish Royal Academy, as if they did not have a head to think... a person following the conference from de marings Will think that colonialism has not ended. (GARRIDO et al., 2010, p. 227 *apud* DEL VALLE, 2013, p. 240).

Considerando essa declaração, podemos trazer como referência o que Orlandi (1990) diz sobre os discursos das descobertas, como discursos que dominam nossa existência, no sentido de observarmos como a história da colonização se inscreve em um discurso. O acadêmico hispano-americano, no caso, critica os companheiros pela atitude de subordinação em relação à Espanha e questões da língua, e questiona se houve o fim do colonialismo. Assim como Orlandi (1990) diz que “o apagamento determinado pelo modo europeu de ver a língua brasílica [...], continua, embora com outros sentidos, no modo como o brasileiro não vê a presença das línguas indígenas na sua” (ORLANDI, 1990, p. 157), poderíamos dizer que há um funcionamento parecido a este com os sujeitos da América Hispânica, pois estariam determinados pelo modo europeu de ver a língua espanhola e não “veriam” as especificidades hispano-americanas que os diferenciam. Da mesma forma, assim como no discurso das descobertas “o brasileiro se cria pelo fato de fazer falar os outros” (ORLANDI, 1990, p. 20), os hispano-americanos também seriam constituídos e falados por outros, tanto por espanhóis quanto por eles mesmos, que não se identificam nem com o índio nem com o espanhol.

Esses discursos em tensão sobre emancipação e, ao mesmo tempo, conservadorismo indicariam que o medo à fragmentação linguística não desapareceu. A conferência, inclusive, foi organizada com a premissa de que “the nature and integrity of the language needed protection” (DEL VALLE, 2013, p. 243). Retomando o que diz Pfeiffer (2007) sobre os congressos, pode-se dizer que há um “efeito de representatividade” (p. 20), pois, como comentado anteriormente, além da visibilidade de saberes linguísticos, também pode ser um lugar de resistência à imposição de certos saberes, como aconteceu no congresso de 1951, ou à adesão, como foi o caso das votações e das decisões. É uma forma de institucionalização, assim como as associações, e é a partir desses congressos que decidem o que se pode ou que se deve produzir (PFEIFFER, 2007, p. 20).

Devido às independências, aos gestos de resistência contra as decisões da RAE e sua tentativa unificadora e de silenciamento, como, por exemplo, os movimentos de luta pela defesa dos direitos dos indígenas da América Hispânica e os que sugeriam reformas ortográficas, como os que participava Bello, mencionado anteriormente, que reivindicavam uma nova concepção de norma da língua espanhola, a Academia passou a garantir intelectuais na causa de um “idioma comum” (GUITARTE Y TORRES, 1974 *apud* MARTÍNEZ ALCALDE, 2001, p. 335-336). As *Memorias dos Congresos das Academias de la Lengua Española*, celebrados desde 1952, mostram

el papel fundamental de estas instituciones como sustentadores de la conciencia de unidad idiomática. En todas ellas existe una comisión dedicada a la *Unidad y defensa de la lengua* que en 1994, en el X Congreso, pasa a llamar “Comisión de defensa y proyección del idioma”. Abundan también las ponencias dedicadas a la cuestión [...] (MARTÍNEZ ALCALDE, 2001, p. 335-336, grifos da autora).

Esse interesse no estudo das variantes dos diferentes países se relaciona com a proposta apresentada pela *Academia Salvadoreña* no *IX Congreso*, ocorrido em 1989 na Costa Rica, sobre o *panespañol*:

Se entiende por panespañol el gran acervo lingüístico de los términos de uso generalizado en España y en los demás países hispanohablantes y de los conceptos esenciales que, contenidos en este léxico, constituyen el tesoro de la cultura hispánica y son un lazo de unión entre los pueblos hispanoamericanos y una prueba viva y permanente de que *el panespañol existe como unidad espiritual*” (*Memoria* 1990, 100) (MARTÍNEZ ALCALDE, 2001, p. 336, grifos da autora).

Em outras palavras, o *panespañol* é uma “conciencia lingüística de unidad, la única capaz de mantener la idea de idioma común por encima de las variantes.” (MARTÍNEZ ALCALDE, 2001, p. 336). Consciência construída ao longo dos anos por um discurso no qual as peculiaridades americanas estão incluídas na língua comum e a unidade cultural americana faz parte da hispânica. Ao comentar que é uma *conciencia lingüística* de unidade da língua, podemos dizer que é tomada como uma evidência para os falantes, na qual se manteria a ideia da existência de um idioma comum, havendo “un ideal de lengua proyectado como un todo abarcable, dominable o dominado” (CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015, p. 271-272). Há, portanto, um imaginário de completude e de transparência da linguagem, como se o sujeito pudesse encontrar e “assimilar” essa completude.

A norma pan-hispânica, defendida pelas Academias desde o final do século XX, estaria relacionada, então, com conseguir estabelecer nos falantes a suposta “consciência lingüística” de pertencimento a uma comunidade lingüística e, principalmente, conseguir manter esse sentimento, essa função de coesão (MARTÍNEZ ALCALDE, 2001, p. 337).

Panhispanism faced a significant challenge: building a community in the space left vacant by the fallen empire –even using the remaining rubble as building material- while silencing the neocolonial echoes of the effort (ARNOUX; DEL VALLE, 2013, p. 131).

Ainda assim, considerando a produção lingüística, continua “a tensão entre uma política centralizadora, sob tutela da RAE” (LAGARES, 2018, p. 201), que controla a inclusão da variação lingüística, e “uma política policêntrica, com a elaboração de instrumentos a partir de outros centros de prestígio, sobretudo na Argentina e no México.” (LAGARES, 2018, p. 201).

Esse pequeno percurso sobre a RAE nos conduz a relacionar a gramatização da língua espanhola e sua institucionalização por meio de uma Academia com fortes relações com o Estado espanhol.

2.4 Asociación de Academias de la Lengua Española e suas gramáticas

A unidade da língua espanhola tem sido tema recorrente nos últimos dois séculos. Enquanto alguns hispano-americanos apresentavam projetos de regeneração linguística de suas nações, outros aceitavam e defendiam a manutenção da unidade idiomática pan-hispânica. No entanto, apesar de defenderem a unidade, alguns expressavam sua “vontade” de querer igualdade de participação na tarefa de preservação da unidade da língua espanhola (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 243). Ressaltamos que na perspectiva discursiva não se trataria de “vontade”, pois, na prática científica, segundo Orlandi (2014, p. 17), “nossas filiações teóricas ressoam a conjuntura política em que vivemos, e isto se configura menos por nossa vontade do que pela relação da conjuntura [...]”.

Essas vozes parecem ter sido ouvidas, e o momento mais representativo foi a publicação e apresentação, em 1999, da nova edição da *Ortografía* da RAE. O significado político e cultural manifesta-se inclusive em sua aparência externa: aparece que foi revisada pelas *Academias de la Lengua Española*, na contracapa vem o nome das Academias e nos primeiros parágrafos do prólogo diz ter sido feita em colaboração com as Academias, sendo, portanto, uma obra pan-hispânica e que dá, também, atenção às variantes de uso americanas (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 243).

Del Valle e Stheeman (2004b, p. 244) consideram essa publicação como um “espetáculo ortográfico”, uma vez que seria uma “nova” ortografia, mas não teria mudado quase nada com relação à publicada anteriormente apenas pela RAE, somente algumas regras de acentuação. Ainda assim, “la difusión mediática de esta publicación la presentó como el acto culminante de la integración lingüística hispánica.” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 244).

Dizer que foi revisada pelas *Academias de la Lengua Española* é fazer referência à ASALE. Em 1951, foi fundada a *Asociación de Academias de la Lengua Española* (ASALE) e, ao aprovar seu primeiro estatuto, são designadas como *Academias Asociadas* e não mais *Correspondientes*, possuindo, aparentemente, uma relação mais de igualdade com a RAE.

Ya no es obligatorio informar a la RAE acerca de cambios de estatutos y se prohíbe a la RAE inspeccionar o sancionar las demás Academias. El único aspecto del estatuto que le otorga a la RAE una posición jerárquicamente más alta es el que le obliga a las Academias asociadas informar a la RAE sobre miembros nuevos que después son nombrados *Académicos*

Correspondientes de la RAE. En 2007 se quita este nombramiento del estatuto. Sin embargo, todavía se realiza hoy en día. En cuanto a la organización del trabajo, el estatuto de 1960 postula una colaboración de todas las Academias en la creación de obras normativas. No obstante, la RAE desempeña un papel especial como coordinadora de esa colaboración. Esa función particular queda abolida en el estatuto de 2007 [...] (SÜSELBECK, 2012, p. 263 *apud* AUGUSTIN, 2016, p. 33, grifos do autor).

No entanto, embora tenha ocorrido uma mudança na relação entre as Academias, segundo Süselbeck (2012, p. 270 *apud* AUGUSTIN, 2016, p. 34), ainda no que o autor chama de “segunda fase” desse período, entre 1965 e 2000, apenas os membros espanhóis possuíam direito ao voto sobre as palavras novas nos trabalhos lexicográficos, o que mostraria uma relação ainda desigual, uma hierarquização na divisão da língua que é mantida sobre quem pode e deve produzir saber linguístico sobre a língua espanhola. Segundo o autor, a terceira e última fase começa no ano 2000 com a elaboração do *Diccionario panhispánico de dudas*, publicado em 2005. Podemos incluir também a *Nueva gramática de la lengua española* (2009; 2011), da qual analisamos os prólogos. Sendo assim, estamos de acordo com Del Valle (2013) quando diz que “[...] the ASALE can claim to be a solid institution and to hold, still under the unchallenged leadership of the RAE, a prominent position in the standardization of Spanish.” (DEL VALLE, 2013, p. 244).

Dessa forma, a constituição do saber linguístico pode se dar

em espaços particulares como o da Instituição que se configura por textualidades como gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais, programas de ensino, Associações, entre outras. (PFEIFFER, 2007, p. 19).

Durante muitos anos, a língua espanhola esteve unicamente sob “tutela” da RAE, cujo lema ainda é *Limpia, fija y da esplendor*. Apenas em 1951 é criada a ASALE, integrando as demais Academias e outorgando-lhes um pouco mais de autoridade sobre a língua. Pfeiffer (2007, p. 19) analisa o funcionamento desse tipo de instituições “como um espaço que produz a um só tempo unidade e legitimidade. Mais ainda, a Instituição tem uma forma própria que é a da escrita e do saber”. Por meio da elaboração de instrumentos linguísticos, é a RAE quem durante mais tempo possui legitimidade para dizer sobre a língua, pois é considerada pelos reis como a referência oficial, sendo a responsável, portanto, de tentar manter a “unidade” da língua através dos saberes que são divulgados por meio da escrita, mais conhecida

como escrita acadêmica. Posteriormente, a ASALE participa desse espaço onde o “saber linguístico circula e se estabiliza” (PFEIFFER, 2007, p. 20).

Retornando à questão do “espetáculo ortográfico” e a difusão midiática, o discurso sobre a língua gira em torno de sua grandeza e de sua capacidade de expansão. Atualmente, o foco está na capacidade de expansão internacional do espanhol. A língua é apresentada como “símbolo de los logros históricos y del brillante futuro de la cultura hispánica, y al mismo tiempo, como instrumento esencial para progresar hacia ese porvenir.” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 233). A presença da língua espanhola nos Estados Unidos e no Brasil é tema de autoridades linguísticas: “La realidad de una amplia y creciente población hispanohablante en la nación norteamericana se interpreta y presenta con ingenuo triunfalismo como un desafío a la todopoderosa *lingua franca*.” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 234, grifo dos autores). Com relação ao Brasil, apesar da revogação da conhecida como “Lei do Espanhol”, que obrigava a oferta do espanhol no ensino médio, ainda é um dos países onde se há mais estudantes de espanhol como língua estrangeira.

Como já mencionamos, Zoppi Fontana (2009) define língua transnacional a partir de “sua projeção imaginária sobre as outras com as quais se encontra em relação de disputa pela dominação histórica de um espaço de enunciação transnacional” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 21). Ademais, diz a autora, “trata-se de uma *língua nacional que transborda* as fronteiras do Estado-Nação no qual foi historicamente constituída e com o qual mantém fortes *laços metonímicos*” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 21, grifos da autora). Enquanto língua transnacional, ela ultrapassa as fronteiras e é um instrumento de penetração do Estado e Mercado espanhol e hispano-americano (mas, principalmente, espanhol) em territórios além de suas fronteiras (ZOPPI FONTANA, 2009). Sendo assim, a língua espanhola ganha sentidos de língua de mercado, atribuindo-lhe valor de troca.

Zoppi Fontana (2009) denomina capitalização linguística ao funcionamento das novas discursividades relacionadas com a língua como novo mercado de valores. Há, dentre outras atitudes, a “implementação de políticas públicas e privadas de investimento econômico e de regulação jurídica, política e pedagógica.” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 37). Dessa maneira, torna a língua uma mercadoria atual e um investimento para o futuro. Uma das políticas de difusão de línguas, por exemplo, é a criação de instituições oficiais com essa missão, como o Instituto

Cervantes. Nesse sentido, “a língua é vista como um recurso econômico, como um setor estratégico com capacidade de atrair novos consumidores para os produtos nacionais.” (LAGARES, 2018, p. 110).

Podemos relacionar a capacidade de expansão internacional do espanhol com os investimentos das multinacionais espanholas na Hispano-américa, visto que, nas últimas décadas, o interesse econômico espanhol no continente cresceu e aumentou a presença de companhias como *Telefónica*, *Iberdrola*, além de editoras e bancos espanhóis. “La dimensión más literalmente económica del patrimonio de la lengua parece haberse convertido en una de las prioridades de las autoridades lingüísticas [...]” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004c, p. 257). Como cada país e lugar possui suas especificidades com relação a políticas da língua, tentam-se encontrar possíveis convergências. Segundo Orlandi (2012b, p. 11), “na contemporaneidade, entram em questão a mundialização, novos componentes políticos, econômicos, sociais, culturais.”. Podemos considerar o interesse e a dimensão econômica da língua espanhola como parte desses novos componentes, significados politicamente.

No entanto, como diz Orlandi (2012b) ao citar Brunel (2007), “a aparente unificação mundial apaga profundas disparidades e, ao fazê-lo, reforça as desigualdades, tanto no plano espacial como social” (ORLANDI, 2012b, p. 8). Podemos dizer que, ao entrarem essas companhias nos países da América, retomasse, de certa forma, o poder da Espanha sobre um aspecto destes países, além de uma influência maior também na língua. Sobre este discurso da mundialização, Orlandi (2012b) comenta que ele produz “o esquecimento do político, do social, da abertura a experiências compartilhadas/divididas/confrontadas entre sujeitos das mais variadas formas identitárias, culturais, sociais, ideológicas” (ORLANDI, 2012b, p. 8) e se relaciona com a conjuntura histórico-cultural, social e política da língua.

A RAE possui aliança empresarial com empresas como ENDESA, PRISA, e o *Instituto de Comercio Exterior*. No *II Congreso de la Lengua Española*, celebrado em 2001, houve colaboração de bancos como CajaDuro e Ibera, assim como de empresas como ICEX e HispaSat. Novamente, enfatizamos a importância dos congressos nas questões e discussões linguísticas, pois, retomando Pfeiffer (2007), “são lugares de legitimação de ideias (sentidos), de manutenção e de reprodução” (p. 20). Neste caso, diferentemente dos outros congressos, este estaria funcionando, também, como um expositor econômico da língua para possíveis investidores,

considerando, por exemplo, as alianças que a RAE já possuía com determinadas empresas e seus resultados positivos. Uma das seções do congresso tinha como título *El activo del español* e os trabalhos apresentados tinham como tema a relação entre o espanhol e seu poder e valor econômico, como pode-se ver pelos títulos de alguns trabalhos: *El potencial económico del español*, *La industria del español como lengua extranjera*, *El español como recurso económico en Francia (una aproximación desde el marketing)* e *El mercado de las lenguas: la demanda del español como lengua extranjera en Francia y Alemania* (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004c, p. 257-258).

Entramos en el siglo XXI [...] Dicho de otro modo, el valor simbólico del español como seña de identidad hispánica, como patrimonio cultural, se traduce en valor económico en la medida en que al asegurarse la lealtad de los hispanos a esta comunidad se consolida un mercado y se legitima la preponderancia en el mismo de ciertos agentes económicos frente a otros. (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004c, p. 262-263).

Dessa forma, no século XXI, línguas como a língua espanhola, se tornaram “important commodities in international linguistic markets. In this process, the RAE and the ASALE, under the sponsorship of governments and mostly Spain-base corporations, have become more relevant than ever.” (DEL VALLE, 2007 *apud* DEL VALLE, 2013, p. 244).

Concordamos com Ennis (2008, p. 18) quando diz que o mundo hispanofalante é um terreno propício para investigar debates relacionados com a língua, principalmente devido aos processos históricos que levaram à divisão e à conformação dos Estados como estão. A colonização espanhola levou consigo a extensão da língua castelhana às que seriam futuras nações independentes no século XIX, depois das guerras de independência. Nesse processo de construção de novas nações, a língua “juega un rol decisivo como símbolo cultural en la construcción de una identidad nacional, en tanto factor al mismo tiempo cohesivo y diferenciador.” (ENNIS, 2008, p. 18). Ludwig (1995, 1994-5 *apud* ENNIS, 2008, p. 18) faz um questionamento que perpassa os debates ideológicos-linguísticos a partir de então e, de certa forma, também as nossas questões:

si España percibe la lengua como símbolo de una cultura nacional, fundada a su vez en un canon literario, y a la vez eleva ésta en el proceso de expansión colonial al rango de una “supracultura”, ¿Qué espacio de acción queda a las nuevas naciones, a las colonias independizadas, para la

construcción de la propia identidad y así para el diseño de los símbolos culturales necesarios para ello? (ENNIS, 2008, p. 18).

Em outras palavras, é no século XIX que surgem os novos Estados na América Hispânica, os quais formarão sua própria identidade e a língua será uma parte importante desse processo. Por outro lado, a Espanha enfrenta uma crise identitária ligada à perda quase total de suas colônias e tendo que criar uma nação moderna (DEL VALLE; STHEEMAN, 2002c: 1, 5, 7 *apud* ENNIS, 2008, p. 20). Neste processo, surge, por iniciativa da Espanha, o movimento conhecido como *hispanismo*, que foi marcado pela organização de congressos (que neste momento funcionariam, principalmente, como expansão do *hispanismo* nos países da América Hispânica, sendo incentivados os congressos na América), simpósios e publicações e com a criação das *Academias Correspondientes de la Lengua*. Segundo Ennis (2008), essa iniciativa teria tido como objetivo “recuperar su rol hegemónico frente a las antiguas colonias, no ya política o militarmente, sino a través de la diplomacia cultural.” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2002c, p. 6 *apud* ENNIS, 2008, p. 20-21).

Essa e outras iniciativas da antiga metrópole fizeram com que o processo de (des)colonização linguística (ORLANDI, 2012) dos países da América Hispânica com relação à Espanha demorasse muitos anos após suas independências e, segundo nosso ponto de vista, não possuem, ainda, uma relação total de (des)colonização. Segundo Orlandi (2012), o processo de descolonização linguística seria:

o estabelecimento deste imaginário pelo qual se produz também um acontecimento linguístico, este, sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos que não estão mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. A memória que administra a relação destes sujeitos a sua língua não é mais uma memória exterior a seu campo de significação enquanto cidadão de um certo país, um sujeito com sua forma histórica, politicamente significado no mundo. (ORLANDI, 2012, p. 11-12).

Podemos observar em nosso *corpus* efeitos de sentido e imagens discursivas da relação entre a Espanha e a América Hispânica que mostrariam a existência dessa posição hegemônica da Espanha, como se houvesse uma hierarquia interna entre os países da América Hispânica, que foram antigas colônias, e a Espanha, antiga metrópole. Além disso, em alguns prólogos observa-se uma tentativa mais de relacionar o que ambos os territórios possuem de igual ou parecido na língua, algumas vezes não mencionando ou criticando o que era própria da América

Hispânica, o que poderíamos relacionar com o que, na definição de *hispanismo*, Del Valle e Stheeman (2004a) dizem ser a cultura espanhola no Novo Mundo.

Concordamos com Ennis (2008), quando diz que a “batalha da língua”²⁴ não é algo totalmente do passado, mas também da atualidade. Repete-se que há a “unidade” do espanhol, ou seja, uma tentativa de manter “la homogeneidad [...] al interior de la comunidad supranacional del español” (ENNIS, 2008, p. 23), e que podemos observar em nosso *corpus*, por exemplo, no prólogo de 2009 quando se menciona que o objetivo é servir à unidade do espanhol: [...] *todo ello con el objetivo supremo de servir a la unidad del español*. (2009 - *Nueva gramática de la lengua española*). Há, também, a concorrência com a língua inglesa pela importância e mercado internacional e, conseqüentemente, o investimento em outros mercados, como o ensino do espanhol como língua estrangeira, a elaboração de materiais didáticos, as telecomunicações etc., que é feito, principalmente e em maior quantidade, pela Espanha. Essa concorrência estaria, a princípio, com a língua inglesa, uma vez que um efeito da mundialização seria promover formas globais de comunicação (língua franca), neste caso o inglês, e produzir uma intensificação das identidades locais (LAGARES, 2018, p. 105), que, se pensamos na Espanha, seriam as identidades dos indivíduos pertencentes às Comunidades Autônomas.

Orlandi (2012) traz a definição de globalização para Carroué (2007) e diz que

a globalização é um processo geo-histórico de *extensão progressiva do capitalismo* em escala mundial e que é ao mesmo tempo **uma** ideologia (neoliberal), **uma** moeda (o dólar), **um** instrumento (o capitalismo), **um** sistema político (a democracia), **uma** língua (o inglês). (ORLANDI, 2012b, p. 7, grifos da autora).

Dessa forma, em termos linguísticos, haveria uma única língua, uma língua franca para a comunicação e o conhecimento. No entanto, esse “universalismo” apresentaria como resultado o monolinguismo: é, portanto, uma questão política, “uma questão de domesticação da efervescência das línguas nas suas amplas possibilidades de significar. É das múltiplas possibilidades de sentidos que o monolinguismo oferece proteção.” (ORLANDI, 2012, p. 15). A situação atual tende a impor um sentido de mundialização homogêneo, administrado por uma só língua: o

²⁴ “Los debates sobre quiénes o qué instituciones deberían legítimamente controlar la norma lingüística y sobre lo deseable o inevitable de la fragmentación (es decir, lo que aquí, siguiendo a Carlos Rama, hemos llamado ‘la batalla del idioma’).” (DEL VALLE, 2004, p. 111).

inglês, língua que “não fala com sujeitos mas com usuários, que só escorregam pela superfície da informação tratada como mercadoria.” (ORLANDI, 2012, p. 13).

Atualmente, segundo Ennis (2008, p. 23), há três lugares internacionais onde essa “batalha” também acontece, principalmente por serem mercados com um número considerado grande de falantes de língua espanhola: o espaço virtual da *worldwideweb*, os Estados Unidos (tendo o espanhol como segunda língua) e Brasil. Baalbaki (2012) ao escrever sobre escolas de fronteira na Argentina e a tensão entre os mercados de línguas na América Latina, diz:

Os espaços de enunciação em que as línguas funcionam, segundo Guimarães (2007), são divididos, sobretudo, pela organização política dos Estados nacionais.[...] O que seria, então, falar português na América Latina? Guimarães (2004) aponta que seria falar a língua oficial de um Estado que está em relação de convivência e de disputa com o Espanhol – língua oficial de quase a totalidade de países da América do Sul. Entretanto, observa-se também que o ensino de português na América Latina é uma forma de resistência a um certo tipo de monolinguismo regente: o inglês estadunidense como língua franca. (BAALBAKI, 2012, p. 3).

Pensando o que foi citado, mas partindo da língua espanhola, poderíamos refletir sobre o que seria falar espanhol na América Latina: falar a língua oficial de vários Estados que estão em relação de convivência e de disputa com o Português – língua oficial do Brasil e, do nosso ponto de vista, com o espanhol da Espanha, que normalmente ingressa por meios impressos e/ou de comunicação. Assim como o ensino de português na América Latina pode ser visto como uma forma de resistência ao monolinguismo do inglês estadunidense como língua franca, o ensino do espanhol no Brasil também pode ser considerado uma forma de resistência a esse monolinguismo, principalmente nas escolas.

Com relação ao Brasil, na “discursividade que acompanha a atuação ‘pan-hispânica’ [...] se destacam duas constantes: a unilateralidade e a urgência. A primeira, por omissão; a segunda, por infatigável repetição.” (FANJUL, 2011, p. 327). O autor se refere à unilateralidade no que diz respeito à presença de discursos em instituições espanholas da necessidade de que os brasileiros saibam espanhol, mas não há essa mesma proposta para que os falantes de espanhol saibam português. A urgência, “para que o Brasil ‘não perca o trem’ da história” (FANJUL, 2011, p. 327), possui relação com essa perspectiva da unilateralidade. Essa insistência e urgência em ocupar espaços educacionais, principalmente por parte do Instituto Cervantes e por outras instituições espanholas, poderia ser, para Fanjul (2011), uma maneira de

prevenir a possibilidade de que em uma parte do mundo o espanhol se expanda com outras políticas e agentes não diretamente relacionados com, principalmente, a Espanha e sua “missão mundial centralizadora” (FANJUL, 2011, p. 327).

Após o acordo do MERCOSUL e, especialmente, após a lei 11.161/2005, já revogada, que garantia a oferta obrigatória da língua espanhola no ensino médio das escolas públicas brasileiras, o contato com o espanhol no Brasil acontece por meio de variedades não pan-hispânicas, e os países vizinhos, especialmente a Argentina, fazem um acordo para também oferecer o português como língua de oferta obrigatória na escola. Além disso, como também mostra Fanjul (2011, p. 328), o Brasil reconhece o exame de proficiência do espanhol elaborado pela Argentina, o CELU (*Certificado de Español Lengua y Uso*), alheio à centralização produzida pelos outros exames mais conhecidos e elaborados majoritariamente pela Espanha. Da mesma maneira, a Argentina reconhece o CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros). Com isso, observa-se uma perspectiva diferente da “uniformização pan-hispânica e da ‘essência linguística’ supranacional que essa política propaga mediante produtos para o mercado de ensino já elaborados para condições completamente diferentes.” (FANJUL, 2011, p. 329). Esses grupos provavelmente conseguirão uma participação mais indireta nesse tema, sendo apenas um a mais, “mantendo o ganho de alguns (as editoras, por exemplo, podem lucrar com *qualquer* livro), mas desistindo de outros.” (FANJUL, 2011, p. 329, grifo do autor).

Podemos dizer, então, que,

la batalla de la lengua compromete no sólo a los expertos en la lengua, sino que se despliega sobre un entramado textual que comprende a la prensa, los libros de divulgación y específicos sobre la materia, los discursos en congresos realizados como grandes puestas en escena de lo que del Valle/Stheeman llaman “espectáculo de la lengua”, y cuenta entre sus actores tanto a lingüistas y filólogos como a empresarios y diversas figuras públicas, que incluyen a la misma Casa Real española. (ENNIS, 2008, p. 23).

Observa-se, portanto, as diversas formas do discurso sobre a língua ser divulgado em uma sociedade e, também, como não apenas acadêmicos podem se interessar pelo tema, como a *Casa Real española*. Inclusive, um prólogo (abaixo transcrito) de nosso *corpus* menciona que os reis da Espanha estiveram na

aprovação da *Nueva Gramática* de 2009, únicos representantes nesse nível político de um país, com esse poder legitimador e simbólico:

El texto básico de esta Nueva gramática fue aprobado por todas y cada una de ellas en la sesión de clausura del XIII Congreso de la Asociación, celebrado en Medellín (Colombia) el 24 de marzo de 2007. Al acto, que presidieron Sus Majestades los Reyes de España y el presidente de la República de Colombia, se unieron más de un centenar de rectores de universidades iberoamericanas y numerosos intelectuales y escritores que participarían de inmediato en el IV Congreso Internacional de la Lengua Española de Cartagena de Indias (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Identifica-se uma relação entre legitimação e institucionalização, que produz um efeito de legitimidade de um saber linguístico (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 12) e a institucionalização desse saber. Para isso, entra em questão a cientificidade sobre a língua, e é importante lembrar, como diz Lagazzi-Rodrigues (2007),

o que afirmou Orlandi (2000) sobre a passagem da autoria do lugar do gramático para o lugar do linguista: “*a questão posta pela língua migra de uma posição diretamente política e intelectual para tornar-se cada vez mais uma questão explicitamente científica*”. Um imaginário sobre a língua e sobre o conhecimento que tenta sobrepor o científico ao político. Certamente uma questão de política linguística! (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 12, grifos da autora).

A produção e a legitimação do saber sobre a língua esteve muito ligada às universidades no Brasil e, poderíamos dizer, na América Hispânica como um todo. Como Lagazzi-Rodrigues (2007) diz, “no que diz respeito à produção, expansão, circulação e representação do saber linguístico no Brasil, os espaços institucionais de ensino universitário tiveram e têm grande importância.” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13). Assim também, como já mencionado, a universidade no Chile, na época de Andrés Bello, era a responsável pelo ensino da língua nas escolas, pela publicação das gramáticas e aprovação das que poderiam ser utilizadas. Na Espanha, como já comentado, a *Real Academia Española* foi (e ainda é) durante muito tempo a responsável pela produção desse saber linguístico, sendo uma instituição apoiada e vinculada ao governo e aos reis. Sobre a função do rei, Del Valle e Stheeman (2004b) dizem que é uma peça essencial de uma “[...] campaña diplomática por la defensa y progreso internacional de la lengua española. [...] El rol del Rey [...] se materializa en su presencia en el patronato del Instituto Cervantes.” (DEL VALLE; STHEEMAN, 2004b, p. 250). Dito isto, podemos compreender a

presença dos reis da Espanha²⁵ no congresso em que houve a aprovação da *Nueva Gramática* junto à presença de reitores de universidades ibero-americanas, uma vez que seriam os lugares de legitimação do saber em seus países.

Em linhas gerais, podemos dizer que as gramáticas funcionam como lugar de representação e de construção de uma unidade imaginária da língua espanhola, projetada historicamente. Assim como as Associações e os congressos, “se constituem em instrumentos de visibilidade do funcionamento e da história das línguas” (DIAS, 2007, p. 183). Concordamos com Dias (2007) quando diz, com relação às gramáticas de língua portuguesa, que há duas perspectivas de política de língua: institucionalização do linguístico e constituição de evidências linguísticas. O controle da língua e de sua imagem estaria relacionado com um imaginário de completude da língua, algumas vezes presente nos prólogos do nosso *corpus*, e também um efeito de funcionamento dos congressos sobre a língua.

Com relação à constituição de evidências, há, em nosso capítulo, autores com os quais dialogamos que não se inserem ao quadro teórico da AD. Por isso, muito do exposto é tomado como evidência. Por outra parte, a constituição de evidências também está presente nas produções de gramáticas. Segundo Dias (2007),

²⁵ A presença dos reis nos movimentos de legitimação do saber metalinguístico da língua espanhola pode ser retomada, por exemplo, já na primeira gramática castelhana, a de Nebrija (1492), que é dedicada à Rainha Isabel I de *Castilla*, conhecida, junto com seu esposo, como os *Reyes Católicos*. Outros exemplos da presença dos reis nesses movimentos de legitimação poderiam ser as reais cédulas assinadas pelos reis em diferentes séculos, e que garantiam a *Real Academia Española* e a seus instrumentos linguísticos ora a recomendação ora a obrigação de seu uso nas instituições de ensino. No prólogo da gramática de Ruiz Morote (1880), há também menção ao rei Alonso X, *el Sabio*, e à seu decreto que ordenava que se escrevesse em romance castelhano os documentos oficiais. Ao final, também assinala a presença do rei quando comenta que se realizarem uma reforma ortográfica, os integrantes da *Real Academia* imortalizariam seus nomes e o do Monarca, indicando essa relação entre a Academia, o saber linguístico e o Estado. No prólogo da gramática de Benot (1910), ao expressar a importância da persistência e da propagação de um idioma para a vitalidade de um povo, comenta-se que em Salonica, na Grécia, e em outros pontos, havia pessoas que falavam *el castellano del tiempo de los Reyes Católicos*, com as naturais alterações causadas pelos séculos, retomando uma vez mais, como memória, a presença dos reis e, mais especificamente, dos *Reyes Católicos*, também conhecidos pela tentativa de uma imaginária unificação da atual Espanha e da língua castelhana. No prólogo da gramática da RAE e ASALE (2009), assinala-se que antigamente os conteúdos gramaticais eram memorizados e recitados como os preceitos dos catecismos. Apesar de ser esta uma forma utilizada não só na Espanha, a referência e comparação com os catecismos remetem a uma relação da língua, do saber metalinguístico e dos instrumentos linguísticos com a religião. No caso da Espanha, principalmente em séculos anteriores, os reis eram a religião, estavam muito relacionados a ela. Como exemplo, tem-se, como já foi dito, a Isabel I de *Castilla* e Fernando II de *Aragón* conhecidos como os *Reyes Católicos*. De alguma forma, a religião parece estar presente na produção do saber metalinguístico, no entanto, essa questão não foi um objetivo delineado em nossa pesquisa.

o saber sobre a língua ganha identidade a partir das condições que preside a apreensão dos fatos de dizer como fatos de gramática. Os modos de apreensão desses fatos se constituem nas formas de constituição de evidências historicamente constituídas (DIAS, 2007, p. 198).

Em diferentes momentos da história, a produção de saber linguístico e as relações de poder se organizam “e declinam diferentemente suas relações com as línguas e entre elas, nas e entre as sociedades e as culturas diferentes.” (ORLANDI, 2014, p. 24). Por isso, há que se questionar a evidência empírica da leitura, há que se relacionar as formações teóricas com a conjuntura política, afinal, e, principalmente, no caso hispano-americano “o reconhecimento nem sempre é índice de aceitação” (LAGARES, 2018, p. 52) e “onde há poder, há resistência (Orlandi, 1992)” (ORLANDI, 2014, p. 45).

Buscamos questionar algumas dessas evidências e analisar algumas dessas relações e, para isso, descreveremos no próximo capítulo os passos realizados na nossa constituição do *corpus*, os gestos de leitura e interpretação que fundamentaram o recorte da materialidade e, por fim, puderam propiciar as sequências discursivas analisadas.

3 PRÓLOGOS DE GRAMÁTICAS COMO *CORPUS* DISCURSIVO: GESTO DE ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO

A constituição do *corpus* é um ponto crucial para AD. Ela não se dá de uma forma acabada anteriormente à análise, mas efetua-se à medida que esta se desenrola.

José Horta Nunes

Um modo de se constituir um *corpus* em AD pode ser por uma ou por várias sequências discursivas, sendo a maior parte das pesquisas em AD elaborada considerando a segunda possibilidade (COURTINE, 2009), não sendo a nossa uma exceção. Com as sequências discursivas reunidas, selecionadas segundo critérios que serão comentados mais adiante, fez-se uma organização para dar uma forma ao *corpus* discursivo.

Courtine (2009, p. 56), ao trazer Gardin e Marcellesi (1974, p. 240), explica que “a constituição do *corpus* [discursivo] deve responder a exigências de ‘exaustividade, de representatividade e de homogeneidade’, características ‘que são comandadas pela adequação aos objetivos da pesquisa’”. A exaustividade corresponde a não deixar “na sombra nenhum fato discursivo que pertença ao *corpus*, devendo ele ‘incomodar o pesquisador’” (COURTINE, 2009, p. 56). Já a representatividade indica que não se pode generalizar a partir de um fato constatado apenas uma vez, e há, também, a homogeneidade, que, segundo os autores mencionados, é um dos conceitos mais difíceis de utilizar, devido a que a “constituição de *corpus* discursivo em AD, ao contrário, efetua-se na condição de um postulado muito importante de *homogeneidade* ou de *coerência discursiva*, mesmo nos tratamentos contrastivos.” (COURTINE, 2009, p. 57). Ainda podemos contrastar essa definição encontrada em Courtine (2009) com outra presente em León e Pêcheux (2011):

um *corpus* é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informação ou justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um *corpus* de arquivo textual não é um banco de dados. (LEÓN; PÊCHEUX, 2011, p. 165).

Retornaremos à citação mais adiante. Descreveremos neste capítulo, portanto, os procedimentos utilizados para selecionar os vinte e um prólogos das gramáticas publicadas entre os séculos XIX e XXI, e a posterior delimitação do nosso *corpus* discursivo. A metodologia segue os princípios da Análise de Discurso de linha francesa. Primeiramente, consideramos a publicação da gramática na Espanha ou por espanhóis, havendo algumas exceções em casos de importância ou reconhecimento no meio hispânico. Pretendemos, com isso, responder os seguintes questionamentos:

- a) Como é(são) constituída(s) a(s) imagem(ns) da língua espanhola da América?
- b) De que modo essa(s) imagem(ns) funciona(m) nos prólogos das gramáticas de língua espanhola entre os séculos XIX e XXI?
- c) Como a(s) imagem(ns) da relação entre Espanha e América Hispânica influenciam na questão linguística?

Para o recorte temporal, levamos em consideração o período de independência das antigas colônias da América Espanhola: século XIX. Nesse mesmo século houve a promulgação da *Ley de Instrucción Pública*, o que, considerando o contexto sócio-histórico, acreditamos poder estar relacionada, também, com as independências na América. O *corpus* se estende ao século XXI para tentar realizar uma comparação entre os resultados e poder observar recorrência ou não dessas imagens, e suas possíveis alterações ou permanências até os dias atuais.

Nosso *corpus* se relaciona com as práticas documentais institucionais “que visam a obter, recensear, classificar, listar” (NUNES, 2008, p. 84) os instrumentos linguísticos em universidades, bibliotecas, arquivos, museus, e interpretam de forma a produzir um sentido e uma memória estabilizada. A leitura dos documentos de arquivo, entendido por Pêcheux (2014, p. 59) no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, explicita esse processo de elaboração, os conceitos que estão presentes, o imaginário de completude, o que se recorta, qual a temporalidade, o que se repete e se apaga, como a língua espanhola e a América são significadas nos prólogos, se pensamos no nosso tema.

Para Nunes (2008, p. 96), “o arquivo e a documentação estão sujeitos ao acontecimento discursivo [...]. Os acontecimentos produzem efeitos [...], fazendo irromper novas práticas ou interromper aquelas em andamento”. Em outras palavras, esses efeitos podem estar relacionados, por exemplo, com o aparecimento de uma

gramática, suas edições, sua perpetuação, sua censura e, inclusive, a interrupção de sua circulação. Essas mudanças poderia ser uma das razões dos acervos de gramáticas, por exemplo, se encontrarem dispersos por instituições, mais ou menos documentadas, contribuindo para as características de falta e incompletude dos arquivos.

Segundo Nunes (2008), para se compreender melhor o funcionamento do arquivo, primeiro é preciso compreender a distinção entre memória e interdiscurso. Orlandi (2003, p. 14) diz que a memória enquanto interdiscurso se relaciona ao “saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já-dito.” Já a memória enquanto arquivo é a memória institucionalizada, estabilizada:

Já o que estamos chamando arquivo é a memória institucionalizada, estabilização de sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida). (ORLANDI, 2003, p.15).

O arquivo corresponderia, então, a representações imaginárias da memória, segundo Nunes (2008), e o horizonte do já-dito seria o interdiscurso. Acrescenta-se que a memória institucionalizada é sustentada por certas condições sócio-históricas que, se acabam ou mudam, alteram a imaginária estabilidade do arquivo.

A noção geral e tradicional de arquivo “supõe uma ilusão da completude da possibilidade do tudo guardar, de tudo registrar para a posteridade, e de tudo poder recuperar em termos da produção de sentidos” (MARIANI, 2016, p. 11). Com isso, têm-se arquivos com uma característica quantitativa, um volume elevado. Na perspectiva discursiva, segundo Mariani (2016), um arquivo “congrega em seu funcionamento aspectos políticos, técnicos, jurídicos e éticos. Em qualquer arquivo se inscreve a historicidade de uma política de silenciamento (ORLANDI, 2001)” (MARIANI, 2016, p. 17), resultado das condições de sua institucionalização.

Nenhum arquivo institucionalizado é completo, mas resultado de gestos de leitura daqueles que o organizam em um determinado tempo histórico. Seria um equívoco pensar, por exemplo, que na biblioteca principal de Filología da Universidad Complutense de Madrid, na Espanha, estará a totalidade de

documentos relativos à gramatização do espanhol. Apesar de ter um acervo grande, principalmente se comparado aos arquivos presentes em bibliotecas do Rio de Janeiro, “também se inter-relacionam, se repetem, apresentam lacunas que incidem em pontos semelhantes, etc. Nesses apagamentos e sobreposições já se tem um trabalho da memória histórica.” (MARIANI, 2016, p. 20).

Mariani (2016) também cita Pêcheux (1994) para lembrar que “a organização de um arquivo resulta de gestos de interpretação que regulam politicamente a memória das formas de administração da sociedade” (MARIANI, 2016, p. 13), por meio da escolha dos enunciados que constituirão o arquivo e do conseqüente silenciamento dos demais enunciados e da memória que não serão incluídos, ou seja, definindo o que pode ou não circular na sociedade e os sentidos vinculados em determinado momento histórico. Pode-se dizer que essa naturalização de processos de significação e de silenciamento de sentidos são efeitos do funcionamento da ideologia durante a organização dos arquivos.

Cabe ao pesquisador, portanto, por meio de suas hipóteses, “historicizar afirmações que se tomam como verdades atemporais e, assim, desautomatizar gestos de interpretação” (MARIANI, 2016, p. 24), sem esquecer que a falta constitui um arquivo e, assim, será fragmentado, imprevisível, e, do ponto de vista discursivo, nunca finalizado, uma vez que está afetado pela história e pela materialidade da língua. Como diz Mariani (2016):

O trabalho discursivo com as ideias linguísticas realiza uma desmontagem de produções de sentidos estabilizados, um trabalho de tecitura de relações textuais em que o dito está sempre jogando com o não dito, com as margens dos dizeres, com a memória e com o silenciamento. Pretende-se compreender, dessa forma, as sucessivas camadas de sentidos produzidos para a língua nacional, compondo um mosaico de sentidos nunca apreensível em sua totalidade, seja para o pesquisador, seja para quem fala a língua. (MARIANI, 2016, p. 24).

Dessa forma, como Mariani (2016) chama a atenção, o gesto de leitura de um arquivo vai além do que seria a constituição do próprio arquivo. Precisa-se de um olhar atento para uma aparente transparência e para construções de evidências, interrogando-se pelos próprios significantes presentes em um arquivo, pois “o equívoco é estrutural, constitui a língua e constitui a subjetividade do pesquisador.” (MARIANI, 2016, p. 17).

Diante do arquivo e com base nos objetivos estabelecidos,

o pesquisador se encontra mediatizado pela teoria, sem dúvida, mas também por leituras marcadas pelo lugar de onde (se) fala, com todas suas implicações, pois esse lugar de onde se fala é também o lugar onde se esquece. Assim, trabalhar com uma leitura de arquivos – lidar com a memória institucionalizada – é também trabalhar com nossa própria discursividade. (MARIANI, 2016, p. 16).

Para se ler um arquivo, então, “Orlandi (2003) propõe que a interpretação se faça entre essa memória institucional e os efeitos dessa memória, que são da ordem do interdiscurso.” (DIAS, 2012, p. 52). A interpretação não seria somente o contexto no qual se elaborou um documento, “ela se faz afetada por efeitos de sentido desse documento na história, pelas diferentes leituras e por sua relação com a situação de constituição da posição sujeito analista na atualização/leitura desses efeitos da memória.” (DIAS, 2012, p. 52).

Com relação ao trabalho com o arquivo e a memória do saber sobre uma língua em HIL e AD, Baldini (2005) explica que

Não há, como se diria em Análise do Discurso, uma discussão a respeito do “arquivo”. Mas há, e sobretudo por isso tais textos nos interessam, tomadas de posição com relação a essa história, e uma leitura superficial dos mesmos já permite localizar pontos de discordância, de aproximação, vozes que falam num texto e se calam noutro, compreensões distintas de um mesmo momento histórico, enfim, autores fazem *gestos de interpretação* com relação à história em que se inserem e que contam. (BALDINI, 2005, p. 55).

Outras interpretações funcionariam, conforme diz Pêcheux (2014, p. 59), como um sistema de gestos de leitura, marcados e reconhecidos em um espaço polêmico das leituras de arquivo. É com base nesse espaço polêmico que Pêcheux (1988) propõe trabalhar com o arquivo.

Uma proposta de construção metodológica, nesse viés teórico, foi desenvolvida por Nunes (2006) a partir de dois diferentes modos de entrada na leitura de um arquivo, segundo uma temática: “o percurso temático *de* arquivo e o percurso temático *no* arquivo” (DIAS, 2012, p. 50, grifos do autor). O percurso *no* arquivo se refere a “um percurso temático que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um *corpus* de análise. [...] [O] sujeito analista é levado a interpretar em meio à dispersão de *documentos*, constituídos por *uma temática*.” (NUNES, 2006, p. 91, grifos do autor). Como nosso arquivo está constituído por 21

prólogos de gramáticas de língua espanhola, o *corpus* de análise se construiu a partir desse modo de entrada. O percurso temático *de* arquivo é

frequentemente ligado a uma instituição. O que se estuda nesse caso não é exatamente como um tema está no arquivo ou atravessa vários arquivos, mas sim como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio das práticas documentais um discurso da história. (NUNES, 2008, p. 91).

Nesta pesquisa, o procedimento para se fazer a análise foi o recorte elaborado a partir da leitura em arquivo. O que será analisado foi o recorte de textos, materialidade discursiva, construída ao se realizar o gesto de análise, um gesto de interpretação que constitui a leitura do analista. Segundo Orlandi (1984, p. 14), “o princípio, segundo o qual se efetua o recorte varia segundo os tipos de discurso, segundo a configuração de condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise”. Ainda segundo a autora, “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14).

Como diz Dias (2012), isto é possível se o analista tem como pressuposto que unidade discursiva produz sentidos ao estar correlacionada com os fragmentos de linguagem-e-situação. Para compreender um fragmento do recorte, há que se considerar que ele produz sentidos em relação com os demais fragmentos. Nesse sentido, segundo Orlandi (1984),

[...] podemos dizer que *o texto é um todo em que se organizam os recortes*. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva. Pretendemos que a idéia de recorte remeta à de polissemia e não à de informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia. (ORLANDI, 1984, p. 14, grifo da autora).

Com relação aos documentos do nosso arquivo em específico, o primeiro recorte consistiu em identificar os textos introdutórios das gramáticas. O prólogo é uma parte presente no início da maioria dos livros e, aqui, das gramáticas. Esse termo é, no entanto, mais comum na língua espanhola do que na língua portuguesa, sendo mais usual nesta língua a palavra “prefácio”. Para buscar compreender, de forma superficial, a constituição histórica do sentido de “prólogo”, consideramos, a

seguir, as definições presentes em verbetes de dicionários de língua espanhola, reconhecendo, segundo a linha teórica discursiva, que a configuração interna dos verbetes produz um discurso e, como todo discurso, “constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos.” (NUNES, 2006, p. 18). Vejamos alguns verbetes recortados:

PROLOGO, la prefacion, o introducion del libro, para dar claridad de fu argumento. En las comedias acoftumbrauan hazer prologos para el mefmo fin, y para captar la beneuolencia y atencion del auditorio. Latine prologus [...] (COVARRUBIAS OROZCO, 1611).

PROLOGO. s. m. El exórdio o prefación, que se pone y coloca al principio de los libros o [v.399] tratados, para dar noticia al lector del fin de la obra, o para advertirle de alguna otra cosa. Es voz Latina *Prologus*, i. SIGUENZ. Vid. de S. Geron. lib. 4. Disc. 4. Esta razón apuntó el mismo Doctor en el Prólogo del Paralipómenon, con las palabras que arriba alegamos. (RAE, 1726-1739).

prólogo. 1. m. En el teatro griego y latino, discurso que se recitaba antes de la representación de una obra explicándola, pidiendo benevolencia, etc. 2. En algunas obras literarias, acción o relato breve, independiente de los de la obra, pero que le sirve de antecedente. 3. Escrito que antecede una obra, hecho muchas veces por persona distinta del autor, con comentarios referentes a la obra misma y, a veces, al autor. - Introducción, preámbulo, prefacio, proemio. 4. Cualquier cosa que precede inmediatamente a otra a la que sirve de preparación. (MOLINER, 2001).

prólogo. m. 1. Texto preliminar de un libro, escrito por el autor o por otra persona, que sirve de introducción a su lectura || 2. Parte primera de una cosa que precede y sirve de introducción al resto. *El prólogo de la carrera ciclista*. || 3. Primera parte de una obra, en la que se refieren hechos anteriores a los recogidos en ella o reflexiones relacionadas con su tema central. || 4. Discurso que en el teatro griego y latino, y también en el moderno, precede al poema dramático. (RAE, 2006).

Segundo Nunes (2006), “o estudo histórico-discursivo permite mostrar os processos de produção dos verbetes, as paráfrases de um a outro, a constituição de um discurso por sua estruturação e pela textualidade de seus subdomínios.” (NUNES, 2006, p. 34). Com relação aos verbetes de “prólogo”, embora haja algumas diferenças entre essas definições, observa-se que desde o primeiro dicionário monolíngue de espanhol, *Tesoro de la lengua castellana o española* (1611), o termo “prólogo” mantém o sentido quando se refere a algo que antecede o texto de um livro. Segundo essas definições, “prólogo” pode ser, ao mesmo tempo, sinônimo de *Introducción*, *preámbulo* e *proemio*. Isso foi verificado em nosso *corpus*, pois em algumas gramáticas apareceu um desses nomes ao invés de “prólogo”,

sendo este, no entanto, o mais utilizado. Segundo Zamorano Aguilar (2004), nos prólogos das gramáticas de língua espanhola publicadas a partir da segunda década do século XX, o conceito de "prólogo" se entende de maneira não compacta, ou seja, há uma divisão dos conteúdos preliminares em blocos diversos: "En este límite temporal contenidos divergentes se separan del concepto 'prólogo' para distribuirse en otros como 'introducción', 'advertencia', etc." (ZAMORANO AGUILAR, 2004, p. 254). Por isso, também analisamos em nosso *corpus* alguns *Preámbulos* e *Introducciones* tomados, aqui, como a textualidade "prólogo" por possuírem o mesmo funcionamento.

Para Esparza Torres (2006, p. 69), os prólogos são "textos en los que las ideas y las intenciones de los lingüistas se manifiestan", sendo essas "intenções", como citado anteriormente, influenciadas pelo contexto sócio-histórico da época. Portanto, podemos por meio de uma análise discursiva dos prólogos, identificar certo imaginário e de que maneira consubstanciaram imagem(ns) de língua espanhola presente nesses textos. Antonio Rondán (1976 *apud* ESPARZA TORRES, 2006) comenta sobre isso quando diz que nos prólogos há a presença da influência da ação política hispânica. Podemos observar esse efeito de influência quando os autores dedicam a gramática à rainha, ao engrandecimento da nação, através do ensino de espanhol inclusive para os estrangeiros e, após as seguidas independências dos países da América, quando a *Real Academia Española* se preocupou com a unidade do espanhol. Diferentemente dos vários efeitos evidência trazidos por Zamorano Aguilar (2004) e Esparza Torres (2006), há um deslocamento conceitual operado pelos estudos realizados no âmbito da Análise de Discurso.

Como dito anteriormente, os autores de língua portuguesa trabalham mais com a ideia de "prefácio", por isso, a partir dessa noção utilizada pelas autoras Orlandi (1990) e Caldas (2009), consideramos certo funcionamento dos "prólogos", com base nos pressupostos da teoria que norteia nosso trabalho, considerando-o, também como paratexto de uma obra, oferecendo informações sobre a mesma e produzindo sentidos que apontam para dentro do texto e para fora dele, ou seja, para seu contexto sócio-histórico.

Consideraremos o que Orlandi (1990) diz sobre prefácio para auxiliar na nossa conceitualização de "prólogo": podemos dizer que ele serve para dar início, introdução a uma obra. Contextualiza-a, por meio de suas condições de produção, inserindo-a em um processo discursivo. Pensando nisso, poderemos fazer uma

análise discursiva dos prólogos das gramáticas, buscando seus efeitos de sentido com relação à imagem de língua espanhola que pressupõem, uma vez que o sentido é histórico, logo, ideologicamente determinado. Observaremos, também, se há sentidos que se mantêm durante nosso recorte temporal (séculos XIX-XXI).

Para Caldas (2009), os prefácios delimitam os textos. Consideraremos tal característica para os prólogos, pois nestes, pressupondo que há um livro escrito e terminado, há a proposição de um método de leitura, antecipando o assunto a ser tratado e indicando a incompletude de seu texto, que, segundo Orlandi (1990), aponta que se há a preocupação em delimitar e orientar um modo de leitura, há mais de uma possibilidade de leitura, há sentidos mais destacados que outros. Essa administração de sentidos, no entanto, é feita de maneira que, o que foi dito, é o que é concebido como “real” e não pode ser diferente. No caso das gramáticas normativas, esse fato é recorrente, pois se tenta impor uma determinada norma de língua, considerando as demais como “erradas”. Essa delimitação ocorre também por meio da presença da perspectiva ideológica predominante da época, e que normalmente é adotada na obra, além da exposição do objetivo do texto, do autor e a quem está direcionado. Há, portanto, nos prefácios, o que ainda será dito e o que já foi dito sobre determinado tema, utilizando novas formas de dizer. Ainda segundo Caldas (2009), o prefácio pode ser escrito pelo autor do livro ou não, como algumas vezes aconteceu em nosso *corpus*, além de poder ser considerado uma ponte entre o leitor e o título do livro ou entre o leitor e a representação de sujeito-autor.

Assim como Orlandi (1990), Caldas (2009) apresenta, também, a noção de “comentário” para Foucault, pois, para esse autor, os prefácios são como “comentários” sobre o discurso que aparece depois dentro do livro, um processo interno. Após citar o filósofo, a autora apresenta uma definição de comentário como discurso que retomam, modificam e apresentam, tornando atemporais os atos de fala que acompanham, dando-lhes um valor de verdade. Sendo assim, no prefácio haveria comentários sobre o texto que já foi escrito, repetindo, validando, aumentando o prestígio do autor e explicando a obra.

Chaves-Ferreira (2009) identifica prólogo como

a abertura de uma obra, que tem as funções de apresentar, de mostrar ao público os aspectos conformadores, a trajetória de elaboração do trabalho, os traços positivos do “produto” que é oferecido ao usuário e será “degustado” por ele. Nesse sentido, o prefácio assume um caráter essencialmente promissório. (CHAVES-FERREIRA, 2009, p. 121).

Nos prólogos do nosso *corpus*, observamos, além do descrito anteriormente, a apresentação do objetivo, a menção aos autores anteriores e suas obras, ao espanhol na Espanha e no mundo, se há um modelo de língua a ser seguido, entre outros temas. Com isso, “os prefácios instituem a autoridade [...] e estabelecem a representatividade dos sujeitos na relação com a língua.” (NUNES, 2007, p. 2 *apud* CHAVES-FERREIRA, 2009, p. 121).

Petri (2009) relaciona esse processo com a questão da unidade ao dizer que “o processo de prefaciamento/apresentação de materialidades lingüísticas [...] produzem o efeito de unidade, com início, meio e fim, que é próprio dos livros” (p. 329). Para a autora, é um texto com funcionamento próprio: “ele vem antes, antecede, apresenta e representa a obra que vem na sua seqüência, bem como revela marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo.” (PETRI, 2009, p. 330). Ainda segundo a autora, o prefácio pode ser produzido pelos editores, mas não tivemos este caso em nosso *corpus*; pode ser escrito pelo autor, a maioria dos prólogos que analisamos foram escritos pelos próprios autores, e, segundo Petri (2009, p. 330) “estabelece relações de interlocução com os leitores”; e pode ser escrito por terceiros, como alguns dos prólogos que analisamos, escritos por outras pessoas, às vezes convidadas, e que, como diz Petri (2009, p. 330), “adjetivam a obra e o autor”. Resumidamente, o prefácio funcionaria como um lugar para enaltecer a obra em questão.

Silva (2012) traz em sua tese os autores Collinot e Mazière (1997) que escrevem sobre os prefácios de dicionários, mas que podemos utilizar suas considerações para pensar os prólogos das gramáticas do nosso *corpus*, principalmente considerando que ambos, segundo Auroux (1992), são instrumentos de gramatização. Segundo Silva (2012, p. 113-114), Collinot e Mazière (1997) ressaltam que os textos de apresentação projetam uma imagem e a definição do público visado, uma imagem de língua, além de apresentarem o procedimento lexicógrafo que permite colocar em evidência a natureza complexa e heterogênea do dicionário de língua. Em uma leitura dos prefácios de dicionários de língua francesa, produzidos no fim dos séculos XVII, XVIII e XIX, estes autores analisaram como se formula o trabalho da nomenclatura sobre os dados de uma língua viva e assinalam que

esta leitura fez aparecer a recorrência de uma temática que pode ser traduzida trivialmente nestes termos: o lexicógrafo estabelece sua nomenclatura segundo a ideia que ele faz de uma língua comum à uma classe definida de locutores. (COLLINOT E MAZIÈRE, 1997 *apud* SILVA, 2012, p. 56, tradução da autora).

Pensando em nosso *corpus*, o prólogo, ou seja, uma textualidade de apresentação, cujo funcionamento seria introduzir, dar sentido ao objeto histórico, ao instrumento, também projeta imagem(ns) de língua, que é um dos objetivos da nossa análise, além dos demais temas que serão comentados.

Podemos observar, também, ao analisar os prólogos, que, diferentemente do que Nunes (2010) observou com relação aos dicionários no Brasil, que começaram como instrumentos de colonizador-colonizado e que aos poucos se separaram e se estabeleceram como próprios e específicos de cada país, que, no âmbito hispânico, apesar da existência de gramáticas em países de acordo com o “seu espanhol”, a mais difundida e considerada oficial é uma para todos os países, elaborada, segundo diz em seu prólogo, em consenso com as 22 *Academias de la Lengua*. Observa-se, portanto, uma relação entre os instrumentos do antigo colonizador e dos antigos colonizados, possivelmente em uma tentativa de manter a imaginária unidade da língua espanhola, retomada como um dos objetivos no prólogo da gramática de 2009 da RAE.

Os prólogos instituem um documento histórico a partir das informações presentes neles. Por meio de sua análise, podemos depreender os temas de interesse dos acadêmicos, e da sociedade no geral, em cada época, as ideias que influenciaram na elaboração da obra e na concepção teórica do gramático (ESPARZA TORRES, 2006), e a(s) imagem(ns) de língua que é(são) retomada(s) e projetada(s), comparando-as com os discursos que circulam sobre a língua, no nosso caso, espanhola.

Nessa dimensão discursiva, consideramos, uma vez mais, o que Collinot e Mazière (1997 *apud* SILVA, 2012, p. 84) dizem a respeito do dicionário, mas considerando a gramática e, mais especificamente, o prólogo:

se mostra como um lugar no qual podemos questionar as evidências de sentidos, as certezas, as falhas e equívocos, compreender os processos históricos de sua produção, explicitar como o saber a língua e o saber sobre a língua se ligam na formulação dos verbetes, enfim, observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas. (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997 *apud* SILVA, 2012, p. 84).

Dessa forma, considerando nosso material de análise, buscamos compreender os processos históricos de sua produção, identificar como o saber a língua e o saber sobre a língua se relacionam na elaboração das gramáticas, na decisão entre qual e como será o “modelo” a ser seguido, o que será mencionado e o que não será. Com isso, podemos retomar um dos nossos objetivos que é compreender como se dá a construção do imaginário da língua espanhola da América Hispânica por meio de discursos sobre a língua nos prólogos de gramáticas consideradas espanholas.

3.1 Gesto de organização do arquivo

Mariani (2016) destaca a incompletude do arquivo – composto de faltas e sem garantia de fechamento absoluto. Desta feita, o gesto de organização do nosso arquivo caracteriza-se por um movimento labiríntico (MARIANI, 2016), marcado por idas e vindas, entre arquivos que se entrecruzam, produzindo um emaranhado de intrincados caminhos que podem provocar uma sensação de confusão e dificultar o encontro de uma saída, uma vez que tendo o arquivo a falta como elemento constitutivo, será, como diz Mariani (2016), fragmentado, imprevisível. Em outras palavras, com um olhar opaco, o pesquisador

vai localizar outros textos, vai se deixar apanhar por enunciados, em suma, vai fazer descobertas, associações, anotações e depois, eventualmente, esquecê-las, ou recomeçar novas descobertas, associações e anotações sucessivamente [...] (MARIANI, 2016, p. 16).

Inicialmente, nosso gesto de organização se deu com gramáticas do século XV. Posteriormente, com o refinamento das perguntas de pesquisa, retomamos novas buscas e outro gesto de organização foi produzido – dessa vez com o uso de arquivo informatizado, baseado em uma listagem predefinida. Em relação ao acesso ao material, com as novas práticas de arquivo, condicionadas pela informatização, muitos arquivos já estão disponíveis facilmente na Internet, em bases de dados, informatizados.

Foi a partir de uma lista elaborada por Javier Medina López, intitulada, *acercamiento bibliográfico*, contendo gramáticas do século XV até o século XX, que começou a construção do nosso arquivo. Considerando as informações desta lista, foi desconsiderada a maior parte das gramáticas não publicadas na Espanha, por entendermos que, de modo geral, as espanholas são as mais vendidas e divulgadas, e, conseqüentemente, suas ideologias, além das gramáticas designadas explicitamente em seus títulos como escolares, por acreditarmos que elas poderiam ser objeto de um estudo à parte por suas especificidades.

Há, no entanto, duas em nosso *corpus* que foram publicadas em outros países: a de Vicente Salvá, de 1830, em Paris, e a de Andrés Bello, de 1847, em Santiago de Chile. Justificamos a presença e a importância de ambas na constituição de nosso *corpus* ao dizer que apesar de não serem gramáticas espanholas, ambas tiveram grande recepção devido a inovações que trouxeram e, também, a pouca presença da *Real Academia Española* na época, favorecendo o surgimento de outros instrumentos linguísticos. Como foi dito no capítulo anterior, a RAE, inclusive, acrescentou, e assim oficializou, ambos os autores e suas gramáticas ao colocar considerações feitas por eles em uma gramática publicada posteriormente por ela. Até hoje estão entre as gramáticas mais consultadas, principalmente a de Andrés Bello.

Após essa primeira seleção, passou-se para o recolhimento dos prólogos destas gramáticas. Para que se tivesse acesso aos prólogos, foi necessária, primeiramente, a pesquisa das gramáticas as quais serviam de introdução, por meio da escrita e busca do nome da gramática no *site* de buscas *Google*, ou, como segunda opção, o nome da gramática e o nome de quem a elaborou ou publicou. Alguns prólogos, normalmente os mais antigos, foram encontrados digitalizados, ou seja, captados e reproduzidos de um original impresso em papel, assim como toda a gramática, no *Google Books* ou em *sites* de bibliotecas localizadas, na maior parte das vezes, em países hispânicos. A pesquisa no *Google* direcionava para a página da biblioteca, a qual trazia *links* e permitia realizar o *download* da gramática em questão. No caso das gramáticas elaboradas pela RAE e ASALE, os prólogos se encontram na página *web* da RAE, disponível na Internet.

Após uma primeira leitura dos prólogos e textos teóricos, observou-se a menção a mais autores e gramáticas, não mencionados na lista de Javier Medina

López, e realizaram-se os mesmos procedimentos anteriores para a tentativa da obtenção das gramáticas e dos prólogos.

Em um segundo momento, houve uma busca no *site* da biblioteca da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para verificar, em seu acervo, a presença de gramáticas de língua espanhola publicadas entre os séculos XIX e XXI, de acordo com os critérios anteriormente citados. Foram encontradas algumas e, após a ida pessoal à biblioteca e, feitas as fotocópias da parte dos prólogos dos livros das gramáticas anteriormente selecionadas, foram desconsideradas aquelas que não tinham prólogo, as designadas como *históricas*, pois possuem objetivos diferentes das gramáticas que analisamos e, como anteriormente dito, as que não foram publicadas na Espanha e as ditas escolares em seus títulos. Em seguida, após uma ida ao LabESP (Laboratório do Setor de Espanhol da UERJ), também localizado na UERJ, no 11º andar, foram tiradas fotocópias de alguns prólogos de gramáticas, principalmente das mais atuais, mais difíceis de se encontrar na Internet.

Em novembro de 2018, em viagem para Espanha para apresentar em Cáceres, na Universidad de Extremadura, uma comunicação oral intitulada *La valoración del español de España frente al español de América: un análisis discursivo de prólogos de gramáticas de los siglos XIX y XX*, nas *V Jornadas de Iniciación a la Investigación Lingüística*, aproveitamos para ir a Madri realizar pesquisas nas bibliotecas da Universidad Complutense de Madrid, principalmente em busca de gramáticas do século XX e seus prólogos, mais difíceis de serem encontrados na Internet, e também de textos teóricos sobre a produção gramatical em língua espanhola. Para isso, visitamos, principalmente, a Biblioteca María Zambrano, em sua parte de *Filología e Gramática* e, também, a Biblioteca de Humanidades, que possui uma parte destinada a *Filología*.

Durante três dias, por meio de buscas pessoais e na Internet, no *site* do catálogo *online* das bibliotecas, pois algumas gramáticas estão restritas ou em depósitos, procuramos as gramáticas e os prólogos que foram possíveis, considerando as circunstâncias, o tempo e as delimitações já mencionadas anteriormente, como, por exemplo, não estar explicitamente escrito no título que é uma gramática escolar. Buscou-se também por meio dos livros *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español* (BICRES IV): *Desde el año 1801 hasta el año 1860* e (BICRES V): *Desde el año 1861 hasta el año*

1899, livros que reúnem em ordem cronológica milhares de títulos de obras relacionadas com a linguística, a gramática e a lexicografia do espanhol. O acesso às informações, nestes livros, pode ser feito por índices diferentes: de autores, de título, de locais de produção, de impressoras e editoras, de localização física. Após procurar por gramáticas nestes livros, e considerando o recorte anteriormente mencionado, realizou-se o mesmo processo de buscas pessoais e uso de Internet para tentar encontrar tais gramáticas. Neste andamento de nossa pesquisa, decidimos por desconsiderar, também, as gramáticas que eram intituladas como *Manual*, por acreditar que sua estrutura e finalidade são diferenciadas das demais analisadas e, também, em decorrência do tempo que ainda se tinha para a realização da pesquisa. As gramáticas selecionadas tiveram seus prólogos fotocopiados ou tiraram-se fotos de suas páginas, assim como de sua introdução, caso tivesse.

Durante essa peregrinação entre bibliotecas do Rio de Janeiro e de Madri, houve casos em que as gramáticas estavam no catálogo, mas se encontravam emprestadas ou perdidas; outras vezes não poderiam ser emprestadas; outras vezes, ainda, se encontravam em uma biblioteca muito distante e, por questão de tempo, não foi possível ir até o local. No entanto, “a principal característica a ser destacada aqui é a de uma pesquisa realizada na dispersão” (MARIANI, 2016, p. 20): algumas gramáticas foram localizadas na biblioteca da UERJ, outras no LabESP, outras na Internet digitalizadas no *Google Books* ou em *sites* de bibliotecas, e outras, ainda, nas bibliotecas de Filologia da Universidad Complutense de Madrid, o que tomou um tempo grande na pesquisa, entre idas e vindas pelas instituições, precisando, também, lidar com perguntas e dúvidas não respondidas. Como diz Mariani (2016) com relação à sua pesquisa sobre o português no Brasil, o interessante de um percurso como esse é compreender que as perguntas anteriormente feitas

não estavam em um único lugar, afinal essa nossa língua, sua história do jeito que ela é, não vai estar mesmo (confinada) em algum lugar. É por isso que teorizamos, do ponto de vista da análise do discurso, sobre a construção do arquivo da pesquisa, sempre realizado a partir de nossos gestos de leitura, com nossos objetivos e perguntas, em relação aos gestos que nos antecedem e que já se encontram instituídos. (MARIANI, 2016, p. 20-21).

Dessa forma, o arquivo vai sendo constituído durante esse processo e sempre de acordo com nossos objetivos e perguntas, nossos gestos de leitura, uma vez que, por exemplo, em nosso caso, as gramáticas explicitamente escolares foram desconsideradas, havendo, portanto, uma seleção do que será ou não incluído no arquivo de acordo com os objetivos da pesquisa.

Retomando a definição de Pêcheux sobre arquivo, podemos dizer que há um trabalho de leitura e interpretação no gesto de selecionar e organizar textos. Assim, o autor indica que o arquivo está em relação com os modos de leitura. Nessa perspectiva, o arquivo não é fonte, mas conjunto de textos lidos e interpretados. Então, os prólogos que compõem o arquivo da presente pesquisa são aqueles resultantes de um gesto de leitura relacionado às questões de pesquisa, anteriormente apresentadas. Logo, os documentos e textos disponíveis (nas bibliotecas, nos artigos e livros que compilaram listas de gramáticas, nos *sites* de buscas na Internet, pela forma como as palavras-chave foram inseridas no campo de indexação de busca etc.) pertinentes aos objetivos da pesquisa compõem o arquivo. Em suma, é resultante do gesto de leitura sobre um campo de interesse, no caso, os prólogos de gramáticas. Há de se lembrar de que nem todos os textos estão disponíveis sobre uma questão. Há os que se perderam, extraviaram no curso da história, foram diferentemente catalogadas nos arquivos, nos *sites* digitais e demais arquivos institucionais.

3.2 Constituição do *corpus*

Os prólogos foram sendo organizados em uma pasta no computador de acordo com o ano de publicação. Por terem sido obtidos ou a partir da digitalização de imagens ou fotocópia, exigiu a digitação das partes que, em um primeiro momento, poderiam ser utilizadas na pesquisa e usadas para efetuar os recortes para as análises. Utilizou-se o processador e editor de textos *Microsoft Word* para digitar os 21 prólogos e tentou-se manter a ortografia original de cada um dos prólogos.

Entendeu-se que, para fins de organização, agrupar as gramáticas e seus prólogos segundo o século em que foram elaborados, do XIX ao XXI, seria uma

forma de facilitar sua localização no tempo, e também, por exemplo, observar melhor o número de publicações por século e alterações como a substituição do nome *lengua castellana* para *lengua española* nos títulos das gramáticas em que os prólogos estão inseridos. Essas diferenças e alterações estariam relacionadas com aspectos do contexto sócio-histórico das épocas em que foram elaboradas, na América Hispânica, na Espanha e, de forma geral, no mundo, e com as formas de saber vigentes. Pode-se citar, por exemplo, o período da colonização latino-americana pelos europeus e, mais precisamente, em nosso recorte, no século XIX, as lutas pela independência das ex-colônias da América Hispânica.

A justificativa para a escolha do século XXI, além de ser a etapa mais atual e talvez conseguíssemos, assim, observar a construção ao longo do tempo da valoração do espanhol da Espanha, e da própria Espanha, está também relacionado ao surgimento e à difusão das novas tecnologias, um diferenciador do século e do que Auroux (1998) denomina “terceira revolução tecnolinguística”. Segundo o autor, essa revolução é a do “tratamento eletrônico da informação apresentada em linguagem natural. Trata-se verdadeiramente de uma mecanização das formas privilegiadas da comunicação humana.” (AUROUX, 1998, p. 289). Há, por exemplo, uma característica singular, como a presença de um *DVD*, na gramática de 2011, publicada pela RAE e ASALE, com áudios de pessoas de diversos países que falam espanhol, para que se possa observar a diferença fonética.

Primeiramente, para estabelecer uma seleção, procurou-se, como dito anteriormente, que todos os prólogos mencionassem ou fizessem referência à América Hispânica ou a sua língua, para observar como isso era realizado. Em seguida, decidiu-se que deveria haver, pelo menos, um prólogo em cada século, preferentemente dois. Além do critério anterior e do tempo, outros prólogos foram considerados por suas características peculiares.

Em um segundo momento, a partir de uma primeira leitura dos prólogos, separou-se em quadros, considerando os temas²⁶ que apareciam nos prólogos e os recortes que indicariam essa relação. A partir desses primeiros quadros, foram desconsiderados temas que não eram recorrentes, já que não significavam efetivamente para nossos objetivos analíticos, e, posteriormente, os que não mencionavam, de alguma forma, a América Hispânica ou a língua espanhola lá

²⁶ Ver ANEXO B - Recortes realizados por eixos temáticos.

utilizada, uma vez que isto era necessário para responder nossas perguntas de pesquisa. Após a viagem à Espanha e a incorporação dos prólogos obtidos em Madri, fizeram-se os mesmos procedimentos anteriores.

Ao final dessas primeiras leituras e elaborações de quadros, decidiu-se analisar 21 prólogos para tentar observar as imagens da língua espanhola utilizada na América ao longo do tempo, suas continuidades e descontinuidades, e os efeitos de sentido produzidos, também, a partir de uma relação, muitas vezes, tensa e desigual entre Espanha e América Hispânica, com relação à língua e ao poder de atuar e decidir sobre ela. Observaram-se os prólogos também considerando o contexto sócio-histórico mais predominante das épocas, como, por exemplo, as independências das antigas colônias espanholas, a ditadura franquista na Espanha, e, também, as formas de saber das épocas, assim como seus desaparecimentos e surgimentos, como aconteceu com a Linguística após Saussure, devido às contribuições que podem fornecer através de conexões com a elaboração das gramáticas.

A seguir estão as gramáticas a partir das quais recortamos os prólogos²⁷:

Quadro 5 – Prólogo de gramáticas (continua)

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA	LUGAR DE IMPRESSÃO
1830	SALVÁ, Vicente	Gramática de la lengua castellana según ahora se habla	Paris (França)
1839	NOBOA, A. M.	Nueva gramática de la lengua castellana según los principios de la filosofía gramatical	Madri (Espanha)
1847	BELLO, Andrés	Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos	Santiago de Chile (Chile)
1854	VICENTE GARCÍA, Santiago	Gramática de la lengua española	Madri (Espanha)
1880	RUIZ MOROTE, Francisco	Gramática castellana teórico práctica	Ciudad Real (Espanha)
1885	DÍAZ-RUBIO y CARMENA, Manuel María	Primera gramática española razonada. 3 ed, TOMO I 1ª ed.:1884	Toledo (Espanha)
1910	BENOT, Eduardo	Arte de hablar. Gramática filosófica de la lengua castellana	Madri (Espanha)
1920	LENZ, Rodolfo	La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana, 2ª ed, 1925 1ª ed.: 1920	Madri (Espanha)
1951	ALARCOS LLORACH, Emilio	Gramática estructural española, 2ª ed	Madri (Espanha)
1951[2]	Salvador Fernández	Gramática española	Madri (Espanha)

²⁷ Ver ANEXO A – Prólogos das Gramáticas.

Quadro 5 – Prólogo de gramáticas (conclusão)

1954	PÉREZ-RIOJA, J. A.	Gramática de la lengua española	Madri (Espanha)
1972	SECO, Manuel	Gramática esencial del español, 2ª ed	Madri (Espanha)
1974	Francisco Marcos Marín	Aproximación a la gramática española, 2ª ed 1ª ed.: 1972	Madri (Espanha)
1974[2]	Martin Alonso	Gramática del español contemporáneo, 2ª ed 1ª ed.: 1968	Madri (Espanha)
1989	Sarmiento y Sánchez	Gramática básica del español	Madri (Espanha)
1994	LÓPEZ GARCÍA, Ángel	Gramática del español (I - La oración compuesta)	Madri (Espanha)
1994[2]	ALARCOS LLORACH	Gramática de la lengua española	Madri (Espanha)
1998	Marcos Marín, Satorre Grau y Viejo Sánchez	Gramática española	Madri (Espanha)
1999	BOSQUE, Ignacio y DEMONTE, Violeta	Gramática descriptiva de la lengua española (3 volumes)	Madri (Espanha)
2009	RAE e Asociación de Academias de la lengua española	Nueva gramática de la lengua española (partes de Morfología e Sintaxe)	Madri (Espanha)
2011	RAE e Asociación de Academias de la lengua española	Nueva gramática de la lengua española (parte de Fonética e Fonología)	Madri (Espanha)

Fonte: A autora, 2020.

Após o recorte e a separação das sequências, iniciou-se uma observação inicial para depreender da materialidade linguística o que poderia se remeter à América Hispânica ou à sua língua, de maneira específica ou ampla, por meio, principalmente, de nomes, substantivos e sintagmas nominais. Com isso, procurou-se destacar as sequências para posterior análise de imagens discursivas e seus efeitos de sentido. Foram depreendidas, também, referências diretas à *língua* e seus referentes, assim como *español* e suas variações de designação, obtendo-se, com isso, uma comparação entre o que se entendia por “espanhol da Espanha” e “espanhol da América”, assim como suas continuidades e descontinuidades ao longo do tempo.

Observou-se, após primeira leitura das sequências, que havia muitas considerações sobre língua nos prólogos. Dessa forma, desconsideraram-se os referentes que não eram a língua espanhola e que, de alguma forma, não se relacionavam com os objetivos desta pesquisa. Pelo contexto de cada prólogo foi

possível identificar quais formas mantinham uma sinonímia contextual (PÊCHEUX, 1997) (*castellano, español, lengua española etc.*), correspondiam à forma designada para a língua falada na América, na Espanha ou em ambas. Com esses dados, organizou-se um quadro com os termos que conformaram nosso *corpus*. Assim, os referentes à língua espanhola e à América Hispânica, de forma específica ou geral, foram depreendidos como um meio para a localização na materialidade dos prólogos. Com base nesses recortes, analisaram-se as sequências discursivas, umas em relação com as outras, para determinar a(s) imagem(ns) discursiva(s). Depreendemos certas regularidades que podem ser apreendidas por categorias como temporalidade, designação e territorialidade. O recorte das sequências discursivas foi relacionado à língua, temporalidade e territorialidade. Desses recortes, chegou-se a 84 sequências discursivas, agrupadas em 24 blocos, que serão analisadas no seguinte capítulo.

Foi feita, também, uma separação por eixos temáticos (PFEIFFER, 2000). Pretendemos com esses eixos, constituídos de enunciações de uma mesma posição-sujeito, observar como certos sentidos são excluídos, deslizados e fixados, como se constrói um imaginário inicialmente de uma memória colonial, depois uma relação de irmandade, em seguida uma relação de diferença e, por último, de retorno à unidade.

3.3 O nome da língua

Considerando o que diz Bagno (2011, p. 371), “não há nada de natural no processo de nomear uma língua. Inclusive a atribuição do rótulo de ‘língua’ a um modo de falar já é um ato político”, resultado de um processo sócio-histórico e cultural. Diferentemente do que aconteceu com outras línguas, a língua do poder da Espanha conserva o nome regional (*lengua castellana*), apesar de ser designada também como “espanhol” ou “língua espanhola”.

Como se pode observar no quadro dos prólogos das gramáticas, há uma mudança na forma de designar a língua espanhola, em nosso *corpus*, a partir da gramática de 1951. Apesar de dois títulos apresentarem *lengua española* e *española*, em 1854 e 1885 respectivamente, o que poderia talvez indicar uma etapa

de coexistência maior entre ambas as designações, apesar de o adjunto adnominal determinar ora língua ora gramática, a maior parte das gramáticas anteriores a 1951 apresentou a designação *lengua castellana* ou *castellana*. Se até 1920 o que atribui sentido é *lengua castellana*, a partir de 1951 houve uma mudança nessa configuração enunciativa. A especificação da língua passa a ser suprarregional. Nesse caso, um dos motivos que pode ter contribuído para isso foi o início da internacionalização, da difusão do espanhol como língua estrangeira. Dessa forma, “[...] enquanto lugar de representação e, ao mesmo tempo, lugar de construção de uma unidade de língua, a elaboração de uma gramática é afetada por uma projeção de completude.” (DIAS, 2007, p. 184). Com isso, designar *español* ao invés de *castellano* produziria um efeito de sentido de unidade entre os países que falam a língua e da própria língua nesses países, necessário, de certa forma, para permanecer entre as nações que disputam o mercado de línguas, e ainda manter referência a um Estado-nação: a Espanha.

Nessa alternância de designações, que persiste ainda hoje, embora não muito presente em títulos de instrumentos linguísticos, há “una tensión constante con respecto a ideologías que remiten a factores políticos y a las ansias de expansión nacional.” (LEAL ABAD; MÉNDEZ GARCÍA DE PAREDES, 2016, n.p.). Assim como a designação de uma língua pode ser tomada de maneira positiva, associada à fama e ao poder político, como era *español* nos séculos XVI e XVII, também pode ser de forma negativa, “como un signo de opresión según la perspectiva con que la mira un pueblo o nación dominada que lucha por romper las amarras coloniales con la metrópoli, tal y como sucedió tras la independencia de las naciones americanas.” (LEAL ABAD; MÉNDEZ GARCÍA DE PAREDES, 2016, n.p.). Uma das alternativas, nesse caso, foi designar a língua como *Lengua nacional*, expressão utilizada durante pouco tempo em alguns países da América Hispânica e, principalmente, na Argentina.

Dependendo do contexto em que aparecem, *castellano* e *español* podem manter uma sinonímia contextual²⁸ (PÊCHEUX, p. 1997). Outras vezes, no entanto, apreende-se um sentido político, nacional, oficial ou transnacional. Outras, um

²⁸ “[...] em presença de um conjunto finito de discursos correspondente a um mesmo T, devemos, por prudência, considerar que todas as sinonímias são contextuais, até se verificar que, eventualmente, algumas delas são conservadas ao longo de todas as variações *estudadas* do T: a sinonímia não-contextual apareceria assim como um limite para o qual tende uma sinonímia contextual verificada em condições de produção cada vez mais numerosas, o que remete à questão das *interseções semânticas não-vazias*.” (PÊCHEUX, 1997, p. 95).

sentido histórico: “la lengua de un determinado período de constitución y elaboración intensiva (castellano), de la modernidad (español)” (LEAL ABAD; MÉNDEZ GARCÍA DE PAREDES, 2016, n.p.), do pan-hispanismo (español), etc. *Español* pode fazer referência à língua “comum”, falada não só na Espanha, mas em todos os países que possuem o idioma como língua oficial. Há uma insistência, nesse sentido, com relação ao *castellano*, que estaria assim designado em relação com as demais línguas que se falam na Espanha (galego, basco, catalão, leonês e aragonês). Como exemplo, tem-se o artigo 3 da *Constitución española* de 1978 no qual ao se referir ao nome do idioma, utiliza *castellano*. Nesse contexto, não caberia designar como *lengua española*, uma vez que as demais línguas que se falavam na Espanha também eram *lenguas españolas*. No entanto,

para a política linguística internacional, o nome do castelhano é “língua espanhola”, sem mais, como se vê, por exemplo, no sítio do Instituto Cervantes na internet, que é assim apresentado: O Instituto Cervantes é a instituição pública criada pela Espanha em 1911 para a promoção e o ensino da língua espanhola e para a difusão da cultura espanhola e hispano-americana. (BAGNO, 2011, p. 373).

É interessante, no entanto, a contradição que há nesta afirmação ao considerar os termos em uma relação de sinonímia contextual, ao dizer que o nome do castelhano é *sem mais* língua espanhola. Muito se diz sobre o nome da língua e muito significa, inclusive se pensamos a história do Instituto Cervantes, a finalidade para a qual foi criada e suas relações com a Espanha e a divulgação, principalmente, da *Marca España*.

Por outro lado, *castellano* é o mais utilizado por alguns países hispano-americanos, “tal vez por evocar *español* una nacionalidad extranjera con la que se tuvieron vínculos de subordinación colonial.” (LEAL ABAD; MÉNDEZ GARCÍA DE PAREDES, 2016, n.p.). Seria um objeto paradoxal (PÊCHEUX, 2011), uma vez que é uma marca de dominação do colonizador, já que os povos originários da América não falavam essa língua, e, ao mesmo tempo, é uma marca de descolonização ao se afastar da designação “língua espanhola”. Além disso, há outros efeitos de sentidos que estão mais relacionados com a Espanha: *castellano* era o dialeto romance de *Castilla* ou é a variedade do espanhol que se fala onde era o antigo reino de *Castilla*. Com isso, podemos observar a retomada da memória, uma história de tensões, sentidos depreendidos segundo cada contexto sócio-histórico,

manutenções e também deslocamentos, como é o caso de *castellano* na América Hispânica que, apesar de não aparecer em nosso *corpus*, pode ser encontrado em outras materialidades discursivas.

É interessante mencionar, também, que a *Real Academia Española*, instituição considerada oficial para elaboração de instrumentos linguísticos, alterou, a partir de 1924, o título nas edições de sua gramática: de *Gramática de la lengua castellana* para *Gramática de la lengua española*. Por ser uma instituição oficial, reconhecida como autoridade no tema, consideramos que contribuiu, também, para a alteração do título observada em nosso *corpus* a partir de 1951. Além disso, apenas em 1931 é que se definiu a língua nacional na Espanha (ALVAR, 1982, p. 380 *apud* LAGARES, 2018, p. 71). Essa oficialidade só foi reconhecida em um texto constitucional no mesmo momento em que se declarou, também, a cooficialidade parcial das demais línguas da Espanha, como explica Monteagudo (1999, p. 435 *apud* LAGARES, 2018, p. 71), não aparecendo como *española*, mas como *castellana*, como comentado anteriormente.

4 IMAGENS DISCURSIVAS ENTRE ESPANHA E AMÉRICA HISPÂNICA

Este armonioso cuadro, fundado en el ideal de comunidad hispanohablante, relega en efecto a los márgenes a las otras lenguas peninsulares, a las lenguas indígenas de las Américas y a las múltiples variedades de contacto dispersas por esa imaginada comunidad hispánica.

José Del Valle, Luis Gabriel-Stheeman

Para tentarmos compreender a constituição de imagem(ns) discursiva(s) da relação entre Espanha e América Hispânica e da língua espanhola falada nos países da América, analisaremos, a seguir, sentidos produzidos em relação à América Hispânica, à sua língua e aos hispano-americanos nos prólogos de gramáticas de língua espanhola publicadas na Espanha, ou consideradas espanholas, após a independência das ex-colônias na antiga América Espanhola até a última publicada e considerada como oficial no século XXI. Comentaremos, ainda, os sentidos produzidos em relação à Espanha, comparando-os com os da América.

O território correspondente ao centro-norte da Espanha trata-se, em sua maior parte, do território dominante dos reinos de Castela e Aragão, principais e determinantes no período de afirmação política e linguística da atual Espanha. Nota-se, portanto, que apesar de alguns deslocamentos de sentido, principalmente com o surgimento da linguística, poderíamos dizer que há atualizações desde o século XV, quando houve a publicação da primeira gramática castelhana nesta língua, até o século XXI, da imagem de língua como a “melhor”, ou seja, aquela que mais se aproxima à variante dos que estão em posição de poder. Essa variante se remete a um território ainda hoje importante.

Os elementos linguísticos observados foram termos relacionados à territorialidade hispano-americana, à relação entre os países e a Espanha e à designação da língua. Como já descrevemos no capítulo 3, optou-se pela utilização do sublinhado para a marcação das frases no *corpus* que serão comentadas, uma vez que as demais formas mais comuns de marcação haviam sido usadas originalmente na escrita dos prólogos. O itálico será empregado no momento da utilização da língua espanhola no nosso texto, sendo, na maioria das vezes, uma expressão ou pequena frase do fragmento. As sequências discursivas recortadas

serão identificadas pelas letras SD maiúsculas seguidas de um número, por exemplo, SD1, SD2, SD3 etc.

4.1 Memória colonial – ressonância do descobrimento

Observamos, em alguns prólogos, aquilo que chamamos de “memória colonial”, ou seja, dizeres que remetem ao ideário colonizador, antes ou depois da independência das colônias espanholas.

As sequências discursivas dos prólogos da gramática de Vicente Salvá (1830) e de Marcos Marín, Satorre Grau e Viejo Sánchez (1998), a seguir, remetem-se à época do “descobrimento” da América:

SD1:

No olvidemos que hai unos limites prefijados á nuestro entendimiento, como los tiene la lijereza de los ciervos y la fuerza de los leones. Quizá por este motivo la tal cual perfeccion de las cosas humanas precede tan de cerca á su decadencia. El estado de barbarie en que yacen Grecia y África, depósitos un tiempo del saber, y el atraso en que Hernan Cortés encontró á los mejicanos, olvidados enteramente de las artes que habían cultivado sus mayores; prueban que tal es por desgracia la alternativa en que están constituidas todas las cosas de este globo. (SALVÁ, 1830 - *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla*).

SD2:

Este uso no está sujeto á leyes : es hijo del habla del vulgo; fórmale tambien el roze que nos proporcionan con otros países el comercio, los nuevos descubrimientos y las mismas guerras. (SALVÁ, 1830 - *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla*).

SD3:

[...] Puedo asegurar sin escrúpulo , que he leído veinte volúmenes de los antiguos por cada uno de nuestros modernos: ni debe parecer estraño que dos siglos de saber , de glorias , de conquistas y del descubrimiento de un nuevo mundo, produjeran muchos mas escritos originales , que los ochenta años que escasamente han corrido desde que algunos literatos principiaron á purgar nuestro idioma del follaje ridículo , con que el mal gusto lo había sobrecargado por espacio de una centuria. (SALVÁ, 1830 - *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla*).

SD4:

Verónica Zumárraga y Ernesto Evans se encargaron de la secretaria-ejecutiva de los proyectos del Corpus de Referencia de la Lengua Española en Argentina y Chile, respectivamente, dirigidos también por quien escribe esta introducción, en 1991 y 1992, en el mismo marco de los quinientos

años del Descubrimiento. (MARCOS MARÍN; SATORRE GRAU; VIEJO SÁNCHEZ, 1998 - *Gramática española*).

Apesar das nações, em 1830, já estarem independentes da Espanha, ainda eram significadas dentro de um contexto colonial, algo talvez compreensível para época, uma vez que não havia passado muitos anos desde as guerras de independências. Além disso, ao se remeter aos mexicanos, na SD1, únicos habitantes da América Hispânica mencionados, comenta-se apenas de maneira negativa: como um povo atrasado antes da chegada do conquistador Hernán Cortés²⁹, como exemplo da decadência e da desgraça das coisas do mundo, pois haviam se esquecido das artes que tinham cultivado os mais antigos. Considerando a designação “arte” para aquilo que havia sido cultivado pelos mais “antigos”, e a recorrente desqualificação do que não era da Espanha nesta época, poderíamos pensar que esses “antigos”, “mais velhos” poderiam estar relacionados ou com o mesmo passado greco-latino que a Espanha possuía ou, talvez, com relação aos espanhóis que conquistaram a terra primeiro e que, posteriormente, tentaram ensinar sua arte.

No primeiro gesto de leitura por nós empreendido, produzem-se efeitos de sentido em que a língua espanhola seria a mesma em ambos os continentes, devido, principalmente, à sua “origem” latina, como se tivessem um passado comum, e, pensando assim, os mexicanos continuariam em uma posição inferior, visto que “se esqueceram de tudo” referente às artes, área importante e que legítima. O outro gesto poderia ser o de que os mais antigos eram as civilizações e/ou indígenas presentes no território antes da chegada dos espanhóis e que, provavelmente, possuíam outro tipo de “arte”, talvez não considerada pelos espanhóis como arte. Tanto em uma quanto na outra, há uma relação de superioridade dos espanhóis, na qual Hernán Cortés é apontado como um ser superior, à medida que os mexicanos e, generalizando, o México, são apresentados como o atraso.

A memória colonial continua a aparecer no mesmo prólogo ao relacionar, na SD2, a formação de uma língua a partir do contato que os novos descobrimentos proporcionam com outros países. Podemos pressupor que a América poderia estar entre esses *nuevos descubrimientos* e que é uma das causas de mudança na língua

²⁹ Espanhol conquistador do império Asteca, o que resultou na conquista do centro do atual México para a Espanha.

espanhola, ao menos desta língua em uso, *del habla del vulgo*. Essa projeção imaginária pode ser reforçada na SD3, assim como essa memória colonial, e, conseqüentemente, a imagem da América Hispânica como colônia. Na SD3, pode-se dizer que se relaciona ao “descobrimento” da América, pois está se referindo às conquistas e glórias da Espanha dos dois últimos séculos. Dessa forma, a permanência da menção a esse acontecimento, apesar de já terem acontecido as independências, pode produzir um efeito de sentido de que esse *descubrimiento* continuava sendo uma das glórias e conquistas da Espanha.

Ao comentar, na SD3, sobre os muitos escritos originais de dois séculos de saber, faz-se uma referência à questão da ampliação da produção escrita que, segundo Auroux (1998), ocasiona o nascimento de novas formas de poder. As gramáticas dependiam da escrita e de suas características, como uma (imaginária) possibilidade de objetivação, para que houvesse sua grande difusão, assim como, por exemplo, o surgimento da imprensa, que permitiu o aumento de sua produção. Dessa forma, segundo Auroux (1992), a gramatização dos vernáculos e a conseqüente ampliação da produção escrita se deram com elementos fundamentais como a imprensa e as grandes descobertas, esta última citada no fragmento do prólogo anterior, como uma das causas da gramatização citada por Auroux (1992): a necessidade de aprender uma língua estrangeira devido à colonização.

A temática do *Descubrimiento* volta a aparecer no final do século XX, no prólogo de 1998, na gramática de Marcos Marín, Satorre Grau e Viejo Sánchez – um efeito de ressonância do descobrimento nos prólogos. Na SD4, comenta-se que foram feitos projetos de um *corpus* de referência sobre o espanhol na Argentina e no Chile em 1991 e 1992 e que aconteceu no marco dos 500 anos do *Descubrimiento*. Há, portanto, ainda, a necessidade de se retomar e reafirmar esse acontecimento histórico quando se fala da América, atualizando essa memória colonial presente nos fragmentos dos prólogos anteriores. Embora atualizada, essa constante retomada, em nosso gesto de leitura, poderia mostrar uma continuação do efeito de sentido presente no fragmento de 1830, no qual o *descubrimiento* continua sendo uma das glórias e conquistas da Espanha, e deve ser mencionado.

Relacionados com a temática do descobrimento e a memória colonial, podemos dizer que estão os prólogos que designam os países da América Hispânica, após as independências, ainda como colônias da Espanha ou, de alguma

forma, pertencentes a ela. Vejamos, a seguir, as sequências do prólogo de 1854, de Vicente García, e de 1925, de Rodolfo Lenz:

SD5:

He dado á nuestra lengua el nombre de española, porqué el antiguo castellano se ha hecho general en todas las provincias y colonias de España, y debe adoptarse con preferencia el nombre nacional, como el mas adecuado. (VICENTE GARCIA, 1854 - *Gramática de la lengua española*)

SD6:

Sólo cuando conozcamos bien el lenguaje natural y vivo de todos los países castellanos, podremos escribir la gramática preceptiva del estilo literario sin miedo a incurrir en recomendaciones prácticas utópicas. Es de esperar que, con el progreso de los estudios filológicos en los países españoles, se dediquen los profesores también a esta tarea. (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*)

Apesar de todas as antigas colônias espanholas na América já estarem independentes da Espanha, ainda sim, a única referência que aparece no prólogo da gramática de Vicente Garcia (1854) é *colonias de España*. Dessa forma, traz-se, novamente, uma memória colonial, ocasionando um efeito de sentido como se ainda fossem colônias da Espanha e uma só nação, tendo a Espanha como centro do poder. Além disso, o nome da língua deve levar em consideração o *nombre nacional*, ou seja, afastando-se da referência à *Castilla*. Nesse sentido, o único *nacional* possível nessa formulação parece ser a Espanha, o que reforça o sentido de serem todos uma só nação. Apesar de ser um nome mais agregador que *castellano*, nesse caso, o que poderia indicar uma consideração com os novos Estados-nações, a referência *nacional* ainda é com relação à Espanha, quem podia dizer e decidir sobre a língua.

Na SD6, usa-se *castellanos* e *españoles* para designar *países*, ainda parecendo que tais países, dentre eles os da antiga América Espanhola, são colônias da Espanha, assim como em SD5. Podemos observar, portanto, que há uma manutenção desse imaginário dos países da América Hispânica, ainda de alguma forma subordinados à Espanha, devido, provavelmente, à época da colonização, pelo menos até o início do século XX. Ainda havia revoltas e tentativas de independência da Espanha em outros aspectos (cultural, linguístico etc.) e marcar o nome da língua, por exemplo, era uma maneira de reafirmar seu poder, sua unidade. Em nossa perspectiva, essa manutenção faz com que, por exemplo, a

postura da Espanha diante da língua seja considerada superior com relação àquela falada na América, que as decisões normativas sobre a língua, durante muitos anos, pertençam apenas a *Real Academia Española* e que, atualmente, continuem com a *Asociación de Academias de la Lengua Española*.

Com relação à designação da língua na SD5, observa-se também que a língua falada e divulgada como correta era o *castellano*, ou seja, o espanhol falado na região de *Castilla*. É fundamental sinalizar que apenas houve a mudança de nome para *español*, porque passou a ser falado em mais províncias e era preciso relacionar com a nação “originária” do idioma, ou seja, Espanha.

Outro tema que apareceu nos prólogos que analisamos foi a questão da associação da origem do idioma à Espanha ou da origem dos países à Espanha, como podemos ver nas sequências dos prólogos da gramática de Andrés Bello (1847) e da gramática da RAE e ASALE (2011):

SD7:

Juzgo importante la conservación de la lengua [...] entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes (BELLO, 1847 - *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*).

SD8:

Existen componentes que explican la comunidad de realizaciones fonéticas entre España y América, como el seseo, por ejemplo, procedente de los orígenes meridionales de los viajeros a los virreinos en los siglos xvi y xvii (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Dizer que as nações do continente americano são de origem espanhola, como em SD7, é trazer à memória que foram colônias da Espanha e, evocar, novamente, essa memória colonial. Tal afirmação produz um efeito de sentido como se elas não existissem antes da chegada dos espanhóis, ocorrendo um silenciamento de qualquer civilização que existisse antes na região, como, por exemplo, os nativos. Entra em contradição, também, com um dos efeitos de sentido produzidos na sequência discursiva do prólogo de Salvá, de 1830, pois, apesar de serem considerados negativos, observa-se que havia, sim, a presença de civilizações anteriores. Além disso, ao designar apenas como um *continente* produz um efeito de unidade entre as nações da América, que não são nomeadas. Esse efeito contribuirá, por exemplo, para a imagem de irmandade, que será analisada mais adiante, e acreditamos que também para a defesa de uma unidade (imaginária)

linguística entre a América e a Espanha, mas, principalmente, na América, que, inclusive, era defendida por Andrés Bello, autor dessa gramática.

Assim como afirma Dias (2014) para o português, questionamo-nos para o espanhol: se a gramática era *para* o ensino da língua espanhola nas já ex-colônias, essa forma de institucionalização teria funcionado como instrumento de colonização linguística? Neste caso, não com relação à uma língua apenas falada, mas à uma variante do espanhol com mais prestígio e que pertencia à antiga metrópole, sustentando um efeito de unidade linguística entre os hispano-americanos e os espanhóis por meio de uma relação na qual era preciso, no entanto, que os habitantes da América tivessem uma gramática específica para eles, como se necessitassem aprender a língua ou, no mínimo, melhorar seu uso.

No século XXI, na gramática feita, a princípio, em consenso entre a RAE e ASALE em 2011, explicam-se realizações fonéticas comuns entre Espanha e América remetendo-se à época do *descubrimiento*, o qual é marcado ao se mencionar os séculos (XVI e XVII) e se atualiza a memória colonial entre América e Espanha, principalmente ao mencionar os *virreinos* (antiga Nueva España³⁰ e Peru), como eram denominados os distritos presentes em territórios coloniais, um dos meios estabelecidos pela monarquia durante séculos para tentar manter a coesão do sistema. Podemos fazer uma leitura e dizer, também, que há uma retomada atualizada do efeito de sentido presente no fragmento de 1847, o qual dizia, como vimos, que as nações, e entre elas podemos supor os países da América, tinham *origen español*. Os dizeres presentes na SD8 de 2011 poderiam ser uma forma de exemplificação dessa relação.

4.2 Irmandade – somos iguais

Além dessa memória colonial que ainda perpassa alguns prólogos e que atualiza a relação América-Espanha por meio do distanciamento, outra relação observada entre os países de ambos os continentes foi a de irmandade, que, diferentemente da anterior, seria uma relação por aproximação. Com isso, observa-

³⁰ Atualmente são os estados de Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México e Utah nos Estados Unidos até a Costa Rica, tendo como capital a Cidade do México, e América do Sul.

se uma relação de tensão entre América e Espanha, entre distanciamento e aproximação, que, como será observado mais adiante, será mantida durante as publicações das gramáticas.

A primeira vez que essa relação apareceu em nosso *corpus* foi no prólogo de 1847, na gramática de Andrés Bello destinada ao uso dos americanos. As designações são retomadas apenas no século XXI, no prólogo de 2009, na gramática acadêmica da RAE e ASALE, considerada “oficial”:

SD9:

No tengo la presunción de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirigen á mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación, y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes. (BELLO, 1847 - *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*).

SD10:

No se crea que, recomendando la conservación del castellano, sea mi ánimo tachar de vicioso y espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hay locuciones castizas que en la Península pasan hoy por anticuadas, y que subsisten tradicionalmente en Hispano-América : ¿por qué proscribirla? [...]. (BELLO, 1847 - *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*)

SD11:

En 1981 confió la Academia a don Emilio Alarcos la redacción definitiva de la gramática, tarea que completó a comienzos de los años noventa. Debía la Comisión de Gramática supervisar todo el texto antes de someterlo, con los oportunos cambios, a examen de las Academias hermanas; pero, a la vista del particular planteamiento que presentaba, estimó oportuno, y así se acordó, que no fuera publicado como gramática académica, sino como obra personal. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD12:

No es solo una obra colectiva, resultado de la colaboración de muchos, sino también una obra colegiada, el último exponente de la política lingüística panhispánica que la Academia Española y sus veintiuna Academias hermanas vienen impulsando desde hace más de un decenio. El texto básico de esta Nueva gramática fue aprobado por todas y cada una de ellas en la sesión de clausura del XIII Congreso de la Asociación, celebrado en Medellín (Colombia) el 24 de marzo de 2007. Al acto, que presidieron Sus Majestades los Reyes de España y el presidente de la República de Colombia, se unieron más de un centenar de rectores de universidades iberoamericanas [...]. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Primeiro, na SD9, designa-se *hermanos* apenas aos habitantes da Hispano-América, mas, ao final, contraditoriamente e de forma mais ampla, diz que é

importante conservar a língua como um vínculo de fraternidade entre as várias nações de origem espanhola. Ou seja, a Espanha poderia estar incluída nestas nações. Sendo assim, produz-se um efeito de sentido de que todos seriam parte da mesma família e que, portanto, tudo o que fizessem seria pelo seu bem e não pela relação de subordinação que, como citado anteriormente, também perpassava os prólogos. Ao final, destaca-se a origem espanhola das várias nações entre os continentes americano e europeu. Esta característica, por sua vez, ajuda a reforçar o vínculo próximo de fraternidade e paternidade (*la lengua de nuestros padres*) que se constrói. Ao destacar a origem espanhola das nações, retoma-se a memória colonial e, de certa forma, uma hierarquia no que diz respeito à língua utilizada, uma vez que tendo a Espanha como origem e sendo importante a conservação da língua “do país”, é o espanhol da Espanha que deveria ser utilizado e conservado.

Além disso, era importante a conservação da língua *en su posible pureza*, ou seja, como a receberam da Espanha: como um meio de comunicação entre as nações de origem espanhola. Observa-se, portanto, que as palavras e as demais características próprias da língua espanhola falada na América seriam consideradas impurezas na língua, ainda como possíveis empréstimos de outras línguas, como as indígenas. Além disso, há outras maneiras de se comunicar em diferentes línguas sem precisar ser, necessariamente, em espanhol, não sendo um argumento objetivo o da comunicação.

Em outra parte do mesmo prólogo, na SD10, talvez supondo que os leitores acreditem que ao recomendar a conservação do castelhano, condene-se tudo o que é peculiar aos americanos, como muitos faziam, comenta-se que não é essa a perspectiva, pois há locuções “puras” que não são mais usadas na Espanha, mas continuam sendo usadas na Hispano-América e, portanto, não devem ser proibidas. No entanto, não é qualquer locução: tais locuções já haviam sido usadas na Espanha. Nesse sentido, não seria algo “criado” ou “transformado” pelos hispano-americanos.

Nos prólogos do século XXI (2009 e 2011), há um apagamento dos nomes dos países que, na maior parte das vezes, passam a ser substituídos por suas respectivas *Academias de la Lengua* ou pela *Asociación* (ASALE) da qual fazem parte, uma vez que as gramáticas são elaboradas e publicadas por essas instituições que detêm a autoridade acerca do dizer sobre a língua. Nas sequências SD11 e SD12, observa-se que as Academias possuem a relação de fraternidade

significada entre os países nas sequências anteriores do prólogo de Bello, de 1847. No entanto, ao ler toda a SD11, a autoridade e poder de decisão que as *Academias hermanas* tinham não eram os mesmos que a *Real Academia Española* (citada no início da sequência apenas como *la Academia*) possuía. Então, no que seria a elaboração da gramática “oficial” da língua espanhola, as *Academias hermanas* só receberiam o texto após a *Comisión de Gramática*, e apenas para examiná-lo, opiná-lo e revisá-lo. Observa-se, portanto, uma contradição, e que essa relação, ao menos no que diz respeito à autoridade sobre a língua, não era realmente de fraternidade na primeira tentativa de elaboração de uma gramática acadêmica mais atual da língua espanhola. Poderíamos dizer que há uma relação de tensão, pois aparenta uma relação de aproximação entre os países e, no caso, entre as Academias, mas se consideramos a função das demais Academias, nota-se, ainda, uma relação de distanciamento e de hierarquia entre quem pode dizer sobre a língua.

Retoma-se o termo *Academias hermanas* na SD12, mas, agora, ao descrever a obra de 2009. Após anos tendo apenas a *Real Academia Española* como “oficial” na elaboração e publicação de instrumentos linguísticos de língua espanhola, observa-se nos prólogos de 2009 e 2011, elaborados pela RAE e ASALE, uma repetição de que foi uma obra coletiva, resultado da colaboração de muitos, realizada por todas as Academias juntas e aprovado por todas, além de fazer parte da nova política linguística pan-hispânica. As Academias são designadas como irmãs novamente, mas a Espanhola aparece escrita primeiro e separada das demais, apenas quantificadas e designadas como *hermanas*. Dessa forma, a RAE e, conseqüentemente, a Espanha, continua ocupando uma posição de destaque e superioridade com relação às demais Academias e aos demais países no discurso sobre a língua.

Uma das características que auxilia na existência dessa imagem de fraternidade é a utilização da “mesma língua”. A tentativa de conservação da língua, da sua manutenção como meio de comunicação entre os vários países também foram temas presentes nos prólogos, principalmente após a independência dos países da antiga América Espanhola, pois era o lugar onde mais havia pessoas que falavam a língua espanhola e era preciso que assim se mantivesse para manter seu poder e prestígio.

4.3 “Somos diferentes” – diversidade como desvio

Após a imagem de irmandade entre América Hispânica e Espanha, há uma construção, nos prólogos seguintes, de uma relação que volta a enfatizar, sobretudo, o que é diferente. Isso gera um efeito de distanciamento e reforça a tensão existente na relação entre América e Espanha, a qual se aproxima e se distancia.

As sequências a seguir pertencem à gramática de Rodolfo Lenz, de 1925, e fazem referências à língua espanhola falada no Chile, uma vez que, de início, sua gramática estava destinada aos chilenos, sendo, então, a segunda gramática após a de Bello que, a princípio, era destinada aos americanos. As três sequências a seguir correspondem ao prólogo da gramática, escrito pelo filólogo e historiador espanhol Ramón Menéndez Pidal, em Madri:

SD13:

En 1915 tuve conocimiento del trabajo que don Rodolfo Lenz estaba redactando acerca de las partes de la oración con destino a los estudiantes chilenos. Me pareció que el tratado, tal como estaba concebido, podía tener también un interés grande para los españoles, y aun para los romanistas en general, y roqué al docto profesor que lo destinase a la colección de manuales que publica la *Revista de Filología Española*, a lo cual él accedió muy amablemente. (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

SD14:

Así, pensada y en gran parte escrita la obra con destino a Chile, contiene bastantes alusiones al habla familiar y vulgar en este país y a la enseñanza del idioma tal como allá se practica. Pero claro es que esto en nada disminuye la importancia general del presente trabajo. Desde luego, para el estudio científico de un idioma, las modalidades y desviaciones que éste presenta respecto de su forma literaria ofrecen tanto valor como esta misma; pero, además, tales particularidades atesoran también un gran interés dentro del terreno más práctico de la enseñanza, bastando recordar, como ejemplo notable, aunque de muy distinta índole, el magistral libro de *Cuervo que, consagrado al círculo local del lenguaje bogotano* es, sin embargo, obra que deben consultar con frecuencia todos los profesores del idioma. (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

SD15:

Por lo demás, en el libro del señor Lenz el habla local sólo entra a título de ejemplo. (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

Apesar de falarem a mesma língua, observa-se, na SD13, que no âmbito das publicações isso não era assim entendido: havia publicações destinadas aos chilenos, outras destinadas aos espanhóis e outras para *romanistas en general*. Por ser de interesse não apenas dos chilenos, Menéndez Pidal pediu e esses *Estudios* foram publicados pela *Revista de Filología Española*, que possuía certa autoridade, e que, pela designação utilizada para *Filología*, poderia ser entendida como uma obra associada à Espanha e não, por exemplo, com a intenção primeira de ser para o Chile, o que levaria a um silenciamento de sua origem hispano-americana. Se consideramos que a tradição gramatical e as gramáticas mais conhecidas e utilizadas são espanholas, poderia ser um movimento de resistência, de identidade hispano-americana, que, de certa forma, aconteceu, pois a gramática foi publicada, mas com alterações e deslocamentos devido à presença do autor espanhol nesse processo.

No entanto, e pensando nas contradições e tensões presentes nos discursos das relações entre Espanha e América Hispânica, ao mesmo tempo em que podemos entender que ao haver publicações para chilenos e para espanhóis, um dos efeitos de sentidos produzidos é de que eram vistos como falantes diferentes. Esse pedido para publicar a gramática para ambos também pode ser pensado como um efeito de sentido produzido a partir de uma tentativa de se permanecer com uma imagem de “todos somos um” e de “todos falamos a mesma língua”. Tal imagem era necessária para a manutenção de uma ideia de irmandade e também para evitar que o espanhol se “separasse” ou que sua unidade imaginária “deixasse de existir” principalmente no Chile, onde houve o projeto mais significativo de reforma ortográfica, na década de 1840, proposto pelo argentino Domingo Sarmiento e apoiado, no início, por Andrés Bello, reitor, na época, da Universidade Nacional Chilena. Como diz Fanjul (2011),

No entendimento de Sarmiento, defensor mais radical da reforma, ela se fazia indispensável para consolidar o processo independentista. Para outros de seus mentores, como Bello, as motivações apareciam mais relacionadas à “racionalidade” e didaticidade da escrita. A reforma foi aprovada em 1843 pela Universidade do Chile, mas sua aplicação foi muito desigual e seu sucesso prático foi nulo no longo prazo. Embora em vários países, como a Nicarágua ou a Colômbia, escritores e até governos a acolhessem parcialmente, a adoção não foi unânime nem sequer dentro do Chile, onde importantes jornais continuaram a usar a ortografia tradicional. Arnoux (2008: 198) avalia o fracasso da reforma dando grande peso ao problema da fragmentação dos Estados nacionais surgidos da independência. (FANJUL, 2011, p. 310)

Na SD14, especifica-se o que há de “chileno” na obra, as diferenças que os leitores poderão encontrar justamente porque era destinada a esse público, como, por exemplo, alusões à fala familiar e vulgar no Chile e ao ensino do idioma tal como lá se pratica. O uso do advérbio “lá” já sugere uma certa distância, indicando que o prólogo foi escrito em outro lugar e não no Chile, onde o ensino era diferente, além de escrever junto “fala familiar e vulgar” podendo dar a entender dois efeitos de sentido diferentes: há uma fala familiar e outra fala que seria considerada vulgar ou que a fala familiar é vulgar. De qualquer maneira, a única designação que se faz da “fala do Chile” neste prólogo é essa. Em seguida, afirma-se que isso em nada diminui a importância geral do trabalho, como se sua presença pudesse diminuir a importância dos *Estudios*. Dessa forma, há uma desqualificação dessas características do Chile e, pensando de forma mais ampla, da América, e uma consequente valorização da Espanha e das características de “sua” língua.

Mais adiante, na mesma sequência, essa “fala do Chile” é designada como *particularidades, modalidades e desviaciones* de uma “forma literária” e que, para um estudo científico do idioma, possuem o mesmo valor. Podemos dizer, no entanto, que a forma literária era, no início do século XX, mais parecida com a língua da Espanha, e ao designar a variação como “desvios” também se entende que haveria uma forma correta, uma variante que serviria como “modelo” e, o que não é igual ao estabelecido por ela, são considerados desvios. Interessante que se escreve como se na Espanha não existissem variações e diversidade também; como, por exemplo, o *seseo*. Como diz Lagares (2018),

A noção de “desvio” – muitas vezes usada como eufemismo para evitar empregar o termo “erro” – é, nesse sentido, muito significativa, porque explicita a fé na existência de um caminho reto, correto, por onde a língua transitaria numa única direção. Todas as práticas que não trilhassem esse caminho seriam desviantes, como se a norma-padrão fosse anterior às próprias práticas linguísticas e não uma construção a partir delas. Obviamente, numa língua sem padrão, sem uma forma definida como correta, não existiriam “desvios”. (LAGARES, 2018, p. 174).

Novamente, o modelo seria o espanhol da Espanha e a “fala do Chile” um desses desvios, não tendo algo considerado próprio do país, apenas desvios e particularidades ao serem comparados com a língua da Espanha. Pensando neste tema, mas com relação a como falam os mexicanos e como, normalmente, são produzidos os dicionários, Lara (2010) diz que

[...] los diccionarios de mexicanismos se ocupan tradicionalmente de un vocabulario marginal para la Academia y para la idea de la lengua que ésta difunde. He llamado “conciencia del desvío” al modo en que trata el vocabulario la práctica lexicográfica regionalista, que caracteriza a la tradición lexicográfica mexicana y, en general, a la lexicografía hispánica, pues tanto Hispanoamérica como España están de acuerdo en esa concepción, aunque desde sus diferentes posiciones: metropolitana y periférica. En consecuencia, un nuevo diccionario de regionalismos mexicanos, de mexicanismos, no podía responder al reto inicial de escribir un diccionario de la lengua española tal como la usamos los mexicanos, según el modelo de Webster, pues ese diccionario es precisamente un diccionario estadounidense de la lengua inglesa, que se centra en el uso de su país, no un diccionario de regionalismos estadounidenses (LARA, 2010, n.p., grifos nossos).

Dessa forma, esse desvio –que seria a “fala do Chile”, no prólogo, ou a “fala do México”, ou seus regionalismos–, não estaria sendo considerado como o uso da língua espanhola nestes países, mas apenas como o que se diferencia de um provável espanhol “modelo”. Com isso, a Espanha permanece com uma imagem de superioridade com relação à América, se consideramos o Chile em um sentido mais geral, assim como permanece o distanciamento nessa relação de “somos diferentes”.

Em seguida, Menéndez Pidal comenta o grande interesse que essas particularidades da língua espanhola têm no ensino prático da língua e traz como exemplo o livro de Rufino José Cuervo, de 1867, consagrado ao círculo local da linguagem bogotana, e que é uma obra que, segundo o autor, devem consultar todos os professores com frequência. Observa-se que no livro de Cuervo há o reconhecimento da existência do espanhol com particularidades de Bogotá, mas, parece ser outro, uma vez que é denominado *lenguaje bogotano* e não há nada no nome que indique *español* ou *lengua española*. Além disso, especifica-se que é para o círculo *local*, o que nos faria poder dizer que há um círculo *nacional* onde provavelmente falariam espanhol. No que se refere ao livro de Cuervo, *Apuntaciones críticas sobre el lenguaje bogotano*, trata-se de uma obra que objetiva corrigir o que se considerava impróprio da língua, palavras ditas erradas e com estrutura equivocada. Dessa forma, ao comparar ambas as *particularidades* e usar o livro de Cuervo como exemplo para o ensino, poderíamos entender que, apesar de atribuir valor, e de, a princípio, não diminuir a importância ao se ensinar a língua, tais particularidades não devem ser ensinadas ou, melhor dizendo, devem ser conhecidas para serem corrigidas.

Pensando isso, observamos que as formas de falar são denominadas *lenguaje bogotano*, *local* e *habla familiar y vulgar*, *local* e não *español*, o que poderia estar relacionado com essa consideração de ser um não-espanhol devido a estruturas equivocadas e impróprias da língua, como as presentes no livro de Cuervo. Dessa forma, mantém-se a superioridade da Espanha e de sua variante linguística, uma vez que o espanhol que servia de modelo de língua era o literário escrito, o qual mais se aproximava da língua espanhola utilizada no centro-norte da Espanha, uma vez que seguia o que a *Real Academia Española* ditava em seus instrumentos linguísticos.

Assim como *lenguaje bogotano* foi especificado como *local*, na SD15, a “fala do Chile”, é também designada deste modo, sendo, no entanto, considerada em um país inteiro e não em uma cidade, como em Bogotá. A fala local, que contém as particularidades do Chile, só entra nos exemplos. Provavelmente por isso, também, o texto poderia ser útil para os espanhóis e demais romanistas, pois a gramática não foi escrita utilizando essa “fala local”, que designada assim nem parece ser *lengua española*. Com relação ao estudo dos exemplos, Arnoux (2008) diz que “permite reconocer el entramado ideológico en que se apoyaba la clase dominante chilena, pero también cómo el formato y el modo de lectura que imponen sirven para conformar esa “doctrina” común [...]” (ARNOUX, 2008, p. 282). Nessa SD, no entanto, é possível observar um deslocamento do objetivo dos exemplos trazido por Arnoux (2008) quando diz que “ejemplos y lecturas resultaron particularmente apropiados ya que exponían enunciados de la lengua legitimada por el Estado y destinada a uniformar las prácticas lingüísticas” (ARNOUX, 2008, p. 281-282). Nesta gramática, de 1925, se diz que *el habla local sólo entra a título de ejemplo*, produzindo um efeito de sentido de que seria apenas mencionada, e isso é reforçado pelo advérbio *sólo* (unicamente, somente), para fundamentar uma regra específica do local ou a sua existência, já que a princípio seria destinada aos chilenos, e não no sentido de exemplar, como aquilo que deveria ser imitado.

Se não foi escrita com essa “fala do Chile”, poderíamos pensar que foi escrita com um espanhol mais próximo ao considerado padrão culto e literário. Nesse caso, como dito anteriormente, o espanhol que servia de modelo era o presente nos instrumentos linguísticos produzidos pela *Real Academia Española*, que se baseava na variante linguística da Espanha. Dessa forma, observa-se, ainda, a influência da

Espanha sobre os países da América, a recorrência de uma relação de distanciamento, e, ao mesmo tempo, de superioridade por parte da Espanha.

As sequências a seguir são da mesma gramática, mas fazem parte da *Introducción*, escrita pelo autor Rodolfo Lenz:

SD16:

1. Valor de la enseñanza gramatical.- Muchas personas, tanto en España como en América, creen aún hoy que las clases de gramática han de enseñar al niño el uso correcto del idioma patrio, o más bien de la lengua literaria nacional, en oposición al lenguaje familiar regional; pues piensan buenamente que la "gramática es el arte de hablar y escribir correctamente". Entre personas que hayan puesto alguna atención en los estudios de filología no habrá necesidad de insistir en que tal definición, por venerable que sea su antigüedad, es científicamente inadmisibile (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

SD17:

Si se desea profundizar en este análisis lógico del idioma, esto se podrá hacer, ya sea comparándolo con otro idiomas de índole más o menos diversa (inglés o alemán), o sobre la base del estudio del latín y de la gramática histórica castellana. En este sentido es una desgracia que una nación neolatina proscriba completamente el estudio del latín, como ha sucedido en Chile en la enseñanza fiscal (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

SD18:

Pido perdón a los lectores europeos si en algunos casos no cito a los autores que por primera vez han establecido tal o cual teoría o definición, o si resultara que ignorase publicaciones modernas referentes a la materia. Las páginas que siguen corresponden a capítulos del curso de Lingüística general, que he explicado durante muchos años en mi cátedra del Instituto Pedagógico de Chile. Me es a veces difícil distinguir entre lo mío y lo ajeno y, por otra parte, no dispongo de una biblioteca como la hay en cualquier Universidad europea, sino casi exclusivamente de mis propios libros, y hace más de veinticinco años que vivo alejado de mi patria alemana (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

SD19:

En mi curso de Gramática castellana uso como libro fundamental la Gramática castellana de Andrés Bello, en la edición anotada por R. J. Cuervo¹. Esta obra es, sin duda, el compendio más completo y más concienzudo que existe respecto a la gramática moderna de la lengua española. Sin embargo, creer que las teorías que Bello estableció en 1847 deben guardarse intactas en la enseñanza, es lo mismo que negar el progreso de la filología castellana desde aquella época hasta hoy. [...] También haré hincapié en las definiciones de la Gramática de la lengua castellana por la Real Academia Española (edición de 1913), a causa de la importancia que reviste este libro, por su carácter oficial, tanto en España como en los países hispanoamericanos (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*).

Mencionam-se na SD16, separadas, *España e América*, como partes de “um todo” que ensinam o mesmo idioma nas escolas, ou seja, o *idioma patrio*, a *lengua literaria nacional* em oposição a *lenguaje familiar regional*. Esse fragmento poderia servir de confirmação para o que expusemos anteriormente sobre a língua ensinada ser mais parecida com a língua literária (língua nacional) e, neste caso, com a língua da Espanha. Nesse sentido, esse seria o uso correto do idioma, sendo, portanto, o uso incorreto a *lenguaje familiar regional*, que seria, neste caso, a “fala do Chile”, novamente em posição inferior nesta relação. No entanto, nesta introdução, há uma crítica a esse pensamento e ensinamento que, como vimos, foi contraditoriamente defendido no prólogo. Recordamos que a *Introducción* foi escrita pelo autor Rodolfo Lenz, que, apesar de ser alemão, ou seja, nem hispano-americano e nem espanhol, já vivia na América há muitos anos e poderia ter sido fisgado pelas ideias que circulavam no continente.

É interessante observar que não há menção ao nome da língua como *español/castellano* ou *lengua española/castellana*, apenas como *idioma patrio*, *lengua literaria nacional* e *lenguaje familiar regional*, produzindo efeitos de sentido como se a língua falada na América não fosse a língua espanhola, mas sim outra língua, pertencente à pátria, à nação (*patrio*, *nacional*), havendo uma desqualificação da língua espanhola falada no Chile.

Na SD17, comenta-se a importância de se estudar latim em uma “nação neolatina” e, novamente, cita-se o Chile, sua língua e sua forma de ensino para criticá-los. Reprovam que tenham retirado o estudo do latim, o que rememora a época em que o latim era visto como o idioma da ciência, da erudição e como a primeira língua a ser estudada nas escolas. Há, portanto, uma desqualificação com relação aos demais países e, principalmente, com a Espanha, com quem estamos comparando, especialmente se considerarmos que boa parte das gramáticas históricas castelhanas, citadas no prólogo como referência, foram elaboradas na Espanha e/ou por espanhóis.

Em seguida, pede-se perdão aos leitores europeus, na SD18, se em alguns casos não se citam autores que estabeleceram pela primeira vez determinadas teorias ou resultados mais modernos. Ao nem considerar pedir perdão também para os leitores, autores, estudiosos e estudantes da América, e considerando o contexto hispânico, podemos entender como pedir perdão à Espanha é, novamente, colocar-se em uma posição inferior a eles por entender que na América não chegavam as

publicações modernas, nem os livros para as bibliotecas, estando as coisas antigas e ultrapassadas, diferentemente da Europa.

Por último, na SD19, explicita-se em quais gramáticas o autor se baseou para escrever a sua. Uma das gramáticas usadas é a gramática de Bello, na qual havia comentários negativos sobre a língua espanhola da América e apresentava uma relação desigual entre Espanha e América, apesar da tentativa de se mostrar uma imagem de irmandade. Porém, Lenz afirma que as teorias devem mudar no momento do ensino, já que a gramática de Bello foi publicada em 1847 e tudo muda com o tempo. Não deixa claro, portanto, como será aplicada. Utilizará também a gramática da RAE, que, nessa época, além de um prestígio normativo, era feita, explicitamente, com base na língua espanhola do centro-norte da Espanha. Isso já realiza um recorte do que será e do que não será considerado devido ao seu caráter oficial tanto na Espanha quanto nos países hispano-americanos. Separam-se, novamente, ambas as regiões que falam espanhol, mas, ao mesmo tempo, é uma das poucas vezes em que se especifica o fato de serem vários os países que integram a hispano-américa. Além disso, não a denominam apenas como “América”, como se fosse, por vezes, um território, um único país, assim como “Espanha”, produzindo um efeito de unidade em um território composto por várias nações. Observa-se, com o uso dessas gramáticas, a continuação da utilização do espanhol do centro-norte da Espanha como modelo de língua a ser seguido e, conseqüentemente, a Espanha segue em posição de superioridade em relação aos demais países hispano-americanos.

Outra forma de observarmos a construção da imagem de “somos diferentes” foi por meio de menções e designações tanto da Espanha quanto da América Hispânica. Vejamos as sequências a seguir:

SD20:

“No hay signo tan elocuente de la vitalidad de un pueblo como la persistencia y la propagación de su idioma.”

“Hay que tener, por lo tanto, gran fe en el porvenir de la raza española.”

“Se multiplican de día en día, sobre todo en Francia y los Estados Unidos, las cátedras de lengua castellana.”

“Se habla nuestra lengua por más de setenta millones de personas, y este número no permanece estacionario, sino que va y ha de ir durante muchos siglos en progresión creciente, mientras vaya también en aumento la población de la América latina.”

“Entre esos millones de personas que hablan actualmente el español, hay que incluir á los judíos de Oriente.”

“En Salónica, sin citar otros puntos, existen más de cincuenta mil individuos que hablan hoy (con las naturales alteraciones impuestas por los siglos) el castellano del tiempo de los Reyes Católicos.”

(BENOT, 1910 - *Arte de hablar - Gramática filosófica de la lengua castellana*)

Datos irrecusables, consignados por la Historia y la Geografía, demuestran la gran vitalidad y la fuerza de difusión del habla castellana. (BENOT, 1910 - *Arte de hablar - Gramática filosófica de la lengua castellana*).

SD21:

La situación, dentro de la literatura gramatical dedicada a la lengua española, es muy diferente. La lingüística diacrónica y reconstructiva ha producido, dentro y fuera de España, excelentes tratados de Gramática histórica y de Historia de la lengua española, algunos de primera calidad. Pero desde la ya centenaria Gramática de Bello casi no se han publicado obras fundamentales de otro tipo. A épocas de fecunda actividad en el análisis de los textos literarios y en el estudio de las formas sintácticas, como fueron la de Bello y la de Cuervo, han sucedido otras, en los pueblos de habla española, de más intensa aplicación filológica, pero de parvos resultados para la gramática, de todas las ramas de la lingüística la más beneficiada siempre por la filología. [...] Parecen haberse acabado las gramáticas; usando esta palabra en el sentido tradicional con que se designaban los estudios dirigidos al aspecto no evolutivo del lenguaje y conducidos por intereses de índole muy diversa. Consecuencia de todo ello es que hoy aparece embotada en cierto modo la sensibilidad para la norma, a pesar de los francotiradores del lenguaje, respetables o gratuitos, que querrían por todos los pueblos de habla hispánica. (SALVADOR FERNÁNDEZ, 1951[2] - *Gramática española*).

SD22:

[...] Me interesaba especialmente no alejar al lector profano. Esta obra ha sido concebida pensando en un vasto círculo de lectores. Quiere servir al conocimiento de la lengua española, fuera y dentro de España, más que a intereses científicos personales. (SALVADOR FERNÁNDEZ, 1951[2] - *Gramática española*).

SD23:

Tras una introducción general sobre el lenguaje, dos capítulos están dedicados a exponer la situación actual del idioma español en el mundo y el panorama lingüístico de la Península en épocas pasadas y en la presente, en tanto que el capítulo último plantea las principales cuestiones de la sociología de la lengua. Con ello, aunque sea en forma muy somera, se da (quizá por primera vez en un libro de pequeño calibre) una visión suficientemente amplia de todo aquello que interesa saber, en un primer paso, al estudioso de la lengua española. (SECO, 1972 - *Gramática esencial del español*).

SD24:

Nebrija fue el primer innovador de los estudios humanísticos en España, en su lucha contra la barbarie. Sus Introducciones declaradas de texto en la Universidad de Salamanca, extienden su vigencia doctrinal a toda la Península y más allá de las fronteras. (MARTÍN ALONSO, 1974[2] - 2 ed - *Gramática del español contemporáneo*).

Entrando no século XX, retoma-se, na SD20, a questão da vitalidade e da difusão da língua, assim como também de seu povo, de forma diretamente proporcional. Observa-se que há uma relação desigual entre Espanha e América, embora esteja se referindo à mesma língua que ambas utilizam. Há uma preocupação com a importância da propagação do idioma para a sobrevivência de um povo. Conclui-se, então, que o futuro para a *raza española* (e não latino-americana e nem ambas juntas) parece ser bom, já que se pode ter *gran fe* em seu *porvenir*. Em seguida, explica-se o porquê: aumentam cada vez mais as cátedras de língua castelhana (língua do centro-norte da Espanha) em outros países. Ou seja, há a propagação do espanhol, sobretudo na França e nos Estados Unidos, não à toa citados, pois eram países importantes na época, assim como seus idiomas eram grandes línguas internacionais.

Em seguida, designa-se o espanhol como *nuestra lengua*, o que, segundo outras designações e referentes ao longo do prólogo, podemos entender o pronome possessivo como *nuestra* = dos espanhóis. Comenta-se a grande quantidade de pessoas que falam a língua, o que também seria um bom indício da propagação do idioma e um bom sinal do *porvenir de la raza española* e, mais importante ainda, este número não permanece o mesmo, mas aumenta e deve aumentar durante muitos séculos em progressão crescente, enquanto aumente também a população da América Latina. Pela primeira vez, nos prólogos do nosso *corpus*, há a designação “latina” para “América”. Isso significaria também o Brasil e, portanto, os brasileiros entre o número total de falantes de espanhol, no caso como língua estrangeira.

Observa-se que a imagem da América Latina é constituída como se fosse, primeiro, apenas uma região a mais que fala a língua espanhola como língua estrangeira, sendo que nela há vários países e, por consequência, diversidade, assim como dentro da própria Espanha. Tais diversidades são, por muitas vezes, silenciadas, o que mostra uma relação de poder com a qual se objetivaria uma unidade e um poder de consumo. Além disso, sua menção aparece entre a França, os Estados Unidos e os judeus do Oriente que falam o espanhol, mas com “naturais” alterações. Não há qualquer menção ao fato de que há vários países que possuem a língua espanhola como oficial, sendo que seria, a princípio, devido a eles esse grande número de falantes (*más de setenta millones*, na época) e a relação entre o aumento da população da América Latina e o aumento do número de falantes. Além

disso, supõe-se que o espanhol falado lá é o espanhol da Espanha, uma vez que o *nuestra lengua* é o espanhol dos espanhóis e não há nenhuma menção a algo que seja próprio da América Latina.

Faz-se também uma previsão: o número de falantes aumentará em progressão crescente enquanto a população da América Latina também for aumentando. Há dois lados nessa afirmação: embora não se fale nada mais da América, e haja um distanciamento no sentido de que quem crescerá é a *raza española* e a língua “é deles”, assume a importância do continente no processo. Com relação a ir em progressão crescente junto ao aumento da população, pode-se concluir que se a população não aumentar tanto, esse aumento de falantes também não será tão grande. No entanto, supõe-se, por parte da Espanha, que a América Latina falará para sempre, ou pelo menos por muitos séculos, o espanhol, *seu* espanhol.

Na SD21, ao mencionar a literatura gramatical dedicada ao espanhol, recorre-se ao que corresponde à categoria de territorialidade, pois faz-se uma separação do que foi produzido dentro e fora da Espanha. Tal designação considera como ponto de vista a Espanha e qualquer outro país e lugar do mundo, inclusive os países da América Hispânica, que são os que nos interessam nesta análise. Podemos pensar, também, essa marcação de *dentro y fuera* como mais um reforço dessa terceira imagem que projeta um efeito de “somos diferentes”: Espanha de um lado e o mundo/América hispânica do outro. E nessa imagem de “somos diferentes”, a Espanha continua projetando sua superioridade e autoridade no âmbito linguístico: as obras de Bello e Cuervo, apesar de terem sido feitas na América (e com críticas à forma de falar dos falantes dessa região), são obras de prestígio, muito apreciadas na Espanha e pela RAE e seus acadêmicos, sendo designadas algumas vezes, inclusive, como obras espanholas.

Comenta-se também nessa sequência que não houve ainda obras de grandes resultados para a gramática como as duas anteriores, embora tenham sido feitas outras *en los pueblos de habla española*. Com isso, há uma desconsideração dos demais estudos, apesar de já terem transcorrido muitos anos desde a publicação das obras dos referidos autores. Além disso, há uma imagem de superioridade da Espanha com relação aos demais locais que falam espanhol, pois, ao utilizar o termo *pueblo*, diminui-se a condição e autoridade de um território como país. Se pensamos nos países da América Hispânica, a qual não foi nomeada, apenas a

Espanha, produz-se uma imagem de um território pequeno, não independente e que faz parte da Espanha, único país nomeado na sequência. Em outras palavras, “há um desenho de fronteiras e limites não empíricos porque se constituem em espaços imaginários. Entre estes, os limites linguístico-imaginários” (ORLANDI, 2012a, p. 7).

Em seguida, comenta-se a despreocupação que há com relação à norma, apesar dos *francotiradores del lenguaje [...] que guerrillean por todos los pueblos de habla hispánica*. É interessante observar os termos empregados que relacionam a questão da normatividade da língua dos que tentam, a todo custo, fazer com que a população use apenas a “norma culta” como realmente uma luta, uma guerra contra, provavelmente, ao que está contra a norma: o popular, o coloquial. Nesta parte da sequência, houve uma mudança de *habla española* para *habla hispánica*. Poderíamos, talvez, justificá-la devido à presença do “todos” antes de *los pueblos*, o que ocasiona uma generalização maior e, conseqüentemente, a troca para um adjetivo de sentido mais amplo. No entanto, a designação de *pueblos* permanece, assim como a já comentada projeção da imagem de superioridade da Espanha.

Na SD22, esclarece-se que apesar de ser denominada como *Gramática española*, a obra não está destinada apenas aos espanhóis. Seu objetivo é de servir ao conhecimento da língua espanhola, mas não há especificação de que tipo de conhecimento seria esse. No entanto, se é para *dentro de España* também, então, provavelmente, não seria uma gramática de nível inicial. Retoma o que foi dito na sequência anterior, apenas com a ordem dos advérbios alterada, *fuera y dentro de España*, provavelmente porque se vai servir para o conhecimento do espanhol o *fuera*, que está mais próximo desta vez, faz mais sentido se pensado como para estrangeiros. No entanto, o *fuera* também pode estar relacionado à América Hispânica e pensá-la desse modo consistiria em, novamente, não considerar a forma de falar espanhol utilizada pelos americanos. Nesse sentido, seria como se eles não conhecessem a própria língua e, uma vez mais, marcar-se-ia essa diferença, esse “somos diferentes” e essa distância entre América e Espanha, considerando os países hispano-americanos como alguns estrangeiros mais.

Além disso, a princípio, recebendo a gramática o nome de *gramática española*, entendemos que a língua presente nela é a do espanhol usado no centro-norte da Espanha e utilizado como referência quando o determinante *española*, aparentemente, se refere à Espanha e ao que vem dela. Pensando por esse lado, os hispano-americanos, talvez, não conheceriam, realmente, “o espanhol” ou, melhor

dizendo, algumas partes dessa língua, por não a conhecerem cientificamente ou por serem falantes de galego, basco, catalão etc. No entanto, observa-se também que era essa a língua utilizada para ensinar também *fuera de España* como *la lengua española*, como se fosse a única existente. Sendo esta uma das imagens produzidas neste prólogo, mostra novamente essa tensão, esse desequilíbrio na relação entre Espanha e os países da América Hispânica.

Na SD23, a organização da gramática ainda a coloca como parte da imagem “somos diferentes”. Há diferença ao comentar sobre o espanhol na Península, ou seja, na Espanha e o espanhol no mundo: ao dizer *en el mundo* poderia estar incluído o espanhol na América, mas não apenas, pois, apesar de não especificar, pode ser espanhol como língua estrangeira como nos últimos prólogos também vimos acontecer, e não como língua materna ou língua oficial de vários países. Além disso, irá apenas expor a situação atual do espanhol no mundo, enquanto na Península o panorama linguístico será de épocas passadas e do presente. Assim como nos prólogos de outros séculos, retoma-se o passado da Espanha – um passado mítico idealizado, imaginado -, como se apenas o dela fosse importante para saber e estar registrado, pelo menos com relação à língua. Observa-se essa preocupação com a língua, com a temporalidade e com a necessidade de se estar retomando esta relação no que diz respeito à Espanha, enquanto há um silenciamento do passado do *español en el mundo* e, conseqüentemente, se consideramos nossas conclusões, do espanhol na América.

Ao final, afirma-se que isso seria tudo o que, a princípio, precisaria saber um estudioso da língua espanhola. Dessa forma, saber informações mais específicas da América Hispânica não seria algo primordial para um estudioso da língua, o que, mais uma vez, produziria uma imagem de superioridade da Espanha com relação à América. Por último, podemos observar que neste prólogo não há menção explícita aos americanos ou à hispano-américa, apenas a termos mais abrangentes nos quais podemos incluí-los, como *hablante de lengua española e mundo*. Com relação às formas de saber presentes, observa-se a introdução das ideias associadas à sociolinguística e aos estudos que relacionam a sociedade e a linguagem por haver um capítulo sobre *la sociología de la lengua*. Por ser o último capítulo da gramática e estar separado, como um tema a parte, poderia estar produzindo sentidos de questões introdutórias, talvez ainda não totalmente aceitas, especialmente considerando o ano de publicação da gramática.

Por último, a SD24, da gramática de Martín Alonso (1974), após muitos anos, retoma o nome de Nebrija. Além do nome, retoma sua importância e a extensão de sua doutrina que foi destinada à toda a Península y *más allá de las fronteras*, o que poderia ser também na América, com a colonização, fato histórico silenciado. Se um texto “é convocado para a explicação da constituição de um saber, é porque ele goza, por definição, do estatuto de vestígio na relação com o horizonte de retrospectiva desse saber” (FEDATTO, 2014, p. 20 *apud* SANTOS, 2015, p. 108). Desse modo, podemos pensar que ao convocar Nebrija e sua produção, haveria, então, seus vestígios na relação com o horizonte de retrospectiva do saber produzido na gramática em questão. Pensar Nebrija como alguém que lutou contra a barbárie (e aqui se retoma a imagem de luta outra vez), seria pensar, naquele contexto, no sentido de “controlar” a língua e suas modificações, uma vez que naquela época não existia instrumento linguístico em castelhano para a língua castelhana. Dessa forma, a *barbarie* poderia estar relacionada com o que fosse diferente do castelhano utilizado pelo poder central, no caso Castela e Aragão, se pensarmos apenas na língua castelhana. Além disso, se considerarmos o “descobrimento” da América, *la barbarie* poderia ter outro sentido e estaria relacionada com a situação em que a América se encontrava: sem falar o castelhano, mas se expressando em outras línguas, línguas indígenas.

Após observarmos a construção da imagem de “somos diferentes” através da comparação entre menções e designações de Espanha e América, decidimos observar, mais especificamente, considerações e designações de América Hispânica, hispano-americanos e a sua língua, assim como seus efeitos de sentidos nas questões linguísticas. As três seguintes sequências ainda se sustentam em uma superioridade por parte da Espanha, seja de forma mais explícita, como em SD25 e SD26, ou mais implícita, como em SD27:

SD25:

II. El niño aprende a escribir. [...] Atención especial a la ortografía. Cada vez es más importante eliminar las faltas de ortografía. En el mundo actual, con sus ordenadores y demás mecanismos electrónicos que fallan si la información que reciben no es totalmente correcta, no se puede escribir con faltas. Si un ordenador recibe grafías erróneas como *expléndido*, *objección*, no sabrá "leer" esas palabras y no podrá interpretarlas, es como si una de sus instrucciones estuviera mal. La ortografía se exige hoy no por falsas cuestiones sociales, sino por imperativos de la tecnología. Imaginemos el desastre que puede causar un piloto de avión que, por dificultades de transmisión, tiene que deletrear un mensaje y, por su origen andaluz,

canario o hispanoamericano, deletrea V-E-O--C-A-S-A-S en lugar de V-E-O--C-A-Z-A-S, entre otros muchos ejemplos menos llamativos. (MARCOS MARÍN, 1974 - 2ª ed - *Aproximación a la gramática española*).

SD26:

III. El niño aprende unas rudimentarias nociones de gramática. [...] El maestro ha de luchar con la morfología dialectal: p. ej., eliminar ese *ustedes estáis* del andaluz oriental, o el arcaísmo del *vos tenés, vos querés*, que el insigne Andrés Bello desterró de parte de América, pero que no consiguió eliminar de grandes zonas hispanoamericanas, entre las que figuran algunas de las más cultas. En las extensas zonas del castellano que desconocen la forma *vosotros cantáis* se debe enseñar, no para usarla en la conversación, sino para reconocerla en los textos (literarios o no), y poder emplearla en la lengua escrita. Lo mismo sucede con *hubo cantado, contare y hubiere cantado*. Luchemos contra el empobrecimiento morfológico de nuestra lengua. (MARCOS MARÍN, 1974 - 2ª ed - *Aproximación a la gramática española*).

SD27:

La Gramática de Bello *El siglo XIX, centuria romántica, en que se cuaja el sentimiento de la libertad para la obra de arte, registra el paso del dogmatismo al relativismo.*

En la ciencia del lenguaje dos nombres ilustres iluminan los estudios gramaticales: Vicente Salvá y Andrés Bello.

Pero la figura señera de este siglo, en el progreso gramatical, polígrafo y magnífico educador fue Andrés Bello, que por su fecunda cultura honra a toda Hispanoamérica y a cuantos nos expresamos en la lengua de Cervantes.

No se propone hacer una Gramática especulativa, sino un instrumento normativo «para americanos» y de educación en lengua materna. (MARTÍN ALONSO, 1974[2] - 2 ed - *Gramática del español contemporáneo*).

O prólogo das sequências de 1974, da gramática de Marcos Marín, SD25 e SD26, é destinado a professores espanhóis. Em SD25 há o que parece ser uma tentativa de justificar a importância da ortografia correta, do escrever “bem” e “certo” devido à tecnologia e não por *falsas* questões sociais, que, provavelmente, eram discutidas na época por uma sociolinguística ainda em fase inicial. Acreditamos que, ao pensar ser devido à tecnologia, um motivo mais objetivo, talvez não houvesse lugar para questionamentos, como o que há no próprio texto em *falsas cuestiones sociales*, e todos escreveriam “corretamente”. No entanto, no exemplo utilizado como desastre que poderia acontecer, a língua espanhola utilizada é a de um andaluz, canário ou hispano-americano, que seriam os capazes de errar e os que mais se distanciam, nesse exemplo seria na forma oral, da língua espanhola do centro-norte da Espanha, tida como a mais correta. Neste caso, a Espanha continuaria em uma relação de superioridade com relação à América (e às outras regiões espanholas próprias que não seguem a língua do centro-norte), porque o

som de S e Z é igual e isso poderia causar confusão na escrita. Como dito anteriormente, é uma gramática para espanhóis. Os hispano-americanos são citados, mas como um exemplo negativo, ao lado dos andaluzes e canários; sentidos e atitudes que, no final, condizem com as condições de produção da gramática, pois ainda imperava a ditadura franquista, época de valorização do espanhol do centro-norte da Espanha e proibição do uso de outras línguas dentro do país.

Em SD26, há indicações sobre como o professor deve *luchar con la morfología dialectal*. Ao dizer que o professor tem que lutar com a morfologia dialetal, especifica-se que os dialetos, e provavelmente as demais línguas também, têm que ser eliminados da Espanha, já que a gramática é direcionada aos espanhóis. Novamente, a América é citada no prólogo e, uma vez mais, deslegitima-se a fala americana, pois consideram o *voseo*, característico da língua espanhola também na América, como um arcaísmo que deve ser eliminado na Espanha.

Há uma separação entre *zonas hispanoamericanas* e *zonas del castellano* que, territorialmente, corresponderiam à Hispano-América e à Espanha e seus territórios insulares, respectivamente. Diferentemente do que vimos até então, aqui a América é nomeada, ainda que mencionada de forma negativa se comparada com a Espanha. Com relação às *zonas del castellano*, tem que se ensinar a forma de *vosotros* para, pelo menos, identificarem nos textos escritos e usarem ao escrever, mas não necessariamente na fala. Nota-se a superioridade da escrita em relação à oralidade: a escrita permanece no tempo, ao contrário da fala. Dessa forma, todos teriam que escrever *vosotros* que é a forma presente na gramática e a utilizada no centro-norte da Espanha. Com relação aos tempos verbais, estes já quase não estavam sendo utilizados e havia a tentativa de fazer com que as pessoas voltassem a utilizá-los, sendo a escrita o melhor meio para fazê-lo, pois um dos seus objetivos seria a fixação no tempo.

Por último, há uma convocação aos professores em um chamado similar ao prólogo que sinalizava que havia *francotiradores*, em uma espécie de guerra, pois diz: *luchemos contra el empobrecimiento morfológico de nuestra lengua*. Retoma-se, assim como no prólogo de 1954, a imagem presente em antigos prólogos da língua espanhola que a consideravam como uma língua rica e variada e que, caso não fosse utilizada segundo a indicação das gramáticas, poderia ser empobrecida.

Observa-se também neste prólogo e, por conseguinte, nesta gramática que, aparentemente, faz-se o oposto do que se defendia na época (as *cuestiones sociales*). Parece haver uma retomada dos estudos de maior foco na autonomia da língua e o uso da prescrição e não da descrição, pilar fundamental da sociolinguística. Como era a época da ditadura franquista, as ideias defendidas retomavam saberes de um horizonte de retrospecção bem mais nacionalista e silenciador da diversidade.

Andrés Bello é citado em SD27 pois, como direcionou sua gramática para os americanos, considera-se aqui que ele honrou a Hispano-américa com a sua gramática. E não só a ela, mas aos que se expressam *en la lengua de Cervantes*. No entanto, como já vimos em nossa análise, Bello critica grande parte do que seria realmente a língua espanhola falada na Hispano-américa. Nesse sentido, a questão do honrar poderia ter sido apenas por ter associado o nome do autor à América. Inclusive, ao designar o espanhol como *lengua de Cervantes*, já situa a Espanha acima da América e a língua da Espanha acima da hispano-americana, pois Cervantes era espanhol e, se a língua é dele, a língua é aquela falada na Espanha. Como diz Lagares (2018), o modelo de referência para os falantes e a base para a construção de uma língua comum é a língua literária. Segundo o autor, não seria por acaso a designação de espanhol como “a língua de Cervantes”, assim como ocorre com muitas línguas (europeias), que usam “o nome dos autores canônicos que a mitologia nacionalista transformou em “fundadores” da literatura nacional³¹” (LAGARES, 2018, p. 68). Com isso, permanecemos com a imagem do “somos diferentes”, que separa a Espanha e a América Hispânica como se não falassem a mesma língua e como se não mantivessem uma relação, mas que estivessem em um processo para alcançá-la por meio, por exemplo, das gramáticas.

Ao final, explica-se que era um instrumento normativo de educação em língua materna, havendo, provavelmente, um efeito de coincidência imaginária entre língua materna e língua oficial dos americanos, pois há de se pensar quem eram esses

³¹ Instituições criadas pelos Estados para divulgarem internacionalmente suas línguas nacionais também costumam levar os nomes desses escritores, como, por exemplo, o Instituto Cervantes (LAGARES, 2018, p. 68). É interessante mencionar que em 2013 foi publicado um manifesto “pela soberania idiomática da Argentina, promovido e assinado por intelectuais daquele país. [...] [P]ropunha a criação de um Instituto que levasse o nome do escritor argentino Jorge Luis Borges, reconhecido unanimemente no cânone da literatura ocidental. O manifesto foi publicado integralmente, no seu momento, pelo jornal argentino *Página 12*: <https://bit.ly/2pm9IU>” (LAGARES, 2018, p. 68).

americanos no século XIX e quais eram, de fato, suas línguas maternas. Segundo Zoppi Fontana (2009, p. 32), esse efeito de coincidência é “produzido a partir do funcionamento dos processos de individualização do sujeito moderno pelo Estado-Nação, principalmente através do aparelho escolar”. Zoppi Fontana (2009) também traz Payer (2009), que descreve este funcionamento: “[...] ensina-se língua nacional *como se fosse a língua materna*” (ZOPPI FONTANA, 2009, p. 32, grifos da autora) e, segundo Guimarães (2005), língua nacional é “a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). A língua materna, no entanto, é “a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nascem a praticar; nessa medida ela é, em geral, a língua que se apresenta como primeira para seus falantes” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). Por língua oficial, entende-se “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). Dessa forma, não necessariamente serão as mesmas línguas a língua materna, a língua nacional e a língua oficial.

Apesar desse contexto não muito favorável para os americanos, as seguintes seqüências recortadas estão relacionadas com comentários sobre ausências ou presenças de (autores) hispano-americanos nas gramáticas:

SD28:

Las obras que he examinado pertenecen a los géneros literarios más diversos: [...] Los autores de las obras impresas pertenecen a varias generaciones y a comarcas diversas. [...] Desgraciadamente, mi capacidad para recogida de materiales ha tenido un límite y sólo en porción mínima puedo aducir hoy autoridades de escritores americanos. (SALVADOR FERNÁNDEZ, 1951[2] - *Gramática española*)

SD29:

En algunos momentos en vez de cifras aduzco números índices. Por la razón anterior, ha sido para mí un precioso auxiliar el libro de Keniston «Spanish Syntax List», que constituye un repertorio estadístico de uso elaborado exhaustivamente a la vista de 60 obras en presa de escritores españoles y americanos, publicadas en el período de 1900 a 1933. Desgraciadamente, esta obra, a pesar de la fecha de su aparición (1937), no ha sido asequible para mí sino cuando ya estaba muy avanzado en mi trabajo y en gran parte impreso. Tendría que declarar aquí otras grandes lagunas en mi información, como por ejemplo, el libro de W. Beinhauer «Spanische Umgangssprache», Berlín-Bonn, 1930, que en ningún momento me ha sido posible consultar. (SALVADOR FERNÁNDEZ, 1951[2] - *Gramática española*)

SD30:

Teniéndose en cuenta la gran aceptación que viene mereciendo esta obra por parte de numerosos profesores y, en especial, por el amplio sector del Magisterio, hemos creído oportuno mantener al final de esta sexta edición el capítulo especial sobre La Metodología del lenguaje en la Escuela primaria, al frente del cual se inserta una extensa bibliografía especializada, donde se recoge más de un centenar de trabajos monográficos de tratadistas españoles y extranjeros. (PÉREZ-RIOJA, 1954 - Gramática de la lengua española – itálico do próprio prólogo)

SD31:

Empezamos situándonos frente a esta rutina de siglos en la misma estructuración de la obra. Una gramática para hispanohablantes, de América y de la Península, ha de comenzar forzosamente por la frase. [...]

Damos amplio espacio a la comprobación de las técnicas normativas en los escritores españoles e hispanoamericanos de nuestra época. (MARTÍN ALONSO, 1974[2] - 2 ed - Gramática del español contemporáneo – itálico do próprio prólogo)

SD32:

Nuestro mayor empeño consiste en partir de las estructuras trazadas por gramáticos tan geniales como Bello y avanzar hacia nuevas tentativas del lenguaje, que cada generación habla y transforma con renovados valores expresivos. Lo que hizo Tomás Navarro, en los problemas fonéticos y Amado Alonso en los estudios lingüísticos hispanoamericanos, nos alienta a revisar teorías desvirtuadas y meterlas en nuevos moldes de reactivación gramatical. (MARTÍN ALONSO, 1974[2] - 2 ed - Gramática del español contemporáneo – itálico do próprio prólogo)

Na SD28, pode-se observar que há a utilização de autores literários como exemplo das normas da língua. Dias (2007) nos fala sobre o funcionamento dos exemplos nas gramáticas. Ele observou três procedimentos de exemplificação em gramáticas brasileiras: aqueles constituídos pelos próprios gramáticos; aqueles pertencentes a um *corpus* específico e aqueles retirados de obras literárias consagradas. Em nosso *corpus* há exemplo dos três procedimentos.

Apesar de ser gramática *española* e de usar o que se designa *español común*, que seria a mesma variante do espanhol falada nas universidades em Madri, ainda assim, foram usados exemplos de obras de escritores americanos, que, inclusive, foram nomeados pela primeira vez sem ser como *fuera de España* neste prólogo. Poderia ser um avanço no sentido de que houve uma apreciação das variantes do espanhol da América Hispânica e a legitimação de sua produção literária. No entanto, considerando o que dissemos anteriormente, contradiz um pouco com aquilo que foi sendo construído até então do que, de fato, estaria presente na gramática. Podemos comparar com a gramática de Bello, pois, em ambos os casos, o que é da América é usado apenas nos exemplos e não na escrita

da gramática. Nesse sentido, também podemos perceber essa imagem de “somos diferentes”: o que é da Espanha de um lado e o que é da América de outro, estando a América normalmente em um lugar de inferioridade com relação à Espanha. Além do que já foi dito sobre a língua usada na gramática, os escritores americanos só seriam usados em *porción mínima*. Considerando o ano de publicação, 1951, provavelmente não poderiam negar a existência da América Hispânica, de seu(s) espanhol(is) e de seus escritores, e essa pode ter sido uma solução encontrada para mencioná-la, principalmente considerando como toda a gramática foi estruturada.

Dizemos isto, pois, como se verá mais adiante, essa mesma estrutura se repetirá em outros prólogos para justificar a não utilização de mais informações ou autores da América: uma lamentação, como *desgraciadamente* ou *se lamentan*, e a justificativa de que a quantidade de obras ou a quantidade de variantes linguísticas são muito amplas e que, por isso, não se considerou ou se considerou pouca coisa do que era relativo à América Hispânica. No entanto, é importante sinalizar que o que é relacionado à Espanha sempre está presente.

Diferentemente de prólogos anteriores, na SD29 se faz menção à bibliografia consultada em outra língua e que foi necessária para se fazer a gramática. Citam-se dois livros em língua estrangeira, um em inglês e um em alemão: um conseguiu ter acesso e o outro não. Apesar de o primeiro livro citado ter sido feito com base em *escritores españoles y americanos*, deu-se preferência a obras em uma outra língua do que observar algo produzido por escritores americanos que, como dito anteriormente, foram os que estiveram em *porción mínima*. Novamente, divide-se em um prólogo *españoles x americanos*, Espanha x América, diferentes entre si, como se fossem dois blocos, apesar da Espanha ser um país e na América haver vários.

A sequência SD30 é um comentário à sexta edição da gramática de Pérez-Rioja, a qual tivemos acesso. Apesar de algumas exceções, a escolha das gramáticas para nosso *corpus* foi feita considerando terem sido publicadas na Espanha ou consideradas como tais. No recorte da sequência SD30, a nomeação da etapa escolar mostra que, de fato, é direcionada para a Espanha e para os espanhóis, pois, se fosse para outro país, pode ser que a nomeação das etapas mude e receba um nome diferente de *Escuela Primaria*. Ao final, diz que na bibliografia há trabalhos de tratadistas espanhóis e *extranjeros*, voltando a Espanha a estar como ponto de referência, provavelmente por isso, o dito anteriormente. E,

novamente, os hispano-americanos estão incluídos junto aos demais no mundo, igual ao *fuera de España* no prólogo anterior, marcando essa imagem de “somos diferentes”. Observa-se que, apesar de notar sutilmente a presença da América Hispânica, ela não foi nomeada diretamente neste prólogo, pois foi possivelmente incluída em termos mais abrangentes *para todos, habla hispánica e extranjeros*. Seria o não-dito produzindo efeitos de sentido: presença da América Hispânica pela sua ausência no fio do discurso.

No recorte da sequência SD31, há, primeiro, uma breve menção à tradição gramatical espanhola. Ao citar e retomar essa rotina de séculos, que só poderia ter a Espanha nessa elaboração de gramáticas, confere-se legitimidade e autoridade ao que se está fazendo. Em seguida, haveria uma tentativa de construção do que será a próxima imagem de “somos todos um” ao dizer que é uma gramática para *hispanohablantes*, pois é um termo mais geral, que englobaria todos os falantes de espanhol. No entanto, logo após, ainda se faz necessário especificar de onde são esses falantes: *de América y de la Península*, ainda marcando os dois lugares, os dois territórios desde o início: *toda la Península x más allá de sus fronteras, Hispanoamérica x cuantos nos expresamos en la lengua de Cervantes, América x Península* e, mais embaixo, *escritores españoles x hispanoamericanos*. Observa-se, então, que aqui haveria uma preocupação em mencionar ambos os lados, mas sempre separados, como projetando a imagem do “somos diferentes”. Além disso, deve levar em conta que, por exemplo, escritores espanhóis são de apenas um país, mas os hispano-americanos são de vários, podendo muitos não serem considerados, mantendo uma relação de desigualdade.

Na SD32, ao pretender *avanzar hacia nuevas tentativas del lenguaje*, poderíamos dizer que há um horizonte de projeção com relação à sua gramática e, também, um horizonte de retrospectão ao citar Bello como um dos gramáticos que utilizou como base. Quando se diz sobre *revisar teorías desvirtuadas y meterlas en nuevos moldes*, poderíamos relacionar com que o diz Santos (2015) sobre o saber ser construído numa “constante projeção e retrospectão de seus horizontes. Um ir-e-vir. Movimento a partir do qual um saber se impõe (ou tenta se impor) sobre os outros na constante relação dos saberes que estrutura os horizontes” (SANTOS, 2015, p. 91). Nesta SD, por exemplo, poderíamos dizer que não seriam novas teorias, mas uma atualização de teorias que, por motivos diversos, já não estejam sendo suficientes como justificativa ou explicação.

Ainda na SD32, cita-se algo até então muito raro de ser mencionado nos prólogos: a existência de estudos linguísticos na Hispano-América. Dessa forma, há uma indicação de que havia estudos na América, apesar do quase total silenciamento sobre este e quem os fazia. Em outras palavras, evidencia-se uma relação desigual, novamente, entre Espanha e América, pois há menções, quase sempre, sobre espanhóis e seus estudos linguísticos – porquanto científicos - e suas gramáticas. No entanto, quase não há comentários sobre o que ocorria na América, nem quando não era destinado apenas à Espanha, como se na América Hispânica não houvesse estudos linguísticos já desenvolvidos – uma América não-científica e, provavelmente, não civilizada – “cultura exótica, primitiva, de um lado, e cultura civilizada, de outro” (GUIMARÃES, 2007, p. 79).

Nas próximas sequências, as escolhas lexicais ou designações, aproximam-se do que será a próxima imagem de “somos todos um” ao se relacionarem ainda mais ao que seria comum entre América e Espanha, quando utilizadas palavras e expressões que produzem efeito de maior unidade. Tem-se, portanto, as seguintes sequências:

SD33:

Pero no debe perderse de vista que mi objetivo es el español común, el español cuidado que hablan las gentes cultas y universitarias de Madrid. Y entre este español hablado y el literario no existe, sobre todo en nuestros días, una distancia considerable. Las diferencias son más de léxico que de gramática. (SALVADOR FERNÁNDEZ, 1951[2] - *Gramática española*)

SD34:

Se ha pretendido en estas páginas una empresa no por sencilla menos ambiciosa y difícil: la de escribir una Gramática para todos. (PÉREZ-RIOJA, 1954 - *Gramática de la lengua española* – itálico do próprio prólogo)

SD35:

Hemos entresacado este millar de ejemplos -siempre, directamente- de obras muy representativas de los 231 escritores de habla hispánica -siglos XIV a XX-, dando entrada lo mismo a un poeta lírico que a un poeta dramático, a un novelista o ensayista como a un místico, a un orador o escritor político como a un historiador, un filósofo o un periodista, sin olvidar tampoco dos fuentes interesantísimas de raigambre popular: el romancero y el refranero. Ejemplos, en suma, que, al recoger sus más diversas modalidades, sintetizan la variedad y la riqueza expresivas de nuestra lengua. (PÉREZ-RIOJA, 1954 - *Gramática de la lengua española* – itálico do próprio prólogo)

SD36:

Este libro se propone *iniciar al hablante de lengua española en el conocimiento reflexivo de esta.* (SECO, 1972 - *Gramática esencial del español* – itálico do próprio prólogo)

Na SD33, da gramática de 1951, de Salvador Fernández, há uma explicação de em qual espanhol o autor se baseia para fazer a gramática, ou seja, qual modelo de língua utiliza. Segundo se diz, o espanhol usado como modelo é o falado na Espanha e, mais especificamente, na capital por pessoas cultas e universitárias. Como já mencionamos, esse seria o espanhol exportado e ensinado *fuera de España* e dentro também, desconsiderando as demais línguas existentes também dentro da própria Espanha. Em seguida, justifica-se dizendo que entre este espanhol falado e o literário não existe, *sobre todo en nuestros días*, uma distância considerável. Observa-se que há uma retomada de um ideário presente na tradição gramatical espanhola (e europeia) de que o que deve constar na gramática é o espanhol “culto”, que é cuidado e utilizado na literatura e por quem tem mais estudo. Poderíamos dizer também que a marcação da temporalidade em *sobre todo en nuestros días*, com o reforço do *sobre todo*, poderia se remeter à essa tradição que teve como objetivo fazer com que as pessoas utilizassem mais a forma culta da língua e que, após anos, estaria vendo o resultado positivo, o qual seria essa não distância *en nuestros días*.

Com isso, o espanhol presente na gramática é o literário, cuidado, falado pelas pessoas cultas e universitárias de Madri. Apesar dessas especificidades, há outra característica no início que parece se contradizer com todo o restante: o objetivo é *el español común*. A utilização de *común* para designar *español* parece, a princípio, um pouco contraditória, uma vez que ao explicar o grupo correspondente ao *español cuidado*, se comparado com a sociedade, é um grupo específico e pequeno. Se pensarmos no lado oposto, haveria, portanto, um espanhol não-comum, descuidado, que seria o que falam as pessoas não-cultas e que não corresponde à forma de falar da capital da Espanha. Pensando dessa forma, a maioria dos falantes de espanhol estaria neste segundo grupo, inclusive toda a América Hispânica, provavelmente.

Poderíamos pensar, talvez, a utilização do *común* por ter dito que são as pessoas cultas de Madri que usam, e não explicitar diretamente autores, ou por dizer espanhol falado e não escrito. Não há como ter certeza, mas esse *común* não

parece ter o mesmo sentido que o *español común* que aparecerá mais vezes em outros prólogos mais adiante quando se referirem ao espanhol falado na Espanha e na América Hispânica, no sentido da aproximação entre a língua utilizada nelas. Afinal, “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhe seria ‘próprio’ vinculado a sua literalidade.” (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

Com relação à SD34, da gramática de Pérez-Rioja de 1954, nota-se, em seu objetivo, uma ilusão de completude: escrever uma Gramática para todos. Não há, a princípio, uma explicação de quem seria *todos* – sujeito universal -. Podemos supor que seria para todos de qualquer idade, para todos com qualquer formação acadêmica ou, para restringir melhor ao nosso tema, poderíamos pensar para todos: espanhóis, hispano-americanos e os que não possuem espanhol como língua materna.

A sequência SD35 explica a “origem” dos exemplos presentes na gramática. Novamente, os exemplos são retirados de escritores literários que representam o modelo do que se tem como norma culta de uma língua. Agora, os jornalistas também são incluídos nesse grupo seletivo. Ao trazer palavras como *variedad* e *riquezas expresivas* da língua, nota-se uma retomada das ideias presentes desde o primeiro prólogo da primeira gramática feita em língua castelhana, Nebrija, de 1492, que qualificavam a língua castelhana, ou melhor, sua forma literária e culta, diversas vezes ao longo do prólogo e auxiliavam, ainda, na formação de um Estado Nacional.

Nota-se que a *variedad* aparece apenas nos exemplos nos quais são usados escritores de *habla hispánica*. Interessante designação para *habla*, até então não utilizada, que possui outro sentido. Deste modo, poderíamos supor a presença de escritores da América Hispânica. No entanto, há duas questões que nos fazem pensar que, assim como nos outros prólogos, há mais escritores espanhóis do que hispano-americanos: a maioria das *obras muy representativas* são espanholas, pelo menos as mais conhecidas internacionalmente, e, entre os séculos XIV e XX, há mais escritores espanhóis com obras conhecidas, principalmente nos séculos iniciais.

Há, portanto, uma vez mais, a imagem de superioridade da Espanha ao aparecer, com mais frequência, nos instrumentos linguísticos da língua espanhola. A América, por sua vez, aparece em segundo lugar como exemplo, como se fosse para confirmar apenas e mostrar que “aqui também existe” em uma recorrência da imagem de “somos diferentes”.

A última sequência, SD36, presente na gramática de Manuel Seco, de 1972, pode ser considerada como o começo do que será a próxima imagem que observamos nos prólogos: “somos todos um”. Ao utilizar o termo *falante* de língua espanhola, poderia se referir a qualquer pessoa, seja ela espanhola ou hispano-americana, ou nenhuma das duas. É apenas um falante que já conhece a língua e que poderá iniciar um conhecimento *reflexivo* sobre ela: de um saber a língua para um saber sobre a língua.

Antes de analisarmos a imagem depreendida de “somos todos um”, aproveitaremos que essas últimas sequências, de alguma maneira, mostraram a América, os hispano-americanos e/ou suas *diversas modalidades*. Isso indica, portanto, certo deslocamento ao apresentarem a América Hispânica de uma forma diferente da que era apresentada, com uma autonomia ou por seus feitos que, muitas vezes não são citados em outros prólogos, principalmente se consideramos que dois fragmentos foram recortados de gramáticas dos séculos XIX (1880 e 1885) e XX (1925). As sequências são as seguintes:

SD37

1) Con tan frecuente y brusco lenguaje, unido á los DEFECTILLOS de Ortografía, ¿qué juicio formarán los extranjeros de nuestro idioma y civilizacion? A todo podría atender el Profesorado (y al ceceo y seseo de los andaluces y valencianos), y á mucho más, y á ampliar otros ramos importantísimos si nuestra Real Academia, (imitando al inmortal decreto de Alonso X el Sabio para que se escribiesen en romance castellano los documentos oficiales) calculara y oyera al Magisterio de los tormentos, perjuicios, tiempo y deshonra que la célebre Ortografía ocasiona á la juventud (¡nada diremos del sordo mudo!) y á la civilizacion de los españoles sin duda nos daría EL ALFABETO TÓNICO Ó RACIONAL, y nos tijaría [?] LA ACENTUACION con reglas generales. Entonces la Prensa y el Maestro, en pocos meses, y *sin perjuicio de ningun género*, la generalizarían, y rápidamente desaparecería aquella rudoza y las cuatro quintas partes de españoles que no saben escribir. Los preclaros individuos de la Real Academia inmortalizarían sus nombres y el de nuestro jóven Monarca, sin dar lugar á que esta gloria la arrebataran los AMERICANOS. Reformas parciales jamás, porque contribuyen al caos.- ¡PREDICAR EN DESIERTO...! (RUIZ MOROTE, 1880 - *Gramática castellana teórico práctica*)

SD38:

Los anales no dan principios ciertos sobre las lenguas, ni datos auténticos de su progreso. Sólo hablan en abstracto y nunca de una manera cierta, y así dicen que en todo el mundo conocido hay idiomas y dialectos: en Asia 987, comprendiendo los que se hablan en las islas del gran Oceano, derivados los más del malayo; 587 idiomas y dialectos en Europa; 276 idiomas africanos observados, y 1.214 americanos, comprendiendo un total de 3.064 variedades más ó menos conocidas en diferentes puntos del globo terráqueo; pero, no obstante, tantos idiomas se pudieran reducir á un corto

número de lenguas primitivas (1). (DÍAZ-RUBIO y CARMENA, 1885 - 3ed - *Gramática Española Razonada*)

SD39:

6. Reforma de la enseñanza gramatical.-Sería de desear que algún día se llegara a uniformar los términos técnicos de la enseñanza gramatical en los colegios de lengua castellana, así como conviene uniformar los procedimientos de la enseñanza del idioma patrio. [...] La reforma vendrá despacio, pero vendrá. Ultimamente he tenido el gusto de ver que también en otros países se comienza a sentir la necesidad de enseñar la lengua patria castellana por el método directo. Cuando yo, el 16 de agosto de 1912, di en la Universidad de Chile, mi conferencia: *¿Para qué estudiamos gramática?*, trataba solamente de hacer más consciente una reforma que en Chile prácticamente había ya comenzado hacía unos veinticinco años, poniendo en manos del alumno un libro de lectura en vez de la Gramática. El 17 de enero de 1913, don Manuel G. Revilla leyó en la junta de profesores de la Escuela Nacional Preparatoria de Méjico un discurso con el título *La gramática y la alquimia*, que, según los resúmenes de la *Revista de la Facultad de Letras y Ciencias* de la Universidad de la Habana (julio de 1913 y julio de 1914), obedece a las mismas tendencias que la conferencia mía. ¡Ojalá pronto se abran camino en todos los países de habla castellana, en beneficio del aprendizaje práctico de la lengua y del estudio científico de su gramática! (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*)

SD40:

Haré con frecuencia referencias al uso familiar y vulgar del castellano en Chile, no para criticarlo, pues esa no es tarea de la gramática científica, sino para registrarlo. Una lengua literaria, hablada en tan dilatados territorios como la castellana, no puede ser completamente uniforme en todas partes. Lo que necesitamos, ante todo, es saber cuál es el uso efectivo del lenguaje familiar, tanto de la gente culta como del pueblo de poco o ninguna cultura literaria, no sólo con respecto al vocabulario (que es lo que más varía), sino también con respecto a la gramática. Sólo cuando conozcamos bien el lenguaje natural y vivo de todos los países castellanos, podremos escribir la gramática preceptiva del estilo literario sin miedo a incurrir en recomendaciones prácticas utópicas. Es de esperar que, con el progreso de los estudios filológicos en los países españoles, se dediquen los profesores también a esta tarea. Me daría por satisfecho si mis exposiciones los hicieran reflexionar sobre los fenómenos del lenguaje, para que no sigan enseñando la gramática mecánicamente, como se hace a menudo, sino que traten de hacer comprender a sus alumnos cuál es el mecanismo del pensamiento castellano. (LENZ, 1925 [1920] - *La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana*)

A sequência SD37 se encontra na nota de rodapé³² do prólogo da gramática de Ruiz Morote, de 1880. Critica-se também a RAE e sua Ortografia e, ao final, observa-se a relação entre língua e Estado, entre a Real Academia e o Estado, no

³² Zoppi Fontana (1991), em seu artigo "Os sentidos marginais", aponta que "a localização marginal das notas, seu funcionamento de dizer o já dito, fazem com que sua aparição seja aceita espontaneamente, como se o lugar de sua inserção e o fato mesmo de sua existência fossem logramente necessários e, portanto, inevitáveis, é como se determinados pontos do texto estivessem 'naturalmente destinados' a se prolongarem através do comentário. Mas essa 'naturalidade' não é mais do que um efeito de sentido produzido pelo funcionamento mesmo das notas." (ZOPPI FONTANA, 1991, p. 50).

caso, a Espanha, ao afirmar que se fizessem uma reforma, os indivíduos da RAE imortalizariam seus nomes e o do jovem Monarca. Como se estivesse em uma competição, diz que dessa maneira não daria lugar a que a glória de reformar a ortografia a arrebatassem os americanos, os quais, como comentado anteriormente, já tinham implementado propostas de reformas ortográficas na década de 1840. A capacidade dos americanos de tirarem a glória da Espanha desloca a imagem de subordinação da América que se tinha até o momento e a própria imagem da Espanha que, nas sequências relacionadas com a memória colonial, era a detentora das glórias e das conquistas. Entretanto, esses temas se encontram em uma nota de rodapé, o que poderia produzir, como efeito de sentido, que falar sobre a América Hispânica só seria possível se fosse à margem do texto ou que o lugar da crítica a outros discursos ficaria circunscrito a esse lugar marginal do texto, como diz Zoppi Fontana (1991).

Na sequência do prólogo de 1885, da gramática de Díaz-Rubio y Carmena, SD38, é interessante observar a estrutura utilizada para designar os idiomas na Europa e na América e relacioná-la com a língua espanhola. Fala-se espanhol tanto na Europa quanto na América. Se considerarmos a forma como está escrito no prólogo, teríamos o espanhol como um idioma *en Europa* e um idioma *americano*. Teríamos, então, aparentemente, o início de um reconhecimento de um espanhol diferente do europeu e a existência de um (ou mais) espanhol americano, próprio da América. Isto e a presença de uma reforma ortográfica na América Hispânica, sem passar primeiro pela *Real Academia Española*, como comentado anteriormente, poderiam estar mostrando possíveis deslocamentos e resistências por parte dos hispano-americanos contrários a essas imagens –que se repetem e se atualizam– de colônia e subordinação.

Em SD39, comenta-se sobre uma reforma no ensino da língua. O interessante deste fragmento é perceber que acontecimentos e encontros educativos importantes ocorriam na América, mas que geralmente nada era comentado nos prólogos das demais gramáticas. No prólogo deste *Estudios de gramática general*, por exemplo, Menéndez Pidal escreve que está presente a forma de ensino da língua no Chile, dando a entender que na Espanha poderia ser diferente. Na sequência exposta, presente na introdução escrita por Lenz, percebe-se que *en otros países* isso também acontecia, mas em outros países da América. Além disso, diz que essa reforma no ensino já havia começado há, pelo menos, 25

anos. Ou seja, já havia essa diferença com a Espanha na época da independência das colônias. Isto, no entanto, é escrito na introdução pelo autor, Lenz, que vivia no Chile. No prólogo, escrito pelo espanhol Menéndez Pidal, há um silenciamento dessa reforma que já havia começado no Chile, como foi dito, há 25 anos, e que agora estava se alastrando para outros países hispano-americanos.

É, também, a primeira vez que citam universidades dos países da América Hispânica, os encontros ocorridos em que discutiam temas sobre ensino da gramática e uma revista sem ser a de Filologia Espanhola. Ou seja, todos temas que não foram muito citados nos prólogos que analisamos. Observa-se uma certa diferença em relação aos temas tratados nessa introdução e em outros prólogos, mas, como dissemos, Rodolfo Lenz vivia no Chile há anos, ou seja, em um contexto sócio-histórico diferente do da maioria, e a gramática era, a princípio, destinada aos chilenos. Ao final da sequência, Lenz espera que esse novo tipo de aprendizagem ocorra em todos os países de fala castelhana. É um desejo e não há como prever o futuro, mas, se conseguisse realizá-lo, aconteceria o caminho contrário feito até então: algo da América influenciaria na/a Espanha.

Por último, em SD40, retoma-se a menção ao espanhol do Chile. Diz que não haverá críticas ao uso familiar e vulgar do *castellano* no Chile e que ele apenas será registrado, pois essa é a tarefa da gramática científica. No entanto, se fosse gramática preceptiva, mais voltada para o estilo literário, esse uso seria criticado, como normalmente é.

Além disso, designa-se a língua castelhana como língua literária e se reconhece que, por ser falada em tão *dilatados territorios*, não poderia ser uniforme em todas as partes. No entanto, a forma considerada natural e viva da língua é a linguagem familiar e vulgar, admitindo-se, portanto, que a literária é uma forma criada, que se aprende. Observa-se, ainda, uma diferença ao comentar sobre a forma de falar no Chile, se comparada com a de Menéndez Pidal, quem escreveu o prólogo. Embora diga que a linguagem familiar e vulgar do Chile é para ser criticada em uma gramática preceptiva, menciona-se que inclusive as pessoas cultas usam essa linguagem familiar.

Nota-se aqui uma pequena diferença no momento de apresentar o que seria o espanhol do Chile, mas a presença de “*países castellanos/españoles*”, como analisamos anteriormente, ainda mostra uma relação de subordinação da América em relação à Espanha, retomando a memória colonial e a questão linguística

também, uma vez que se a *língua castellana* é a língua literária e a gramática também o é, sabe-se que nessa época, considerando o contexto sócio-histórico, essa língua, e a gramática, ainda eram baseadas na variante do centro-norte da Espanha. Seria o cientificismo começando a se instaurar nas gramáticas de língua espanhola? Fica a pergunta.

4.4 “Somos todos um” – panhispanismo e seu efeito de unidade

Após a observação de algumas tentativas de construção de uma imagem mais unida entre Espanha e América Hispânica e um prólogo no qual, pela primeira vez em nosso *corpus*, houve a menção de estudos linguísticos realizados na América, os seguintes prólogos produziram outros efeitos de sentido e uma imagem entre Espanha e América de “somos todos um”. Ou seja, de retorno à unidade, seja com relação ao tratamento entre os países ou com relação à questão linguística. Nas sequências discursivas a seguir, os recortes foram feitos considerando as designações utilizadas para os falantes de língua espanhola:

SD41:

El manual que presentamos facilita esta doble tarea, porque inicia al hablante en el conocimiento reflexivo del uso y de la norma y porque asegura la autonomía de expresión, en el plano gramatical, mediante la explicación y el análisis de las principales reglas de funcionamiento del sistema lingüístico. (SARMIENTO Y SÁNCHEZ, 1989 - Gramática básica del español)

SD42:

Las construcciones gramaticales poseen forma, sentido e historia; unas son comunes a todos los hispanohablantes y otras están restringidas a una comunidad o a una época. Pero, además, las construcciones gramaticales poseen prestigio o carecen de él; se asocian con los discursos formales o con el habla coloquial; corresponden a la lengua oral, a la escrita o son comunes a ambas; forman parte de la lengua estándar o están limitadas a cierto tipo de discursos, sea el científico o el periodístico, sea el lenguaje de los niños o el de los poetas. (RAE; ASALE, 2009 - Nueva gramática de la lengua española)

SD43:

Entre los objetivos de las gramáticas académicas está el de intentar contribuir a que los hablantes ejerciten la reflexión sobre su propia lengua presentándoles los instrumentos con los que esa reflexión se lleva a cabo

en ámbitos más profesionales. Ahora que están ya lejanos aquellos tiempos en los que los contenidos gramaticales se memorizaban y se recitaban como los preceptos de los catecismos es cuando más sentido tiene llamar la atención sobre la necesidad de que se revitalice la reflexión sobre el idioma y el interés por el lenguaje mismo como patrimonio individual y colectivo. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD44:

[...] Por otro lado, las recomendaciones se hacen con el propósito, igualmente declarado, de llamar la atención de los hablantes sobre la lengua que usan, que les pertenece y que deben cuidar. En uno y otro caso, las recomendaciones normativas tratan de representar juicios de valor que traslucen el consenso implícito existente sobre un sistema compartido por muchos millones de hablantes. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

Observa-se que na SD41, do prólogo de 1989, de Sarmiento y Sánchez, há o uso de um termo mais geral para se referir às pessoas que falam uma determinada língua: *hablante*, no qual poderiam estar incluídos os falantes tanto da América Hispânica quanto da Espanha, mas, diferentemente do recorte do prólogo de 1974[2], de Martín Alonso, não há a necessidade de especificar essa divisão, o que reforçaria a imagem do “somos todos um” e a necessidade de unidade que começa a ser mais desenvolvida neste período.

Comenta-se, na SD42, a questão de haver partes da língua que seriam, em um imaginário de totalidade, comuns a todos os hispano-falantes, isto é, um espanhol comum e compartilhado, e outras partes da língua que não, que estariam restritas a uma comunidade, que significariam o diferente, as particularidades, as opções. O uso de *hispanohablantes* englobaria os falantes da língua espanhola, não importando o território. Isso criaria, como o anterior, uma imagem de unidade que é reforçada pela ideia que se defende na política pan-hispânica de “diversidade na unidade”. Ou seja, há, como dissemos, as particularidades, a diversidade linguística, mas há a unidade, o espanhol comum, que permite a comunicação.

Utiliza-se, também, o termo *lengua estándar* e, segundo o dicionário da RAE³³, considerado oficial, *estándar* seria “*que sirve como tipo, modelo, norma, patrón o referencia*”. A utilização deste adjetivo contradiz a ideia defendida no prólogo de que não há um modelo pan-hispânico, não havendo, portanto, um modelo a ser seguido, pois se há uma *lengua estándar*, há uma língua que serve de modelo, de norma e de referência.

³³ Fonte: <https://dle.rae.es/?id=GltBvT9>

E, com base em nossas análises, podemos supor que seja a língua falada no centro-norte da Espanha.

Na sequência SD43, do prólogo da RAE e ASALE, 20 anos depois da publicação da de 1989, utiliza-se a mesma designação, *hablantes* e um dos mesmos objetivos da gramática: que exercitem a reflexão sobre sua própria língua. Logo, não seria para estrangeiros e o termo *hablantes* estaria se referindo aos que possuem o espanhol como língua materna. Um dos objetivos também é chamar a atenção sobre a necessidade de que se revitalize a reflexão sobre o idioma e o interesse pela linguagem como patrimônio individual e coletivo. Designar a língua como patrimônio auxilia a construir a imagem de algo que tem que cuidado e protegido.

Na sequência seguinte, SD44, da mesma gramática publicada pela RAE e ASALE, repete-se a designação *hablantes* e há a repetição, também, da construção de uma imagem da língua como patrimônio, que precisa ser “protegida”, mas não explicita do quê, quando diz que o objetivo é chamar a atenção dos falantes para a língua que lhes pertence e que devem cuidar. Portanto, deixa a entender que há uma forma de não cuidar da língua que deve ser evitada. Ao explicar a informação normativa, ou seja, a norma, apresenta-se o que está exposto como *recomendaciones*. Isso produz um efeito de sentido como se o que estivesse ali fosse algo que pudesse ser usado ou não, indo contra os princípios de uma gramática acadêmica, normativa e que prescreve, mas talvez já sendo fisgada pelas ideias promovidas pela sociolinguística.

A sociolinguística, nessa direção de sentidos, teve um papel importante, pois, a partir de seus estudos, ampliou-se a necessidade de se discutir as questões de variação na língua ao defender que “el uso de la lengua es siempre social y está circunscrito a un contexto, y [...] es variable en correlación con factores lingüísticos y extralingüísticos [...]” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 137). Santos (2015) retoma Ducrot e Todorov (2010), que definem a Sociolinguística como “um conjunto de proposições e pesquisas, de perspectivas variadas, cujo cerne é a relação entre a linguagem, de um lado, e sociedade, do outro” (SANTOS, 2015, p. 92). Ainda segundo Santos (2015), a Sociolinguística estuda a língua tratando os fenômenos sociais como contextuais, sendo a língua um reflexo das estruturas sociais e, portanto, diretamente observável por meio da análise de dados empíricos que comprovariam essa relação língua e sociedade (ORLANDI, 2013, p. 49 *apud* SANTOS, 2015, p. 105). Campos de estudo que, ao pesquisarem a língua, tratam do

social como contextual, e não constitutivo, são o que Pêcheux e Gadet (2011) chamam de sociologismo (SANTOS, 2015, p. 94) e que, geralmente, mantêm “a discussão sobre os fatos linguísticos num debate circular que é recoberto pela ideologia do Estado” (SANTOS, 2015, p. 97). Sobre esse tema tem-se que:

O sociologismo e o seu oposto, o *logicismo*, constituem, para Pêcheux e Gadet (2011), as vias a partir das quais a linguística tem se desenvolvido desde sua pré-história. Um desenvolvimento que torna a história da linguística marcada por uma espécie de luta entre as vias citadas. Assim, de múltiplas e diferentes maneiras, na história da linguística, o conhecimento da linguagem a partir das teorias linguísticas oscila pendularmente entre o logicismo que autonomiza a língua, e o sociologismo que põe a língua na dependência do indivíduo e da situação de uso. Este é um confronto circular que restringe o próprio da língua a um debate infundável o qual, sustentado pelo seu caráter de cientificidade, não permite atravessar as ideologias que recobrem os posicionamentos teóricos em confronto. (cf. PÊCHEUX, GADET, 2011; ORLANDI, 1999) (SANTOS, 2015, p. 94).

Dessa forma, como será visto em nossas análises, parece haver, primeiramente, uma sobreposição do logicismo para, a partir da segunda metade do século XX, haver uma sobreposição do sociologismo. No entanto, há “uma espécie de luta” entre as duas vias, uma vez que haverá vestígios de saberes dos horizontes de retrospecto e projeção na materialidade linguística.

Segundo Santos (2015), como a Sociolinguística retoma questões estudadas há muitos séculos sobre variação e mudança na língua, mas com um novo aporte teórico-metodológico próprio e detalhado, ela vai “se configurar no desenvolvimento da Linguística atual como um dos campos de atualização da via sociologista” (SANTOS, 2015, p. 95). Como as formas de saber anteriores não observavam a diversidade da mesma maneira, os novos estudos, por sua vez, alteraram a suposta centralidade de línguas e de questões linguísticas, deixando mais evidentes questões paradoxais para quem ainda as defendia.

Essa mudança nos estudos das ciências da linguagem faz com que haja um maior reconhecimento das variedades na língua, embora, como também diz Chaves-Ferreira (2009, p. 125), “já estivesse presente nas primeiras noções através da dicotomia *bom uso* versus *mau uso*. Atribuem-se, entretanto, marcas de desprestígio em relação ao mau uso, ao uso incorreto, por contrariarem a *normal culta*”. Com a sociolinguística dos anos 1960, há o conceito de variação linguística, especialmente com Labov (TRASK, 2004 *apud* CHAVES-FERREIRA, 2009, p. 126), na qual a concepção de norma está relacionada com a de variação. Chaves-Ferreira (2009, p.

126), no entanto, cita Corbeil (2001, p. 201) que aponta “um paradoxo na incorporação da variação às línguas de grande difusão: ‘integrar a variação sempre respeitando uma norma unificadora’” (CHAVES-FERREIRA, 2009, p. 126). Como salienta a autora, e como vimos e ainda veremos em nossas análises, essa tentativa de considerar a variação ao mesmo tempo em que se contempla uma unidade (imaginária), faz parte de uma política linguística da *Real Academia Española* e, posteriormente, também da *Asociación de Academias de la Lengua Española*, que direciona suas ações e produções de instrumentos linguísticos

Ainda sobre a sequência discursiva SD44, produz-se uma imagem de que o que está na gramática simplesmente aconteceu, foi natural e não foi imposto por ninguém: as normas representam juízos de valor, julgamentos subjetivos, que mostram um consenso implícito, e de unidade, existente sobre um sistema compartilhado por muitos milhões de falantes. Em outras palavras, silencia a existência da imposição das gramáticas espanholas e das discussões ocasionadas por isso. Como nos lembra Dias (2007),

As gramáticas modernas vão se desvencilhando aos poucos dessa imagem de gramática como manual para consulta, muito arraigada nas gramáticas tradicionais. Elas já não trazem instruções quanto ao emprego ‘correto’ [...], há um esvaecimento da injunção à normatividade nas gramáticas modernas. A perda desse caráter doutrinário frente às variações do dizer [no entanto] não liberta a gramática moderna da demanda de gestão das diferenças. (DIAS, 2007, p. 186-187).

Novamente, a questão de a língua ser um sistema compartilhado é reforçada e, mesmo que seja utilizada por milhões de falantes, mantém-se uma unidade. O número de falantes de espanhol e a sua importância costumava estar presente nos prólogos e nas discussões. No entanto, no século XXI, a Espanha e as empresas espanholas, principalmente, tiveram e continuam tendo, uma grande campanha para isso, no sentido de que há uma intensa repetição em seus discursos sobre o número de falantes no mundo que falam espanhol etc. Em outras palavras, aparentemente, esse tema parece possuir uma importância grande para o país.

Nas duas sequências a seguir, a forma de designação foi mais ampla e, a princípio, os falantes de língua espanhola estariam incluídos em um grupo maior de falantes:

SD45:

Ya no sería gramática el resultado de reducir la exposición de los hechos a un seco repertorio de usos correctos e incorrectos, sin dar ninguna explicación, como el viejísimo Appendix Probi. Y ya sabemos los hablantes neolatinos el brillante éxito práctico de los esfuerzos normativos del Pseudoprobo: casi todo lo que condenaba ha triunfado en los romances. Conviene así que el normativismo se forre de escéptica cautela. (ALARCOS LLORACH, 1994[2] - *Gramática de la lengua española*).

SD46:

[...] la RAE y la Asociación de Academias han acordado elaborar varias versiones de la presente obra. Además de esta, considerada de referencia, se publicará un Manual que la compendia sustancialmente con propósito divulgativo, por lo que su consulta no presupondrá conocimientos especializados de gramática. Por último, se preparará también una edición básica o esencial, pensada para el gran público y fácilmente adaptable al ámbito escolar, en la que se presentarán de modo simplificado los conceptos fundamentales. Se ha entendido, en suma, que la mejor forma de que la gramática académica llegue a todos —El español de todo el mundo es su lema de presentación— es construir distintas versiones del texto y adaptarlas a los más variados destinatarios. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Menciona-se na sequência SD45 o *Appendix Probi*, texto do século IV, que apresentava os erros mais comuns no latim da época e sua forma correta, com o objetivo de afirmar que não será como ele, pois isso não é gramática. Utiliza-se a ironia para dizer que essa metodologia não funciona, já que o resultado foi que quase tudo o que o *Appendix Probi* condenava, triunfou na língua. Ao utilizar a designação *hablantes neolatinos*, reforça-se a ideia do “somos todos um”, de unidade, pois não há uma separação entre Espanha e América Hispânica, apesar de significar também falantes de francês, italiano etc.

A sequência SD46, da gramática da RAE e ASALE, diz respeito aos destinatários da gramática. Chamamos a atenção para a separação da RAE e da *Asociación de Academias* como se ela não fizesse parte dessa *Asociación* e funcionasse como uma entidade a parte, com igual (ou maior) autoridade e poder. Porém, a RAE é apenas a Espanha e a *Asociación* são os demais países da América Hispânica, o que poderia significar a permanência da RAE e da Espanha como superiores nessa relação e nessa questão, e uma volta da imagem de “somos diferentes”. Esta questão, no entanto, será comentada mais adiante.

Em seguida, explica-se que haverá várias versões dessa obra porque se entendeu que a melhor forma de que a gramática acadêmica chegue a todos –o espanhol de todo o mundo é seu lema de apresentação– é construir distintas

versões do texto e adaptá-las aos mais variados destinatários. Há uma ilusão de completude ao acreditar que a gramática poderá chegar a todos, ou seja, a todas as pessoas, e cabe-nos perguntar: quem seria esse todos? Nativos? Ou estrangeiros também estão incluídos? Para que chegue aos mais variados destinatários, para que todos possam entendê-la, haverá, portanto, adaptações, para, por exemplo, crianças e adultos de pouca instrução. Dessa forma, farão adaptações e versões de texto, e selecionarão o que uns deverão saber e outros não. Seu lema da apresentação é *El español de todo el mundo*, ou seja, poderíamos interpretar como de todas as pessoas, não importa a idade, o país, o sexo etc.

Considerando a utilização de termos mais abrangentes e o aumento e divulgação do espanhol como língua estrangeira, as três sequências a seguir fazem referência a esse falante não nativo:

SD47:

Por todo ello, esta obra es recomendable y útil para los estudiantes de español como lengua extranjera que hayan superado los niveles iniciales; para los estudiantes nativos del primer ciclo universitario que han de consolidar sus conocimientos gramaticales y profundizar en el análisis del uso idiomático; para los profesionales que deseen tener al alcance de la mano un libro de consulta para confirmar alguna regla, verificar alguna forma o revisar metodológicamente algún tema. (SARMIENTO Y SÁNCHEZ, 1989 - Gramática básica del español).

SD48:

Y tanto allá como aquí, las consecuencias de este libro tendrán que notarse espectacularmente en las aulas, en la enseñanza del idioma a propios y a extraños, y en los manuales de gramática. Va a ser muy grande, imagino, el beneficio que ella va a recibir la que está preparando la Academia. Estamos ante una obra de previsible efectos muy importantes: nuestra filología está anticipando, antes de salir del novecientos, un siglo nuevo evidentemente - en esto- mejor. (BOSQUE; DEMONTE, 1999 - Gramática descriptiva de la lengua española).

SD49:

Comencé a trabajar en el proyecto a principios de 1985. Mi propósito consistía en exponer los rasgos de la gramática del español que se descubren en los actos orales y escritos de los usuarios de la lengua en este siglo XX. (ALARCOS LLORACH, 1994[2] - Gramática de la lengua española).

Ao citar a quem se dirige a obra, menciona-se *estudiantes nativos*, novamente englobando tanto América quanto Espanha, sem diferenciá-las, além de uma imagem de quem fala a língua. É o primeiro prólogo, cronologicamente, no qual não há essa separação tão explícita na escrita, reforçando essa tendência à unidade. A

menção aos estudantes *nativos* poderia ser para contrapor aos *estudiantes de español como lengua extranjera*, até então não mencionados explicitamente, para quem também é recomendável a gramática. Diferentemente do que vimos em alguns prólogos anteriores, há um deslocamento do sentido de *extranjera*, pois este não se refere mais à Hispano-américa ou à sua língua.

Em SD48, a utilização dos advérbios *allá* e *aquí* marcaria uma separação e a territorialidade América e Espanha, respectivamente, e mostraria que o prólogo foi feito na Espanha. Há um comentário sobre a utilização da gramática nas salas de aula e, conseqüentemente, uma retomada da importância do ensino da língua nestas instituições como forma de divulgação de determinadas ideologias e políticas linguísticas. Essa gramática serviria tanto para nativos quanto para estrangeiros. É a primeira vez que se utiliza, em nosso *corpus*, a designação *proprios* e *extraños* para ambos, respectivamente. Nesta designação haveria a imagem de “somos todos um”, de unidade, já que se subentende que hispano-americanos e espanhóis estariam juntos em *proprios*, mas os advérbios mencionados (*allá*, *aquí*) e o que comentaremos a seguir, ainda a colocam como uma imagem de “somos diferentes”, de distanciamento.

Nesta época, a RAE, citada como *la Academia* apenas, estava preparando a *Nueva gramática* junto com as demais Academias da *Asociación*. O autor deste prólogo comenta que esta gramática que está sendo preparada pela *Academia* (RAE) poderá se beneficiar desta de 1999, organizada por Bosque e Demonte. Além de ser uma responsabilidade dizê-lo, parece que a gramática era apenas da RAE, sendo que era feita por ela e pelas 21 Academias da *Asociación*, fato que não foi mencionado. Relembramos que o autor do prólogo fez parte da RAE.

Com isso, ao dizer *nuestra filología*, entende-se que é a filologia espanhola, da Espanha. O pronome possessivo, comum em textos espanhóis, parece marcar uma determinação. Poderíamos dizer, então, que a obra foi pensada prioritariamente na Espanha, na RAE, no espanhol da Espanha, nos estudos feitos na Espanha: seria a continuação da prioridade e superioridade da Espanha no âmbito gramatical hispânico.

A temporalidade aqui é, principalmente, o futuro, visto sempre como melhor. Ele não é vulnerável, como dito antes. Depois, comentou-se que os estudos a partir desta gramática vão melhorar e desenvolver a Espanha e a América e que, agora,

esta obra faz parte de uma filologia que está antecipando um século novo evidentemente –nisto– melhor.

A sequência SD49 corresponde ao prólogo de 1994, da gramática de Alarcos Llorach. O propósito, então, consistia em expor as características da gramática que há nos atos orais e escritos dos usuários da língua no século XX. Pela primeira vez, são citados e considerados também os *actos orales* em uma gramática. Além disso, ao utilizar o termo *usuarios* da língua, pode-se englobar tanto espanhóis quanto hispano-americanos, inclusive estrangeiros, mas sem separá-los, reforçando essa imagem de “somos todos um”, de unidade, e, também, de um número maior de falantes de espanhol no mundo com a consideração daqueles que o falam como língua estrangeira. No entanto, para Orlandi (2012b),

[s]e com o Estado/Nação as noções que mobilizamos é de língua oficial, língua nacional e cidadania, hoje, na nova forma social, falamos em “usuários” [...] de uma língua em que apenas resultados imediatos entram em questão” (ORLANDI, 2012b, p. 15-16).

Segundo a autora, não haveria filiações de memória nem inscrição de sujeitos, “apenas ‘usos’ momentâneos” (ORLANDI, 2012b, p. 16). Observa-se com isso, também, os estudos com o foco na linguística baseada no uso.

Ademais da imagem do falante da língua que foi atualizada para essa nova imagem de unidade de “somos todos um”, as designações utilizadas para nomear a língua seja ela como um todo, como apenas a falada na América Hispânica ou na Espanha, também foram importantes para depreender a relação linguística entre os países e entre eles mesmos. Vejamos as sequências a seguir:

SD50:

Como indica el título, es una gramática básica, porque describe los principios idiomáticos que rigen el uso y porque ofrece una explicación clara y concisa de los mismos a través de breves y sencillas reglas fundamentadas en numerosos ejemplos. Y es una gramática orientada hacia el uso porque se analiza la lengua española actual y se dejan de lado usos anticuados y sin vigencia en la lengua de nuestros días. Pero también es una gramática necesariamente atenta a la norma lingüística que permite a los hispanohablantes comunicarse y entenderse más allá de las peculiaridades dialectales. (SARMIENTO Y SÁNCHEZ, 1989 - *Gramática básica del español*).

SD51:

Hoy día concurren normas cultas diversas en los vastos territorios donde se practica el español como lengua materna. Ya no es posible sostener, como

un siglo atrás hacía Leopoldo Alas, que los peninsulares somos los amos del idioma; más bien, según propugnaba don Ramón Menéndez Pidal, debemos ser solo sus servidores. Se comprende y hasta se justifica que cada uno encuentre más eficaz y precisa la norma idiomática a cuya sombra ha nacido y se ha formado; pero ello no implica rechazo o condena de otras normas tan respetables como la propia. La Academia, con mutaciones varias a lo largo de sus casi tres siglos de vida, ha defendido criterios de corrección basados en el uso de los varones más doctos, según decía Nebrija. El redactor ha procurado la imparcialidad en los casos de conflictos normativos, si bien se reflejan a veces sus preferencias personales. (ALARCOS LLORACH, 1994[2] - Gramática de la lengua española).

SD52:

Se presentan las dos normas más comunes del sistema fonológico de hoy: la del sistema centronorteño peninsular y la del americano o atlántico, y se señalan las variantes más aceptadas. (ALARCOS LLORACH, 1994[2] - Gramática de la lengua española).

SD53:

La norma se presenta en tres dimensiones: la histórica, la geográfica y la social. En el caso del español, ya hemos señalado que la norma que se sigue en esta gramática desde el punto de vista histórico es la de la lengua moderna: nos interesa la realidad de finales del siglo XX. [...] Desde el punto de vista geográfico, dado el origen de los autores, la base normativa es el español peninsular, si bien hay que precisar, inmediatamente, que no se trata de que ninguno de los tres considere que "se habla mejor" en un lugar determinado, ni dentro ni fuera de España. Hablar bien una lengua, incluida la propia, es el resultado de una conjunción de factores, predominantemente culturales e intelectuales, sociales en sentido amplio, en ninguna manera geográficos. Nacer en un sitio no hace que se hable mejor, nacer en un medio socio-cultural favorecido, sí. [...] Las referencias al español extrapeninsular, que existen, se limitan a puntos muy concretos y no tienen ninguna pretensión de exhaustividad, como tampoco la tienen las referencias a variantes regionales o dialectales dentro de la Península Ibérica. Otra cosa habría sido multiplicar por mucho las páginas de este manual. "Hablan bien" las personas que lo hacen con propiedad y cuidado, eligiendo vocablos y construcciones que expresen acertadamente el sentido de lo que quieren decir, de modo que su interlocutor comprenda el significado, independientemente del acento regional, local o dialectal. [...] El español del futuro, o es americano o no será; pero sólo será americano si se mantiene común. A esa idea debemos sumarnos los estudiosos desde cualquier lado del Atlántico. (MARCOS MARÍN; SATORRE GRAU; VIEJO SÁNCHEZ, 1998 - Gramática española).

SD54:

INTRODUCCIÓN

Aunque el trabajo individual haya sido siempre una nota característica de la investigación humanística y haya adquirido quizá especial dimensión en el ámbito hispánico, en nuestro tiempo resulta ya imposible que un solo gramático intente describir de manera pormenorizada y exhaustiva la gramática de cualquier idioma. Como es bien sabido, el único autor que intentó construir una gramática comprensiva en la tradición gramatical española fue Salvador Fernández Ramírez. [...] (BOSQUE; DEMONTE, 1999 - Gramática descriptiva de la lengua española).

SD55:

Tampoco es sencillo dar respuesta a las muy diversas cuestiones normativas que se suscitan en una gramática académica. Son dos los criterios fundamentales que han guiado el trabajo de las Academias en lo relativo a este punto. El primero y más importante es la asunción del principio de que la norma tiene hoy carácter policéntrico. La muy notable cohesión lingüística del español es compatible con el hecho de que la valoración social de algunas construcciones pueda no coincidir en áreas lingüísticas diferentes. No es posible presentar el español de un país o de una comunidad como modelo panhispánico de lengua. Tiene, por el contrario, más sentido describir pormenorizadamente las numerosas estructuras que son compartidas por la mayor parte de los hispanohablantes, precisando su forma, su significado y su estimación social, y mostrar separadas las opciones particulares que pueden proceder de alguna variante, sea del español americano o del europeo. Cuando estas opciones resultan comunes, y hasta ejemplares, en áreas lingüísticas específicas, deben ser descritas como tales. Obrar de este modo no solo no pone en peligro la unidad del español, sino que contribuye más bien a fortalecerla, y ayuda a comprender su distribución geográfica de forma más cabal. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD56:

Por otra parte, el resultado de los planteamientos teóricos generales se muestra enriquecido por la extraordinaria cantidad de datos de todas las hablas hispánicas, los cuales se integran armónicamente en una visión de la variación actual de la lengua española. Para la obtención de estos datos, fuente imprescindible para el análisis espectrográfico y para las muestras de habla que pueden escucharse en el DVD, se ha procedido a una selección rigurosa de informantes, titulados universitarios procedentes de las capitales de todos los países del mundo hispánico. Tras analizar las grabaciones libres en vídeo de una selección de mujeres y hombres representativos del habla culta de cada país, se eligió a los que resultaron más adecuados como informantes con vistas a obtener los materiales necesarios. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Na sequência SD50, da gramática de Sarmiento e Sánchez, de 1989, ao dizer que analisa a língua espanhola atual e deixa de lado os usos antiquados e sem vigência, podemos retomar, para contrastar, a gramática de 1974, de Marcos Marín, que, segundo vimos na SD26, lutava para que determinados tempos verbais não desaparecessem. Nota-se uma diferença que parece começar a ganhar espaço na tradição gramatical: as gramáticas orientadas *hacia el uso* que usavam como base *la lengua de nuestros días*.

No entanto, não fica claro qual uso descreve e se se baseia no uso de algum país para poder descrever. Ao dizer que descreve *los principios [...] que rigen el uso*, parece que há apenas um *uso* (um uso aleatório que não marcaria a divisão da e na língua) e que esses princípios seriam intrínsecos a ele. Além disso, essa suposta presença de apenas um uso é retomada ao final quando diz que é uma gramática

atenta a la norma lingüística que permite a los hispanohablantes comunicarse y entenderse más allá de las peculiaridades dialectales. Em outras palavras, sem essa norma lingüística os hispanohablantes, mantendo a não separação dos falantes e uma imagem de unidade, provavelmente não se entenderiam se se encontrassem com pessoas que não falassem seu “dialeto”. Provavelmente, é de ideias como essas que vinham as preocupações e conclusões de que o espanhol se fragmentaria e que poderia acabar algum dia. Há, portanto, a construção de uma imagem de um “espanhol neutro”, que seria comum a todos, com as mesmas regras e normas capazes de serem colocadas em uma gramática que, por sua vez, permitiria a comunicação e o entendimento entre os falantes. Para além disso, são consideradas peculiaridades dialetais, ou seja, são assim designadas todas as demais variantes da língua e tudo o que se distanciasse desse “espanhol neutro”, esse espanhol “comum”. Apagam-se, assim, os embates e tensões em relação à disputa de sentidos.

Observa-se uma contradição ao dizer que se descreve o uso, que é sem norma, sob regras e com base em uma norma linguística. Todos os falantes falam a mesma língua, todos possuem peculiaridades dialetais, mas quando conversam, para que possam se entender, precisam considerar a norma linguística. Essa norma, no entanto, possivelmente será com base em uma língua que tem mais prestígio e que normalmente é, conforme estamos vendo, a do centro-norte da Espanha. Portanto, apesar dessa introdução à imagem de “somos todos um” e de unidade, a relação Espanha-América Hispânica, ainda ao menos no período próximo à 1989, continua desigual, tendendo mais para a Espanha.

Na sequência SD51, de 1994, da gramática de Alarcos Llorach, nota-se um deslocamento da imagem da língua, pois outras formas de dizer parecem ter uma maior aceitabilidade, desde que sejam em sua norma culta. Há, neste fragmento, o reconhecimento de diversas normas, assim como há *vastos territorios*. Com isso, poderíamos dizer que há uma “aceitação” da diversidade na unidade, inclusive porque neste contexto sócio-histórico (vide os estudos em sociolinguística e em outras teorias baseadas no uso), já seria praticamente impossível negar a diversidade idiomática. Há, inclusive, na sequência, duas expressões que causam essa comparação como um antes e um depois: quando diz que *hoy día* e *un siglo atrás* hoje concorrem normas cultas diversas nos vastos territórios onde se pratica o espanhol como língua materna, não sendo mais possível dizer, como há um século

se dizia, que os peninsulares *somos* os amos do idioma, melhor dizendo, *debemos* ser só seus servidores. Nesse sentido, há a negação de um imaginário fortemente construído, que podemos dizer que, ainda hoje, produz efeitos como os de que os peninsulares seriam *los amos del idioma*, os donos, os que podem e possuem autoridade para falar sobre ele. Entretanto, não se separa e nem são citadas Espanha ou América: apenas as englobam ao designá-las como *vastos territorios donde se practica el español como lengua materna*, mantendo a imagem de unidade. E admite-se, hoje, variedade, mas apenas entre as normas cultas dos países. Uma das maneiras de reforçar isto pode ter sido através da exposição de que a ideia de os peninsulares serem os amos do idioma, ou seja, mais parecido à imagem de distanciamento, é um pensamento antigo, de um século atrás. No entanto, naquele momento, se compreendia que cada um encontrava eficaz a norma idiomática que utilizava desde seu nascimento, mas que isso não implicava condenar outras normas tão respeitáveis como a própria. Contudo, ao utilizar as formas verbais *somos* e *debemos*, o sujeito-autor parece se incluir como peninsular.

Mais adiante, na mesma sequência, menciona-se a *Real Academia Española* apenas como *La Academia*, definindo a palavra *Academia* e produzindo um efeito de sentido de que somente ela existiria, embora existissem outras de língua espanhola. Ao dizer o que a RAE considerava correto, comenta-se, ao mesmo tempo, parte da tradição gramatical espanhola, o grande tempo de existência da instituição (*casi tres siglos de vida*), dando legitimidade e autoridade, o que também o faz, de alguma forma, ao citar Nebrija, primeiro “gramático” espanhol e ao dizer que a RAE usava como critério de correção os *varones más doctos*. Deste modo, produz-se, também, efeitos de sentido de uma continuação das ideias de Nebrija, (re)atualizadas, pela RAE, por meio de vestígios na relação com o horizonte de retrospectção. Sendo assim, apesar de, a princípio, a imagem parecer ser de uma relação entre a Espanha e os países da América Hispânica um pouco mais igualitária, nestas últimas linhas há uma retomada de aspectos da tradição gramatical espanhola, como houvesse necessidade de reforçá-lo, com o objetivo de mostrar essa diferença e de salvaguardar o lugar da Espanha na produção de saber metalinguístico. Ademais, também o faz, possivelmente, porque em seguida escreve-se que em casos de conflito normativo o redator tentou, imaginariamente, a imparcialidade.

A busca pela imparcialidade nos casos de conflito normativo poderia estar relacionada com a questão da cientificidade presente nas condições de produção

dos saberes da Sociolinguística, a qual buscava objetividade e imparcialidade, principalmente por meio da utilização de dados empíricos. No entanto, deixam-se pistas no fio discursivo da tradição da gramatização do espanhol da Espanha e, além disso, em seguida, diz-se que às vezes as decisões refletiram as preferências pessoais do redator da gramática, o que reforçaria a impossibilidade de uma total objetividade. Observam-se, portanto, as tensões que anteriormente comentamos nos discursos sobre este tema, que se alternam entre unidade e distanciamento, ainda que em determinadas épocas se sobressaia mais um do que o outro. Isto se deve, talvez, aos estudos, como o desenvolvimento da Linguística e, posteriormente, da Sociolinguística, que já não permitiriam afirmar determinadas questões, como, por exemplo, negar a existência da diversidade idiomática da língua espanhola, ou, talvez, pelas condições de produção promovidas pela mundialização (ORLANDI, 2014).

Na sequência SD52, há uma especificação de duas das normas idiomáticas comentadas na SD51, recorte do mesmo prólogo. Apesar de não separar no restante do texto, ao comentar sobre as normas mais comuns do sistema fonológico que serão apresentadas na gramática, comentam-se duas: a do sistema *centronorteño peninsular* e a do *americano o atlántico*, e se indicam as variantes mais aceitas dentro delas. Observa-se, ainda, uma relação de superioridade da Espanha e sua variante com relação à da América Hispânica, pois ao designar sistema *centronorteño peninsular* se refere ao sistema de apenas 1 país, mas designar como *americano o atlántico*, seria uma tentativa de englobar e se referir, no singular, ao sistema de vários países da América Hispânica. Além disso, o nome dado para o sistema parece não ter sido totalmente decidido: ou americano ou atlántico. Diz que serão indicadas as variantes mais aceitas, mas não diz como isso será feito e com base em quê, relacionando-a, novamente, com uma tendência à unidade na diversidade, havendo, ao mesmo tempo, um silenciamento de normas presentes na América, que foram reduzidas a apenas um único sistema americano. Apesar disso, é uma das poucas vezes em que se especifica que é a variante do sistema *centronorteño peninsular* e não apenas a variante da Espanha ou peninsular. Acreditamos ser importante especificar o lugar da variante, uma vez que há outras formas da mesma língua em um mesmo país e que não são iguais, como, por exemplo, o espanhol falado no sul da Espanha que não tinha, e podemos dizer que continua não tendo, o mesmo prestígio que o *centronorteño*.

A sequência do prólogo seguinte, SD53, de 1998, da gramática de Marcos Marín, Satorre Grau e Viejo Sánchez, separa a norma em três dimensões (histórica, geográfica e social), mas seria apenas uma forma de organizar o que já se comentava em prólogos anteriores. É interessante observar que há, nestas últimas sequências analisadas, uma marcação da temporalidade de qual “momento da língua” será observado na gramática. Neste caso, será a *lengua moderna*, de finais do século XX.

Apresentando como justificativa a origem dos autores, a base normativa desta gramática é o espanhol peninsular, que admite, portanto, a existência de um “não peninsular” que não seria considerado. No entanto, afirma-se, imediatamente, que isso não significa que acreditem que “se fala melhor” em um determinado lugar, nem dentro e nem fora da Espanha. Observa-se que parecem ser necessárias justificativas para a utilização de determinada norma, de determinado “espanhol” ou, pelo contrário, por que o não utilizou. Neste caso, poderíamos dizer que há uma memória da tradição gramatical na qual se utilizava o espanhol peninsular por acreditar ser o melhor, a melhor forma de falar. Por isso, poderia ser essa uma das razões que ocasionaram a justificativa apresentada. Além disso, considerando o ano de publicação da gramática, 1998, já não seria “permitido” dizer, nos discursos científicos, que havia um melhor espanhol, pois os estudos, principalmente os relacionados à sociolinguística e ao uso da língua, surgiam contra esse ideal, valorizando a diversidade idiomática. Sendo assim, segundo o fragmento, falar melhor ou pior estaria relacionado aos fatores culturais, intelectuais, sociais e não geográficos, havendo, portanto, aqui, uma filiação com as ideias sociolinguísticas e seus estudos sobre a língua e os fenômenos sociais em uma relação contextual.

Como a base normativa é o espanhol peninsular, o *español extrapeninsular* (*variantes regionales*) recebe poucas referências e volta a ter pouca participação, como vimos em prólogos anteriores, quase se igualando às línguas presentes na própria Península, colocadas na mesma sentença como pouco detentoras de referências também. A própria designação *extrapeninsular* só consideraria como ponto de referência a Espanha, não havendo, ainda, nenhuma menção direta à Hispano-américa ou a algo próprio dela no prólogo. Dessa forma, observa-se, aqui, uma retomada da desigualdade na relação entre Espanha e América, produzindo, como efeito, uma superioridade da Espanha e da sua língua. Apresenta-se como justificativa que se fossem inseridas mais referências a essas outras variantes

linguísticas, aumentar-se-ia muito o número de páginas, o que consideramos ser apenas uma desculpa, um argumento discriminatório e necessário como justificativa, devido ao que comentamos anteriormente de que nestes últimos prólogos parece haver um aumento nas justificativas para a não menção às ditas variantes linguísticas ou para sua pouca menção. Observamos, portanto, que uma das formas de se construir a valorização e a imagem de superioridade do espanhol da Espanha parece ser o silenciamento das variantes do espanhol na gramática.

Em seguida, explica-se o que seria *hablar bien* e se observa uma memória de prólogos de séculos anteriores devido à presença de palavras como *propiedad*, *cuidado* e *belleza* que retomam o modo como era a escrita daqueles que deveriam ser imitados. Dessa forma, podemos dizer que esse imaginário de língua ainda permanece. Repete-se, novamente, que a questão do *hablar bien* independe *del acento regional, local o dialectal*. A insistência neste tema, provavelmente, poderia se configurar como uma tentativa de fazer acreditar pela repetição, apesar de no prólogo haver uma imagem de superioridade da Espanha e da sua língua, como observamos anteriormente.

Designam-se, portanto, as outras formas de espanhol como *acento regional, local o dialectal* e o *hablar bien*, no caso, significaria o interlocutor entender o significado, independente do *acento* (sotaque regional, local ou dialetal). Interessante observar que só se utilizaram designações que se referem a regiões dentro de um mesmo país. Se pensássemos na América Hispânica, por exemplo, que é constituída por vários países, –embora seja provavelmente impossível ter um só sotaque em um mesmo país–, poderia ter usado, também, a designação *nacional*, uma vez que no prólogo houve separação de *peninsular X extrapeninsular, peninsular X americano*. Ao fazer essa separação, produz-se uma imagem de duas línguas diferentes e não de uma com suas variantes. Para que pudessem se entender, então, não poderiam usar termos específicos de uma região com alguém que não pertencesse à mesma região. Teriam, portanto, que utilizar o que se repetiu em alguns prólogos anteriores, que seria o “espanhol comum”, a “base comum”, que, imaginariamente, todos entenderiam. E esse “comum”, sabemos, segundo nossas análises, se aproxima mais à língua da Espanha, mantendo esta sua relação de superioridade.

Ao final, designa-se, pela primeira vez no prólogo, o espanhol da América Hispânica como *americano* e como possível *español del futuro*. Em geral, a

temporalidade presente nos prólogos corresponde à tradição gramatical, ou seja, ao passado ou ao presente, mas, neste caso, faz-se uma projeção: há um possível *español del futuro*, que será americano ou não será. Ou seja, a princípio, mudaria sua condição de inferioridade nessa relação com o espanhol da Espanha. No entanto, há uma adversativa que introduz uma condição. Só será americano se se mantêm comum. Deste modo, retoma-se essa ideia de um espanhol “comum” já comentada anteriormente. Com isso, há a construção de uma falsa ideia de que o espanhol americano ganhará lugar em um futuro, pois se ele se mantêm “comum”, não será apenas americano, será peninsular também. Consideramos o funcionamento da contradição que há em dizer que o espanhol do futuro será americano apenas se se mantêm comum, como uma tentativa de manutenção do espanhol da Espanha como “guia” para os demais países, apesar de uma aparente mudança inicial com relação ao horizonte de projeção.

A sequência SD54, diferentemente do prólogo da mesma gramática de 1999, é um recorte da *Introducción*, que foi escrita pelos organizadores, e também autores, da gramática, Bosque e Demonte. Há, novamente, dois momentos históricos da tradição gramatical separados temporalmente pelo o que era *siempre* (e se retoma a tradição gramatical) e o que é agora *en nuestro tiempo*, que, como vimos, este último parece ser algo marcado nos últimos prólogos.

Apesar de ter comentado que antes era uma característica no âmbito *hispánico*, adjetivo com um sentido mais amplo, que poderia englobar a América Hispânica e não só a Espanha, e por isso também reunimos este fragmento neste grupo, verifica-se que, além de que antigamente os instrumentos linguísticos, pelo menos os mais conhecidos e divulgados, eram espanhóis, ao final do fragmento, essa questão é retomada como *tradicón gramatical española*, adjetivo que se remete à Espanha e em seguida a um autor espanhol, *Salvador Fernández Ramírez*, sem nenhuma relação com a América Hispânica. Seria compreensível, no entanto, uma vez que estão mencionando fatos antigos e que, antigamente, o espanhol da região centro-norte da Espanha era explicitamente mais valorizado.

Entretanto, poderíamos supor, como já comentamos, que essa constante retomada do passado e da tradição espanhola poderia ser uma contínua recordação da legitimação do poder dos espanhóis nesse âmbito. Essa legitimação pode ser reforçada, por exemplo, se pensarmos que mesmo em 1999, quando foi publicada esta gramática, e existindo uma tradição gramatical também nos países da América

Hispânica, este fato não é citado, havendo um silenciamento possivelmente devido ao forte predomínio espanhol. Portanto, silencia-se para que outros efeitos de sentidos possam ser produzidos. Dessa forma, a Espanha permanece em seu lugar de poder e superioridade com relação à América na questão de decisões linguísticas, em uma relação desigual, que se assemelharia à uma imagem de “somos diferentes”, havendo uma retomada de uma imagem de distanciamento.

A sequência SD55 é um recorte da gramática de 2009, da RAE e da ASALE, e, por ser uma gramática acadêmica, justificaria tratar de questões normativas. Nesta parte, explicam-se os critérios utilizados para isso. Interessante notar, primeiro, que como comentará sobre coesão linguística e o trabalho realizado, utiliza-se *las Academias* para designar todas elas e não separa a RAE das demais, construindo uma imagem de algo realmente coeso, unido entre todas. No entanto, assim como dizem Celada, Costa e Brianezi (2015), “frente al ideal de igualdad proclamado por la reunión y autoría de ‘todas las Academias’, se organiza una desigualdad real, trazada sobre el cuerpo de la lengua” (CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015, p. 274), que poderá ser observada mais adiante no prólogo.

Com relação a essas questões normativas, são dois os critérios que guiaram o trabalho das Academias: *la norma tiene hoy carácter policéntrico*. Com a marcação da temporalidade, observa-se que se refere a um contexto mais atual e que há uma norma que, inclusive, é determinada com o artigo definido *la*. Não se especifica a norma, mas ter caráter *policéntrico* seria uma de suas características. Haveria um não-dito que pode produzir o efeito anterior, uma vez que no passado a norma era outra.

Em seguida, comenta-se que a muito notável coesão linguística do espanhol é compatível com o fato de que a valoração social de algumas construções possa não coincidir em áreas linguísticas diferentes. Aparentemente, o medo antigo de que a língua espanhola pudesse se corromper e desaparecer parecia não mais existir, pois o esforço feito contra isso funcionou, uma vez que há essa *muy notable cohesión lingüística del español*, que aqui é designado como um só idioma para todos, a mesma língua, *el español*, reforçando o efeito de unidade. Diferentemente de como antigamente se pensava, o fato de que em alguns lugares determinadas expressões tenham valorações sociais diferentes é algo compatível com a coesão linguística do espanhol, ou seja, ambas as situações podem coexistir sem impedimento da outra – uma ideia advinda dos estudos sociolinguísticos.

O que se explicou anteriormente, no prólogo, foi para poder dizer que *No es posible presentar el español de un país o de una comunidad como modelo panhispánico de lengua*. Considerando a frase anterior, podemos observar que há a admissão da existência de vários “espanhóis”, dependendo do país ou comunidade. Possivelmente, comenta-se sobre um modelo de língua porque consta na parte de questões normativas e, no entanto, nessa concepção de *panhispánico* não seria possível apresentar apenas o espanhol de um país como o modelo de língua a ser seguido, pois há o acolhimento da diversidade idiomática, ainda que seja, como já mencionamos, uma diversidade na unidade.

Uma vez que, segundo se diz, não há um modelo, a solução encontrada foi a de descrever, pormenorizadamente, as numerosas estruturas que são compartilhadas pela maior parte dos hispano-falantes, ou seja, o “comum”, o que garantiria a “unidade”, precisando sua forma, seu significado e sua estimacão social; e mostrar, separadamente, as opções particulares que podem proceder de alguma variante, isto é, a “diversidade”, seja do espanhol americano seja do espanhol europeu. Observa-se que a característica de ser algo compartilhado, presente em outros prólogos, é retomada: é compartilhado e, por isso, faria com que todos se entendessem. No entanto, quem decide que estruturas são essas? E como sabem que a maior parte dos hispano-falantes as utilizam? Essa seria *la norma* citada anteriormente? E se refletirmos sobre como foi formada a base do espanhol na Espanha e na América Hispânica, pensamos em gramáticas espanholas e a imposição do espanhol da Espanha, fato que é inclusive silenciado com o uso do termo *compartidas* (compartilhadas) e os efeitos de sentidos criados a partir disso.

Em seguida, diz que mostrará separadamente as opções particulares, ou seja, como se essas “opções”, essas variações, não fizessem parte da língua ou fossem um apêndice, uma curiosidade. Entendemos, assim, que o que é diferente do que a maioria fala é uma opção particular, o falante que escolheu falar assim: por exemplo, haveria várias opções e o falante, por opção própria, escolheu falar daquele jeito “diferente” e, se ele quisesse, poderia mudar. Com relação à designação da(s) língua(s), engloba-se entre as opções particulares de alguma variante dois “espanhóis”: o *español americano*, com uma designação que reforça uma mesma língua imaginária para todo o continente americano, e o *español europeo*, também considerado como uma variante, na qual há *opciones particulares*, algo que anteriormente não se tinha feito em nosso *corpus*. Interessante observar a

utilização de *uropeo* para a designação do espanhol no continente europeu que, além de designar o espanhol falado não somente na Espanha, embora não seja falado em muitos lugares da Europa (a não ser como língua estrangeira), ainda assim se faz uma melhor correspondência com o espanhol do continente americano, ao menos se considerarmos que ambos se referem a continentes. No entanto, novamente, com a utilização de “compartilhadas”, produz-se uma imagem de “somos todos um”, um efeito de unidade, mas que ao separar, ao final, retoma a imagem de “somos diferentes”, de distanciamento. Observa-se que há, então, essas duas imagens a todo o momento em relação tensa e contraditória (de aproximação e de distanciamento) neste prólogo.

Especifica-se, então, que quando estas opções, não faladas pela maior parte dos hispano-falantes, são comuns e até exemplares em áreas linguísticas específicas, aparecem descritas assim. Conclui-se que trabalhar desta maneira não só não põe em perigo a unidade do espanhol, mas também contribui para fortalecê-la. Além disso, ajuda a compreender mais facilmente sua distribuição geográfica, retomando novamente essa territorialidade e relacionando a língua espanhola com os territórios (continentes) onde a falam. Os estudos dialetológicos podem ter filiações nesta obra ao terem considerado, além dos fatores linguísticos, fatores geográficos, como estudava a dialetologia (SANTOS, 2015, p. 95-96). Observa-se isso, também, na designação das particularidades do espanhol que pode ser *americano* ou *uropeo*, ou seja, América ou Europa, além da preocupação em fazer compreender melhor a *distribución geográfica* da língua, ambos relacionados a fatores geográficos. Apesar de, anteriormente, ter-se mencionado que há muita coesão linguística no espanhol, retoma-se a questão da unidade da língua, o que produz um efeito de que esse tema costuma ser presente, ainda que em níveis diversos de preocupação, bem como a imagem de “somos diferentes”. Retoma-se, como se algum leitor pudesse se perguntar se isso colocaria em perigo a unidade da língua espanhola, apesar de aparentemente estar coesa. Logo, não seria algo garantido e a unidade da língua seria sempre um objetivo a ser alcançado. Ao afirmar que não põe em perigo a unidade do espanhol, não se questiona a sua unidade, logo, ela existe (é um já-dado, uma evidência) e não está em perigo, mas a obra contribui para fortalecê-la. Sendo a unidade sempre um objetivo a ser alcançado, apesar de imaginariamente já tê-la, faz-se necessário receber

contribuições para ser fortalecida, provavelmente para que não se “dissolva” essa unidade do espanhol.

Observa-se que o foco é no que é compartilhado, no que é igual para a maioria, pois isso seria o que manteria a coesão da língua, sua unidade imaginária e a imagem do “somos todos um”. O que seria diferente é designado, inclusive, como opção particular e não como parte natural da língua. Interessante observar, também, o reforço de que são numerosas estruturas compartilhadas pela maior parte dos hispano-falantes e, em contrapartida, serão mostradas separadas as opções particulares, que parecem algo reduzido e que caberia à escolha do falante (como se esse sujeito não fosse assujeitado à língua), seja do espanhol americano ou do europeu. Em outras palavras, os dizeres produzidos na América Hispânica, na verdade, continuam sendo pouco considerados e descritos na gramática. Inclusive, designa-se espanhol *americano* e *europeo* como se fossem apenas duas variantes, não indicando as diversas divisões da língua (GUIMARÃES, 2005) e das nações. Apesar da gramática ter sido feita em conjunto entre a RAE e a ASALE, podemos identificar a predominância da RAE e da Espanha em alguns momentos e decisões e, inclusive, no objetivo de fortalecer a unidade do espanhol, um de seus objetivos há séculos, com as devidas atualizações ao longo dos anos.

A última sequência, SD56, da gramática publicada pela RAE e ASALE em 2011, explica sobre o DVD que foi publicado junto com a gramática. Ao dizer “enriquecida” para a teoria devido à quantidade de dados que possui com relação às falas (*hablas*), observa-se uma diferença do que se pensava antes sobre esse tema quando se considerava rica apenas a língua da Espanha. Há, contudo, uma ilusão de completude ao dizer que há dados de *todas las hablas hispánicas* e é interessante a utilização do adjetivo *hispánica* para designar *habla*, uma vez que *habla* (fala) se difere de língua. Se considerarmos *habla* como mais individual, estariam incluídas na língua espanhola e, portanto, as variedades seriam *las hablas hispánicas*. Dessa forma, os dados dessas falas se integrariam em uma visão da variação atual do espanhol. Além disso, ao enfatizar a *extraordinaria cantidad de datos de todas las hablas hispánicas* poderíamos relacionar com a questão do empirismo, característica presente em estudos sociolinguísticos, nos quais os dados imaginariamente bastariam como evidências para apoiar as hipóteses defendidas, produzindo efeito de verdade.

A obtenção dos dados do DVD se deu por meio de duas seleções: na primeira decidiram quem gravaria e na segunda quais gravações realmente permaneceriam. Segundo se diz, só selecionaram os universitários procedentes das capitais de “todos” os países do mundo hispânico. A utilização de *mundo hispánico* produz um reforço mais para imagem de unidade, como se apenas os países que falam espanhol formassem um mundo à parte. Utilizaram-se como informantes tanto mulheres quanto homens, que representavam a fala culta de cada país e há, novamente, a ilusão de completude, uma vez que além de ser amplo demais, no prólogo de 2009, diziam que considerariam países e zonas linguísticas. Dessa forma, não é qualquer e nem todo espanhol que estará presente no DVD. Se pensarmos no processo histórico e de imposição nos instrumentos linguísticos e na questão da utilização de autores como símbolo de bem dizer e escrever, a fala culta provavelmente se parecerá mais com a língua do centro-norte da Espanha, retomando a superioridade do país e de sua língua nessa relação com a América Hispânica.

As próximas sequências pertencem todas ou ao prólogo da gramática de 2009 ou à gramática de 2011, ambas publicada pela RAE e ASALE, sendo, na verdade, a de 2011 um terceiro volume que se complementaria com os dois primeiros publicados em 2009, para assim formar a *Nueva gramática de la lengua española*. As sequências foram reunidas, pois, diferentemente das anteriores, não se designam diferentes “espanhóis”, mas se atesta a existência de variação e variedades no espanhol, além de como serão abordadas na gramática. Consideramos importante também essa forma de referência, uma vez que produz um efeito de sentido de que é apenas uma língua, a língua espanhola, que apresenta variantes e não, por exemplo, duas línguas diferentes, o que reforçaria a imagem de unidade. Dividimos em dois blocos de quatro e três sequências, respectivamente, de acordo, primeiro, com sua temática, e, segundo, com as contradições ou utilização de palavras que produziriam efeitos de sentido de que as escolhas feitas sobre o que estaria na gramática, ou não, não foram tão objetivas. Vejamos as primeiras quatro sequências a seguir:

SD57:

El número de cuestiones examinadas en esta obra es bastante mayor que el de las que se abordan en otras análogas. En esa ampliación ha pesado en especial el estado actual de los estudios gramaticales, pero también la

necesidad de que la descripción refleje la diversidad idiomática en función de las variables que se mencionaron en las páginas precedentes. [...] (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD58:

Para trabajar en las condiciones más rigurosas de calidad, las grabaciones se realizaron en el Laboratorio de Fonética de la Universidad Autónoma de Barcelona y en el estudio ACG Audio de Madrid, siempre con la misma persona como encuestadora y con idéntica metodología. En todos los casos, las preguntas se plantearon indirectamente, para no condicionar las respuestas. Una primera parte de la encuesta consistió en hacer leer en pantalla a los informantes sílabas aisladas; otra, menos formal, perseguía obtener con preguntas indirectas unas mismas respuestas sin variación léxica que ofreciesen pronunciaciones previsibles en entornos fonéticos determinados; en tercer lugar, se proporcionó a los informantes el contexto situacional necesario que los llevase a reproducir su forma habitual de responder en situaciones de la vida cotidiana, así como a enunciar una serie de frases que permitiesen describir y comparar la entonación de los hablantes de los distintos países. Otra parte de la encuesta se ciñó a la lectura, en un registro de marcada formalidad, del mismo texto de Rufino José Cuervo sobre *Castellano popular y castellano literario*. Por último, y ya en la parte final de la entrevista, se grabaron unos textos orales de tema libre, más informales, en los que los hablantes contaron experiencias personales, muy útiles para obtener un amplio corpus de realizaciones fonéticas relativamente espontáneas enmarcadas en la cadena hablada, corpus con el que se ha trabajado en esta obra. La mayor parte de estas muestras de lengua pueden escucharse en el DVD *Las voces del español. Tiempo y espacio*. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD59:

- *Los sonidos del español*, donde se exponen los principales procesos de variación que afectan a los segmentos de la lengua española;
 - *Las voces del español*, que contiene muestras de las entonaciones de todo el ámbito hispánico.
- (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD60:

El DVD permite escuchar las voces y los sonidos del español en su verdadera diversidad en boca de hablantes de todas las zonas de la lengua. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Considerando a sequência SD57, tudo parecia indicar que não se podia mais negar ou não considerar a existência de que a descrição incorporasse a diversidade idiomática em função de variáveis como a geográfica, por exemplo. Houve também uma ampliação das questões examinadas, já que, pelas condições de produção dos saberes linguísticos, haveria a necessidade de que a descrição mostrasse a diversidade idiomática. Se antes não se falava ou podia não se falar, agora era necessário comentar sobre a diversidade existente na língua, ao menos para ser considerada uma gramática de língua espanhola “oficial”, acadêmica e aceita em diversos países com é a da RAE e ASALE.

Na SD58, explica-se como foram feitas as gravações para o DVD, tema também das duas próximas sequências, publicado junto à gramática de 2011. As gravações foram feitas em um laboratório em Barcelona e em um estúdio em Madri, sempre com a mesma pessoa como entrevistadora e com idêntica metodologia. Se todas as gravações foram realizadas assim, então inclusive as mostras de fala da América Hispânica foram feitas na Espanha. Como foram selecionadas essas pessoas? Elas já estavam na Espanha? Moravam lá? Foram levadas para lá? Acreditamos que a escolha e a utilização desses locais de gravações poderiam mostrar a centralidade da Espanha nesse processo de seleção dos áudios para o DVD. Utiliza-se como justificativa que fizeram isso para trabalhar nas condições mais rigorosas de qualidade, então, se as mostras de fala da América Hispânica não fossem feitas na Espanha, não teriam sido feitas nas condições mais rigorosas de qualidade? É uma pergunta que poderia ser feita e reforçaria a imagem de uma América Hispânica inferior e desqualificada se comparada com a Espanha.

Outra parte da pesquisa foi a leitura, em um registro de marcada formalidade, do mesmo texto de Rufino José Cuervo sobre *Castellano popular y castellano literario*. Utilizaram textos de um projeto pensado pelo autor, inacabado, escritos durante o século XIX, não correspondentes ao cotidiano e que usam como designação *castellano popular vs castellano literario*, utilizada mais comumente para se referir à língua espanhola à época da produção do texto. Com isso, retoma-se a memória colonial e, inclusive, quem escreve é Cuervo, autor conhecido na área, quem publicou obras nas quais criticava a língua espanhola falada na América.

Apesar de serem falantes de distintos países, todas as gravações foram feitas na Espanha, o que talvez poderia influenciar no resultado final. Interessante que a escolha do texto como registro de marcada formalidade foi de um autor antigo, admirado pelos espanhóis e de uma época em que se usava mais *castellano* para designar o atual *español* – recordamos que as escolhas nunca são neutras. Em ambas as situações, consideramos que podemos observar uma possível interferência a mais da RAE e da Espanha no processo de elaboração da gramática, reforçando sua superioridade na relação com a América Hispânica, que aqui estariam representadas por suas Academias e sua autoridade nas questões relativas à língua, apesar da repetição de que foi um projeto em conjunto da RAE com a ASALE.

A sequência SD59 apresenta uma parte do que há no DVD. Afirma-se que serão expostos os principais processos de variação que afetam a língua espanhola. Mas quais seriam considerados os principais processos? Como foi feita essa separação do que seria principal e do que não seria, e com base em quais critérios? Se foram considerados apenas os principais, outros não serão comentados e, assim, silenciados do processo de variação da língua. Nesse sentido, haveria, provavelmente, uma manutenção de determinadas variantes de prestígio em exposição na gramática. Em seguida há, novamente, uma ilusão de completude ao dizer que o DVD contém mostras das entonações de todo o âmbito hispânico. Primeiro, seria impossível abarcar o “âmbito hispânico” inteiro, com seus diversos países, suas diversidades e especificidades linguísticas e, principalmente, as entonações que são variadas dentro de um mesmo país. Segundo, porque após realizarem uma seleção de lugares e pessoas para a realização do DVD, então não contemplaria “o todo”. Entretanto, essa imagem que se constrói, principalmente ao juntar o *todo* com *hispánico*, duas palavras que abarcaria um “tudo”, ao final, reforçaria o “somos todos um” de uma unidade linguística e, também, entre um *mundo hispánico*.

A última sequência deste bloco, SD60, segue com os comentários sobre o DVD. Retoma-se a palavra e, com ela, a questão da diversidade idiomática, sinalizando que agora seria possível escutá-la com o DVD. No entanto, se permite escutar em sua *verdadera diversidad*, existiria uma falsa diversidade? E o que seria verdadeira diversidade? Talvez por ser agora possível escutar com o DVD, apesar de já termos observado que a seleção considerou alguns falares e não outros. Além disso, ao designar a língua como *español*, retoma-se a ideia de “diversidade na unidade”, pois haveria uma *verdadera diversidad* no *español*, uma língua, que, como estamos vendo, é construída nos prólogos a partir de uma imagem de unidade.

Ao final, aponta-se o que provavelmente pode ter acontecido na seleção de falantes para o DVD: falantes de *todas las zonas de la lengua*. Dessa forma, seria uma ilusão de completude. Como no fragmento anterior, separa-se o mundo hispânico em áreas, zonas e países, sendo possível ter ao menos um representante de cada zona da língua, diferentemente do que foi dito outras vezes de ter falantes de todos os lugares e países do âmbito hispânico.

No entanto, essa separação em *zonas de la lengua* foi feita em um determinado contexto histórico, por determinados sujeitos, considerando

determinado embasamento teórico e havendo o silenciamento de certos países e regiões, uma vez que não há como considerar e descrever a língua em sua, imaginária, completude. Assim como há esta forma de mapear as zonas, há outras maneiras de fazê-lo, com base em outros critérios, enfatizando outras áreas, países ou zonas e produzindo sentidos outros.

Zamora Vicente (1960), por exemplo, em seu livro *Dialectología Española*, apresenta os dialetos espanhóis, peninsulares e extra-peninsulares (NAVARRO TOMÁS, 1960), e que, já com essas designações, produz-se um sentido de uma relação de subordinação com relação à língua falada na Espanha, na Península e com as demais que são tidas como extra-peninsulares. Em seguida, aparece o *mozárabe*, o *asturiano-leonés*, o *navarro-aragonés*, o *judeo-aragonés*, o *andaluz*, o *hispanoamericano* (como descendente do castelhano), o *extremeño*, o *riojano*, o *murciano*, o *canario*, o *papiamento* e o *filipino*, de vez em quando (NAVARRO TOMÁS, 1960, p. 341). Com isso, tem-se que a América Hispânica inteira foi reduzida a *hispanoamericano*, como se todos falassem da mesma forma, além da língua ser apenas uma descendência do castelhano. Há que se considerar, no entanto, as condições de produção da obra e o fato de seu título possuir a designação *española*. Nesse sentido, portanto, poderia ter seu foco mais voltado para a Espanha desde o princípio e para os estudos de dialetologia da época.

Por outro lado, Alvar (1996) em seu livro *Manual de dialectología hispánica: El Español de América* se concentra mais na América Hispânica. A divisão ocorre primeiro por território: *Antillas*, *Continente* e *Filipinas* e em seguida por países/regiões. Nas *Antillas* há: *Antillas* e *Papiamento*; no *Continente* há *México*, *Los Estados Unidos*, *El Español de América Central*, *Venezuela*, *Colombia*, *El palenquero*, *Perú*, *Bolivia*, *Ecuador*, *Paraguay*, *Argentina-Uruguay* e *Chile*; nas *Filipinas* há *Filipinas* e *Islas Marianas*. Apesar de abranger mais a América Hispânica, há silenciamentos, como, por exemplo, a América Central, tida como uma região apenas e Argentina e Uruguai como um grupo só.

Com isso, observa-se que as seleções são diferentes e não são ingênuas. Assim como dizer que há todas as zonas ou todas as regiões ou países seria uma ilusão de completude no material, pois é provável que haja silenciamentos decorrentes dessa divisão. Apesar do avanço, se comparado com estudos anteriores, ao ser tudo realizado na Espanha, observa-se que ainda há a centralização deste país na produção dos instrumentos linguísticos. Como não

houve, também, uma descrição clara da seleção dos falantes para o DVD, não há como saber se houve interferência entre o espanhol da América e o da Espanha, pois não se especifica se os falantes viviam na Espanha, se viviam na América e há quanto tempo etc.

Há, portanto, um discurso de tensões, de idas e vindas, de contradições, que permanece nos prólogos das gramáticas de língua espanhola no que se refere à língua, aos países que a falam e aos seus falantes. Essa forma de selecionar dizeres para configurarem em um DVD aponta, de acordo com nosso gesto de leitura, um “caráter a-político empiricista impensado que encontramos nestes trabalhos [...] um modo político de dizer a relação das línguas” (GUIMARÃES, 2007, p. 77) na Espanha e na América Hispânica.

O segundo bloco relacionado à variação linguística é constituído pelas três sequências a seguir:

SD61:

No cabe duda de que es necesario informar sobre todos estos tipos de variación, pero ha de reconocerse a la vez que no es sencillo alcanzar el consenso sobre la manera en que se han de valorar objetivamente tantas variables. Los acuerdos de la RAE y la Asociación de Academias que el lector verá plasmados en esta obra se basan en la interpretación que estas instituciones hacen de todos esos factores. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD62:

Los autores de quienes se toman los ejemplos aducidos no son propuestos exactamente en cuanto auctores imitandi, tal como sostenía Nebrija en su Gramática castellana (1492): «los poetas i otros autores por cuja semejança avemos de hablar». En efecto, muchos de los que figuran en la nómina no han sido seleccionados tanto en función de un canon literario de excelencia, explícito o implícito, cuanto como representantes de las variedades del español que ha sido posible documentar y analizar. Con todo, la presencia de determinadas construcciones en clásicos antiguos y modernos o en escritores de prestigio se considera un testimonio significativo de su difusión en la lengua culta y un aval de su integración en los registros formales. A su vez, ha sido necesario acudir, en buen número de casos, a ciertas obras narrativas por el simple hecho de que presentan variedades del español popular que era necesario atestiguar —por lo general, puestas en boca de diversos personajes—, y no, en cambio, porque se entienda que tales usos sean dignos de imitación. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD63:

Este trabajo, que ha tratado de ser exhaustivo en la medida de lo posible, sin duda deberá ser completado, perfeccionado y corregido. Nuestro deseo es que sea la base de futuras investigaciones, y que estas no pierdan de vista la diversidad y complejidad fónica hispanoamericana como parte de una base común que permite el entendimiento de casi

quinientos millones de personas. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

A sequência SD61 informa como foi a interpretação da variação na gramática de 2009, publicada pela RAE e ASALE. Como já comentamos, no século XXI não se teria como negar que existe variação na língua e que isso teria de ser informado. É essa evidência da variação que aparece na primeira frase da sequência, talvez para mostrar que sabem da existência dessas necessidades e, assim, tentar justificar, como também antes se fazia, uma valoração desigual das variantes. Em seguida, diz que é difícil valorar objetivamente tantas variáveis, e aqui retomamos Orlandi (2013) que afirma que “o gesto de interpretação não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social” (ORLANDI, 2013, p. 47). Dessa forma, o funcionamento do discurso se dá na sua relação com os sujeitos e com a ideologia. No entanto, consideramos ser mais uma justificativa para a interpretação das variáveis na qual prevalecerá a opinião de “alguém”. Logo em seguida, indica-se de quem: *Los acuerdos de la RAE y la Asociación de Academias [...] se basan en la interpretación que estas instituciones hacen de todos esos factores*. Em outras palavras, o que está na obra é a interpretação (e, portanto, certo posicionamento) que fazem as Academias das variáveis. Mostra-se, portanto, quem teria autoridade para poder dizer o quê sobre a língua, uma vez que serão apagadas outras possibilidades de interpretação, já que são determinados sujeitos que compõem essas instituições e que se identificam ao que é considerada a norma culta da língua espanhola e o que não é.

Além dessa questão, se pensarmos em como aparecem mencionadas as Academias, separa-se a RAE das demais *Academias* (*la RAE y la Asociación de Academias*) e, especificamente, da *Asociación*, como se não fizesse parte ou tivesse um papel maior e mais importante que a *Asociación* inteira, considerando que a RAE é apenas uma e a *Asociación* são várias *Academias*. Para Celada, Costa e Brianezi (2015),

el espacio de enunciación supera el ámbito de lo nacional, pues aparece delimitado mediante las coordinaciones que ya abordamos (“España y los países hispánicos”, y “la Real Academia Española, con la colaboración de las Academias hermanas”) y que remiten a un espacio que se configura claramente al vincularlo a la *estructura del imperio* que, como dice Ludmer (2010, p.190), permanece “en el territorio de la lengua: uno arriba, la

autoridad (y una nación), y muchos abajo (una región).” (CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015, p. 274).

Isso poderia indicar que a Espanha permanece sendo superior nas decisões relacionadas à questão da língua se comparada aos demais países. Se ela permanece com as maiores decisões, segue também sendo a maior autoridade. Assim, teria um maior poder de interpretação sobre as variáveis da língua, considerando o que comentamos no parágrafo anterior.

Em SD62, retoma-se a tradição gramatical espanhola ao mencionar Nebrija no prólogo, em citação direta, como um vestígio na relação com o horizonte de retrospectão (SANTOS, 2015) desse saber gramatical. Entretanto, diferentemente das demais retomadas feitas nos outros prólogos, traz-se Nebrija para, de certa forma, atualizá-lo, produzindo um deslocamento ao dizer que os autores de quem os exemplos são retirados não devem ser considerados exatamente e apenas como imitação da forma de falar. Diz que, de fato, muitos dos que foram selecionados, o foram como representantes das variedades do espanhol –daquilo que foi possível documentar e analisar–, assumindo a impossibilidade de alcançar a documentação total por nenhum escritor e não podendo configurar essa totalidade na gramática. A utilização de *ha sido posible* permite que diferentes efeitos de sentidos sejam produzidos. Por exemplo, a condição de não colocar diversas variedades ao justificar com *no ha sido posible* – um jogo produzido entre o que se objetiva, por um lado, e com a língua (tomada como objeto a saber) que resiste à descrição e à acumulação, por outro.

Além disso, acudiram a certas obras narrativas porque apresentavam variedades do espanhol popular que eram necessárias de se atestar. Espanhol este que se diferenciaria de um espanhol culto dos autores citados anteriormente. Que espanhol popular seria esse? Seria aquele posto nas bocas de personagens, ou seja, do povo. Ao final, há uma contradição ao se dizer que “não é para que entendam que esses usos do espanhol popular são dignos de imitação”, pois se afirma, no início, que os autores não seriam usados com a pretensão de que fossem uma forma de imitação. No entanto, se ao final se afirma que o espanhol popular não é digno disso, entende-se que é porque seriam usados como imitação, e, diferentemente do popular, haveria um culto digno de imitação. Essa contradição poderia estar funcionando como uma tentativa da gramática acadêmica de incorporar características dos estudos sociolinguísticos e de se mostrar menos

prescritiva, mas ainda mantendo o normativismo característico em sua filiação teórica do horizonte de retrospectiva da produção do saber metalinguístico.

Na última sequência deste bloco, SD63, como na sequência anterior, ao escrever *en la medida de lo posible*, muitos temas podem ficar sem comentários na gramática e receberem como justificativa de que foi 'o possível' a ser feito. Inclusive, de fato, nota-se depois a não aparição de alguns temas ao afirmar que *sin duda deberá ser completado*, o que indica a falta de algumas questões. No entanto, sabemos também que a gramática nunca conseguirá abarcar a língua como um todo, sendo este pensamento uma ilusão de completude. As gramáticas sempre deverão ser completadas, aperfeiçoadas e corrigidas, como se diz na sequência. Sobre isso, retomamos a diferença que Dias (2007) apresenta com relação à língua e idioma:

(...) a língua, apreendida como idioma, se constitui pela projeção de uma unidade, aglutinada no imaginário social, e determinada pelas coerções de ordem histórica. E é em função dessa unidade que se configuram as designações do tipo *gramática da língua portuguesa, gramática da língua francesa ou gramática da língua espanhola*. (DIAS, 2007, p. 184, grifos do autor)

Há, também, a marcação de uma temporalidade, de um futuro que poderá acontecer ou não: o desejo é que essas futuras investigações não percam de vista a diversidade e a complexidade hispano-americana. No entanto, não há menção à essa diversidade e complexidade também com relação à Espanha, nem dentro de seu próprio território. Se essa diversidade hispano-americana faz parte de uma base comum, já comentada anteriormente em outros prólogos, que permitiria que as pessoas se entendessem, então poderíamos dizer que há entre os falantes de espanhol a possibilidade de uma não compreensão entre eles mesmos se utilizassem o que estivesse fora dessa base comum. É provável que seja essa uma das razões do foco estar sempre nessa base comum, ou, retomando um dos prólogos já comentados, para que possa haver o entendimento de quase 500 milhões de pessoas. A quantidade de falantes de língua espanhola é algo importante para os espanhóis desde muito tempo e, com a internacionalização da língua e com a mundialização (ORLANDI, 2014), isso se tornou ainda mais significativo. Tal fato pode ser observado na contínua presença do número de falantes de espanhol nos discursos, na mídia e na Internet. Com base em nossas análises, podemos dizer que

há diversidade e complexidade fônica hispano-americana integrando uma base comum do idioma, da qual fariam parte a Espanha e a língua, tendo, no entanto, mais aspectos do espanhol do centro-norte da Espanha formando essa “base comum” do idioma.

Uma maneira de inserir outras formas da língua ou, ao menos, considerar algo da América Hispânica poderia ser feito através da colocação de autores hispano-americanos nos exemplos, principalmente, para romper a hegemonia de apenas autores espanhóis e os silenciamentos que produziam efeitos de sentidos como se na América não existissem autores ou uma tradição gramatical e literária. Nas seguintes sequências veremos como foram –ou não– considerados os autores hispano-americanos:

SD64:

[...] En su introducción, se lamentan los autores de no haber podido dedicar mayor atención al español de América; en efecto, ese punto puede suscitar alguna objeción, que deberá atenuarse si se piensa en el enorme espacio geográfico que cubre nuestra lengua, y la heterogeneidad de variantes culturales a que sirve de vehículo. Y si, además, caemos en la cuenta de que este tratado es el primer fundamento para un conocimiento más riguroso de lo que compartimos, y de aquello que se desvía de esa partitura común, debe pensarse que no sólo va a hacer progresas extraordinariamente en España el conocimiento de la lengua, estimulando investigaciones nuevas, adiciones, rectificaciones, complementos y hasta disidencias, según debe esperarse de una obra fundamental, sino que va a impulsar esos mismos desarrollos en América. (BOSQUE; DEMONTE, 1999 - *Gramática descriptiva de la lengua española*).

SD65:

[...] Los directores de esta gramática nos damos perfecta cuenta de que el número de autores hispanoamericanos y el de hispanistas extranjeros que no tienen el español como primera lengua son claramente insuficientes. Asumimos nuestra responsabilidad en lo inapropiado de estas proporciones, pero queremos argumentar como descargo parcial que los lingüistas hispanoamericanos que se han especializado en el estudio de la gramática española constituyen un porcentaje menor en esa comunidad que el de españoles que han elegido el mismo campo. También otras razones inevitables, relativas a la cercanía y a la familiaridad con las investigaciones en curso, han contribuido en alguna medida a esa desproporción que los directores de este proyecto sin duda lamentamos. (BOSQUE; DEMONTE, 1999 - *Gramática descriptiva de la lengua española*).

SD66:

Es imposible que en una descripción gramatical se analicen con similar profundidad todos los tipos de variación lingüística que hoy se reconocen en la lengua española. Es plausible, en cambio, resaltar de forma somera los aspectos más notables de cada una de estas formas de variación allá donde se considere conveniente hacerlo. Esta es la opción que aquí se ha elegido. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

A sequência SD64 foi recortada da *Gramática descriptiva de la lengua española*, de 1999, publicada por Bosque e Demonte e, apesar de, repetidas vezes em seu prólogo, dizer ser uma descrição pormenorizada e extensa da língua, não há uma grande atenção ao espanhol da América. Há um verbo que expressa lamentação pela atenção não dada ao espanhol da América identificado na primeira frase com *se lamentan los autores*. O gesto argumentativo produzido para justificar é que se configura como a primeira obra neste estilo e que provocará estudos e desenvolvimentos a partir dela. Além disso, por ser a primeira, existe a possibilidade de haver “falhas” que, posteriormente, serão melhoradas. Com isso, podemos entender que, embora tenham mudado a forma de apresentar os conteúdos na gramática e os juízos de valor atribuídos ao que está ali presente, ainda há a predominância da variante do espanhol da Espanha, havendo a manutenção da superioridade da Espanha.

Consideramos que haveria um reconhecimento, portanto, de que a maior parte da língua descrita na gramática seria o espanhol da Espanha que se diferenciaria do *español de América*, o qual existe e foi mencionado, e que se fala em um *enorme espacio geográfico*, sendo a questão territorial usada como justificativa para sua pouca utilização, além de servir de veículo à uma *heterogeneidad de variantes culturales*. Esta última observação pode amenizar a questão de se considerar a América Hispânica como um único território apenas e não como um conjunto de países diferentes, cada qual com seu espanhol e suas particularidades e que, muitas vezes, não é mencionada ao ser comparada com a Espanha, que é apenas um país. Vale ressaltar que, mesmo dentro deste país, não se pode considerar a existência de apenas um espanhol. No entanto, ao designar *español de América*, podemos compreender a presença de um espanhol da Espanha e também com *variantes culturales*, produz um efeito de sentido de que não há apenas um espanhol corresponde à forma do *español de América*, já que há *variantes culturales*.

Considerando o ano de publicação, 1999, seria estranho uma obra sobre a língua espanhola não considerar o espanhol da América. Provavelmente por isso, há justificativas sobre a pouca utilização deste nesta gramática. Já projetando alguma objeção a isso, comenta-se o enorme espaço geográfico que cobre a língua e a heterogeneidade de variantes culturais, comentada anteriormente. Observa-se um

deslizamento de sentido destas duas características, já que, a princípio, eram boas, no sentido de “quanto mais falantes melhor, quanto mais lugares falarem espanhol melhor”, mas, aqui, impediram que a América tivesse mais espaço na gramática.

Em seguida, diz que é para um conhecimento mais rigoroso do que *compartimos, y de aquello que se desvía de esa partitura común*. Dessa forma, observa-se que estaria na gramática o que fosse comum à América Hispânica e à Espanha e, também, suas particularidades, respectivamente. Como não há uma atenção às particularidades do espanhol da América e o que compartilham é uma estrutura baseada em um espanhol que foi sendo implementado através de instrumentos linguísticos espanhóis, poderíamos dizer, novamente, que o espanhol que é descrito é o espanhol da Espanha. Essa busca pela *partitura común*, pelo que é comum entre os povos, entre as nações que falam espanhol passa a ser o objetivo maior para mostrar que, apesar de tudo, os milhões de falantes se entendem devido à essa base comum entre as variantes, que também permite a continuação de uma unidade imaginária do espanhol.

Apesar de estar na parte da imagem projetada “somos todos um” e de uma unidade, nesta parte observa-se uma retomada da imagem anterior “somos diferentes”, na qual a Espanha era superior na relação com a América e na relação linguística. Apesar da presença do comum e do que é compartilhado, o diferente entre o espanhol da América e o da Espanha, além dos estudos em ambos os países, é o que mais se comenta nessa sequência.

Na sequência SD65, são os próprios autores e organizadores da gramática de 1999, Bosque e Demonte, que lamentam o número insuficiente de autores hispano-americanos e hispanistas estrangeiros, fato anteriormente citado no prólogo pelo convidado a escrevê-lo (SD64), embora de maneira diferente. Como já comentamos, observa-se a necessidade, neste fim do século XX, de considerar diversos autores que estudam a língua espanhola, as variedades do espanhol e, caso contrário, justificar a ausência ou admitir a insuficiência.

Nota-se, também, com relação ao que é dito no prólogo e na introdução, que há dados um pouco diferentes. No prólogo, o convidado a escrevê-lo, Fernando Lázaro Carreter (diretor da RAE de 1992 a 1998) apenas comentou que não foi dada muita atenção ao espanhol da América. No entanto, na introdução os autores dizem que o número de autores hispano-americanos e de hispanistas estrangeiros, e estes sequer foram mencionados no prólogo, são claramente insuficientes. Apenas os

hispano-americanos poderiam ou saberiam falar do espanhol da América Hispânica? Poderia ter sido essa uma das associações feitas, pelo menos no prólogo, ao dizer que houve pouca atenção ao espanhol da América.

Ainda sobre a insuficiência, assume-se a responsabilidade, mas argumenta-se que os linguistas hispano-americanos que se especializaram no estudo da gramática espanhola são em menor número do que os espanhóis que escolheram estudar o mesmo. Primeiro, diríamos que, se é gramática *española*, é, possivelmente, da Espanha, com sua variante mais aceita da língua, e compreende-se que haja mais espanhóis que estudaram e ainda estudam essa gramática, já que é de seu próprio país. Segundo que a América foi “descoberta” depois e, quando surgiram os primeiros estudiosos da língua na Espanha, provavelmente não se pensava nisso na América, havendo, portanto, uma pretensa justificativa histórico-cronológica. Os primeiros estudos metalinguísticos foram realizados por espanhóis e não por hispano-americanos. Poderíamos dizer que há, então, uma manutenção da relação de colonizador-colonizado entre Espanha e os países hispano-americanos.

Novamente, questionamos a possível associação feita no prólogo, de que se o número de autores hispano-americanos seria reduzido, a língua espanhola da América também seria, pois, a princípio, os autores fariam qualquer capítulo da gramática. Por outro lado, há também a possibilidade de que, com a presença de autores hispano-americanos poderia haver, na escrita, o espanhol da América. Sem a presença deles, não haveria essas outras formas da língua na gramática. Com relação aos hispanistas estrangeiros, há um silenciamento destes no prólogo escrito por Fernando Lázaro Carreter.

Em seguida, citam-se outras razões consideradas inevitáveis como proximidade e familiaridade com as pesquisas, que causaram essa desproporção e se retoma o verbo geralmente utilizado quando não se menciona muito a América Hispânica nas gramáticas: *lamentamos*. Consideramos que tais razões não seriam consideradas inevitáveis, principalmente considerando o ano de sua publicação.

Dessa forma, apesar de se afirmar como uma gramática descritiva da língua espanhola, pormenorizada e detalhada, escolheram-se mais autores espanhóis para uma gramática descritiva que, aparentemente, permanece descrevendo a variante do espanhol da Espanha, provavelmente a da região centro-norte. Observa-se, assim, a manutenção da Espanha como a autoridade, como quem sabe sobre a língua e tem poder para falar sobre ela. A imagem da relação entre América

Hispanica e Espanha volta a ser, de forma atualizada, a de “somos diferentes”. No entanto, mostra-se com vestígios da memória colonial, uma vez que a Espanha parece defender ideias no âmbito hispânico geral e, normalmente, não há muita consideração do que foi feito ou produzido na América Hispânica, embora um de seus objetivos também seja que determinado material produzido seja comprado por lá.

A utilização de *Es imposible* na sequência SD66, pertencente à gramática de 2009, publicada pela RAE e ASALE, remete-se ao *Se lamentan* utilizado nos fragmentos anteriores da gramática de 1999 ao se lamentarem por não terem colocado as variações nas gramáticas. Neste caso, decidiu-se utilizar construções mais impessoais, que parecem indicar uma verdade irrefutável: *es imposible, es plausible*.

No entanto, reconhece-se que é impossível realizar uma descrição igual para todos os tipos de variação e que o oposto seria uma ilusão de completude, embora não seja essa a questão em discussão. Além disso, afirma-se que são os tipos de variação que hoje *se reconocen en la lengua española*, podendo haver, então, outras variações, mas não reconhecidas, por alguém que teria essa autoridade de reconhecer ou não essas variações.

A segunda parte da sequência apresenta critérios, a princípio, amplos e abertos, para direcionar a escolha do que incluir ou não na gramática. Quem decide quais são os aspectos mais notáveis de cada forma de variação? Provavelmente, as *Academias*. Mas por que uns aspectos são considerados mais notáveis e quais não são? Isto será feito, segundo se diz, *allá donde se considere conveniente hacerlo*. O que tornaria uma parte conveniente e outra não? Perguntas não respondidas que marcam o funcionamento do político (divisão na configuração do dizer) atrelado à memória discursiva da produção de saber da língua espanhola.

As duas sequências a seguir estão relacionadas na medida em que, em ambas, indicam-se poucos dados de variação dialetal ou determinado tipo de variação, devido aos poucos trabalhos e obras de referência sobre o assunto:

SD67:

[...] Si bien creemos que la proporción entre la información sincrónica y la diacrónica es (en lo esencial) correcta en una obra de estas características, nos hubiera gustado que la variación dialectal hubiera tenido más representación de la que tiene, aun cuando esta no sea en absoluto desdeñable. Ciertamente, se recogen aquí los aspectos fundamentales de

la variación sintáctica (más aún los morfológicos), en los casos antes señalados y en el interior de muchos otros capítulos, con más prolijidad que en cualquier otra descripción sincrónica del español, pero no se nos oculta que existen otros hechos sintácticos de comprobada variación en el mundo hispánico que tal vez podrían haberse tratado más pormenorizadamente. Desde luego, el que no existan todavía obras de referencia detalladas sobre la sintaxis histórica del español ni sobre la sintaxis dialectal (en este último caso, con la sola excepción del antiguo tratado de Kany), es un factor importante que no podría dejar de influir en la elaboración del presente texto. (BOSQUE; DEMONTE, 1999 - *Gramática descriptiva de la lengua española*).

SD68:

Los contenidos referidos a cómo se distribuyen los fenómenos de variación, tanto de los segmentos como de la prosodia, se han recopilado a través de la consulta de la bibliografía existente; monografías, artículos científicos y, sobre todo, los atlas dialectológicos. Los datos de variación reflejan el estado actual de los estudios sobre estos temas y, por ello, la información es fragmentaria para algunas zonas, sobre las que existen todavía pocos trabajos. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Na sequência SD67, os autores fazem comentários sobre o que eles mais gostariam que tivesse presente na gramática. Afirmam que a variação dialetal presente na obra não é *desdeñable*, mas que gostariam que tivesse mais representação. Observa-se que, cada vez mais, que o se diferencia da língua espanhola do centro-norte da Espanha vai se tornando cada vez menos presente na gramática, ao menos na de 1999, de Bosque e Demonte, ainda que haja alguma representação. Em seguida, novamente, confirma-se que sabem da existência de mais variação, nesse caso a sintática, e que poderia ter sido tratada mais pormenorizadamente, mas não o foi. Observa-se que, uma vez mais, admitiu-se a existência dessas variações e se justificou sua pouca presença na gramática. Dessa forma, a introdução dessas variações, aparentemente, foi feita para poder estar de acordo com as ideias linguísticas que circulavam na época, como a sociolinguística. A utilização de verbos como *nos hubiera gustado* e *podrían haberse tratado*, traz à memória o *lamentamos* comentado anteriormente, além de projetar um efeito de sentido como se não fossem os responsáveis por não estarem na gramática essas variantes ou, ao menos, não estarem felizes por isso. Observa-se, também, uma preferência para a variação em seu sentido histórico, o que nos remete, novamente, à época do espanhol na Espanha e à tradição gramatical espanhola, podendo ser considerado um dos vestígios de saberes anteriores que influenciam nos silenciamentos de variações linguísticas diferentes daquela considerada *estándar*, e

que, mesmo quando comprovadas, como algumas variações sintáticas, ainda assim *podrían haberse tratado más pormenorizadamente*.

Há um *mundo hispánico* que se diferencia do restante do planeta que não fala espanhol, que poderíamos designar como ‘mundo não-hispânico’. Essa designação remete-se ao que chamamos de “somos todos um” no *mundo hispánico*, uma unidade imaginária, já que estão juntos neste momento todos os países e povos que falam espanhol, sem separação, ao menos na designação, e unidos em características que os identificam como *hispánicos*.

A bibliografia utilizada na gramática de 2011, da RAE e ASALE, é o tema da sequência SD68. Os conteúdos sobre como se distribuem os fenômenos de variação podem mostrar, por exemplo, que não foi algo inventado por eles, mas que foram feitos a partir de consultas a bibliografias já existentes, conferindo-lhes maior credibilidade. Então, por exemplo, se algo estiver “errado”, foram consultados artigos, monografias e atlas dialetológicos. Há uma referência explícita à consulta de atlas dialetológicos. Podemos observar, portanto, a influência da dialetologia com os fatores geográficos, por exemplo, nas pesquisas designadas como da Sociolinguística, um campo de saber que parece ser um grande colaborador dos estudos da área gramatical da língua espanhola no século XXI.

Comenta-se, em seguida, que os dados de variação presentes na gramática são reflexos do estado atual dos estudos sobre estes temas e que, por isso, a informação é fragmentária para algumas zonas sobre as que existem ainda poucos trabalhos. Em outras palavras, algumas zonas linguísticas continuam não sendo mencionadas ou pouco mencionadas e a justificativa continua sendo a falta de trabalhos sobre isso. Que zonas são essas? Por que faltam trabalhos sobre essas zonas? Não influenciam no “espanhol”? De qualquer modo, seria um gesto para justificar a sua não presença na gramática. Se está fragmentado, não há nada a fazer e não estará na gramática, pois os estudiosos atuais ainda não pesquisaram suficientemente o tema da variação nessas zonas. Poderíamos interpretar a ainda pouca existência de trabalhos de alguma variação como um possível silenciamento destas, o que produziria como sentido a negação do conhecimento e da existência desse espanhol.

As duas últimas sequências, a seguir, são das gramáticas mais atuais e, como será visto, já consideram em seus exemplos pessoas tanto da Espanha quanto da América Hispânica, em, inclusive, uma ilusão de completude:

SD69:

La Nueva gramática de la lengua española combina las dos fuentes de datos características de los tratados gramaticales clásicos: ejemplos contruidos por sus redactores (en nuestro caso, siempre debidamente convalidados por un número suficiente de hablantes nativos y refrendados por las Academias) y ejemplos procedentes de textos. [...]. Abarcan todas las épocas y todos los países hispanohablantes, pero, como es lógico, son mucho más numerosos los procedentes de obras publicadas en el siglo xx. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD70:

[...] Los textos, en su mayoría procedentes del banco de datos académico, pertenecen a autores americanos y españoles, y abarcan toda la cronología del español, desde las glosas y el *Poema de Mio Cid* hasta textos actuales, preferentemente de carácter científico y literario. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*).

A sequência SD69 diz respeito às fontes de dados usadas para os exemplos: combinando as duas fontes características dos tratados gramaticais clássicos. Ao dizer isso, retoma tais tratados clássicos, seus ideais e os exemplos que usavam, contradizendo-se com relação a algumas ideias que defende sobre modernidade e pan-hispanismo. Além disso, esses tratados eram feitos por espanhóis, o que retoma, também, a tradição espanhola e seu poderio nessa questão. Observa-se, portanto, que apesar de “nova”, costuma haver essa volta ou essa referência ao clássico, que remete à época em que a Espanha tinha um poder maior.

Os exemplos foram contruídos por seus redatores, uma forma mais subjetiva de fazê-lo, mas que, ao mesmo tempo, poderia ser uma oportunidade para escreverem em suas variantes linguísticas. Para Dias (2007), em uma gramática

elaborada a partir de exemplos contruídos pelo próprio gramático [...], o interesse residiria menos na pertinência do exemplo à enunciação do que no fato dele “atualizar” a propriedade da regra/conceito. [...] O conceito de exemplo está relacionado ao conceito de “exemplar”, no sentido de ser uma peça dentre outras de igual propriedade. (DIAS, 2007, p. 188).

No entanto, se os exemplos são dos redatores, deverão ser convalidados por um número suficiente de falantes nativos. No entanto, não se explicita como estes seriam selecionados e confirmados pelas *Academias*. O quanto seria “suficiente”? Além disso, há a presença do imaginário de que o falante nativo de uma língua saberia mais e melhor, entenderia melhor. Interessante observar, também, que não basta o exemplo apenas ser criado pelos redatores: ele deve ser convalidado por

outras pessoas e confirmados pelas *Academias*, que aqui aparecem designadas juntas novamente como um conjunto, uma unidade sem separação. Isso gera um efeito de sentido de que foram todas elas que confirmaram os exemplos – que apontam para a-político empiricista (GUIMARÃES, 2007).

Há, também, exemplos procedentes de textos, como desde o início das gramáticas costumava ter, como exemplo de norma culta da língua. Como afirma Dias (2007), “ao se buscar a demonstração da regra nesses escritores, a concepção de exemplo adquire uma especificidade: expor o usuário a um padrão consagrado nos meios cultos [...], um modelo de prestígio a ser seguido” (DIAS, 2007, p. 188). Em seguida, aponta-se que *Abarcan todas las épocas y todos los países hispanohablantes*, novamente em uma ilusão de completude. No entanto, neste, aparentemente, abordam autores de países sem ser da Espanha, principalmente ao considerar mais as obras do século XX, e, inclusive, ao utilizarem o termo *hispanohablante* que reforça a imagem de “somos todos um”, de unidade.

A sequência SD70 também explica a procedência dos textos utilizados nos exemplos, na gramática de 2011, da RAE e ASALE. Se os textos, em sua maioria, procedem do banco de dados acadêmico, já selecionam e ao mesmo tempo excluem vários outros. Poderíamos dizer que são textos que seguem a norma culta da língua. Parece que há uma busca pela repetição ao longo dos anos e que se faz necessário enfatizar que os textos pertencem a autores americanos e espanhóis. É bom que considerem ambos, e não apenas “espanhóis”, mas, ainda sim, a designação como “americanos” englobaria muitos países, enquanto que “espanhóis” seria apenas Espanha, e de Madri, preferentemente. Ao abarcar toda a cronologia do espanhol, desde as glosas e o *Poema de Mio Cid* até textos atuais, verifica-se que pode haver mais textos espanhóis do que de autores americanos, já que, durante muito tempo, até se pensarmos desde a publicação das glosas, pelo menos os textos mais conhecidos, divulgados e “de caráter científico e literário”, eram de autores espanhóis. Não se especifica como foi feita essa divisão, mas, no prólogo, e se formos considerar essa cronologia, pode ser que haja muito mais autores espanhóis do que americanos. Se pensarmos assim, a Espanha continuaria com a sua superioridade nessa relação Espanha – América.

Outra forma de observar a manutenção dessa superioridade da Espanha foi por meio da análise de recortes que, de alguma forma, faziam referência aos países onde se falava espanhol, principalmente como língua materna. Optamos por separar

as sequências em três blocos para melhor compreensão e análise. Este primeiro bloco, com exceção da primeira sequência, apresenta propostas de elaboração de uma gramática que privilegiava a Espanha ou a RAE, tendo esta a responsabilidade e a autoridade para elaborar a maior parte desta gramática, como poderemos observar nas sequências a seguir:

SD71:

Verónica Zumárraga y Ernesto Evans se encargaron de la secretaría-ejecutiva de los proyectos del Corpus de Referencia de la Lengua Española en Argentina y Chile, respectivamente, dirigidos también por quien escribe esta introducción, en 1991 y 1992, en el mismo marco de los quinientos años del Descubrimiento. Ambos corpus americanos, los primeros completos realizados para el español, junto con el corpus oral peninsular, están a la libre disposición de los estudiosos (en Madrid, ftp.illf.uam.es y en Buenos Aires, ftp.uba.ar, indistintamente). (MARCOS MARÍN; SATORRE GRAU; VIEJO SÁNCHEZ, 1998 - *Gramática española*).

SD72:

La Academia, según tradición y prescripción, tiene el cometido de dar a luz su propia Gramática, que no debe confundirse con las de esa colección: la elabora una comisión, la examinan los plenos de la Española y de las Academias Correspondientes y Asociadas, y, al fin, se publica sin nombre de autor o autores: es la «Gramática de la Academia» [...]. Se le asigna, además, una función normativa llamémosla oficial, ajena a averiguaciones como las que siguen, las cuales no ponen sus miras en el bien hablar y el bien escribir. (BOSQUE; DEMONTE, 1999 - *Gramática descriptiva de la lengua española*).

SD73:

La Guerra Civil, que estalló un lustro después, paralizó considerablemente los proyectos de la Academia Española, [...]. En el IV Congreso de la Asociación de Academias, celebrado a fines de 1964 en Buenos Aires, presentaron don Salvador Fernández Ramírez y don Samuel Gili Gaya ponencias sobre la Nueva gramática, cuya redacción se les había encomendado a poco de ingresar en la Corporación, en 1960 y 1961 respectivamente. En el V Congreso, que tuvo lugar en Caracas en el verano de 1968, expuso Fernández Ramírez cuatro capítulos de la Nueva gramática y acordó el Pleno de la Asociación pedir a la Española que se acelerara en la medida de lo posible la redacción de la obra. [...] En el VI Congreso, celebrado en Quito en noviembre de 1972, presentó la Real Academia Española, [...] el resultado de los trabajos con el título de Esbozo de una nueva gramática de la lengua española y la advertencia de que se trataba de un mero anticipo provisional de lo que pronto sería su Gramática de la lengua española. Eran materiales básicos que deberían estudiarse, revisarse y ampliarse. Allí mismo se fijó un plazo de dos años para que las Academias asociadas dieran a conocer su opinión y formularan sus sugerencias, como en efecto hicieron. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

SD74:

En 1981 confió la Academia a don Emilio Alarcos la redacción definitiva de la gramática, tarea que completó a comienzos de los años noventa. Debía la

Comisión de Gramática supervisar todo el texto antes de someterlo, con los oportunos cambios, a examen de las Academias hermanas; pero, a la vista del particular planteamiento que presentaba, estimó oportuno, y así se acordó, que no fuera publicado como gramática académica, sino como obra personal. La Gramática española de Emilio Alarcos apareció en 1994 en la Colección Nebrija y Bello, que patrocina la Real Academia Española. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*).

Na sequência SD71, da gramática de 1998, de Marcos Marín, Satorre Grau e Viejo Sánchez, comenta-se sobre o *Corpus de Referencia de la Lengua Española*. Interessante notar que se utilizou *americanos* para se referir ao *corpus* nos dois países da América, mas em dois países diferentes, Argentina e Chile, que possuem variedades diferentes também entre si. Por outro lado, *peninsular* se refere à Espanha, que, embora também possua variantes, é apenas um país. Novamente, poderíamos dizer que há um silenciamento de determinadas variantes linguísticas de países da América Hispânica. É, de maneira geral, mais um comentário e, assim, confirmação e legitimação de um trabalho linguístico feito na América Hispânica que aparece no prólogo de uma *gramática española*, algo que normalmente não acontecia. No entanto, além do *Corpus* ter sido dirigido por Marcos Marín, um espanhol, este faz questão de escrever que foi durante a época em que ocorreu os 500 anos do Descobrimento: uma celebração que relembra a soberania da Espanha e a autoridade que, durante muito tempo, ela manteve, e que ainda mantém, sobre os países da América Hispânica em alguns aspectos. Com isso, podemos observar que, apesar de ter sido publicada em 1998 e de ter uma imagem de “espanhol comum”, há uma retomada da imagem de “somos diferentes”, de distanciamento, presente em prólogos anteriores.

A partir do prólogo e da *Introducción* da gramática de 1999, publicada por Bosque e Demonte, na maioria das vezes em que os países são citados, esta designação é feita por suas respectivas *Academias de la Lengua* ou pela *Asociación* da qual fazem parte. Na sequência SD72, a Espanha estaria sendo representada por *La Academia* e os demais países por *las Academias Correspondientes y Asociadas*. Segundo Pfeiffer (2007), as Associações funcionam como um “espaço que produz a um só tempo unidade e legitimidade” (PFEIFFER, 2007, p. 19). Muitas das vezes, a *Real Academia Española* (RAE), da Espanha, é a única designada junto com o artigo definido feminino singular *la*, sendo a mais especificada delas como *La Academia* apenas, como se pode averiguar na primeira frase da sequência SD72. Dessa forma, observa-se um provável reconhecimento maior da RAE, uma

autoridade, legitimidade e poder com relação às demais que, muitas vezes, são citadas como *Asociación* ou *Academias* e não de uma forma especificada como a RAE. Com isso, considerando que os países passaram a ser representados através de suas *Academias*, poderíamos dizer que há uma manutenção da superioridade na relação da Espanha com os demais países que falam espanhol.

Retoma-se a tradição da Espanha, nesse caso, da *Real Academia Española*, no âmbito gramatical, que tinha a responsabilidade de elaborar a sua própria gramática, que não é esta de 1999. Comenta-se o processo de elaboração dessa gramática da RAE, no qual uma comissão a elaborava, participantes da mesma *Academia* a examinavam e, por último, com um papel menor no processo, a examinavam também as demais *Academias Correspondientes y Asociadas*. Ou seja, os demais países figuram apenas em um processo similar ao de uma revisão do que de, propriamente, uma elaboração da obra. Isso demonstraria, novamente, a superioridade da Espanha, uma vez que sua gramática era considerada a *oficial* e, com isso, a mais divulgada como a “correta” da língua. Essa gramática, ademais, é publicada sem nome de autores, apenas como *Gramática de la Academia*, como se não pertencesse a ninguém em específico, mas à uma instituição renomada e que tem autoridade no assunto. Há, portanto, como já mencionamos no capítulo 2, uma mudança no sujeito-autor que, a partir de agora, passa a ser coletivo, pois é uma instituição, uma *Academia*, neste caso, a *Real Academia Española*. Como diz Luis (1998),

La firma “RAE” implica el anonimato de los autores: una gramática sin yo ni nosotros: la impersonalidad del academicismo. El cuerpo, en efecto, tiene más poder que sus miembros individuales para presentarse como portavoz de lo correcto. La firma como institución no deja ver a los individuos, y esa invisibilidad produce el efecto de que es la lengua misma la que declara las reglas. (LUIS, 1998, p. 35).

Ao dizer que *se le asigna* uma função normativa oficial, o efeito produzido seria como se essa função tivesse sido concedida à RAE e à gramática feita por ela de forma natural e não por decretos no decorrer dos anos.

Em seguida, ao caracterizar as averiguações da gramática de 1999 como as que não possuem o foco no bem falar e no bem escrever, depreende-se que as anteriores da RAE, até esse momento, tinham esse objetivo. Além disso, se consideramos que era a gramática da RAE elaborada por espanhóis, então falar e

escrever bem significava usar a variante (culta) do espanhol da Espanha em detrimento das dos demais países. Nesse sentido, reforça-se, uma vez mais, a superioridade espanhola no sentido de poder ser mencionada em um instrumento linguístico.

Na sequência SD73, conta-se o passo a passo do que acontecia nos *Congresos de la Asociación de Academias*, desde 1964, com relação à elaboração da *Nueva Gramática de la lengua española*, que foi publicada apenas em 2009. Acreditamos que essa sequência, além de corresponder à temática do prólogo de 2009, que comenta sobre e enaltece as *Academias*, seria uma forma de justificar o grande período de tempo sem uma gramática acadêmica e uma maneira de mostrar que se fazia algo com respeito a esse assunto durante esses anos.

Como já comentado anteriormente, nos prólogos do século XXI os países da América Hispânica costumam aparecer mais representados por suas *Academias de la Lengua* ou pela *Asociación de Academias*, possivelmente porque os prólogos do nosso *corpus* estão em gramáticas publicadas em nome da RAE e da *Asociación*.

Com relação ao que foi mencionado na SD73, a guerra civil paralisou os trabalhos da RAE e, ao que parece, as demais *Academias* não publicaram nada com relação à essa gramática acadêmica, ou melhor, não pareciam ter autonomia para isso, já que, a princípio, esse era o trabalho da *Real Academia Española*. Em seguida, cita-se, pela primeira vez em um prólogo, um *Congreso de la Asociación de Academias*, que aconteciam para discutir, dentre outros assuntos, a elaboração de uma nova gramática acadêmica, o que ratifica o que Pfeiffer (2007) diz, e que aqui retomamos: “os Congressos são lugares de legitimação de ideias (sentidos), de manutenção e de reprodução” (PFEIFFER, 2007, p. 20), como pode ser exemplificado com o relato da RAE e sua tentativa de elaboração de uma gramática acadêmica. Continuando o relato, em 1968, o pleno da *Asociación* ia pedir à RAE que acelerasse a redação da obra. Observa-se, então, que quem tinha mais autoridade e detinha mais poder nesta relação entre *Academias* / países era a Espanha. Em outras palavras, apesar de ser uma *Asociación*, da qual a RAE também faz parte, no momento da elaboração da gramática acadêmica, que serviria como exemplo e modelo para todos, é a *Real Academia Española* a responsável, pelo menos até esse momento. As demais *Academias* não interferiam na elaboração, apenas pediam para que agilizassem o processo, cabendo à RAE, possivelmente, aceitar ou não esse pedido. Dessa forma, pode-se observar um

papel de passividade das Academias Hispânicas com relação à língua espanhola, como se a língua não lhes pertencesse ou, ao menos, não tanto quanto pertencia à RAE e, conseqüentemente à Espanha, que tinha a autoridade para alterar e trabalhar com a língua espanhola. Além disso, eram autores espanhóis que a estavam elaborando, ou seja, a gramática seria escrita, pelo menos nesta primeira proposta, com a língua espanhola usada na Espanha. Além disso, isto pode ser notado quando se diz que foi apresentado o *Esbozo*, que era uma antecipação do que logo seria *su* gramática. A utilização desse possessivo (*su*) reafirma o efeito de que a gramática era apenas da RAE e, com isso, utilizava-se majoritariamente o espanhol da Espanha, apesar da *gramática académica* ser considerada a oficial em todos os países que possuem o espanhol como língua materna ou não, como já comentamos.

Após todos esses anos de elaboração, as *Academias asociadas* tiveram dois anos para dar opinião e formular sugestões sobre o que estava escrito. Observa-se a pequena consideração e importância que as demais *Academias*, e conseqüentemente seus países correspondentes, tiveram nas decisões desta gramática após anos de preparação. Além do pouco tempo dado para sugerir algo e dar opiniões, a RAE poderia aceitá-las ou não, não tendo, portanto, um grande poder de alteração sobre o que estava escrito, sobre o que se dizia sobre a própria língua. Há, portanto, uma manutenção da relação de superioridade da RAE / Espanha em relação às demais *Academias* e aos demais países da América, estando àquela autorizada para escrever instrumentos linguísticos. Poderíamos dizer, com isso, que há uma retomada da imagem de “somos diferentes”, de um distanciamento, apesar de uma tentativa, também, de “somos todos um”, de uma unidade.

Na última sequência desse bloco, SD74, segue-se comentando a respeito da mesma gramática que, ao final, foi publicada como obra pessoal. Novamente a RAE é a única que aparece definida com o artigo, produzindo um efeito de sentido como se só ela existisse como *Academia* ou, ao menos, a principal, ao citá-la como *la Academia* e não precisar de outro determinante ou outra designação. Em seguida, as demais *Academias* são designadas como *hermanas*, assim como na gramática de Bello, de 1847. Apesar dessa retomada da imagem de irmandade, de família, como se tivessem uma relação de fraternidade entre os países, assim como em 1847 podemos observar a RAE mais com uma relação de paternidade com os

demais países, uma instituição que tem mais autoridade nas decisões. Isto porque, novamente, uma *Comisión de Gramática*, provavelmente apenas com espanhóis, supervisionaria o texto e, novamente, por último, mais como revisores, veriam o texto as demais *Academias*.

No entanto, ao final, esta versão da gramática foi publicada como *Gramática española*, obra pessoal de Emilio Alarcos Llorach, responsável pela redação definitiva da gramática. Observa-se, com isso, que nesta versão, que primeiramente seria publicada como *oficial* e exportada para os demais países como *modelo*, a língua tomada como prototípica era predominantemente aquela presente na Espanha, e provavelmente a da região centro-norte, uma vez que ao ser publicada como obra pessoal, de um autor espanhol, o título da gramática passou a ser com o adjetivo *española* após gramática, contribuindo para o entendimento de que é da Espanha e, assim, consideraria sua variante mais aceita, a da região centro-norte.

É interessante que tenha retomado o termo *hermanas* para *Academias* que, no caso, seria para os países da América Hispânica. Retoma, com isso, como foi dito, o imaginário presente no prólogo de Andrés Bello, apesar de, novamente, não parecer haver essa relação de irmandade, já que o poder e a autoridade sobre as decisões da gramática e, conseqüentemente, sobre o que dizer sobre a língua só a RAE, e a Espanha, que possuíam. Bello é inclusive citado em seguida pelo fato dessa gramática de Alarcos Llorach ter sido publicada em uma coleção de nome *Colección Nebrija y Bello*, o que poderia, talvez, ter sido também um dos motivos para terem retomado o termo *hermanas* nesta sequência. Luis (1998) apresenta uma análise da capa da gramática em relação ao nome da *Colección*:

El nombre de esta, en efecto, es situado en lo alto de la tapa e inmediatamente debajo se lee "*Colección Nebrija y Bello*". Dentro de un cuadrado rojo que contiene el título y algún detalle dorado (discreta alusión a los colores de España), aparece el nombre del nuevo autor, el lingüista y académico, Emilio Alarcos Llorach. Arriba del título, también dentro del dicho cuadro, el escudo de la Academia con su consigna "*limpia, fija y da esplendor*". Es una presentación tan cuidadosamente elegida, Nebrija y Bello auspician simbólicamente el texto de Alarcos. Andrés Bello, aquel venezolano exiliado en Chile y autor de la primera gramática "destinada al uso de los americanos", de 1847 aparece, quizá para dar a América un lugar junto al fundador, Elio Antonio de Nebrija, célebre latinista que en 1492 publicó la primera gramática de la lengua española o castellana (LUIS, 1998, p. 34).

Ainda que possa ser esse um dos sentidos depreendidos em relação à gramática de Bello, podemos observar que, ainda nos anos 1980, havia a manutenção de uma hierarquia na qual redigia um espanhol, passava por uma *Comisión*, provavelmente também composta por espanhóis, e, por último, as *Academias hermanas* apenas examinavam. Assim como em Bello, apesar da produção de um efeito de sentido de fraternidade entre as nações ao designar *hermanas* as *Academias*, a relação de poder presente entre a Espanha e os países da América Hispânica, entre as responsabilidades que tinham com relação a elaboração de gramáticas, contradizem isso.

O segundo bloco corresponde a sequências do *corpus* relacionadas à proposta de elaboração da que foi publicada, pela RAE e ASALE, como *Nueva gramática de la lengua española*, e que, como observaremos nas sequências a seguir, parece ter uma preocupação em fazer compreender que foi uma obra feita em consenso entre as *Academias da Asociación*:

SD75:

En noviembre de 1998, en el marco del XI Congreso de la Asociación de Academias de la Lengua Española, celebrado en Puebla de los Ángeles (México), y por iniciativa de la Academia Chilena, recibió la Academia Española el encargo formal de abordar de manera definitiva la nueva edición, tan esperada, con la especificación de que debían elaborarla conjuntamente y de forma consensuada las veintidós Academias. Ello suponía un giro radical en el proceso, que correspondió impulsar y gestionar a lo largo de once años a don Víctor García de la Concha, como director de la Real Academia Española y presidente de la Asociación de Academias. Tras constituirse en cada Academia una Comisión especial de Gramática, fue designado ponente don Ignacio Bosque y, con posterioridad, se responsabilizó a don José Manuel Blecua de la sección de fonética y fonología. Esta parte constituirá un volumen independiente dentro de la presente edición, y se publicará junto con un DVD en el que podrán percibirse las variantes de pronunciación, entonación y ritmo del español en las distintas áreas lingüísticas. En el siguiente congreso de la Asociación (Puerto Rico, 2002) fueron aprobadas las líneas fundamentales de la Nueva gramática propuestas por el ponente y se acordó crear una Comisión Interacadémica, como órgano superior de decisión, integrada por representantes de las diversas áreas lingüísticas, [...]. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD76:

La obra que ahora ve la luz es el resultado de este ambicioso proyecto. No es solo una obra colectiva, resultado de la colaboración de muchos, sino también una obra colegiada, el último exponente de la política lingüística panhispánica que la Academia Española y sus veintiuna Academias hermanas vienen impulsando desde hace más de un decenio. El texto básico de esta Nueva gramática fue aprobado por todas y cada una de ellas en la sesión de clausura del XIII Congreso de la Asociación, celebrado en Medellín (Colombia) el 24 de marzo de 2007. Al acto, que presidieron Sus

Majestades los Reyes de España y el presidente de la República de Colombia, se unieron más de un centenar de rectores de universidades iberoamericanas y numerosos intelectuales y escritores que participarían de inmediato en el IV Congreso Internacional de la Lengua Española de Cartagena de Indias. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD77:

La gramática académica ha sido y es considerada generalmente «gramática oficial». Esta Nueva gramática ha sido, además, consensuada y aprobada por las veintidós Academias que integran la Asociación, por lo que sus recomendaciones normativas cuentan con el respaldo de esta institución internacional, sustentado en la autoridad que los hispanohablantes le reconocen en lo relativo a la fijación de la norma. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

Na sequência SD75 menciona-se quando e como decidiram fazer uma gramática conjunta entre as 22 Academias. Por iniciativa da Academia Chilena, em 1998, a RAE recebeu o aviso formal de abordar de maneira definitiva a nova edição da gramática, com a especificação de que deviam as 22 Academias elaborá-la conjuntamente e em consenso. Dessa forma, não foi por iniciativa da RAE, ou seja, da Espanha, mas de um país da América Hispânica. Acreditamos que isto é significativo, já que, antes, parecia que apenas a RAE tinha o direito de elaborar a *gramática oficial* e, sem essa iniciativa, talvez continuasse a ser assim. No entanto, apesar dessa alteração considerável na elaboração da gramática, a RAE precisou receber um aviso formal, o que mostraria, ao menos até este momento, que ela ainda continuava como autoridade, em uma posição de liderança com relação às demais, não tendo estas uma grande independência para realizar certas ações. Inclusive, é interessante observar que quem administrou o processo durante os 11 anos da elaboração da gramática foi Victor García, quem, durante este tempo, foi diretor da RAE e presidente da *Asociación de Academias*. Identifica-se, portanto, a manutenção da presença da Espanha e dos espanhóis no lugar de liderança, de supervisão, no que se refere à elaboração de instrumentos linguísticos.

Diferentemente do que aconteceu no processo de elaboração das gramáticas anteriores, foi constituída uma *Comisión especial de Gramática* em cada *Academia* e não apenas na *Española*. O conferencista e o responsável pela seção de fonética e fonologia também foram designados, não diz por quem, mas ambos são espanhóis. Essa parte de fonética e fonologia foi publicada separadamente junto com um DVD no qual se puderam perceber as variantes nas distintas áreas linguísticas. A questão da venda de uma gramática com um DVD com áudios, além de *marketing* para

consumo, devido à mundialização, também há a possibilidade de contato com outras formas de dizer (já devidamente selecionadas) da língua espanhola, que muitas vezes são procuradas com finalidade de aprendizado. Há também a questão da difusão das novas tecnologias, um diferenciador do século. Retomando Auroux (1998), é o que o autor denomina “terceira revolução tecnolinguística”, na qual há um “tratamento eletrônico da informação apresentada em linguagem natural [...], uma mecanização das formas privilegiadas da comunicação humana” (AUROUX, 1998, p. 289).

Admite-se, assim, a presença de variantes na língua, inclusive porque, como já dissemos, na época já seria impossível não admitir (ou melhor, seria uma injunção ao dizer sobre a variação linguística), apesar de não terem sido considerados representantes de diferentes áreas linguísticas, já vistas em estudos anteriores. Logo, podemos supor como um deslocamento, já que se costumava considerar apenas a variante espanhola. Em outras palavras, as variantes do espanhol, a princípio, são colocadas juntas em um único lugar, no DVD, uma ferramenta que parece funcionar como acumulação a-histórica de dizeres – memória metálica que “lineariza, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (ORLANDI, 2004, p. 15-16).

No seguinte congresso foram aprovadas as linhas fundamentais da Nova Gramática e decidiu-se criar uma *Comisión Interacadémica* como órgão superior de decisão, integrada por representantes das diversas áreas linguísticas. Dessa forma, além da *Comisión* em cada *Academia*, criaram também uma *Comisión* “superior de decisão”, que seriam representantes das diversas áreas linguísticas, ou seja, nem todos os países participariam, selecionando e excluindo países desta decisão final, ocasionando, novamente, um silenciamento destes países na gramática e de suas formas linguísticas.

Na sequência SD76 aparece o que diz ser, mais recentemente, a relação entre as *Academias* e a elaboração de instrumentos linguísticos: a *política lingüística panhispánica*, que começou a ser divulgada no início do século XXI. Podemos supor que se afirma que não é apenas uma obra coletiva, pois, por exemplo, em nosso *corpus*, a gramática descritiva de 1999, publicada com o apoio da RAE, foi uma obra coletiva. Além disso, dizer apenas isto pode ter outros efeitos de sentido, pois a colaboração de *muchos*, pode ser de qualquer um, é indefinido e, poderia ser, por

exemplo, de autores todos espanhóis, sem considerar os hispano-americanos, apesar de ser uma gramática descritiva da língua. Inclusive, utiliza-se da construção *no sólo...mas también*, dando ênfase no que se diz depois do *mas también*, que é o ter a característica de ser uma *obra colegiada*, ou seja, são vários os autores, mas que, nesse caso, são representados por várias instituições colaborando na realização da mesma gramática.

Essa obra colegiada é um exemplo do que seria a *política panhispánica* que há mais de uma década vem trabalhando a *Real Academia Española* e suas 21 *Academias hermanas*. Retoma a designação *hermanas* e, novamente, a imagem da relação que se observa entre a Espanha e a América Hispânica é a de superioridade e não a de fraternidade. Podemos observar também, por exemplo, que a RAE continua sendo a única nomeada, aparecendo primeiro na escrita e separada das demais, unidas e designadas apenas por *Academias*. A través de uma sintaxe que, segundo Celada, Costa e Brianezi (2015), “produce el desnivel [...] observado en esa secuencia, pensamos que la partición de la lengua entra en relación con una división del trabajo entre RAE y ASALE: las academias colaboradoras, ‘hermanas’” (CELADA; COSTA; BRIANEZI, 2015, p. 274). Dessa forma, embora normalmente o conector “y” receba a classificação de aditivo, aqui estaria produzindo sentidos relacionados à separação e não à união. Nesse contexto, inclusive, a presença da RAE antes, na escrita, poderia ter como efeito de sentido esta *Academia* como “ponto de referência”, como se ela tivesse começado com essa ideia de *política panhispánica*, ela e suas irmãs, mostrando o papel e a autoridade que as demais têm (ou não têm) e, conseqüentemente, seus países. Com relação à língua, poderia estar relacionado com o que dizer ou não sobre ela, o que publicar ou não etc.

Na época, era a mais recente obra resultado da *política lingüística panhispánica*, que “se refleja en la colaboración, difusión y actualización conjunta de las nuevas publicaciones, en las que ya aparecen la RAE y la ASALE como coautoras de las obras.”³⁴ Apesar de ser uma obra em conjunto e apresentar-se como uma nova política linguística, ao escrever o nome das *Academias* na SD, separa a *Española* das outras *veintiuna Academias hermanas*, produzindo um efeito de sentido como se não formassem todas parte da mesma *Asociación*, o que também acontece na própria explicação do que seria *política lingüística*

³⁴ Fonte: <http://www.rae.es/la-institucion/politica-linguistica-panhispanica/historia>

panhispánica no site da RAE, ao separarem a RAE da ASALE. Novamente o adjetivo *hermanas*, não estaria produzindo uma imagem de fraternidade, mas, poderíamos dizer, de paternidade e superioridade da RAE com relação às demais *Academias*, que não são nomeadas, enquanto que a RAE parece uma instituição mais como a ASALE e não pertencente a ela. Ao fazer essa separação, poderíamos considerar uma retomada da imagem de “somos diferentes”, de distanciamento, que, pelas nossas análises, talvez podemos pensar que apenas tenha diminuído em alguns prólogos e aumentado em outros, ainda que haja a tentativa de construção de uma imagem de “somos todos um”, de unidade.

A marcação da temporalidade, de que a RAE e as 21 *Academias* irmãs vem desenvolvendo há mais de uma década a *política lingüística panhispánica*, causaria um efeito de sentido de que possuem autoridade para falar sobre o tema, para fazer obras dentro deste tema, uma vez que não é algo tão recente e já há anos estudam sobre isso, dando-lhes legitimidade. Ao final, diferentemente das versões anteriores em que as *Academias hermanas* recebiam o texto final apenas em um sentido mais como para fazer uma revisão do mesmo, enfatiza-se que o texto básico foi aprovado por todas e cada uma das *Academias*. Observa-se uma necessidade de repetição desta característica, possivelmente em uma tentativa de conseguir a crença, pela repetição, de que foi por *todas y cada una de ellas*.

Ao ato de aprovação, em um dos Congressos da *Asociación*, presidiram, ou seja, ocuparam o lugar mais importante, os reis da Espanha e o presidente da Colômbia. Uniram-se a eles mais de uma centena de reitores de universidades e intelectuais e escritores. Como anteriormente mencionado, há essa provável diferença entre autoridades devido ao lugar de legitimação que a cada um lhe corresponde nos países. Na América Hispânica, esse lugar é atribuído às universidades, na Espanha está representado pelos reis, junto ao presidente da Colômbia, país onde aconteceu o Congresso. Apesar disso, podemos observar que apenas a Espanha está junto ao presidente da Colômbia, ocupando um lugar importante, o de presidir, como se ainda fosse necessário estar os que sempre estiveram, e os que deverão estar sempre, os “chefes”, os reis da Espanha; o que poderia estar relacionado e se justificaria pela imagem de superioridade, de paternidade da Espanha com relação aos países da América Hispânica, como já comentamos anteriormente. Além disso, a presença dos reis da Espanha produz um efeito de sentido de que a questão linguística pertence a uma posição política, como

diz Lagazzi-Rodrigues (2007) ao citar Orlandi (2000). Nos demais países, o efeito produzido seria o de ser uma questão mais científica. De uma forma ou de outra, é uma questão de política linguística, na qual, atualmente, “a língua é vista como um recurso econômico, como um setor estratégico com capacidade de atrair novos consumidores para os produtos nacionais” (LAGARES, 2018, p. 110). No caso da Espanha, como estratégia de *marketing* tem-se a “Marca España³⁵”, “na qual a língua é vista como um recurso estratégico que pode angariar consumidores nos mais diversos setores, do turismo aos produtos alimentares” (LAGARES, 2018, p. 110).

A gramática acadêmica e sua autoridade é o tema da sequência SD77. Confirma-se o título que há anos a gramática acadêmica da RAE possui: gramática oficial. No entanto, esta de 2009, diferentemente das anteriores, foi feita em consenso e aprovada pelas 22 Academias que integram a *Asociación*.

Em *La gramática académica ha sido y es considerada generalmente «gramática oficial»* silencia-se o fato de que, até antes dessa, a gramática acadêmica era a elaborada apenas pela RAE. A temporalidade marcada com *ha sido y es*, mostra que há um tempo que já é considerado e continua, ou seja, há uma tradição. Outra questão interessante é por quem *es considerada* gramática oficial? Como não há uma resposta, parece que simplesmente é, naturalmente, pois existiam outras gramáticas, mas não eram oficiais nem acadêmicas.

Esta gramática além de ser considerada acadêmica, ela é uma *Nueva* gramática. E isto porque, como aparece na sequência, ‘*esta Nueva gramática ha sido, además, consensuada y aprobada por las Academias*’. Ao retomar a questão de ser algo consensual entre as *Academias* e aprovado por todas, volta a escrever junto e colocar todas as *Academias* em uma só expressão e não separadas, mantendo a imagem de ter sido um trabalho realizado em conjunto: “*las veintidós Academias*” que integram a *Asociación*. Desta maneira, a RAE faz parte da *Asociación* e todas, aparentemente, possuem a mesma autoridade. Explica-se, então, as recomendações normativas, termo retomado novamente, produzindo um efeito de sentido como se não estivessem obrigando a utilizar o que lá se diz, mas, ao mesmo tempo, poderíamos dizer que estão, pois ao usar ‘recomendações’ traz a

³⁵“Desde 2012, a “Marca España” é uma política de Estado, que conta com um Alto Comissariado do Governo, com categoria de Secretário de Estado, com o objetivo de gerir e coordenar a atuação das diversas administrações públicas na promoção da imagem do país” (LAGARES, 2018, p. 110).

ideia de poder usar algo ou não. Justifica-se que as normas tem o respaldo da *Asociación*, instituição internacional, especificação que usa de sua autoridade, talvez para atribuir uma importância maior, um gesto de argumentação para que os falantes usem e respeitem. Essa autoridade, por sua vez, é a que os hispano-falantes lhe reconhecem no relativo à fixação da norma. Retoma-se, aqui, um ideal antigo de fixação da norma e da língua que, como podemos observar, ainda se mantém, apesar do destaque que os estudos sociolinguísticos e sobre o uso da língua receberam nas últimas décadas. Comenta-se esse reconhecimento dos falantes como se tivesse sido um acontecimento natural, decisão dos próprios falantes, e não leis e decretos ao longo dos anos que conferiam essa autoridade à RAE e depois à ASALE também. Em outras palavras, ao dizer que os falantes são os que reconhecem a autoridade, parece que os falantes decidiram, por eles mesmos, reconhecerem essa autoridade, havendo um silenciamento do processo de leis e decretos que determinavam a RAE como autoridade, que obrigava a utilização, no ensino, dos instrumentos linguísticos elaborados pela RAE etc. No caso da América Hispânica, há um silenciamento ainda maior, já que houve tentativas de acabar e/ou diminuir com as formas da língua espanhola de lá.

Importante lembrar, novamente, que esse reconhecimento foi sendo construído ao longo dos anos pelo Estado e pela própria RAE, principalmente, e pela *Asociación*, quando esta se formou, através de leis, como a que determina ser a gramática da RAE a oficial nas escolas, e através de instrumentos linguísticos. Há, também, uma contradição na função da *Asociación*, pois como pode dar recomendações normativas e fixar normas ao mesmo tempo, como se diz no final da SD77? Poderíamos dizer que esse seria um exemplo das relações de contradição presentes nos discursos gramaticais: uma “ação do interdiscurso como *memória discursiva* agindo no intradiscurso na produção de diversos *efeitos de memória* nos enunciados” (ZOPPI FONTANA, 1997, p. 145 *apud* ZOPPI FONTANA, 2012, p. 233-234, grifos da autora).

No terceiro bloco há recortes da gramática de 2011, publicada pela RAE e ASALE, que, por questão de uma melhor organização para a análise, decidimos colocá-los juntos por serem do mesmo ano, e, assim, poder analisá-los melhor. Apenas a última sequência do bloco pertence à gramática de 2009, também elaborada pela RAE e ASALE, pois se parece em estrutura com um fragmento da de 2011. Vejamos as sequências a seguir:

SD78:

El tercer volumen de la *Nueva gramática de la lengua española. Fonética y fonología*, así como el DVD *Las voces del español. Tiempo y espacio*, se basa en el estudio científico de los aspectos generales de ambas disciplinas en todas las dimensiones de la investigación actual del español. Se completa con este volumen, dedicado a la fonética y a la fonología, el ambicioso proyecto acometido por las veintidós Academias de la Lengua Española de elaborar una Nueva gramática de la lengua española que sustituyera a la ya lejana gramática académica de 1931. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD79:

Se inserta esta *Fonética y fonología* en la serie de obras de carácter panhispánico que las academias vienen desarrollando en la última década. Esta línea de trabajo se desarrolla en una doble vertiente. Se trata, en primer lugar, de una obra en la que han participado especialistas procedentes de América y de España, y que ha sido consensuada por las veintidós Academias de la Lengua Española, a lo largo de debates en comisiones durante los últimos años. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD80:

Existen componentes que explican la comunidad de realizaciones fonéticas entre España y América, como el seseo, por ejemplo, procedente de los orígenes meridionales de los viajeros a los virreinos en los siglos xvi y xvii. Además de su gran profundidad científica, el DVD contiene una vertiente eminentemente didáctica, que se concreta en el curso de fonética acústica y articulatoria, que va a permitir el autoaprendizaje de esta materia. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD81:

Esta obra es la culminación del trabajo y la generosa colaboración de muchas personas e instituciones. La Real Academia Española y la Asociación de Academias dejan constancia de su gratitud en la relación inicial de colaboradores y en la *tabula gratulatoria*. (RAE; ASALE, 2011 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD82:

La construcción de esta *Nueva gramática de la lengua española* ha sido posible gracias al denodado esfuerzo y la generosa colaboración de un gran número de personas e instituciones a lo largo de once años. La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española dejan constancia de su gratitud a todas ellas en la relación inicial de colaboradores y en la *Tábula gratulatoria*. Manifiestan, al tiempo, el propósito de mejorar y actualizar de continuo esta obra con las observaciones que se formulen y con el estudio más profundo de las materias expuestas, todo ello con el objetivo supremo de servir a la unidad del español. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

Na sequência SD78, pelo título (*Fonética y fonología*) observa-se que é uma gramática acadêmica, endereçada a sujeitos considerados com um maior

conhecimento, mais específico³⁶. É a primeira vez que aparece, neste prólogo de 2011, sobre o *ambicioso proyecto* que foi fazer essa gramática junto com as *veintidós Academias de la Lengua Española*. Aparecem, já na primeira vez, todas “unidas” em um mesmo termo, fazendo parte da mesma *Asociación*, diferentemente do prólogo anterior, de 2009, reforçando o efeito de que realmente foi elaborada em conjunto, por todas e em consenso. Observa-se a autoridade da RAE em questão de gramática acadêmica e oficial, pois estavam fazendo, na época, 2009 e 2011, a gramática para substituir a anterior, considerada acadêmica e oficial, de 1931. Em outras palavras, houve gramáticas durante esse tempo, mas nenhuma admitida de forma acadêmica e oficial como as gramáticas das *Academias*.

Na seguinte sequência, SD79, explica-se o que seria uma obra de caráter pan-hispânico, como a gramática na qual o prólogo se encontra. Novamente apareceram todas juntas designadas como *academias* e não separadas como na maioria das vezes apareceram na primeira parte publicada em 2009. No entanto, isto pode ser, também, por estarem comentando, nesta SD, sobre as obras *panhispánicas* e o sentido desta palavra se relacionar a uma imaginária “união”, uma unidade, entre Espanha e América Hispânica. Explica-se, em seguida, o que seria uma obra de caráter pan-hispânico e, apesar da América aparecer escrito primeiro, ainda assim, separa América e Espanha, colocando-as lado a lado novamente, como se possuíssem a mesma relação, apesar da América ser um continente e Espanha apenas um país. Designa *veintidós Academias*, mas, novamente, comenta-se a questão de ter sido algo em consenso, logo, colocar todas juntas em uma só designação reforça uma imagem de conjunto, de acordo entre todas.

O tema da sequência SD80 é o conteúdo do DVD que é publicado junto com a gramática de 2011. Apesar de *comunidad* aparentar estar no sentido de comum, ou seja, realizações fonéticas que ambos os lugares realizam, a utilização de “comunidade” pode reforçar o sentido de que Espanha e América Hispânica são como uma comunidade que compartilham coisas, nesse caso, realizações fonéticas desde muito tempo. Expõe como exemplo o *seseo*, característica bastante associada à América Hispânica, que é procedente das origens meridionais dos viajantes espanhóis aos *virreinos*, nas colônias, nos séculos XVI e XVII. Podemos

³⁶ O que também poderia ser notado com a presença de um curso de fonética no DVD que acompanha a gramática (SD80), e provavelmente por isso mencionou-se no prólogo anterior que fariam outras versões dela.

dizer que há um silenciamento de como isso foi feito, a base de imposição. Inclusive, há um efeito de sentido de que parece ter sido natural, como em uma viagem espontânea aos *virreinos*, e não devido à colonização.

Observa-se que inclusive a característica que, agora, é bastante associada à América Hispânica foi, de alguma forma, ligada à Espanha. Poderia ser uma forma de retomar a imagem de “comunidade” e uma tentativa de juntar Espanha e América em um só espanhol, retomando o efeito de sentido de terem todos a mesma língua, de terem “uma base comum”, como se costumava repetir em sequências discursivas que analisamos anteriormente.

Na sequência SD81 é a única vez em que aparece a RAE separada da *Asociación* ao mencionar as *Academias* em todo o prólogo de 2011. Pode ser que o papel da RAE, de autoridade nesse trabalho, seja retomado, ou pode ser um hábito arraigado, mas observa-se que essa parte de agradecimento do prólogo é praticamente igual, talvez com pouquíssimas modificações, ao da gramática de 2009 (SD82), na qual havia mais separações entre a RAE e as *Academias*, podendo ser uma cópia do modelo desta.

Por último, na SD82, como pertence à gramática de 2009, há a separação da RAE da *Asociación* ao final, mesmo ao escrever seu nome completo, continuando a produzir sentidos como se não fizesse parte da *Asociación*, apesar de fazer. Um dos efeitos de sentido produzido pode ser o de que a RAE fez uma maior parte durante o processo de elaboração da gramática, ou teve um papel ou autoridade maior. Se considerarmos que o presidente da RAE e da *Asociación* foi a mesma pessoa durante mais de uma década nesse processo de elaboração, podemos considerar esse gesto de interpretação.

Apesar de todos esses anos, o objetivo *supremo* continua sendo o mesmo: servir à unidade do espanhol. No início deste prólogo, de 2009, diz que há muita coesão linguística, porém, se diz que é para servir à unidade, observa-se que haveria ainda risco de perder essa unidade, como inclusive vimos, durante nossas análises, que esse medo ainda persistiria. Em outras palavras, supostamente alcançaram essa unidade que queriam e, apesar de todos esses anos, continuam acreditando nesse imaginário de unidade de língua, pois, se é para servir à unidade do espanhol, ainda acreditam ser possível essa unidade.

Em resumo, apesar de haver passado muitos anos, o objetivo supremo ainda é servir à unidade da língua, o que pressupõe ainda um medo a uma desintegração

da língua espanhola e, como vimos, um papel de “supervisor” da Espanha neste processo, uma vez que quem tinha esse objetivo, esse temor, e quem teve função de destaque na elaboração da gramática, foi a RAE e, conseqüentemente, a Espanha.

As próximas sequências são da gramática de 2009, publicada pela RAE e ASALE, e especificam as áreas linguísticas consideradas na elaboração da gramática, além de determinados países e seus “espanhóis”. É interessante essa alteração da apresentação da América Hispânica nos prólogos das gramáticas, uma vez que, como vimos, na maior parte das vezes ela era designada apenas como *América*, havendo um silenciamento dos vários países existentes no continente e, conseqüentemente, das diferentes culturas, línguas, enfim, da diversidade. Vejamos os recortes a seguir:

SD83:

La variación geográfica tiene aquí muy abundante presencia, si bien no debe esperarse el grado de detalle que correspondería a un tratado de dialectología. Las referencias geográficas específicas se introducen muchas veces en función de países o de regiones, pero en la mayor parte de los casos se establecen a partir de zonas o áreas lingüísticas más amplias. Son las que están representadas en la Comisión Interacadémica de la Nueva gramática que coordinó los trabajos, las mismas que se establecieron para el Diccionario panhispánico de dudas: Chile, Río de la Plata, área andina, Caribe continental, México y Centroamérica, Antillas, Estados Unidos y Filipinas, y España. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

SD84:

En un sentido estricto, podría parecer que existe solapamiento o traslape entre algunas de esas áreas (no cabe duda, por ejemplo, de que una parte de México y de Centroamérica es «área caribeña»). No obstante, esas superposiciones parciales se dan también en otras divisiones que suelen establecerse entre las áreas lingüísticas del español americano. Es sabido, por ejemplo, que un buen número de usos del español panameño son compartidos por el colombiano, mientras que otros son comunes a los demás países de Centroamérica. La denominación área andina comprende aquí, como es habitual, Perú, Ecuador y Bolivia. Existen, como es obvio, los Andes chilenos o los Andes venezolanos, pero el término andino se usa convencionalmente en lingüística (y también en historia o en antropología, entre otras disciplinas) con la extensión restringida por la que aquí se opta. De forma análoga, se usará la denominación Río de la Plata para abarcar el conjunto de la Argentina, Uruguay y Paraguay. Al igual que se emplea en lingüística la expresión francés europeo (el de Francia, Bélgica y Suiza) para oponerlo al canadiense o al hablado en otras partes del mundo, se adopta el término de español europeo para hacer referencia al hablado en España. Como es obvio, español europeo no equivale a español peninsular, ya que solo el primero incluye los territorios insulares españoles. (RAE; ASALE, 2009 - *Nueva gramática de la lengua española*)

Na sequência SD83 se expõe como será explicada a variação geográfica na gramática. Ao dizer que essa variação é bastante presente, mas não é para se esperar tantos detalhes como em um tratado de dialetologia, cria-se uma expectativa no leitor, inferior, no caso, mas observa-se, ao mesmo tempo, uma filiação a esses saberes. Poderia ser, também, um gesto de argumentação para a pouca aparição de detalhes da variação.

É a primeira vez, no nosso *corpus*, que as referências geográficas são introduzidas em função de países, regiões, zonas ou áreas linguísticas, a saber: *Chile, Río de la Plata, área andina, Caribe continental, México y Centroamérica, Antillas, Estados Unidos y Filipinas, y España*. Observa-se que os países nomeados são Chile, México, Espanha e, em adição recente e colocados juntos, Estados Unidos e Filipinas. Com relação aos demais, *Río de la Plata, área andina, Caribe continental, Centroamérica, Antillas*, os países não são citados, e, apesar de estarem nestas zonas / áreas linguísticas, observa-se que há uma manutenção de uma relação desigual, se comparados com os países que foram citados, pois, retomando Guimarães (2003, p. 54) “um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte”. Ao não ser designado, não produz efeito de sentido, havendo seu silenciamento. Entretanto, diferentemente da maioria dos prólogos anteriormente analisados e das gramáticas, as variações e referências geográficas não são designadas mais, por exemplo, apenas como “América”, o que poderia ser considerado como um deslocamento nessa relação.

Supondo, talvez, que alguns leitores pudessem fazer uma crítica às separações das áreas linguísticas mencionadas na SD83 - um mecanismo de antecipação (ORLANDI, 2005) -, seguiu-se a SD84. Primeiro, admite-se que há uma sobreposição entre algumas dessas áreas, utilizando novamente expressões como *no cabe duda*, que nos remete ao *es imposible*, dos fragmentos de presença ou não de autores hispano-americanos nos exemplos das gramáticas. Continua explicando que isso costuma acontecer em outras divisões que costumam se estabelecer entre as áreas linguísticas do *español americano*. Nessa afirmação, podemos observar o reconhecimento, portanto, de que há o espanhol americano e o espanhol europeu, diferentes, e não haveria, a princípio, grandes problemas na divisão das áreas linguísticas do espanhol europeu. Ao dizer *español panameño e colombiano*, poderíamos entender, então, que há um espanhol, ou melhor, uma variação da

língua em cada país. Diz ainda que se compartilham muitos usos linguísticos na América, e não comenta nada sobre a Espanha, mas, ainda assim, uma das imagens que se cria é a de que existiria um espanhol para cada país, retomando essas tensões e contradições que existem nos discursos dos prólogos das gramáticas de língua espanhola. No entanto, continua havendo silenciamento de variedades, de “espanhóis”, principalmente dos países da Centro América, enquanto se destacam outros, de países e áreas linguísticas que, considerando o horizonte de retrospectão, poderiam ser vestígios da valorização direcionada apenas a essas áreas e países em gramáticas e estudos anteriores.

Utilizam, também, autoridades, no caso a ciência e disciplinas científicas, como a linguística, como gesto de argumentação na utilização de certos termos. Observa-se, portanto, a influência desta na elaboração desse instrumento linguístico. Dessa forma, retira também parte da responsabilidade do que está escrito, pois poderia atribuir o que foi dito à linguística.

Por último, refere-se ao espanhol falado na Espanha como *español europeo*. Tenta-se justificar a designação dizendo que no caso do francês europeu são três países, mas no espanhol é apenas um. Justifica a designação, também, porque inclui as ilhas, algo que até então não se comentava, e o antigo *peninsular*, não as considerava. É interessante observar a presença de vários *Como es obvio* nesta sequência, que produziram um efeito de sentido de que o que está escrito é o que é certo, o que todo mundo sabe ou ao menos deveria saber, já que é posto como óbvio.

Na análise dos prólogos, observamos a tentativa de uniformizar as “formas de comunicação” e de conformar a diversidade linguística, substituindo, muitas vezes pelo silenciamento, tal diversidade pela pretensa unidade da língua do centro-norte da Espanha (língua única e transparente). Uma forma ilusória de garantir que todos (sujeito universal) os cidadãos da Espanha e dos demais países (hispano-americanos) utilizem e compreendam a forma “comum”, considerada a eficaz e “bem sucedida” (DI RENZO, 2012, p. 30). Afinal, no nosso *corpus*, a “integridade da língua significa a identidade de uma língua e de um povo” (GUIMARÃES, 2007, p. 77) ou, ainda, de vários povos.

Apesar de serem comuns muitos dos pressupostos de base da Sociolinguística a partir da metade do século XX, é possível “reafirmar o que Pêcheux e Gadet (2011) propuseram: o debate logicismo-sociologismo consome a

linguística como um todo” (SANTOS, 2015, p. 114). Assim, em nossa análise, os saberes apontam para os filiados à via sociologista, mas também apontam para saberes filiados à via logicista, mais defendida e estudada, principalmente, séculos antes.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que o processo de gramatização é uma das formas de se fixar as línguas e o estudamos, aqui, por meio de processos historicamente determinados pela política e pela ideologia. Em nosso trabalho, lidamos com instrumentos linguísticos, instituições e formas de autoria para verificar retomadas de saberes e já-ditos que auxiliaram em manutenções ou deslocamentos de sentidos e de imagens produzidas. Na HIL e, mais especificamente para Auroux (1992), as gramáticas, das quais analisamos os prólogos, como são instrumentos linguísticos, teriam uma função mais instrumental e técnica: a de aumentar a competência linguística dos falantes (SOBRINHO, 2013, p. 310); objetivo encontrado, inclusive, em alguns dos prólogos mais recentes analisados. Entretanto, utilizamos a HIL em confluência com a AD e, dessa forma, a história passou a ser constitutiva da discursividade, ou seja, consideramos a inserção dos efeitos materiais da língua na história e trabalhamos seus sentidos, que não estavam já postos, visto que são regulados por meio de condições de produção específicas. Dessa forma, há um deslocamento e as gramáticas, no nosso caso os prólogos, passam a ser analisadas segundo seu funcionamento discursivo, que, como já citado, além de histórico é ideológico.

Além disso, um aspecto característico das pesquisas no Brasil, que utilizam a HIL e a AD, é a relação com a questão da língua nacional. Os primeiros e principais trabalhos realizados com essas teorias têm como tema as relações entre língua, sujeito, Estado brasileiros (SOBRINHO, 2013, p. 311), havendo grupos de pesquisa até os dias atuais. Como utilizamos autores que fazem parte desses pesquisadores e a teoria como é mais utilizada no Brasil, nossas questões, apesar de serem sobre a língua espanhola e os países onde é utilizada, também versaram sobre língua, sujeito e Estado(s).

Considerando o exposto, as gramáticas funcionariam, então, como lugar de construção de uma unidade imaginária da língua espanhola, reforçada pelo princípio de autoria e pela constituição de evidências historicamente constituídas. Das gramáticas, como mencionado, analisamos o prólogo, definido como uma textualidade de apresentação, cujo funcionamento seria introduzir, dar sentido ao objeto histórico, e que também seria capaz de projetar imagem(ns) de língua.

A designação, que “não é algo abstrato, mas linguístico e histórico” (GUIMARÃES, 2003, p. 54), foi a categoria que mais sentidos produziu para a língua espanhola, seja da América Hispânica, seja da Espanha. Durante muitos anos, produziu-se um imaginário dos países da América Hispânica ainda subordinados à Espanha, pelo menos até o século XX, quando começou a haver deslocamento desses sentidos, mas não totalmente, pois, ainda hoje, continua produzindo efeitos.

Retomamos nossos questionamentos, nos quais baseamos nossas análises:

A) como é(são) constituída(s) a(s) imagem(ns) da língua espanhola da América Hispânica? Em geral, em relação com a língua espanhola falada na Espanha e tomando esta como referência. Apenas no final do século XX, provavelmente devido também às formas de saber instituídas por meio de pesquisas da sociolinguística, observaram-se referências mais específicas a um espanhol da América, por meio, principalmente, de designações e da territorialidade. Apesar da ampliação da discussão teórica sobre a diversidade e a variação na língua com a sociolinguística, há uma tentativa de integrar a variação a uma unidade imaginária da língua que, como vimos, fazia parte de uma política linguística da RAE e da ASALE e que, ao final, mantém a superioridade da língua espanhola da Espanha.

B) De que modo essa(s) imagem(ns) funciona(m) nos prólogos das gramáticas de língua espanhola entre os séculos XIX e XXI? Como observamos, essas imagens funcionam de distintas maneiras, podendo retomar uma memória colonial, produzir efeitos de sentido de uma relação de irmandade entre as nações, e de uma relação de distanciamento e unidade, que designamos de “somos diferentes” e “somos todos um”, respectivamente, segundo a relação de tensão existente entre os países da América Hispânica e a Espanha no que se refere à autoridade e legitimidade do saber metalinguístico. Podemos apontar, aqui, para restos de efeitos de colonização que ressoam em vários prólogos de gramáticas; dada sua força fundacional da colonização linguística espanhola.

C) Como a(s) imagem(ns) da relação entre Espanha e América Hispânica influenciam na questão linguística? Ambas estão interrelacionados, pois, afinal, o político se inscreve na língua. Dessa forma, a colonização, decretos, criação de associações, acordos, guerras etc., entre ambos os territórios influenciarão na questão linguística, como uma forma de assegurar um poder neste âmbito e que, como vimos, geralmente está relacionada com a Espanha. Podemos voltar neste ponto às reflexões teóricas elaboradas por Pêcheux e Gadet (1998). Os referidos

autores criticam duas tendências da linguística, a saber: logicismo e sociologismo, ao apontar as contradições em seus princípios constitutivos. Ao longo das análises, observamos que nos prólogos das gramáticas produzidas no fim do século XX e início do XXI, há uma forte tendência ao sociologismo positivista ao incorporar noções teóricas, sobretudo, da sociolinguística. Como os autores citados nos lembram, nessa tendência denega-se o político, como bem pudemos observar nas sequências recortadas.

Com relação às análises, primeiramente, a língua espanhola seria uma, com um mesmo passado comum. No entanto, produzem-se sentidos da América Hispânica como inferior, atraso e a Espanha como superior, novidade. As decisões normativas relacionadas à língua estiveram durante séculos apenas com a RAE, permanecendo a Espanha com a centralidade das decisões e do poder, havendo silenciamento, por exemplo, de civilizações que existiam antes dos espanhóis chegarem à América. Após essa relação de distanciamento, há uma de aproximação por meio da imagem de “irmandade”. Com isso, observa-se uma relação de tensão entre América Hispânica e Espanha, entre distanciamento e aproximação, que será mantida durante os séculos. Produz-se um efeito de sentido de que fariam todos parte de uma mesma família, mas ao tomarem decisões em relação à uma gramática acadêmica, as Academias dos países da América, designadas como *hermanas*, pareciam possuir menos autoridade sobre a língua, uma vez que tinham a função de apenas revisar e dar uma opinião, que poderia ser aceita ou não, pela RAE. Haveria, portanto, uma hierarquia entre quem pode dizer o quê sobre a língua espanhola.

Após a imagem de irmandade, volta a enfatizar o que é diferente, produzindo, novamente, um distanciamento e reforçando as tensões e contradições presentes nessa relação entre América Hispânica e Espanha, que ao mesmo tempo em que se aproxima se distancia, e não impede uma reaproximação também, às vezes na mesma sequência discursiva. Admite-se a existência de “espanhóis” diferentes em outros países, ainda que, a princípio, pareçam ser consideradas línguas diferentes e sejam desqualificadas pela maioria. Ainda assim, embora haja gestos de argumentação em alguns prólogos, a América Hispânica parecer estar presente apenas para confirmar presença, pois a diversidade permanece muitas vezes silenciada em uma relação de poder, superioridade e autoridade da Espanha e da RAE, na qual se teria como objetivo a “unidade linguística”. Dessa forma, apesar de

haver deslocamentos significativos ao longo dos séculos, há retomadas de aspectos da tradição gramatical espanhola, como se fosse preciso manter o lugar da Espanha como autoridade na produção do saber metalinguístico.

Após esse período, haveria uma tentativa de retorno à unidade, seja com relação ao tratamento entre os países seja com relação à questão linguística. A língua passa a não ser mais “dividida”, é apenas a língua espanhola em todos os lugares que a falam. Aumenta a divulgação do imaginário de um espanhol comum e compartilhado e, inclusive, a designação dos falantes (*hispanohablante*) englobaria um imaginário de *todos* os falantes da língua espanhola, não importando o território, reforçando a ideia defendida na atual política pan-hispânica: a da diversidade na unidade. Outra imagem depreendida seria a de quem fala a língua espanhola, pois, com a mundialização (ORLANDI, 2014), a divulgação e o estudo do espanhol como língua estrangeira cresceu consideravelmente, fazendo com que se tivesse como destinatário também os estrangeiros.

Como novidade na gramática de 2011, publicada pela RAE e ASALE, publica-se um DVD com variantes da língua espanhola de algumas áreas linguísticas, a princípio “ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (ORLANDI, 2004, p. 16). No entanto, de nossa visada teórica, consideramos que as escolhas não são neutras e, como vimos em nossas análises, há silenciamentos.

Pelo exposto, podemos depreender que o imaginário linguístico construído nos prólogos das gramáticas de língua espanhola publicadas, em sua maioria, na Espanha foi feito a partir da valorização da língua espanhola da Espanha, em sua norma culta, em detrimento da língua espanhola seja com relação ao estilo seja à forma, utilizada na atual América Hispânica. A língua espanhola falada nos países da América foi, durante séculos, vista como erro ou corrupção, uma forma que se desviava da língua pura e correta (a língua espanhola do centro-norte da Espanha) e que, nos prólogos mais antigos, se dizia que deveria ser evitada. Essa imagem de língua é deslocada nos prólogos das gramáticas mais atuais, recebendo o espanhol da América Hispânica um reconhecimento de existência e certa aceitação, como uma variante legítima e complexa da língua. Há, no entanto, como vimos, uma retomada da busca e manutenção da unidade da língua espanhola, objetivo que se mantém desde a primeira gramática publicada em 1492.

Como anteriormente citado, a *Real Academia Española*, apoiada pelo Estado espanhol, foi, durante séculos, a única instituição legitimadora responsável pelas

decisões sobre a língua espanhola e, durante décadas, a única responsável pela elaboração de instrumentos linguísticos. Após o surgimento das *Academias* de língua nos países da América Hispânica, a RAE, ainda assim, permaneceu realizando as principais ações e decisões, o que depreendemos como uma relação de superioridade e hierarquia entre as *Academias* e seus respectivos países. Nas gramáticas mais atuais, apesar de uma presença mais marcada das demais *Academias* e do maior reconhecimento da diversidade, esta ainda permanece muitas vezes silenciada em prol de uma imaginária unidade linguística, e, como diz Fanjul (2011), “não se estrutura em torno da legitimação de uma variedade de prestígio por cima das outras, mas da tutela indireta sobre todas elas” (p. 318). Além disso, como vimos nos prólogos mais recentes, algumas decisões ainda permanecem, de alguma forma, mantendo a autoridade da RAE (e com ela a dos Reis), e, inclusive, poderíamos dizer, como produtora, legitimadora e responsável pela representação e circulação do saber sobre a língua espanhola.

O que parece ter sido uma tentativa de alteração desse efeito de inferioridade produzido foi propor uma participação igualitária, coletiva e democrática de todas as *Academias* que formam a *Asociación de Academias de la Lengua Española* na elaboração dos instrumentos linguísticos do espanhol, que antes era considerado responsabilidade unicamente da *Real Academia Española*. No entanto, observamos na análise das sequências discursivas que ainda há um silenciamento da língua espanhola falada na América, tendo a variante e, conseqüentemente, a própria Espanha uma autoridade maior sobre a língua. Além disso, o imaginário que ainda se tem, e também é retomado nos prólogos, é a existência de uma unidade (imaginária) da língua entre os países da América Hispânica e a Espanha, e não uma verdadeira autonomia linguística dos países em relação à Espanha, embora haja movimentos de resistência por parte dos hispano-americanos. Dessa forma, o fio central que atravessa a produção de sentidos nos prólogos de gramáticas de língua espanhola parece ser a superioridade da língua da Espanha. Superioridade que ora é imposta ora é sugerida.

E nos interrogamos uma projeção para um futuro: seria a “superioridade” da Espanha em relação à língua uma via incontornável nos dizeres sobre o processo de gramatização dessa língua? O que é silenciado? E como há resistência – lembrando que “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 1988, p. 304)?

Por quase não haver menções sobre estudos linguísticos na América Hispânica nos prólogos, como comentamos, poderia ser interessante procurar sobre esses estudos, os impactos que tiveram (e se tiveram), as publicações das revistas científicas que lá existiam, os temas que se discutiam, os encontros que aconteciam, e que Rodolfo Lenz (1925) comentou brevemente em sua introdução, e tentar depreender sentidos que possam ajudar a compreender a pouca menção de trabalhos da área.

Poderia, também, pesquisar a atuação e influência de hispanistas estrangeiros neste âmbito, que, apesar de terem sido citados brevemente na Gramática de 1999, de Bosque e Demonte, foram silenciados no prólogo da mesma gramática, escrito por Fernando Lázaro Carreter. Interessaria apenas o que hispanistas nativos têm a dizer sobre a língua?

A religião é uma questão que, de alguma forma, perpassa os prólogos e aparece sustentando alguns dizeres. A Espanha era (ainda é) um país historicamente relacionado à religião e ainda guarda homenagens e lembranças aos conhecidos *Reyes Católicos*, Isabel I de *Castilla* e Fernando II de *Aragón*, que foram responsáveis pelo início da unificação do que seria, posteriormente, o Estado espanhol e foi, também, à Isabel, dedicada a primeira *Gramática Castellana*, de 1492, escrita por Nebrija. Essa relação língua-religião faz com que possa ser depreendida uma memória dos reis nos prólogos e uma memória de religião, pois os reis representavam, também, a religião. Além disso, por exemplo, as gramáticas para o ensino da língua espanhola, como a gramática de Andrés Bello, retomam memórias das gramáticas usadas durante a colonização, como diz Dias (2012). Muitas das gramáticas, principalmente as mais antigas e as que auxiliavam na colonização, tinham, como diz Dias (2012) para as gramáticas de língua portuguesa, e também podemos dizer para as de língua espanhola, uma “preocupação pedagógica fundamentada no âmbito da moral e da religião.” (DIAS, 2012, p. 114). Dessa forma, tinha-se como finalidade ensinar a língua e a doutrina cristã. Essa relação com a religião, porém, não foi efetivamente abordada e poderia ser um dos desdobramentos do nosso estudo.

Ficam como desdobramentos desta pesquisa, também, outras tantas perguntas e possibilidades que não foram possíveis de serem depreendidas. O convite fica, então, para aberturas de outros caminhos labirínticos em uma rede de sentidos na relação entre língua (espanhola) e Estado(s).

REFERÊNCIAS

- ABAD, F. Las ideas lingüísticas en España en el siglo XX. *Epos: Revista de filología*, v. I, España, 1984, p. 7-18.
- ALCINA FRANCH, J.; BLECUA, J. M. Introducción histórica y teórica. In: ALCINA FRANCH, J.; BLECUA, J. M. *Gramática española*. 11. ed. Barcelona: Ariel, 2001.
- ALVAR, Manuel. *Manual de dialectología hispánica: El Español de América*. Barcelona: Ariel, 1996.
- AUGUSTIN, Jenny. ¿Diversa, democrática y moderna? La imagen transmitida de la Real Academia Española en el discurso actual. Una mirada panorámica. *Promptus - Würzburger Beiträge zur Romanistik*. Würzburg, 2016, p. 29-57.
- ARNOUX, E. N. de. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862)*. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2008, 456p.
- ARNOUX, E.; DEL VALLE, J. Introduction to the making of Spanish: Latin American and Transatlantic perspectives. In: DEL VALLE, J. (ed.). *A political history of Spanish: the making of a language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 125-134.
- AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas/SP: EdUNICAMP, 1992, 134p.
- BAALBAKI, A. C. F. A formação de professores de português na Argentina: a configuração de um espaço de enunciação transnacional. *Anais do SIELP*, Uberlândia, v. 2, n. 1. p. 1-13, 2012. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_034.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.
- BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 299-331.
- BALDINI, L. *Um linguista na terra da gramática*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 2005.
- BLECUA, J. M. Actual panorama de las ideas lingüísticas de España. In: DEMONTE, V.; GARZA CUARÓN, B. (ed.). *Estudios de lingüística de España y México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1990. p. 19-34.

BORGES, L. C. A instituição de línguas gerais no Brasil. *In: ORLANDI, E. P. (org.). História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2001. p. 199-222.

CALDAS, B. F. *Discursos sobre/de tradução no Brasil: línguas e sujeitos*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2009. p. 113-116.

CARVALHO, F. *Representações dos professores de espanhol a respeito da Lei Federal nº 11.161 e do ensino da língua após sua promulgação*. 2015. 185f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CELADA, M. *Sobre o político no funcionamento da linguagem*. 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413997/mod_resource/content/1/Sobre%20o%20pol%C3%ADtico%20no%20funcionamento%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 1 mar. 2020.

CELADA, M.T.; COSTA, M.; BRIANEZI, D. Sobre el funcionamiento de ciertos preconstruidos en los títulos de diccionarios de lengua española. Las marcas de una historia. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas, jul./dez. 2015.

CHAVES-FERREIRA, A. M. *Discursos e meta-discursos nos dicionários da Real Academia Espanhola: continuidades e descontinuidades*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

COLAÇA, J. P. As políticas de línguas sobre o guarani no Paraguai e o bilinguismo imaginário. *Matraga*, v. 23, n. 38, 2016, p. 204-222.

COLAÇA, J. P. Para uma nação uma língua? A nação e o imaginário da unidade lingüística. *In: Anais do II Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito*, UFF, Niterói, v. 2, p. 66-71, 2013.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt a parlet: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997 apud SILVA, Nilce Maria da. *Instrumentos lingüísticos de Língua Brasileira de Sinais: constituição e formulação*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

COLOMBAT, B.; PUECH, C.; FOURNIER, J. *Uma história das ideias lingüísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2009.

COUTO, H. H. *Ecolingüística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Theasaurus, 2007.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid. 1611. p. 597. Disponível em: <http://fondosdigitales.us.es/media/books/765/tesoro-de-la-lengua-castellana-o-espanola--008683-letra.pdf> . Acesso em: 11 nov. 2016.

DEL VALLE, J. Linguistic emancipation and the academies of the Spanish language in the twentieth century: the 1951 turning point. In: DEL VALLE, J. (ed.). *A political history of Spanish: the making of a language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 229-245.

DEL VALLE, J. Menéndez Pidal, la regeneración nacional y la utopía lingüística. In: DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. (ed.). *La Batalla del Idioma: La intelectualidad hispánica ante la lengua*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2004. p. 15-34.

DEL VALLE, J. La historificación de la lingüística histórica: los orígenes de Ramón Menéndez Pidal. In: KOERNER, E. F. K.; NIEDEREHE, H-J. *The History of Linguistics in Spain*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2001. v. 2.

DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. Nacionalismo, hispanismo y cultura monoglosa. In: DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. (ed.). *La Batalla del Idioma: La intelectualidad hispánica ante la lengua*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2004a. p. 15-34.

DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. “Codo con codo”: La comunidad hispánica y el espectáculo de la lengua. In: DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. (ed.). *La Batalla del Idioma: La intelectualidad hispánica ante la lengua*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2004b. p. 229-252.

DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. Lengua y mercado: el español en la era de la globalización económica. In: DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. (ed.). *La Batalla del Idioma: La intelectualidad hispánica ante la lengua*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2004c. p. 253-264.

DEZERTO, F. B. *Francês língua estrangeira e produção de saberes: a construção de um campo disciplinar escolar*. In: SEMINÁRIO INTERNO DE PESQUISAS DO LABORATÓRIO ARQUIVOS DO SUJEITO, 2., 2013, Niterói, RJ. *Anais...* Niterói: UFF, 2013. p. 34-41.

DI RENZO, A. M. A Língua Materna e Língua Nacional. In: *Anais eletrônicos II Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD)*. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/AnaMariaDiRenzo.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

DI RENZO, A. M. *Estado, a língua nacional e a construção das políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

DIAS, J. P. *Um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro: a definição do nome gramática*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal

de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2012, 245p.

DIAS, J. P. A definição do nome *gramática* na história do conhecimento linguístico brasileiro. In: BAALBAKI, A.; CALDAS, B. (org.). *Instrumentos Linguísticos: usos e atualizações*. Araruama: Editora Cartolina, 2014. p. 15-51

DIAS, L. F. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2001. p. 185-198.

DIAS, L. F. Gramática e política de língua: institucionalização do linguístico e constituição de evidências linguísticas. In: ORLANDI, E. Política linguística no Brasil. Campinas: Pontes, 2007, p. 183-199.

DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). *Introdução às ciências da linguagem - a palavra e a frase*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 11-37.

ENNIS, J. A. *Decir la lengua: debates ideológico-lingüísticos en Argentina desde 1837*. Frankfurt am Main: Lang, 2008, 417p.

ESPARZA TORRES, M. A. Sobre metalenguaje e historiografía lingüística. In: GONZÁLEZ RUIZ, Ramón; CASADO VELARDE, Manuel; ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. *Discurso, lengua y metalenguaje: balance y perspectivas*. Espanha: Helmut Buske, 2006, p. 69-71. Disponível em: https://www.academia.edu/19559986/Sobre_metalenguaje_e_historiograf%C3%ADa_ling%C3%BC%C3%ADstica. Acesso em: 02 out. 2016

FANJUL, A. P. “Policêntrico” e “Pan-Hispânico”: deslocamentos na vida política da língua espanhola. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 299-331.

FAVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. História das ideias linguísticas: origem, método, limitações. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 16, p. 131-146, 2004.

FERNANDES, I. Uma perspectiva da história das ideias a partir do estudo da materialidade linguística nas gramáticas de espanhol como L.E. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Rio Grande do Sul. *Anais...* Rio Grande do Sul: [s.n.], 2009a.

FERNANDES, I. *O lugar da história das ideias linguísticas nas disciplinas de enfoque gramatical*. Santa Maria: [s.n.], 2009b. (Coleção Hipersaberes, 2)

FRIES, D. «Limpia, fija y da esplendor». La Real Academia Española ante el uso de la lengua (1713-1973). Madrid: Sociedad General Española de Librería, 1989.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

GIRÓN ALCONCHEL, J. L. Historia de la gramática en España. *In: ALVAR, M. Introducción a la lingüística española*. Barcelona: Ariel, 2000, p. 69-91.

GÓMEZ ASENCIO, J. J. El prólogo como programa: A propósito de la *GRAE* de 1771. *In: ECHENIQUE ELIZONDO, M. T.; SÁNCHEZ MÉNDEZ, J. (ed.). In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 5., 2002, Madrid. Actas... Madrid: Gredos, 2002. v.1, p. 1201-1216.*

GUIMARÃES, E. Política de Línguas na linguística brasileira. *In: ORLANDI, E. (org.). Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2007, p. 63-82.

GUIMARÃES, E. Acontecimentos institucionais e estudos do português. *In: GUIMARÃES, E. História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004. p. 27-49.

GUIMARÃES, E. *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. São Paulo: Cefiel; Unicamp, 2005.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2003.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. O Político na Linguística: Processos de representação, legitimação e institucionalização. *In: ORLANDI, E. (org.). Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-18.

LARA, L. «El símbolo, el poder y la lengua». *In: SENZ, S.; ALBERETE, M. (ed.): El dardo en la Academia. Esencia y vigencia de las academias de la lengua española. Vol I*. Barcelona: Melusina, 2011, p. 315- 342 apud AUGUSTIN, Jenny. ¿Diversa, democrática y moderna? La imagen transmitida de la Real Academia Española en el discurso actual. Una mirada panorâmica. *Promptus - Würzburger Beiträge zur Romanistik*. Würzburg: [s.n.], 2016. p. 29-57.

LARA, L. F. *Diccionario del español de México*. México, D.F.: El Colegio de México, 2010. v.1. Não paginado. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=GqDQCgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=diccionario+del+espa%C3%B1ol+de+mexico+vol+i+lara&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwif4L7B9sjpAhXYH7kGHWV8A_YQ6AEIJzAA#v=onepage&q=diccionario%20del%20espa%C3%B1ol%20de%20mexico%20vol%20i%20lara&f=false. Acesso em: 22 maio 2020.

LAGORIO, C. A. Norma e bilinguismo no espanhol americano: o caso andino. *In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 193-214

LEAL ABAD, E.; MÉNDEZ GARCÍA DE PAREDES, E. Prólogo. *In: Castellano, español, idioma nacional*. Historia espiritual de tres nombres. Sevilha: Ediciones Universitarias Athenica, 2016. Não paginado.

- LEÓN, J.; PÊCHEUX, M. Análise sintática e paráfrase discursiva. *In: PÊCHEUX, M. Análise do discurso: Michel Pêcheux – textos selecionados: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.*
- LIMA, I.; CARMO, L. *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2008.
- LUIS, C. R. La Academia Española y la historia de la gramática. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 2, p. 33-48, jul./dez. 1998.
- MALKIEL, Y. Filología española y lingüística general. *In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISPANISTAS*, 1., 1964, Oxford. *Actas...Oxford: Dolphin, 1964. p. 107-126.*
- MARIANI, B. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. *Resgate*, Campinas, v. 24, n. 1 [31], p. 9-26, jan./jun. 2016.
- MARIANI, B. Quando as línguas eram corpos: sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. *In: ORLANDI, E. P. Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 83-112.
- MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- MARIANI, B. S. C.; MEDEIROS, V. G. Notícias de duas pesquisas: ideias linguísticas e o governo JK (meio digital). *Veredas*, Juiz de Fora, v. 1, p. 66-85, 2007.
- MARTÍNEZ ALCALDE, M. J. Descripción y valoración de la norma meridional desde el siglo XVII: el siglo del “vicio” a la norma panhispánica. *In: ESPARZA TORRES, M. A.; FERNÁNDEZ SALGADO, B.; NIEDEREHE, H-J. (ed.). Estudios de Historiografía Lingüística. CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTORIOGRAFÍA LINGÜÍSTICA*, 3., 2001. *Actas... Hamburg: Helmut Buske, 2001. t. 1.*
- MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, L.M.; ESPARZA TORRES, M. A. Materiales para el estudio de los programas de enseñanza de lenguas en España y América en el siglo XIX. *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, Espanha, n. 9, p. 47-90, 2014.
- MEDEIROS, C. As condições de produção e discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. *Famecos*, Porto Alegre, v. 20, p. 48-55, 2008.
- MEDINA LÓPEZ, J. Gramáticas españolas: acercamiento bibliográfico. *Revista de Filología de la Universidad de La Laguna*, v. 11, p. 151-170, 1992. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/91784.pdf>. Acesso em: jan 2018.
- MOLINER, María. *Diccionario de uso del español: (I-Z)*. 2. ed. Madrid: Gredos, 2001.

MORÉ, B. La construcción ideológica de una base empírica: selección y elaboración en la gramática de Andrés Bello. In: DEL VALLE, J.; STHEEMAN, L. G. (ed.). *La Batalla del Idioma: la intelectualidad hispánica ante la lengua*. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana Vervuert, 2004. p. 15-34.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

NAVARRO TOMÁS, T. Reseña a «Dialectología Española». *Nueva Revista de Filología Hispánica*, v. 14, n. 3/4, p. 341-342, jul./dez. 1960.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. *Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília*, Brasília, DF, ano 3, v. 3, n. 1/2, p. 6-21, dez. 2010. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>. Acesso em: 17 out. 2019.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008a.

NUNES, J. H. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*, São Paulo, v.52, n.1, p.81-100, 2008b.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: compreensão e historicidade. In: SEAD, 2., 2005, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ORLANDI, E. Segmentar ou Recortar. In: *Série Estudos 10*. Uberaba: FIU, 1984.

ORLANDI, E. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996a.

ORLANDI, E. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de (org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996b.

ORLANDI, E. O Estado, a gramática, a autoria. In: Programa História das Idéias Lingüísticas. *Relatos*, Campinas, SP, n. 4, jun. 1997. Não paginado. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_04.html#historia. Acesso em: 16 jan. 2020.

ORLANDI, E. Ética e Política Linguística. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-22, 1998.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes, 2001a.

ORLANDI, E. Apresentação. In: ORLANDI, E. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes Editores, 2001b.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002a.

ORLANDI, E. Ir ao Congresso: fazer a história das idéias lingüísticas? In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, Eni P. (org.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2002b. p. 41-62.

ORLANDI, E. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 2003a.

ORLANDI, E. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, E. (org.). *Para uma enciclopédia discursiva da cidade*. Campinas: Pontes, 2003b. p. 07-20.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni P. (org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, E. Prefácio. In: DI RENZO, A. M. *Estado, a língua nacional e a construção das políticas lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, E. Espaços Lingüísticos e seus desafios: convergências e divergências. *RUA* [online], n. 18, v. 2, p. 05-19, nov. 2012b.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, E. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das letras*. Campinas: Pontes, 2014.

ORLANDI, E.; SOUZA, T. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni. (org.) *Política lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988. p 27-40.

PAYER, M. O. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: ZOPPI FONTANA, M. O português do Brasil como língua transnacional. Campinas: Editora RG, 2009 apud ZOPPI FONTANA, M. G. O

português do Brasil como língua transnacional. *In: ZOPPI FONTANA, M. G. O Português do Brasil como Língua Transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009. p. 13-41.

PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In: GADET; HAK (org.). Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, E. P. (org.). Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? *In: ORLANDI, E. Escritos*. Campinas, SP: Labeurb; Unicamp, 1998.

PETRI, V. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. *In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. 1.ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. v. 1, p. 329-336.

PFEIFFER, Cláudia C. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. 2000. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2000.

PFEIFFER, C. C. A linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política linguística. *In: ORLANDI, E. Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 19-33.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE). *Diccionario de la lengua castellana*. Madrid. p. 1726-1739. Disponível em: <http://web.frl.es/DA.html>. Acesso em: 11 nov. 2016.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (RAE) Y ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Diccionario esencial de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2006.

RODRÍGUEZ ALCALÁ, C. Terminologia sociolinguística e nacionalismo: análise das análises do estatuto atual da língua guarani no Paraguai. *In: ORLANDI, E. P. (org.). História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2001. p. 257-271.

SANTOS, R. Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do conceito de *transmissão linguística irregular*. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 36, p. 89-118, jul./dez. 2015.

SARMIENTO, R. La doctrina gramatical de la R.A.E. (1870). *Revista de Filología Románica*, Madrid, v. 4, p. 213-224, 1986.

SILVA, Nilce Maria da. *Instrumentos lingüísticos de Língua Brasileira de Sinais: constituição e formulação*. 2012. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2012.

SOBRINHO, J. Museu da Língua Portuguesa: instrumento lingüístico em tempos da ideologia do lazer. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 307-315, jan./jun. 2013.

SOUZA, T. *Discurso e oralidade: um estudo em língua indígena*. 387 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SÜSELBECK, K. Las relaciones institucionales entre las Academias de la Lengua Española y su colaboración en la elaboración de la norma lingüística de 1950 hasta hoy. In: LEBSANFT, F. et. al. *El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?* Frankfurt: Vervuert, 2012. p. 257-280.

TORRENT-LENZEN, A. Unidad y pluricentrismo en la comunidad hispanohablante. Cultivo y mantenimiento de una norma panhispánica unificada. Titz: Axel Lenzen Verlag, 2006 apud AUGUSTIN, Jenny. *¿Diversa, democrática y moderna? La imagen transmitida de la Real Academia Española en el discurso actual. Una mirada panorámica*. Promptus - Würzburger Beiträge zur Romanistik. Würzburg, 2016. p. 29-57

VILLA, L. The officialization of Spanish in mid-nineteenth-century Spain: the Academy's authority. In: DEL VALLE, J. (ed.). *A political history of Spanish: the making of a language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 93-105.

VILLALALÍN BENITO, J. *Manuales escolares en España*. Legislación (1812-1939). Tomo I. Madrid: UNED, 1997.

WERNER, K. C. G.; STURZA, E. R. O "uso" como fundamento de descrição da língua nas gramáticas castelhanas de Nebrija e Bello. *Revista Interfaces*, v. 10, p. 13-24, 2019.

ZAMORA VICENTE, A. *Dialectología española*. Madrid: Gredos, 1960.

ZAMORANO AGUILAR, Alfonso. El prólogo en la historia de la gramática española de la segunda mitad del siglo XIX. In: HABLER, Gerda; VOLKMANN, Gesina (ed.). *History of linguistics in texts and concepts*. Münster: Nodus Publikationen, 2004. v. 1, p. 251-266.

ZOPPI FONTANA, M. G. *Slow science: a temporalidade da ciência em ritmo de "impacto"*. *Leitura*, Maceió, n. 50, p. 223-257, jul./dez. 2012.

ZOPPI FONTANA, M. G. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI FONTANA, M. G. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009. p. 13-41.

ZOPPI FONTANA, M. G. Os sentidos marginais. *Leitura: teoria & prática*, v. 18, Campinas, SP, p. 48-58, 1991.

ANEXO A - Prólogos das Gramáticas

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1830	Vicente Salvá	Gramática de la lengua castellana según ahora se habla

Entre los libros con que la prensa enriquece diariamente la república de las letras, se cuenta un crecido número de Gramáticas de los principales idiomas europeos para el uso de las personas que los hablan; aunque pocas á juicio de los inteligentes están desempeñadas bajo un plan sencillo y metódico. No puede gloriarse Espada de semejante abundancia ; y si bien compite con las naciones mas civilizadas en buenos historiadores y poetas , siendo superior á cada una de ellas en escritores ascéticos, y mas rica que todas juntas en escelentes (*) comedias ; apenas puede presentar unos cuantos filólogos que se hayan dedicado á señalar el rumbo que conviene seguir, para evitar el desaliño é incorrección del habla común , los errores de una gran parte de los libros que andan impresos , y los casuales descuidos aun de los pocos que merecen ser propuestos por modelos de lenguaje y de estilo.

El primero, que yo sepa, haber publicado una *Gramática sobre la lengua castellana* bajo el título y forma de tal, fué el distinguido restaurador de las buenas letras, Antonio de Lebríja. «Yo quise echar la primera piedra,» dice dedicando la obra á la reina doña Isabel , «é hacer en nuestra lengua lo que Zeno doto en la griega é Grátes en la latina. Los cuales, aunque fueron vencidos de los que despues dellos escribieron, á lo ménos fue aquella su gloria, é será nuestra que fuimos los primeros inventores de obra tan necesaria.» Nadie puede en efecto disputarle este timbre , ni el de haber aplicado con acierto á la lengua española el método que pocos años ántes había adoptado en sus *Introducciones* para la enseñanza de la latina. Pero la lengua castellana no había llegado entónces á tal grado de perfeccion, que debiera temerse mas bien su decadencia que esperarse su mejora, como aseguraba Lebríja. Y cuando así no fuese , y nos conviniera estudiar el castellano de aquel siglo, no deberíamos hacerlo por unos elementos de 61 hojas en cuarto , diez y nueve de las cuales se emplean íntegras en tratar de la invencion de las letras , de su oficio , órden y modo de pronunciarlas, y de las figuras de dicción. La misma division de las partes de la oracion en diez, no obstante que incluye á la *interjeccion* en el *adverbio*, hace confuso lo que pudiera mirarse como útil en la tentativa de este célebre gramático.

Siguióle Francisco de Tamara, de quien se imprimió en Ambéres el año 1 550 una *Suma y erudición de gramática en verso castellano*. No sé de ella otra cosa sinó lo que dice don Juan de Iriarte en el prólogo de su *Gramática latina*, á saber, que consta de 35 hojas en octavo, que comprenden 1 68 estancias de verso de arte mayor, unas compuestas de ocho versos y otras de diez, fuera de tres décimas, formadas de dos quintillas cada una en metro de ocho sílabas ; y que en ellas se trata de todas las partes de la gramática y sus atributos , y aun del *Arte métrica*. Fácil es conocer que hubiera servido de poco para mi propósito poder consultarla, en razón del tiempo en que salió á luz, de lo mui compendiada que debe de ser, y por la circunstancia de estar en verso, la cual si puede contribuir para que se fijen mejor en la memoria los preceptos , embaraza siempre para darlos con ostensión y claridad.

Tampoco he visto la que el año de 1558 publicó el licenciado Villalon en Ambares con el título de *Arte breve y compendiosa para saber hablar y escribir en la lengua castellana congrua y decentemente*. Mayans (pág. 101 del *Specimen bibliothecae hispanomajansianae*) considera este libro digno de algún aprecio, y lo reputa por el primero que se escribió de gramática castellana; porqué los preceptos de la de Lebrija, dice él, son casi todos comunes á nuestra lengua y á la latina, y no peculiares de aquella, como debería ser.

Se han ocultado también á mis diligencias las *Observaciones* de Juan de Miranda sobre la lengua castellana, impresas en Venecia el año de 1567, que menciona Nicolás Antonio, y la *Gramática castellana* del maestro Pedro Simón Abril. No es menester que sea la mejor obra de este apreciable humanista, para que lleve grandes ventajas á la *Nueva y sutil invención* del licenciado Pedro de Guevara, no obstante que nos asegura este en la misma portada, que con ella *facilísimamente y en muí breve tiempo se aprenderá todo el artificio y estilo de las Gramáticas, que hasta agora se han compuesto y se compusieren de aquí adelante*.

No queda el lector mui instruido con las brevísimas *Instituciones de la gramática española*, que el maestro Bartolomé Jiménez Paton publicó en 1614, é incorporó despues el año de 1621 en su *Mercurius trimegistus*, pues nada hai realmente en ellas, que variados los ejemplos, no viniera bien á otras lenguas. Toda la Sintáxis está reducida á cuatro reglas generales sobre la concordancia.

Ni fué mucho mas estenso Gonzalo Corréas, cuyo *Trilingüe*, impreso el año 1627, comprende en un volúmen en octavo la gramática de las lenguas castellana, latina y griega. En este, aunqué no tanto como en la *Ortografía*, se manifestó Corréas amigo de novedades, útiles algunas, inoportunas las mas, y caprichosas otras. Cuento entre las primeras haber reducido á tres las partes de la oracion.

Paton y Corréas florecieron en una era tan brillante para nuestra lengua, que no es de estrañar creyesen superfluo comprender en reglas lo que todos practicaban con tanto acierto, y se contentasen con una especie de nomenclatura de las varias clases de nombres, verbos y las demas partes del discurso. No previeron que sus contemporáneos inspirarían tal respeto, y, por decirlo así, tal veneracion á los venideros, que apénas se atreverían á abandonar sus huellas, en cuanto se lo permitiese el uso comun; y que las obras de algunos harían estudiar en todas las edades la lengua española de aquella época, al modo que aprendemos la griega, para entender en sus originales á Homero, Píndaro, Eurípides, Demóstenes y Tucídides; y la latina, para poder leer á Virgilio, Horacio, Ciceron, Tito Livio y Tácito. ¡Rara prerogativa de los autores eminentes, que logran inmortalizar con sus obras la lengua en que han escrito!

Faltábales ademas á Paton y á Corréas el fino y delicado gusto que se ha introducido en la gramática, no ménos que en los demas ramos de las letras humanas, desde que el mayor esmero con que se cultivan la ideología y la metafísica, ha facilitado el análisis de los principios gramáticos. Mas en honor de la verdad, y para gloria de aquel siglo y de nuestra nacion, debe decirse, que quizá no descollarían tanto los nombres de Locke, Bosses, Condillac, Dumarsais, Beauzée, Horne Tooke, Destutt-Tracy y Degerando, si no les hubiesen servido de antorcha las profundas investigaciones de los solitarios de Port-royal; ni estos hubieran dado á luz su *Lógica*, su *Gramática general* y los *Nuevos métodos*, griego, latino y castellano, á no haber bebido los fundamentos de su doctrina en la inmortal *Minerva* del Brocense. Celébrese en hora buena los notables adelantos de los ideólogos modernos, pero tributemos el justo loor á nuestro compatriota Francisco Sánchez; y

si los extranjeros , poco imparciales , se obcecasen en alabar solo á sus escritores , digámosles con Iriarte,

*Presumís en vano
De esas composiciones peregrinas :
¡ Gracias al que nos trajo las gallinas !*

El *Espejo general de la gramática en diálogos para saber la natural y perfecta pronunciacion de la lengua castellana*, de Antonio de Salazar, impreso en Ruan la vez primera el año 1622 y después en 1672, está puesto en diálogos para enseñar prácticamente por ellos , mas bien que por reglas , á hablar el español. Como destinada á los franceses, lleva la correspondiente traducción en otra columna , para facilitarles la inteligencia del texto.

No debemos estrañar que en la mitad última del siglo XVII y en la primera del siguiente se imprimiesen pocas Gramáticas españolas , de modo que apenas merezca mencionarse otra que la publicada en verso por Márcos Márquez el año de 1716. Es fortuna que no las escribiesen autores que hubieran apoyado los preceptos con ejemplos viciosos y de mal gusto. Pero desterrado este con los esfuerzos que empezaban á hacer algunos literatos reunidos á la sombra de la Academia española , ó sostenidos por su respetable autoridad, pronto se advirtió la falta que había de una Gramática de nuestra lengua. La que publicó en 1743, y reimprimió después con varias enmiendas y adiciones en 1769, D. Benito Martínez Gómez Gayoso, es realmente la primera digna de tal nombre. Su autor da ya muestras de conocer , que no basta explicar aisladamente todas las partes de que se compone una lengua , si no se señalan sus modismos mas usuales : aun qué ni en lo uno ni en lo otro guardó el método mas acertado , ni dió á estos el lugar que reclaman de justicia.

En el mismo año 1769 salió á luz el *Arte del romance castellano* por el P. Benito de san Pedro , y si bien el libro primero de las *Épocas de nuestro romance*, no pertenece rigurosamente á una Gramática, ni los otros están desempeñados cual era de desear; no es tan inferior á la de Gayoso , como se pretende en el volumen intitulado, *Conversaciones críticas recogidas por el Lie. don Antonio Gobéyos* , anagrama imperfecto de D. Benito Gayoso.

La de la real Academia española , publicada la primera vez en el año de 1771 , atendió con bastante particularidad á los idiotismos, explicados mui de propósito en la lista de las preposiciones que rigen ciertos nombres y verbos, y por incidencia en otros varios lugares. Esta parte de aquella Gramática , la explicacion de algunos tiempos, y de la armonía que guarda el verbo determinante con el determinado , y varias otras observaciones , no ménos juiciosas que delicadas, manifiestan que se confió desde luego su redacción á sugetos hábiles, y que tambien lo han sido los que han cuidado sucesivamente de todas las ediciones hasta la cuarta. Mas los sabios que han pertenecido en los cincuenta años últimos á aquel cuerpo, distraídos por tareas mas gratas y de mayor gloria , ó faltos de constancia para reducir á reglas los principios de lenguaje que tan bien han sabido observar en la práctica; no han llenado hasta hoy los muchos vacíos de su *Gramática* , ni han encerrado en la Sintaxis todo lo que á ella pertenece , y se halla ahora esparcido por el libro desde la página duodécima. La misma Academia ha manifestado, con los deseos de mejorarla, la imposibilidad en que se ha visto de hacerlo, dejando en la edicion que años pasados reprodujo, la fecha que llevaba la cuarta , es decir, la de 1796.

Poco ántes , y después de haber ya rectificado su trabajo la Academia en la segunda y tercera edicion, publicó en 1791 don Juan Antonio González de Valdes una *Gramática de la lengua latina y castellana* en tres cuadernos abultados en

octavo marquida. Á pesar de lo que el autor dice en el prólogo, y de que en varios pasajes manifiesta no carecer de cierta instruccion y de la lectura de nuestros clásicos ; juzgo muí difícil que nadie aprenda el latín por su libro , y mucho ménos el castellano , de que solo se encuentra una que otra especie acá y allá , sin órden , sin discernimiento y sin gusto. Tal vez corregiría algunos de estos defectos en la segunda edicion que dió en 1798, la cual he visto citada con el título de *Gramática greco-latina y castellana*.

No recordaré los varios epítomes de la gramática castellana que se han impreso despues del 1800 , por qué todo su mérito consiste en haber compendiado, mas ó ménos bien , la de la Academia, Sin embargo no debe pasarse en silencio á D. Juan Manuel Calleja , ya que procuró en sus *Elementos de gramática castellana*, publicados en Bilbao el año de 1818, aplicar á nuestra lengua los principios de Destutt-Tracy y de Sicard , abandonando la rutina de los que le habían precedido. Por haber querido singularizarse sobrado , los jóvenes , particularmente los que ya han estudiado por otra Gramática, hallarán alguna oscuridad en estos *Elementos* , en que no tuvo la cautela de introducir poco á poco novedades , que serán un escollo para los lectores, hasta que nos hallemos tan familiarizados con el nuevo lenguaje metafísico , como lo estamos con la nomenclatura , divisiones y subdivisiones de los gramáticos antiguos. Se notará acaso que yo he pecado por el extremo contrario, cuidando demasiado de emplear un lenguaje mui conocido, y que recurro para ello á largos rodeos y á frecuentes repeticiones , de modo que son mui contadas las veces que he empleado las frases de *complemento directo é indirecto*, y aun esto despues de esplicada su significacion. Espondré aquí algunas de las consideraciones que motivan mi timidez , que no pocos calificarán de nimia.

Nada parece á algunos mas sencillo , que hacer de un golpe todas las mejoras imaginables en la gramática escribirla de una manera enteramente filosófica. Así debiera ser sin disputa , si miéntras el sabio examina en pocas horas los diversos sistemas de una ciencia , y aun crea nuevas hipótesis , no costase muchos años á la mayor parte de los hombres el adelantar un solo paso. El análisis del lenguaje, de que tantas ventajas reporta la metafísica, puede mui bien ser perjudicial, aplicado á los *Elementos* para enseñar la gramática de una lengua. ¿Qué inconveniente presenta á primera vista , que sentado el principio de un significado único para cada voz, miremos á la diction *que* solo como un relativo, aun cuando parece hacer las veces de conjuncion? Las frases *Manda que no salgas; Ordenó que atacasen* , son en realidad el compendio de estas otras, *No salgas, es la cosa que manda; Ataquen, es la cosa que ordenó*. Si un principiante infiriese de estos ejemplos , como podía mui bien suceder, que le era permitido decir , *Ordenó que ataquen* , al modo que se dice , *Manda que no salgas* ; habría perdido mucho en creer que puede emplear un tiempo que el uso repugna , al paso que ningun mal resulta de que denomine al *que*, ya relativo, ya conjuncion, segun los diversos oficios que desempeña. Bueno es hacer conocer insensiblemente los fundamentos y origen de ciertas locuciones , cuando por hacerlo no se embrollan ni oscurecen las cosas. Los que pretenden que los jóvenes pueden recibir toda doctrina , de cualquier modo y en cualquiera dosis que se les suministre, se olvidan de las muchas vigiliias que les ha costado desenmarañar y poner en claro la de los autores que han leído. Y ciertamente los hombres, que siendo maestros en la facultad y estando acostumbrados á desentrañar sus principios, emplean largos ratos de meditacion para penetrar los sistemas de los otros; no debieran figurarse que el suyo, por nuevo que sea, logrará la prerogativa de ser comprendido con facilidad por cualquiera principiante. Cuando Francisco Sánchez , al notar de bárbaras las locuciones *Dico*

quod, credo quod, sciendum est quod, observó que el *quod*, reputado conjuncion en varios pasajes de los clásicos latinos, era la terminacion neutra del *qui, quae, quod*, y que faltaba algo por la elipsis; anunció una idea que todos pudieron entender. Mas si hubiese añadido , que *ut* tampoco era conjuncion, que se escribía *uti* antiguamente, y que no era otra cosa que el *ōti* terminacion neutra del relativo griego, segun lo esplica Horne Tooke; pocos le hubieran comprendido, ni sería dado adivinar las ventajas que puede sacar de tal esplicacion el que empieza á aprender la lengua latina.

Con igual paridad , despues de saber el que se propone estudiar el español, que las partículas indeclinables han sido primitivamente otros tantos nombres con significacion determinada; despues de haber investigado que los adjetivos no son nombres sinó verbos, ó por el contrario , que el verbo es un verdadero nombre, de cuya composicion con otros han resultado las terminaciones de la conjugacion; despues de hallarse, en una palabra, rodeado de confusion por el choque de estas nuevas nociones con las que ha oido desde su infancia y no le será fácil olvidar; ¿habrá adelantado mucho para conocer el uso de los tiempos, ni el empleo oportuno de todas las partes del discurso, esto es, para hablar bien y propiamente la lengua castellana? ¿Le facilitará al ménos el camino para conseguirlo, poseer los conocimientos de todos los ideólogos que han existido , y aun mayores , si se quiere? ¿No habrá algunos de los que miramos como modelos de lenguaje, que jamas hayan saludado la moderna metafísica? ¿Se conocía , cuando brillaron los célebres escritores , sin cuyo estudio siempre quedaría manco é imperfecto el que se hiciera de nuestra lengua? No vacilaré en afirmar, que la lectura de una página de Iriarte, Clavijo, Moratin ó Jovellános, ó la de un solo capítulo de este ensayo mio, cuyas imperfecciones reconozco, servirán infinitamente mas para conocer en qué consiste la buena locucion castellana, que la sublime doctrina contenida en los muchos volúmenes de ideologia y de gramática general, que de un siglo acá se han publicado.

Tratemos siempre las artes y las ciencias de un modo que las haga útiles al linaje humano , no tomando la puntería sobrado alta , porqué como dice el cómico latino,

id arbitror

Ailprimè in vitâ esse utile, ut ne *quid nimis*.

No olvidemos que hai unos limites prefijados á nuestro entendimiento, como los tiene la lijereza de los ciervos y la fuerza de los leones. Quizá por este motivo la tal cual perfeccion de las cosas humanas precede tan de cerca á su decadencia. El estado de barbarie en que yacen Grecia y África, depósitos un tiempo del saber, y el atraso en que Hernan Cortés encontró á los mejicanos, olvidados enteramente de las artes que habían cultivado sus mayores; prueban que tal es por desgracia la alternativa en que están constituidas todas las cosas de este globo. Puede ser que el admirable descubrimiento de la imprenta lo estorbe; pero sin ella ¿qué obstáculo se le ofrece al hombre pensador, para que los cultos europeos reemplazen dentro de mil años á los beduinos y á los hotentotes? Sin salir de la materia que me ocupa en este libro, ni de nuestra casa, ¿no anunciaba el siglo de los Avilas, de los Mendozas, los Granadas y los Cervántes, que pronto los seguirían Góngora, Quevedo, Paravicino, Gracian , Polo de Medina, y la demas comparsa de culteranos? Apénas habían renacido las buenas letras á mitad del siglo ultimo, y llegó la lengua á su madurez en los escritos de un Jovellános, un Iriarte y un Muñoz, ¿no vimos ya aparecer á Cienfuégos, que tantos imitadores ha tenido, y que aun encuentra quien

le escuse y le elogie? ¿Qué prueba todo esto sinó lo limitado de nuestra inteligencia, la detencion con que han de desarraigarse las preocupaciones, y la diferencia que debe hacerse en todos los ramos entre el hombre que posee profundamente una facultad, y el comun de los que la profesan? En todas hai verdades abstrusas, una recóndita filosofía y un santuario, por valerme de este símil, de arcanos, reservado al sabio que las profundiza, é impenetrable á la generalidad de los alumnos que las cultivan; y esta parte elevada y misteriosa de la gramática, poco útil y acaso perjudicial á los que desean aprender un idioma , se halla precisamente en las profundas investigaciones sobre el lenguaje. Llegan estas á formar un género de escolasticismo, como los cálculos, mui sublimes é inaplicables á ningun cómputo ni demostracion usual, lo son en las ciencias matemáticas.

No es lo mismo trazar una gramática general , que escribir la de una lengua particular. El ideólogo toma una especie de este idioma y otra de aquel , y analizando el rumbo y progresos del discurso humano, describe las lenguas como cree que se han formado , ó que debieron formarse. Pero al escritor de la Gramática de una lengua no le es permitido alterarla en lo mas mínimo: su encargo se limita á presentar bajo un sistema ordenado todas sus facciones, esto es, su índole y giro ; y la Gramática que reuna mas idiotismos y en mejor órden, debe ser la preferida. Al retratista nunca se le pide una belleza ideal, sinó que copie escrupulosamente su modelo. Cuantas mas facciones suyas traslade al lienzo, cuanto mejor retenga su colorido, y cuanto la espresion de los ojos y de todo el semblante, la actitud del cuerpo y el vestido mas á la verdad, tanto mas perfecto será el retrato.

Los modismos constituyen un carácter tan esencial de las lenguas como las mismas palabras. Porqué no solo el que dice, *La empresa no tuvo suceso* (buen éxito), *Vd. es demasiado honesto* (atento) , empleando estas dos voces en un sentido que nosotros no conocemos, habla mal el español; sinó que haría lo propio el que dijese, *No soi que un torpe* , *Todo anticuario que era*; donde las palabras son castellanas, aunque ordenadas segun el giro frances; ó bien se apartase del régimen que ciertos verbos piden; falta que cometen los que anuncian con mucha seriedad , que pueden *pasarse de una cosa*, ó que van á *ocuparse de tal negocio*. Por esto, tanto el que escribe en una lengua, como su gramática, no pueden desviarse del uso, el cual no es siempre filosófico, sinó que tiene mucho de caprichoso. Cuando vemos que es corriente *insepulto*, y que no lo es *sepulto*, y ménos el verbo *insepultar*, que son castizos *inconsútil*, *inmaculado*, *inulto*, *invicto*, *posesionarse*, y que no lo son *consútil*, *maculado*, *ulto*, *victo*, *posesionar*; que decimos *batalla figurada*, y no *figida*, *piedra arenisca*, y no *arenosa*; que está dicho con propiedad, *Para mí es todo uno*, *me es indiferente*, miéntras no lo estaría, *Me es todo uno*, *para mi es indiferente*; que *se habla con ó por la nariz*, y solo *por boca de ganso*; que *heredar á uno* quiere decir, *ya ser su heredero*, *ya darle heredades*; y finalmente que *informar* significa dar forma, al paso que es *informe* lo que carece de ella; ¿podremos poner en duda el grande influjo que tiene en escribir bien la observancia de la propiedad, con que se emplean y colocan todas las partes, aun las mas pequeñas, del discurso?

Este uso no está sujeto á leyes : es hijo del habla del vulgo; fórmale tambien el roze que nos proporcionan con otros países el comercio, los nuevos descubrimientos y las mismas guerras. Contribuyen á él igualmente, así el gusto que domina entre los literatos, como las ciencias que suele cultivar con especialidad cada una de las naciones. Por eso no debe estrañarse que esté espuesto á continuas vicisitudes, si bien apoyadas siempre en un fondo nacional. Este tipo forma la basa de la lengua , como la forman en nuestro traje la capa y la mantilla.

Dense á la primera todas las variaciones imaginables en las vueltas, esclavina y cuello; por la capa y por el modo de embozarnos, somos distinguidos entre todos los pueblos de Europa, así como la elegante mantilla, cualesquiera que sean su tela y hechura, imprime á nuestras mujeres la gracia que con mas singularidad las caracteriza.

Cuando estas novedades varían notablemente la lengua, cosa que apénas puede dejar de suceder á la vuelta de cincuenta años, segun observo al fin de este libro en la nota B, se requiere una nueva Gramática que las explique. Esta reflexion, cuya exactitud me parece incontestable, evidencia la falta en que han incurrido los gramáticos, cuyos preceptos pueden aplicarse igualmente al modo de hablar de D. Alonso el sabio, que al de Granada, al de Soto Mame y al de González Carvajal, no obstante que cada una de las épocas en que han florecido estos cuatro escritores, tiene una fisonomía peculiar que la diversifica de las otras. Por no haber atendido á esta distincion, nos mueve á risa Garces con su empeño de resucitar, en el tratado del *Fundamento del vigor y elegancia de la lengua castellana*, el giro rancio de fines del siglo XVI.

El otro defecto que se echa de ver en todas las Gramáticas puramente castellanas, es lo poco que se detienen sus autores en desentrañar las frases usuales, de que debieran hacer una exacta anatomía, para señalar á cada una de sus partes el sitio que reclaman el uso y el oído delicado de los que hablan bien la lengua. Habitados á ella los que las compilan, y con la idea de que escriben para sus compatriotas, pasan por alto muchas de las circunstancias que constituyen el estado presente del idioma. Tampoco hubiera yo reparado en algunas, si mi larga residencia en diversos países extranjeros; la lectura de los libros que se han escrito para enseñar la lengua castellana á los franceses, italianos é ingleses; y las preguntas de las personas que la estudiaban, no me hubiesen hecho advertir ciertos pormenores, que se escapan fácilmente al que está rodeado desde su infancia de los que conversan siempre en español.

Si mis lectores convienen conmigo en la verdad de las observaciones que preceden, no estrañarán, que con la aficion de toda mi vida á las buenas letras, y con el estudio de las lenguas principales entre las muertas y las vivas, se me haya escitado el deseo de llenar de algun modo el vacío de una *Gramática de la actual lengua castellana*. El amor á las cosas patrias se aviva ademas mucho con la distancia, y llega casi á delirio la predileccion al propio idioma, en viéndose el hombre rodeado de los que no lo hablan. Obligado á conversar diariamente con los buenos escritores, que se leen entónces con mayor ahinco, estudia con mas detencion su lengua, y adopta, para hermosearla, algunas metáforas, imágenes y pensamientos de los autores estraños. Séame lícito observar con este motivo, que los españoles que residieron en cortes estrañeras, y los que militaron mucho tiempo en Italia y Flándes, no son los que han contribuido ménos á enriquecer nuestro idioma. Lebrija, Tórres Naharro, Urríes, Garibai, Hurtado de Mendoza, Ávila y Zúñiga, Garcilaso, Juan Valdes, Antonio Pérez, Aleman, Coloma, Velázquez de Velasco, Cervántes, Suárez de Figueroa, los dos Argensolas, Virúes, Mira de Amescua, Mesa, Rei de Artieda, Moneada, Melo, y muchos otros que pudieran citarse de los antiguos; y Azara, García de la Huerta, López de la Huerta y don Leandro Moratin en los últimos tiempos, pueden ser apoyo de esta observacion.

Habiéndome decidido á manifestar por medio de este corto trabajo, que no me son indiferentes mi lengua ni mi patria, formé el primer bosquejo sin auxilio de libros. La práctica de enseñar y mis estudios me habían proporcionado, no solo una copia regular de noticias, sinó aquella especie de tacto, que se siente mas bien que

se esplica en los conocimientos humanos; y así no era una temeridad emprender esta jornada sin lazarillo que me guiase. Ya que no debiera prometer me llevar al cabo de esta manera la obra segun la había concebido , estaba á lo ménos seguro de no esponerme á copiar á ninguno de los que me habían precedido , ni en el plan general , ni en los pormenores. No se hallará en efecto en mi libro un capítulo, ni una serie siquiera de nombres ó de verbos , en que yo concuerde exactamente con los otros gramáticos. No quiero decir con esto que mi doctrina sea original , pues no puedo ménos de coincidir en muchos puntos con lo que ellos establecen; y es indispensable que camine acorde con lo que asienta la Academia en su última *Ortografía*, habiéndome propuesto esplicar su sistema, por ser el seguido generalmente en las mejores ediciones. Creo no obstante haber simplificado mucho sus reglas, y que en las de la acentuacion he espuesto metódicamente los principios, que es probable tuvo á la vista aquel cuerpo al tratar de esta materia.

En los tres años que he dejado reposar mi bosquejo para irlo corrigiendo y adicionando, he intercalado en sus lugares cuantas observaciones me han parecido adecuadas de las que se hallan en las demas Gramáticas y en los escritos de Aldrete , Mayans , Burriel, López de la Huerta, Garces, los dos Iriartes , Capmany, Marina , Várgas Ponce , Sicilia , Gómez Hermosilla, Martínez de la Rosa , y en fin de los pocos que directa ó indirectamente han tratado de la propiedad ó sintáxis castellana. No obstante el cuidado que he puesto en reunir los materiales diseminados en estos autores, todavía me lisonjeo de que la mayor parte de lo que contiene el presente volúmen , es fruto de mi larga meditacion sobre nuestros buenos escritores. ¡ Ojalá hubiese podido disfrutar varias obras del Sr. Jovellános, que deben entrar en la coleccion que ha empezado ya á publicarse en Madrid! Pluma que ha sabido amenizar las cuestiones mas áridas , y que con tal maestría manejaba nuestra lengua , no puede ménos que desenvolver curiosos y delicadísimos puntos en los *Rudimentos de gramática francesa é inglesa* , en los Principios generales de lógica , metafísica é ideología, en el Tratado sobre la descomposición y análisis del discurso , en los *Principios de gramática general, o sea introducción al estudio de las lenguas* , y en las *Lecciones de gramática castellana*. Pero el deseo de poner cotos al estado casi de delirio , en que me ha ido constituyendo el empeño de llevar adelante un trabajo que miré al principio como cosa de entretenimiento , me obliga á no dar mas largas á concluirlo. No pudiendo descansar ni dormir por el cúmulo de especies que á cada paso me ocurren , me he decidido á imprimirlo , antes de perfeccionarlo hasta el punto de inspirarme la debida confianza , para recobrar mi tranquilidad , fijando de algún modo por medio de la imprenta estos apuntes, y aguardando de los sabios y del tiempo las grandes enmiendas que pueden recibir.

Deseando seguir el camino común y trillado, mientras no se saquen grandes ventajas de su abandono , he dividido mi obra en los cuatro tratados , que comprenden de ordinario las Gramáticas. En el intitulado *Analogía* espongo ante todas cosas las reglas para leer y pronunciar correctamente , y en seguida trato de las partes de la oración , limitándome á poner la declinación del nombre, sus géneros, las modificaciones que sufre para pasar á comparativo , superlativo, aumentativo ó diminutivo , ó en razón de ser deriva do ó compuesto ; á la conjugación de los verbos , así regulares como irregulares, y á dar una idea mui en globo de las partículas indeclinables. Esplicar el uso que ha de hacerse de estas mismas partes , cómo han de colocarse en el discurso, y las mutaciones que sufren segun que van antepuestas ó pospuestas , es oficio propio y exclusivo de la *Sintáxis* ; como tambie el señalar las delicadas y casi imperceptibles diferencias que hai en

los diversos modos de decir. Para esto me he dilatado en el uso general de las preposiciones , y en la lista de las que rigen particularmente algunos nombres , verbos y adverbios. Noto varios usos que parecerán ménos necesarios á los castellanos ; pero que pueden ser provechosos á los demas españoles , para evitar los provincialismos en que mas de ordinario incurrén. En la Sintáxis he tratado tambien de los caractéres principales del estilo castellano de nuestros dias, haciéndolo resaltar con la contraposicion del que se usaba en el siglo XVI y con el de otras naciones, porqué con arreglo á las ideas que llevo espuestas en el presente prólogo , debo mirar como incompleta aquella parte de la gramática , si le falta este capítulo. Siguen en la parte tercera las reglas de la *Ortografía*, y en la cuarta y última las de nuestra *Prosodia* , con algunas nociones acerca del metro y de las composiciones en verso.

He procurado no embarazar al principiante , sobre todo en la Analogía, con un gran número de reglas, y ménos con largas escepciones ; por lo que las he colocado frecuentemente en notas al pié , á fin de que pueda leerlas una ó dos vezes, sin abrumar la memoria con una árida é inconexa lista de nombres , tan dificultosa de aprender como fácil de olvidar. Otras notas que le son de ménos importancia, aunque la tienen para esclarecer los fundamentos de mi sistema, se han reservado para el fin del libro.

Apoyado en los mismos principios de sencillez , y con el objeto de que no aprendan los jóvenes sinó lo que les sea indispensable ó sobre manera útil, he omitido por entero la doctrina que sobre *las figuras de diccion* se nos enseña con tanto aparato en las escuelas; contentándome con esplicar algunas , ó la cosa misma, por incidencia. Poco importa que uno ignore qué es *hipérbaton*, *pleonasmó* etc., palabras cuyo significado solo se retiene con facilidad, sabiendo la lengua de que se han tomado, si al cabo conoce, cómo y por qué se emplea la trasposicion ó la redundancia de las voces.

Los principios que me han guiado en la formacion de estos elementos, justifican suficientemente su título de *Gramática de la lengua castellana segun ahora se habla*, y el que haya citado casi siempre, para comprobacion de sus reglas , ejemplos de los autores que han florecido despues de mediado el siglo último. Y no ha sido para mí lo ménos trabajoso haber buscado y escogido los pasajes á que me refiero , cuando para valerme de nuestros clásicos antiguos , me bastaba acudir á los muchos apuntes que tengo reunidos sobre lo mas notable de su diccion. Puedo asegurar sin escrúpulo , que he leído veinte volúmenes de los antiguos por cada uno de nuestros modernos: ni debe parecer estraño que dos siglos de saber , de glorias , de conquistas y del descubrimiento de un nuevo mundo, produjeran muchos mas escritos originales , que los ochenta años que escasamente han corrido desde que algunos literatos principiaron á purgar nuestro idioma del follaje ridículo , con que el mal gusto lo había sobrecargado por espacio de una centuria. Desde mui niño me familiarizó mi padre con las obras del Mtro. Ávila, santa Teresa de Jesus, Granada, Ribadeneira y Nieremberg. Esta feliz casualidad me aficionó tanto á su lenguaje , que ántes de cumplir los diez y seis anos , había ya devorado por eleccion los escritos de Guevara , Sigüenza , san Juan de la Cruz, Estella, Venégas , Márquez, Malón de Chaide , Yépes y otros príncipes del romance castellano. Empezaba á conocer entónces, y lo descubrí mejor posteriormente, que solo embebiéndome en su estilo, lograría arraigarme en los principios que constituyen nuestra buena locucion , y precaverme del contagio , que sin este antídoto debía pegárseme de otros libros , que mis estudios me forzaban á leer, ya en sus originales , ya en pésimas y afrancesadas traducciones. Me afané pues por engolfarme en la lectura

de los autores que forman el principal depósito del habla castellana, sin que me retrajese de este empeño lo voluminoso de algunos, ni lo abstracto de su ascetismo, ni la nimia profusion con que suelen engalanar una misma idea. Tales milagros obra en nosotros la afición: porqué no es menester mucha para estudiar la lengua castellana en el ameno pensil de su Parnaso, en su rico cuanto variado teatro, ó en los escritos de un Mariana, un Mendoza, un Leon, un Melo, un Aleman ó un Cervántes. De mí sé decir, que cuando en el discurso de mi vida he querido distraerme de ocupaciones mas serias, no dar entrada al tedio, ó disipar alguna pena de las que tantas vezes acibaran nuestra trabajosa existencia; no he hecho, ni hago hoy dia otra cosa, que echar mano de alguno de nuestros poetas, de cualquiera de nuestras ingeniosas comedias, ó listas ó historiadores. Su lectura lo hermosea todo como por encanto á mi vista, y el majestuoso lenguaje y fluida versificación de aquellos escritores, me hace olvidar la insulsa regularidad, el monótono clausular y el *filosofismo* de muchos de mis contemporáneos.

Nadie crea que incluyo en este número á los autores que cito en mi Gramática, aun cuando sea con el fin de notarles algún defecto, pues cabalmente muchos de ellos pertenecen á lo mas florido de nuestra moderna literatura. Sin embargo, para que esto no induzca á los jóvenes en algún error acerca de los autores que deben escoger para pauta del buen lenguaje, me veo precisado á advertir, que se le han deslizado al dulce Meléndez algunos galicismos, mezclados con muchas de las palabras anticuadas que se usan actualmente en Castilla la vieja; que no tengo por rigurosamente puros á Arriaza, Burgos y Quintana, cuyo estilo hallo algo mas castigado en el tomo segundo de las *Vidas de españoles célebres* que acaba de publicarse; que Vargas Ponce y Mor de Fuentes carecen de fluidez, particularmente el segundo, que es de una dureza insoportable; y que Cienfuégos ha escrito en una lengua que le pertenece exclusivamente, pero que no es la castellana de ninguna época. Le ha cabido con todo la suerte de tener muchos prosélitos, como los tuvo el gongorismo en su tiempo, porqué es carrera mas ancha y desembarazada la de desatinar cada cual á su antojo, que la de escribir con corrección y propiedad. Para hacer olvidar, síes posible, sus obras poéticas, que convendría no hubiesen visto la luz pública, me he desviado, respecto de este solo escritor, de la fria templanza con que debe hablarse al notar los defectos ajenos. Es sugeto con el que no he tenido trato ni désavenencia de ninguna especie, y á quien miro con cierta predilección por su gloriosa muerte, y por sus conocimientos en las humanidades, de que dan buen testimonio algunas producciones suyas en prosa. No son por tanto la preocupacion, la rivalidad ni el resentimiento los que han guiado mi pluma, al hablar de un modo poco favorable de su lenguaje. Por haber visto lo mucho que alaba Quintana el mérito de Cienfuégos en la *Introducción á la poesía castellana del siglo XVIII*, he vuelto á leer detenidamente sus composiciones, y al paso que le hallo muchas vezes buen versificador, me ratifico en tenerle por mal poeta y peor hablista. Sería una desgracia, que el juicio, que tal vez la amistad ha arrancado á Quintana, deslumbrase á algun jóven, y que tuviéramos por su culpa un solo cienfueguista.

Aun de nuestros mas distinguidos escritores, de los antiguos igualmente que de los modernos, cito pasajes que desapruero; y cuando despues de sentar la regla, noto que tal autor se ha separado de ella, indico su autoridad para el que prefiera seguirla, aunque esté poco conforme en mi sentir con lo que se halla mas admitido. En lo cual es mi plan mui diverso del de Garces, á quien basta descubrir una locucion en cual quiera *sescentista*, para calificarla de donosa y elegante. Mas si tachamos sin reparo el estilo de los hombres formados en tiempos de exactitud y

refinamiento, y que han publicado con el mayor esmero sus obras, ¿habrá razón para venerar como otros tantos dogmas del lenguaje todo lo que nos ha transmitido la prensa hasta mediados, del siglo XVII, cuando era casi desconocida la corrección tipográfica; cuando pasaban los originales por el viciado conducto de copistas poco inteligentes, y cuando el desaliño y la falta de lima formaban el carácter de la literatura de aquel siglo? No hallamos inconveniente en tildar como descuidados algunas locuciones de un Jovellános, un Iriarte y un Moratin; y ¿no ha de sernos permitido suponerlos en Hurtado de Mendoza, en Coloma ó en Moncada? Decimos que se ha pegado á nuestros coetáneos esta ó la otra expresión de su roce con los italianos ó franceses, y olvidamos que nuestros clásicos más sobresalientes demoraron mucho tiempo en los países extranjeros, y que pudieron por lo mismo contagiarse de sus modismos. Por muy respetables que sean las obras de nuestros mayores, no solo no debemos ponernos por su autoridad en guerra abierta con el uso, reteniendo las palabras y giros suyos que mira este como anticuados; sino que tenemos un derecho incontestable á calificar algunos de contrarios á las reglas gramaticales de aquella época, y á reputar otros por verdaderos galicismos ó italianismos.

Los que hallen larga mi Gramática comparándola, con la de la Academia, tal vez no habrán tenido presente, que falta en esta por entero todo lo que concierne á la Ortografía, á la Prosodia y a la Poética; y que si al volumen de la *Gramática* de la Academia se agregase el de su *Ortografía*, la diferencia de tamaños sería ménos notable. Fuera de que una Gramática nunca puede resultar breve, por mucho cuidado que se ponga en simplificar las reglas, y por más que se desee compendiar los preceptos, cuyo número es y no puede dejar de ser considerable. La Gramática de una lengua, si bien es el primer libro que toma en las manos el que se propone estudiarla, llega á hacerse un inseparable compañero del que nunca pierde de vista el perfeccionarse en ella. No porqué enseñe á escribir bien, sino porqué señala los defectos de lenguaje que se deben evitar. Cierto es que puede uno estar esento de ellos, y escribir al mismo tiempo sin soltura ni nervio, faltar la proporción y número á sus períodos, y carecer en una palabra de buen estilo. Mayans no puede ser propuesto como modelo en esta parte, aunque no se le hayan imputado muchos yerros gramaticales: el que lea las obras del correctísimo don Tomas de Iriarte, no hallará acaso en su lenguaje otro mérito que el estar libre de defectos; y Capmany, nimio quizá en la pureza de la lengua, es duro y bronco en su estilo. Pocos disputarán entre tanto á Jovellános la palma de ser el primer escritor español entre los modernos, no obstante que dormita una que otra vez en la admisión de frases y voces nuevas, se complace sobrado en las anticuadas, y se resiente en algunas ocasiones de provincialismos.

Aunque el primer borrador de esta Gramática quedó concluido á mediados de 1827, lo he dejado descansar hasta hoy; y si bien no se han pasado los nueve años que aconseja el preceptista más juicioso de la antigüedad, he experimentado lo ventajoso que es trabajar con pausa, y no mandar los escritos calientes y de primera mano á la imprenta. Yo solo sé las grandes mejoras y correcciones que ha recibido mi libro en este intervalo, pues no ha pasado semana ni casi día, sin que lo haya añadido ó alterado en algo.

No contento sin embargo con esto, y deseando ardientemente el acierto, lo he sometido por último al exámen de mi paisano don Joaquin Lorenzo Villanueva, juez el más idóneo en la materia, así por sus muchas obras en que campea la lengua castellana con toda su pureza y gala, como por estar dedicado algunos años hace á compilar un diccionario de la misma. Me han dispensado también el favor de

examinar y corregir mi trabajo don Antonio Alcalá Galiano, profesor de la lengua y literatura españolas en la Universidad de Lóndres, y don Pablo Mendíbil , sugeto bien conocido por sus escritos relativos á las mismas. Ambos unen á su instruccion el espíritu observador que se adquiere con el hábito de enseñar , y el órden , exactitud y detenida prolijidad que son el alma de las obras elementales. Ya se deja entender, que entre los sugetos á quienes me ha ocurrido molestar para que inspeccionasen la obra , no habré dejado ocioso á mi amigo don Mateo Seoane , cuyos conocimientos en la propiedad de nuestra lengua aparecerán mui claros en el Diccionario comparado del español é ingles , que mui en breve disfrutará el público.

Hubiera querido sujetarla ademas al dictámen de algunos dignos españoles residentes en la Península; pero no he podido verificar una consulta en que no suele ser inútil oír las razones que han guiado al autor. Tampoco he podido implorar el auxilio de los que se hallan en Paris, capaces de mejorar en gran manera mi trabajo , porqué habiendo venido á esta capital, con ánimo en el principio de que mi permanencia fuese por poco tiempo, quise aprovecharlo cuidando yo mismo de la impresion , y procedí desde luego á ponerla por obra. A los unos y á los otros ruego encarecidamente me favorezcan con sus observaciones, para tenerlas presentes en la segunda edicion. Mírese la primera como una nueva tentativa en este ramo, y aun , si se quiere, como un ensayo confidencial que someto al exámen de los inteligentes, con el fin de que se sirvan dirigirme cuantas advertencias conduzcan á rectificarlo. Háganseme pública ó privadamente , con espíritu hostil ó por el deseo de buscar la verdad, pueden vivir seguros mis censores de que no las desestimaré, cuando llegue el caso de poderlas aprovechar. Mi deseo es acertar, no altercar, ni sostener con empeño lo que una vez haya errado. Siempre me han parecido inútilmente empleados el tiempo y calor que se gastan en semejantes controversias , y una prenda , funestísima la disposicion natural que algunos tienen para sostenerlas y aun buscarlas. Por este medio nadie se da por convencido, por qué todos se obstinan en no ceder el terreno que se les disputa. Lo peor es, que si alguna especie útil se halla mezclada entre las muchas injurias, personalidades y denuestos con que suelen favorecerse los contrincantes, debe tenerse por perdida, pues todavía no he visto escrito alguno de esta catadura que haya sobrevivido un año á su publicacion.

Paris , á 30 de agosto
de 1830.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1839	A. M. NOBOA	Nueva gramática de la lengua castellana según los principios de la filosofía gramatical

PRÓLOGO.

El principal motivo que me ha impelido á la publicacion de esta gramática ha sido la falta que esperimentamos de una obra de igual naturaleza. No podia yo mirar con indiferencia que, abundando en gramáticas mui esactas de lenguas estrañas, careciéramos de una de la lengua nativa, si no del todo perfecta á lo menos mas completa i filosófica que las que hasta aora teníamos.

Esta falta proviene de que nuestros sabios escritores, sea porque no hayan reputado este trabajo por digno de sus talentos, sea porque hayan preferido enseñar las bellezas de la lengua patria con el ejemplo , en sus escritos, mas bien que con los preceptos de un arte, no han querido emplear sus desvelos en la composicion de una gramática española razonada ó filosófica; ni tampoco en la de un diccionario de sinónimos , que no menos falta nos hace.

Lo cierto es que, abandonada la enseñanza de la lengua nativa, por mirarse como una cosa pueril i de poca importancia, los mas de los tratados de gramática castellana que corren entre nosotros, faltos de principios i de filosofía, i llenos por otra parte de especies falsas i triviales, no son mas que copias i retazos del arte latino traducidos en lengua vulgar.

No contaré entre estos algunos como los de los señores Vallejo, Alemani, &c., i sobre todo el de Cabezas, en los que, desterradas muchas de estas impertinentes vulgaridades, se trata nuestra gramática con mas sencillez i verdad ; i lo hubiera perfeccionado mucho otro laborioso escritor, si á su copiosa erudicion hubiese juntado el método filosófico, que no le es desconocido.

Mas viniendo á nuestra obra advierto desde luego que en ella se hallarán no pocas innovaciones, pero fundadas en la filosofía de las lenguas , adoptadas en las gramáticas de las naciones cultas, i reclamadas poi los sabios de la nuestra; innovaciones, en fin, que ya es tiempo que admitamos en nuestra gramática, si queremos sacarla del estado pueril en que se encuentra.

I empezando por la primera parte , no faltará quien estraile la clasificacion que se hace de las palabras, contando entre los artículos á muchos de los llamados pronombres, i dejando este título solamente á los personales. En lo cual , asi como en otras cosas, hemos procurado seguir los luminosos principios del señor Herosilla, que con tanta solidez ha tratado esta materia.

Asimismo se encontrarán variaciones de alguna consideracion en el tratado de los verbos, pues he hecho una clasificacion distinta, pero mas amplia i, á mi parecer, mas esacta que la que hasta aora se hacia de ellos. ¡ Ojalá que hubiera llenado el vacío que se notaba en todas las gramáticas al tratar de las clases de los verbos! Pero me queda el sentimiento de que , si bien se han ampliado i estendido en los sustantivos, ausiliares, impersonales, &c. , i aun se ha formado alguna nueva en los llamados pronominales, todavia quedará sin descubrir gran parte del copioso caudal que con su mucha variedad forman los verbos de la lengua castellana.

No encuentro bien distribuidas en los gramáticos las partes de la Sintaxis , pues jeneralmente toman la construccion i la colocacion por una misma cosa, i en mi opinion son diversas, porque yo por construccion entiendo lo que esta palabra naturalmente significa, esto es, la formacion ó composicion de un todo que consta de

diversas partes ó principios; i por colocacion uno de estos principios ó condiciones que, juntamente con los otros dos el réjimen i la concordancia, concurren á formarla: por esta causa he dividido en cuatro tratados la Sintaxis, uno para esplicar los modos de hacerse la construccion ú oraciones , i los otros tres para cada una de las partes que la sirven de base.

Las oraciones las he distribuido en las clases en que parece debian distinguirse ; i si bien de algunas no se da una esplicacion tan completa como era de desear (lo que tambien sucede con los verbos), consiste en que hasta aora no se ha hecho caso de ellas; porque habiéndose propuesto nuestros preceptistas fundir las reglas i preceptos de sus gramáticas castellanas en los moldes de la latina, sin embargo de ser tan distintas en Sintaxis, al paso que nos han llenado de fórmulas i nombres que solo pueden convenir á esta lengua, han dejado intactos muchos de los modos de decir que son propios de la nuestra , cosa que sucede á cada paso en todas las demas partes de la gramática.

Bien quisiera en el réjimen haber sujetado á reglas ciertas i seguras todos los casos particulares; pero si esto no es mui fácil en una lengua viva, que cada dia está sufriendo alteraciones en su construccion por recibir nuevas formas de hablar, i olvidar otras de las ya recibidas, menos lo será en la castellana, donde su misma riqueza i variedad , i lo poco que se ha trabajado por fijar sus principios, hacen tan vario é incierto su réjimen, que no es posible sujetarle á pocas reglas, que sean guia segura en tan intrincado laberinto.

Aunque habrá muchos á quienes sorprenda el ver, por primera vez, un tratado entero de colocacion en una gramática castellana, serán mas los que quisieran que este fuera mas amplio, alcanzando no solo á la colocacion de las palabras i oraciones, sino aun á la de los periodos. Pero yo advierto á estos últimos que aqui no se trata de enseñar los muchos modos de que puede variarse la colocacion de las palabras, sino aquellos mas propios de una gramática , dejando los demas á la imitacion de los buenos escritores ; pues si nos empeñáramos en apurar este asunto, un volumen entero no bastaria.

Viniendo ya á la Ortografía, al ver la irregularidad de ciertas letras no se puede menos de hacer la siguiente pregunta : si desde el siglo XV, en que el maestro Nebrija escribió su gramática castellana, están clamando con él casi todos los gramáticos posteriores por la conformidad de la escritura con la pronunciacion ¿cómo es que prevalecen estas estrañas anomalías? Hai inconvenientes, se replica, en quitarlas. Cierto es, pero es desde que se han erijido en sistema i se han confirmado los errores con reglas i preceptos, como si fueran otros tantos axiomas de buena Ortografía.

Sin embargo, no son tantos los inconvenientes como se pondera, pues hai letras de cuya rectificacion no podia resultar ningun equívoco, que es el principal inconveniente que se podia temer. Porque ¿qué equivocacion puede resultar de dejar á la *j* todos los sonidos guturales usándose únicamente de ella , como en *jente*, *jitano*, *cojer*, *ajilar*, &c., i quedando la *g* solo para los mas suaves ó paladiales, aun cuando interinamente conservase la *u* muda , como en *guerra*, *guisado*, &c. ? ¿Qué de dar á la *i* vocal todos los sonidos vocales, escribiéndose *soi*, *doi*, *lei*, *mui*, *quirigai*, &c; ni de quitar la *h*, á lo menos de en medio de diction, poniéndose sin ella *anclo* , *saumerio* , *veemente* , *proibir* , *desonrar* , i otras muchas palabras que para nada la necesitan? Asi lo vemos ejecutado en impresos bien correctos i se ha practicado en la presente edicion.

Tampoco se orijinaria ningun desorden en la escritura de que á la *z* se la dejasen todos los sonidos linguales, aplicándola los que con la *e* i la *i* la quita la *c*,

escribiéndose en adelante, con *z*, *zena*, *zinta*, &c., así como se escribe *zelo*, *zizaña*, *pez*, *pezes*, *caliz*, *calizes*, &c.; ni de que á la *q* se la quitase la *u* muda, que para nada sirve, escribiéndose *qeso*, *qinta*, *qemar*, *qitar*, &c. Es bien seguro que si nuestra Academia hubiese adoptado ya á lo menos estas enmiendas que ningún trastorno producen, hubieran sido recibidas con aplauso, visto el justo deseo que todos tienen de ver la Ortografía arreglada á la pronunciación. Por esta causa, deseoso de facilitar los medios de realizarlo, he propuesto en el apéndice el modo á mi entender más fácil de arreglar la Ortografía; no obstante que, si se presentase, otro más sencillo, le adoptaría gustoso como facilitase el objeto deseado. Si en este punto i alguno otro me aparto del uso de la Academia, no se atribuya á presunción, sino al deseo de llevar adelante la perfección de nuestra gramática, en lo cual la misma Academia nos da ejemplo, reformando cada vez sus ediciones é invitando á los escritores á esto mismo.

No he querido recargar con demasiados ejemplos mi obra más que con los precisos, i estos comunes i familiares más bien que entresacados de los Autores clásicos, ya por no hacerla demasiado voluminosa, ya por no hacer fastidiosa su lectura. Pues las palabras de otro escritor arrancadas de su lugar pierden mucho la fuerza de su sentido, de suerte que á veces por una sola palabra hai que copiar un trozo entero; i como no todas conducen al fin del que las propone por ejemplo, fatigan la atención del lector i le distraen del objeto principal. Además de que en las lenguas vivas no todos los modos de decir, principalmente los familiares, se han de hallar escritos en los Autores.

Mi objeto al emprender este trabajo ha sido esponer de un modo exacto i razonado los verdaderos principios de la lengua española, poniendo por base los de la gramática jeneral.

No sé hasta qué grado lo habré desempeñado, pues bien conozco lo arduo de la empresa; de todos modos, así como recibiré con docilidad las advertencias de los inteligentes, espero también merecer su indulgencia, pues soi acreedor á ella, siquiera por haber sido de los primeros que lo han intentado.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1847	Andrés Bello	Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos (ed. 1853)

PROLOGO.

Aunque en esta Gramática he procurado no desviarme de la nomenclatura y explicaciones usuales, hay puntos en que me ha parecido que las prácticas de la lengua castellana podían representarse de un modo más completo ó más simple. Lectores habrá que califiquen de caprichosas las alteraciones que en esos puntos he introducido, ó que las imputen á una pretensión extravagante de decir cosas nuevas: las razones que alego probarán, á lo menos, que no las he adoptado sino después de un maduro exámen. Pero la prevención más desfavorable, - porque es la que tiene más imperio sobre las personas inteligentes, es la de aquellos que se figuran que en la gramática las definiciones inadecuadas, las clasificaciones malhechas, los conceptos falsos, carecen de inconveniente, siempre que por otra parte se expongan con fidelidad las reglas á que se conforma el buen uso. Yo creo, con todo, que esas dos cosas son inconciliables ; que el uso no puede exponerse con exactitud y fidelidad sino analizando, desenvolviendo los principios verdaderos que lo dirigen ; que una lógica severa es indispensable requisito de toda enseñanza, y que en el primer ensayo que, el entendimiento hace de sí mismo es en el que más importa no acostumbrarle á pagarse de meras palabras.

El habla de un pueblo es un sistema artificial de signos, que bajo muchos respectos se diferencia de los otros sistemas de la misma especie; de que se sigue que cada lengua tiene su teoría particular, su gramática. No debemos pues aplicar indistintamente á un idioma los principios, los términos , las analogías en que se resumen bien ó mal las prácticas de otro. Esta misma palabra *idioma* (t) está diciendo que cada lengua tiene su genio, su fisonomía, sus giros; y mal desempeñaría su oficio el gramático que, explicando la suya, se limitara á lo que ella tuviese de común con otra, ó (todavía peor) que supusiera semejanzas donde no hubiese más que diferencias , y diferencias importantes, radicales. Una cosa es la gramática general, y otra la gramática de un idioma dado; una cosa comparar entre sí dos idiomas, y otra considerar un idioma como es en sí mismo. ¿Se trata, por ejemplo, de la conjugación del verbo castellano? Es preciso enumerar las formas que toma, y los significados y usos de cada forma, como si no hubiese en el mundo otra lengua que la castellana; posición forzada respecto del niño, á quien se exponen las reglas de la sola lengua que está á su alcance, la lengua nativa. Este es el punto de vista en que he procurado colocarme, y en el que ruego á las personas inteligentes, a cuyo juicio someto mi trabajo, que procuren también colocarse, descartando, sobretudo, las reminiscencias del idioma latino.

En España, como en otros países de Europa, una admiración excesiva á la lengua y literatura de los romanos dió un tipo latino á casi todas las producciones del ingenio. Era esta una tendencia natural de los espíritus en la época de la restauración de las letras. La mitología pagana siguió suministrando imágenes y símbolos al poeta; y el período ciceroniano fue la norma de la elocución para los escritores elegantes. No era pues de extrañar que se sacasen del latín la nomenclatura y los cánones gramaticales de nuestro romance.

Si como fue el latín el tipo ideal de los gramáticos, las circunstancias hubiesen dado esta preeminencia al griego, hubiéramos probablemente contado

cinco casos en nuestra declinación, en lugar de seis; nuestros verbos hubieran tenido no solo voz pasiva sino voz media, y no habrían faltado aoristos y paulo-post-futuros en la conjugación castellana.

Obedecen sin duda los signos del pensamiento á ciertas leyes generales, que derivadas de aquellas á que está sujeto el pensamiento mismo, dominan & todas las lenguas y constituyen una gramática universal. Pero si se exceptúa la resolución del razonamiento en proposiciones, y de la proposición en sugeto y atributo; la existencia del sustantivo para expresar directamente los objetos, la del verbo para indicar los atributos, y la de otras palabras que modifican y determinan á los sustantivos y verbos, á fin de que con un número limitado de unos y otros puedan

(t) *En griego propiedad, índole, costumbres propias.*

designarse todos los objetos posibles, no solo reales sino intelectuales, y todos los atributos que percibamos ó imaginemos en ellos; si exceptuamos esta armazón fundamental de las lenguas, no veo nada que estemos obligados á reconocer como ley universal de que á ninguna sea dado eximirse. El número de las partes de la oración pudiera ser mayor ó menor de lo que es en latín ó en las lenguas romances. El verbo pudiera tener géneros, y el nombre tiempos y modos. ¿Qué cosa mas natural que la concordancia del verbo con el sugeto? Pues bien; en griego era no solo permitido sino elegante concertar el plural de los nombres neutros con el singular de los verbos. En el entendimiento dos negaciones se destruyen necesariamente una á otra, y así es también casi siempre en el habla, sin que por eso deje de haber en castellano circunstancias en que dos negaciones no afirman. No debemos pues trasladar ligeramente las afecciones de las ideas á los accidentes de las palabras. Se ha errado no poco en filosofía suponiendo á la lengua un trasunto fiel del pensamiento; y esta misma exagerada suposición ha extraviado á la gramática en dirección contraria: unos argüían de la copia al original, otros del original á la copia. En el lenguaje lo convencional y arbitrario abraza mucho mas de lo que comunmente se piensa. Es imposible que las creencias, los caprichos de la imaginación, y mil asociaciones casuales, no produjesen una grandísima discrepancia en los medios de que se valen las lenguas para manifestar lo que pasa en el alma, discrepancia que va siendo mayor y mayor á medida que se apartan de su común origen..

Estoy dispuesto á oír con docilidad las objeciones que se hagan a lo que en esta gramática pareciere nuevo; aunque, si bien se mira, se hallará que en eso mismo algunas veces no innovo sino restauro. La idea, por ejemplo, que yo doy de los casos en la declinación, es la antigua y genuina; y en atribuirle naturaleza de sustantivo al infinitivo, no hago mas que desenvolver una idea imperfectamente enunciada en Prisciano: «*Vim nominis habet verbum infinitum; dico enim bonum est legere, ut si dicam bona est lectio.*» No he querido, sin embargo, apoyarme en autoridades, porque para mí ¡a sola irrecusable en lo tocante á una lengua es la lengua misma. Yo no me creo autorizado para dividir lo que ella constantemente une, ni para identificar lo que ella distingue. No mirólas analogías de otros idiomas sino como pruebas accesorias. Aceptólas prácticas como la lengua las presenta; sin imaginarias elipsis, sin otras explicaciones que las que se reducen á ilustrar el uso por el uso.

Tal ha sido mi lógica. En cuanto á los auxilios de que lie procurado aprovecharme, debo citar especialmente las obras de la Academia Española, y la

Gramática de D. Vicente Salvá. He mirado esta última como el depósito mas copioso de los modos de decir castellanos; como un libro que ninguno de los que aspiran á nublar y escribir correctamente nuestra lengua nativa debe dispensarse de leer y consultar á menudo. Soy también deudor de algunas ideas al ingenioso y docto D. Juan Antonio Puigblanch (1), en las materias filológicas que toca por incidencia en sus Opúsculos. Ni fuera justo olvidar á Garcés, cuyo libro, aunque solo se considere como un glosario de voces y frases castellanas de los mejores tiempos, ilustradas con oportunos ejemplos, no creo que merezca el desden con que hoy se le trata (2).

Después de un trabajo tan importante como el de Salvá, lo único que me parecía echarse de menos era una teoría que exhibiese el sistema de la lengua en la generación y uso de sus inflexiones y en la estructura de sus oraciones, desembarazado de ciertas tradiciones latinas que de ninguna manera le cuadran. Pero cuando digo *teoría* no se crea que trato de especulaciones metafísicas. El Sr. Salvá reprueba con razón aquellas abstracciones ideológicas que, como las de un autor que cita, se proponen para legitimarlo que el uso proscriba. Yo huyo de ellas no solo cuando contradicen al uso, sino cuando se remontan sobre la mera práctica del lenguaje. La filosofía de la gramática, á lo menos de la gramática elemental, la reduciría yo á representar el uso bajo las fórmulas mas comprensivas y simples. Fundar estas fórmulas en otros procederes intelectuales que los que real y verdaderamente guian al uso, es un lujo que no ha menester la gramática. Pero los procederes intelectuales que real y verdaderamente le guian, ó en otros términos, el Valor preciso de las inflexiones y las combinaciones de las palabras, es un objeto necesario de averiguación; y la gramática que lo pase por alto no desempeñará Cumpidamente su oficio. Como el diccionario da el significado de las raíces, á la gramática incumbe exponer el valor de las inflexiones y combinaciones, y no solo el natural y primitivo, sino el secundario y el metafórico, siempre que hayan entrado en el uso general de la lengua. Este es el campo que privativamente abrazan las especulaciones gramaticales, y al mismo tiempo el límite que las circunscribe. Si alguna vez

1) Por una equivocación material, indudablemente, ha alterado el Sr. Bello el nombre del distinguido gramático D. Antonio Puigblanch. Tenemos á la vista los Opúsculos, impresos en Londres por los años de 1829 á 1851, y otros trabajos literarios y científicos de este escritor, y en todos ellos vemos su nombre tal como nosotros le estampamos.— M. B.

(2) Véase lo que decimos acerca de la obra de Garcés en la advertencia al publico de la edición que acabamos de hacer de ella.— JM. B.

he pasado este limite, ha sido en brevísimas excursiones, cuando «e trotaba de discutir los alegados fundamentos ideológicos de una doctrina, ó cuando los accidentes gramaticales revelaban algún proceder mental curioso : transgresiones, por otra parte, tan raras, que seria demasiado rigor censurarlas como inoportunas.

Es preocupación harto común la que nos hace creer llano y fácil el estudio de una lengua, hasta el grado en que es necesario para hablarla y escribirla correctamente. Hay en la gramática muchos puntos que no son accesibles á la inteligencia de la primera edad; y por eso he juzgado conveniente dividirla en dos cursos, reducido el primero á las nociones menos difíciles y mas indispensables, y extensivo el segundo á aquellas partes del idioma que piden un entendimiento ejercitado. Los he señalado con diverso tipo, y comprendido los dos en un solo tratarlo, no solo para evitar repeticiones, sino para proporcionar á los profesores del

primer curso el auxilio de las explicaciones destinadas al segundo, si alguna vez las necesitaren. Creo, además, que esas explicaciones no serán enteramente inútiles á los principiantes, porque á medida que adelanten, se les irán desvaneciendo gradualmente las dificultades. Por este medio queda también al arbitrio de los profesores el añadir á las lecciones de la enseñanza primaria todo aquello que de las del curso posterior les pareciere á propósito, según la capacidad y aprovechamiento de los alumnos. En las notas al pié de las páginas menciono los arcaísmos, llamo la atención á ciertas prácticas viciosas del habla popular de los americanos, para que se conozcan y eviten ; y dilucido algunas doctrinas con observaciones que requieren el conocimiento de otras lenguas. Finalmente, en las pocas notas que he colocado al fin del libro, corrijo las inexactitudes que en él he podido percibir después de impreso, y me extiendo sobre algunos puntos controvertibles, en que juzgué no estarían de más las explicaciones para satisfacer á los lectores instruidos.

No tengo la presunción de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirigen á mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación, y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes. Pero no es un purismo supersticioso lo que me atrevo á recomendarles. El adelantamiento prodigioso de todas las artes, el progreso de la cultura intelectual y las revoluciones políticas, piden cada día nuevos signos para expresar ideas nuevas; y la introducción de vocablos flamantes, tomados de las lenguas antiguas y extranjeras, ha dejado ya de ofendernos, cuando no es manifiestamente innecesaria, ó cuando no descubre la afectación y mal gusto de los que piensan engalanar así lo que escriben. Hay otro vicio peor, que es el prestar acepciones nuevas á las palabras y frases conocidas, multiplicando las anfibologías de que por la variedad de significados de cada palabra adolecen más ó menos las lenguas todas, y acaso en mayor proporción las que más se cultivan, por el casi infinito número de ideas á que es necesario acomodar un número necesariamente limitado de signos. Pero el mayor mal de todos, y el que, si no se ataja, va á privarnos de las inapreciables ventajas de un lenguaje común, es la avenida de neologismos de construcción, que inunda y enturbia mucha parte de lo que se escribe en América, y alterando la estructura del idioma, tinado á convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriones de idiomas futuros, que durante una larga elaboración, reproducirían en América lo que fue la Europa en el tenebroso periodo de la corrupción del latín. Chile, el Perú, Buenos Aires, Méjico, hablarían cada uno su lengua, ó por mejor decir, varias lenguas, como sucede en España, Italia y Francia, donde dominan tres idiomas provinciales, pero viven á su lado otros varios, oponiendo estorbos á la difusión de las luces, á la ejecución de las leyes, á la administración del Estado, á la unidad nacional. Una lengua es como un cuerpo viviente : su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de las funciones que estos ejercen, y de que proceden la forma y la índole que distinguen al todo.

Sea que yo exagere o no el peligro, él ha sido el principal motivo que me ha inducido á componer esta obra, bajo tantos respectos superior á mis fuerzas. Los lectores inteligentes que me honren leyéndola con alguna atención, verán el cuidado que he puesto en demarcar, por decirlo así, los linderos que respeta el buen uso de nuestra lengua, en medio de la soltura y libertad de sus giros; señalando las corrupciones que más cunden hoy día, y manifestando la esencial diferencia que

existe entre las construcciones castellanas, y las francesas que se les asemejan basta cierto punto, y que solemos imitar sin el debido discernimiento.

No se crea que, recomendando la conservación del castellano, sea mi ánimo tachar de vicioso y espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hay locuciones castizas que en la Península pasan hoy por anticuadas, y que subsisten tradicionalmente en Hispano-América : ¿por qué proscribirla? Si según la práctica general de los americanos es mas analógica la conjugación de algún verbo, ¿por que razón hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raíces castellanas hemos formado vocablos nuevos, según los procederes ordinarios de derivación que el castellano reconoce , y de que se ha servido y se sirve continuamente para aumentar su caudal de voces, ¿qué motivo hay para que nos avergoncemos de usarlos? Chile y Venezuela tienen tanto derecho como Aragón y Andalucía para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada. En ellas se peca mucho menos contra la pureza y corrección del lenguaje que en las locuciones afrancesadas, de que no dejan de estar salpicadas hoy día aun las obras mas estimables de los escritores peninsulares.

He dado cuenta de mis principios, de mi plan y de mi objeto, y he reconocido, como era justo, mis obligaciones á los que me han precedido. Señalo rumbos no explorados, y es probable que no siempre haya hecho en ellos las observaciones necesarias para deducir generalidades exactas. Si todo lo que propongo de nuevo no pareciere aceptable, mi ambición quedará satisfecha con que alguna parte lo sea , y contribuya á la mejora de un ramo de enseñanza, que no es ciertamente el mas lucido, pero es uno de los mas necesarios.

Concluyo advirtiendo que la ortografía de este libro no es la del autor. Habiendo cedido su manuscrito para la presente edición , tuvo que aceptar, porque le parecieron razonables, las condiciones de los editores que se hicieron cargo de publicarlo á su costa. Observo, con todo, que han quedado algunos vestigios de la ortografía del texto original, particularmente en una que otra lista alfabética, en que el orden de las dicciones no es siempre el de las letras iniciales, según la práctica corriente (1).

(1) *El Sr. Dello se refiere á la edición primera de este libro hecha en Santiago de Chile el año de 1817.— M. B.*

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1854	VICENTE GARCÍA, Santiago	Gramática de la lengua española

PRÓLOGO.

No debe buscarse la perfeccion de las lenguas en nuevos idiomas, ni en la arbitraria significacion que se da á sus términos; es necesario buscarla en su verdadero sentido, y en el uso exacto de las palabras.

LEINITZ.

La facultad de hablar es un don de Dios, con que dotó a la mas noble de sus criaturas, distinguiéndola de los demas animales, y formando su familia privilegiada, á la que concedió la centella divina de la razon, y el imperio de la tierra, para que, creando las artes y las ciencias, cooperase á la sabiduría y á la magnificencia de sus obras, y pudiera conocer, adorar y elevarse á su auter[?].

En la dispersion del género humano, despues del diluvio, se perdió el uso de la lengua primitiva, sin dejar ningun vestigio histórico ni tradicional; y así de todas las lenguas conocidas ninguna está considerada por matriz. Las de Europa son generalmente una mezcla del latin, y de las gerigonzas de las naciones bárbaras que subyugaron el imperio romano: sin embargo, se ha llamado matriz la lengua de que proceden los idiomas actuales, y en este sentido la latina, aunque derivada del toscano, del celta y del griego, está tenuta como matriz del español, del italiano y del frances.

Distinguidos eruditos han publicado ingeniosas y prolijas disertaciones sobre el origen y vicisitudes que ha experimentado nuestro idioma; pero esta materia es ajena de una obra elemental.

La lengua española presenta una estrecha analogía con el latin y el italiano: se parece al primero por su energía, su elevacion y el genio de sus escritores: se asemeja al segundo por su pompo y armonía, y por sus formas gramaticales. De las lenguas de Europa ninguna pertenece tanto á la generalidad de la nacion: la de la plebe apénas se diferencia de la de los sabios, y por esto conserva mas originalidad. Es rica en espresiones propias, para hacer mas sensibles todas las formas de los objetos, y las impresiones de una imaginacion ardiente. Al mismo tiempo es mui fecunda en términos magestuosos y nobles, y en voces cómicas y burlescas. La abundancia de palabras imitativas para la descripcion de los objetos sensibles, unida á la fluidez y armonía de sus frases, al brillo de sus formas, al atrevimiento de sus figuras y á la frecuencia de sus inversiones y elipsis, la hacen mas favorable al espíritu poético. La mezcla del celta, del vizcaino, del latin, del godo y del árabe, le han quitado su carácter original: no obstante, al admitir voces estrañas, las ha modificado acomodándolas á su genio.

Se ha mirado la gramática como un mecanismo rutinario; no se ha hecho de este arte ingenioso el estudio especial, profundo y metódico que requiere, ni se ha formado un plan consiguiente y completo. La gramática es la *teoría didáctica*

elemental del lenguaje, y excluye los accesorios de erudición, como estraños á su objeto.

Las existentes carecen de dos condiciones esenciales: *nomenclatura técnica* y *organización lógica*.

PRIMERA CONDICION.

Nomenclatura técnica.

Las voces de la nomenclatura gramatical no son signos de cosas, ni nombres dados á objetos reales, ni descripciones, ni definiciones, sinó únicamente signos de signos, nombres impuestos á otros nombres, y mas bien meros indicadores de los diferentes oficios que ejercen las palabras en el lenguaje. Por esto, conformándose á su destino, deben tener un significado propio y representativo de sus funciones, porqué de otro modo no puede existir la equivalencia correspondiente entre las palabras y las ideas.

El artificio de la nomenclatura consiste en asignar á cada idea el término que la represente. La analogía debe presidir á esta eleccion, para que se formen ideas claras y distintas, se fije de una manera invariable la genuina acepcion de las voces, se auxilie eficazmente a la memoria, y, estableciéndose una especie de ecuacion gramatical, se faciliten buenas clasificaciones y los progresos del estudio, único medio para retener lo que se sabe, y para definirse mejor lo que se ha aprendido.

La nomenclatura gramatical de nuestro idioma es incompleta y mui defectuosa. Hai entre los término y las ideas una discordancia chocante, que produce confusión, error y embarazo. El significado de muchas voces no tiene relacion de analogía con los oficios que desempeñan, y el de otras presenta indicaciones oscuras ó estrañas. Los autores de los rudimentos de la gramática emplearon comparaciones groseras y triviales, falsas analogías y denominaciones infieles, que no se han rectificado despues, ni aun reconocido.

El vicio y la imperfeccion de observaciones superficiales é precipitadas fueron el origen de estos errores. Respetarlos porqué estan revestidos con la sancion del tiempo, y como legitimados por el asentimiento tácito de los literatos, sería supersticioso, inescusable y ridículo. Es necesario y filosófico formar una nomenclatura técnica, sustituyendo palabras propias y significativas á las absurdas, oscuras y estrañas que deben condenarse á un perpetuo ostracismo, ó confinarse al panteon de las voces anticuadas.

Penetrado de la importancia de esta reforma, la he ensayado en los términos que son mas contrarios á la significacion de su destino, despues de haber reconocido los inconvenientes de los suprimidos, y las ventajas de los propuestos, haciendo algunas adiciones para llenar los vacíos que presentaba la imperfeccion de las clasificaciones.

Se ha dado al tratado elemental de los términos el nombre de *analogía*, arrancando esta voz á su etimológico y general sentido, y atribuyéndole uno tan estraño que puede llamarse absurdo. Otros denominan al mismo tiempo tratado de *etimología*, que tampoco le conviene, porqué esta se limita á la procedencia y composicion de las palabras, y no admite el significado tan amplio que se le supone. Yo llamo *terminología* á esta primera parte de la gramática, porqué la define con claridad y precision, y no hai otra palabra mas significativa.

En la clasificacion del nombre he sustituyendo *objetivo* á *sustantivo*, porqué los de esta clase no designan las sustancias de las cosas, sinó meramente la parte

objetiva, que obra en los sentidos, ó que sirve de término á la observacion del espíritu; y aunque se concediese que espresaban las sustancias, sería con respecto á los seres físicos: mas esta denominacion no es aplicable á los nombres que indican ideas abstractas, genéricas, intelectuales y religiosas, que componen la mayor parte del diccionario científico. La voz *objetivo* es propia, general y espresiva de la idea correspondiente, inteligible y correlativa de adjetivo, que forma la segunda parte de la primera clasificiación del nombre. *Sustantivo*, segun su derivacion etimológica, significa lo que está debajo, sentido que no es aplicable á los nombres de esta clase. He suprimido la subdivision del nombre en *propio* y *apelativo*, porqué son denominaciones vagas y oscuras, y las he remplazado con las que espresan verdadera clasificacion. En la del adjetivo he añadido, para completarla, la de *calificativo*. En la del pronombre he aumentado la de *conexivo*, la cual solo conviene á *que*, dejando la de relativo únicamente á *él, ella, ello*, que desempeña este oficio.

La clasificacion del verbo es defectuosísima, y exige casi una total reforma. Habiendo considerado al verbo en sus principales atributos, he seguido esta misma clasificacion, desterrando de ella todas las voces absurdas é impropias, y adoptando las que marcan con claridad sus funciones. El verbo *ser* no significa la existencia, como su primitivo latino, y solo egerce el oficio de copulativo en el sentido de afirmacion en las concordancias, y de *auxiliar* cuando se asocia á los participios, para formar los tiempos de la voz inversa de los verbos activos.

No puede llamarse *sustantivo*, y con mas fundamento recibiría el nombre de verbo *afirmativo*, cuyo único significado tiene en todas las oraciones de que forma parte. Las denominaciones de *pasivo* y *neutro* son falsas, porqué los verbos no padecen en el giro inverso que se da á su significado, ni el de *neutro* conviene á los verbos en ningun sentido. He descartado la palabra *conjuncion*, como impropia é inútil, dejando solo *declinacion*, igualmente aplicable á pronombres y verbos, en que designa variedad sucesiva de terminacion. La division de los tiempos en *imperfectos* y *perfectos* es oscura y falsa, y la de *pluscuamperfecto* absurda. He omitido tambien los *circunloquios*, que son frases y no modos verbales.

A la palabra *interjeccion*, que no tiene ninguna analogía con su oficio, he sustituido *esclamacion*, mas propia y significativa, y ménos áspera que aquella.

He suprimido el quirigai de los *diptongos* y *triptongos*, porqué no los hai en nuestro idioma. Toda las vocales del español tienen su sonido propio y completo, que no se modifica ni se hace complejo ó misto, en ninguna de sus combinaciones. Las vocales asociadas sin interposicion de consonantes (que son las que se tienen por diptongos y triptongos), ademas de su sonido íntegro é inalterable, admiten diferente cantidad (lo que no es compatible con los diptongos), y forman pies métricos como la prosodia latina; v. g. hacia, preposicion, tiene la cantidad breve, y hacía verbo, la tiene larga; lo mismo sucede con seria, adjetivo, y con sería, tiempo del verbo ser. Seríais y habíais, considerados como triptongos, contienen un pie dáctilo en las tres últimas sílabas, la primera larga y las otras dos breves: verdad que reconoce la Academia en la palabra *esdrújulo* en su diccionario.

He dado á nuestra lengua el nombre de española, porqué el antiguo castellano se ha hecho general en todas las provincias y colonias de España, y debe adoptarse con preferencia el nombre nacional, como el mas adecuado.

SEGUNDA CONDICION.

Organización lógica.

La sintáxis es la parte mas complicada y difícil de la gramática. Su organizacion está sometida esencialmente á reglas comunes á la lógica y á la gramática, en razon de su íntimo enlace, y de su recíproca influencia, porqué el arte de pensar y el de hablar se asocian y corresponden en sus ingeniosas y mutuas combinaciones. Por no haberse ajustada á este principio, y á sus leyes consiguientes, la estructura de la sintáxis ha permanecido en un embolismo estacionario, igualmente incomprensible para los que aprenden y enseñan. En la gramática se coordinan los términos, lo mismo que las ideas en el pensamiento lógico, empleando tres medios diferentes, *concordancia de atributos análogos, agregacion de relaciones adherentes ó subordinadas, y accesorios completivos*. La reunion y uso regular de estos tres medios constituyen la verdadera sintáxis. La principal dificultad, no resuelta hasta ahora, consiste en la clasificacion del *régimen*, en seguir sus diversas ramificaciones y en determinar sus muchos y curiosos detalles.

CONCLUSION.

Animado por el deseo de ser útil en el retiro sedentario de mi situacion inválida, he acometido esta empresa. No creo que los esfuerzos de mi edad septuagenaria hayan correspondido á las intenciones con que concebí este proyecto; pero me tendré por afortunado, si este ensayo promueve al ménos adelantos, con que al cabo se consiga mi objeto.

Despues de haber examinado detenidamente todo lo que se ha impreso sobre gramática castellana, y teniendo á la vista los principios y las reglas de la lógica y del language aplicados al caracter y circunstancias de nuestro idioma, he formado una gramática de la lengua española por este órden: se han reformado los principales vicios de la nomenclatura; se establecen clasificaciones exactas, y se mejoran las definiciones; se fija la declinacion de los pronombres y se rectifica la de los verbos; se agrega á la terminología un tratado especial de etimología; se presenta la sintáxis en sentido lógico de un modo claro, sencillo y enteramente nuevo; se añade por apéndice la teoría de las oraciones con las reglas para el análisis gramatical, ilustrando este egercicio con ejemplos; se simplifica la prosodia, y se deslindan y determinan con precision los diferentes oficios de la ortografía.

El juicio crítico comparado de esta gramática con las existentes, dará a conocer si la mia reúne los requisitos esenciales de una obra elemental, y si merece ser destinada para la enseñanza en las escuelas públicas.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1880	RUIZ MOROTE, Francisco	Gramática castellana teórico práctica

PRÓLOGO.

Reconocida es por todos la importancia que tiene el estudio de la Gramática en la cultura y desarrollo de la inteligencia, y lo difícil que es inculcar esta asignatura en los niños con toda la solidez necesaria y conveniente. Es de tan poco atractivo que, *si no se subordina el método á un buen procedimiento*, se hace la más penosa, desagradable y estéril. Deber es, pues, del Profesor, para que no la miren con aversion, excogitar medios los más sencillos y propios para dulcificarla y hacerla interesante.

Tales inconvenientes nos obligaron á inquirir recursos para obtener buenos resultados con nuestros numerosos discipulos en esta asignatura, que los aumenta y dificulta extraordinariamente aquella parte *tan coluble* [?] *é inconsciente* del USO DE LAS LETRAS (1) y no ménos de la ACENTUACION.

Metodizarla en todas sus partes, cuanto nos ha sido dable, *para facilitar su enseñanza á Maestros y discipulos*, sin faltar á los principios establecidos por la Real Academia de la Lengua, es lo que nos propusimos al publicar esta obrita: conseguirlo, es nuestra única aspiracion.

(1) Véase nuestra Ortografía racional

En la alternativa de dar más o ménos extension á la doctrina, hemos preferido pecar más de difusos que de lacónicos. Esta circunstancia y la de no recargar de tantas reglas á la tierna inteligencia de la niñez (en tanto se la robustece), nos movió á poner en *tipo mayor* lo más esencial y preciso; para que *el menor*, necesario luego y como complemento, quede para la seccion superior. Así, el niño experto tiene donde ampliar sus conocimientos, y hasta el Maestro novel [?] encuentra á la mano un repertorio para enseñar oportunamente, y áun recordar aquello que con tanta facilidad puede haber olvidado; como no pocas veces hemos visto (con disgusto) en alumnos aprovechados, que se han ceñido á enseñar por *trataditos de excasa ¡pésima! aplicacion*.

Si el Maestro despliega el método clara y convenientemente, si a los ejercicios prácticos (1) les da la aplicacion más propia y adecuada, y si en la clase de lectura, *medio el más luminoso*, aprovecha con oportunidad las reglas en determinados casos, conseguirá llegar á la perfeccion posible sin gran molestia ni esfuerzos del discipulo.

(1) A los ejercicios prácticos y á los ejemplos que comprueban las reglas los hemos puesto siempre con preferencia casos con *voces de dudosa ortografía*, para que el discípulo se familiarice más y más con las reglas del uso y ORIGEN, ¡tan indispensables, sólo y en verdad, para la vista del que lee!

El trabajo primordial y preparatorio que ha de imponerse el Maestro para la enseñanza de la Gramática, es hacer de ella divisiones y subdivisiones; distribuir á cada seccion una serie de ejercicios graduados al desarrollo de la inteligencia, para que lo uno se complete con lo otro en la forma y en el fondo; simultanear las

diferentes partes de que consta en los días de la semana, dando el mayor tiempo a la de más importancia ó dificultad, y formular el plan peculiar y más adecuado hasta perfeccionar estudio tan preciso, para que con su poderoso auxilio ayude inmediata y sucesivamente el aprendizaje de otros ramos del saber humano.

Bueno será consignar el error, á más de otros rutinarios de algunos Maestros antiguos, que no daban principios al estudio de la Gramática hasta que el niño no pudiese estudiarla de memoria. Afortunadamente, abandonada esta inveterada costumbre, damos hoy desde carteles nociones de Ortografía y de Analogía *por ejercicios metódicos* sin molestia y con resultados positivos.

Se nos permitirá en este prólogo indicar ciertas consideraciones ó prácticas pedagógicas que, si bien ajenas á este lugar é innecesarias generalmente para el profesorado de hoy, no serán sin embargo inútiles para algunos. Vamos, pues, á consignar ligeramente algunas ideas que podrán servir de base á los últimos, para que investiguen y establezcan el método y procedimientos que satisfagan tantas y tan complicadas atenciones como exige esta importantísima asignatura.

ÓRDEN DE ENSEÑANZA.

PRIMERA SECCION.-*Comprende los niños de carteles.*- Para que el niño pueda apreciar y vencer la articulacion doble de la C., G. y R. con otras dificultades de las letras unísonas, es indispensable y no deben omitirse unas simples nociones que faciliten las extravagancias que ofrecen á su infantil razon.

Diráse p. ej. en la C, que tiene dos sonidos, de *ze* y de *ke*: que el sonido suevo de *ze*, le tiene únicamente con las vocales *e*, *i*, en las sílabas *ce*, *ci*; y de *ke* ó sonido fuerte en todos los demás casos. Equivalente procedimiento milita en la G. Estas simples reglas acompañadas con la voz de *suave* ó *fuerte* y unidas á los ejemplos del deletreo, facilitan notablemente el aprendizaje de la lectura y de la escritura: así principia el estudio de la Ortografía.

En el de Analogía, son suficientes las definiciones de la página 9, ú otras comprensibles y sencillas.

Explicado y dado á conocer así el nombre, artículo y adjetivo con ejemplos de objetos que rodeen á los niños, ó de sus vestidos, ó de su cuerpo, se les estimula á que digan un nombre, que le pongan artículo, un adjetivo, otro, otro: se les enseña el número, el género, á que los varien y á que los definan: así, hasta el párvulo puede y sabe más Gramática que nosotros sabíamos, despues que la habíamos aprendido *toda de memoria*, á costa de no pocas palmas y ayunos.

Luego se dicen de intento palabras *con vicios del lenguaje*, tan frecuentes en los pueblos, ridiculizándoselas; y como por vía de entretenimiento, que no deja de agradarles, van mirando con aversion aquel lenguaje tan impropio: para lo cual puede formar el Profesor un cuaderno con palabras y frases viciosas de la localidad, tan comunes en los niños y hasta en las familias, p. ej.: *cocholate*, *pacencia*, *malacoton*, *abujas* y *afileles*, *cabayo*, *haiga*, *truje*, *güelve*, *quedrá*, *vide*, *cuala...* *Dámuste un chavo pa el probe sordao* [?]. -*San salio los poyos del gayinero por el abugero de la paer.*-*Vusotros sos vais en ca* [?] *el aguelo por uguas.* -*Quinste saber el ojecto de la vesita* [?]-*Grabiel, Usebio, Rumaldo y Meregildo no san sabio la licion con el instrutor.*-*El Gobernaor cecil yel melitar* [?] *pacencias mos han dao.*- *Misque* [?] *güenos son los carambelos.*-*Dalle acitunas paque las yeve á Donisio* (1).

(1) Con tan frecuente y brusco lenguaje, unido á los DEFECTILLOS de Ortografía, ¿qué juicio formarán los extranjeros de nuestro idioma y civilizacion? A todo podría

atender el Profesorado (y al ceceo y seseo de los andaluces y valencianos), y á mucho más, y á ampliar otros ramos importantísimos si nuestra Real Academia, (imitando al inmortal decreto de Alonso X el Sabio para que se escribiesen en romance castellano los documentos oficiales) calculara y oyera al Magisterio de los tormentos, perjuicios, tiempo y deshonor que la célebre Ortografía ocasiona á la juventud (¡nada diremos del sordo mudo!) y á la civilizacion de los españoles sin duda nos daría EL ALFABETO TÓNICO Ó RACIONAL, y nos tijaría [?] LA ACENTUACION con reglas generales. Entonces la Prensa y el Maestro, en pocos meses, y *sin perjuicio de ningun género*, la generalizarían, y rápidamente desaparecería aquella rudoza y las cuatro quintas partes de españoles que no saben escribir. Los preclaros individuos de la Real Academia inmortalizarían sus nombres y el de nuestro jóven Monarca, sin dar lugar á que esta gloria la arrebatara los AMERICANOS. Reformas parciales jamás, porque contribuyen al caos.- ¡PREDICAR EN DESIERTO...!

SEGUNDA SECCION.- En dias alternados, se les amplian los conocimientos anteriores con otros accidentales y con otras partes de la oracion: declinan y conjugan sencillamente los verbos regulares: nociones de Prosodia para que distinguan las voces monosílabas, disílabas y polisílabas; agudas, regulares y exdrújulas, sin que fijen por ahora si deben ó nó acentuarse, con algunas otras reglas las más sencillas del *Uso de las letras*.

Procedimiento del primer ejercicio

VELÁZQUEZ, dime una palabra?-*Pelo*.-Es primitiva ó derivada?-Primitiva.-Por qué?... Qué es palabra primitiva?... Dime una derivada?-*Peluca*.-Por qué?... Qué es palabra derivada?... Dime otra?-*Peluquero*, *peluquería*... Son simples ó compuestas?... Pues dime una palabra compuesta? - *Peliblanco*. -Otra.- *Pelirrubio*, *pelinegro*... Por qué son compuestas?...Qué son palabras compuestas?... Me dirás otra palabra compuesta?... De qué voces se compone?... Dime una palabra variable?... *Varía hortelano*?-*Hotelana*, *hortelanos*, *hortelanas*.-Qué es palabra variable?-*Varía hoy*... *hacia* ... *también*?-No se pueden.-Por qué?-Porque... Qué son palabras invariables?...

Procedimiento de composicion.

Alvaro, dime un nombre?-*Bibiano*.-Qué hace *Bibiano*?-*Dibujar*.-Luego *Bibiano* dibuja. Qué tiempo es?... Pónlo en pretérito... en futuro... en imperativo... Pónle un adverbio... Dime, qué dibuja? En qué?... Para qué?... Para quién?

A este ejercicio de composicion puede dársele infinitos giros, añadir palabras á cada término, indicar la funcion lógica que desempeñan, se desarrolla la inteligencia, el sentimiento moral, y se completa por él todo el análisis gramatical. Dejamos á la ilustracion y zelo del Profesor otros procedimientos análogos que pueden emplearse en cada una de las secciones, á más de las explicaciones y de los ejercicios prácticos, para amenizar tan importante asignatura.

Y si ha de asegurarse y asegurar al niño en nuestras reglas de la B, V y H, es conveniente destine varios dias en la semana para la escritura al dictado. Nombrará, primero una palabra de cada regla: el niño la determina *siempre* con sus excepciones, amalgama las de acentuacion: se pasa despues á dictar frases y periodos para el uso de los signos puntuativos; aunque de estos sacará más fruto, llamándoles la atencion, cuando convenga, en los de la clase de lectura.

LIBRO DE TEXTO.-La época en que el niño ha de tomar el libro de texto debe quedar á la prudencia del Profesor; así como la distribucion simultánea de la Analogía, Prosodia y Uso de las letras con sus respectivos ejercicios prácticos, en

armonía á la clase de Escuela que dirige, á las circunstancias de la poblacion, al número de niños concurrentes, al tiempo que calcule podrán asistir y á la clase social á que pertenecen; dejando exclusivamente la Sintáxis, y Puntuacion para la seccion superior, sin que por esto dejen de anticiparse á las otras ciertas nociones muy necesarias de LA PROPOSICION. A estos ejercicios es indispensable combinar *los de composicion y los de escritura al dictado*, en los que deben exponer muy especialmente las reglas de la B, V y H con sus excepciones: así es como podremos inculcar *algunos* conocimientos preparatorios á la consecucion *¡indefinida!* de tan imprescindible ¡HORRENDA! parte del saber humano, si no han de verse luego «*avergonzados de ignorancia tan grosera,*» como ántes decía la Real Academia.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1885	DÍAZ-RUBIO y CARMENA, Manuel María	Primera gramática española razonada. 3 ed (1888), TOMO I

PRELIMINAR

A medida que la humanidad va atravesando siglos y siglos, sigue paso á paso los progresos emanados de una ilustración estudiada, de dia en dia se reforman las artes, se amplían las ciencias, y por sus verdaderos principios deducimos secuelas infalibles, que nos demuestran la verdad, á excepción de aquéllas que, remontándose á estudios superiores á nuestra inteligencia, no pueden menos de presentarnos una serie de sistemas, ya verídicos, ya absurdos; mas como un principio falso nos ha de dar una consecuencia errónea, podemos conjeturar cuál es el verdadero, aunque evidentemente no se pueda demostrar.

Si es cierto que algunas tesis filosóficas han sido el resultado del estudio y de la meditación, también, en menor número, las hay debidas á la causalidad, pero que han sido perfeccionadas por la inteligencia humana, cuya inclinación siempre tiende á indagar los arcanos naturales, y hasta sobrenaturales, sobrepujando la ciencia *experimental* á la *teórica*.

El hombre, cuya síntesis aventaja á la de los demás animales, por tener una particularidad esencialísima, cual es el pensamiento, posee además el don de la palabra, que puede considerarse como *arte* y como *ciencia*. Es una particularidad grandiosa, porque la enunciación del pensamiento es tan necesaria como el pensamiento mismo; nadie nos podrá probar auténticamente que haya existido en el mundo un hombre que piense, y que sus pensamientos no los haya demostrado, ya por palabra, ya por señas, ya, en fin, valiéndose de otros medios para poderlos manifestar.

Es una imperiosa necesidad en el hombre el lenguaje ú otro medio cualquiera de comunicación, cualidad que, considerada detenidamente, no podemos menos de admirar, y de aquí han resultado dos tesis convertidas después en sistemas: «¿El lenguaje fué dado por Dios al hombre? ¿Fué inventado por el hombre?» Hace ya tiempo lo demostramos, y en vano será repetir lo que Rousseau, Schlégel, Cantú y otros muchos autores filológicos, y en vano también el deducir pruebas más ó menos ciertas y evidentes, si después cada gramatólogo sostendrá la cuestión conforme á sus ideas, bajo el mejor prisma que á su fantasía se presente.

Mas el hombre sin el lenguaje ¿qué sería? Para quitarle un don tan precioso, una cualidad tan sublime, una particularidad de deferencia tan grande, era necesario que el hombre, abstraído de sus pensamientos, no tuviera una sola idea ni una sola necesidad, es decir, que quitado el lenguaje ú otro medio de enunciar el pensamiento, el hombre dejaría de existir, ó por lo menos sería un ente sin racionalidad.

El lenguaje es absolutamente necesario. Todo hombre piensa y su pensamiento le enuncia, y cuando por medio de la palabra no puede hacerlo, busca medios por los cuales se comprenda, como se observa en los mudos, en los paralíticos que carecen de pronunciación y hasta en los moribundos.

Quitado el lenguaje ¿qué nos queda? El hombre no formaría sociedad, porque basada ésta en una idea sólida, sujeta á leyes emanadas de la naturaleza y de la razón, el hombre no podía menos de unirse á otro hombre, á quien comunicara su idea, dándose cuenta de su propia vitalidad.

El orador que repentinamente pronuncia un discurso, no hace otra cosa que emanar de su inteligencia un torrente, digamos así, de pensamientos que los enuncia por medio de la palabra, sin cuya expresión en vano sería que sus facultades intelectuales trabajaran, si no tuvieran un resultado favorable.

Con razón ha dicho un escritor moderno: «La palabra es la primera gloria del pensamiento (1);» hé aquí en dos palabras la apoteosis del lenguaje, lo que es en sí, la necesidad de la expresión, el triunfo del hombre relativamente considerado, la más grandiosa idea en su mayor esplendor ó el esplendor de la grandiosa idea, la sublime prerrogativa que engrandece nuestras creaciones, y el resultado del pensamiento, consecuencia inmediata de nuestras ideas.

(1) ROQUE BARCIA en su *Diccionario Etimológico*.

La *Filología* ha salido, en cuanto ha sido posible, de la obscuridad de los siglos, entrando en el progreso de las ciencias, y nos va suministrando algunos datos, ya históricos, ya razonables, que al hombre demuestran auténticamente la grandiosidad del lenguaje que usa. Desde los tiempos más remotos hasta nuestros días, el hombre ha estado adornado de tan rico y precioso don, no habiendo sufrido el menor cambio, puesto que en las ciencias no hay mutabilidad, sino ampliación más ó menos según sus adelantos. El siglo XIX ha sido el que ha venido, por decirlo así, á proveernos de datos suficientes, ayudando para esto grandes inteligencias, que han desenvuelto y han aclarado las discusiones más arduas en materia de lenguaje.

Hombre científicos ha habido en todos tiempos; pero como quiera que sea, en nuestro siglo se ha dado un paso más en la carrera de las artes y de las ciencias, sin duda por los principios científicos y conocimientos artísticos que nos legaron nuestros antepasados. Si abrimos la historia de la *Filología*, veremos que los primeros anales se han perdido en la obscuridad de los siglos, y que solamente quedan algunos manuscritos, que además de ser modernos, tan pobres en noticias, que en vez de aclarar una proposición, nos la confunden y llenan de dudas que nadie es capaz de conocer la verdad y la razón. Formaremos conjeturas mil y pensamientos más ó menos ciertos, pero es el caso que nadie puede claramente manifestarnos lo que en vano anhelamos. Parece increíble que los primeros escritores (1) no nos dejaran una nota del lenguaje de aquel tiempo, conforme lo hace de otras materias; parece increíble no tener ni un manuscrito de doctrina tan interesante; parece increíble, por último, que el hombre, abandonándose á si mismo, no tomara una vez el *estyló* para demostrar explícitamente los adelantos del lenguaje.

La *Historia de las lenguas* principio en la torre de Babel, pues antes, según la opinión de grandes hombres en la literatura, y la misma razón nos lo demuestra, fué una y sin dialectos la lengua que los hombres poseyeron. Desde el año 2244 antes de Jesucristo principia este gran estudio, no cabiendo la menor duda que la lengua primitiva fué dada por Dios al hombre.

(1) Entre Moisés y Adán sólo mediaron cuatro ó cinco generaciones. Aquél fué nieto de Levi, que había vivido con Isaac; Isaac con Sem, que era del diluvio, y había vivido con Matusalén, el cual vivió con Adán, por cuya razón tuvo motivo para saber alguna cosa acerca del lenguaje primitivo.

El origen del lenguaje, según opinión más común, es de *divina revelación* (1). Al dar Dios al hombre un alma dotada de tan preciosas facultades y de atributos tan excelentes, le dió también el lenguaje. Imposible hubiera sido, y por consiguiente una necedad, el que el hombre hubiera formado sociedad para vivir, usando de los raciocinios y de las percepciones que el alma recibe, si no hubiera tenido un medio con que manifestar sus ocultas ideas, y aclarar, á la par que exhibir, sus juicios y raciocinios. Tuvo el hombre necesariamente que expresar sus pensamientos, y este modo de expresarlos fué transmitido de padres á hijos siempre en un mismo lenguaje. Así es que la Sagrada Escritura, en el Génesis II dice: «*Erat autem terra labii unius.*» Moisés, inspirado por Dios, escribió el libro santo que tal nos dice, y es bastante para demostrar auténticamente que el lenguaje era uno, aunque nada más añada. Pero ¿qué más debemos esperar en un lenguaje tan metafórico como el de este científico escritos?... ¿No se comprende que este lenguaje era uno, y emanado de un *Ente que existe por sí*, era, es y será la ciencia por excelencia? ¿No nos demuestra que esa unidad es dada por Dios, y esa sencillez en pronunciar es propia de una sabiduría infinita?

Las pruebas que Schlégel aduce para aserto de esta tesis son más claras, pues nos manifiesta esto fundándose tan solamente en los principios, en ese *quid*, de que está formado el hombre, de ese espíritu vital que le anima, viniendo á deducir como consecuencia inmediata que una sola fué la lengua al principio del mundo, y ésta dada por Dios (2).

Rousseau, en sus academias científico-literarias, explicando y analizando el lenguaje humano, no pudo menos de exclamar: «*El lenguaje es un presente de la divinidad* (3).»

(1) C. Cantú, Schlégel, Rousseau, P. Isla y otros.

(2) C. CANTÚ. - *Historia Universal*, tomo I, cap. II, edic. 1881.

(3) C. CANTÚ. - *Historia Universal*, tomo I, cap. II, edic. 1881.-Barcelona, Gracia.

César Cantú nos lo manifiesta en el primer tomo de su *Historia Universal* sacando estos datos de unos manuscritos y diciéndonos que el hebreo (1) fué el lenguaje primitivo, y que los hombres no tenían otro; esto se comprende fácilmente sabiendo que la lengua hebrea no es otra cosa que un seria de interjecciones, cuya expresión es casi enteramente musical.

Réstanos dar el aserto de que el lenguaje humano, fundándose en varias opiniones de eminentes filólogos, es una cualidad, una circunstancia propia y peculiar del hombre; creemos que en la formación de él se le concedió tal particularidad, y así como el pajarillo tuvo su canto especial, así el hombre tuvo la palabra. Además, comprendemos que siendo el lenguaje de la pasión efecto emanado del sentimiento de nuestro corazón y saturado ó bien meditado en nuestra inteligencia, es propio, natural y lógico que formara parte componente del hombre; de otra manera no se explica, ni puede explicarse, la expresión momentánea de nuestras ideas.

Lo que podemos afirmar ahora, sin temor de errar, es que el lenguaje no le hemos recibido tal y conforme hoy le poseemos.

No cabe la menor duda que la invención de la escritura, primeramente simbólica, luego silábica y después literal para la representación de las ideas, fué un gran adelanto progresivo para su estudio y para su mejor expresión.

Decir que de Dios no hemos recibido esta particularidad sería negar su propia existencia, y no cabe la menor duda que la necesidad en primer término y el estudio

posteriormente, han sido causas muy principales y poderosas para llegar á su mayor desenvolvimiento.

Aún es más; el perfeccionamiento de la palabra no es obra del instante, ni del acaso; es el resultado de las múltiples combinaciones, formado con el estudio y el tiempo, en que analizando los pensamientos paulatinamente, diéronles forma hasta su completo desarrollo.

Por esta razón Salleras dice con el laconismo que le es propio, y como consecuencia de doctrina antes expuesta: «Repetimos que el hombre inventó el lenguaje, que le formó y perfeccionó, como inventó, formó y perfeccionó la escritura simbólica, silábica y literal; lo mismo que el dibujo, la mímica, la pintura y demás artes y ciencias.» Esto comprueban generalmente, no en todas sus partes, nuestras investigaciones filológicas, y sentamos como principio que la expresión de los afectos anímicos ha sido el primer lenguaje. El perfeccionamiento se encuentra en la coordinación de palabras con las cuales fácilmente expresamos todos nuestros pensamientos.

(1) C.CANTÚ.-*Historia Universal*, tomo I, lib. II, cap. XVI, edición 1881. Barcelona, Gracia.

Mas si el invento (no del lenguaje, sino de la escritura) surgió de la necesidad, su formación, hija del ingenio, es tanto más notable cuanto que de ella resulta una ventaja de grandiosos, sublimes y necesarios efectos. La perfección de este ingenioso modo de expresar no hubiera llegado á ser tal perfección, si en su formación no se hubiera seguido la naturalidad, base constitutiva y afirmativa de un idioma (1).

Inconscientemente se prorrumpe en gritos, y estos gritos expresan los afectos de la sorpresa, de una sensación enérgica, brusca, que nace simultáneamente de las mismas afecciones que las producen.

Inútil es recurrir á medios que en su vana observancia expliquen causas que hacen brotar de la situación de la persona locuente, porque entre la idea y su expresión existe un intervalo tan sumamente instantáneo que apenas apreciarse puede; pero con respecto á la rápida expresión de las interjecciones no podemos juzgar, porque casi siempre la exclamación es simultánea con la sensación, y por consiguiente no da lugar á la formación de la idea, viniendo á deducir de aquí que el lenguaje interjeccional no está sujeto á invento, perfeccionamiento ni forma, por cuya causa es el más natural.

Por esta razón el estilo vehemente, el estilo más apasionado, es el que conmueve más nuestros corazones, hiere más delicadamente nuestra susceptibilidad y nos hace partícipes de sensaciones nuevas.

En ese gran estilo, en que la naturalidad predomina y como que se enseñorea, venciendo todos los obstáculos que se presentan, conmoviendo nuestro corazón, excitando nuestras pasiones, nuestras afecciones mismas toman un carácter distinto, vese en su mayor apogeo la persona locuente por llegar á posesionarse de lo que dice, adquiere un convencimiento tal que conforme siente así se expresa; y su inteligencia, con la rapidez del rayo, forma, satura el pensamiento, que en su modo de enunciar deja siempre en el ánimo de los oyentes una impresión fuerte, enérgica, propia y digna de las circunstancias.

(1) En la *Prosodia* discutiremos y probaremos que el lenguaje no fué inventado por el hombre, contra la doctrina del Sr. Salleras.

Por ventura ¿no existe afectación (falta de naturalidad) en esa serie de ideas expresadas en un momento crítico, en que la pasión exacerbada, hace que nuestras frases indiquen una contrariedad con la cual no está en relación respecto á nuestro modo de sentir?

Si hay naturalidad preciso es convencernos de que Dios nos dió la prerrogativa del lenguaje, y que el hombre á fuerza de estudio, ingenio, constancia, tiempo y necesidad formó y perfeccionó el lenguaje; de aquí resulta que cuanto más es la naturalidad en la expresión mayor es la sencillez, energía y elegancia. (1).

El lenguaje no sólo comprende la palabra, sino que su significación es más lata, comprendiéndose en ella (segunda acepción) los signos convencionales por los cuales el hombre manifiesta sus pensamientos. La mímica no es mas que un modo de presentar nuestras ideas, como lo son la escritura y demás signos convencionales.

De aquí se sigue que los gritos, los gestos y la palabra son el lenguaje que más fácilmente usa el hombre, demostrando sus afecciones, sus ideas y sus deseos.

El lenguaje, símbolo de nuestras afecciones en su amplia significación, es la vasta idea de nuestras necesidades, y si existe pensamiento es de necesidad que haya lenguaje. Los gritos, los gestos, las palabras, las acciones, por involuntarias que sean, son signos, y los signos son el lenguaje (segunda acepción). Pero en una significación conveniente el lenguaje humano es uno, porque uno es el pensamiento, una siempre la humanidad comprobada por la Historia, y de aquí que la gramática filosófica, que abraza todas las lenguas del mundo, porque es común á la especie humana, sea una.

Los gritos espontáneos y los sonidos inarticulados son simples emisiones de la voz, que manifiestan exteriormente los afectos de nuestra alma, pero con más elocuencia, más vivacidad, más expresión y energía que con la palabra. Esa misma expresión que brota espontáneamente de nosotros es efecto de la causa ó circunstancias características en que se encuentra el hombre.

Los gestos, *lenguaje de acción*, son las actitudes del cuerpo, movimientos involuntarios á veces, movimientos de sus mismos miembros, contracciones y dilataciones de las partes del cuerpo, y las ridículas formas y extravagancias hechas con la boca y ojos forman también una expresión natural que significa y demuestra los afectos de nuestro corazón y la crítica situación ó estado en que nos encontramos.

(1) En la *Prosodia* ampliaremos esta doctrina.

Las palabras, *sonidos articulados*, hechas por el artificio, por el estudio, emisiones de la voz de una manera conveniente y oportuna, reducidas y analizadas á elementos y circunstancias fijas, demuestran del mismo modo nuestras propias necesidades.

Los gritos y gestos son efecto de la naturalidad, producidos por una sensación fuerte, enérgica, mas las palabras son hijas del artificio, resultando que el lenguaje podrá ser *natural* ó *artificial*; natural sin estudio, sin premeditación, espontáneo, sin circunstancias que los desfiguren, es conocido por todos; las interjecciones son efecto del lenguaje natural, como lo son todos los signos que dimanen del corazón. Existe la naturalidad en el modo de expresar, y de aquí los afectos de dolor, ira,

indignación, representados por signos característicos. No obsta, ni puede obstar para la naturalidad, que las relaciones sean ó no necesarias ó contingentes; como hay lágrimas de dolor, de alegría, ternura, etc., así tenemos otros signos que además de naturales son necesarios, como lo son los efectos respecto de sus causas y los accidentes respecto de las substancias.

Pero los signos artificiales todos son contingentes, las lenguas revestidas con su ropaje y adornadas con sus hermosas y elegantes falas no son otra cosa que signos artificiales estudiados por el hombre, engalanada su forma particular y característica que demuestra auténticamente los afectos é impresiones propios de nuestro estado. El lenguaje artificial ó hablado es un poderoso instrumento de análisis, que manifiesta circunstanciadamente todos los actos, todos los entes, descubriendo la armazón de una síntesis por complicada que sea.

El lenguaje natural expresa los hechos de nuestra conciencia sin estudiarlos, sin analizarlos, sin detenimiento, pero el lenguaje artificial se hace por medio del estudio y del análisis, coordina por reflexión, une por mediación intelectual, y venciendo los escollos propios de la instantaneidad, manifiesta con la expresión oral, demostrando con menos vehemencia, menos vigor las sensaciones anímicas.

El lenguaje natural siempre es constante, siempre fijo, sin premeditación, sin ambigüedades, con determinación y tan espontáneo como espontáneas son nuestras acciones. El artificial no es así; con detenimiento, sujeto á reglas y principios analíticos, que es el artificio propio de la locución, está sujeto á las instituciones humanas, al influjo de las edades, á las vicisitudes propias de la vida del hombre, tanto que un autor coetáneo no puede menos de exclamar: «Las lenguas tienen una vida que las transforma lentamente hasta llegar á desfigurarlas, lo cual consiste en que en el seno de ellas *nacen y mueren las palabras por voluntad del uso, que es el que tiene derecho y la norma del hablar* (1).

Finalmente; la intimidad ó relación íntima de la palabra, lenguaje artificial, y la gesticulación, lenguaje natural, es á veces de tal manera que mutuamente se ayudan. A la palabra acompaña la acción, y ésta da más viveza, más animosidad, más energía y expresión á nuestras concepciones, y el YO demuestra la mayor parte de las veces sus impresiones por el lenguaje natural que por el artificial.

Todas las lenguas son analíticas, porque preciso es descomponer el pensamiento para enunciarlo, además que la palabra es un instrumento de análisis, no un principio; es la expresión un medio para la consecución de nuestro fin, y por esta razón las primitivas lenguas son sintéticas, porque dejan en el pensamiento muchos puntos que analizar.

Su necesidad es grande, su importancia también lo es, porque preciso es comprender los efectos para conocer las causas que los motivan, dejando la relación ideológica como encubierta con una plenitud de modificación que las distingue.

Admiramos ese sublime concierto de palabras con que expresamos nuestros pensamientos, matizándolos con bellas percepciones, dándolos hermosos coloridos que pintan nuestra situación según las impresiones que hemos recibido ó recibimos.

El todo de un idioma es el tono dominante, el colorido de las frases con relación al asunto de que se trata, y tener palabras adecuadas para no usar de figuras que afecten al lenguaje, ó palabras inadecuadas, que parecen puestas ó traídas á fuerza de gran estudio y trabajo.

El lenguaje no es la menor causa que influye en la literatura para su desarrollo; por consiguiente, si nuestro suelo siempre ha sobresalido en literatura ¿con cuánta más razón debiéramos esforzarnos triplicando nuestros trabajos literarios, renovando nuestras tareas y presentando públicamente el fruto adquirido?

Por ventura, ¿las naciones extranjeras dudan de que la *Literatura Española* es digna de ser estudiada á la par que exhibida para recolectar nuevos frutos? ¿No posee obras el español grandiosas, sin ejemplo, y sobre todo, no posee una brillante sátira, que causó desvelos á Fenelón queriendo imitarla, sin poder conseguir más que una idea abstracta y remota de ella?....

(1) *Gramática filosófica* de REY Y HEREDIA, cap. II, pág. 119, edic. 4ª.

El lenguaje es el barómetro de la cultura de un pueblo (1), es la aguja indicadora de su ilustración, pues por él demostramos auténticamente progresos literarios, y vemos allá en lontananza el porvenir de un pueblo.

Adornado el hombre con un don tan precioso como es el de la palabra, medio por el cual enuncia sus pensamientos y participa á los demás hombres todas sus necesidades y circunstancias de la vida, es preciso que sepamos que la expresión se ha perfeccionado progresivamente al mismo tiempo que la literatura ha progresado desde la confusión de idiomas hasta nuestros días. Que el lenguaje primitivo era uno, nadie lo duda, y que fuera en su mayor parte compuesto de interjecciones tampoco ; pero desde la confusión de idiomas en la torre de Babel principió su estudio, hijo de la necesidad y sus adelantos, y hombres de despejada inteligencia lo han arreglado á las necesidades de la vida, influyendo en esto mucho el carácter individual y la posición geográfica; de aquí el ser, por regla general, en los países del Norte el lenguaje más rudo, más fuerte que el del clima cálido, como se observa entre el alemán y el italiano.

Algunos han sido, en verdad, los autores que se han tomado el ímprobo trabajo de examinar las lenguas del mundo, especialmente aquéllas que son como fuentes de las cuales dimanaban infinidad de dialectos, que han venido paulatinamente á caer en el olvido y se han perdido en la obscuridad de los siglos; pero, sin embargo, tenemos celebridades en la Historia que han hecho bastante en pro de la literatura, entre otras Mahoma, que fué el que dió impulso á la lengua árabe, y como es consiguiente á todas aquéllas que de ella dimanaban.

Porque antiguamente era poco usada, se hallaba bastante decaída, y á medida que las artes y las ciencias progresaban bajo el imperio y dirección del falso Profeta de la Meca y Medina, se extendía por el gran continente asiático llegando hasta Europa, é internándose en este continente por la parte oriental y meridional, los europeos tomaron muchas frases y palabras de este idioma; mas los griegos, que como hombres instruídos deseaban el adelanto, el progreso, recogieron copiosos frutos y enriquecieron su lengua.

(1) MUNÁRRIZ. - *Estudio lingüístico*

Los anales no dan principios ciertos sobre las lenguas, ni datos auténticos de su progreso. Sólo hablan en abstracto y nunca de una manera cierta, y así dicen que en todo el mundo conocido hay idiomas y dialectos: en Asia 987, comprendiendo los que se hablan en las islas del gran Oceano, derivados los más del malayo; 587 idiomas y dialectos en Europa; 276 idiomas africanos observados, y 1.214 americanos, comprendiendo un total de 3.064 variedades más ó menos conocidas en diferentes puntos del globo terráqueo; pero, no obstante, tantos idiomas se pudieran reducir á un corto número de lenguas primitivas (1).

Empero la *Lengua Española*, según opinión más autorizada, conforme á los documentos que acerca de esta materia poseemos, es indo-germánica. En el Asia habia siete lenguas, entre éstas estaba el *sanscrito* (2) propio de los indos, llena de dialectos, todos derivados de este idioma, que fué el más claro, elegante y acabado, ya por su pronunciación, ya por la forma de expresar las ideas, ya por su riqueza en expresiones (3). De los muchos dialectos que de él se derivan hay dos principales, que son el *hammiar* ó de Oriente, del cual ya no tenemos ni aun indicios, por haberse perdido en la obscuridad de los siglos juntamente con su alfabeto *murnad*, y el de Occidente, que fué el de la Meca, ó sea el *coreisch*, idioma en que Abu-Bekr escribió el *Korán*, ó sea el libro de las sentencias de Mahoma (4).

(1) Roque Barcia dice en su *Diccionario Etimológico* que los idiomas y dialectos del globo son 2.200. Hemos visto una curiosa estadística, en Marzo de 1884, en la que dice «que se hablan 3.046 lenguas sobre la tierra, á saber: 587 en Europa, 937 en Asia, 276 en África y 1.246 en América y Oceanía.»

(2) CANTU. - *Historia Universal*, t. I, lib. II, cap. II, edic. 1881.

(3) Antigua lengua de los brahmanes (que sigue siendo la sagrada del Indostán) y á la referente á ella; hoy lengua muerta. - Roque BARCIA, tomo IV, pág. 896

(4) Año 634.

Al poco tiempo de las reformas de esta lengua, y después de darla también gran impulso extendiéndola por diferentes puntos de la tierra, vino la lengua literaria árabe, que tanto se usó en nuestras naciones europeas y de que hoy todavía encontramos escritos que nos lo acreditan.

Desde el siglo IX al XIV principió la lengua arábica á hablarse en muchos puntos del globo terráqueo y particularmente en Oriente y Occidente, sirviendo para formar la literatura persa y turca, de la que se tomó gran parte para la española.

La lengua latina (de la cual proviene la española hoy, antes castellana) es abundantísima en palabras, tiene energía suficiente para expresar los pensamientos más violentos y para dar más animación y hermosura á las ideas. La primitiva lengua latina ó el latín antiguo precedió al clásico ó alto latín; á éste nos referimos. Fué esta lengua brillantísima (1), tenía un sinnúmero de vocablos, palabras cultas, palabras que después vinieron en su mayor parte á ser triviales, cayendo en desuso. Señálanse cuatro edades en esta lengua, según el período de su brillantez ó decadencia (2). Efecto del desuso vino á ser una lengua bastante decaída con motivo de las grandes mezclas de otros idiomas usados por las hordas vandálicas (3).

No así cuando el Imperio Romano se hallaba en todo su apogeo: Roma, señora del mundo, su idioma prevalecía, porque era condición de los tratados de paz que los vencidos habían de hablar el idioma del vencedor, por cuya razón la lengua de Roma se extendió á medida que sus armas progresaban.

(1) Véanse las composiciones de Virgilio, Horacio, Cicerón y otros.

(2) Las cuatro épocas ó edades de la lengua latina son: EDAD DE ORO: comprende desde la segunda guerra púnica hasta los últimos años de Augusto, esto es, desde el año 536 de la fundación de Roma hasta 767, ó sea hasta el 14 de Jesucristo - EDAD DE PLATA: desde la muerte de Augusto hasta la de Trajano, esto es, desde el año 14 de Jesucristo hasta el 117.-EDAD DE COBRE: desde la muerte de Trajano hasta la conquista de Roma por los godos, esto es, desde el año 117 de Jesucristo hasta el 410.-EDAD DE HIERRO: desde el siglo V, en que Roma fué tomada por los godos, hasta el renacimiento ó restauración de las letras en el siglo XIV. Algunos subdividen esta época en *edad de hierro* y *edad de barro* para designar la gradual decadencia de la lengua. Nótese que en todas las

épocas ha habido buenos y malos lingüistas, oradores y poetas. (Véase R. de Miguel, *Diccionario Etimológico latino-español*.)

(3) En la decadencia del Imperio, cuando Roma fué saqueada por las hordas.

Como el ejército romano fué unido con otros extranjeros, tomó un gran número de voces, que traídas por aquél á España, tomaron muchas sus habitantes, formando un idioma tan heterogéneo cuanto habían sido las diferentes razas de su adhesión; pero como su originario no era grato al oído, ni se prestaba fácilmente á la pronunciación, adoptaron el del ejército romano con otros muchos vocablos propios de aquel idioma.

La lengua de España antes de la venida de los romanos, si no miente la fama, fué el vascuence (1). Esta opinión predomina, y es la que ahora el P. Isla con muchísimo fundamento, y que Mariana y otros historiadores confirman (2). Pero este juicio asertivo es en la parte del Norte de nuestra Península, y circunscrito solamente en lo que se conoce con el nombre de *Provincias Vascongadas*; mas en las diferentes secciones en que estaba dividida nuestra nación guardan el más profundo silencio, si bien positivamente se sabe que la invasión en nuestro territorio de ejércitos extranjeros formaron una multitud de dialectos de tan difícil complicación, que más tarde, destruyéndose por sí mismos, quedaron los reinos cada cual con uno distinto. Es verdad que cada pueblo que arribó á nuestras costas marítimas, formando su colonia, trajo consigo el idioma, y de aquí esa multitud de vocablos tan extraños que á cada instante observamos en nuestra abundantísima lengua.

Con la venida de los fenicios nuestra nación ganó muchísimo; porque si bien es verdad que aquéllos se llevaban el oro y la plata en inmensos caudales por la gran extracción que de nuestras minas hacían, en cambio dejaban otra riqueza, como la ilustración, los adelantos de la industria y del comercio, y lo que es más, en las ciencias y en las artes. Desde entonces principió España á crecer, ó mejor dicho, nación la gran literatura, recibiendo vocablos de los fenicios, á quienes debemos el alfabeto (3).

(1) En la *Prosodia* ampliaremos esta doctrina.

(2) MASDEU, tomo I. - GABHARD, *Historia de España*, tomo I, Apéndice.

(3) En la *Ortografía* hablaremos de la invención del alfabeto y quién le trajo á España. Reformas que pueden obtenerse.

A fines del siglo IV, ó principios del V, había en nuestra nación tantos dialectos como en secciones y más adelante en reinos estaba dividida; de aquí resultó que á veces se formaban los dialectos de unos y otros que sólo eran inteligibles para la gente que constantemente los usaba. Vinieron los grandes conquistadores, y con sus despóticas y ambiciosas miras (propias de la época) unificaron los reinos; los dialectos cayeron en desuso, y una entre todas las lenguas prevaleció, por más que quedaron y quedan vestigios de ellos que sólo el tiempo es el encargado de extinguir.

Paulatinamente se fué extendiendo el estudio gramatical por todos los ámbitos de la tierra, y paso á paso se ha hecho un estudio más constante cuanto más se conoce su importancia. Todas las ciencias y artes tienen sus épocas de apogeo y decrecimiento, y la *Gramática*, que se la puede considerar bajo estos dos aspectos, con tanta razón cuando que es usada por un pueblo que sufre las continuas vicisitudes á que está expuesto, y más en la antigüedad, cuyo patrimonio

es la guerra, sufriendo la ilustración literaria tan distintos cambios, motivados por la invasión de vandálicas hordas, que siempre dejan algún resto de la fiereza de sus actos, y que parece engrandecerse en la misma individualidad.

Tal vez por estas circunstancias háyase sucedido esa transformación de dialectos tan variados, tan distintos y hasta tan diversos, sin fondo común, sin una base de su originalidad, y como un conjunto de expresiones adictas al carácter y temperamento de las personas que los han usado, y cuya decadencia no ha sido otra causa sino la fuerza, la violencia y hasta el imperio despótico que los ha subyugado.

Mas cuando un pueblo está en la época de su engrandecimiento; cuando su gloria se completa con los triunfos adquiridos en su coexistencia con los demás pueblos; cuando una nación rehabilita hechos pasados para preponderar y hacer alarde de su majestuosidad imperiosa, y vence obstáculos que se presentan para el engrandecimiento literario, entonces se esfuerza para conseguir la cultura de su propio estado y circunstancias, y resplandecer ante la faz de las demás naciones. Esto se observa en aquellas críticas épocas que la historia nos presenta, y con especialidad en nuestra nación en el siglo XVI, que sobresalió en eminencias literarias, dejando copiosos frutos para las generaciones venideras, y que hoy con asombro admiramos en nuestras magníficas bibliotecas.

Por esa razón, el estudio gramatical en este siglo aparece revestido y engalanado en sus formas, adornado con la hermosura y belleza propia del arte, y con el aplauso de la verdadera ciencia, sirviendo de faro luminoso en medio de aquellos grandes genios, lumbreras de la literatura, oráculos de la ciencia, prototipos de grandeza, poderío y excelsitud, ampliando los conocimientos universales, y presentando los pensamientos con la verdad, claridad, propiedad, sencillez, naturalidad y conveniencia con el tono dominante de la obra, del escrito.

Entonces se observa un progreso, efecto de las asertivas doctrinas que se sustentan, se rompe la gran valla que impedía el adelanto, y así como después de una horrorosa tempestad viene la calma y la atmósfera queda purificada de pútridos miasmas, y respiramos con más facilidad el dulce y oloroso ambiente, así también después del estruendo de las guerras continuadas y de una vida de agitación y de engrandecimiento viene el apogeo de las *Letras Españolas* á llenar el único vacío que en nuestra sociedad se presentaba.

Purifícanse las doctrinas, discútese con brillantez; fórmanse centros científicos y academias literarias; de nuestras aulas sale la luz de la ciencia que difunde por el espacio y que aspira una juventud ansiosa de novedades, presentando en literarios certámenes enfáticas composiciones llenas de grandeza, majestad y poderío.

¡Ah! El siglo XVI se presenta ante nuestra vida como un gigante, sobresaliendo por todos los tiempos y todas las edades; España jamás vió época más lucida ni más brillante sino aquélla en que el hombre, arrastrado por su loca fantasía, escribe ideas mil que brotan de su mente al impulso del verdadero progreso.

Dulce canción entona el doncel poeta; armoniosos sonidos arranca de su lira, y la voz de su corazón halla eco en una humanidad alentada por ilusiones.

Ábrese nuevo horizonte á la literatura.

Literatos mil de nuestro suelo patrio asombran al mundo entero.

Resuenan en nuestro vasto horizonte de mil poéticas liras que entonan endechas de amor, tiernas inspiraciones, dulces lamentos que consuelan nuestra alma.

Sublimes enseñanzas que engrandecen nuestros corazones, tristes recuerdos que abruma nuestra mente.

El trabajo y el ingenio alumbran con sus antorchas las cavernas de la ignorancia, y al perfidia cede su campo á la abnegación y al sentimiento como la ineptitud á la constancia.

Cede la ciencia su poderío al hombre, y éste busca en ella la grandeza y la sublimidad.

Desaparece el abatimiento en el arte; gime la ociosidad á impulsos de la investigación y la gloria, y el hombre busca la dicha, la felicidad mundana en los misterios de la ciencia.

Hállase en su apogeo la filosofía, ciencia que enseña al hombre sus principios, como ella es principio de las demás ciencias.

Óyese el canto de inspirados poetas, sublimes composiciones de literatos mil, y las filosóficas y literarias creaciones se suceden con la rapidez del rayo.

La afectación desaparece, la naturalidad predomina en las composiciones, y la belleza en los escritos nace con la melodía, concisión y pureza de castizo y elegante lenguaje.

¿Qué se hizo de aquellas composiciones pesadas y sin lucimiento? ¿Dónde están aquellas cláusulas que llenas de afectación causaban hastío al lector? Huyó para siempre la monotonía, y la futilidad en la concepción desapareció como crece la expresión del pensamiento.

Cante la idea filosófica el hombre que enriqueció nuestras bibliotecas con sus tesis y discusiones; cante el novelista universal y literato exclusivo sus creaciones llenas de una extraña fluidez, propia de la sublimidad de su composición.

La racionalidad en el modo de sentir y la pureza en el modo de expresar hacen más evidente la energía del pensamiento.

No arrebatara la indolencia del crítico envidioso, ni la altanería del juez crítico las elegantes formas del bien decir y la profundidad de heroicos pensamientos.

Las *bellas letras* son adornadas de especiales circunstancias que engrandecen nuestra *Literatura*, que se asienta como una gran matrona en la cima de su gran obra, atalaya de nuestra fantasía.

La rica lengua castellana adquirió un nuevo carácter más noble, y sobre todo riqueza y variedad en la expresión, sirviendo como de ejemplar las ricas plumas de Granada, León y Mendoza; el constante estudio de la antigüedad, traducciones en elegante estilo, desterrando vicios, corruptelas en el hablar y defectos de que obras mil adolecieron.

Siglo en que predomina la vivacidad, en que sobresale una rica literatura ; y aunque principiaron los autores á desdeñar el nuevo estilo de decir, sin embargo concluyeron por comprender las grandezas de nuestra rica y elegante lengua.

Sublime época en que brillaron las ciencias y las artes al fuerte impulso de la investigación.

Sublime época que engrandeciendo poderosamente las ideas, y brillando el pensamiento con la solidez y conveniencia al tono dominante de la obra, sintetiza el complemento y forma una composición literaria digna del mayor encomio.

Todo grande, todo sublime se observa en un período de brillantez y progreso; las eminencias científico-literarias, como satisfecha de sus obras, se asientan en el pedestal que la gloria les prepara.

Hablan en pro de nuestro aserto la magnificencia de escritos tales que engrandecen nuestras bibliotecas con asombro de la humanidad entera.

Aquellos grandes escritores cuyas venerables cabeza blanquean con el estudio y la meditación; aquellos mártires de la ciencia, olvidados de todos y que yacen en un rincón del claustro ó de la popular biblioteca; aquellas fantasías en su loco y constante devaneo, dan á luz sus escritos, alimentando con ellos otros tantos corazones.

Ábrese con satisfacción el rico venero que la ciencia ocultaba, y cesan todas las agitaciones gárrulas y estériles.

Los pensamientos llenos de majestad y poderío se enseñorean por el vasto campo de la literatura y brilla con sorprendente é irradiante esplendor la sublimidad de heroicas composiciones.

El genio con su refulgente antorcha ahuyenta las tinieblas del error, y el erudito pedagogo, lleno de la mayor satisfacción, encuentra la recompensa de sus desvelos en la enseñanza de nuevas teorías.

La fortaleza de aquellos ilustres y sabios varones en el modo de escribir; la energía en el modo de expresar; la precisión, propiedad y pureza en su castizo, pero elegante lenguaje; la majestuosidad en el tono dominante de sus obras y la corrección en el estilo, son causa suficiente para mirar con asombro el progreso literario de un siglo que principia en la debilidad y concluye en la magnificencia.

Y como si esto no fuera bastante, no solamente concluye el siglo XVI con esa grandeza característica que le distingue, sino que principia el XVII, como una deducción del anterior, lleno de vigor y grandeza, afianzado en el precioso manantial de doctrina que enriqueciendo nuestra literatura nos legó en grandes volúmenes para enseñanza de siglos subsiguientes.

¡Cuánta grandeza y poderío se observa en esta feliz época en que cesaron los vocingleros profanadores de la literatura! ¡Cuánto adelantamiento en la ciencia y cuánta belleza en el arte! Por ventura, ¿la prosperidad no es el fruto de las buenas doctrinas? Cesaron la intolerante declamación y las fútiles y pésimas alocuciones que arrastran en pos de sí la ruina, prostitución de una sana filosofía que encierra el absurdo, y minando el estado social tiende á la molición de los pueblos.

Ruina espantosa, que llenando de pánico y dolor nuestros corazones sólo puede acallarlos un hecho tan heroico como fatal fué la causa que los produjo.

El siglo XVI se presenta lleno de esplendor, magnífico reverbero cuya luz de ciencia se difunde por doquier; antorcha del arte cuyos refulgentes rayos aclaran caóticas grandezas de siglos anteriores y con su refulgente llama civiliza los siglos subsiguientes.

Regenérase la sociedad, porque las letras cambian las generaciones como las armas las dinastías.

Época de grandeza, en la cual la ciencia marcha á pasos agigantados por su vasto camino al impulso de la constante investigación, y el arte sin detenerse un solo instante coadyuva á la formación de tan colosal edificio, como es el augusto santuario donde se rinde tributo á la civilización, ilustración y progreso.

Épocas nos presenta la historia en que parece llegado el crítico instante de poner un dique al pensamiento; que no hay un más allá en el vasto campo científico-literario, y sin embargo, profundizando con la constancia en el estudio las grandes cuestiones, hallamos que tan infinita es la ciencia como infinito es el arte.

También en este siglo de prosperidad eminentes gramáticos se ocuparon del arte de hablar y escribir correctamente, y en él vemos al Brocense escribir su *Gramática General* y sus *Cuestiones Gramaticales*; á Vives y Nebrija, ó Lebrija, sus magníficas obras de *Gramática* explicando esta ciencia, este arte en la cátedra, en la palestra y en la Academia.

Por esta razón el estudio de nuestro idioma no es una invención moderna, que ya hace siglos que se conocieron sus ventajas y utilidad. En España, como quiera que sea, se ha trabajado mucho sobre esta materia, y se ha escrito poco relativamente, aunque hoy podemos estudiar la obra del Sr. Mayans y Siscar *Orígenes de nuestro idioma*; artículos del Sr. Trueba sobre los *Nombres patronímicos*; del Sr. Milego sobre las *Lenguas romances*; obras de la Real Academia, del Sr. Salazar en su *Gramática Castellana*; *Diccionario etimológico latino-español* de Raimundo de Miguel y Marqués de Morante; *Gramática Castellana* de Salvá, Quirós, Guevara, Iriarte, Bello, Monje y las obras del célebre Jovellanos; y las de *latín* en relación con nuestro idioma, de Campo, Araujo, R. de Miguel, Suaña y otros autores. Y finalmente, la celeberrima obra del Sr. Barcia, nueva en su género, nueva en su doctrina, nueva en su forma, nueva en su estudio, nueva en su formación y hasta nueva en sus conclusiones; pudiéndose afirmar sin temor de errar que es un justo tributo á la *Literatura Española* y engrandecimiento de nuestras *Letras* el PRIMER DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA ETIMOLÓGICO, distintivo que honrará siempre á su autor, que por satisfecho puede darse, viendo que su trabajo, tan magnífico, tan excelente, ha cubierto el inmenso vacío que verdaderamente quedaba en el vasto campo literario. El Sr. Barcia (1), en su magnífico DICCIONARIO ETIMOLÓGICO, ha demostrado que la lengua española (antes castellana) tiene palabras de diferentes idiomas en su origen, y de ello se deducen las torcidas interpretaciones que de ésta se han formado, porque sabido es que la lengua latina, lengua de vencedores, formó un sinnúmero de dialectos en los siglos III y IV, y que después desaparecieron, dejando el campo etimológico á la mayor parte de los pueblos y razas del viejo continente, es decir, á los invasores.

Se han publicado varias obras de *Gramática* basadas en teorías que no están conformes con el uso ni con la razón, pues apoyados los autores en principios falsos sus deducciones han de ser absurdas.

Para escribir un programa hay que observar: «qué se escribe, cómo se escribe y para quién se escribe;» condiciones indispensables que no todos los autores miran, y que pueden perjudicar, al propio tiempo que su estudio se hace más pesado y menos provechoso. Por esta razón la juventud estudiosa no ha conseguido el resultado satisfactorio que se ha propuesto; pero hoy con los elementos con que se cuenta, con las obras que todos los días se presentan, recolectará un fruto tan copioso y excelente como son las fuentes de que puede disponer.

Hacía ya tiempo que no teníamos un libro defensor de nuestro idioma (todos eran y son expositivos), sólo hemos poseído y todavía poseemos una abundancia, un sinnúmero de compendios, extractos, epítomes, catálogos y programas emanados de teorías imaginarias, y algunas proposiciones, pocas, de la práctica, pues los autores no han hecho otra cosa mas que copiar unos de otros, añadiendo algún distintivo para evitar el plagio.

(1) No tuvimos el honor de conocer personalmente al Sr. Barcia, que hubiera sido un consuelo para el país, si no se hubiera dedicado á la política y sí á las letras; en este concepto es una gloria nacional.

Empero la Real Academia Española ha publicado últimamente una *Gramática Castellana* digna de tan respetable Corporación; es una obra que expone solamente nuestro idioma, y da reglas para que ampliemos los conocimientos del lenguaje siempre en relación con el latín. Ha estudiado el asunto con gran detenimiento, y

aunque algunas de sus teorías sean rancias, ha comprendido que no conviene desterrarlas por circunstancias que ya demostraremos en su lugar respectivo. Es muy difícil hacer innovaciones en una materia tan trillada (pero poco profundizada), si no se dan nuevos giros á las cuestiones, si no se sale de este círculo trivial en que la mayor parte y..... quizás todo los autores se han colocado y que superficialmente han hecho una necesidad que como tal degenera en absurdo.

No hay la menor duda de que la Real Academia siempre ha trabajado sin descanso para que su *Gramática* sea obra digna de tan esclarecida Corporación, pues observamos en el prólogo de su *Gramática*, impresa en Madrid en 1771, el deseo de publicar una obra que nada dejara que desear, haciendo un detenido examen de la producción de Nebrija, dedicada á la *Reyna Católica* é impresa en Salamanca en 1492, un tomo en 4.^o También examinó para este objeto las *Instituciones de Gramática Española* de Bartolomé Ximénez Patón, impresa en Baeza en el año de 1614, un tomo en 8.^o

Pero hoy la Real Academia trabaja cuanto está de su parte con el fin de aclarar muchas dudas, vencer muchas dificultades, y no se ha de tardar en que la científica Corporación, viendo el gran interés que la juventud estudiosa acredita tener, fácil será que nuestra doctrina sea estudiada en todos los establecimientos de enseñanza, como prueba inequívoca de su aserto, ampliación de una ciencia, y progreso de un arte, que tan abandonado se encontró en la antigüedad por personas que debieran haber desplegado el mayor interés para llegar al fin tan deseado por muchos profesores.

Mas la Real Academia, por la índole de sus circunstancias, no ha dado el paso progresivo, que nosotros hoy damos, por no hacer una revolución literaria y especialmente por no desterrar etimológicas doctrinas, por respetar la antigüedad veneranda de las *Letras* y por sostener el estudio trascendental de los clásicos latinos y griegos. Por una parte, agradecemos á tan respetable Corporación la idea, magnífico pensamiento, pero muy de veras tememos que tanto respeto no sea en perjuicio de nuestro idioma.

Tenemos necesidad de una obra gramatical razonadamente considerada; carecemos de un buen tratado de oraciones gramaticales, de una *Sintaxis* bien coordinada y una *Prosodia* perfecta. No dejemos en embrión el análisis del pensamiento; no dejemos modismos, ni rodeos periódicos, de que poseemos muchos y muy importantes, sin analizar; y, en fin, juzguemos rectamente algunas palabras extranjeras traídas á nuestro idioma por escritores pedantes, como si la lengua española necesitara el auxilio de otras, cuando es abundantísima, es dulce, es sonora, es cadenciosa, y he aquí por qué se la ve inclinada á la composición métrica, y de aquí también el haber presentado España ante la faz del mundo tantos y tan distinguidos poetas (1).

La lengua española posee un rico caudal de palabras; una expresión dulce, cuando el asunto lo requiere, y tiene expresiones enérgicas, terroríficas, cuando las necesita. Esta es una de las razones por que en los pueblos en donde no haya un idioma fecundo se vea el hombre acosado por las ideas sin tener una nueva palabra con que designar un objeto ó un ente, causa por la cual el literato español debía esforzarse más y más en el estudio del idioma patrio.

Movidos, sin duda, por estas razones, hemos tomado la pluma para hacer ver lo que vale nuestra lengua, de las prerrogativas de que goza, y la majestuosidad y dulzura que posee al exhibir el hombre sus ideas.

Nuestro idioma forma la palabra con muchas vocales y consonantes de suave sonido, como deducción latina, y no tiene esa aspereza que caracteriza á las

lenguas del Norte, pues el repetir y aglomerar consonantes semivocales dan á la expresión cierta rudeza, haciéndola irritante y de difícil pronunciación.

(1) En la *Prosodia* hablaremos de los giros lingüísticos que embellecen nuestro idioma.

Mas no pasaremos adelante, porque sería interminable obra el referir paso á paso el progreso lingüístico, y además de no ser nuestro intento, tendríamos que investigar la idea humana y presentar con elusiones sugeridas de profundos razonamientos. Nuestro objeto no es el estudio magno de la *Filosofía del lenguaje*, ni sus progresos; nuestra idea es formar una *Gramática Española* concebida en tales términos que, abrazando toda la doctrina expuesta por varios autores, hagamos su ampliación, presentando cuestiones que resolver y puntos que discutir, además de hacer muchas y buenas innovaciones.

Es cierto que para llevar á cabo la idea propuesta, hemos examinado obras del mayor interés, tanto latinas como españolas, entre otras, la *Gramática Latina* y *Diccionario etimológico latino-español*, de R. de Miguel; *Diccionario etimológico español*, de R. Barcia; *Diccionario* de Domínguez; *Diccionario* de Caballero; *Diccionario* de la Real Academia Española, de Masip, Rodríguez, Campano; *Gramática Castellana* de la Real Academia (su última edición); *Gramática Castellana* de Salvá, Quirós, Salazar, Guevara, Jovellanos, Araujo, Bello, Monje, Castell, Ballot, Celada, March, Herráiz, Terradillos, Giró y Roma, Orío, Salleras, Herráinz y otros; las de *Latín* de Vargas, Araujo, Campos, Hornero, Suaña, Sanz, y otros diferentes autores que sería prolijo enumerar; Rey, Avendaño y Ráulica; *Notas gramaticales* de La-Cort, Modino y Camero y de Merino Ballesteros; *datos etimológicos* tomados de la *Historia de España* por Gebhardt, Ferrer y Carrió, Masdeu y la *Universal* de Cantú, Serrano y otros; Hermosilla, Jovellanos Blair, Cozena y Heredia en sus respectivos tratados, un gran número de *notas* tomadas de magníficos artículos literarios y obras científico-literarias de Cantú, Milego, Trueba, Mayáns, Munárriz, Macho y Moreno y otros muchos escritores; y finalmente, *Curiosidades gramaticales* de Martínez García.

Nuestra Gramática no es obra del momento; no es una inspiración, una idea repentina que ponemos en práctica movidos por el lucro, ó para demostrar nuestros conocimientos gramaticales, no; nuestra obra es el deseo constante, el fruto de nuestras tareas, desvelos y sufrimientos recolectados en el trascurso de muchos años, y antes de ponerla en manos del público censor, hemos desistido tantas veces de nuestro intento, cuantas el miedo, el temor de la crítica de nosotros se ha apoderado.

Nuestro deseo es que la juventud estudiosa encuentre en esta obra copioso manantial de doctrina; pero no una doctrina rutinaria, sino que apoyada en la razón pueda con facilidad llegar á comprender los diferentes giros lingüísticos que poseemos y las variaciones á que da lugar una lengua que á múltiples interpretaciones se presta, y que poseía aquélla de esa gran riqueza, de ese gran caudal de palabras que forma nuestro idioma, obtenga el mayor y mejor partido posible, enriqueciendo nuestra bibliotecas.

¿Habremos conseguido nuestro deseo? Tal vez no; conocemos que es obra de mucho tiempo; comprendemos que aun cuando nos hayamos esforzado en trabajar con el mayor empeño, siempre quedarían puntos que discutir, proposiciones que presentar.

Pero no obstante, paulatinamente se corregirán los abusos que hubiere en nuestro idioma, se modificarán las palabras según los progresos lingüísticos, y conoceremos las grandes ventajas que proporciona el estudio lógico-gramatical.

Un tratado de esta índole y naturaleza ha de ser estudiado con detención; sus asertos han de ser hijos de la razón en connivencia con el lenguaje, y nunca debe seguirse la rutina que vetustos pedagogos legaron. Bien es verdad que el idioma y la razón no están en pugna, antes al contrario, ésta sirve de apoyo á aquél.

Si muchos autores, por observar las tradiciones de nuestros antepasados, no se cuidan de la lógica razón y pruebas aducidas que existen para objetar sus doctrinas, que no están conformes con el idioma, se verán constantemente envueltos en mil errores, provenientes ya de etimologías mal interpretadas, ó ya efecto del progreso lingüístico. Por esta y otras muchas razones se observa en varias Gramáticas un lenguaje impropio que la misma nomenclatura gramatical rechaza, y efectivamente se ve la imposibilidad de seguir cierto doctrinarismo no conforme con los adelantos del idioma.

Hemos respetado y respetamos las opiniones de los Vives y Nebrijas, pero no en toda su doctrina, porque el idioma de ayer no es el de hoy, y á medida que la ilustración aumenta, progresa, sigue también su rumbo, como es consiguiente, el descubrimiento en las ciencias, el adelanto en las artes.

Pero debemos advertir que el uso desecha palabras en cuanto á su pronunciación y escritura, que la razón aserta que no se debe admitir ó por lo menos modificar, al propio tiempo que la etimología está en pugna con la autoridad. ¿Y á qué, pues, atenernos? ¿Seguimos el rigorismo gramatical? De ninguna manera; porque nos sujetaríamos á doctrinas poco comunes y reales; coartados estaríamos en el modo de enunciar los pensamientos, y se detendría el paso á ese gran genio que la humanidad llama *progreso*. Por otra parte, el uso es juez árbitro en materia de esta índole, pero no es el *uso* esa constante pronunciación de ridiculas palabras que jamás debemos consentir se expresen, sino reprender su modo de enunciarlas, haciendo ver por medio de auténticas razones su mal empleo y peor pronunciación.

Ya es tiempo de que imprimamos una obra apoyada en la *Lógica*, RAZÓN, y no tener presente aquello de *magister dixit*, exponiendo doctrinas que, basadas en principios falsos, dan por resultado el error. Debemos desechar aquellas Gramáticas que en los géneros, declinación, nombres, pronombre, verbo, y en otras diferentes partes, necesitan enmendar muchos errores, aclarar muchas dudas, vencer muchas dificultades, añadir lo mucho que falta y quitar lo mucho que sobre.

Ahora bien, caro lector, te manifiesto que imperfecto es el hombre en casi todas sus ideas, porque muchas de ellas son absurdas; imperfecto es todo aquello que dejando de poseer una cualidad ya necesaria, ya accidental, no está conforme, no está en relación con lo que debiera ser en sí, queremos decir, que por más que nosotros censuremos ciertas doctrinas, no por eso seremos respetados, sino que también seremos comidilla de la crítica; mas sin embargo, si ahora nuestra obra no es perfecta, creemos que con el estudio y constancia en las observaciones teórico-prácticas, y con las de personas peritas en la materia, recogeremos con gran agradecimiento, llegaremos al fin de que nos hemos propuesto.

No dudamos, ni dudaremos del público benévolo que, no ignorando lo mucho que cuesta la coordinación de ideas, nos dispensará las faltas (que no serán pocas), porque siendo nuestro pensamiento tan bueno, y en pro del bien común, no podrá menos de apreciar tan loable idea, hallando en este libro un copioso fruto de la LITERATURA ESPAÑOLA.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1910	Eduardo Benot	Arte de hablar. Gramática filosófica de la lengua castellana

PRÓLOGO

Quien con fines científicos, literarios, artísticos ó cualquiera otra mira útil se aventura en comarcas para él desconocidas, ó visita por primera vez una ciudad monumental, no andará descaminado si antes consultó planos, guías, descripciones y relatos de viajeros anteriores.

Por gran arqueólogo que fueres, no desdeñarías, lector, si te propusieras estudiar las ruinas de Pompeya, las indicaciones prácticas del *cicerone* conocedor de aquellos lugares; y no por consumado geógrafo menospreciarías tampoco las advertencias del natural de una región en la que jamás pusiste los pies. Bajo tan modestísimo aspecto únicamente me presento á ti.

Aun aquellos para quienes sean familiares los trabajos filológicos de D. Eduardo Benot, han de tener en cuenta que el sistema gramatical de éste no se da á conocer en ninguno de sus escritos anteriores de modo tan completo y acabado como en la presente obra, que por algo lleva el título de *Gramática*.

Discípulo desde mis primeros años del insigne Benot, que me honró después con una cariñosa y paternal amistad hasta el fin de su vida, asistí á la génesis y el desenvolvimiento de sus más brillantes producciones, entre las que hay que colocar en primer término este ARTE DE HABLAR que ve la luz pública después de muerto su autor.

Acogí é hice más las ideas gramaticales de mi inolvidable maestro, no con la irreflexiva y ciega fe del sectario, sino por íntimo y razonado convencimiento.

Y he aquí explicadas ya las causas de haber sido yo, á pesar de mi notoria insignificancia, el encargado de revisar originales, dirigir la publicación y escribir este prólogo al frente de una obra cuya inmensa superioridad sobre mis escasísimo méritos soy el primero en reconocer.

Pensamientos, forma, divisiones del libro, orden de la exposición, todo absolutamente, pasó de mis manos á la imprenta con el cariñoso respeto de que sólo tienen idea exacta los que conocen los lazos de amistad y gratitud inquebrantables que me unieron al eminente autor de esta obra. Puedes estar seguro, lector, de que tienes ante ti el ARTE DE HABLAR sin supresiones, adiciones ni variantes de ningún género; en una palabra, tal como salió de la pluma de D. Eduardo Benot.

Los que adquirieron su saber gramatical exclusivamente por los métodos tradicionales, no podrán menos de experimentar á veces algo como sensación de extrañeza é impulsos de rebeldía ante un sistema y un método que tanto difieren de los usuales, mejor dicho, de los únicos, puesto que nadie con anterioridad á Benot se atrevió á romper abiertamente con los procedimientos heredados de la lengua madre. Seguro estoy, sin embargo, de que en ocasiones, y no pocas, el aplauso surgirá espontáneo en la conciencia del lector, ante la evidencia y la brillantez de ciertas ideas y verdades de deslumbradora novedad. Pero no estoy menos cierto de que á veces también brotarán dudas y protestas como las siguientes: «¿Dónde se trata aquí de tal ó cual teoría?» «Aquí falta esto ó lo otro, ó lo de más allá.» Puro

espejismo, creado por un sentimiento muy difícil de desarraigar: el apego á la tradición y á lo que aprendimos en la niñez. Este sentimiento es plausible tan sólo cuando brota á manera de incienso ofrendado á las pasadas generaciones por el inmenso tesoro de saber y de experiencia que con sus acumulados esfuerzos nos legaron: defender lo antiguo por el solo hecho de serlo, constituye una aberración que ofusca la inteligencia y extravía nuestros juicios.

Por otra parte, rechazar ó juzgar defectuoso lo que puede ser únicamente cambio de orientación, es no querer mirar las cosas más que por uno de sus lados. Un mismo paisaje puede ir variando infinitamente de aspecto, con tal de que vayamos eligiendo, también hasta el infinito, diferentes puntos de vista.

Donosa ocurrencia resultaría la de aquel que, al contemplar por vez primera un automóvil en marcha, exclamase: «¿Pero dónde están los caballos?» Pues bien: las supuestas olvidadas teorías se encuentran en caso idéntico al de los caballos con relación al carruaje antiguo y al automóvil; pues en verdad que ni allí sobran ni aquí faltan.

Así como á nadie dotado de buen sentido y regular instrucción le ocurriría decir que en las lenguas romance sobra el artículo, por el solo hecho de no existir esa palabra en el latín clásico, así tampoco debe repugnar la idea de que á idiomas muy evolucionados, como el español, puedan y deban aplicarse nuevos métodos y orientaciones, que faciliten su estudio y contribuyan á su perfeccionamiento. Las lenguas, como los individuos, cuando se emancipan, adquieren por necesidad nuevos hábitos, y emprenden distintos derroteros.

Ideas sencillísimas constituyen el sistema gramatical de don Eduardo Benot. Trataré de condensar en el menor espacio posible dicho sistema, y de hacer resaltar las piedras angulares en que se asienta el edificio de esta *Gramática*.

Al hablar, realizamos tres operaciones fundamentales y necesarias:

DETERMINAR,
CONEXIONAR,
ENUNCIAR.

El espíritu humano, sin aptitudes para sondear en lo absoluto, percibe únicamente relaciones, y procede siempre por *abstracción* y *generalización* al formar sus ideas.

Los *colores*, las *dimensiones*, son casos de abstracción. No se conciben los primeros aisladamente y como existiendo por sí mismos. En cuanto á las segundas, una línea sólo puede existir como límite de una superficie, y ésta como contorno de un cuerpo. ¿Qué es el cuerpo mismo, sino una concreción, una limitación de la materia, de la substancia universal? En cuanto á las formas, no son más que limitaciones de un espacio infinito. De la contemplación de cosas distintas, por ejemplo, como el sol, una hoguera y una bujía, y prescindiendo de distancias, tamaño, intensidad, etc., etc., desprendemos, *abstraemos*, las importantísimas nociones de *luz* y de *calor*. Y así podrían multiplicarse indefinidamente los ejemplos de formación de ideas por abstracción.

Veamos un caso de *generalización*. Renunciando á los caracteres étnicos y aun á las múltiples diferencias que distinguen á unos individuos de otros, formamos,

por generalización, las ideas de *hombre* y de *mujer*, dentro de las cuales quedan comprendidos todos los seres de la especie humana.

Y si esto ocurre con las *ideas*, claro es que otro tanto ha de ocurrir con sus representantes las *palabras*.

De lo dicho se infiere que los vocablos contenidos en el léxico ó diccionario de un idioma cualquiera son signos de generalizaciones y abstracciones, á los que no corresponde nada individual y concreto en la realidad. Y como, al hablar, nuestros juicios, racionios, afirmaciones, negaciones, etc., etc., han de referirse á cosas concretas é individuales por mucha que pueda ser su extensión, se ofrece como primera necesidad el *determinarlas* de tal manera que no puedan confundirse con ninguna otra, á menos que, por su naturaleza singularísima, posean personalidad propia é inconfundible; v. gr.: *España*, nación única en el mundo. Y aun estos nombres propios se encuentran muchas veces determinados: *España gótica*, *España árabe*, *la España de los Reyes Católicos*. Hasta el Ser absoluto y único por excelencia es, en términos gramaticales, susceptible de determinación:

«Grande es EL DIOS DEL SINAÍ...; pero más grande es EL DIOS DEL CALVARIO.»

Examinemos un caso general. La voz *Gramática* es término de tan gran extensión, que conviene á todos los tratados de este género existentes hasta el día. El conjunto *Gramática castellana* contiene ya un principio de individualización, puesto que excluye á las gramáticas de todos los demás idiomas. Pero sólo cuando digo *la Gramática castellana de D. Eduardo Benot*, determino, individualizo, el objeto á que ahora quiero referirme. Análogamente, en los complexos *ideas utilísimas*, *estudio de nuestra lengua*, se encuentran determinadas las voces *ideas*, *estudio*. Mas, aun después de individualizados ó determinados los vocablos *gramática*, *ideas*, *estudio*, los anteriores conjuntos de palabras continuarán siendo materiales inertes del lenguaje, hasta que un elemento con suficiente virtud para realizar este fin los ponga en relación. La palabra dotada de ese poder es el VERBO:

La Gramática castellana de D. Eduardo Benot CONTIENE *ideas utilísimas para el estudio de nuestra lengua*.

En la cláusula precedente pueden apreciarse con toda claridad las tres funciones más arriba enumeradas:

DETERMINACIÓN de los vocablos *gramática*, *ideas*, *estudio*;

CONEXIÓN entre sí de los complexos elocutivos de que los mismos forman parte; y

ENUNCIACIÓN del juicio que acerca de la misma obra yo me proponía emitir.

Así como el poder de conexionar los elementos antes inertes y sin vida reside en el verbo, la virtud de la ENUNCIACIÓN pertenece á la TOTALIDAD DE LA CLÁUSULA. Benot explica del siguiente modo esta virtud:

«Únicamente la cláusula realiza el grandioso resultado de dar á conocer propiedades no existentes *en* las cosas, sino *entre* las cosas...»

«Un móvil potentísimo, constante, irresistible, nos impulsa á hablar. Ese móvil es la necesidad de comunicarnos con nuestros semejantes, no con palabras inconexas, sino por medio de las cláusulas. Pensar únicamente en las palabras, y prescindir de las cláusulas en que reside esa incontrastable potencia elocutiva, sería tanto como creer que el aire mueve las alas del molino. No; quien hace voltear las alas del molino es algo más que el aire: es el viento; es el aire animado de velocidad.»

«La cláusula es quien conexiona unas entidades con otras y las pone en relación, y esa relación es la esencia de las exteriorizaciones por cuyo medio nos comunicamos con los demás, infundiendo en las palabras una virtualidad no esencial en ellas por el mero hecho de ser palabras, sino por ser algo superior, como la potencia del agua no existe en ella por ser substancia potable, sino por la presión que ejerce cuando está situada á mayor altura que la rueda motriz que hace girar la piedra del molino.»

Íntimamente relacionadas con la función *determinar* están las ideas de *extensión* y *comprensión* de los vocablos.

Sabido es que se refiere la *extensión* al número de seres ú objetos contenidos en el significado de una palabra, y la *comprensión* á la suma de caracteres incluidos en el mismo significado.

La extensión de la palabra *animal*, aplicable á todos los seres de la escala zoológica, va restringiéndose cada vez más en las voces *ave*, *palmípeda*, *cisne*, que van al propio tiempo enriqueciendo con nuevos caracteres sus respectivos significados. Y, por el contrario, la comprensión del último vocablo, *cisne*, va disminuyendo gradualmente en las voces *palmípeda*, *ave*, *animal*.

La extensión y la comprensión de las palabras son, pues, términos antitéticos: se hallan en razón inversa la una de la otra.

De los medios gramaticales existentes en nuestro idioma para fijar la extensión y aumentar la comprensión de las palabras hasta llegar á determinarlas por completo, se ocupa con gran detenimiento el ARTE DE HABLAR. Entre dichos medios figuran principalísimamente los *casos de la declinación*.

Tal vez se exclame por algunos: «¿Pero es que existe declinación en español?» Entendámonos. Si por declinación no ha de significarse tan sólo el sistema desinencial y flexivo por medio del cual expresaban las *relaciones casuales* otras lenguas, como el griego y el latín; si en vez de atender con criterio exclusivo á las *formas* únicamente, se da, como es lógico, más valor al *significado*, á la *esencia* de esas relaciones, deberá contestarse afirmativamente. ¿Existen las relaciones casuales y la necesidad de expresarlas de uno ú otro medio? ¿Sí? ¿Pues qué inconveniente puede haber entonces en admitir que existe la declinación?

Verdad proverbial es la de que *el hábito no hace al monje*. ¿Quién se atrevería á negar autoridad á los ministros que componen un Gabinete, cuando (como casi siempre ocurre) no ostentasen el uniforme propio de su cargo? Para ser lógicos, habría entonces que conceder atribuciones de gobernantes á individuos cualesquiera que, por capricho carnavalesco, vistiesen uniformes ministeriales.

Consecuentemente con este punto de vista, mantiene Benot la nomenclatura varroniana de *nominativos*, *acusativos*, *dativos*, etc., no dada á confusión como la de *complementos*, que, en realidad, nada completan. Si alguien me pregunta qué hago en este instante, y yo respondo «*Escribo*», no completo mi enunciación agregando otras palabras, tales como *un artículo*, *un prólogo*, *una carta*, etc.; porque lo que yo me propongo manifestar únicamente es que no me ocupo ahora en otra cosa sino en *escribir*. Y si me preguntasen qué estoy escribiendo, al contestar yo, por ejemplo, «*un artículo*», esta idea no sería *complementaria*, sino *principal*, por constituir evidentemente el fin de mi enunciación.

Por otra parte, si el llamado *complemento directo* (acusativo) no da lugar á dudas, no ocurre lo propio con los *complementos indirectos*, denominación inadecuada, confusa, propensa á equívocos, y muy ventajosamente substituída por las de *genitivos*, *dativos* y *ablativos*.

Lo nuevo no es siempre necesariamente lo mejor, y, aun siéndolo, no puede significar en todas las ocasiones proscripción, anulación de lo viejo, sino mejora, perfeccionamiento en determinado sentido, y según la aplicación á que se lo destine: igualmente útiles coexisten en nuestros días el modestísimo remo que mueve las embarcaciones menores, y la hélice propulsora de los grandes trasatlánticos; la moderna Química, á la que tantas maravillas debe la ciencia actual, utiliza aún medios y procedimientos que ya utilizaban los antiguos alquimistas.

Juzgo necesario insistir sobre este punto, por la inmensa aplicación que tiene en el estudio del lenguaje, toda vez que los casos representan las *funciones* que unas palabras ejercen respecto de otras. La mayor importancia de los vocablos no consiste en que sean substantivos, adjetivos, pronombres ó verbos, sino en el papel de *nominativos, acusativos, dativos*, etc., que puedan representar. Ocurre en esto lo propio que con las edificaciones de una población: lo que puede importarnos comúnmente menos es la naturaleza de sus materiales ni el fin para que fueron construídas, sino su objeto, su aplicación actual; esto es, en cuáles hay instadas fondas, casas de huéspedes, peluquerías, sastrerías, etc., etc.

Clasifica Benot las palabras en *determinantes* y *determinables*, sin que haya de entenderse que esta clasificación implique funciones *permanentes* de tal ó cual grupo de vocablos, pues si bien existen algunos como los posesivos, y muy principalmente los demostrativos, que son, por su naturaleza, determinantes, pueden estar, y lo están realmente en muchas ocasiones, determinados á su vez por otras palabras. Dicha función es *variable*, y pasa de unos términos á otros. Citaré á este propósito un ejemplo del mismo Benot.

Si decimos *el Rey Profeta*, el primer substantivo *Rey* está determinado por el segundo substantivo *Profeta*. La disposición de esos vocablos nos da á conocer que no se trata de un rey cualquiera, sino de aquel que fué profeta. Pero pueden invertirse los términos en cuestión, y decir: *El Profeta Rey*; y entonces, el primer vocablo *Profeta* estará determinado por el segundo vocablo *Rey*. Tanto en el primero como en el segundo caso, la determinación es completa, y no deja lugar á dudas: de todos los reyes y profetas que han existido, sólo uno puede ser representado por ese grupo de dos palabras: *el autor de los salmos, David*.

El trato de los verbos se halla dividido en dos partes: *conjugación por flexiones* y *conjugación por conceptos*. Limitase la primera á consignar las conjugaciones de los verbos castellanos, con la variedad de sus modos, tiempos, números y personas.

La *conjugación por conceptos* es original, importantísima y completamente nueva en el estudio de nuestro idioma. Da á conocer la aplicación y uso de cada uno de los tiempos verbales, y constituye un examen detenido, no realizado anteriormente con tal amplitud y tan profundo espíritu de análisis.

En dicho tratado se contiene el estudio de los *tiempos translaticios*. Así vemos, por ejemplo, al presente y al futuro de indicativo, y aun al mismo infinitivo, desempeñar con frecuencia funciones de imperativo:

No bien regrese el Director, TE PRESENTAS Ó TE PRESENTARÁS á él (en vez de PRESENTATE).

Los preceptos imperativos del Decálogo están redactados en forma de infinitivo y de futuro:

NO MENTIR; NO MENTIRÁS (en vez de NO MIENTAS).

Á un futuro se encomiendan frecuentemente funciones de pretérito:

El correo HABRÁ LLEGADO ya á Buenos Aires.

En el ejemplo anterior se considera como hecho pasado la llegada del correo; no obstante lo cual, se expresa este pretérito por el llamado *futuro perfecto* en los conjugaciones por flexión.

Ese cambio de funciones tan distintas y aun opuestas, sobre ser una necesidad, encierra una gran lógica. Á causa de no existir en español un *pretérito de probabilidad*, nos valemos del futuro. ¿Por qué? Porque lo futuro se halla fuera de la previsión humana. Al decir *ya HABRÁ LLEGADO el correo*, suponemos que ha llegado; pero no nos consta de manera indubitable que así haya sido. Y por ser para nosotros ese hecho tan dudoso é incierto como un hecho por venir, lo expresamos con el futuro, también dudoso é incierto.

Lo manifestado acerca de los tiempos translaticios no constituye más que casos particulares de un hecho general. Las lenguas, aun las más evolucionadas, son organismos en extremo deficientes, que no disponen de medios de expresión para muchas cosas, y mueren siempre, como el ser humano que las utiliza, mucho antes de haber alcanzado siquiera un mediano perfeccionamiento.

Lenguas puestas al servicio de una gran civilización y pertenecientes á pueblos muy adelantados, con el inglés y el alemán. Pues bien: la primera, por carecer de flexiones adecuadas, forma su futuro y su condicional por medio de los signos (verbos) *shall* y *will*; el alemán recurre para la formación de esos mismos tiempos al signo *weden* (verbo antiguo, equivalente al francés *devenir*, italiano *diventare*, inglés *become*).

Por no bastar al latín las flexiones casuales, hubo de recurrir á las preposiciones...¿Á qué multiplicar los ejemplos?

EL SISTEMA ORACIONAL ideado por D. Eduardo Benot es completo, sencillísimo y en extremo fácil, por arrancar de la naturaleza misma de los conceptos que haya precisión de expresar.

Todas las grandes masas elocutivas ó agrupaciones de vocablos de un orden gramatical superior, se reducen á dos clases:

1.^a Masas elocutivas con sentido propio é independiente, y que pueden existir por sí solas:

Paseas frecuentemente.
No paseas frecuentemente.
¿Paseas frecuentemente?
¡Quién paseara frecuentemente!

Cuando esos conjuntos de palabras expresan una afirmación, como ocurre con el primero de los ejemplos anteriores, se denominan TESIS; cuando tienen otro objeto cualquiera distinto de la afirmación, como acontece con los restantes ejemplos, que son respectivamente negativo, interrogativo y desiderativo, reciben el nombre de ANÉUTESIS.

2.^a Masas elocutivas sin sentido propio é independiente, y que no tienen existencia lógica por sí mismas:

QUE ME ENVIASTE AYER.
 CUYA IMPORTANCIA ME HAS PONDERADO.

Los dos anteriores ejemplos constituyen, á no dudarlo, agrupaciones perfectamente gramaticales de vocablos; pero están incapacitadas para expresar por sí solas ningún concepto cabal. Tan sólo adquieren esa capacidad cuando se juntan á una tesis ó una anéutesis:

He leído ya el libro QUE ME ENVIASTE AYER.
No he leído todavía el libro CUYA IMPORTANCIA ME HAS PONDERADO.

Las masas elocutivas sin sentido cabal é independiente se denominan ORACIONES, y pueden ser de tres clases:

ORACIONES-ADJETIVO,
 ORACIONES-ADVERBIO,
 ORACIONES-SUBSTANTIVO.

Reciben sus respectivas denominaciones, por estar destinadas generalmente á suplir la falta de *adjetivos*, *adverbios* ó *substantivos* no existentes en la lengua. Véase un ejemplo de cada grupo:

Es un hombre QUE CALCULA ADMIRABLEMENTE LAS DISTANCIAS Á LA SIMPLE VISTA.

Como en la lengua no existe un adjetivo simple capaz de expresar la cualidad atribuída por mí al *hombre* del ejemplo, me valgo del conjunto de palabras

QUE CALCULA ADMIRABLEMENTE LAS DISTANCIAS Á LA SIMPLE VISTA
 (oración-adjetivo).

Á veces pueden coexistir el adjetivo y la oración correspondiente:

El niño HUÉRFANO (adjetivo simple).
El niño QUE NO TIENE PADRES (oración-adjetivo).
Un hombre CIEGO (adjetivo simple).
Un hombre QUE CARECE DE VISTA (oración-adjetivo).

Pasemos á las oraciones-adverbio:

Llegó la visita CUANDO EMPEZÁBAMOS Á COMER.

Por no existir en castellano adverbio ninguno de una sola palabra que exprese el momento preciso al cual deseo referirme, he de valerme de la oración adverbial

CUANDO EMPEZÁBAMOS Á COMER.

Veamos, por último, un ejemplo de oración-substantivo:

Temo QUE SOBREVenga UNA CATÁSTROFE.

Entre todos los sustantivos catalogados en el léxico de nuestro idioma, no hay ninguno que pueda reemplazar á ese tiempo de subjuntivo del verbo *sobrevenir*, por lo que hacemos uso de la oración-sustantivo

QUE SOBREVenga UNA CATÁSTROFE.

Pueden también coexistir en este caso el sustantivo y una oración que lo represente, v. gr.:

No es posible el SOBRESEIMIENTO (sustantivo simple) de esa causa.
No es posible QUE SOBRESEAN ESA CAUSA (oración-sustantivo).

Todo lo anteriormente expuesto puede resumirse ya en brevísimas palabras. El arte de hablar exige tres operaciones fundamentales:

DETERMINAR,
 CONEXIONAR,
 ENUNCIAR.

Los vocablos se dividen en

DETERMINANTES
 DETERMINABLES.

La función *determinante* no es *absoluta*, sino *relativa*.

Los complejos gramaticales de palabras entre los cuales existe un verbo, se clasifican, naturalmente, en dos grupos:

1.º Conjuntos de palabras con sentido propio é independiente: TESIS y ANÉUTESIS.

2º Conjuntos de palabras sin sentido propio é independiente: ORACIONES.

Las *oraciones* desempeñan, respectivamente, el papel de *sustantivos*, *adjetivos* y *adverbios*.

Las oraciones de carácter adjetivo y las de carácter adverbial son siempre determinantes.

Á tan admirable sencillez y claridad quedan reducidas todas las dificultades que constituyen el arte de hablar. Oigamos un momento al insigne autor de la obra:

«Ya se ha dicho que hablar es exteriorizar por medio de palabras los fenómenos psíquicos de nuestro ser.

»Pero la ciencia del hablar no ha de buscarse en las palabras aisladamente, sino en su combinación y en la combinación de sus combinaciones.

»En el lenguaje, todo es combinación.

»De igual manera, sin sonidos no hay música. Pero un párvulo manoteando desafortadamente sobre las teclas de un piano, produce sonidos, mas no música. La música ha de buscarse en la sistemática combinación de los sonidos.

»De modo análogo, la esencia íntima del hablar no ha de buscarse en las palabras aisladamente, sino en su apropiada y sistemática *coordinación elocutiva*.

»Habría sido imposible el hablar si se hubiera querido obtener una palabra para cada objeto y otra para cada uno de sus cambios.

»Sólo con un sistema es posible hablar: con un sistema que, por medio de un número de vocablos relativamente reducido, sea susceptible de combinaciones innumerables sin término ni fin.

»¿Quién podrá enumerar las estrellas de los cielos, los árboles de los bosques, los animales terrestres, los pájaros del aire, las plantas, las flores, los seres humanos?... ¿Y cabe ni siquiera concebir guarismos para los cambios, variaciones y mudanzas de las cosas y de las personas? Yo fuí niño, luego joven, luego viejo, he gozado de salud, he padecido enfermedades... ¿Quién puede ni siquiera calcular las alteraciones de cada ser?

»Sin piedras, sin ladrillos, sin hierro, sin materiales, en una palabra, no hay casas ni edificios de ninguna clase. Pero los materiales no son casas. Lo que constituye los edificios es la forma especial que resulta de la CONSTRUCCIÓN hecha con sus materiales.

»Lo esencial es el sistema de construcción.

»La construcción elocutiva es ese algo invisible que preside á la coordinación de las palabras, y hace que con ellas pueda el hombre comunicar á sus semejantes lo que siente, piensa y quiere.»

Meditando sobre tan admirable sistema, y apoyándonos en él, facilísimo es llegar á conclusiones y generalizaciones no consignadas por el autor, lo que aquilata más y más el mérito de éste y la solidez de los cimientos en que asienta su edificio.

Así, á poco que en ello fijemos la atención, advertimos que, de las tres funciones practicadas cuando hablamos, sólo una es realmente esencial: la ENUNCIACIÓN de lo que nos proponemos dar á conocer. Es función puramente relativa la CONEXIÓN. En cuanto á la DETERMINACIÓN, es siempre función auxiliar y secundaria.

También advertimos que, con ser ésa evidentemente la categoría de las tres funciones del hablar, la primera de ellas, la principalísima, la esencial, la ENUNCIACIÓN, se practica espontáneamente y sin esfuerzo, mientras que la DETERMINACIÓN, con ocupar puesto secundario en el orden de las ideas, es la que origina el mayor número de dificultades gramaticales.

Toda la GRAMÁTICA gira alrededor de la DETERMINACIÓN.

Esa aparente paradoja tiene su origen en la misma naturaleza humana. Limitado constantemente el espíritu en sus múltiples manifestaciones por el medio material, del que forma parte el lenguaje, exterioriza mejor sus pensamientos, sentimientos y voliciones, ó, en otros términos, exterioriza mejor lo que le es íntimo y propio, que aquello que se refiere á las relaciones externas sobre las cuales ha de versar siempre la DETERMINACIÓN.

Del prólogo escrito por D. Eduardo Benot á las magistrales traducciones *shakesperianas* de D. Guillermo Macpherson, transcribí, hace bastantes años, en un folleto destinado á defender cierta obra española tildada de plagio, los párrafos que á continuación reproduzco:

«Por desgracia, es muy grande el número de los que, en materia literaria, ven parecido entre los asuntos más desemejantes en esencia y finalidad. Y como de cierto existe ese parecido, acusan irremisiblemente de plagiaria á todo autor anterior á otro en tratar el mismo tema. ¡Y el vulgo de las letras les hace caso! La locomotora tiene ruedas...; ¡luego la locomotora plagia á la carreta! ¿Y qué contestar al que, ciego para ver la finalidad de uno y otro vehículo, constriñe á su contrincante con la aplastadora pregunta: *¿No tienen ruedas ambas?* ¡Qué de veces reside una originalidad inmensurable en la combinación no vista aún de elementos muy conocidos!»

«La originalidad se manifiesta de dos maneras: ó realizando con elementos conocidos combinaciones antes ignoradas - caso de la locomotora -, ó bien dando á luz hechos enteramente nuevos, y acaso hasta declarados imposibles por doctas Academias - caso de la fijación de las imágenes en la cámara oscura por el procedimiento de Daguerre -. Tal, recientemente ha sido el hallazgo del fonógrafo. Rara vez la invención consigue realizar un hecho completamente nuevo y sin precedente, unido á combinaciones nuevas de elementos conocidos.»

Cuando Benot estampaba en el papel los párrafos anteriores, ni siquiera había pensado aún en escribir la presente obra, ni podía imaginar, por lo tanto, que á esta última producción suya pudieran ser aplicables aquellos conceptos.

Viejas y estudiadas desde muy antiguo son las ideas de *comprensión* y *extensión* de los vocablos. Apenas hay Gramática, sobre todo moderna, en la que por algún lado no aparezca el calificativo *determinante* con aplicación á ciertas palabras. Y, sin embargo, esas nociones eran escasamente útiles, eran materiales muertos, como dice el propio Benot, que aguardaban una voz que los llamase á la vida. Benot se apodera de esas ideas, las generaliza hasta los últimos límites posibles, y elabora con ellas el sistema que sirve de base á la GRAMÁTICA FILOSÓFICA DE LA LENGUA CASTELLANA, en la que resplandece esa «originalidad inmensurable que consiste en la combinación no vista aún de elementos muy conocidos».

Análogamente - y es el mismo caso citado por Benot -, las ruedas, la utilización del vapor como fuerza motriz, las calderas, la caja de distribución, etc., etc., son cosas muy anteriores á Stephenson, y, sin embargo, éste figurará siempre en la historia de la ciencia como el glorioso inventor de la locomotora.

Si de la concepción general de esta obra pasamos á los elementos que la integran, hallamos algo tan originalísimo como le SISTEMA ORACIONAL, en el que «la invención consigue realizar un hecho completamente nuevo y sin precedente, unido á combinaciones nuevas de elementos conocidos».

El sistema, cuando es lógico y se funda en la naturaleza misma de las cosas, resulta superior á la inteligencia y la invención humanas. ¿Quién puede llamarse *inventor* del sistema decimal, tan útil, tan irremplazable en los cálculos aritméticos? Se trata de propiedades naturales de los números, y, por ello, al hombre es dado tan sólo descubrir su aplicación.

Las ideas sobre las cuales Benot funda y desenvuelve su ARTE DE HABLAR son tan lógicas y tan sencillas al propio tiempo, que, más que invento suyo, resultan percepción intuitiva de leyes y propiedades naturales.

El sistema que se halla en ese caso es como los astros inaccesibles á nuestras miradas: se descubren, se ven con el auxilio de los instrumentos ópticos y el cálculo; no se inventan.

Eso es precisamente lo que constituye la gran personalidad de Benot: la vista que penetra mucho más allá de lo que está al alcance de los ojos; la percepción que sorprende relaciones allí donde otros no ven más que hechos inconexos; el espíritu de sistematización.

Muchos son los que se extasían con los maravillosos pormenores que contiene la ornamentación de la Alhambra; muy pocos hay capaces de ver el orden admirable que presidió á su arquitectura.

Las naciones que figuran en las líneas avanzadas del progreso, principalmente Italia, Francia y Alemania, se preocupan cada vez más del perfeccionamiento de sus métodos gramaticales. Voces autorizadas piden insistentemente en todas ellas mayor extensión para los estudios de sus respectivos idiomas.

Saben muy bien los que á ese movimiento contribuyen y claman por ese género de adelanto, que la fuerza que impulsa al mundo no es la del vapor ni la electricidad ni el aire comprimido, sino la fuerza intelectual, y que no hay gimnasia de la inteligencia como el ejercicio y perfeccionamiento del idioma.

Las lenguas, al igual de todo organismo, están animadas de dos movimientos invisibles, pero incesantes, de integración y desintegración, que se manifiestan, como en todos los seres organizados, desde el primer momento de su existencia.

En tanto predomina la fuerza integradora, la lengua camina hacia su apogeo, porque se asimila elementos de vida que reemplazan con exceso á los que pierde por la acción de la fuerza desintegradora.

Pero cuando la desintegración predomina, el idioma va perdiendo poco á poco su vitalidad, languidece, y acaba por morir, ni más ni menos que como un animal ó una planta.

De igual manera que el régimen y la higiene prolongan la existencia de los seres organizados, así también el esmerado cultivo de un idioma aumenta sus fuerzas y prolonga su vida.

Quien, como Benot, abre nuevos horizontes á los estudios gramaticales, presta un gran servicio á su patria.

No hay signo tan elocuente de la vitalidad de un pueblo como la persistencia y la propagación de su idioma.

Hay que tener, por lo tanto, gran fe en el porvenir de la raza española.

Se multiplican de día en día, sobre todo en Francia y los Estados Unidos, las cátedras de lengua castellana.

Se habla nuestra lengua por más de setenta millones de personas, y este número no permanece estacionario, sino que va y ha de ir durante muchos siglos en progresión creciente, mientras vaya también en aumento la población de la América latina.

Entre esos millones de personas que hablan actualmente el español, hay que incluir á los judíos de Oriente. En Salónica, sin citar otros puntos, existen más de cincuenta mil individuos que hablan hoy (con las naturales alteraciones impuestas por los siglos) el castellano del tiempo de los Reyes Católicos.

¡Pudo la raza hebrea perder, olvidar su lengua en menos de cuarenta años de cautiverio, y no ha podido esa misma raza olvidar la lengua española en más de cuatrocientos años de expatriación!

Investigadores eruditos, sabios filólogos y lingüistas, escritores que gozan de general y merecida reputación, fomentan actualmente en las naciones de raza latina la llamada *Gramática histórica*, cuyos cimientos echó el ilustre alemán Federico Díez en su famosa obra *Gramática histórica de las lenguas románicas*.

Parecía natural que en dichos modernos tratados se estudiase, de conformidad con el título que ostentan, y fundándose, naturalmente, en el análisis de los monumentos literarios pertenecientes á las diversas épocas, las evoluciones que la *Gramática* - no los *vocablos aisladamente* - ha ido experimentando desde los tiempos de Varrón y de Quintiliano y desde los comienzos de los idiomas neolatinos, mientras la lengua del Lacio iba convirtiéndose respectivamente en español, italiano, francés, etc. No es así. La flexión, los cambios desinenciales, la etimología, ocupan lugar exclusivo, más que preferente, en esos libros. Apenas si alguno aventura tal ó cual caso de concordancia. Pero el *sistema oracional*, la *construcción*, esos elementos principalísimos de las lenguas, que las caracteriza, que presta á cada una su fisonomía particular, que constituye su esencial manera de ser, que las individualiza y distingue de todas las demás, eso no aparece por ninguna parte.

Trátase, por lo tanto, en esas llamadas *Gramáticas históricas* de un estudio retrospectivo, de un estudio arqueológico, pero simplemente de materiales, de albañilería, no de arquitectura gramatical, no de Gramática propiamente dicha.

Viene siendo también objeto de preferente atención en nuestros días el estudio de la evolución de los sonidos orales al pasar de las lenguas antiguas á las modernas, de la lengua madre á las lenguas derivadas.

Raíces y afijos han sido analizados con la mayor escrupulosidad, lo que proyecta gran luz sobre las etimologías, contenidas casi siempre, hasta hace muy poco, en los límites de la hipótesis, cuando no de la invención gratuita ó del capricho.

Mucho le queda aún, sin embargo, por recorrer á esta novísima rama de la ciencia del lenguaje, denominada, no con entera propiedad, *Fonética*.

En primer lugar, alguna de sus pretendidas *leyes* no son tales, puesto que admiten numerosas excepciones.

Además - forzoso es decirlo -, sus investigaciones tropezarán siempre con una barrera infranqueable. Penetrará la Fonética con relativa facilidad en el latín y el griego; no ya con tanta en el sánscrito...; dentro de las mismas lenguas indoeuropeas, le serán casi inaccesibles el germánico y el céltico... ¿Y cómo llegar hasta la lengua de aquel pueblo prehistórico que habitó el centro del Asia, y se extendió más tarde desde el Ganges y el Himalaya hasta las costas occidentales de Europa? ¿Dónde hallar vestigios del idioma hablado por la misteriosa raza aria?

Aun admitiendo que la Fonética venciera todas las dificultades y llegara al mayor grado de perfección posible, habría de versar siempre sobre elementos primarios de la palabra, quedaría siempre reducida al papel de un estudio de materiales; estudio interesante y meritísimo - no lo niego -, pero incapacitado de darnos á conocer la estructura gramatical, la peculiar manera de ser de ningún idioma.

De todas las ramas auxiliares y secundarias de la ciencia del lenguaje, únicamente la PROSODIA, en lo que respecta sobre todo á las vocales, asienta hoy sus conclusiones sobre bases científicas y sólidas.

La teoría de las *armónicas*, formulada por el eminente físico alemán Helmholtz, autor á la vez de los aparatos llamados *resonadores*, y los más recientes experimentos de Koenig, nos permiten conocer hoy de modo exacto la naturaleza de las vocales.

La Prosodia moderna se apoya en la Acústica y la Fisiología, únicas ciencias capaces de analizar los fenómenos de la voz humana.

Soy el primero en reconocer y admirar la importancia de tales adelantos. Pero hay que reconocer también, de acuerdo con la lógica y con el sentido común, que ninguna de esas ramas del saber, aisladamente, ni todas ellas reunidas, pueden darnos á conocer los fundamentos del arte de hablar ni, por consiguiente, de la Gramática. Opinar el contrario, sería tanto como admitir que la Acústica basta á dar idea del arte musical, ó que el estudio químico de las pinturas y los barnices puede constituir de alguna manera el arte pictórico.

Entre los elementos que constituyen la nacionalidad y contribuyen más poderosamente á la idea de patria, está el idioma.

Allí donde se habla la lengua de un pueblo, está la influencia de ese pueblo y una prolongación de su nacionalidad.

Y un idioma se propaga más fácilmente cuando más perfeccionado se halla y puede servir mejor de medio de comunicación espiritual entre los hombres.

Datos irrecusables, consignados por la Historia y la Geografía, demuestran la gran vitalidad y la fuerza de difusión del habla castellana.

Necesario es que todos los ciudadanos se inicien desde la infancia en los preceptos propios de su idioma; y á esa base de instrucción general (cuanto más amplia mejor) ha de contribuir en primer lugar y exclusivamente la Gramática propiamente dicha, no las especialidades; la Gramática y la lectura de los buenos escritores.

Por fortuna, España, el país de los grandes humanistas, ha poseído siempre un Código gramatical, aunque necesitado ya de renovación, superiorísimo al de otras naciones.

Y, por suerte singular también, nuestra patria cuenta entre sus hijos más ilustres á D. Eduardo Benot, cuyos trabajos filológicos y gramaticales nos colocan en ese ramo del saber á envidiable altura sobre los demás pueblos.

La GRAMÁTICA FILOSÓFICA DE LA LENGUA CASTELLANA que hoy ve la luz pública, es obra sin precedentes en la literatura gramatical del mundo, porque renueva los métodos, abre nuevos horizontes á tan importantísimos estudios, y, sobre todo, porque establece por primera vez los principios en que se funda el ARTE DE HABLAR.

Debo poner fin á mi trabajo, emprendido con verdadero temor, y á cuya realización pudo decidirme tan sólo el cumplimiento de un deber inexcusable.

Ignora si fuí suficientemente claro al procurar poner de relieve los fundamentos y la finalidad de este libro.

Al anticiparme á objeciones posibles y establecer alguna indispensable comparación, procuré ser justo, sin que la serenidad del juicio se dejase en ningún caso ofuscar por el cariño que me unió al autor, y que aún me liga á su memoria.

De si fueron exactas mis apreciaciones acerca de tan importante producción, responde la producción misma.

Siguiendo el símil tantas veces empleado por el autor querido, ahí se levanta el majestuoso edificio de la obra con su magistral arquitectura.

Terminada la misión que me había impuesto, yo me quedo á la puerta.

Adelante, lector; yo te invito á recorrer y admirar una de las más hermosas moradas del MAESTRO.

JOSÉ TORRES REINA.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1920	LENZ, Rodolfo	La oración y sus partes. Estudios de gramática general castellana, 2ª ed, 1925

PROLOGO

En 1915 tuve conocimiento del trabajo que don Rodolfo Lenz estaba redactando acerca de las partes de la oración con destino a los estudiantes chilenos. Me pareció que el tratado, tal como estaba concebido, podía tener también un interés grande para los españoles, y aun para los romanistas en general, y rogué al docto profesor que lo destinase a la colección de manuales que publica la *Revista de Filología Española*, a lo cual él accedió muy amablemente.

Así, pensada y en gran parte escrita la obra con destino a Chile, contiene bastantes alusiones al habla familiar y vulgar en este país y a la enseñanza del idioma tal como allá se practica. Pero claro es que esto en nada disminuye la importancia general del presente trabajo. Desde luego, para el estudio científico de un idioma, las modalidades y desviaciones que éste presenta respecto de su forma literaria ofrecen tanto valor como esta misma; pero, además, tales particularidades atesoran también un gran interés dentro del terreno más práctico de la enseñanza, bastando recordar, como ejemplo notable, aunque de muy distinta índole, el magistral libro de Cuervo que, consagrado al círculo local del lenguaje bogotano es, sin embargo, obra que deben consultar con frecuencia todos los profesores del idioma.

Por lo demás, en el libro del señor Lenz el habla local sólo entra a título de ejemplo. Es esencialmente un libro de gramática general, atento a precisar y renovar sobre todo el concepto de las partes de la oración, estudiando el valor sintáctico de cada una. Y en este terreno, los vastos conocimientos que el autor posee de lingüística general, así como- de varios idiomas europeos y de alguna lengua indígena americana, dan a sus observaciones e ideas una luz especial, permitiéndole apreciar con curiosa novedad el carácter de mayor o menor extensión que ciertos fenómenos tienen, así como juzgar acerca de su valor psicológico, ora se extiendan a lenguas de muy distinta índole, ora se limiten a las indoeuropeas, o sólo a las románicas.

Añádase que en este libro se ensaya por primera vez (ateniéndose el autor principalmente a las opiniones de Wundt) poner en conexión los estudios de psicología lingüística con los de la lengua española. Desde este punto de vista, el señor Lenz estudia y discute el valor de muchas construcciones sintácticas, y traza normas para el uso correcto, en atención a su génesis psicológica; de este modo ilustra con gran penetración muchos puntos de la sintaxis española, renovando fructíferamente su examen y trazando líneas fundamentales para su estudio metódico.

Esperamos por esto que la presente obra de Lenz contribuirá de modo eficaz a orientar en un sentido más moderno la enseñanza del español, lo mismo entre aquellos que la tomen en un sentido lingüístico e histórico, que entre los que se atengan especialmente al uso correcto.

Madrid-Junio-1920.

R. MENÉNDEZ PIDAL.

PREFACIO A LA SEGUNDA EDICIÓN

Todavía no se han introducido cambios mayores en el libro. Estoy esperando más reseñas críticas para ver en qué sentido conviene alterar la composición. Las citas de la Gramática de la Real Academia se refieren a la edición del año 1913. Sólo algunas veces he citado expresamente *Gramática Reformada* refiriéndome a la edición de 1917, que trae tan importantes mejoras. Compárese para el efecto mi publicación: *La Enseñanza del Castellano y la Reforma de la Gramática*. Santiago de Chile, 1920. ¡Ojalá que la Real Academia siga pronto en el camino del progreso!

DR. RODOLFO LENZ.

INTRODUCCIÓN

1. Valor de la enseñanza gramatical.-El estudio de la gramática del idioma patrio en todos los países cultos forma una parte más o menos importante de la enseñanza pública. Su método, sin embargo, obedece más a cierta rutina tradicional que a una clara comprensión de los fines pedagógicos que pueden justificar tal enseñanza. Muchas personas, tanto en España como en América, creen aún hoy que las clases de gramática han de enseñar al niño el uso correcto del idioma patrio, o más bien de la lengua literaria nacional, en oposición al lenguaje familiar regional; pues piensan buenamente que la "gramática es el arte de hablar y escribir correctamente". Entre personas que hayan puesto alguna atención en los estudios de filología no habrá necesidad de insistir en que tal definición, por venerable que sea su antigüedad, es científicamente inadmisibile¹.

¹ Véase RODOLFO LENZ: *¿Para qué estudiamos gramática?* (*Anales de la Universidad de Chile*, tomo CXXXI; folleto, pág. 21, en casa de Victoriano Suárez, Madrid.)

Hablar es una facultad del hombre; hablar bien una lengua podrá llamarse un arte; pero la gramática, según ya dijo Andrés Bello en el prólogo de su *Gramática*, es la teoría del idioma, o, como otros prefieren decir, la ciencia del idioma, pues contiene la exposición teórica, abstracta, de todos los principios generales que rigen un idioma dado. Si se ha llamado arte a la gramática y si el Diccionario de la lengua conserva la definición "libro que contiene los preceptos de la gramática latina" (!), ésta es una casualidad que nada tiene que ver con el significado común de la palabra arte, como si quisiéramos dar a la palabra gramática su significado etimológico de escritura.

Se agrega también la acepción: "conjunto de preceptos y reglas necesarias para hacer bien alguna cosa", y así se venden libros con el título de "Arte de la cocina"; sin embargo, nadie creará que baste estudiar un tal libro para saber hacer sabrosos guisos, como tampoco se aprenderá a tocar el violín estudiando un "método de violín", sin tomar el instrumento y su arco entre las manos.

El arte se aprende únicamente con el ejercicio, perfeccionando, si se quiere, metódicamente, una facultad o disposición natural que ha de tener el individuo; una exposición teórica de las dificultades de un arte podrá ser de cierta utilidad, pero ningún filólogo o pedagogo moderno seguirá creyendo que los niños lleguen a hablar

y escribir bien la lengua literaria mediante el aprendizaje mecánico de esquemas de conjugación, de definiciones buenas o malas de las partes de la oración, o haciendo el llamado análisis gramatical y lógico de trozos de buenos autores.

Aun para la enseñanza escolar de los idiomas extranjeros el antiguo método gramatical en los países más progresistas se ha abandonado por ineficaz y se ha sustituido por el llamado "método natural y directo", que ejercita a los niños desde la primera lección en el manejo práctico del idioma extranjero que se les enseña, considerándolo como medio para expresar los pensamientos.

La gramática que se necesita para hablar una lengua no es la exposición teórica contenida en un libro. La mayor parte de las lenguas no se podrían hablar, puesto que sus gramáticas no han sido escritas nunca. Una gramática completa no existe ni siquiera de las lenguas muertas más estudiadas (que, dicho sea aparte, generalmente ya no se hablan). La gramática que se necesita para hablar es tan inconsciente, tan ignorada del que la aplica, como la lógica de Aristóteles o de Santo Tomás puede ser ignorada de cualquier mortal que piensa y habla lógicamente.

2. Denominaciones y definiciones.-En la escuela primaria, la enseñanza de la teoría gramatical debe limitarse a un mínimo razonable, atribuyendo toda importancia a los ejercicios prácticos (narración y descripción de asuntos interesantes para los niños, lecturas, dictados y composiciones); también en los años inferiores y medios de la instrucción secundaria conviene evitar las definiciones difíciles, sustituyéndolas por *d e n o m i n a c i o n e s*¹, y preparando a la vez un tratamiento más científico para los años superiores. Sólo durante este último período de la enseñanza secundaria puede hacerse un estudio serio, científico, de la gramática del idioma patrio; porque este estudio debe hacerse desde el punto de vista de la gramática general o filosófica, según opina HENRY SWEET en su excelente Gramática inglesa². Así se presentarán los problemas generales de la gramática unidos a la psicología y a la lógica, lo cual contribuirá a hacer esta materia filosófica, de suyo demasiado abstracta, más digerible para los alumnos. Pues el estudio de la gramática del idioma patrio no puede tener más elevado propósito que el de hacer ver al alumno cómo se refleja la lógica general del pensamiento humano en un lenguaje determinado. Sólo sobre esta base los estudiantes podrán comprender definiciones científicamente exactas de los fenómenos gramaticales. Si se desea profundizar en este análisis lógico del idioma, esto se podrá hacer, ya sea comparándolo con otros idiomas de índole más o menos diversa (inglés o alemán), o sobre la base del estudio del latín y de la gramática histórica castellana. En este sentido es una desgracia que una nación neolatina proscriba completamente el estudio del latín, como ha sucedido en Chile en la enseñanza fiscal.

¹ Véase F. BRUNOT: *L'enseignement de la langue française, ce qu'il est-ce qu'il devrait être dans l'enseignement primaire*. París, 1911, segunda edición, pág. 133.

² *A New English Grammar, logical and historical*. Oxford, 1892, pág. 3.

3. Gramática histórica y filosófica.-El estudio de la gramática histórica castellana ha hecho notables progresos en los últimos años. Basta citar, para probarlo, estas dos obras fundamentales: el *Manual elemental de gramática histórica española*, por R. Menéndez Pidal (tercera edición, Madrid, 1914), y la *Gramática histórica de la lengua castellana*, por Federico Hanssen (Halle, 1913). Con estas dos obras todo estudiante o profesor de castellano tiene a mano abundantes fuentes de información acerca de la evolución de los principales fenómenos de la Gramática patria; pero los autores de estos magistrales tratados no han discutido las

definiciones de los términos técnicos de la Gramática, como lo ha hecho SWEET en la primera parte de su obra citada. Creo que sería útil hacer una revisión de estos términos, por dos motivos: primero, porque debido a las innovaciones de ANDRÉS BELLO, no existe la uniformidad deseable en esta materia, y segundo, porque las definiciones de todas las gramáticas castellanas son muy imperfectas e insuficientes. No hay duda de que los filólogos saben lo que se entiende por sustantivo, adjetivo, etc.; pero el profesor que desea explicar la relación que hay entre la lengua y la lógica, y analizar cuál es la función de cada palabra en la proposición, necesita definiciones que estén de acuerdo con la filosofía moderna. Además, no debe olvidarse que los términos técnicos gramaticales corrientes son los de los antiguos gramáticos latinos, que a su vez los tradujeron del griego, y no siempre los tradujeron bien¹. Estos términos y sus definiciones se han continuado hasta hoy en las gramáticas castellanas. Pero la antigua Gramática general, que no era más que una Gramática latinogriega un tanto generalizada, ya no tiene valor ninguno. Muchos libros sobre lingüística general se han escrito desde que nació la Gramática comparada indoeuropea; no vivieron en balde los W. von Humboldt, Pott, Steinthal, Whitney, Sayce, Hermann Paul y tantos otros. Pero los frutos de sus estudios apenas han tenido influencia en las gramáticas castellanas. Además, hay que confesar que todavía estamos muy lejos de poseer una lingüística general. Se olvida a menudo que casi todos los estudios de lingüística han sido hechos por autores cuyo campo de investigación fueron las lenguas indoeuropeas o algunas de sus ramas. De consiguiente, casi todas las observaciones lingüísticas en que se fundan nuestras teorías generales son solamente aplicables a estas lenguas indoeuropeas, que con todos sus millares de dialectos, en el fondo representan un solo modo de pensar primitivo. Admito que también las lenguas semíticas (un segundo modo de pensar) han sido a veces tenidas en cuenta. GEORG VON DER GABELENTZ, en su valioso compendio¹, habla a menudo como verdadero conocedor del chino, japonés, manchú y del malayo; pero ¿qué quiere decir esto si sabemos que hay muchos centenares de familias independientes de lenguas que jamás han sido realmente conocidas por los lingüistas? No desprecio en absoluto el valor de la grandiosa enciclopedia de FRIEDRICH MÜLLER²; pero no se me escapa que las noticias que da acerca de lenguas americanas, africanas y oceánicas, por ejemplo, no tienen, ni aproximadamente, un fundamento tan seguro como cuando trata de lenguas bien estudiadas. La culpa no es del autor, sino de la insuficiencia de sus fuentes. Así, por ejemplo, la mayor parte de las lenguas americanas, hace veinte años sólo eran conocidas por textos debidos al celo religioso de los misioneros españoles (particularmente de los jesuitas, entre los años 1550-1767), es decir, por traducciones del castellano al idioma indígena, que no reflejaban el lenguaje natural de los indios; los tratados gramaticales de los mismos autores se atenían forzosamente al molde de la Gramática latina y, por consiguiente, falsificaban completamente el sistema gramatical de los naturales.

¹ Así, v. gr., Varron tradujo mal *accusativus* en vez de *causativus*; el nombre griego [...] quería indicar que la acción del verbo es, en muchos ejemplos, la causa por la cual nace o se forma el complemento directo: *construyo una casa*. Véase A. F. Porr: *W. von Humboldt und die Sprachwissenschaft*. Berlin, 1876, pág.52.

¹ *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig, 1891.

² *Grundriss der Sprachwissenschaft*, Wien, 1876-1888, cuatro tomos. El libro de JAMES BYRNE, *General Principles of the Structure of Language*, London, 1885 (dos vols.), no da resúmenes objetivos de las lenguas. Todo es subjetivo, y si no se aprueba la teoría fundamental de la "excitabilidad" diferente de los pueblos, se derrumba todo el edificio, cuyas fuentes son a menudo

muy turbias. Para juzgar del araucano, por ejemplo, se funda solamente en el muy superficial resumen del abate Molina, quien extractó a Febrés, pero que probablemente nunca estuvo en relaciones con indios chilenos.

Muchas apreciaciones falsas, sin duda, fueron rectificadas por la perspicacia filológica de F. MÜLLER; pero para juzgar de la estructura sintáctica de un idioma es indispensable, no digo hablando corrientemente, pero sí, al menos, haber leído y entendido cuantiosos textos apuntados conforme al genuino lenguaje de los naturales. ¿Cuándo pudo hacer esto un lingüista? Aun el interesante análisis de las lenguas *Mande*, hecho por H. Steinthal¹, se funda en gran parte en traducciones de la Biblia. Y, sin embargo, ¡cuán felices seríamos si poseyéramos siquiera unos quinientos libros parecidos a éste, para poder hablar de la estructura de "las lenguas"!

¹ *Die Mande-Neger-Sprachen psychologisch und phonetisch betrachtet*, von Dr. H. STEINTHAL. Berlín, 1867

4. Gramática general.-Lo que con el material disponible alcanzamos a saber de la estructura general de las lenguas lo ha resumido en estos últimos años el insigne filósofo alemán WILHELM WUNDT en los dos gruesos tomos de su *Psicología étnica*, dedicados al lenguaje². Pero esta grandiosa obra es poco accesible a la mayoría de los estudiantes de lengua española. Creo, por esto, que será de cierta utilidad para los amigos de la filología española que les presente un sucinto estudio de una parte de lo que con razón podrá denominarse gramática general. Pido perdón a los lectores europeos si en algunos casos no cito a los autores que por primera vez han establecido tal o cual teoría o definición, o si resultara que ignorase publicaciones modernas referentes a la materia. Las páginas que siguen corresponden a capítulos del curso de Lingüística general, que he explicado durante muchos años en mi cátedra del Instituto Pedagógico de Chile. Me es a veces difícil distinguir entre lo mío y lo ajeno y, por otra parte, no dispongo de una biblioteca como la hay en cualquier Universidad europea, sino casi exclusivamente de mis propios libros, y hace más de veinticinco años que vivo alejado de mi patria alemana.

² *Völkerpsychologie. Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte*, von WILHELM WUNDT. Erster Band, *Die Sprache*. Dritte, neu bearbeitete Auflage. Leipzig, 1911. Idem: Zweiter Band, 1912.

5. Propósito de este libro.- No es mi propósito escribir un tratado sistemático de lingüística general, sino preparar el terreno para un estudio razonado de la Gramática en los cursos superiores de la enseñanza secundaria, tomando por base el análisis del idioma patrio, pero aprovechando todas las nociones lingüísticas que tenga el alumno en latín y en lenguas modernas. Declaro francamente que niños y jóvenes que no hayan aprendido más que su idioma patrio en el colegio, apenas estudiarían con provecho el análisis filosófico del lenguaje. Como desde hace muchos años mi curso de Lingüística general, esencialmente ha servido para introducir a los alumnos del Instituto Pedagógico en el estudio científico de los idiomas que más tarde han de enseñar como profesores de la instrucción secundaria, y solamente en las clases de castellano hay tiempo para profundizar los principios generales filosóficamente, insistiré, sobre todo, en los fenómenos que se puedan observar en esta lengua. Para la comparación aduciré, en primer lugar, el francés, el inglés y el alemán, que son los idiomas que se enseñan más corrientemente, y en segundo lugar el latín.

En mi curso de Gramática castellana uso como libro fundamental la *Gramática castellana* de Andrés Bello, en la edición anotada por R. J. Cuervo¹. Esta obra es, sin duda, el compendio más completo y más concienzudo que existe respecto a la gramática moderna de la lengua española. Sin embargo, creer que las teorías que Bello estableció en 1847 deben guardarse intactas en la enseñanza, es lo mismo que negar el progreso de la filología castellana desde aquella época hasta hoy. Esos profesores antiguos, que hasta ahora ni siquiera toman en cuenta las enmiendas y correcciones de Cuervo, considerarán como sacrilegio el que yo insista especialmente en aquellos puntos en que las teorías de Bello me parecen de valor dudoso o enteramente inaceptables. También haré hincapié en las definiciones de la *Gramática de la lengua castellana* por la Real Academia Española (edición de 1913), a causa de la importancia que reviste este libro, por su carácter oficial, tanto en España como en los países hispanoamericanos. Otras gramáticas las iré citando oportunamente.

1 París: Roger y Chernoviz.

6. Reforma de la enseñanza gramatical.-Sería de desear que algún día se llegara a uniformar los términos técnicos de la enseñanza gramatical en los colegios de lengua castellana, así como conviene uniformar los procedimientos de la enseñanza del idioma patrio. Creo que, precisamente cuando se reduzca a su debido mínimo la enseñanza gramatical en las escuelas primarias y en los años inferiores y medios de la instrucción secundaria, llegará el día en que se sentirá también la necesidad de intensificar este estudio en los cursos superiores. La reforma vendrá despacio, pero vendrá. Ultimamente he tenido el gusto de ver que también en otros países se comienza a sentir la necesidad de enseñar la lengua patria castellana por el método directo. Cuando yo, el 16 de agosto de 1912, di en la Universidad de Chile, mi conferencia: *¿Para qué estudiamos gramática?*, trataba solamente de hacer más consciente una reforma que en Chile prácticamente había ya comenzado hacía unos veinticinco años, poniendo en manos del alumno un libro de lectura en vez de la Gramática. El 17 de enero de 1913, don Manuel G. Revilla leyó en la junta de profesores de la Escuela Nacional Preparatoria de Méjico un discurso con el título *La gramática y la alquimia*, que, según los resúmenes de la *Revista de la Facultad de Letras y Ciencias* de la Universidad de la Habana (julio de 1913 y julio de 1914), obedece a las mismas tendencias que la conferencia mía. ¡Ojalá pronto se abran camino en todos los países de habla castellana, en beneficio del aprendizaje práctico de la lengua y del estudio científico de su gramática!

No me halaga la esperanza de que mis definiciones y denominaciones de fenómenos gramaticales encuentren pronto acepción en las gramáticas escolares. Creo que guardan su validez hasta hoy las palabras que Andrés Bello dijo de las malas definiciones gramaticales: "Se repiten y se repetirán, Dios sabe hasta cuándo, porque la Gramática está bajo el yugo de la *venerable* rutina¹." Si no pretendo escribir una lingüística general, metódica, menos quiero escribir una gramática castellana completa. Insistiré en aquellos puntos en que creo poder decir algo útil y en que me parece urgente rectificar ideas que considero erróneas. Esbozaré, en forma de apéndices, algunos capítulos de gramática castellana, pasaré rápidamente por otros puntos. Haré con frecuencia referencias al uso familiar y vulgar del castellano en Chile, no para criticarlo, pues esa no es tarea de la gramática científica, sino para registrarlo. Una lengua literaria, hablada en tan dilatados territorios como la castellana, no puede ser completamente uniforme en todas partes. Lo que necesitamos, ante todo, es saber cuál es el uso efectivo del lenguaje familiar, tanto de la gente culta como del pueblo de poco o ninguna cultura literaria,

no sólo con respecto al vocabulario (que es lo que más varía), sino también con respecto a la gramática. Sólo cuando conozcamos bien el lenguaje natural y vivo de todos los países castellanos, podremos escribir la gramática preceptiva del estilo literario sin miedo a incurrir en recomendaciones prácticas utópicas. Es de esperar que, con el progreso de los estudios filológicos en los países españoles, se dediquen los profesores también a esta tarea. Me daría por satisfecho si mis exposiciones los hicieran reflexionar sobre los fenómenos del lenguaje, para que no sigan enseñando la gramática mecánicamente, como se hace a menudo, sino que traten de hacer comprender a sus alumnos cuál es el mecanismo del pensamiento castellano.

1 BELLO: Nota 111, pág. 343 de la edición de Cuervo.

DR. RODOLFO LENZ.

Santiago de Chile, septiembre de 1916.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1951	ALARCOS LLORACH, Emilio	Gramática estructural española, 2ª ed.

PROLOGO

Este trabajo intenta resumir las nuevas teorías gramaticales que se han abierto paso en lo que llevamos de siglo. Ponemos al frente el término «-gramática» para enlazar nuestro objeto de exposición con los enraizados conocimientos tradicionales. Añadimos el calificativo «estructural» para delimitar de algún modo—aproximativamente, es cierto—el confuso y variado significado del término «gramática» e indicar que nuestro campo es otro que *él* de la gramática a secas, lógica o normativa. Y ello para evitar desorientaciones ante un nombre nuevo como «glosemática», forjado por el lingüista danés L. Hjelmslev.

Como en un manual de la índole del presente ha de huirse de toda discusión teórica demasiado pormenorizada, hemos creído conveniente limitarnos a teorías y terminología únicas. Por esto, aunque en diferentes lugares se han esbozado novedades gramaticales y se ha aplicado al estudio de la lengua el punto de vista estructural, aquí nos ceñimos a exponer los resultados de la llamada escuela de Copenhague, en especial las ideas de L. Hjelmslev y sus seguidores, los cuales han logrado crear un cuerpo de doctrina desarrollado a fondo.

Dirigido este libro a lectores de habla española, hemos procurado también ilustrar cada fenómeno, siempre que es posible, con ejemplos españoles y, en su defecto, de las lenguas mejor conocidas entre nosotros. En el último capítulo, como ejemplificación más demorada, aplicamos estas teorías sobre un sector del español, las categorías verbales.

Tampoco hemos querido recargar las páginas con citas minuciosas de los trabajos utilizados para nuestra exposición. Limitándonos, según hemos dicho, a las teorías de ciertos investigadores daneses, damos aquí una lista de las obras que pueden consultarse para ampliar los puntos de vista que presentamos.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1951[2]	Salvador Fernández	Gramática española

PROLOGO

Esta «Gramática Española», que tiene la pretensión de haber resumido un considerable número de hechos y de haberlos articulado de una manera orgánica y con arreglo a un principio de jerarquía, se presenta al público, a pesar de todo, nada más que a título de ensayo y con algunas reservas. Cuando el repertorio de obras científicas de conjunto sobre una lengua determinada es abundante y variado y las publicaciones se renuevan en el tiempo con una relativa frecuencia -esto ocurre, por ejemplo, con las Gramáticas científicas francesas escritas por autores nacionales o extranjeros-, la aparición de un libro nuevo se realiza con bastante comodidad. Son entonces posibles los diferentes puntos de vista desde los cuales cabe acometer el examen de un estado de lengua o de un periodo de su evolución. El propósito personal se robustece, sin dejar de sentirse solidario con las otras maneras de enfoque.

La situación, dentro de la literatura gramatical dedicada a la lengua española, es muy diferente. La lingüística diacrónica y reconstructiva ha producido, dentro y fuera de España, excelentes tratados de Gramática histórica y de Historia de la lengua española, algunos de primera calidad. Pero desde la ya centenaria Gramática de Bello casi no se han publicado obras fundamentales de otro tipo. A épocas de fecunda actividad en el análisis de los textos literarios y en el estudio de las formas sintácticas, como fueron la de Bello y la de Cuervo, han sucedido otras, en los pueblos de habla española, de más intensa aplicación filológica, pero de parvos resultados para la gramática, de todas las ramas de la lingüística la más beneficiada siempre por la filología. Las investigaciones aisladas que no son de carácter exclusivamente histórico o de orden dialectal esperan pacientemente a verse organizadas en un cuerpo de doctrina o siquiera en una visión de conjunto. Parecen haberse acabado las gramáticas; usando esta palabra en el sentido tradicional con que se designaban los estudios dirigidos al aspecto no evolutivo del lenguaje y conducidos por intereses de índole muy diversa. Consecuencia de todo ello es que hoy aparece embotada en cierto modo la sensibilidad para la norma, a pesar de los francotiradores del lenguaje, respetables o gratuitos, que guerrillean por todos los pueblos de habla hispánica.

Desde principios del siglo hemos asistido, sin embargo, en España a una profunda y radical renovación de todas las disciplinas del lenguaje. La escuela de Menéndez Pidal y la acción personal del maestro ha sido fecunda, como es bien notorio, en muy variadas ramas de la lingüística. Poco tiempo después de haber sido creada la «Revista de Filología Española» (1914) podía hablarse ya de una escuela de Fonética fundada por uno de los discípulos del maestro, Tomás Navarro, en la que iban a educarse varias generaciones de investigadores. Años más adelante fundaría también Menéndez Pidal el primer órgano científico de los estudios de Filología clásica en España, la revista «Emérita». Los estudios gramaticales iban a renovarse también, por un viraje súbito. Las publicaciones del Instituto de Filología Española, de Buenos Aires, y la labor personal de su Director, Amado Alonso, otro discípulo de Menéndez Pidal, especialmente formado en el Laboratorio de Tomás Navarro, fueron las que dieron a conocer muy pronto, en América y en España, los últimos avances de la lingüística y de la gramática teórica en Europa. La labor de

renovar y restaurar los estudios gramaticales en España, fomentándolos con traducciones, con publicaciones, con una colaboración incesante en revistas, se debe casi enteramente a Amado Alonso y a sus discípulos y colaboradores. Uno de los frutos de esa actividad son los dos cursos de «Gramática Castellana» de Amado Alonso y Pedro Henríquez Ureña, fundados en ideas nuevas y concebidos con el generoso propósito de desterrar la rutina de las enseñanzas de la lengua. Otro de los colaboradores de Tomás Navarro, Samuel Gili Gaya, adiestrado en muy diferentes disciplinas lingüísticas, publicaba en 1943 un importante «Curso superior de sintaxis española», al que haremos constantes referencias, especialmente en la tercera parte de esta obra.

La situación era estacionaria, fuera de toda esa actividad. Poco tiempo antes de organizarse, en 1920, aparecía en Madrid «La oración y sus partes», obra muy personal, en la que el profesor Rodolfo Lenz intentaba esclarecer la naturaleza de algunas categorías gramaticales, apelando a conceptos generales de gramática y a la comparación con algunas lenguas europeas y americanas. Pero Lenz guardaba fidelidad a Wundt, desconocía la escuela de Ginebra y su trabajo no señaló progreso ninguno de importancia dentro de la lingüística española. Hacia esas fechas (1917-1920) publicaba la Real Academia una nueva redacción de su Gramática con bastantes ampliaciones y mejoras, pero que no agregaba nada sustantivo a las ediciones anteriores. Ninguna de estas obras de gramática general, teórica o descriptiva y otras especiales que podrían citarse, como la Gramática de Cervantes, de Julio Cejador, estaban a la altura de las investigaciones históricas y dialectales de la escuela española o de autores extranjeros a las que ya hemos aludido (Menéndez Pidal, Américo Castro, Hanssen, García de Diego, más tarde Solalinde, Amado Alonso, Dámaso Alonso, Rafael Lapesa, más tarde otras generaciones) ni tampoco al corriente de los avances de la gramática general y teórica de las escuelas europeas, en cuyo conocimiento íbamos pronto a iniciarnos.

Con buenas monografías y repertorios por un lado, pero sin grandes obras españolas de síntesis a la vista ni gramáticas descriptivas algo minuciosas, he tenido que verme en muchas vacilaciones antes de emprender la tarea que me había propuesto: la de organizar sistemáticamente una serie extensa de observaciones sobre el español actual. La tarea se complicaba gravemente con problemas estimativos y normativos. Por estas y por otras razones a las que luego aludiré la obra que aquí presento no obedece por completo a un único principio rector ni ha sabido evitar todos los peligros que la amenazaban. Ha sido suscitada, además, por intereses personalísimos muy diferentes y en algunos casos contradictorios. Mi idea inicial fué la de componer una Sintaxis del Español común de nuestros días. No tardé un advertir, comenzados ya los trabajos, las dificultades que se me ofrecían para deslindar los fenómenos de rección, subordinación, agrupamiento y orden de las palabras en el campo sintáctico, etc., de lo puramente morfemático. Razones teóricas aconsejaban también considerar todo el sistema conjuntamente en su complejidad.

Decidí, por lo tanto, incorporar a la sintaxis el estudio de los morfemas, es decir, la morfología, pero sin formar con ello un tratado aparte, sino articulándolo precisamente con los otros fenómenos conexos, condicionantes o condicionados. Experiencias anteriores, por otro lado, me habían descubierto la singular importancia que para los problemas tectónicos de la subordinación y de la coordinación, y no solamente para ellos, poseen los hechos tonales y el relieve melódico de la cadena sonora. Al admirable «Manual de entonación española» de Tomás Navarro era principalmente deudor de este descubrimiento. Decidido a aprovechar estas

investigaciones para mi trabajo, me veía en la necesidad de exponer, siquiera fuese de manera sumaria, los principios generales de la entonación española. Otros hechos acentuales que habían de actual en primera línea en mi trabajo, como son, por ejemplo, la degradación acentual de los compuestos inestables de palabras que tienden a una fusión de sus contenidos semánticos, las formas átonas de los sistemas pronominales, la organización de los enclíticos, la acción del ritmo en el orden de las palabras, etc., exigían, por razones de método, anticipar algún conocimiento, por somero que fuera, acerca de la naturaleza del acento de intensidad, de los grupos fónicos y rítmicos, etc. Tanto más cuando que los manuales de Fonética de Tomás Navarro eran punto menos que inasequibles para los lectores de España, en los momentos en que se comenzó la redacción de esta obra. Estas y algunas otras razones menos intrínsecas o personales me aconsejaron inaugurar esta obra con una breve exposición de la fonética española. Los sonidos forman también parte del sistema de la lengua. Quedaba así organizado un tratado descriptivo, más o menos congruente, del español común actual, al que me resolví, después de muchas vacilaciones, a bautizar con el nombre de « Gramática Española ».

La fonética la expongo muy brevemente, sin apartarme un punto de la doctrina española tan sólidamente establecida por la escuela de Tomás Navarro. Altero sólo en algún momento la terminología e introduzco algún concepto que me ha parecido útil, pero que tampoco es nuevo, sino que pertenece al patrimonio tradicional de la lingüística. Así, en especial, en lo referente a la estructura de la sílaba, a la agrupación vocálica en ella, etc. Se agregan algunas consideraciones acerca de la función diacrítica de los signos fonéticos. Pero mi propósito de llevar a cabo un estudio fonológico del español quedó reducido a una tentativa elemental por falta, entre otras cosas, de las fuentes fundamentales. Ya compuesta y tirada la primera parte de esta obra, se ha publicado en español una Fonología española, original de Alarcos Llorach, que no he podido aprovechar. Ha quedado, en cambio, fuera de mi plan todo lo referente a la composición y a la derivación de las palabras, que sólo de manera incidental se examinan aquí. La extensión considerable del tema y la escasez de monografías y trabajos preparatorios me hicieron desistir desde el primer momento de su inclusión en esta obra.

He de hacer todavía algunas consideraciones más sobre el plan de mi trabajo. A pesar de que mi propósito era el de operar exclusivamente con un estado de lengua, no he llegado a desentenderme por completo de la visión diacrónica. Creo firmemente que así como en biología existe un principio según el cual la embriogenia reproduce la filogenia, de modo análogo en el orden lingüístico podríamos decir con mucho fundamento que un determinado sistema reproduce o más bien incluye en sí mismo otros sistemas anteriores. Pero este principio, que será para muchos una verdad indiscutible -en esta o en otra fórmula más precisa constituye uno de los principios rectores de la lingüística reconstructiva-, lo es también en un sentido especial que me interesa poner aquí al descubierto. Entiendo que todo hablante inserto en un sistema tiene desarrollada, en un grado más o menos perfecto, la conciencia de esta pluralidad y que su capacidad de reflexión sobre los hechos del lenguaje y hasta las mismas limitaciones de esta capacidad son magnitudes variables que se hallan en función del grado a que alcanza ese conocimiento. Se dirá que una pluralidad de sistemas que coexisten es también un sistema. Pero cabe pensar en un desajuste y hasta en un antagonismo entre ellos o en diferentes planos de validez (1). Si se quiere, todo ello constituye un sistema, pero no un sistema estático, por lo menos, sino un sistema de fuerzas operantes con máxima energía

dentro de las conciencias lingüísticas que actúan de la manera más directa en la creación de una norma.

(1) Como veremos, para no citar más que un ejemplo, la supervivencia del sistema casual latino del pronombre de tercera persona pugna desde hace mucho tiempo en español con la tendencia a la especialización de una sola forma oblicua para la mención de persona. Son dos sistemas en lucha.

Las conexiones históricas a que apelo son, en todo caso, muy sobrias y generalmente sólo he recurrido a ellas en los momentos en que interesaba, de un modo especial, conocer el sentido de una tendencia, o cuando jugaban, como he dicho, diversos planos antagónicos. Fuera de estos casos, la aproximación a un hecho o a un sistema pretérito se hace casi siempre a título comparativo, no genético, con la misma licitud con que se apela a otros sistemas lingüísticos coetáneos que no son el de la lengua española.

He intentado manejar en esta Gramática criterios rigurosamente formales. Con arreglo a ellos determino, por ejemplo, la categoría de los pronombres y de los numerales. Si no se ha extremado este rigor, ha sido porque no han estado a mi alcance instrumentos más precisos. Al mismo tiempo he realizado un esfuerzo considerable para buscar las conexiones que existen entre la forma del lenguaje y su aspecto interno. No es fácil conciliar los dos criterios. Algunas veces he tenido que someterme a rectificaciones y correcciones en el curso del trabajo. Pero no era un vacío psicologismo lo que me arrastraba, ni he caído nunca en la tentación de realizar ese absurdo deslinde entre lo que es lógico y lo que es psicológico, o en la de buscar las interferencias entre los dos, extrañas operaciones a que nos tiene acostumbrados una extensa y no despreciable literatura gramatical. Mi interés se centraba en la naturaleza de los actos psíquicos y en su correlación con las categorías y las formas de expresión. A todo lo largo de esta obra se advertirá el esfuerzo realizado en este sentido.

Me he basado constantemente, como en principios que yo considero inmovibles, en la teoría del órgano del lenguaje establecida por Carlos Bühler y en su teoría de los campos. Estos principios creo que se muestran notablemente fecundos en mi investigación. Felizmente poseemos ahora una excelente traducción española de su «Sprachtheorie», realizada por Julián Marías (1950), y esta feliz circunstancia me ahorra el trabajo de exponer aquí los principios de Bühler. Remito, pues, a esa traducción a los lectores que desconozcan el original alemán, para la comprensión de la terminología que aquí empleo. Manejo también constantemente en mi Gramática el principio de los tres órdenes de la subordinación establecido por Jespersen en su «New English Grammar», uno de los descubrimientos más notables de la lingüística moderna. Sobre ello doy las explicaciones pertinentes en el texto. Los capítulos VIII, IX, X y XI de la segunda parte están enteramente contruidos con arreglo al principio de Jespersen. El me ha servido también para la tentativa de caracterización del pronombre a la que antes me refiero.

Algunos pensarán que existen aquí demasiadas innovaciones en la terminología. Yo creo más bien que me he mantenido en una posición conservadora, en este aspecto lo mismo que en la distribución de la obra, como puede comprobarse sin más que echar una ojeada al índice de los capítulos. Me interesaba especialmente no alejar al lector profano. Esta obra ha sido concebida pensando en un vasto círculo de lectores. Quiere servir al conocimiento de la lengua española, fuera y dentro de España, más que a intereses científicos personales. He eludido, pues, en lo posible las consideraciones teóricas, sin hacer renuncia al mismo tiempo del máximo rigor metódico. Si en algunos momentos, es cierto, introduzco alguna

novedad, en otros he huído cuidadosamente determinadas denominaciones tradicionales. Así, por ejemplo, he evitado la oposición definido-indefinido para la designación del artículo (designación general que el mismo Trubetzkoy utiliza). No por otra cosa -porque todo se reduce en este caso a una cuestión de nombres-, sino por el temor metódico de que un nombre pueda encubrirnos o disimularnos la verdadera naturaleza de la categoría. Tanto en este caso como en aquellos pocos en que propongo una denominación, puede ocurrir que el largo rodeo no conduzca a ninguna parte. Pero tengo horror a sentirme arrastrado por la resaca.

Voy a tocar ahora un punto delicado. He meditado mucho tiempo, antes de decidirme a adoptar criterios estimativos frente a los hechos del lenguaje. Frecuentemente en esta obra, como es normal hacerlo, se da indirectamente una calificación de los usos, o bien por el hecho de estar incluídos o no dentro de la norma común o literaria, o bien por su carácter arcaizante, poético, vulgar o coloquial. Pero además he meditado largamente acerca de la posibilidad de encontrar por lo menos el sentido de una norma que se inspirase en las leyes mismas del lenguaje, que fuese dictada por la consistencia de su propia realidad. Sin duda los grandes escritores obedecen ya en sus creaciones el imperio de esta ley autonómica, la cual arraiga también profundamente en el decir de las gentes ingenuas y en otras muchas no pervertidas por preocupaciones pseudocultas. Considero, sin embargo, que no hubiese sido imposible llegar a determinar alguna de las direcciones en que actúa ese instinto. Pero el problema es muy complejo. Se cruza inevitablemente con el de los otros módulos de valoración. Habría, pues, que revisar muchos conceptos y someter a una nueva interpretación las diferentes clases de acción normativa intencional que se han ejercido sobre el lenguaje en épocas diferentes y desde los centros sociales y culturales más diversos. La cuestión es muy espinosa y renuncio, por el momento, a abordarla.

La lengua sigue sus propias leyes, tratando muchas veces de reajustar los sistemas o los fragmentos de sistema que sobreviven, muy frecuentemente antagónicos, hasta lograr un determinado equilibrio. Pero la ley del equilibrio no se cumple siempre y en ocasiones la tendencia que lo persigue rebasa sus propios objetivos. Hay veces que la posición más firme para el gramático que dictamina es la conservadora. Así cuando la tendencia resbala por esas vías extravagantes o cuando el uso innovador e innecesario no obedece a otras razones que a una simple falla en la continuidad, es decir, a una ruptura con la tradición, ocasionada por la incultura y la ignorancia. En estos casos defendemos expresamente el uso tradicional. Algunas veces nos apoyamos en la autoridad de Cuervo, que poseía un instinto seguro para diagnosticar esos colapsos.

Con todas las reservas anteriores, esta obra pretende ser una Gramática descriptiva del español común actual. A ella he aplicado un método inductivo, que es el preconizado por Hjelmslev: «S'il existe en réalité une science indépendante qui s'occupe des faits du langage, la seule méthode admissible de cette science doit être la méthode empirique. Les catégories qui constituent le système de cette science doivent s'établir selon une méthode inductive.» Los principios teóricos y las categorías han sido, por consiguiente, comprobados y establecidos a la vista del material, en el curso de su manipulación, rectificadas también algunas veces al cabo de reiteradas tentativas inútiles. Debo añadir que en ningún momento forman parte del material construcciones de mi propia inventiva. La lengua sirve a todas las necesidades comunicativas, expresivas y apelativas del hombre, menos a las reconstrucciones artificiales de los gramáticos. Es muy conveniente advertirlo.

El material que he utilizado es exclusivamente literario. Pocas veces he manejado testimonios orales. Este hecho hará pensar, probablemente, que me alejo de la fuente viva del decir y que mi Gramática toma una dirección filológica más que lingüística. Es posible que así sea. En ella he tratado también algunas veces de caracterizar los estilos de los escritores. Rehuyo, por otra parte, la anotación de los hechos más aberrantes de la norma común, especialmente en la fonética y en la morfología, aunque no dejo de remitir constantemente a los repertorios más importantes que se ocupan de estas cosas, especial al «Boletín de Dialectología Hispánica», fundado por Amado Alonso. Pero no debe perderse de vista que mi objetivo es el español común, el español cuidado que hablan las gentes cultas y universitarias de Madrid. Y entre este español hablado y el literario no existe, sobre todo en nuestros días, una distancia considerable. Las diferencias son más de léxico que de gramática. El material mismo que he seleccionado, por la variada naturaleza de sus estilos y calidades, me permite además discernir, como ya he dicho, lo que es exclusivamente o caso exclusivamente literario de lo predominantemente coloquial o al revés, las modalidades populares y hasta las modas pasajeras. Estimo, además, poseer un criterio bastante seguro, pues yo soy natural de Madrid, de antepasados madrileños por la rama materna y sólo muy breves temporadas he residido fuera de la capital de España.

Las obras que he examinado pertenecen a los géneros literarios más diversos: narración, dramática, oratoria, prosa y verso, tratados históricos, filosóficos y científicos, disposiciones legislativas y reglamentos, revistas y periódicos. También anuncios comerciales, títulos y rótulos. Los autores de las obras impresas pertenecen a varias generaciones y a comarcas diversas. He seguido el criterio, que considero preferible a otros, de no excluir a ningún escritor por el hecho de que una o la mayor parte de su actividad literaria caiga dentro del siglo XIX, si la obra que yo examino ha sido publicada en el XX. Desgraciadamente, mi capacidad para recogida de materiales ha tenido un límite y sólo en porción mínima puedo aducir hoy autoridades de escritores americanos.

El material utilizado ha sido íntegramente recogido por mí sobre las obras señaladas en la nómina de autores que se publica a continuación. La copia de los pasajes ha sido simultánea a una lectura atenta. El resultado de esta actividad ha es un total aproximado de 95.000 papeletas. Constituye lo que denomino el «material disperso». Los recuentos realizados sobre este marial señalan siempre su naturaleza. Para determinadas cuestiones he tenido que completar el material por el mismo procedimiento, pero sigue perteneciendo al mismo repertorio. Para otras cuestiones especiales se han hecho, además, recuentos exhaustivos sobre un conjunto de obras o sobre obras aisladas, pero sin reducirlos a papeletas. También se indica la naturaleza de estos recuentos y su procedencia. Cuando hablo de las preferencias de un escritor por determinados usos, la noticia se apoya generalmente en un examen especial de sus obras, o en un recuento, según se indica expresamente. Cuando no se indica, no tiene más carácter que el de una impresión personal, sujeta a ser revisada.

Como puede verse, los recuentos que yo he realizado sobre el material disperso no tienen valor relativo en su conjunto, sino exclusivamente como índice de proporcionalidad para cada cuestión particular. En algunos momentos en vez de cifras aduzco números índices. Por la razón anterior, ha sido para mí un precioso auxiliar el libro de Keniston «Spanish Syntax List», que constituye un repertorio estadístico de usso elaborado exhaustivamente a la vista de 60 obras en presa de escritores españoles y americanos, publicadas en el período de 1900 a 1933.

Desgraciadamente, esta obra, a pesar de la fecha de su aparición (1937), no ha sido asequible para mí sino cuando ya estaba muy avanzado en mi trabajo y en gran parte impreso. Tendría que declarar aquí otras grandes lagunas en mi información, como por ejemplo, el libro de W. Beinhauer «Spanische Umgangssprache», Berlín-Bonn, 1930, que en ningún momento me ha sido posible consultar.

No quiero dejar, finalmente, de encarecer la gratitud que guardo a las personas que de alguna manera me han ayudado en esta obra, con sus consejos o con sus libros. De un modo muy particular a don Rafael Lapesa, al que debe copiosa información para mi trabajo y, lo que es más importante, constantes estímulos y alientos para terminarlo. Agradezco también la solicitud y el cuidado con que ha sido impresa esta obra por don Cándido Bermejo y el competente personal que trabaja a sus órdenes.

Madrid, 1950.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1954	J. A. Pérez-Rioja	Gramática de la lengua española (7ª ed., 1987)

PROPÓSITO

En este manual de Gramática de la lengua española se procura armonizar lo teórico con lo práctico, es decir, la teoría o ciencia del idioma -concepto ideal de la Gramática- con los ejemplos y los ejercicios de análisis, clave imprescindible para el conocimiento de una lengua.

Se ha pretendido en estas páginas una empresa no por sencilla menos ambiciosa y difícil: la de escribir una Gramática para todos. Siendo éste nuestro propósito fundamental, hemos intentado ofrecer al vario lector los aspectos más esenciales de la teoría del idioma, de un modo claro a la vez completo y breve, dentro de las actuales orientaciones lingüísticas, aunque sin desdeñar lo que pudiera parecer elemental, y concediendo la mayor atención a la parte práctica.

Si el estudio de las formas o palabras -Morfología- y el de su lógica trabazón para expresar pensamientos -Sintaxis- constituyen, esencialmente, el terreno propio de la Gramática, es necesario también dar entrada a la Fonética, ya que el conocimiento de los sonidos tiene gran influencia en las relaciones de las palabras entre sí y en la construcción de la frase.

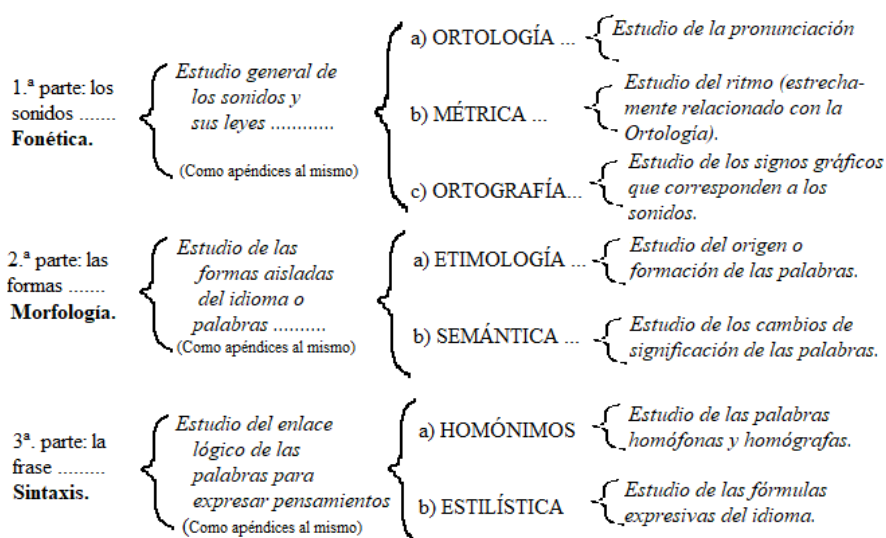
La Morfología y la Sintaxis -sobre todo, esta última- absorben la mayor parte del libro; dentro de los apéndice -considerados en su concepción estricta de meros complementos-, la Ortografía ocupa mayor extensión.

Posiblemente, ciertos lectores, cuya finalidad gramatical inmediata sea la de preparar un programa o cuestionario oficial, no requieren unas breves nociones de Métrica, de Semántica o de Estilística, pongamos por ejemplo. Pueden pasarlas por alto. Sin embargo, un manual completo debe responder a su propio significado: estar en todas las manos, no sólo cierto tiempo, sino, a ser posible, siempre.

Tanto en la introducción como en el capítulo primero de cada parte y apéndice se inserta, a modo de orientación y ampliación para aquellos a quienes interese, la correspondiente bibliografía.

Además del índice general, hemos considerado de la mayor utilidad la inserción de otros índices: analítico o de materias y de autores (ya de los 231 escritores, de quienes se citan mil ejemplos literarios, como de los 83 tratadistas, cuyas opiniones se recogen). Advertamos que hemos redactado más de otro millar de ejemplos con la finalidad didáctica de aclarar la teoría gramatical. En ocasiones, hemos creído necesario ilustrar aquélla con ejemplos literarios, si bien la mayoría de éstos vienen a formar una especie de antología práctica de ejercicios para el análisis, apropiados al contenido de cada capítulo. Hemos entresacado este millar de ejemplos -siempre, directamente- de obras muy representativas de los 231 escritores de habla hispánica -siglos XIV a XX-, dando entrada lo mismo a un poeta lírico que a un poeta dramático, a un novelista o ensayista como a un místico, a un orador o escritor político como a un historiador, un filósofo o un periodista, sin olvidar tampoco dos fuentes interesantísimas de raigambre popular: el romancero y el refranero. Ejemplos, en suma, que, al recoger sus más diversas modalidades, sintetizan la variedad y la riqueza expresivas de nuestra lengua.

El plan adoptado en este libro se resume en el esquema siguiente:



Bibliografía. (Recapitulación general.)

Metodología del lenguaje en la enseñanza primaria. (Capítulo especial.)

Al cabo de doce años de publicada la primera edición y uno de la quinta, sale ahora a la luz esta sexta, con las correcciones y ampliaciones que se han estimado necesarias. Pero, en sus líneas generales, apenas se ha modificado este libro. Tal es lo que hoy puede afirmar, con satisfacción, el autor, ya que así lo han aconsejado también, por otra parte, público y crítica, que tan buena acogida han dispensado a esta obra, aparecida en 1953 y reeditada en 1957, 1960, 1962 y 1964.

Fundamentalmente, se ha mantenido ahora idéntica estructura, tanto en el plan como en la expresión de partes, apéndices y capítulos.

Se han respetado, asimismo, en ésta las ampliaciones introducidas en la segunda, tercera, cuarta y quinta ediciones (metodología general: gitanismos del español, en el capítulo de extranjerismos, etcétera). Como entonces, se ha revisado y puesto al día la bibliografía, a la que se han incorporado, además, una veintena de nuevas fichas, con lo que se ofrece a todo lector una amplísima panorámica bibliográfica del idioma, que registra más de quinientas obras o estudios sobre sus más diversos aspectos.

Han sido ampliadas también algunos puntos de interés de la teoría gramatical, aumentándose las citas de autoridades o tratadistas cuyas opiniones se recogen.

Teniéndose en cuenta la gran aceptación que viene mereciendo esta obra por parte de numerosos profesores y, en especial, por el amplio sector del Magisterio, hemos creído oportuno mantener al final de esta sexta edición el capítulo especial sobre La Metodología del lenguaje en la Escuela primaria, al frente del cual se inserta una extensa bibliografía especializada, donde se recoge más de un centenar de trabajos monográficos de tratadistas españoles y extranjeros.

Reiteramos, pues, nuestra sincera gratitud a la crítica y al profesorado por los elogios y la excelente acogida dispensada a las cinco ediciones anteriores de esta obra, y advertimos que hemos procurado recoger -ya para incorporar o para corregir- en esta sexta edición cuantas sugerencias y observaciones nos han sido hechas con ánimo de mejorarla.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1972	SECO, Manuel	Gramática esencial del español, 2ª ed

Advertencia preliminar

Este libro se propone inicar al hablante de lengua española en el conocimiento reflexivo de esta. Supone de él, como es lógico, un previo conocimiento práctico, una capacidad de usar el idioma: nadie puede reflexionar sobre una cosa que desconoce. Supone también en el hablante un previo desconocimiento teórico, que no significa (o no significa necesariamente) ignorancia total de la gramática, sino un simple mal conocimiento de ella como consecuencia - fenómeno tan habitual- de un aprendizaje viciado, incoherente e inmaduro. Y supone también, sin duda, un interés sinero en el lector hacia esta función respiratoria de su mente que es el idioma, un interés que le empuja a buscar un guía que le acompañe en su intento de pensar sobre ella.

Como ni es un libro de texto ni está destinado a especialistas, hay en cada párrafo un esfuerzo por acercarse al lector. Todo está escrito en el lenguaje más transparente y sencillo, rehuyendo, hasta donde es posible, el tecnicismo. Naturalmente, es inevitable emplear un mínimo vocabulario técnico; pero se ha tratado de que sea el más familiar al lector. Por ello se ha sacado el máximo rendimiento de los términos de la vieja gramática, desechando solo los superfluos, los inservibles y los demasiado equívocos; y cando ha sido necesario introducir términos no «tradicionales», se ha procurado tomar, de los que tenían ya algún antecedente en el uso de los gramáticos -especialmente los de nuestra lengua-, aquellos que resultasen menos opacos para la comprensión del hombre medio.

Es importante advertir que la utilización de una terminología «consagrada» no significa conformidad con las doctrinas tradicionales. Debajo de cada término clásico aquí empleado hay una noción que solo en parte coincide con las antiguas, y que por ello es siempre explicada con la precisión necesaria para evitar cualquier confusión. Alguien objetará que mejor se evitaría esta poniendo etiquetas nuevas en lugar de las viejas; pero con ello no solo se perdería la facilidad de acceso que tanto interesa en una obra como esta, sino que apenas se ganaría en nitidez, ya que no son pocas las discrepancias en el uso terminológico de una escuela a otra dentro de la lingüística moderna.

Este libro es original, no nuevo¹. El lector medianamente versado encontrará en él muchas cosas «sabidas» - aunque no todas «difundidas»-. Efectivamente, hay aquí mucha deuda para con los que mejor han estudiado el idioma. pero esto no es un compendio ni una síntesis más o menos armonizada de las doctrinas gramaticales circulantes. Es, en pequeño, una visión general de la lengua española, por fuera y por dentro, donde cada una de las piezas ha sido pensada y repensada a la luz de un sentido unitario. La elaboración de este todo no ha sido fácil, pues la aspiración del libro era no quedarse en un esquema general (ya los hay, y muy brillantes), sino penetrar, en cuanto lo permitiesen los límites materiales y el interés del destinatario, en las realidades concretas que la lengua -lógica e imprevisible, pues es humana- nos ofrece en cada uno de sus recodos.

¹ «Sed originales; yo os lo aconsejo; casi me atrevería a ordenároslo. Para ello -claro esteneis que renunciar al aplauso de los snobs y de los fanáticos de la novedad; porque estos creerán siempre haber leído algo de lo que vosotros pensáis, y aun pensarán, además, que vosotros lo habíais leído también, aunque en ediciones ya profanadas por el vulgo, y que, en último término, no lo habéis comprendido tan bien como ellos. A vosotros no os importe pensar lo que habéis leído

ochenta veces y oído quinientas, porque no es lo mismo pensar que haber leído.» Antonio Machado, *Juan de Mairena*, Madrid, 1936, 66.

El examen de la lengua se ha efectuado -condición primera para obtener una imagen coherente- desde un punto de vista sincrónico, es decir, aplicando la lupa a un momento histórico dado. Como el momento que a nosotros nos interesa es el presente, el único objeto de nuestra descripción es el español actual (sin olvidar que su personalidad de hoy se apoya sobre su biografía, pues las lenguas, como los hombres, son «hijas de sus obras»). De acuerdo con este enfoque, se estudian aquí una serie de hechos lingüísticos del español de hoy aún no reconocidos por las gramáticas corrientes, a la vez que se excluyen otros que, aunque pervivan en los manuales, han perdido ya toda vigencia.

Se ha seguido en la descripción, a pesar de cierta aparente variedad, un criterio uniforme. La manera de actuar cada elemento dentro del conjunto es el punto de partida para todo análisis de la lengua. Pero este criterio funcional no tiene por qué descartar la atención a la forma y al sentido; debe, al contrario, completarse con ellos, pues el uno no existe sin los otros. Ha sido el sentido, sobre todo, la Cenicienta de la lingüística moderna. «¿Qué no se habrá intentado -dice É. Benveniste- por evitar, ignorar o expulsar el sentido? Por mucho que se haya hecho, esta cabeza de Medusa está siempre ahí, en el centro de la lengua, fascinando a todos los que la contemplan. Forma y sentido deben definirse el uno por el otro, y deben articularse juntos en toda la extensión de la lengua»². En los capítulos gramaticales de este libro, el sentido ocupa su lugar al lado de la forma y de la función, no suplantándolas ni excluyéndolas, como en las gramáticas antiguas, pero tampoco, como en algunas modernas, quedando excluido por aquellas.

² *Problèmes de linguistique générale*, París, 1966, 126.

La aplicación de este principio lleva a consecuencias que sin duda llamarán la atención del lector habituado a los moldes clásicos. Muchas cuestiones particulares aparecen aquí tratadas por primera vez o desde un ángulo nuevo. Por otra parte, también como fruto del mismo, todos los hechos gramaticales estudiados se refieren en último término a unas líneas maestras muy nítidas, las cuales se ha procurado presentar con el debido relieve (capítulos 6-10). En esta simplificación de los esquemas, trazados en sus rasgos esenciales, así como en la eliminación de clasificaciones ingeniosas pero intrascendentes, está la razón del adjetivo esencial que figura en el título.

Aunque el entramado gramatical del idioma (sonidos, frases y palabras) es el centro del libro y lo que le da el nombre, este entramado se enmarca dentro de una serie de capítulos que sirven para situar con exactitud el fenómeno «lengua española» a través de distintas perspectivas. Tras una introducción general sobre el lenguaje, dos capítulos están dedicados a exponer la situación actual del idioma española en el mundo y el panorama lingüístico de la Península en épocas pasadas y en la presente, en tanto que el capítulo último plantea las principales cuestiones de la sociología de la lengua. Con ello, aunque sea en forma muy somera, se da (quizá por primera vez en un libro de pequeño calibre) una visión suficientemente amplia de todo aquello que interesa saber, en un primer paso, al estudioso de la lengua española. La bibliografía final le ayudará, si tal es su propósito, a dar el segundo paso.

Madrid, 1972

Nota para la segunda edición

No es mucho lo que hay que agregar a la Advertencia precedente. La favorable acogida de la primera edición y las sucesivas reimpresiones de este libro parecen abonar la idea de que, junto a las gramáticas escritas para los gramáticos, y junto a las diseñadas contra los estudiantes de la llamada enseñanza no universitaria, puede haber una tercera vía, la de aquellas que atienden al interés legítimo del hablante normal hacia la lengua que es su fundamental medio de relación con el mundo que le rodea. Y, como de esta categoría de hablante normal no hay que hacer demasiadas exclusiones, sucede que este libro, nacido al margen de los manuales de texto, ha pisado aulas universitarias y preuniversitarias y ha tenido el honor de ser citado y comentado más de una vez por lectores y estudiosos de altura.

En medio de tanta fortuna, un riesgo al que se enfrenta esta Gramática esencial es la lectura o la consulta realizadas sin tomar en consideración la Advertencia preliminar. A ello se debe probablemente que algunos lectores echen de menos la presencia de términos que figuran en manuales conocidos, o que otros manifiesten extrañeza ante los conceptos, no usuales, que aquí se exponen de determinadas categorías y funciones. Esperaban tal vez encontrar un manual más o una síntesis ecléctica de los que hoy se estilan. Pero lo que este libro les propone es algo más original: una explicación coherente y unitaria, en la forma más clara y sencilla posible, de la estructura gramatical del español de hoy. Todos los conceptos y los términos que aquí salen a escena están pensados a la luz de esta unidad, y no buscan (aunque tampoco rehúyen) la coincidencia con los de otros enfoques.

La insistencia en esta idea es particularmente conveniente en lo relativo a la terminología. Ha sido por ella por lo que algún crítico distraído ha dicho que esta era una gramática «tradicional». La impresión engañosa viene de que, en varias ocasiones, puestos en la necesidad de optar entre un término clásico, de perfiles confusos, y uno moderno, de contenido no menos controvertido, nos hemos decidido por el tradicional por ser el más familiar para el lector medio, pero no sin exponer cuál es el valor reciclado, el sentido preciso en que aquí lo utilizamos. Así pues, se aconseja a quien se adentre por estas páginas que procure no atarse demasiado a sus conceptos adquiridos de términos como pronombre, sustantivo, complemento, oración..., y trate de identificar justamente los que aquí se le proponen. Si acepta estas sencillas reglas de juego, seguirá sin esfuerzo el hilo de nuestra reflexión.

Las modificaciones introducidas en esta nueva edición no son de fondo. Se han ampliado varios apartadores, o añadido otros nuevos, para completar o enriquecer la información referente a determinados puntos; algunos párrafos se han refundido en busca de mayor precisión; se han puesto al día los datos en que el paso del tiempo lo reclamaba, y se han introducido muchos pequeños retoques y correcciones con vistas a enmendar errores o a mejorar la eficacia de la exposición. La guía bibliográfica y el índice alfabético se han redactado enteramente de nueva planta, dándoles mayor extensión. Se suprimen, en cambio, los mapas, más decorativos que necesarios, que acompañaban a los capítulos segundo y tercero.

Es justo no terminar sin dar las gracias a muchas personas a quienes este libro debe algo, en particular a don José Polo, don Fernando González Ollé y don Fernando Huarte Morton, por sus sabias y muy útiles observaciones sobre diversos

puntos del texto; y a don Pablo de A. Cobos, don José-Álvaro Porto Dapena, don Andrés Amorós y don José Mejía, que publicaron recensiones a raíz de la aparición de la primera edición.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1974	Francisco Marcos Marín	Aproximación a la gramática española, 2ª ed

NOTA PREVIA A LA SEGUNDA EDICION

La extraordinaria acogida que el público ha brindado a esta obra y que agradecemos de corazón, nos lleva a preparar una segunda edición cuando no hace ni diez meses de la aparición de la primera. Para corresponder de algún modo a la benevolencia del lector, esta segunda edición sale muy corregida y ampliada en nuestro constante deseo de ser útiles a los profesores de Lengua Española.

Nuestro libro sigue siendo una *Aproximación* e incluso quisiera presentarse con mayor modestia que en su primera salida. El aprovechamiento que hemos hecho de las juiciosas observaciones de colegas y amigos nos afirma en la idea de que todo lo sabemos entre todos y que de la aportación de la comunidad nacen ciencia y progreso. Han sido muchas las personas que se han dirigido a nosotros o a la editorial Cincel con sugerencias, frases de afecto o contribuciones amplias. Pese al carácter provisional y todavía desigual, vacilante, de la obra, recibimos una entusiasta felicitación de nuestro antiguo profesor y maestro en la lingüística internacional, John Lyons, a la que se sumaron después las de muchos colegas y maestros, como Emilio Orozco, Francisco López Estrada, Francisco Ynduráin, Andrés Amorós, Rafael de Balbín, y tantos otros que no enumero para poder dar las gracias nominalmente a todos los que además de su felicitación (o sin ella) mandaron sugerencias y posibles adiciones. Encabeza esta lista, dándome con ello un nuevo motivo de gratitud, mi maestro Rafael Lapesa. Buena parte de las mejoras de esta edición obedecen a indicaciones suyas e incluso a correcciones de su puño y letra. También debo consignar aquí mi gratitud a don Fernando Lázaro Carreter, maestro y amigo, en generosa entrega de su tiempo y afecto. Me han enviado aportaciones sustanciales José Polo y Alvaro Porto; con datos de menor cuantía pero acogidos con idéntico agradecimiento han contribuido Fernando González Ollé, Manuel Ariza, J. J. Satorre, Pedro Carrero, J. Giner, J. Urrutia, M. A. Garrido, Jesús y Francisco Bustos, Ana Flores, Lidio Nieto, Vidal Alba y mis alumnos de las universidades de Madrid, que pacientemente han experimentado los cambios de criterio subyacentes a las transformaciones del libro.

Hemos procurado limar todo lo que pudiera prestarse a interpretaciones molestas (que nunca estuvieron en nuestro ánimo, si bien dar gusto a todos es difícil), por ello hemos eliminado páginas que trataban de ser comprensivas y resultaron conflictivas. Este es el momento también de pedir disculpas al profesor Bernard Pottier por cierto párrafo que se imprimió en el calor de una discusión mental extremada y nunca debió aparecer en letras de molde. La cortesía del profesor Pottier le hizo acoger amablemente nuestra obra. Se lo agradecemos con mayor motivo, así como aprovechamos el momento y extendemos nuestro agradecimiento al maestro de lexicólogos (él tal vez preferiría "lexílogos"), nuestro antiguo profesor Bernard Quemada, con el recuerdo de gratos momentos, más o menos léxicos, a ambos lados del Atlántico.

El retraso que sus muchas obligaciones imponen a la redacción de la *Sintaxis Histórica* de R. Lapesa nos ha hecho proceder con mayor libertad en la expresión de ideas o terminología que recibirá un tratamiento más completo en ese libro, cuya demora es una gran desgracia para la lingüística contemporánea.

El libro continúa su línea de acercamiento a la construcción de una gramática nocional, pancrónica y semantizada. Se apoya tal vez un poco más en la gramática generativa, para lo que nos ha resultado imprescindible e impagable la ayuda recibida de nuestros colegas del Centro de Cálculo de la Universidad de Madrid en nuestros trabajos de formalización del lenguaje natural. Ignacio del Campo, Isabel González y María Teresa Molina, así como la dirección del centro, bien merecen este agradecimiento público. También nos hemos beneficiado de la Gramática Generativa del Español, que prepara F. Lázaro.

Como complemento al mayor cientifismo (si podemos decirlo así) de esta segunda edición, hemos incluido un prólogo para profesores de Enseñanza General Básica. De este modo pretendemos insistir en que una cosa es lo que el profesor debe saber y otra lo que debe enseñar. Hay unas adecuaciones metodológicas imprescindibles. Hemos prestado mayor atención a este punto y, por ello, lo hemos incluido también en la bibliografía.

Y ... *cherchez la femme*. Una esposa y dos hijas que son capaces de soportar a un marido y padre en perpetua aproximación a la gramática española deben recibir algo más que las gracias en estas líneas.

Madrid-Linares, julio 1973.

PROLOGO PARA PROFESORES DE E.G.B.

ENSEÑANZA DE LA LENGUA Y ENSEÑANZA DE LA GRAMATICA

El mundo entero vive en nuestros días un auge de los estudios lingüísticos que sólo puede parangonarse al de las ciencias naturales en el pasado siglo. Por ello nos interesa, en esta etapa de crecimiento y desarrollo, establecer algunas premisas que nos sirvan para fijarnos una pauta como educadores y lingüistas. Somos técnicos que explicamos una asignatura cuya terminología y avances debemos dominar, pero somos también humanistas que transmitimos a las generaciones jóvenes el mejor instrumento para conocer la obra de las generaciones pasadas y preparar el camino a las venideras: la lengua. Lengua y gramática se unen así inextricablemente en nuestro quehacer cotidiano.

GRAMATICA TRADICIONAL E INNOVACIONES LINGÜISTICAS

Ante la avalancha de nuevas técnicas y estudios gramaticales, que siempre pretenden haber superado lo anterior, nos vamos a sentir hoy afectados por la conservación de los elementos gramaticales esenciales que nos legó el pasado. Trataremos de meditar acerca de la gramática tradicional y lo mucho de ella que sigue siendo válido, especialmente en la enseñanza elemental. Debemos eliminar de nuestras mentes un concepto de gramática tradicional que pudiera ser entendido de un modo anacrónico, vetusto y reaccionario. Para que no se nos pueda achacar semejante concepción precisaremos lo que se puede entender por gramática tradicional, según las distintas tendencias, para precisar a continuación qué entendemos nosotros por gramática tradicional y por qué gran parte de sus aportaciones siguen siendo válidas.

Para unos la gramática tradicional es una gramática intuitiva, acientífica, que confunde explicación, descripción y norma.

Otros creen que se trata de una gramática lógica, filosófica, que busca la correspondencia entre categorías de pensamiento y de expresión.

Para unos terceros sería una gramática que se aferra a los viejos métodos, que se define negativamente, por ser no-estructural.

Finalmente, un cuarto grupo comprende a los que creemos que la gramática tradicional atiende esencialmente a la lengua en sus relaciones con el pensamiento, no prescinde del significado en el análisis lingüístico, tiene en cuenta la normativa, busca sus ejemplos en la literatura y trata de mejorar la expresión oral y escrita de quien la estudia. Para quienes pensamos así, la gramática tradicional no es la gramática, pero es una parte de ella, un enfoque que se puede criticar por su falta de estructuración (no es taxonómica) y su falta de reglas de aplicación general entre la estructura lingüística subyacente en el pensamiento del que habla y la estructura superficial que se refleja en su expresión, en su actuación como hablante. Este enfoque, a pesar de ser criticable, permite un dominio de la expresión lingüística que coloca al niño en las mejores condiciones para el estudio de la gramática estructural y generativa, que habrá de iniciar más tarde y que sólo ha de emprenderse a fondo en la Universidad.

ADQUISICION DE CONOCIMIENTOS DE LENGUA Y GRAMATICA

Algunos de nuestros lectores se preguntarán: ¿qué debe aprender el niño en primer lugar? Parece obvio que lo primero es el conocimiento de la lengua, lo que llamaríamos el enriquecimiento de su competencia lingüística. Esta es tarea de la enseñanza elemental, que se logra en tres sentidos:

1. El niño aprende a leer. La afición que desarrolle por la lectura dependerá de lo que le hayan hecho leer sus maestros. No más *Quijotes* para niños de ocho años, a esa edad no se puede apreciar su riqueza, resérvese para el segundo ciclo o el Bachillerato Unificado Polivalente, donde una lectura dirigida llamará la atención del niño sobre el pensamiento de Cervantes y los conflictos latentes bajo la apariencia triunfalista del Imperio hispánico. El niño, por otro lado, ha de pronunciar bien lo que lee. Damos por supuesto que todos nuestros lectores saben que no se debe distinguir en la lectura la B de la V, que lo que se escribe *vaca* se lee igual que lo que se escribe *Baca*, que *vino* se lee *bino* y *Valencia* *balencia*. Tampoco se debe forzar al niño a una falsa pronunciación de la *zeta* castellana, o a una falsa distinción de *ll/y*, pero conviene que sepa cómo se leen esas letras y, desde luego, en las zonas en que se distinguen Z/S, LL/Y, la distinción debe mantenerse. Hay que corregir las acentuaciones viciosas, *páis*, *máistro*, *bilbáino*, y vigilar la declamación lenta, entonada, con pausas, que refleja la comprensión del texto.

II. El niño aprende a escribir. Ejercicios cortos en los que se le enseña a evitar la repetición de vocablos y nexos, de acuerdo siempre con su edad y vocabulario, se amplía éste y se le van enseñando construcciones gramaticales con criterio lingüístico y estético. Atención especial a la ortografía. Cada vez es más importante eliminar las faltas de ortografía. En el mundo actual, con sus ordenadores y demás mecanismos electrónicos que fallan si la información que reciben no es totalmente correcta, no se puede escribir con faltas. Si un ordenador recibe grafías erróneas como *expléndido*, *objección*, no sabrá "leer" esas palabras y no podrá interpretarlas, es como si una de sus instrucciones estuviera mal. La ortografía se exige hoy no por falsas cuestiones sociales, sino por imperativos de la tecnología. Imaginemos el desastre que puede causar un piloto de avión que, por dificultades de transmisión, tiene que deletrear un mensaje y, por su origen andaluz, canario o

hispanoamericano, deletrea V-E-O--C-A-S-A-S en lugar de V-E-O--C-A-Z-A-S, entre otros muchos ejemplos menos llamativos. Nuestra experiencia en las aulas universitarias nos ha proporcionado más de un caso de algunos reprobados por sus inadmisibles faltas de ortografía y ello en las Facultades de Letras.

III. El niño aprende unas rudimentarias nociones de gramática. Para ello debemos tener claro que la gramática no es una abstracción, y podemos dividirla en las partes que nos convengan para estudiar más cómodamente el lenguaje. En nuestro caso, en lugar de hablar de *Morfosintaxis*, término que utilizamos en otras circunstancias, parece preferible la división en *Morfología y Sintaxis*. Claro está que los límites no son claros y que en algunos momentos entraremos en el campo funcional al hablar de las formas: no importa. El niño ha de conocer la morfología de su lengua; de la sintaxis, en la enseñanza primaria, sobre todo hasta los diez u once años, le bastará con distinguir el sujeto y el predicado, sin entrar en los complementos de uno y otro. Lo importante es que conjugue, que no cometa errores con los verbos irregulares o con el género, que maneje los recursos formales de la lengua, con lo que ganará una base sólida que le será inapreciable en un futuro en el que tendrá que saber expresarse en su lengua y aprender y traducir otras, por gusto o necesidad. El maestro ha de luchar con la morfología dialectal: p. ej., eliminar ese *ustedes estáis* del andaluz oriental, o el arcaísmo del *vos tenés, vos querés*, que el insigne Andrés Bello desterró de parte de América, pero que no consiguió eliminar de grandes zonas hispanoamericanas, entre las que figuran algunas de las más cultas. En las extensas zonas del castellano que desconocen la forma *vosotros cantáis* se debe enseñar, no para usarla en la conversación, sino para reconocerla en los textos (literarios o no), y poder emplearla en la lengua escrita. Lo mismo sucede con *hubo cantado, contare y hubiere cantado*. Luchemos contra el empobrecimiento morfológico de nuestra lengua.

PUNTO FINAL

Con lo dicho anteriormente me parece que está bastante claro que no le faltará trabajo al profesor de enseñanza primaria, elemental o básica, y que los niños llegarán a la secundaria o media sin saber muchas estridencias gramaticales de última hora (que tampoco saben), mas sabiendo mucho más de su lengua de lo que saben ahora incluso al terminar el ciclo medio. Queda todo la enseñanza secundaria para enseñarles gramática, siempre a base de un criterio normativo que se irá haciendo más flexible en los cursos superiores y cuidando de no cercenar la creatividad. También se impone el máximo respeto a todas las teorías lingüísticas, como parte de nuestro patrimonio de hombres. En esos cursos superiores se les introducirá en las nuevas corrientes de la lingüística, pero siempre con la idea fundamental de que de los muchachos de la secundaria saldrán médicos, ingenieros, abogados, químicos, ... y sólo una exigua minoría de lingüistas, de futuros colegas nuestros. Terminemos de una vez con esas promociones de alumnos que han sido torturados por todas las terminologías existentes y sin embargo continúan empleando construcciones incorrectas como *se los dije* por *se lo dije (a ellos)* o *no me gusta de decirlo* por *no me gusta decirlo*.

La lengua es lo que diferencia al hombre del resto de los seres, pero no está para dominarnos, sino para que la dominemos nosotros. En el caso del castellano pensemos además en nuestra responsabilidad de conservar la unidad de una de las lenguas más extendidas y ricas de la tierra.

INTRODUCCION, JUSTIFICACION Y CAUSAS DE ESTE LIBRO

0.1. RENOVACION DE LA GRAMATICA

El propósito al redactar estas líneas es presentar nuestro concepto de la lengua española, e indicar las líneas metodológicas principales que habríamos de seguir para explicar esta materia.

Durante mucho tiempo la escuela lingüística española ha trabajado en una línea que resulta bien definida *a posteriori*, pero que no obedece a una problemática científico-metodológica previa. En efecto, cuando a finales del pasado siglo Centroeuropa (y tras ella Francia e Italia) organiza el método de la descripción lingüística positivista no se hace nada comparable en España. La tradición gramatical española se limita a glosar la magnífica *Gramática* de Andrés Bello y se suceden así las ediciones de ésta, con comentarios de Robles Dégano o de Niceto Alcalá Zamora, ya en nuestro siglo XX.

Lo mismo puede decirse del momento en que la lingüística basada en el positivismo filosófico deja de ser histórica, y con Ferdinand de Saussure, como es bien sabido, se crea la moderna ciencia lingüística.

España permanece durante mucho tiempo al margen de estas corrientes y quizá esta situación falsamente autosuficiente continuaría de no ser por la figura de don Ramón Menéndez Pidal. La moderna escuela lingüística española arranca de don Ramón, se enraíza con la obra lingüística historicista gracias a él, se hace europea con Américo Castro, estructural con E. Alarcos y ampliamente panocrónica en la obra de R. Lapesa.

Todo lo anterior es, evidentemente, un resumen demasiado simple. Con ello no tratamos de decir lo que fue en realidad el movimiento renovador de nuestra lingüística, sino sólo los aspectos que influyen en este libro.

Nos proponemos una finalidad esencialmente teórica y tenemos contra nosotros la rareza de este enfoque en la vida de la ciencia lingüística española. Nuestro pensamiento arranca de Bello y von Humboldt, interpreta al segundo en la obra de Menéndez Pidal, entronca esta línea con la de Bello en la obra de Rafael Lapesa, y es claramente deudor de la corriente gramatical de N. Chomsky. Como esto último puede parecer extraño, especialmente dentro del contexto español, señalaremos que lo que nos interesa de Chomsky es su pensamiento nocional, más que la gramática generativa, que es sólo parte de este intento de hacer una gramática nocional con base científica deductiva, no inductiva. Y no está de más repetir aquí con Hockett que cuando en una gramática o, mejor, en la comprobación de una gramática, nos encontramos que un hecho lingüístico no concuerda con una regla gramatical, es la regla lo que está mal, no la realidad lingüística. La lingüística formal ha cometido a menudo el pecado de forzar la realidad para que coincida con las reglas, por ello no es superflua la sentencia anterior.

En estas páginas trataremos de hacer una introducción a una gramática nocional y semantizada. (Preferimos "semantizada" a "sinsemántica", que se presta a confusión con "sin semántica".)

La construcción de una gramática nocional se enfrenta, en primer lugar, con el prejuicio de quienes abjurán de la llamada "gramática tradicional". Es evidente que no se puede hacer hoy día gramática lógica, como Robles Dégano, pero si se puede hacer gramática nocional, como Bello. La gramática tradicional española presenta

dos obras que por sí solas justificarían el valor de este método: la de Francisco Sánchez de las Brozas y la de Andrés Bello. La primera, a pesar de ser una gramática latina, resulta muy estimable por las abundantes referencias al castellano, con su originalísimo enfoque y el aprovechamiento de los criterios de la gramática árabe. Se trata, por ello, de una obra ampliamente comprensiva, integradora incluso.

Creemos innecesario hablar de la gramática de Bello, pero en esta corriente hay que señalar dos obras muy distintas, ambas fundamentales. La primera es *La enseñanza del español en España*, de Américo Castro, y la segunda la *Gramática Castellana*, de Amado Alonso y Pedro Henríquez Ureña.

Nos interesa especialmente la primera por tratarse del planteamiento teórico más completo de la enseñanza de la lengua y literatura españolas: es un libro que sirve de base a la concepción pedagógica que todo estudio comporta. El segundo es la plasmación de estos conceptos pedagógicos aplicados a la gramática nocional de Bello. Estos dos libritos de A. Alonso y P. Henríquez Ureña, son, hasta ahora, la cima de la lingüística descriptiva del español, habida cuenta de las limitaciones de su planteamiento, público al que se dirigen, etc.; son mucho menos "tradicionales" que el, por otra parte magnífico. *Curso Superior de Sintaxis Española* de nuestro admirado don Samuel Gili y Gaya, y mucho más claros y concisos que la un tanto vaga *Introducción a la Gramática*, de J. Roca Pons. Estos dos libritos son la mejor muestra de gramática descriptiva del español que tenemos.

Por todo ello resulta evidente la necesidad de construir una nueva gramática del español, que no se "invente" la lengua, que refleje el valor humano del lenguaje, y no sólo sus lados formal y estético, y que al mismo tiempo sea científica. Y de ahí que podamos afirmar con Chomsky (*El Lenguaje y el Entendimiento*, pp. 34-35): "llevando la teoría de Port Royal [hija de la escuela gramatical del Renacimiento español] a sus conclusiones lógicas: por lo tanto, la gramática de una lengua debe contener el sistema de las reglas que caracterizan las estructuras profundas y superficiales y la relación transformacional entre las mismas, y eso -si dicha gramática tiene que acomodar el aspecto creador del uso del lenguaje- a todo lo largo de su infinita extensión de estructuras profundas y superficiales emparejadas una a otra. Para usar la terminología empleada por Wilhelm von Humboldt en la década de 1830, el hablante hace un uso infinito de medios finitos. Su gramática debe, por consiguiente, contener un sistema de reglas finito que genera una pluralidad infinita de estructuras profundas y superficiales, adecuadamente relacionadas entre sí. Debe contener también determinadas reglas que establezcan la relación entre esas estructuras abstractas y ciertas representaciones del sonido y el sentido, representaciones que es de presumir que están constituidas por elementos pertenecientes a la fonética universal y a la semántica universal, respectivamente."

De esta cita podemos concluir que gracias a Chomsky la lingüística americana sale de su aislamiento y se plantea el problema humanístico, i. e. semántico del lenguaje. Por ello puede afirmar después (*op. cit.*, p. 54):

"Si nuestro punto de vista es correcto en términos generales, podemos, entonces, decir que una persona que sabe una lengua específica dispone de una gramática que *genera* (esto es, caracteriza) el conjunto infinito de las posibles estructuras profundas, traspone estas últimas en las estructuras superficiales asociadas con ellas y determina la interpretación semántica y la interpretación fonética propias, respectivamente, de cada uno de esos objetos abstractos".

La conclusión de nuestro autor (p. 55) es que "una gramática del tipo descrito definirá, por consiguiente, determinada correlación infinita entre el sonido y el sentido".

Más adelante, cuando nos ocupemos de *lengua* y *habla*, hablaremos del enfoque chomskiano de esta dicotomía, en su versión "competence" y "performance". De momento señalaremos que para Chomsky la gramática generativa es la que cumple mejor, por el momento, ya que está en experimentación, el ideal de la gramática (ibid. 142): "Si aceptamos la validez en términos generales de las conclusiones que hoy día parecen sostenibles, es razonable suponer que una gramática generativa es un sistema constituido por varios centenares de reglas de varios tipos diferentes, organizados de acuerdo con determinados principios fijos de ordenación y aplicabilidad, sistema del que forma parte determinada subestructura fija que, lo mismo que los principios generales de organización, es común a todas las lenguas. No hay nada en ese sistema que sea "natural" *a priori*, del mismo modo que no hay nada semejante en la estructura detallada de ningún órgano animal."

De las citas anteriores aprovecharemos una serie de hallazgos para nuestra concepción de la lengua.

En primer lugar nos interesa, por su importante trascendencia humana, la afirmación de la identidad básica del pensamiento en el hombre, que favorece la construcción de una gramática universal, a la que llegaremos cuando estén bien construidas las gramáticas de las lenguas particulares.

A continuación destacaremos que la gramática establece la relación entre lo que es individual, lo que realiza cada individuo, a lo que llamaremos *realización* (ing. *performance*) y lo que es común, la estructura profunda, que se individualiza en la *competencia* lingüística (ing. *competence*) de cada individuo. Se supera así la antinomia entre lengua y habla de De Saussure, y se hace innecesaria la tripartición de sistema-norma-habla de Coseriu³⁷.

³⁷ La historia de la humanidad ha sido posible gracias a que el hombre ha dispuesto de un medio de comunicación. Este medio es el *lenguaje*. Hablamos así de lenguaje teniendo en cuenta las circunstancias históricas, culturales y, en general, todo lo que se relaciona con las ciencias sociales, las letras y las artes. El lenguaje es un fenómeno social.

Cuando penetramos en el estudio del lenguaje tenemos que limitarnos a su estructura y a su manifestación. Es decir, a cómo está organizado y a cómo se nos presenta en la realidad.

La base del fenómeno social del lenguaje en cada una de las sociedades está en una estructura de fondo que llamamos *lengua* -irrealizable en sí misma-, pero que se realiza en el *habla*. La *lengua* es un sistema de signos, un esquema, una estructura, que no tiene la posibilidad de ser estudiada sino en su abstracción, o bien en su reflejo, en el *habla*. La lengua es concreta, pero irrealizable en sí misma y, por ello, es, en sí misma, inanalizable empíricamente. Está situada en una comunidad, que se apoya en ella para organizar su vida social. La estructura lingüística se halla, pues, al servicio del hombre.

El habla es lo que del sistema, de la lengua, realiza cada hablante individual y concreto. El habla tiene sólo una realidad empírica y es posible estudiarla en cada hablante. Los hablantes no llegan nunca a abarcar la lengua, pero el habla sólo se realiza en la medida en que cada hablante es capaz de concretar las posibilidades de la lengua en un aquí y un ahora.

Para conciliar los conceptos de lengua y habla, situados en los extremos distintos del fenómeno lingüístico, recurrimos a la *norma*. La norma es lo que del sistema, de la lengua (tal como la entendemos aquí, es decir, que incluye al habla) por tanto, es común a todos los hablantes. Se une así en la norma lo abstracto de la lengua y lo concreto del habla. La norma es como una moneda de dos caras -una el sistema, otra el habla- que, sin embargo, no presenta completa ninguna de las dos. Para Coseriu la *lengua* es un concepto histórico.

Después de Chomsky un corte ideal de la lengua daría:

Estructura profunda (similar a la *lengua* de De Saussure, pero centrada en las reglas).

competencia de cada individuo (lo que cada individuo conoce de la lengua).

realización individual (similar al *acto de habla*, más que al habla.)

Estructura de superficie (intermedia entre *norma* y *habla*, ya que se analiza como general, pero es resultado de la realización individual).

Esto es un avance de lo que diremos en 1.1.1.

Nuestra concepción de la lengua no se ajusta tampoco plenamente a la descripción de Chomsky. Más adelante esperamos poder mostrar que el método transformacional tampoco es completo y que es necesario sustituirlo por lo que llamaremos desde ahora el método plurisistemático, cuyas características principales son las de ser nocional, semantizado y pancrónico.

Puesto que nuestras concepciones parecen en principio muy diversas de las que hoy se estilan (luego se verá que no hay tanta originalidad, sino sólo un planteamiento teórico consciente de lo que la escuela lingüística española lleva mucho tiempo haciendo inconscientemente) queda perfectamente justificada la necesidad de esta *aproximación*, para que por medio de ella podamos sentar nuestros postulados científicos y afirmar nuestro derecho a que se nos deje adiestrar a nuestros alumnos en este método para que en el futuro podamos disponer de una cantidad de estudios gramaticales comparable a la de otras naciones.

0.1.1 La aproximación a la nueva gramática

Es evidente que la construcción de una gramática como la que tratamos de hacer está todavía lejos. Son necesarios una serie de estudios previos y parciales, por eso hemos titulado el presente libro *aproximación*.

El maestro y el profesor de lengua se encuentran un tanto aturridos ante la avalancha de escuelas, terminologías y desacuerdos que por desgracia existen en el mundo lingüístico. Se ven sometidos, por otra parte, a unos programas cargados de tradicionalidad gramatical, y en muchas ocasiones preparan a sus alumnos pensando más en el tribunal calificador que en el conocimiento de la asignatura.

La única solución que se puede dar a este estado de cosas es tratar de exponer los principales temas gramaticales de un modo que compagine el carácter

Puesto que de las tres posibilidades, lengua, norma y habla, sólo el habla es inmediatamente asequible, tenemos que partir justamente del habla, que es lo que podemos experimentar, para llegar a la norma y aspirar a conocer la lengua.

La gramática que intenta estudiar los fenómenos lingüísticos experimentales es la *gramática descriptiva*. La *gramática normativa* selecciona una norma y la impone a los hablantes, como hacen las gramáticas académicas; de la lengua se ocupan los distintos tipos de gramáticas estructurales y funcionales. Estas gramáticas tratan, digámoslo de modo muy esquemático, de establecer los rasgos fundamentales del sistema, lo que podríamos considerar el esqueleto de éste. Por ello no parten del habla de la realidad, sino de la lengua, de la abstracción. Podemos establecer como característica básica de las estructurales su orientación paradigmática: tratan de establecer los esquemas más simples de la gramática o sistema lingüístico. Las funcionales, en cambio, tienen una orientación sintagmática; les interesa sobre todo la relación que se establece entre los elementos del sintagma: la *función* de estos elementos.

científico e independiente de la ciencia del lenguaje con lo aprovechable de la gramática tradicional, que es mucho, en nuestra opinión. Por ello hemos señalado la deuda que tenemos con Andrés Bello, si bien es verdad que hemos negado implícitamente la relación de la gramática con la lógica, tal como lo entendía Robles Dégano.

Para considerar el problema con la mayor objetividad es necesario que el profesor se plantee el problema de los estudiantes y de los distintos tipos de análisis lingüístico.

0.1.2 Método. La asignatura de "Lengua Española" y los estudiantes

Antes de tratar de lo que entendemos por lengua en general y por lengua española en particular, vamos a ocuparnos de la manera de explicar esta asignatura y de cómo situarla entre las restantes materias de un programa.

Con la nueva ley de educación los estudios de lengua española pasan a tener un papel fundamental. En este sentido el momento es favorable a nuestra materia y es justo que obtengamos todas las ventajas de ello. Sin embargo, es necesario considerar también cómo se plantea la relación con los alumnos.

Al ser la lengua española materia obligatoria nos e puede exigir de los alumnos la misma colaboración que tanto se agradece cuando se explica una materia optativa. De los muchos alumnos que cursan lengua en los primeros cursos de la licenciatura, sólo una minoría se especializará en estudios lingüísticos. Se trata, por lo tanto, de la única oportunidad que tendrán muchos de ellos de adquirir un conocimiento científico de la lengua.

El método pancrónico obvia gran parte de las dificultades que se plantean al elegir entre un estudio sincrónico o diacrónico de los fenómenos lingüísticos. Creemos que el alumno debe adquirir una visión global del lenguaje, tanto en sincronía como en diacronía.

Al mismo tiempo nuestra asignatura en la Universidad debe ser una iniciación a los estudios filológicos, pensando especialmente en los futuros graduados en Historia, que luego habrán de enfrentarse con documentos del español antiguo o clásico y que deberán saber entonces algo de la cedilla y no leer como *f* la *s* alta.

Si los conocimientos de la lengua española han de ser útiles a todos los estudiantes deberán abarcar una serie de campos, además del puramente lingüístico, en la que sean de utilidad a todos ellos.

0.1.3 Análisis morfosintáctico y análisis lingüístico

En el párrafo anterior nos hemos referido más a todo lo que rodea el núcleo de la asignatura que a ese mismo núcleo. En este párrafo trataremos de referirnos a los problemas precisos de la propia enseñanza de la lengua.

Creemos que el núcleo de nuestra asignatura está en la morfosintaxis, completada con el estudio de la significación gramatical. Por ahora el estudio de la semántica española está en sus comienzos y hay pocas soluciones claras de los muchos problemas planteados.

Ya insistiremos en la concepción global, pancrónica y nocional de la asignatura; no vamos a detenernos ahora en ello. En estas líneas indicaremos simplemente los dos niveles de análisis posibles sobre un texto hasta lograr una comprensión lo más completa posible.

El alumno debe iniciarse en el análisis morfosintáctico; en este tipo de análisis entendemos que debe separar cada una de las proposiciones, analizar los elementos de ellas con criterios morfológicos, y relacionar todos estos elementos, y después las oraciones y preposiciones a que pertenecen. En términos generativos diríamos un análisis de proposiciones y de constitutivos auxiliares.

De este tipo de análisis puede partir el estudio de lo que seguiremos llamando partes de la oración, y de una elemental sintaxis asemántica que sólo explicará la división en sintagma nominal, sintagma verbal, núcleo, complemento, coordinación y subordinación, sin especificar en los complementos cuáles son los tipos que aparecen, o qué tipo de oraciones y proposiciones hay en el texto. Como base teórica se puede muy bien partir de la división de Jespersen³⁸ en junción y nexos y de la teoría de los tres rangos.

De este modo hemos armado un esqueleto en torno al cual podemos ir construyendo el resto del análisis. Entonces podremos hablar propiamente de un análisis lingüístico, para que el que tendremos en cuenta los siguientes aspectos:

En primer lugar, después del entramado proporcionado por el análisis morfosintáctico básico, podemos someter el texto a un análisis morfológico y fonológico. En textos poéticos puede ser de interés incluso un análisis fonético, para estudiar las posibilidades expresivas.

De este modo determinaremos todas las posibilidades de la expresión (forma y sustancia) antes de pasar al contenido.

Al análisis morfosintáctico, que nos habrá dado la forma del contenido, tendremos que sumar un análisis de la sustancia del contenido. A esta faceta final del análisis lingüístico podemos llamarla apropiadamente análisis semántico.

Para este análisis semántico tenemos que partir del contexto, de la comunicación, de la señal, no del signo.

Para ello podemos establecer una serie de centros de interés (o un solo centro de interés, en algunos casos), en torno a los cuales gira el texto. La mejor manera de hacer esto prescindiendo de la intuición y otras cosas que pueden falsear los resultados es a base de un previo estudio lexicográfico del texto, con agrupación posterior por campos ideológicos. Si los diccionarios de frecuencias estuviesen bien hechos serían utilísimos en esta parte del comentario, pero son todavía muy incompletos, desvían los resultados de la realidad del lenguaje, y sólo pueden servir de comprobante, en el sentido de que si los resultados del análisis lexicográfico

³⁸ Los libros fundamentales del gran lingüista danés son *Language, its nature, development and origin*, Londres (Allen & Unwin), 12ª ed, 1964, y *The Philosophy of Grammar*, Londres (Allen & Unwin), 1924. Una clara exposición en castellano de las doctrinas de Jespersen se encuentra en el trabajo publicado por Emiliano C. M. F. Alvarado en *Thesaurus* (Boletín del Instituto Caro y Cuervo de Bogotá), XI, 1955-56, pp. 93-123.

Para Jespersen una combinación del tipo *un perro muy ladrador* se llama *junción*. Los elementos de ésta se escalonan en tres rangos: el término primario es *un perro*, lo modifica *ladrador*, término secundario en la *junción* o *adjunto*, modificado a su vez por *muy*, término terciario en la *junción* o *subjunto*. Si hubiera más modificadores en un rango inferior se llamarían *sub-subjuntos*, etc. Una combinación del tipo *el perro ladra furiosamente* se llama *nexo*. Sus elementos también se escalonan en tres rangos: el término primario es *el perro*, el secundario o adnexo *ladra*, y el terciario o subnexo *furiosamente*, los de rango inferior serían sub-subnexos, etc.

Notemos que el sustantivo es el término primario en la *junción* y en el *nexo*. Además, Jespersen añade (*Philosophy*, 97): "Conviene advertir que *el perro* es primario no sólo cuando es sujeto, como en *el perro ladra*, sino también cuando es objeto de un verbo como en *veo el perro*, o de una preposición, como en *corre tras el perro*."

J. Polo me remite a A. Rabanales, *BFUCH*, XVIII, 1966, 235-76 y XX, 1968, 281-312.

coinciden con el índice de frecuencias, tanto mejor, pero si no coinciden el índice no tiene, de momento, validez para negarlo. El estudio de frecuencias tiene valor en los casos de sinonimia. Si en un texto encontramos una vez la palabra *jardín* y cuatro veces *vergel*, no deberemos decir que el núcleo es *vergel*, sino *jardín*, puesto que *jardín* es la palabra más usual, y por ello la no-marcada. La aparición de *vergel*, en más ocasiones nos indicará que se trata de un lenguaje culto, posiblemente poético, etc..., pero no nos llevará a desviar el núcleo hacia ella.

El comentario lingüístico no sabe ir más allá, no tiene por qué salirse del texto oral o escrito al que se refiere. El compendio final señalará la relación existente entre el conjunto de fenómenos textuales y la estructura profunda, en la medida en que esa estructura profunda haya sido estudiada. Cualquier otro tipo de análisis sería estilístico, o filológico, si se relacionara con la Literatura o con la Historia de la Lengua, y a través de ella con la de la Cultura, como ahora veremos.

0.2 LINGÜÍSTICA Y ESTILÍSTICA

A partir del análisis lingüístico que habríamos realizado como queda dicho podríamos dar un paso más y señalar una serie de fenómenos expresivos para los que la lengua dispone de determinados procedimientos. Habríamos pasado a hacer un comentario del texto y estaríamos en el dominio de la Estilística. En esta ciencia nos ocupamos del estilo, entendido como lo que individualiza a un ente literario. La Estilística puede dirigirse hacia un doble objetivo: la estilística que se ocupa de los medios expresivos del sistema, única que admite la escuela de Ginebra, y que nosotros llamaremos, según el uso, estilística de la lengua, y la descripción de un texto para destacar sus rasgos individualizadores o estilística del habla, tipo de estilística hecho generalmente por la escuela española. Hasta ahora la estilística del habla tenía que partir de la intuición, si bien es verdad que esa intuición quedaba comprobada en el curso del análisis. Creemos que con un análisis lingüístico completo del tipo que hemos señalado antes, la intuición no es necesaria para empezar el análisis. Esto no quiere decir que despreciemos la intuición. La intuición es la marca del genio, la que permite adelantarse a la comprobación minuciosa y al estudio de los aburridos detalles que la confirman. En manos del hombre común la intuición no debe nunca sustituir al método, si no queremos que se produzcan errores.

No se puede trazar una divisoria fija entre el análisis lingüístico y el estilístico, puesto que el segundo aprovecha los datos suministrados por el primero; de lo que no cabe duda es de que se trata de disciplinas distintas y que el análisis estilístico no incumbe directamente al profesor de Lengua Española, aunque se puede aprovechar en algún momento para llevar una nota de interés a la clase mostrando hasta dónde puede conducir la profundización en la materia que se estudia.

Además la estilística tiene su aplicación fundamental en el campo de la literatura, mientras que la lingüística es ciencia por sí misma y no es auxiliar de ninguna otra en principio (si bien puede ser considerada auxiliar de la matemática, la medicina u otras ciencias en aspectos concretos, como es natural).

En los análisis de estilo, y no necesariamente literario, podemos obtener muestras interesantes para el estudio de competencia y realización en un individuo determinado, y también para el estudio de grupos sociales según su lengua, o sus realizaciones lingüísticas.

La dificultad de separar la morfosintaxis de la estilística, incluso, puede presentarse con mayor claridad en algunas cuestiones morfológicas concretas,

como ha demostrado Amado Alonso en el caso de los diminutivos, aumentativos, etc., que responden más a la afectividad del lenguaje que a una estructuración formal de los conceptos de dimensión o tamaño.

0.3 LINGÜÍSTICA E HISTORIA DE LA LENGUA

A partir del análisis lingüístico, al que podemos añadir los datos que el estilístico nos proporciona, podemos avanzar hasta situar el texto que estudiamos en un determinado período de la Historia de la Lengua, incluso dentro de una determinada escuela literaria y a veces hasta de un autor, si lo que nos interesa es el estilo individual, o bien en una determinada región y clase social, si lo que nos interesa es el dialectal o sociológico en general.

La Historia de la Lengua nos ofrece una visión completa de la misma, a través de cortes sincrónicos relacionados con las evoluciones que van de una etapa a otra. En este sentido es la ciencia pancrónica por excelencia, puesto que a la vez describe una situación y detalla una evolución, se basa en la lingüística sincrónica tanto como en la diacrónica y no se preocupa sólo del lenguaje en el momento actual, sino en cada uno de los momentos importantes de su historia.

Para hacer esto la Historia de la Lengua tiene que reconocer el plurisistematismo del lenguaje, pues es la única ciencia lingüística que trata todos los sistemas que han pertenecido a una lengua. La Gramática Histórica cumple también este cometido, pero lo hace parcialmente, pues su fin es la evolución en sí; la única sincronía que le preocupa es la de la lengua actual; de todo lo anterior sólo le interesa la historia.

Para nosotros es evidente, y todos nuestros postulados conducen a ello, que la Historia de la Lengua es la parcela más completa de la lingüística.

Por esta razón no creemos que sea posible dejar pasar el curso de lengua en niveles superiores sin que los estudiantes conozcan los rasgos principales de la historia del español.

Por medio de un análisis histórico de una serie de textos determinados pueden aplicar sus conocimientos sobre la parte central de la asignatura, que es la lengua en su estado actual, último tercio del siglo XX.

Incluso pueden adquirir una cierta técnica mediante la clasificación de textos sencillos de distintas épocas, que les será muy útil en cualquier estudio posterior.

No debemos olvidar nuestra condición de humanistas, y veremos constantemente en estas páginas que la clave del humanismo está en la lengua.

Los últimos tiempos han presenciado una corriente de estudios dirigidos a la lengua hablada, con olvido de la escrita, cuando no han sido estudios dirigidos a la estructura, como si se pudiera llegar a la lengua sin pasar por el habla, a la estructura profunda sin analizar antes la de superficie.

Parece ser que la concepción de nuestra ciencia ha cambiado una vez más, y que cada vez miramos con mayor recelo los estudios que no se apoyan sobre la realidad del habla. Claro está que sin el impulso que nos han dado las tesis formales acerca del lenguaje estaríamos todavía en una gramática falsamente lógica, y tampoco encontraríamos en ella la solución a los problemas que nos plantean los fenómenos lingüísticos.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1974[2]	Martin Alonso	Gramatica del español contemporaneo (2 ed)

A TODOS LOS HISPANOHABLANTES DE MÁS DE VEINTIDÓS NACIONES, *alumnos universitarios y a todos los amantes de nuestro idioma moderno, en el que escribieron páginas magistrales Unamuno, Azorín y Ortega y Gasset; Ricardo Palma, Rodó, Larreta y Jorge Luis Borges; Bécquer, Antonio Machado y García Lorca; Rubén Darío, Juana de Ibarbourou y Gabriela Mistral, cordialmente*

MARTÍN ALONSO.

P R E A M B U L O

SUMARIO: 1. Gramática inquietante de problemas y soluciones prácticas.-2. «El Brocense» y Bello insignes renovadores de nuestra gramática.-3. Hemos procurado huir de la «venerable rutina».-4. Antiguas y nuevas matizaciones.-5. Siempre es verde la otra orilla.-6. ¿Para qué hace falta la Gramática?.-7. Estructura de la Gramática para el hombre de hoy.

1. Gramática inquietante de problemas y soluciones prácticas

PRETENDEMOS *ofrecer al estudioso de nuestro lenguaje de hoy una GRAMÁTICA conforme al mejor uso del que pretende hablar o escribir en un español correcto y moderno. Gramática normativa, que va derechamente a las cosas, inquietante de problemas y soluciones prácticas.*

Para esto es imprescindible internarse en el lenguaje viviente del habla de cada día, en el análisis y gimnasia de nuestros modos expresivos. Hay quien no se da cuenta de que estudiamos un idioma concreto -el español-, no un habla general, pura y apriorística, informe y desconectada de la comunidad hablante.

Desde esta posición objetiva, podemos decir, con todos los respetos a los sistemas y conquistas de la lingüística actual: Estamos hartos de diacronías y sincronías, significados y significantes, y tememos que se nos indigesten las distinciones, a veces prácticas, a veces bizantinas, entre lengua y lenguaje «la parole» y «la langue», de ilustres lingüistas que cumplieron su misión de crítica histórica, pero no internaron en los paramentos discutibles de cada idioma.

Los discípulos de estos hombres ilustres han ahuecado la boca y nos han llenado inutilmente la cabeza con todos esos vocablos enigmáticos, de cosecha lenta, mejor diríamos, de cosecha no esperada por lejana, ineficaz e incapacitada para la vitalidad del manejo idiomático. En resumidas cuentas, sistematizan conceptos, pero no resuelven cuestiones inaplazables.

Puede compararse esto, de alguna manera, con una labor de «tricot» destinada a cubrir la estatua del Coloso de Rodas. Y, amigos míos, resulta que se mueren las generaciones sin haber hecho más que la bocamanga, perfecta de confección, indiscutible en destreza y textura; pero el Coloso sigue padeciendo el frío de la intemperie. Ningún hambriento admite plazos. Se necesita para nuestro idioma, un alimento de urgencia, algo así como el pan nuestro de cada día para el lenguaje. Todas esas disquisiciones sincrónicas y diacrónicas son la bocamanga de nuestro idioma.

A muchos de estos discípulos teorizantes les falta la base de las lenguas clásicas y quieren encubrir su insuficiencia para el ejercicio sintáctico y la expresividad dialogada con terminologías exóticas deducidas del alemán o del

inglés, muchas veces mal aplicadas, que ni aportan nuevos datos, ni revisan, con nuevos criterios, lo ya anticuado o en desuso. Nos quieren dar un sucedáneo de Sintaxis o de Métrica. Y, lo sabeos muy bien, el lenguaje vivo y fehaciente, las formas actualizadas del escritor y del hablante no admiten sucedáneos. Queremos una Gramática gramática, sin adulteraciones, como el que pide para su desayuno, café café.

2. «El Brocense» y Bello insignes renovadores de nuestra Gramática

Nebrija fue el primer innovador de los estudios humanísticos en España, en su lucha contra la barbarie. Sus Introducciones declaradas de texto en la Universidad de Salamanca, extienden su vigencia doctrinal a toda la Península y más allá de las fronteras. Como lingüista, Nebrija poseía, en algo grado, clarividencia y observación; pero su Gramática de 1492, resulta, para el hombre de hoy, una venerable pieza de museo, como esos coches protohistóricos -el Daimler de 1886- al lado de un modernísimo Rolls-Royce inglés, al Mercedes alemán o a los Chrysler, Packard y Cadillac norteamericanos.

Las obras de Francisco Sánchez de las Brozas («El Brocense») del siglo XVI y la Gramática de Andrés Bello del XIX, conservan todavía su pensamiento fresco y válido, con esa vivencia y modernidad de instrumento eficiente para la consulta hodierna.

Son las dos figuras cumbres de nuestros estudios gramaticales. La Academia no ha traído a nuestro idioma aires renovadores con su Gramática. Su obra insuperable fue el gran Diccionario de Autoridades de 1726. No supo dar a las letras españolas una Gramática densa y práctica, sino un pequeño texto escolar antifilosófico e impracticable.

Acaso Juan Valdés, con el Diálogo de la Lengua, con su prosa flexible, discreta y elegante, sea el padre de la filología castellana; pero el primer gramático del renacimiento español es nuestro Brocense. Quiso imponer en el campo del lenguaje, un sistema racional. Su Minerva fue la primera gramática general que vio Europa. Frente a la opinión muy en boga en su tiempo de considerar la gramática como un conjunto de categorías morfológicas, reacciona firmemente y establece, con su criterio muy de hoy, como objeto de estudio, no las palabras aisladas, sino más bien la función de la frase. Su punto de vista coincide con los modernos tratadistas del lenguaje. He aquí un humanista que se adelanta en tres siglos a su época. En las categorías gramaticales rechaza las interjecciones, porque son únicamente signos de tristeza o alegría comunes a veces con los animales. No forman propiamente frases. Tampoco pertenecen a las llamadas «partes del discurso» los pronombres, porque no se diferencian, tanto lógica como morfológicamente de los nombres. Los participios caen dentro de la categoría nominal. Quedan pues, tres divisiones de la frase: nombre, verbos y partículas (subdivididas en preposiciones, adverbios y conjunciones). Los géneros son dos, masculino y femenino. El adjetivo se caracteriza por ser capaz de recibir la comparación, en oposición al sustantivo, que no la admite. Es original la clasificación de los modos verbales, y el participio lo considera como un adjetivo verbal.

En la parte funcional de la sintaxis rechaza el concepto de persona en los nombres y niega la existencia de los verbos impersonales, ya que siempre existe un sujeto sobreentendido. No admite más que verbos activos y pasivos. El infinitivo desempeña todos los casos del nombre y niega el valor del infinitivo histórico. Entiende por «impersonales» los infinitivos.

Nadie en su época puede compararse con él en originalidad y en la visión de los problemas del lenguaje. Sus ideas nuevas sobre las partículas no han sido mejoradas con el tiempo. Su afán logicista le hace caer en una serie de aberraciones, que los lingüistas latinos rechazan por improcedentes.

Sentía gran enojo por el latín bárbaro que se hablaba en las aulas de Filosofía. Esta fue la causa principal de sus persecuciones y desdichas. En su ambiente universitario tuve que aguantar la «conjuración del silencio» y esa ignominiosa condición, de la que ya Quevedo se quejaba, tan inveterada e iconoclasta, llamada envidia española, que un catedrático amigo denominó gráficamente la envidia blanca, la que no te nombra, la que no te conoce. Algunos contemporáneos no le perdonaron el que supiera más y trabajara mucho. La posteridad ha venido a resucitarle de sus cenizas gloriosas.

La Gramática de Bello *El siglo XIX, centuria romántica, en que se cuaja el sentimiento de la libertad para la obra de arte, registra el paso del dogmatismo al relativismo.*

En la ciencia del lenguaje dos nombres ilustres iluminan los estudios gramaticales: Vicente Salvá y Andrés Bello. El primero dio a conocer su obra en 1830, sometida a los mejores filólogos y escritores de su tiempo, de donde va extrayendo los preceptos.

Pero la figura señera de este siglo, en el progreso gramatical, polígrafo y magnífico educador fue Andrés Bello, que por su fecunda cultura honra a toda Hispanoamérica y a cuantos nos expresamos en la lengua de Cervantes.

El sistema de valores de nuestra conjugación es lo que Bello estudió más a fondo y lo que le produjo mayor satisfacción por sus excelentes hallazgos. Resolvió, de un modo convincente, lo que insignes pensadores europeos no consiguieron en varias generaciones.

En 1840 la tradición era excesivamente racionalista. Bello rechaza de plano la estructuración de la Gramática general. No le ofrecían crédito suficiente los sistemas universales de significación frente a los problemas de cada idioma.

Para su trabajo consciente y renovador se impuso las mayores exigencias. Así logró la abundancia de material y la descripción empírica de los valores gramaticales. Esto suponía un estudio ininterrumpido, sistemático e histórico del lenguaje. No se propone hacer una Gramática especulativa, sino un instrumento normativo «para americanos» y de educación en lengua materna. Al decir «teoría» no tiene ninguna conexión con las especulaciones metafísicas. Para Bello GRAMÁTICA es la manera de hablar bien forme al uso general de la gente educada. Las formas de hablar son correctas si las patrocina la costumbre uniforme de las personas cultas.

Andrés Bello criticó la fenomenología de Husserl desde su base: el pensamiento lógico y el idiomático proceden por cauces distintos. El pensamiento idiomático es más bien histórico, plasmado en las formas peculiares de cada idioma.

Edmund Husserl planificó su Gramática fenomenológica conforme a las ideas de Humbolt; pero su Gramática apenas tiene de gramática más que el título. El mismo confiesa que es «pura y apriorística». Nosotros la denominaríamos «antigramática».

Los conceptos lógicos gramaticales los sintetiza Bello en sujeto, atributo (predicado), sustantivo, verbo, adjetivo y adverbio. Partamos del supuesto de que cada lengua conoce su teoría particular y su gramática. La terminología verbal de Bello declara a su vez, ordena y circunscribe la valoración temporal.

Los escolásticos concebían el tiempo como un *fluir del futuro (valor de potencialidad) hacia el presente (valor de actualidad)*. Decimos vulgarmente: se echa encima el tiempo; se me hacen las horas siglos; eso marcha como un reloj; mañana será otro día. ¡Qué lluvioso viene Abril!

Es decir, nuestra conciencia del tiempo que pasa, no es de un punto, ni de una intersección de planos. Es más bien la conciencia de una extensión en la línea durativa de las cosas. Entre he cantado y canté hay una diferencia objetiva de distancia o proximidad en el pasado.

Bello coincide con «el Brocense» en el perfil del pronombre. Ve que la interjección no forma propiamente una frase (doctrina del Brocense), pero falla en tomarla como frase condensada. La filosofía explica las categorías por cualidades, acciones y relaciones. Bello las entiende mejor como modi significandi. Las palabras son para él una clasificación de oficios gramaticales.

3. Hemos procurado huir de la «venerable rutina»

El que hagamos una gramática «sin filosofía», no quiere decir, que esta ciencia normativa, eminentemente práctica, prescindamos de su base filosófica. En lo lingüístico, para ser orgánicos, no debemos dejar del todo la lógica. La filosofía es una geometría que cierra siempre el triángulo. Como todo lo idiomático, la Gramática es una selva llena de encantos, de sonidos, de pájaros y de flores. Hay que abrir caminos y captar en nuestro rostro los rayos de luz y los roces de la brisa que el cielo nos envía por todas partes. Es preciso meter en los carriles de los sistemas expresivos nuestra habla y organizar en unidades móviles y modernas, los grupos de presión de nuestros pensamientos.

Todo esto, amigos míos, dejando la «venerable rutina», que ha hecho de la Gramática, una prevención odiosa y antipática por nuestro lenguaje, o peor todavía un inventario notarial, una regla sofisticada, muy resentida de confusionismo y de capítulos trasnochados.

Queremos, para nuestra Gramática, no un afán de encasillar, sino una voluntad de convivencia. Y en todas las orientaciones prácticas, comentarios y consejos, lo que Rodó sabiamente llamó «la virtud sugestiva», el don de interesar y la simpatía pedagógica.

*Empezamos situándonos frente a esta rutina de siglos en la misma estructuración de la obra. Una gramática para hispanohablantes, de América y de la Península, ha de comenzar forzosamente por la **frase**. Aprendemos a hablar por frases hechas o por palabras-frases, y en la necesidad de ser comprendidos de los demás, sometemos nuestro pequeño mundo elocutivo al análisis y síntesis de las primeras ideas rudimentarias.*

Damos amplio espacio a la comprobación de las técnicas normativas en los escritores españoles e hispanoamericanos de nuestra época. Concedemos una importancia a la lexicografía en todas sus fases, desde la formación de la palabra en el diálogo o en la pluma del escritor, hasta en sus modificaciones semánticas. Hacemos una raya divisoria entre la Gramática esencial y la Complementaria, y sobre todo, creemos que es ya hora de que nos dediquemos, con alma y vida, a recoger nuestros modos expresivos y conversacionales, en el proceso psíquico del lenguaje.

Hablamos a universitarios y a una mayoría inmensa que hoy muestra un interés acuciante por examinar a ojos vistas el lenguaje que habla y la frase que escribe. En este sentido la Gramática dialogal actúa en el centro afectivo y se funda

más que en los cambios de estructura literario-coloquial, en las modificaciones lingüísticas, incisos, interferencias, transposiciones, paréntesis, abandono de la concordancia, alusiones, inconexiones y otros usos inveterados que constituyen la expresividad sintáctica del coloquio.

Recogemos, a través de nuestros capítulos, varios centenares de modismos, refranes, locuciones, ejercicios de vocabulario, temas de redacción y ortografía práctica, recitados, análisis sintácticos y morfológicos y otros métodos modernísimos de discos, magnetófonos, pequeña pantalla televisada, radio y ordenadores electrónicos. Aquí se entre en un gimnasio del lenguaje y no se sale de él sin una decisión de entrenamiento.

4. Antiguas y nuevas matizaciones

Nuestro mayor empeño consiste en partir de las estructuras trazadas por gramáticos tan geniales como Bello y avanzar hacia nuevas tentativas del lenguaje, que cada generación habla y transforma con renovados valores expresivos. Lo que hizo Tomás Navarro, en los problemas fonéticos y Amado Alonso en los estudios lingüísticos hispanoamericanos, nos alienta a revisar teorías desvirtuadas y meterlas en nuevos moldes de reactivación gramatical. Algunas de estas teorías nos tientan con sus guiños desde los más ocultos rincones: las categorías del masculino y el femenino, que no se agrupan hoy por el sexo real o el que antropológicamente se les atribuye, sino por la concordancia con el adjetivo; la revisión de los pronombres y la flexión única del personal; el concepto de independencia del sustantivo, la sufijación apreciativa y de gradación en el adjetivo; la inclusión del potencial como tiempo del subjuntivo y en ciertos casos en la afirmación indicativa; la rehabilitación del sujeto del verbo impersonal, la fusión de la estilística en los dominios de la sintaxis; los problemas acuciantes de la semántica y de la Gramática coloquial; el replanteamiento y reconsideración auténtica de los tiempos verbales, que son como el tren de aterrizaje del pensamiento.

Algunos han apuntado ya la complejidad de soluciones que ofrecen la frase imperativa, el presente histórico, las frases verbales de nuevo cuño, las matizaciones del imperfecto y del pluscuamperfecto de indicativo que rebasan los límites meramente coloquiales.

A nosotros se nos ocurre traer aquí a examen dos ejemplos típicos: el subjuntivo y el pretérito perfecto absoluto de indicativo, llamado también «aoristo».

El subjuntivo es una modalidad verbal íntima y en cierto modo enclítica. Se apoya en el indicativo que posee los grados temporales. El subjuntivo expresa muchas cosas: deseo, voluntad, matiz concesivo, esperanza, ambición, curiosidad, capricho, condición, problema, eventualidad, contingencia, duda, incertidumbre, indeterminación, inclinación, sospecha, conjetura. Es el modo de subordinación. Es algo sutil que se escapa a nuestro raciocinio. No tiene más que la expresión lineal o durativa, de continuidad conjeturable y la acción terminativa.

El «aoristo» o perfecto absoluto de indicativo, es un tiempo abstracto o intemporal, si vale la expresión. Su intemporalidad más bien parece de un pasado difuso. Este «aoristo» (amé) es más pasado, más remoto que el pretérito actual (he amado). Los griegos usando el aoristo en las subordinadas que tienen campo abierto para inmensas posibilidades, capacidad representativa de lo más vago y sutil.

Es un tiempo de interés histórico. El perfecto actual -he amado-, es un quasi-presente, de acción terminada en la actualidad, con muy poca carga de pasado.

Está reciente el suceso; está prendido con alfileres al pasado. Apenas dejo el abrigo en el perchero y «me he quitado el abrigo». El grado temporal lo refuerza el idioma griego sólo en los tiempos de significación pretérita.

El orador que pretende cerrar su disertación, debe usar la fórmula he dicho y no dije, porque «he dicho» es como el cierre automático de lo que se acaba de pronunciar desde el arengarío. Resulta un presente-pasado, que recoge todavía en los labios del que habla la emoción del discurso. Dije se pierde en la vaguedad de lo que sucedió, de lo que se habló, de lo que ha huido del interés actualizante. Pertenece ya a la memoria de lo que fue: El año pasado estuvimos en la playa de Benidorm; pero esta tarde hemos estado (no estuvimos) en el teatro).

5 Siempre es verde la otra orilla

Todo lo bello que depende de nuestra imaginación, nos parece un cuento de hadas. Así, el francés que sueña con el sol ibérico y las playas de Mallorca, o el español que acaricia la idea de unas vacaciones en un país extranjero, ponderan las bellezas extrañas con ilusionada fantasía y pueden decirnos antes de su viaje de ilusión: Siempre es verde la otra orilla.

Esta frase tan llena de sugerencias y esperanzas aplicada al lenguaje, y más en concreto a la traducción de una obra extranjera, pierde tanto, que, con una traducción acaso la «otra orilla verde» se marchita y agosta.

Se ha dicho que la traducción es «un tapiz al revés». Y es decir mucho, porque, según el refrán italiano, el que traduce traiciona.

No podemos pedir al traductor que conozca tan perfectamente lo que se llama «el genio del idioma», que haga de la obra traducida una pieza clásica en su género. Hay buenos traductores (como Juan Ramón Jiménez y su mujer en la obra del indio Tagore), pero no conozco ningún clásico en la traducción. Mucho más si las versiones se hacen del verbo extraño a nuestra prosa. Porque decidme, ¿cómo podrá traducir un francés, pongo por caso, la frase del romance de García Lorca «Verde que te quiero verde»? Y es que hay en poesía -y a veces también en la prosa española- modismo y frases de valor entendido. El lector colabora con el autor en muchas ocasiones y suple palabra y giros que no constan en el texto. Esto es intransferible y personalísimo.

No es lo mismo el original de Paul Verlaine Chansons pour elle en calidad de forma, que la traducción Canciones para ella, hecha en verso español, aunque su autor sea nada menos que Emilio Carrere.

Se nos va de las manos al pasar de un idioma a otro, la esencia original de modismo, la alusión sobreentendida, la calidad y el regusto del estilo o del temperamento, todo aquello que llamamos con una frase condensada: «El genio del idioma».

Lo que sí podemos exigir al que estudia y se ejercita en esta tarea gramatical, es que llegue al final de este libro, después de haber extraído la idiosincrasia idiomática, ese «similiquitruque», que es espíritu y vivencia, instinto, reflejos, quintaesencia, intuición y genio privativo de nuestra lengua española. Algo que no se puede trasvasar a una traducción. Siempre es verde la otra orilla, pero el lenguaje, como la Granada del poeta «es un paraíso cerrado para muchos, jardines abiertos para pocos».

6. ¿Para qué hace falta la Gramática?

Un amigo y buen escritor ha llamado a las palabras «las asas de todas las cosas, los timbres misteriosos, las cápsulas del pensamiento y los carritos de las ideas». ¿Qué hay debajo de cada palabra? Un pequeño o gran mundo. El idioma es eso tan delicado y sutil, tan complicado y profundo que directamente nos afecta para convivir en sociedad.

Sin embargo, la vida se ha diversificado por múltiples caminos y ha echado tantas raicillas en las profesiones y disciplinas, que ya el mismo lingüista tiene que pensar si ha de abrir su tienda en la Fonética, en la Sintaxis o en la Lexicografía. Puede una persona ser una notabilidad en la Romanística y desconocer por completo los avances de la Lexicología o de la Sintaxis modernas.

Pero ¿para qué hace falta la Gramática? Azorín muestra cierto recelo por la gramática y se mete, sin saberlo, en disquisiciones gramaticales. A los veinte años no se para mientes en la gramática, pero la propiedad y pureza de la frase no es cosa desdeñable. En todas las disciplinas mentales la duda mata, esteriliza, vuelve pecatos y medrosos a los que antes con la pluma en la mano eran audaces y se sentían inspirados.

Y al fin este gran académico Azorín nos aconseja así: «No desdeñemos en absoluto la Gramática: leámosla con cuidado, leámosla como una distracción. La Gramática es entretenida. Con ese cuidado que recomiendo a los jóvenes es como la leo yo ahora, que no soy joven».

¡Qué bien nos viene a todos los que cultivamos el espíritu de una manera eficiente y moderna, saber un poco de los secretos del idioma y no ser puramente intuitivos! Porque el autodidactismo en el lenguaje lleva a la desintegración de la cultura y del habla correcta. ¡Qué difícil sería distinguir en el estilo de un escritor moderno dónde acaba la forma y dónde comienza el fondo de las ideas! Todo idioma -pero el español para nosotros con mayor motivo- viene a ser como un vino solera que paladeamos y del cual no podemos prescindir. Y nos empeñamos en saborearlo despaciosamente cuando lo escribimos, en buscar todos sus escondrijos, todas sus posibilidades, todas sus puridades.

El habla avanza y se perfecciona por días. El idioma hablado tiene una formación dinámica. El lenguaje escrito nos proporciona la madurez y la consistencia. Azorín busca afanosamente al autor que más le impresiona y nos los pinta así: «¡Cómo lo estamos viendo escoger unos vocablos, cambiar unos vocablos -repetir, sobre todo unos vocablos- en sus esfuerzos continuados, con los que se olvida, como un herrero dolorido en su yunque, de sus íntimas amarguras!»

7. Estructura de «la Gramática para el hombre de hoy»

La Gramática en su parte preceptiva ha de ser exacta y moderna, consciente y ejercitada. Con todo el respeto debido a los clásicos, nuestra Gramática mira a los modernos. Nos la han suministrado en tabletas de preguntas formuladas y rutinarias, sin afán de curiosidad o de ejercitar lo sabido. Hay que regenerarla, recuperarla para nuestra modernidad hablante, para nuestro estilo, creando un centro de interés en sus lecciones.

No perdamos la espontaneidad que da el temperamento, pero seamos correctos en nuestros modos expresivos, aun a esa edad de los veinticinco a treinta años en que se escribe con todo el empuje juvenil y renovador. No pretendamos que la nueva Gramática nos dé una especie de comprimidos mentales o una manera de opinar en píldoras. Escribir es un esfuerzo temperamental y ejercitado. Hablar bien es un arte perfeccionado por la Gramática y la experiencia.

La estructura de nuestro pequeño edificio gramatical queda delineada en este esquema:

PRIMERA PARTE

GRAMATICA ESENCIAL

- I. La frase moderna.**
1. *Componentes articuladores de la frase.*
 2. *Sintagmas nominales de la frase.*
 3. *Complementos y casos.*
 4. *Sintagmas verbales de la frase.*
 5. *Teoría moderna de las formas impersonales.*
 6. *Problemática de los modos y tiempos verbales.*
 7. *Sintaxis de la frase simple y compuesta.*
 8. *Estilística sintáctica.*
- II. La palabra aislada**
9. *Lexicología y etimología o fecundación de la palabra.*
 10. *Semántica o reactivación del significado de la palabra.*
 11. *Morfología o modificación funcional de la palabra.*

SEGUNDA PARTE

GRAMATICA COMPLEMENTARIA

- I. Laboratorio de la palabra y la frase.**
12. *Sonido (Fonética y ortología) y ritmo (Sistemas de versificación) modernos de*
 13. *Laboratorio de la palabra hablada (Lenguaje coloquial). Del laboratorio fonético y el magnetófono al Ordenador electrónico.*
- II. Experimentos y paradigmas. Esquemas y formularios.**
14. *Análisis de la frase moderna en autores contemporáneos españoles e hispanoamericanos.*
 15. *Paradigmas nominales y verbales. Esquemas. Formularios en la redacción de cartas.*
 16. *Redacción y color.*
 17. *Bibliografía gramatical.*

MARTÍN ALONSO
 Madrid, 1968

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1989	Sarmiento y Sánchez	Gramática básica del español (ed. 2006)

PRÓLOGO

Es difícil asimilar o adquirir una lengua sin un estudio metódico de su vocabulario y de su gramática básica. El manual que presentamos facilita esta doble tarea, porque inicia al hablante en el conocimiento reflexivo del uso y de la norma y porque asegura la autonomía de expresión, en el plano gramatical, mediante la explicación y el análisis de las principales reglas de funcionamiento del sistema lingüístico.

Como indica el título, es una gramática básica, porque describe los principios idiomáticos que rigen el uso y porque ofrece una explicación clara y concisa de los mismos a través de breves y sencillas reglas fundamentadas en numerosos ejemplos. Y es una gramática orientada hacia el uso porque se analiza la lengua española actual y se dejan de lado usos anticuados y sin vigencia en la lengua de nuestros días. Pero también es una gramática necesariamente atenta a la norma lingüística que permite a los hispanohablantes comunicarse y entenderse más allá de las peculiaridades dialectales.

En la gramática básica del español, dada su finalidad eminentemente práctica, hemos prescindido de una excesiva teorización. Hemos tenido en cuenta los resultados y avances de la lingüística moderna firmemente asentados y fácilmente comprensibles, pero también hemos aprovechado la sabiduría acumulada durante tantos siglos de reflexión gramatical.

Metodológicamente, partimos del contexto de la oración y procedemos a describirla en sus formas, funciones y usos. No obstante, en la descripción no descuidamos el significado; damos cuenta de las distintas realizaciones que las palabras y oraciones pueden tener según la situación comunicativa.

En pro de una mayor utilidad, la gramática básica va precedida de un sumario que facilita una rápida localización de las cuestiones más importantes del conjunto en que está dividida (grupo nominal, grupo verbal, oración). También va seguida de un índice sistemático que permite buscar términos gramaticales o aspectos nocionales.

Por todo ello, esta obra es recomendable y útil para los estudiantes de español como lengua extranjera que hayan superado los niveles iniciales; para los estudiantes nativos del primer ciclo universitario que han de consolidar sus conocimientos gramaticales y profundizar en el análisis del uso idiomático; para los profesionales que deseen tener al alcance de la mano un libro de consulta para confirmar alguna regla, verificar alguna forma o revisar metodológicamente algún tema.

Nueva en la organización de los contenidos, la gramática básica del español, se inscribe en la corriente renovadora de la enseñanza gramatical, que considera la lengua como un sistema heredado para comunicarnos y pensar, no como un fin en sí mismo.

LOS AUTORES

NOTA A LA QUINTA EDICIÓN

La acogida que el público ha dispensado benévolamente a nuestra obra nos ha obligado a introducir algunas modificaciones. Hemos podido corregir algunas erratas, mejorar otros aspectos y ampliar el capítulo de «fonética y fonología», así como introducir numerosas matizaciones en los demás capítulos.

Agradecemos, pues, todas las críticas negativas y positivas recibidas. Todas ellas nos han permitido mejorar el texto.

LOS AUTORES

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1994	Angel López García	Gramática del español (I – La operación compuesta)

PRÓLOGO

Presentar una nueva gramática del español en 1993 requiere sin duda algún tipo de justificación. En los últimos treinta años se ha producido un incremento considerable de los estudios gramaticales sobre nuestra lengua. En cantidad, pero también en variedad metodológica: de una parte puede afirmarse que el número de entradas bibliográficas sobre gramática española que se han publicado desde 1960 constituye prácticamente el noventa por ciento de lo que se ha dicho (no de lo que sabemos) sobre este idioma¹; de otra parte la efervescencia de las teorías lingüísticas se ceba en el español también desde dicha fecha, seguramente porque la lingüística general como disciplina con pleno reconocimiento académico y que se practica habitualmente en los centros universitarios del mundo comienza también por entonces.

¹ Basta comparar las trescientas cincuenta referencias de H. SERÍS, *Bibliografía de la lingüística española*, Bogotá, I.C.C., 1964, trabajo en el que sólo 30 de sus 750 páginas están dedicadas a morfología y sintaxis del español (!), con las más de tres mil entradas que se recogen en el libro de R. GONZÁLEZ PÉREZ y A. M. RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, *Bibliografía de sintaxis española (1960-1984)*, Anexo 31 de *Verba*, Santiago de Compostela, 1989.

Los grandes clásicos de la gramática española -Salvá, Bello, Cuervo, Lenz, Fernández Ramírez, Gili Gaya y, naturalmente, las distintas ediciones de la G.R.A.E.- llegan hasta 1960. Con posterioridad a dicha fecha se han publicado numerosas gramáticas, pero, ante el aluvión de informaciones y lo irreconciliable de las teorías lingüísticas desde las que cada monografía está concebida, han optado generalmente por adoptar un punto de vista y, fieles al mismo, ignorar casi todos los trabajos ajenos a su particular postura metodológica, con alguna excepción como la representada por la gramática de Alcina y Blecua (1975), en fecha aún temprana.

Un sentimiento generalizado entre todas las personas que nos interesamos por el tema y que he podido recoger en innumerables ocasiones es el de que debería emprenderse cuanto antes la tarea -hercúlea, no hay que ocultarlo- de proceder a recopilar los estudios sobre gramática del español. Para que el lector no se llame a engaño debo advertirle desde el principio que este libro no satisface dicho requerimiento en absoluto. Un trabajo de tal envergadura sólo podría ser acometido por un equipo numeroso y tendría un plazo de ejecución bastante largo. Pero a esta dificultad, tal vez insalvable desde nuestra idiosincrasia científica², se suma otra no menor: cuando se confrontan las grandes monografías disponibles sobre los temas gramaticales clásicos del español se advierte que sus propuestas no sólo no coinciden, sino que a menudo se contradicen: según el tipo de gramática que en cada caso profesan, estos trabajos se muestran interesados en determinados aspectos e ignorantes de los demás, y sus explicaciones de aquello que aclaran hacen imposible a menudo la comprensión de lo que desdeñan. Nada tan irritante como la prolija revisión del estado de la cuestión que antecede a las tesis sobre gramática española leídas en los últimos lustros.

² Lo que el español necesita, digámoslo sin ambages, es algo parecido a la obra monumental de R. Quirk, S. Greenbaum, G. Leech y J. Svartvik sobre el inglés, o a la de L. Renzi y G. Salvi sobre el italiano. Confiamos en que la obra colectiva que prepara la Fundación Ortega y Gasset satisfaga esta necesidad.

Soy de los que creen que las divergencias de opinión son lo verdaderamente humano de la vida intelectual. Y como nada hay más humano que la lengua, parto del supuesto de que una descripción gramatical de una cierta lengua de cultura debe aspirar a conciliar aquellas posturas contrapuestas, mostrando que no es que unas sean correctas y otras incorrectas, sino que cada una es tributaria del punto de vista desde el que ha sido concebida. Lo que he intentado no es, pues, reflejar todo lo que se ha dicho, pero sí lo fundamental. Para ello he echado mano de los trabajos más importantes sobre cada tema, de los que me siento profundamente deudor.

Mas subsistía el problema de la conciliación de teorías lingüísticas y el del método desde el que concebir la gramática. Creo que es un error gravísimo de los lingüistas modernos (al que, desde luego, he contribuído con creces) es el de haber convertido la gramática en una disciplina esotérica que no interesa para nada al hombre de la calle. Nos solemos justificar diciendo que la lingüística es una ciencia y que la ciencia no tiene por qué ser popular. Es posible, pero no hay que olvidar que se trata de una ciencia humana. La gramática, al describir una lengua natural, no debería perder de vista que su única justificación es la de explicar cómo, por qué y para qué usamos ese instrumento de comunicación que constituye su objeto de estudio.

De lo anterior se deduce con facilidad que esta gramática ha sido concebida desde una perspectiva psicologista, en una línea que pretende enlazar con la que sustenta el *Curso superior de sintaxis española* de S. Gili Gaya. Al describir cada fenómeno se han tenido presentes siempre las circunstancias comunicativas en las que cobra sentido y que le sirven de justificación. Lo notable es que dicho punto de vista ha facilitado al mismo tiempo el problema de la conciliación de teorías contrapuestas. Habiendo adoptado como hipótesis psicológica fundamental la que subyace a la psicología de la percepción, se ha intentado mostrar en cada caso, no sólo que las variantes de un fenómeno lingüístico responden a otras tantas perspectivas adoptadas ante la realidad (casi como enfoques diversos de una misma escena que se desea fotografiar), sino también que las propias posturas teóricas del lingüista son enfoques metalingüísticos distintos del problema. Pero este basamento teórico no se hace explícito tan apenas³: la obra se interesa sobre todo por los hechos y reduce la teoría a un esquema muy sencillo que espero sea accesible a cualquier lector culto normal. En el fondo se reduce a esto: toda expresión lingüística es una forma peculiar de verbalizar el mundo que para ser perceptivamente accesible necesita diferenciar una parte más importante y otra que lo es menos.

³ La justificación matemática de este modelo la he abordado en A. LÓPEZ GARCÍA, *Para un gramática liminar*, Madrid, Cátedra, 1980; la justificación semiótica y epistemológica en A. LÓPEZ GARCÍA, *Fundamentos de lingüística perceptiva*, Madrid, Gredos, 1989. Son dos libros de lectura difícil que, pienso, me permiten obviar muchas consideraciones teóricas en el presente trabajo.

Esta gramática consta de tres partes:

- 1) Generalidades. La oración compuesta.
- 2) La oración compleja y la oración simple.
- 3) Las partes de la oración.

Como se ve, se trata de un esquema clásico en el que la única novedad consiste en haber invertido el orden habitual de exposición. La razón de haberlo hecho así es que, dado el punto de vista comunicativo al que me acabo de referir, parecía conveniente partir de la lengua tal y como se da, para ir desglosando posteriormente sus partes, y no al revés. Este tomo se ocupa de la primera parte.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1994[2]	ALARCOS LLORACH, Emilio	Gramática de la lengua española

PRÓLOGO

Al publicarse en 1973, la gramática redactada por los académicos don Samuel Gili Gaya y don Salvador Fernández Ramírez apareció con el título de Esbozo de una nueva gramática de la lengua española. Aunque la Academia había pretendido remozar la tradición gramatical poniéndola de acuerdo con las doctrinas lingüísticas modernas, no se atrevió a presentar la obra sino como «mero anticipo provisional», temerosa de que las novedades fueran mal recibidas. Confundiendo la teoría con la práctica, manifestó que «este simple proyecto» carecía de «validez normativa». La Academia esperaba que, tras el estudio de las enmiendas y adiciones que se propusieran a la Comisión de Gramática, se podría fijar el texto definitivo. Los años transcurridos han demostrado la dificultad del empeño y el optimismo de tal creencia.

La necesidad de contar con una gramática académica indujo a la Comisión Administrativa, en 1981, a confiar a un solo académico el encargo de transformar el Esbozo en texto definitivo. Previamente me había propuesto su redacción el entonces director don Dámaso Alonso. Tardé años en aceptar el compromiso, solo después de haberme asegurado de tener libertad en mi cometido y de no estar obligado a la mera refundición del Esbozo. Convencido de que la gramática debía ajustarse a los conocimientos lingüísticos contemporáneos, me negaba, empero, a que el texto se convirtiera en tratado teórico en detrimento de las exigencias didácticas y normativas. Dámaso Alonso se mostró de acuerdo con estos puntos de vista.

Comencé a trabajar en el proyecto a principios de 1985. Mi propósito consistía en exponer los rasgos de la gramática del español que se descubren en los actos orales y escritos de los usuarios de la lengua en este siglo XX. Hoy día concurren normas cultas diversas en los vastos territorios donde se practica el español como lengua materna. Ya no es posible sostener, como un siglo atrás hacía Leopoldo Alas, que los peninsulares somos los amos del idioma; más bien, según propugnaba don Ramón Menéndez Pidal, debemos ser solo sus servidores. Se comprende y hasta se justifica que cada uno encuentre más eficaz y precisa la norma idiomática a cuya sombra ha nacido y se ha formado; pero ello no implica rechazo o condena de otras normas tan respetables como la propia. La Academia, con mutaciones varias a lo largo de sus casi tres siglos de vida, ha defendido criterios de corrección basados en el uso de los varones más doctos, según decía Nebrija. El redactor ha procurado la imparcialidad en los casos de conflictos normativos, si bien se reflejan a veces sus preferencias personales. La tendencia normativa, desde los mismos orígenes de la gramática, la hemos heredado todos, incluso los afectados de ligero latitudinarismo. Toda gramática termina, o empieza, por ser normativa. Y, al cumplir con el compromiso contraído, también esta gramática aconseja normas, siempre, eso sí, sin espíritu dogmático.

Se han descrito los hechos según un hilo conductor consecuente, y se ha ordenado la materia con una orientación metodológica que el enterado reconocerá como funcionalista. Se ha pugnado por mantener el equilibrio entre esas exigencias

y el logro de un texto lo más claro y sencillo posible. Se han omitido las discusiones teóricas, aunque se intente que entre líneas se trasluzca el fundamento científico de lo expuesto. Se ha procurado que la actitud normativa no borrara la rigurosa descripción de los hechos y que esta no ocultase, desarrollada en demasía, la claridad de la norma y el propósito didáctico. Por ello se evita al máximo la complicación terminológica.

Sin lugar a dudas una gramática es un tratado en que se discuten y establecen ordenadamente ciertos hechos, para lo cual es requisito indispensable manejar una mínima nomenclatura. Pero los hechos (en nuestro caso, los datos gramaticales) son como son y no los afecta el nombre con que los reconozcamos. Que juzguemos, por ejemplo, incorrecto decir o escribir este area (en vez de esta area) no depende de que este y esta se designen como «pronombres » o «adjetivos», como «determinantes», «demostrativos» o «deícticos»: en todo caso, eso está mal dicho. Una gramática es, pues, normativa con independencia de que sus normas queden envueltas por fuerza en este o aquel excipiente metalingüístico. Ya no sería gramática el resultado de reducir la exposición de los hechos a un seco repertorio de usos correctos e incorrectos, sin dar ninguna explicación, como el viejísimo Appendix Probi. Y ya sabemos los hablantes neolatinos el brillante éxito práctico de los esfuerzos normativos del Pseudoprobo: casi todo lo que condenaba ha triunfado en los romances. Conviene así que el normativismo se forre de escéptica cautela. En el orden jerárquico interno de la gramática, primero viene la descripción de los hechos; de su peso y medida se desprenderá la norma, siempre provisional y a merced del uso.

Siendo imposible la descripción sin ayuda de una nomenclatura, se ha preferido utilizar vocabulario poco técnico cuando no hay riesgo de imprecisión, aceptando las acuñaciones tradicionales inequívocas, y solo por excepción se recurre a términos nuevos, que de todas maneras no ofrecerán dificultad a cualquier bachiller, avezado ya a los enrevesados textos de EGB y BUP hasta ahora vigentes. Por lo demás, nadie que no haya pasado por esas horcas caudinas de la enseñanza obligatoria tendrá la rara ocurrencia de consultar una gramática: ningún hablante ingenuo, consciente de hablar y de entenderse con los vecinos, se plantea nunca semejantes dudas.

Si la sabiduría popular asegura que «cada maestrillo tiene su librillo», en ningún dominio del conocimiento se revela ese adagio con más eficacia que en el de la gramática. No cabe el mínimo acuerdo teórico entre gramáticos, y por algo fueron equiparados con los fariseos hace dos mil años. Así pues, y con el precedente de lo acaecido con el Esbozo, era de esperar, y de desear, la decisión adoptada en la Comisión de Gramática de la RAE tras haber considerado el nuevo texto. Por supuesto, la Academia no ha tenido ni tiene un criterio corporativo único respecto de las cuestiones teóricas gramaticales; pero ni siquiera la opinión particular de cada uno de sus miembros podría acomodarse con facilidad a consentimiento armónico. Como no era cosa de discutir punto por punto lo que en el texto se dice, ni cómo se dice, con ánimo de lograr una versión aceptable para todos (que probablemente se reduciría a conservar el esqueleto de los ejemplos, ya que su interpretación es susceptible de infinitas variaciones), no quedaba otro remedio que acogerse a la solución opuesta: mantener el texto tal cual y declararlo de la exclusiva incumbencia del redactor. De este modo, se deslindaban las áreas respectivas: la de la Academia y la del autor. De una parte, la Academia se abstiene de pronunciarse en cuestiones de método (actitud razonable, puesto que el fin de la Academia es fijar normas del uso, pero no las de la especulación teórica de la lingüística), y de otra, el autor

permanece en libertad para defender sus puntos de vista teóricos, sin por ello abandonar la intención normativa y didáctica con que concibió esta obra.

La gramática que se presenta se divide en tres partes análogas a las del Esbozo. La primera expone la fonología del español de forma escueta; pensando en la escasa atención que a estas cuestiones dedica el hablante interesado por su lengua, se ha buscado concisión y el mínimo de tecnicismo compatible con el rigor. Se presentan las dos normas más comunes del sistema fonológico de hoy: la del sistema centronorteño peninsular y la del americano o atlántico, y se señalan las variantes más aceptadas. Aunque hay referencias a la relación entre fonemas y grafemas, los aspectos ortográficos de la lengua se han dejado para el opúsculo que publica la Academia. La segunda parte se corresponde en principio con la morfología; se despliega aquí el inventario de las unidades gramaticales del español, pero, por comodidad de la exposición, se adelantan aspectos que son propiamente sintácticos. En fin, la tercera parte enfoca la sintaxis como descripción de la estructura de los enunciados y del papel que en ellos desempeñan las unidades morfológicas inventariadas. Debemos insistir en que no por ceñirnos a las pautas del funcionalismo en la descripción del uso de la lengua española, se emplea una terminología especial. Hemos apuntado que la lectura no exige demasiada familiaridad con la ciencia lingüística ni con sus múltiples jergas. El entendido, en cambio, quizá echará de menos un rigor más severo. La difícil búsqueda de equilibrio entre la relativa claridad y la exactitud de la exposición habrá fracasado a veces, y puede que el texto padezca de alguna opacidad o alguna inconsecuencia. Este es el riesgo de la empresa acometida. No hay gramática perfecta. La transparencia se consigue solo a costa de simplificación. Aquí se ha hecho lo que se ha podido para no caer ni en la oscuridad ni en la inexactitud. Por eso —y creyendo que la gramática es un río anónimo en que vierten sus aguas tantos afluentes— no se ha añadido bibliografía alguna. El lector insatisfecho, y con afanes científicos, podrá acudir a otras fuentes, como la nueva edición refundida y aumentada de los Estudios de gramática funcional del español, que aparecerá no tardando bajo los auspicios habituales de Gredos.

Agradezco sus observaciones a los académicos de la Comisión de Gramática, señores García Yebra, Lapesa Melgar, Lázaro Carreter, Lorenzo Criado, Rodríguez Adrados, Salvador Caja, Seco Raymundo y Zamora Vicente. Aceptadas o no en este texto, debo aclarar que en todo caso lo que se afirma es de mi personal y exclusiva responsabilidad. Por último, he de reconocer la intervención varia y asidua, y en algunos capítulos muy directa, de Josefina Martínez Álvarez. Como es de casa, y no es preciso andarse con remilgos gratulatorios anglosajones, lo digo solo para que conste donde pueda producir los efectos oportunos.

15 de enero de 1994.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1998	Marcos Marín, Satorre Grau y Viejo Sánchez	Gramática española

INTRODUCCIÓN

La escritura de una gramática es un arte que se mueve entre la tradición y la modernidad. Si se inclina demasiado hacia la primera, la obra resultante puede fallar en el objetivo de proponer nuevas metas o de incorporarse a los avances consolidados de la ciencia. Si lo hace hacia la segunda, el riesgo es requerir de sus lectores unos conocimientos y esfuerzo previos que la inhabilitan como libro general. Este libro, en concreto, quiere ser ese libro general, ésta ha sido la vocación de sus autores: poner a disposición de las muchas personas interesadas por la gramática, entre las que ocupan el primer lugar los profesionales de la enseñanza de la lengua española castellana, un manual que cumpla tres condiciones. La primera es la de limitarse a una extensión razonable, abarcable en una lectura individual. La segunda es la de mantener una relación con el estado general del conocimiento de la lengua en la sociedad a la que se dirige. La tercera, la de hacer una propuesta científica que tenga en cuenta las innovaciones consolidadas de la ciencia lingüística.

Si bien los tres autores somos igualmente responsables del plan y del resultado, por "tradición" (es decir, me temo, por edad) ha querido Editorial Síntesis que sea el primer firmante de la obra, por orden alfabético, quien se encargue de su presentación. No es dudoso que uno de los propósitos de esta petición era que se marcaran las diferencias entre este volumen y la *Aproximación a la Gramática Española* o el *Curso de Gramática Española*. Personalmente, tal vez sería gratificante para la vanidad de autor que los lectores vieran un hilo conductor entre esos dos trabajos y esta nueva *Gramática española*. Lo más exacto, sin embargo, es destacar que este libro es una obra nueva que, sólo de modo muy limitado y siempre con una mayoría de elementos innovadores, puede aprovechar una pequeña parte de la escritura previa. Es más, puede decirse que lo que mantendría la coherencia entre los tres libros no sería un inexistente magisterio del primer firmante sobre los otros dos, sino su común adherencia a postulados básicos de la Filología española, expresados con independencia, pero abiertamente relacionados con la obra de Rafael Lapesa y de Emilio Alarcos. Puesto que ni siquiera estos dos puntos de vista son siempre conciliables, ha sido necesario realizar un nuevo esfuerzo de síntesis (dicho sea sin intención de hacer un juego de palabras) para el cual se ha optado, no sólo por una construcción que se viera libre de dependencias de los maestros, sino también del peso de las obras anteriormente citadas. Nótese que se dice "dependencias", no *enseñanzas*. Es hora de que expresemos nuestra satisfacción por formar parte, todo lo modesta que se quiera, de una tradición de enseñanza de la gramática que cuenta con más de quinientos años y que ha producido los evidentes avances que puede notar cualquier curioso que se acerque a la bibliografía. Estamos, por ello, orgullosos de las enseñanzas de los maestros y de que, a partir de ellas, pueda verse una continuidad en una obra científica, personal o compartida.

La Lingüística, como disciplina científica, ha avanzado como las demás ciencias, a lo largo del siglo XX. No hay ya ciencia de la que se pueda escribir un

manual que tenga en cuenta todas las variantes metodológicas, epistemológicas, teóricas o heurísticas. Éste no lo pretende. Es un libro que parte de una visión histórica de la lengua, aunque no es una gramática histórica ni historicista o de vocación histórica: se limita a construirse a partir del postulado de que el castellano tiene una historia como lengua, con unos textos que atestiguan unos valores y una evolución de sus construcciones gramaticales y que es imprescindible tener estos hechos empíricos en cuenta. Construir esta gramática requiere manejar el corpus textual del español, especialmente del español moderno, pero sin desdeñar lo que el conocimiento de los textos anteriores al siglo XVII pueda aportarnos, ni caer en el error de creer que en ese siglo XVII se agotan nuestras posibilidades lingüísticas. Por eso, respetando los valores que constituyen el canon literario español, pero sin doblegarse a ellos, es una gramática moderna. Es moderna tanto en el modelo de lengua que propone como en el criterio metodológico.

Una metodología moderna, en un manual, obliga a una difícil selección. Por un lado, es preciso reconocer un camino entre los que el estado actual de la ciencia propone, por otro, decíamos más arriba, es necesario que los lectores conserven siempre una referencia a sus propios conocimientos, es decir, tengan siempre visible un hilo conductor. Limitarnos a una base funcional, que existe, pero sin hacer una gramática funcional propiamente dicha, habría sido engañar al lector, que sabe perfectamente que es más fácil poner un adjetivo en un título que construir una teoría de acuerdo con ese adjetivo. Por ello, tomando un criterio estructural-funcional como peldaño siguiente a ese concepto histórico de la lengua al que nos referíamos antes, sólo unas puntualizaciones de carácter tipológico nos permitían una reubicación progresiva en la Lingüística contemporánea, sin perder de vista el hilo rojo de la continuidad doctrinal. La Tipología, que es en sí misma vinculación de la investigación más moderna con los postulados más tradicionales a partir del siglo XVIII, es una disciplina que exige un gran esfuerzo, pero que enlaza muy bien con orientaciones que arrancan de una formación filológica, histórica, comparatista y estructural, como la de los autores de esta *Gramática española*, sobre todo cuando la intención no es tampoco construir una gramática tipológica del castellano, sino permear el libro de los elementos tipológicos precisos para poder definir unos parámetros.

Otra elección, imprescindible para una lengua de dimensión universal, como la española, es la de la norma, puesto que un manual siempre se tiñe de una dimensión normativa. La norma es, sencillamente, lo que se acepta como común, como identificador, no es más coercitiva que otras disposiciones de comportamiento social, como el modo de saludar, de no ir dando codazos por la calle, de comportarse en la mesa o de vestirse de cierto modo en ciertas ocasiones. Precisamente hemos terminado la frase anterior con la referencia al vestido, porque expresa perfectamente la libertad y el orden que la norma permite e impone a la vez. No se viste igual un adolescente que una persona madura; pero tanto el grupo de adolescentes como el de personas maduras reconocen quién se está vistiendo de acuerdo con la norma del grupo, aunque fuera de éste no sea tan fácil percibir esa convención, esa norma y hasta parezca que no hay norma alguna.

La norma se presenta en tres dimensiones: la histórica, la geográfica y la social. En el caso del español, ya hemos señalado que la norma que se sigue en esta gramática desde el punto de vista histórico es la de la lengua moderna: nos interesa la realidad de finales del siglo XX, aunque para explicarla tengamos en cuenta los conocimientos que nos aportan los textos anteriores, el corpus textual. Desde el punto de vista geográfico, dado el origen de los autores, la base normativa

es el español peninsular, si bien hay que precisar, inmediatamente, que no se trata de que ninguno de los tres considere que "se habla mejor" en un lugar determinado, ni dentro ni fuera de España. Hablar bien una lengua, incluida la propia, es el resultado de una conjunción de factores, predominantemente culturales e intelectuales, sociales en sentido amplio, en ninguna manera geográficos. Nacer en un sitio no hace que se hable mejor, nacer en un medio socio-cultural favorecido, sí. No podemos cambiar nuestro lugar de nacimiento, pero sí cambiar nuestro medio socio-cultural, gracias a nuestro esfuerzo personal en lecturas, observación y estudio, luego todos podemos hablar mejor. Las referencias al español extrapeninsular, que existen, se limitan a puntos muy concretos y no tienen ninguna pretensión de exhaustividad, como tampoco la tienen las referencias a variantes regionales o dialectales dentro de la Península Ibérica. Otra cosa habría sido multiplicar por mucho las páginas de este manual. "Hablan bien" las personas que lo hacen con propiedad y cuidado, eligiendo vocablos y construcciones que expresen acertadamente el sentido de lo que quieren decir, de modo que su interlocutor comprenda el significado, independientemente del acento regional, local o dialectal. Si a ello se añade una dimensión estética, de placer por la belleza de la construcción y la expresión, el efecto será completo. El español del futuro, o es americano o no será; pero sólo será americano si se mantiene común. A esa idea debemos sumarnos los estudiosos desde cualquier lado del Atlántico.

Es posible hablar bien una lengua que no sea la lengua materna y ésta es una dimensión presente de modo constante en esta gramática. No es un "manual de español para extranjeros", horrenda denominación que tiene más en cuenta lo que separa que la voluntad de conjunción, sino un libro que puede ser aprovechado para la adquisición del español como lengua segunda y que se ha escrito teniendo en cuenta esa posibilidad. Los tres autores reunimos experiencia, tanto en el terreno del bilingüismo (español y americano), como en el de la enseñanza del español a hablantes que van desde el chino, el ruso o las lenguas bantúes, hasta las lenguas de la Unión Europea.

Esperamos haber justificado, siquiera haya sido mínimamente, cómo hemos entendido el cumplimiento de las tres condiciones apuntadas al principio: extensión controlada, tradición y modernidad. Queda ahora lo que debería ser un largo párrafo de gracias, a compañeros, amigos, colaboradores, lectores de partes, todos ellos, bien sabido es, sin culpa ninguna en los errores e imperfecciones que permanezcan. Las menciones explícitas son de diverso carácter. Rafael Lapesa y Emilio Alarcos son presencias constantes y relaciones personales vividas. Victoria Marrero, de la Universidad Nacional de Educación a Distancia, prestó una colaboración imprescindible para la elaboración de los capítulos de Fonética y Fonología. La voz masculina grabada en marzo de 1998 es la de Antonio Quilis. Nuestro conocimiento de la lengua anterior al siglo XVII no sería el mismo sin ADMYTE, el Archivo Digital de Manuscritos y Textos Españoles en cd-rom, que no se habría hecho realidad en 1992 y 1993, anticipándose en varios años a cualquier proyecto similar para cualquier otra lengua, sin la participación de Charles B. Faulhaber, Ángel Gómez Moreno, John Nitti, Julián Martín Abad, Aurora Martín de Santa Olalla, Antonio Cortijo, Gerardo Meiro al frente de MICRONET, S. A. y el apoyo de Carlos Wert a este prologuista, director científico de ADMYTE, en el marco del Quinto Centenario. Verónica Zumárraga y Ernesto Evans se encargaron de la secretaría-ejecutiva de los proyectos del Corpus de Referencia de la Lengua Española en Argentina y Chile, respectivamente, dirigidos también por quien escribe esta introducción, en 1991 y 1992, en el mismo marco de los quinientos años del Descubrimiento. Ambos corpus

americanos, los primeros completos realizados para el español, junto con el corpus oral peninsular, están a la libre disposición de los estudiosos (en Madrid, ftp.llf.uam.es y en Buenos Aires, ftp.uba.ar, indistintamente). El equipo técnico de Editorial Síntesis se ocupó de que un original hilvanado por tres autores resultara en una versión estándar. Francisco Belloso nos ofreció de nuevo su confianza como editor. Los lectores tienen ahora la palabra; pero debemos antes a Fernando González Ollé el recuerdo de un texto latino que no me resisto a incluir como colofón ("Feliz el que recibe; feliz aquel por quien se da la felicidad", Códice Emilianense 46, Real Academia de la Historia):

Feliz qui accipit; felix per quem datur felicitas.

Francisco Marcos Marín

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
1999	Ignacion Bosque y Violeta Demonte	Gramática descriptiva de la lengua española (3 volúmenes)

PREÁMBULO

Apenas Ignacio Bosque y Violeta Demonte me confiaron el proyecto de emprender la elaboración de una gramática y me expusieron su plan, comprendí que el futuro editorial de esta debía pasar por la Real Academia Española, entonces bajo mi dirección, y así lo propuse con éxito en las dos partes. El Estatuto de 1993 encomienda a tal instituto la promoción y difusión de estudios gramaticales, pertenezcan o no a ella sus autores. Y en cumplimiento de tal encomienda, creó la colección «Nebrija y Bello» que se inauguraría con la Gramática de don Emilio Alarcos Llorach un año después. A continuarla y a aumentar, creo que de modo muy importante, el saber sobre nuestra lengua sale destinada la obra presente, proyectada, impulsada y en gran parte realizada por ambos jóvenes y eminentes lingüistas. La Academia, según tradición y prescripción, tiene el cometido de dar a luz su propia Gramática, que no debe confundirse con las de esa colección: la elabora una comisión, la examinan los plenos de la Española y de las Academias Correspondientes y Asociadas, y, al fin, se publica sin nombre de autor o autores: es la «Gramática de la Academia» (cuya próxima edición está ahora, por cierto, en el difícil trance de ser elaborada, tras la ya lejana propuesta del *Esbozo*). Se le asigna, además, una función normativa llamémosla oficial, ajena a averiguaciones como las que siguen, las cuales no ponen sus miras en el bien hablar y el bien escribir.

Los directores de estos volúmenes han querido que haya unas líneas más encabezándolos. Los he asistido en sus primeros pasos universitarios aprendiendo con ellos y en ellos, hasta que rebasaron ampliamente, por juventud y talento, mi capacidad para seguirlos. Ahora han tenido la generosa idea de invitarme -exhortarme, más bien- a poner un introito a su trabajo: pocas cosas podían honrarme más, porque va a vincular mi nombre al de la mayor empresa gramatical acometida en este siglo, llamada a tener una trascendencia enorme en nuestra cultura.

Ambos, Bosque y Demonte, figuran en la vanguardia de una importante nómina de gramáticos -muchos de ellos los acompañan en esta salida- que viven ahora en la dorada edad de los frutos y que, por tanto, han vivido, y no sólo como testigos, las convulsiones experimentadas por la lingüística a partir del estructuralismo. No han dudado ahora en entregarse a una empresa de importancia mayor y futuro más invulnerable: la descripción pormenorizada y extensa de los hechos de lengua. Descripción que ha contado y cuenta con aportaciones importantes en la lingüística hispana, pero insuficientes y, como es normal, inconexas: hasta ahora, carecíamos de un tratado extenso y de propósito comunicativo que registrara los usos reales del español, el inventario y funcionamiento detallado de sus categorías, de sus estructuras, y -carencia magna- de sus relaciones con el significado y con los diversos factores de la comunicación, como paso previo imprescindible a la propuesta de sistemas; que no soslayara excepciones ni se centrara sólo en ejemplos habituales, consagrándolos como objetivos privilegiados y casi únicos de la gramática. Ni tan siquiera un modesto

Grevisse poseemos, por no mirar a los copiosos inventarios con que cuentan otras lenguas, como el ya antiguo de Jespersen.

Durante el período fundacional de la gramática moderna que convenimos en situar tras la estela de Saussure, no se produjeron frutos importantes en nuestro ámbito científico, primordialmente orientada la investigación lingüística hacia la diacronía y la dialectología. Pero el ejemplo capital de Fernández Ramírez, la incorporación de la fonología praguense por Alarcos, la atención que a la sintaxis se dedicó en trabajos de este y de otros importantes filólogos como Gili Gaya y Lapesa, precedieron a la gran acogida dispensada por los jóvenes investigadores a la nueva -y, en ciertos momentos, babélica- lingüística que, por la sexta década del siglo, estaba desarrollándose en todo el mundo: modelos teóricos, reglas espectrales con misteriosas huellas, reformulaciones y audaces arborizaciones oracionales que desarrollábamos en nuestras aulas y departamentos, fueron necesitando cada vez más el apoyo firme de la descripción, entrando en los entresijos del funcionamiento vivo del idioma (y ya no sólo del lenguaje), con sus mecanismos, rarezas y quebrantos lógicos, con sus aparentes inconsecuencias, con la enorme variedad de posibilidades que yacen reprimidas o desconocidas en los compendios y escritos de nuestra vieja tradición gramatical, aun en los de semblante formal renovado.

Todo ese entusiasmos descriptivo, a veces inventor -en sentido etimológico- de problemas y caminos, con su cortejo de explicaciones, tan respetuosas con la tradición gramatical como desenfadadas antes sus tópicos, y ya displicentes ante el presunto pecado de mirar a la historia y al significado, han producido un caudal de información tan considerable, que hacían inviable para una persona sola ni aun para dos, incluso siendo Demonte y Bosque, la construcción de un tratado de gran aliento: la simple ojeada a la bibliografía gramatical producida aquí y fuera en los seis últimos lustros servía de freno disuasorio. Se impuso, pues, la obra colectiva, la invocación a muchos para una tarea única, que sólo podían hacer quienes poseyeran, a la vez, capacidad reconocida para ello y entusiasmo contagioso.

Era preciso, además, delinear un objetivo común situado mucho más allá de la simple compilación, del rosario de ensayos dotados tal vez de calidad particular, pero que no llegara a constituir un tratado, una gramática. En definitiva, que sus participantes no fueran colaboradores sino coautores. Lo han logrado del modo más brillante y eficaz posible: añadiendo a su trabajo personal, el de procurar que pase inadvertido su intenso esfuerzo coordinador, para lograr que el todo parezca responder (y es que, efectivamente, responde) a un único plan, asumido y compartido por todos los cooperadores en la empresa.

Son muchas las novedades que, en la morfología y en la sintaxis (con efectos sobre la lexicología y hasta la lexicografía), introducen estas páginas. A partir de ellas, vamos a saber mucho más del qué y del cómo del idioma, y bastante más del porqué. En su introducción, se lamentan los autores de no haber podido dedicar mayor atención al español de América; en efecto, ese punto puede suscitar alguna objeción, que deberá atenuarse si se piensa en el enorme espacio geográfico que cubre nuestra lengua, y la heterogeneidad de variantes culturales a que sirve de vehículo. Y si, además, caemos en la cuenta de que este tratado es el primer fundamento para un conocimiento más riguroso de lo que compartimos, y de aquello que se desvía de esa partitura común, debe pensarse que no sólo va a hacer progresas extraordinariamente en España el conocimiento de la lengua, estimulando investigaciones nuevas, adiciones, rectificaciones, complementos y hasta disidencias, según debe esperarse de una obra fundamental, sino que va a impulsar esos mismos desarrollos en América.

Y tanto allá como aquí, las consecuencias de este libro tendrán que notarse espectacularmente en las aulas, en la enseñanza del idioma a propios y a extraños, y en los manuales de gramática. Va a ser muy grande, imagino, el beneficio que ella va a recibir la que está preparando la Academia. Estamos ante una obra de previsible efectos muy importantes: nuestra filología está anticipando, antes de salir del novecientos, un siglo nuevo evidentemente - en esto- mejor. La gratitud que merecen Ignacio Bosque y Violeta Demonte es muy grande; y constituye un privilegio poder el primero en proclamarlo.

FERNANDO LÁZARO CARRETER
Real Academia Española

INTRODUCCIÓN

La gramática es la disciplina que estudia sistemáticamente las clases de palabras, las combinaciones posibles entre ellas y las relaciones entre esas expresiones y los significados que puedan atribuírseles. Esas propiedades, combinaciones y relaciones pueden formularse de maneras diversas y puede haber, por lo tanto, muchas gramáticas de la Gramática de una lengua. En el caso del español, existen tantos tratados gramaticales que parece que cada uno de los que van apareciendo necesita ya de alguna justificación, de algún signo diferencial o de algún rasgo que no haga redundante su propia existencia. No resulta difícil justificar el que ahora presentamos: la obra que el lector tiene en sus manos constituye la gramática más detallada que se haya escrito nunca sobre nuestra lengua, y —si descontamos algunas gramáticas francesas clásicas— una de las más exhaustivas que se hayan publicado nunca para cualquier idioma. Sus características externas fundamentales son cuatro: se trata de una obra *colectiva*, de un estudio *descriptivo* del idioma y de una obra *de múltiple acceso* que, además, incorpora *nuevos temas en la gramática del español*. Vale la pena que consideremos por separado estos cuatro rasgos.

Obra colectiva

Aunque el trabajo individual haya sido siempre una nota característica de la investigación humanística y haya adquirido quizá especial dimensión en el ámbito hispánico, en nuestro tiempo resulta ya imposible que un solo gramático intente describir de manera pormenorizada y exhaustiva la gramática de cualquier idioma. Como es bien sabido, el único autor que intentó construir una gramática comprensiva en la tradición gramatical española fue Salvador Fernández Ramírez. Tras veinte años de esfuerzos publicó un espléndido primer volumen. Trabajó treinta años más en el resto de la obra y murió antes de ver publicado ni siquiera el segundo. Si trasladamos el estado de la investigación gramatical al presente, después de medio siglo de avances sin precedentes en el conocimiento de la

estructura de las lenguas, resultará claro que la necesidad de conjuntar el trabajo de múltiples especialistas tampoco necesita de mayor justificación.

Es cierto que un riesgo que conlleva cualquier trabajo colectivo es el de que pueda afectar al grado de cohesión del resultado. Aun así, creemos que si se procura vigilar esta cohesión y se intenta integrar los fragmentos en lugar de superponerlos, las ventajas que se obtienen a cambio son muy numerosas, ya que hay múltiples razones para preferir el trabajo de muchos. Por poner algún ejemplo, son varios millares los títulos bibliográficos citados en la presente gramática. Estos estudios pertenecen a muy diversas orientaciones, escuelas, tendencias y épocas. Aunque no todas estas obras sean igualmente importantes ni la consulta de todas ellas sea igualmente provechosa, es impensable que una sola persona fuera capaz de estudiar (tal vez ni siquiera conseguir) una parte representativa de ellas. Resulta evidente que un solo investigador no puede en la actualidad estar al día en las aportaciones que se han hecho en los últimos veinte años sobre campos tan diferentes como la morfología prosódica, las relaciones argumentales o temáticas, los actos de habla, las construcciones cuantificativas, el aspecto léxico (o modo de acción), la modalidad, la segmentación jerarquizada de las palabras y las secuencias de palabras o las relaciones predicativas. Sencillamente, es imposible abarcar con igual profundidad todas esas materias.

Tal vez sea cierto que, como a veces se dice, la hiperespecialización es uno de los males de nuestro tiempo. Pero la especialización es también el resultado natural de que los ámbitos de conocimiento se aíslan más terminológica y conceptualmente porque, como en las demás ciencias, se averiguan más y más cosas acerca de los objetos de estudio. En suma, parece claro que los tratados exhaustivos sobre campos tan amplios como la gramática ya no pueden ser en este tiempo obras individuales. Lo son, ciertamente, las introducciones básicas, los libros de texto o las presentaciones sumarias, pero en cuanto se cruza ese umbral y se pretende penetrar con mayor detalle en el funcionamiento de las unidades gramaticales, la lengua nos muestra su enorme riqueza y su intrincada complejidad. Ante cada afirmación simplificada de los textos básicos se abre un enorme espacio en el que una serie de factores, no siempre evidentes, la precisan, la contradicen o la aclaran, cuando no la presentan como un caso particular de otra afirmación de mayor abarque. Pero además, no pocas de estas obras generales se caracterizan por sus escasos reparos en reiterar —sin examinarlos siempre con minuciosidad— conceptos o unidades cuya única justificación parece residir en que han conocido antes otras muchas reiteraciones. Nuestra tradición gramatical nos muestra exponentes bien conocidos de una extraordinaria altura, pero en ciertos ámbitos de la descripción nos muestra también más repetición que profundidad en el análisis; más clasificaciones esquemáticas que intentos de penetrar en los factores que las hacen posibles; más rutina que renovación; más simplificación que detalle. Es claro, por tanto, que una obra que trate de evitar el riesgo de la simplificación excesiva habrá de ser necesariamente colectiva. Lo exige la necesidad de cubrir una bibliografía tan amplia como la que ha proporcionado la investigación en los últimos treinta o cuarenta años, pero lo impone más aún el simple reconocimiento de la complejidad objetiva de cualquier sistema lingüístico.

Aun siendo colectiva, la obra que aquí presentamos no es una colección de ensayos superpuestos. Es más, sus directores hemos tenido muy presente a lo largo de estos casi seis años en que se ha gestado que el proyecto se desvirtuaría si se convirtiera en una recopilación de pequeñas monografías independientes. Como explicamos más adelante, nos hemos esforzado, en la medida de nuestras posibilidades, por lograr un tono expositivo relativamente homogéneo, un

vocabulario descriptivo común en los aspectos esenciales del análisis y un marco conceptual de conciliación que careciera de contradicciones. Aun así, los directores hemos querido respetar el estilo de los autores, siempre que no afectase a la claridad y comprensión de las materias tratadas, de ahí que el lector vaya a encontrar, en ocasiones, algunas diferencias en la densidad de la exposición. Lo que presentamos es, en todo caso, una gramática del español, y no un conjunto de estudios gramaticales sobre nuestra lengua.

Obra descriptiva

La segunda característica fundamental de esta obra forma parte de su título: esta es una obra descriptiva. Son varias las gramáticas del español que muestran en su cabecera algún adjetivo que restringe la denotación del sustantivo *gramática*. Recordamos, entre otros, los adjetivos *empírica*, *esencial*, *didáctica*, *moderna*, *histórica*, *estructural*, *comunicativa*, *generativa*, *funcional* y *filosófica*, que aparecen en el título de otras tantas gramáticas del español. La obra que presentamos es descriptiva en el sentido más estricto del término, esto es, en el sentido en que *describir* significa mostrar o representar un objeto «explicando sus distintas partes, cualidades o circunstancias» (*DRAE*). No coincidimos exactamente con el diccionario de la RAE en que *gramática descriptiva* sea sinónimo de *gramática sincrónica* (vol. 1, pág. 1053). Para nosotros, esta obra es descriptiva en cuanto que presenta las propiedades de las construcciones y de las palabras que las forman, es decir, en tanto que muestra clases y paradigmas, regularidades y excepciones. Es descriptiva en el sentido de que pretende exponer y razonar el comportamiento de las categorías gramaticales, las pautas que regulan su estructura interna y las relaciones morfológicas, sintácticas, semánticas y discursivas que se dan en todos los ámbitos que abarca el análisis. Es descriptiva asimismo porque se centra en la caracterización de problemas empíricos y no en la validación de constructos teóricos. Lo es, en suma, porque muestra (creemos que con suficiente detalle) los datos y las generalizaciones que resultan necesarios para entender cada construcción y para relacionarla con las demás.

El concepto 'gramática descriptiva' se distingue, claro es, del de 'gramática teórica', pero ambos términos se complementan. En efecto, aunque resulte ocioso reiterarlo, el término 'gramática teórica' no designa para ningún autor un tipo de volumen, sino una disciplina, una manera de trabajar. Se trata de la gramática orientada desde alguna teoría del lenguaje, muchas veces de tipo estructural o generativo en alguna de sus variantes, pero también de tipo funcional, cognitivo o discursivo, en orientaciones más recientes y menos desarrolladas, también subdivididas. El propósito del análisis, entendido así, es construir una teoría —en el sentido de un modelo aproximado de la realidad— que nos permita interpretar los datos y mostrar cómo encajan estos en las pautas conceptuales (formales o no) que esa teoría proporcione. 'Gramática teórica' es casi equivalente, por tanto, a 'gramática científica'. El objetivo primordial del gramático teórico no es, desde luego, escribir manuales ni tratados (sean estos básicos o elevados), sino investigar una o varias parcelas de la teoría que entre todos se pretende construir, incluso proponiendo modificaciones en su misma arquitectura.

Resulta particularmente interesante que, en el caso de la gramática, la descripción y el desarrollo de la teoría crezcan de forma pareja. De hecho, este *crecimiento paralelo* es una de las características más notables del proceso, visto en conjunto. El trabajo del investigador ofrece muchas veces explicaciones nuevas para problemas clásicos, sobre todo cuando las unidades de análisis que se introducen constituyen microscopios más finos que los tradicionales. Otras veces, la investigación muestra propiedades de las construcciones que se analizan que no habían sido ni siquiera

observadas en esos estudios previos. En este caso son los instrumentos nuevos los que llevan de forma natural a considerar problemas gramaticales también nuevos, con frecuencia de considerable interés. Como a veces se dice con una imagen habitual, la pesca está siempre en función de nuestra habilidad como pescadores y del tipo de red que manejemos.

Tanto en un caso como en el otro, lo que mejora al cabo es nuestra comprensión del sistema gramatical. Las propiedades analizadas o descubiertas tienen sentido como parte de un engranaje mayor, pero lo cierto es que también lo tienen en sí mismas, y es precisamente en este punto donde cobra pleno sentido el trabajo que ahora presentamos. La descripción minuciosa del idioma es en parte es el resultado indirecto del trabajo teórico de otros especialistas; es decir, el resultado de investigaciones en las que las propiedades gramaticales de las construcciones y los paradigmas léxicos que se proponen o se descubren se interpretan de forma relativa a su papel en los constructos teóricos que se van articulando. Esta obra se presenta, pues, como descriptiva, y no como teórica, pero es en buena medida posible porque el trabajo teórico constituye una de las fuentes más ricas de la descripción, incluso si ese no es su interés inmediato. En cierto sentido —y adoptando una observación similar de los directores de la *Grande grammatica italiana* en la presentación de su tercer volumen— podríamos decir que esta obra es *posteórica*, si se nos permite emplear un término paralelo al adjetivo *preteórico*, que se usa con frecuencia para calificar las aproximaciones más o menos intuitivas a los objetos complejos cuando se realizan antes de que existan teorías articuladas sobre ellos. En nuestro caso, la descripción es posterior en buena parte a esos estudios, y pretende, por tanto, beneficiarse de ellos. Aspiramos también, consiguientemente, a que el lector no familiarizado con la investigación teórica tenga acceso a sus resultados empíricos, en tanto que contribuyen objetivamente a nuestro mejor conocimiento del idioma.

Como es de sobra sabido, la relación entre descripción y teoría es sumamente intrincada: sin una teoría implícita, siquiera en ciernes, la descripción es prácticamente imposible. Como tantas veces han hecho notar los filósofos de la ciencia, la descripción de un objeto no toma en consideración cualquier pauta imaginable que queramos aplicarle, sino sólo unas pocas que aporta algún esquema previo, a menudo puramente intencional y apenas esbozado. Así, no es enteramente apropiado decir que nuestros gramáticos tradicionales trabajaban sin una teoría gramatical previa. Parece más justo decir que la que tenían estaba poco articulada —medida con raseros actuales—, y que se basaba en un paralelismo demasiado estricto entre las categorías de la lógica tradicional y las clases léxicas, además de en una concepción muy poco restringida de los límites que existen entre la estructura formal de las oraciones y las intenciones de los hablantes o sus valoraciones de las cosas. En fin, en un sentido absolutamente estricto, y con buenos argumentos filosóficos en la mano, podría decirse que la descripción ateórica es inviable, en el sentido de que cualquier descripción siempre esconderá gérmenes teóricos que establecerán las pautas que la hagan posible.

Aunque no se nos escapan todas estas consideraciones, creemos que en este final de siglo, teniendo ya ante nosotros los resultados de casi cincuenta años de estudios teóricos detallados, concebidos con diseños diferentes y con propósitos también distintos, es plenamente posible lograr una descripción del idioma que presente esos resultados, los sume a los que proporcionan las gramáticas clásicas y modernas, y los integre en una obra de referencia. En nuestro caso, como sin duda advertirá el lector, esta gramática es deudora en importante proporción de la gran cantidad de resultados obtenidos por la gramática generativa, tanto en su versión más centrada en la sintaxis como en su

vertiente léxico-sintáctica. Es natural que así sea, puesto que esta disciplina, desde los textos fundacionales del propio Chomsky, ha reconocido que aspiraba a formular las generalizaciones que subyacen a la «gran cantidad de información estructural recogida por las gramáticas tradicionales», a recuperar así la tradición. Pero, como también se notará de inmediato, esos resultados comparten su espacio (en el interior y entre los diversos capítulos) con observaciones emanadas de marcos funcionalistas, cognitivistas, lexicistas puros, semántico-formales o de la pragmática lingüística. En un momento en que el estudio del lenguaje tiene como centro las llamadas 'interficies' o 'interfaces', esto es, las zonas de contacto entre los componentes de la gramática, un esfuerzo integrador de perspectivas es un esfuerzo completamente moderno.

Hace unos quince o veinte años, una obra gramatical que se caracterizara a sí misma como *descriptiva* habría caído —dentro de algunos foros— en la torpe ingenuidad de mostrar abiertamente su propia ignominia. Si muchos artículos breves que aspiraban a ser teóricos eran desestimados con la acusación de ser *meramente descriptivos*, una obra de más de cinco mil páginas *meramente descriptivas* no podría llamar la atención de ningún investigador serio. El proyecto italiano, elaborado en buena medida por gramáticos teóricos, ya mostró bien a las claras lo equivocado de este razonamiento, que creemos confirmará esta gramática. De hecho, nos parece que los investigadores que trabajan en la gramática teórica podrán servirse en alguna medida de esta obra, que hemos presentado a la vez como descriptiva y (para completar la paradoja) posteórica. No hay contradicción en ello.

Esta es una gramática descriptiva de *referencia*, y no una obra de *doctrina* gramatical. Nos parece, de hecho, que el primer término está más libre de las connotaciones que acechan en el segundo. Lo cierto es que el término *gramática de referencia* apenas se usa entre nosotros, frente a lo que se sucede en otras culturas. *Referencia* sugiere aquí simplemente «consulta», «examen», «información». La descripción será aprovechada sin duda de forma muy diferente según sean los intereses del observador que se asome a ella. Los psicolingüistas que estudien esta obra no interpretarán, desde luego, algunos de los datos que contiene de la misma forma que lo harán algunos profesores de español como segunda lengua, y estos a su vez considerarán tal vez interesantes algunas distinciones que no llamarán la atención de otros especialistas que quieran examinarla. Este tipo de obras representan pequeños altos en el camino. La espiral del trabajo teórico —siempre veloz, absorbente, desafiante y efímero— no puede cesar, pero estos respiros aportan balances parciales que pueden servir a otros muchos profesionales relacionados con el idioma. Creemos que no faltarán los que encuentren en estas páginas motivo de inspiración que les lleve a desarrollar otras investigaciones sobre el español, teóricas o aplicadas. Nada nos agradecería más que ocupar un pequeño puesto en ese ciclo interminable.

Obra de múltiple acceso

Las dos características que acabamos de reseñar prefiguran esta tercera y determinan la cuarta. Líneas arriba decíamos que era esta una gramática detallada que aspiraba a presentar en términos relativamente sencillos y en un vocabulario común los resultados de trabajos especializados. Esta condición de 'ser detallada' tiene varias dimensiones que podemos siquiera esbozar.

Las unidades gramaticales y los fenómenos en los que participan se presentan aquí distribuidos en varios capítulos, muchos más de los habituales, como se advertirá rápidamente si se compara esta obra con otras gramáticas conocidas. Si

examinamos, por ejemplo, el nombre sustantivo, su propiedades y su sintaxis, advertiremos que hay cuatro capítulos que lo tratan de manera explícita: los relativos a las clases de nombres comunes, al nombre propio, a la estructura del sintagma nominal y a las nominalizaciones, y varios más de los que constituye una parte central, o donde aparece recurrentemente: el de la concordancia, el relativo a la flexión de género y número (en la sección de morfología), y también el apartado en que se trata la elipsis nominal, en el capítulo correspondiente a la elipsis, así como el capítulo de las subordinadas sustantivas que complementan al nombre. Ese desmenuzamiento y esa división no obedecen necesariamente a la abundancia de precedentes; más bien se deben a que sabemos que cada una de esas facetas de la categoría 'nombre' requiere una perspectiva: sintáctica en el caso de la estructura de la frase nominal, sintáctica y léxica en el caso de los nombres comunes, con elementos de la semántica referencial en lo que respecta a los nombres propios, y con un acercamiento desde la sintaxis de la estructura argumental, y de la de la frase verbal en lo relativo a las nominalizaciones y a los complementos oracionales del sustantivo. La división refleja, pues, la diversidad de accesos que el objeto requiere, pero la construcción de los capítulos invita constantemente al lector, a través de indicaciones expresas, referencias cruzadas o alusiones en las notas, a integrar una perspectiva con otra, a llegar desde todos esos ángulos a una única visión del objeto.

Hay también un segundo sentido en que esta obra es múltiple sin dejar por ello de ser integrada. Esta gramática contiene numerosas clasificaciones y paradigmas léxicos de las clases de palabras, en particular de los verbos, pero también de los adjetivos, los sustantivos y las partículas. Estas clasificaciones no son inmotivadas: se relacionan siempre con patrones sintácticos, puesto que muchas propiedades sintácticas sólo se manifiestan con ciertas clases léxicas, y viceversa. Particularmente destacados a este respecto son los capítulos sobre la subordinación sustantiva, sobre el modo de acción, el adjetivo, la predicación copulativa y la secundaria, la transitividad o los dativos. Como sabemos, no hay clasificaciones léxicas inequívocas y únicas de las unidades gramaticales, y por ello las clases léxicas se agrupan o se dividen a veces según lo que estemos observando. Pero si miramos las que se utilizan bien y recurrentemente, veremos que en todas esas clasificaciones hay núcleos duros o esenciales, y que las zonas borrosas más bien muestran nuestra debilidad en el conocimiento de lo que estamos caracterizando, antes que fallos intrínsecos en los propios paradigmas léxicos. Un ejemplo en la misma línea lo proporcionan las oraciones subordinadas denominadas 'impropias', incluidas a veces entre las adverbiales. Estas oraciones merecen capítulos independientes en la cuarta parte, como luego veremos, pero se miran anticipadamente en el capítulo sobre las construcciones y oraciones infinitivas. En un caso se atiende más a las relaciones lógicas que establecen con la oración principal y a las interpretaciones discursivas a que dan lugar; en el otro, se destacan sus relaciones con otras subordinadas y con el tiempo de la oración principal. Tanto en el caso de los paradigmas léxicos como en el que acabamos de mencionar, desde los capítulos mismos, y desde el índice analítico y de voces, el lector podrá llegar a las varias facetas que manifiestan las unidades lingüísticas, a las clases léxicas que subyacen a ellas e incluso a explicaciones paralelas que convergen en una parte y divergen en otras. El resultado es una composición múltiple, sinfónica, de la que surgen melodías que pretendemos armónicas.

Nuevas cuestiones en la gramática del español

El temario de esta obra no sólo es más detallado que el de otras muchas gramáticas, sino que incorpora varias cuestiones que frecuentemente no se tratan en ellas, o sólo se mencionan esporádicamente y escuetamente. El lector podrá

comprobarlo con un simple vistazo a la estructura de la obra y al índice de materias, pero podemos anticiparle algunos ejemplos. Son nuevos temas, entre otros, la elipsis (que en nuestras gramáticas no tenía un lugar destacado desde la *Minerva* de El Brocense), la sintaxis de las nominalizaciones (distinta de la formación de nombres derivados), las construcciones sintácticas que se corresponden con el modo de acción de los predicados verbales y adjetivos, los marcadores discursivos en tanto que parte de la relación entre oraciones, la clasificación sintáctica de los verbos intransitivos en inacusativos e inergativos (que articula con detalle la antigua noción de 'verbos con participios deponentes', introducida por Bello), o lo relativo a la presencia y ausencia de los determinantes como manifestación de relaciones gramaticales a las que corresponden funciones y significados bien determinados. Resulta novedosa también la presencia de capítulos específicos sobre la variación sintáctica: leísmo, laísmo y loísmo, las fórmulas de tratamiento y los fenómenos de dequeísmo. Que estén estos capítulos no significa ni mucho menos que esta obra refleje de una manera cabal la variación gramatical en todos sus extremos. Supone, no obstante, reconocer que existe variación en algunos esquemas gramaticales y que esta variación representa el desarrollo de posibilidades alternativas dentro de un mismo sistema.

La incorporación de numerosas clasificaciones léxicas, recién mencionada, constituye otro aspecto no frecuente en los tratados gramaticales. Puede llamar la atención, por otra parte, el que se expliquen en esta obra con mucha más precisión de lo que suele ser habitual los límites y zonas de contacto entre las categorías, tales como los que median entre sustantivos y adjetivos, adverbios y preposiciones, o entre ciertas construcciones gramaticales: las relativas y las consecutivas, el paralelismo estructural entre exclamativas, relativas e interrogativas, o entre nominalizaciones y oraciones sustantivas, entre otros ejemplos posibles. Los tres tipos tradicionales de subordinación (sustantiva, adjetiva y adverbial) se analizan también en esta obra con mayor pormenor que en cualquiera de sus predecesoras. Ni que decir tiene que las gramáticas no incluyen habitualmente capítulos sobre la formación de palabras como los que conforman la última parte de este tratado.

Al abrir la puerta a tantos nuevos asuntos estamos dejando constancia de los importantísimos avances realizados en la ciencia gramatical en los últimos cuarenta años. Indirectamente, nos gustaría también contribuir con ello a que los futuros manuales y libros de texto fueran más amplios de contenido, más ricos en matices y ejemplificación, más abiertos a considerar con detalle construcciones que tienen escasa presencia en las gramáticas clásicas, pero que revelan las múltiples posibilidades que ofrece la estructura gramatical de nuestro idioma.

Breve historia de este proyecto

En el verano de 1993 los directores de esta obra habíamos llegado independientemente a la conclusión de que se debería abordar para el español una gramática colectiva similar a la reciente *Grande grammatica italiana di consultazione* (tres vols., Bolonia, Il Mulino, 1988-1995), a la algo más antigua *A Comprehensive Grammar of the English Language* (Londres, Longman, 1985) o a la nueva *Algemene Nederlandse Spraakkunst* (2.ª edición, 1997, Groninga, Martinus Nijhoff), esto es, una gramática descriptiva del español suficientemente abarcadora que estuviera realizada conjuntamente por varios autores y dirigida por una o dos personas. Las razones han sido expuestas en parte en los apartados anteriores. Destaca entre ellas la constatación de que los manuales de gramática española, generalmente elaborados por un solo autor, giran muchas veces sobre unas pocas cuestiones que raramente pueden estudiar en profundidad, y no siempre aprovechan en suficiente medida los resultados de la bibliografía especializada, verdaderamente abrumadora en los últimos años.

El proyecto inglés lo llevaron a cabo sólo cuatro autores, que emplearon casi veinticinco años en su elaboración. Antes de la versión final, publicaron avances parciales en forma de gramáticas más breves que fueron creciendo progresivamente hasta desembocar en el volumen citado de 1985. El proyecto italiano comenzó en 1976 y fue elaborado por 37 autores. El primer volumen se publicó en 1988, el segundo en 1991 y el tercero y último en 1995. El proyecto neerlandés comenzó en 1977 y fue elaborado por cinco redactores que contaron con un amplio equipo de apoyo. La segunda edición (1997) posee unas dos mil páginas, el doble de extensión que la primera (1984). Nuestro proyecto no podía seguir ninguno de estos rumbos: el primero porque (no siendo británicos) nos parecía irreal hacer planes a veinticinco años vista; el segundo y el tercero porque los plazos eran también excesivos, y además no nos atraía la idea de publicar la obra en varias entregas separadas entre sí por años o quizás lustros. Muy pronto vimos que la obra que deseábamos para el español habría de publicarse en una sola entrega y en un plazo mucho más breve que el de sus análogas de esos otros idiomas. Era pues necesario aumentar la nómina de autores y poner todo el esfuerzo en la tarea de coordinación que resultaba imprescindible si queríamos evitar la dispersión de unidades de análisis, tonos expositivos y marcos conceptuales.

En el otoño de 1993 elaboramos un índice provisional y unas directrices generales con las características de la obra y con las normas de redacción. Estas normas contenían recomendaciones formales y también de contenido, y de hecho incluían hasta una lista de términos desaconsejados y otra de términos recomendados. Nos interesó desde el comienzo que la gramática, aun siendo obra colectiva, alcanzara un tono descriptivo y conceptual relativamente homogéneo. Propusimos la redacción de los capítulos a otros tantos autores según nuestro conocimiento de su especialidad. Enseguida comprendimos que existían más investigadores destacados que capítulos podía tener la obra, lo que comportaba decisiones inevitables y siempre incómodas. Como era de temer, no fue posible contar con algunos excelentes especialistas porque resultaba imposible desdoblarse más el índice, que llegaba ya a los 80 capítulos. En revisiones y redistribuciones posteriores, la obra quedó en los 78 capítulos que posee actualmente, elaborados por 73 colaboradores. Los directores de esta gramática nos damos perfecta cuenta de que el número de autores hispanoamericanos y el de hispanistas extranjeros que no tienen el español como primera lengua son claramente insuficientes. Asumimos nuestra responsabilidad en lo inapropiado de estas proporciones, pero queremos argumentar como descargo parcial que los lingüistas hispanoamericanos que se han especializado en el estudio de la gramática española constituyen un porcentaje menor en esa comunidad que el de españoles que han elegido el mismo campo. También otras razones inevitables, relativas a la cercanía y a la familiaridad con las investigaciones en curso, han contribuido en alguna medida a esa desproporción, que los directores de este proyecto sin duda lamentamos.

El Instituto Universitario Ortega y Gasset acogió el proyecto desde el principio en su sede de Madrid, y el Ministerio de Educación y Ciencia (luego de Educación y Cultura) nos brindó una parte sustancial de la financiación para llevarlo a cabo (PB93-0013 y APC97-0095). Otra buena parte de su financiación nos la concedió la Fundación Ortega y Gasset. En la primavera de 1994 teníamos índices provisionales de casi todos los capítulos, y en el otoño de ese año empezaron a llegarnos los primeros textos. Decidimos elaborar informes muy detallados de cada capítulo, que hicimos llegar a los autores. Cada uno de

nosotros dos elaboró un informe para cada autor, que le fue enviado después de corregir los solapamientos entre nuestros primeros borradores y debatir, conjuntar y poner en limpio nuestras observaciones. Estos minuciosos informes afectaban a las cuestiones generales (tono expositivo, grado de detalle, tipo de aproximación conceptual) y también a las particulares (terminología, análisis de ejemplos concretos, factores específicos de la interpretación de los datos, aspectos formales, etc.). Los informes contenían también, en algunas ocasiones, propuestas alternativas de redacción para algunos fragmentos que a nuestro entender podrían presentarse de manera más diáfana. Con toda esta información, a la que en algunos casos se unieron los comentarios que los autores pidieron a otras personas, prepararon la segunda versión de su capítulo, sobre la que hubimos de volver ocasionalmente, aunque ya sólo para discutir cabos sueltos o completar detalles bibliográficos. La ayuda de nuestra colaboradora M.^a Victoria Pavón fue esencial en este estadio del proyecto.

Los capítulos poseen extensión variable, cuyos límites decidimos los directores según su importancia objetiva en el sistema gramatical o la complejidad de las nociones estudiadas en cada caso. Con muy pocas excepciones, casi todos los autores superaron en su primera versión el número de páginas que les fue asignado, lo que en algunos casos obligó a hacer reajustes no siempre fáciles. El proceso de recopilación de los capítulos continuó desde el otoño de 1994 hasta el verano de 1998. Los tres últimos capítulos se recibieron en septiembre de 1998. Independientemente, expusimos nuestro proyecto a la Real Academia Española, que lo recibió con gran interés y decidió acogerlo en la colección Nebrija y Bello, de Espasa Calpe, que esa institución patrocina.

El proyecto ha constituido para nosotros una experiencia tan interesante como enriquecedora. De hecho, el esfuerzo que ha supuesto se ha visto sobradamente compensado con la favorable acogida que los autores dieron a nuestras peticiones, de las más generales a las más específicas, pero sobre todo con lo que hemos aprendido de ellos y con la expectación —esperemos que no exagerada— que la obra despertó entre la comunidad lingüística.

El que no se hubiera abordado antes una obra de estas características se debe probablemente a que no existían precedentes para otros idiomas, y también a que la investigación gramatical en nuestra comunidad se caracterizó durante mucho tiempo por un notable grado de dispersión, fragmentación y desconocimiento mutuo de los investigadores. El diálogo entre especialistas que trabajaran en marcos relativamente distintos era prácticamente inexistente, lo que no animaba precisamente a pensar en un proyecto integrador. A principios de los años noventa se produjo quizá un cambio de perspectiva, que conllevaba un cierto acercamiento de posturas, o al menos un aumento objetivo del interés de los investigadores por conocer y aprovechar los logros de los demás, y podría decirse que también por relativizar en alguna medida ciertos rasgos, antes inamovibles, de sus propias posiciones teóricas. Sin duda esta confluencia fue una manifestación más de dos condiciones que se daban por sabidas en el mundo lingüístico internacional: la normalización de la situación de ciertos paradigmas (que hacía ya innecesarias las proclamas ideológicas) y la confluencia de ellos en ciertos aspectos relativamente externos, como por ejemplo el que más allá de notables diferencias de objetivos, todos seamos moderadamente lexicistas. En todo caso, tal acercamiento, que se percibió en los congresos, en las publicaciones, en los tribunales de las tesis doctorales y en otros foros, propició un ambiente de respeto mutuo sin el que una obra como esta no habría podido fructificar. Esta gramática no pretende, sin embargo, ser ecléctica, ni mucho menos

sugerir que las fronteras entre las teorías son difusas ni que el trabajo descriptivo debe sustituir al teórico. Tan sólo es una muestra de que es relativamente posible llegar a un *acuerdo de mínimos* entre todos los que entendemos que es conveniente, incluso deseable, presentar a la comunidad, de manera integrada y pormenorizada, los fundamentos de la estructura de nuestro idioma.

No faltará quien pregunte qué quiere decir exactamente *la comunidad*. No se nos oculta que existe en el inundo intelectual contemporáneo una difícil tensión entre la investigación y la divulgación; entre el trabajo especializado que se dirige a unos pocos en publicaciones restringidas, y el deseo natural de que el conocimiento llegue a todos y para todos sea útil. Los directores de esta obra pensamos desde el principio que podría llegar a ocupar un puesto intermedio entre la investigación gramatical especializada, que sólo resulta accesible a muy pocos profesionales, y esas otras gramáticas breves de las que antes hablábamos, con demasiada frecuencia alejadas de la primera. El origen de este proyecto estuvo precisamente en nuestro deseo de contribuir, aunque de forma necesariamente incompleta, a establecer ese vínculo.

Características internas de la obra

La presente gramática de la lengua española abarca la sintaxis, la relación entre léxico y sintaxis, la semántica de las relaciones oracionales, la morfología (tanto flexiva como derivativa) y una parte de lo que se conoce como 'gramática del discurso'. No contiene, en cambio, una sección de fonología.

La descripción que realizamos es sincrónica en lo fundamental, pero nunca se excluyen los datos diacrónicos cuando son relevantes para completar el análisis, lo que sucede más marcadamente en la sección de morfología. Si bien creemos que la proporción entre la información sincrónica y la diacrónica es (en lo esencial) correcta en una obra de estas características, nos hubiera gustado que la variación dialectal hubiera tenido más representación de la que tiene, aun cuando esta no sea en absoluto desdeñable. Ciertamente, se recogen aquí los aspectos fundamentales de la variación sintáctica (más aún los morfológicos), en los casos antes señalados y en el interior de muchos otros capítulos, con más prolijidad que en cualquier otra descripción sincrónica del español, pero no se nos oculta que existen otros hechos sintácticos de comprobada variación en el mundo hispánico que tal vez podrían haberse tratado más pormenorizadamente. Desde luego, el que no existan todavía obras de referencia detalladas sobre la sintaxis histórica del español ni sobre la sintaxis dialectal (en este último caso, con la sola excepción del antiguo tratado de Kany), es un factor importante que no podría dejar de influir en la elaboración del presente texto. Se trata de lagunas muy notorias que de ninguna manera podríamos intentar cubrir, a pesar de que esta obra pretenda ser relativamente amplia y detallada.

Los autores no fueron constreñidos sobre las fuentes de datos que debían manejar, pero sí fueron instados a hacer uso del mayor número posible de ellas. Como en las gramáticas colectivas de otros idiomas que hemos mencionado arriba, la fuente principal de datos ha sido la introspección, lo que permite, como es bien sabido, usar 'datos negativos', es decir, secuencias agramaticales cuya inexistencia muestra alguna pauta consistente en el sistema gramatical. En este punto hemos actuado en esta obra como lo hicieron los autores de las gramáticas colectivas citadas. Sin embargo, frente a algunas de ellas, en la nuestra se hace uso habitual de fuentes literarias y periodísticas, corpus diversos privados o públicos y diccionarios sintácticos, fundamentalmente el de R. J. Cuervo. De hecho, esta es

una de las gramáticas descriptivas del español moderno que más uso hace de fuentes distintas de la propia introspección.

Como se sabe, el debate sobre la validez y la fiabilidad de las fuentes de datos es largo (y casi abrumador) desde los años setenta. Se ha señalado en múltiples ocasiones que los contrastes (llamados a veces 'pares mínimos') sólo son posibles en la sintaxis con datos negativos; de hecho, todas las ausencias en la combinatoria que puedan resultar pertinentes para el sistema gramatical se obtienen de la introspección; algunas construcciones gramaticales no aparecen fácilmente en los corpus en la forma exacta en que se las necesita; otras se encuentran en los corpus, pero representan un tipo de hápax sintáctico. Por el contrario, el corpus proporciona datos interesantes a los que no tiene acceso la introspección, y con gran frecuencia ayuda a completar paradigmas léxicos que muy difícilmente pueden lograrse manejando únicamente esa otra fuente. En suma, en esta obra hemos empleado ambos procedimientos, que de hecho nos parecen complementarios en cualquier investigación gramatical.

Los directores de esta obra hemos intervenido moderadamente en los juicios de gramaticalidad que aquí aparecen. Hemos sugerido en múltiples casos a los autores que los revisaran, salvo si se trataba de variación dialectal, muy especialmente cuando parecía existir una marcada diferencia entre su criterio y el que mostraban mayoritariamente otros hablantes consultados por nosotros. Aun así, somos conscientes de que los signos de semigramaticalidad, como ?, ?? o ?* son —independientemente de que se usen con profusión en el análisis gramatical— muestras indirectas de nuestra ausencia de control sobre los factores que intervienen en la estructura de las unidades sintácticas. Seguimos aquí el criterio general de emplearlos de manera ocasional, pero no debemos dejar de señalar que el hacerlo supone en alguna medida confesar nuestra ignorancia parcial sobre esos factores.

Esta no es una obra normativa, ni directa ni indirectamente. De hecho, se han evitado siempre las actitudes de censura o estigmatización hacia los usos sintácticos considerados 'no cultos' o 'menos cultos', tanto si los acepta la Academia, como el leísmo de persona, como si los rechaza, como el laísmo, el dequeísmo, los llamados a veces 'relativos despronominalizados' o algunos tipos de solecismos o silepsis. Como es sabido, la agramaticalidad no debe confundirse con la incorrección. El asterisco se usa aquí exclusivamente, por tanto, para marcar la primera. Aun así, en el capítulo 34, en el que los factores normativos pesaban abrumadoramente, nos pareció conveniente sugerir a su autor que utilizara un signo convencional para marcar las secuencias incorrectas y otro distinto para señalar las agramaticales.

En lo que afecta a los registros lingüísticos, se ponen particularmente de manifiesto en algunos capítulos, como los comprendidos entre el 60 y 63, en los que se analizan más formas coloquiales que en otros, pero también en los demás se hace notar ocasionalmente este tipo de informaciones cuando son pertinentes para la descripción.

Estructura de la obra

Cualquier distribución de contenidos de una gramática resultará siempre problemática y contendrá, sin duda ninguna, solapamientos parciales y engarces difíciles. La causa no está sólo en los criterios que utilicen los autores de la parcelación, sino en la naturaleza multiforme de las unidades gramaticales. De hecho, sus propiedades sintácticas, semánticas y discursivas establecen redes de relaciones que vinculan nociones aparentemente lejanas: la predicación con el

modo de acción, el aspecto con la cuantificación, la anáfora con la elipsis, la impersonalidad con la genericidad, la negación con el modo, los tiempos con los pronombres, y así en otros muchos casos.

La GDLE, que presenta una estructura relativamente tradicional, está dividida en cinco partes. No posee, frente a sus homólogas de otros idiomas, un capítulo introductorio sobre las unidades gramaticales en su conjunto. Al principio pensamos en incluirlo, pero además de tratarse de un capítulo particularmente polémico —y quizás indebidamente programático o fundacional en una obra escrita por más de setenta profesionales de orientación no siempre coincidente— lo cierto es que contendría seguramente información redundante, vista la organización general de la obra. Aun así, para compensar parcialmente esta ausencia hemos incluido cuatro capítulos que constituyen introducciones a otras tantas secciones: el 5, en la primera parte, sobre la estructura del sintagma nominal en su conjunto, el 24, en la segunda, sobre transitividad e intransitividad, así como otros aspectos de la estructura del sintagma verbal, y los que encabezan las partes cuarta y quinta sobre la gramática del discurso y la morfología respectivamente. Asimismo, el capítulo 31 constituye una presentación general e integrada de las construcciones interrogativas, relativas y exclamativas, que se analizan en capítulos independientes. Si el lector desea obtener un panorama de cada una de esas cuestiones antes de abordarlas con detalle, puede leer primero estos capítulos introductorios.

Las cinco partes que componen la obra son las siguientes:

Primera parte. Sintaxis básica de las clases de palabras. Esta sección está formada por 23 capítulos y contiene una pormenorizada descripción de las clases de palabras y de los sintagmas (frases o grupos) que esas palabras constituyen. Se exceptúa el sintagma verbal, que no se estudia en esta sección, sino en las siguientes, porque sus características tienen claras repercusiones en toda la sintaxis oracional. En esta primera parte se dedican dos capítulos al sustantivo, al adjetivo y al artículo; tres a los cuantificadores, cuatro a la estructura del sintagma nominal y cinco a los pronombres personales. En lo que se refiere a las partículas, cabe señalar que la conjunción no posee capítulo propio, frente a la preposición, la interjección o el adverbio, porque se estudia, por una parte, en relación con otras clases de palabras (cap. 9) y, por otra —muy pormenorizadamente— en los capítulos sobre coordinación y subordinación.

® *Segunda parte. Las construcciones sintácticas fundamentales.* En esta segunda parte se analizan las clases de oraciones simples atendiendo a su estructura, así como la constitución del sintagma verbal. Se puede observar que, con la excepción del capítulo 28 y del 38, el título de cada capítulo no es el que corresponde propiamente a una función sintáctica, sino a alguna construcción (en los casos del 28 y del 38, por otra parte, el título quiere reflejar la denominación tradicional, pero esos capítulos no se centran en las funciones en cuanto tales, sino en las propiedades sintácticas y semánticas de dos constituyentes que se relacionan con el verbo, o con este y otros miembros de la oración). Así, no existe ningún capítulo para la función de sujeto en esta obra. Sus hipotéticos contenidos se reparten, por un lado, entre los capítulos 24 a 28, en los que el comportamiento de los sujetos agentes o pacientes está determinado por la estructura de la oración, los capítulos de la subordinación sustantiva (32 a 35), el del infinitivo (cap. 36), el de la concordancia (cap. 42) y —más adelante— los dedicados a las funciones informativas (caps. 64 y 65). Los llamados 'sujetos con preposición' se analizan en el cap. 9 porque su naturaleza tiene que ver fundamentalmente con las propiedades de las par-

tículas. En suma, hemos intentado —con las excepciones que fueran de rigor— que las funciones mismas no articularan la estructura de esta segunda parte, porque nos parecía que en caso contrario habríamos perdido algunas de las conexiones que la obra permite establecer en su disposición actual.

Tercera parte. Relaciones temporales, aspectuales y modales. Las categorías de tiempo, aspecto y modo tienen entidad suficiente en la gramática española como para dedicarles toda una sección, aun cuando ello resulte, como ha sucedido en este caso, notablemente complejo. La explicación hay que buscarla, en parte, en el hecho de que las nociones básicas que se manejan no tienen tanto asentamiento en la gramática clásica o moderna como algunas de las examinadas en los capítulos anteriores. Así, los autores que actualmente investigan sobre la relación entre el tiempo y el aspecto mantienen discrepancias muy notables entre sí (la naturaleza del imperfecto es un ejemplo claro, y el límite entre los tiempos compuestos y las perífrasis es otro, pero se podrían añadir algunos más). No nos parecía oportuno ocultar estas diferencias objetivas entre los autores, ni aun cuando en principio fuera deseable llegar al *acuerdo de mínimos* al que antes nos referíamos. A pesar de que estas ocasionales discrepancias muestren polémicas reales en el estado actual de la investigación del tiempo y el aspecto (no del modo, en términos generales), el lector comprobará que la argumentación en esta tercera parte es, como en el resto de la obra, muy pormenorizada, la ejemplificación es abundantísima y las distinciones conceptuales que los autores introducen son también, a nuestro parecer, originales, abarcadoras y sumamente productivas. Hemos dedicado dos capítulos a los modos, cuatro a los tiempos (incluyendo el que se dedica a las partículas temporales), y otros dos a las perífrasis verbales.

El participio no posee capítulo propio porque casi todas sus características le hacen entrar en relación con otras unidades. Su relación con los adjetivos se analiza en el cap. 4, su funcionamiento en las perífrasis verbales en el 52, y en las cláusulas absolutas en el 39. El gerundio no perifrástico se incluye en esta parte tercera porque manifiesta de forma encubierta algunas propiedades que otras unidades hacen explícitas, y también porque constituye el enlace más claro entre esta sección y la siguiente, dedicada a la subordinación adverbial y a la gramática del discurso.

® *Cuarta parte. Entre la oración y el discurso.* Esta cuarta parte, que comienza con un capítulo introductorio, contiene, por un lado, varios de los capítulos que la tradición solía asignar a la subordinación adverbial; por otro, desarrolla las manifestaciones gramaticales de la modalidad, en particular las relativas a la interrogación, la exclamación, los actos de habla y los discursos directo e indirecto. Incorpora asimismo un estudio detallado de los llamados 'marcadores del discurso', con frecuencia ausentes de la descripción gramatical. Los dos últimos capítulos se dedican a las funciones informativas, esto es, a la distribución en la oración de las informaciones nuevas, presupuestas o destacadas. La organización de esta parte de la gramática no debe hacer pensar, ni mucho menos, que todos los aspectos del análisis gramatical que cubre la pragmática están integrados en esta cuarta sección. Por el contrario, prácticamente en todos los capítulos de la obra, y en particular en los de la primera parte, se hacen consideraciones ocasionales sobre factores pragmáticos que resultan esenciales para entender parte del comportamiento

gramatical de las categorías. Estos hechos resultan muy evidentes en la descripción del artículo, el pronombre, el adjetivo y el adverbio, pero también en algunos aspectos de la elipsis, la predicación o el modo de acción, entre otras muchas unidades. Las cuestiones estudiadas en la cuarta parte no constituyen, por tanto, aquellas parcelas de la gramática en las que la interpretación de los datos se obtiene a través de informaciones discursivas. Se trata, por el contrario, de examinar aquellos tipos de oraciones en los que más claramente se ponen de manifiesto las inferencias de los hablantes, se marca sintácticamente la modalidad o se valora la aportación informativa de cada fragmento de los mensajes. Este examen no ha de llevar a suponer exactamente que la forma de las estructuras gramaticales está condicionada por factores discursivos. Sólo damos razón de factores que en unos casos condicionan la interpretación de los datos y en otros intervienen más sistemáticamente para expresar un reducido grupo de informaciones relativas a la participación del hablante en el mensaje o a las inferencias que conlleva el empleo de ciertas formas gramaticales.

® *Quinta parte. Morfología.* Esta quinta parte suele estar ausente, o quedar reducida a un brevísimo esquema, en la mayor parte de las gramáticas del español. En la presente obra se estudia la flexión y la formación de palabras con considerable detalle. Como hemos resaltado más arriba, los factores históricos y dialectales se consideran más pormenorizadamente que en otras secciones, puesto que, como es bien sabido, las particularidades semánticas y las irregularidades de origen histórico son más numerosas en esta parte de la gramática que en las demás. Tras un capítulo introductorio, se dedican otros dos a analizar la relación de la morfología con la fonología y la sintaxis respectivamente, cuatro capítulos a la derivación (el último también a la parasíntesis), dos a la flexión, y otros tres a diversos procesos morfológicos.

Convenciones

Los capítulos están divididos en apartados de numeración corrida, según el sistema de subdivisión por capas hasta cuatro grados de profundidad. A lo largo de la obra usamos siempre el signo para identificarlos. El texto aparece en cuerpo principal, cuerpo menor (para las informaciones menos centrales o de contenido más especializado) o en notas de pie de página, complementarias o bibliográficas. La información contenida en [— ...] ha sido añadida por los directores y permite al lector acceder a otras partes de la obra en las que se analizan cuestiones análogas o cercanas a las que se consideran en el lugar en que aparece la remisión.

Los signos convencionales utilizados para representar los juicios sobre los datos son los siguientes:

ABC:La secuencia ABC es gramatical.

*ABC:La secuencia ABC es agramatical.

IABC:La secuencia ABC es incorrecta o está marcada normativamente.

#ABC:La secuencia ABC es gramatical, pero resulta inapropiada en la interpretación

deseada, o bien es irregular por factores de naturaleza extralingüística.

?ABC:La gramaticalidad de la secuencia ABC es ligeramente dudosa.

??ABC:La gramaticalidad de la secuencia ABC es dudosa.

?*ABC:La secuencia ABC es agramatical, con posibles reparos.

A(B)C: Las secuencias ABC y AC son gramaticales; esto es, los paréntesis indican que

B puede no estar presente.

A{B/C}D: Las secuencias ABD y ACD son gramaticales; esto es, en la segunda posición

pueden aparecer bien B, bien C, pero no los dos a la vez.

A(*B)C: La secuencia AC es gramatical, pero ABC no lo es; esto es, el asterisco en el

interior del paréntesis indica que la secuencia será agramatical si se incluye ese elemento.

A*(B)C: La secuencia AC es agramatical, pero ABC no lo es; esto es, el asterisco fuera

del paréntesis indica que la secuencia será agramatical si ese elemento no está presente o se suprime.

A{B/C}D: La secuencia ACD es gramatical, pero la secuencia ABD no lo es.

A{B/??C}D: Las secuencias ABD es gramatical, pero la gramaticalidad de la secuencia ACD es dudosa

Otras combinaciones de estos signos se interpretarán según los significados establecidos en esta lista. La presencia de {A/B/C/D} en el interior de los ejemplos es un recurso para economizar espacio: permite enumerar una serie de palabras o de secuencias que podrían ocupar esa posición alternativamente. El signo «/» se usa también a lo largo de la obra para separar los ejemplos de una serie, dentro o fuera del texto. No se emplea punto y coma en estos casos porque algunos datos extraídos de textos contienen ya punto y coma como parte de la cita, lo que podría producir confusión. Como es habitual en otras publicaciones, distinguimos la referencia a una obra de la mención de un autor. En este segundo caso aparece entre paréntesis el año y el resto de la referencia (página o apartado), mientras que en el primero no aparece ningún signo de separación entre el nombre del autor y los datos que identifican su obra.

Para completar la relación de las convenciones empleadas, remitimos a la lista de abreviaturas que sigue a esta introducción.

Agradecimientos

Una obra de este alcance y empeño no hubiese sido posible sin la colaboración de muchas personas e instituciones. Desde el Ministerio de Educación y Ciencia recibimos el apoyo de Roberto Fernández de Caleyá, Director General de Investigación Científica y Técnica en el momento en que comenzamos nuestros trabajos y siempre valedor de iniciativas arriesgadas. Recibimos también un paralelo asesoramiento y acogida por parte de Aurelia Modrego y José Antonio Pascual. Don Fernando Lázaro Carreter, a quien los dos directores debemos mucho de lo que seamos y a quien visitamos para contarle nuestra proyectada aventura, nos dio consejos utilísimos y nos hizo creer un poco más en lo que teníamos entre manos. Desde la Fundación Ortega y Gasset, el apoyo generoso y el constante estar ahí para resolver nuestros problemas, primero de Antonio Ramos y posteriormente de Emilio Lamo de Espinosa y Francisco Prados de la Escosura, han sido decisivos para nuestro trabajo. Sin el apoyo administrativo y económico de esta institución y estas personas la *Gramática descriptiva* simplemente no se hubiera terminado nunca.

La dirección de la obra ha sido nuestra, pero la urdimbre de ese complejo tejido de la relación con los autores, la normalización de los textos conforme a las normas de estilo, la detección de posibles conflictos terminológicos, el marcado de algunos ejemplos, el cumplimiento de las convenciones, los entrecruzamientos entre todos y todo, todo ello podría habérsenos en parte escapado de no ser por la Dra. María Victoria Pavón, nuestra muy eficaz colaboradora de investigación en los últimos tres años. María Victoria —Mariví— contó a su vez en el último año y medio con la ayuda estable en sus tareas de edición de dos excelentes estudiantes de nuestro programa de doctorado: Estrella Nicolás e Isabel Pérez Jiménez. En los comienzos del proyecto, Morase Gutiérrez nos auxilió con tino y diligencia en la organización de nuestra correspondencia con los autores; en el agobiante último verano, cuando parecía que el plazo de finales de septiembre podría llegar a no alcanzarse, la ayuda de Juana Gil Fernández y Olga Fernández Soriano no fue poca cosa en esa carrera contra reloj, y ya en la fase de preparación editorial, el cuidadosísimo trabajo de Celia Villar, Rebeca Córdoba y Marisol Palés, en Espasa Calpe, contribuyó sobremanera a la calidad del resultado final. A todos, y muy particularmente a los autores, que acogieron nuestras demandas, seguramente excesivas, con atención, respeto y, casi siempre, presteza, nuestro profundo reconocimiento.

IGNACIO BOSQUE Y VIOLETA DEMONTE
Madrid, noviembre de 1998

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
2009	RAE e Asociación de Academias de la lengua española	Nueva gramática de la lengua española (partes de Morfología e Sintaxe)

Prólogo

«La Gramática [...] nos hace ver el maravilloso artificio de la lengua, enseñándonos de qué partes consta, sus nombres, definiciones, y oficios, y como se juntan y enlazan para formar el tejido de la oración». Estas exactas palabras pertenecen al prólogo de la primera gramática académica, publicada en 1771. En los casi dos siglos y medio transcurridos desde entonces, la Real Academia Española ha publicado numerosas ediciones de su Gramática en las que se ha esforzado en analizar este «maravilloso artificio». A lo largo de tan extenso período, la Academia ha ido mejorando sus descripciones gramaticales, enmendando lo que consideraba revisable en ellas, ampliando lo que merecía más atención y calibrando también los trabajos de los gramáticos que habían precedido sus quehaceres o realizado aportaciones paralelas a las suyas.

Muy diversas circunstancias han impedido mantener al día la gramática académica. La última edición fue publicada en 1931. Reproducía la de 1920, que, a su vez, se limitaba a añadir a la de 1917 un nuevo capítulo sobre «la formación de palabras por derivación y composición». Conservaba también la edición de 1931 el título de Gramática de la lengua española, que a partir de la edición de 1924 había sustituido al de Gramática de la lengua castellana.

La Guerra Civil, que estalló un lustro después, paralizó considerablemente los proyectos de la Academia Española, obligada a concentrar los escasos recursos de que disponía en las tareas lexicográficas. Aunque el proyecto gramatical nunca fue abandonado por completo, se retomó con mayor decisión a comienzos de los años sesenta, siendo director don Ramón Menéndez Pidal. En el IV Congreso de la Asociación de Academias, celebrado a fines de 1964 en Buenos Aires, presentaron don Salvador Fernández Ramírez y don Samuel Gili Gaya ponencias sobre la Nueva gramática, cuya redacción se les había encomendado a poco de ingresar en la Corporación, en 1960 y 1961 respectivamente. En el V Congreso, que tuvo lugar en Caracas en el verano de 1968, expuso Fernández Ramírez cuatro capítulos de la Nueva gramática y acordó el Pleno de la Asociación pedir a la Española que se acelerara en la medida de lo posible la redacción de la obra. Intensificaron, en efecto, los dos académicos su trabajo junto con los demás miembros de la Comisión de Gramática y la inestimable ayuda de don Rafael Lapesa. En el VI Congreso, celebrado en Quito en noviembre de 1972, presentó la Real Academia Española, de la que era ya director don Dámaso Alonso, el resultado de los trabajos con el título de Esbozo de una nueva gramática de la lengua española y la advertencia de que se trataba de un mero anticipo provisional de lo que pronto sería su Gramática de la lengua española. Eran materiales básicos que deberían estudiarse, revisarse y ampliarse. Allí mismo se fijó un plazo de dos años para que las Academias

asociadas dieran a conocer su opinión y formularan sus sugerencias, como en efecto hicieron.

En 1981 confió la Academia a don Emilio Alarcos la redacción definitiva de la gramática, tarea que completó a comienzos de los años noventa. Debía la Comisión de Gramática supervisar todo el texto antes de someterlo, con los oportunos cambios, a examen de las Academias hermanas; pero, a la vista del particular planteamiento que presentaba, estimó oportuno, y así se acordó, que no fuera publicado como gramática académica, sino como obra personal. La Gramática española de Emilio Alarcos apareció en 1994 en la Colección Nebrija y Bello, que patrocina la Real Academia Española.

Poco tiempo después, se retomó el proyecto de la gramática académica bajo la dirección de don Fernando Lázaro Carreter, y a finales del siglo se contaba ya con algunos materiales nuevos que podían servir para replantearlo. En noviembre de 1998, en el marco del XI Congreso de la Asociación de Academias de la Lengua Española, celebrado en Puebla de los Ángeles (México), y por iniciativa de la Academia Chilena, recibió la Academia Española el encargo formal de abordar de manera definitiva la nueva edición, tan esperada, con la especificación de que debían elaborarla conjuntamente y de forma consensuada las veintidós Academias. Ello suponía un giro radical en el proceso, que correspondió impulsar y gestionar a lo largo de once años a don Víctor García de la Concha, como director de la Real Academia Española y presidente de la Asociación de Academias. Tras constituirse en cada Academia una Comisión especial de Gramática, fue designado ponente don Ignacio Bosque y, con posterioridad, se responsabilizó a don José Manuel Blecua de la sección de fonética y fonología. Esta parte constituirá un volumen independiente dentro de la presente edición, y se publicará junto con un DVD en el que podrán percibirse las variantes de pronunciación, entonación y ritmo del español en las distintas áreas lingüísticas. En el siguiente congreso de la Asociación (Puerto Rico, 2002) fueron aprobadas las líneas fundamentales de la Nueva gramática propuestas por el ponente y se acordó crear una Comisión Interacadémica, como órgano superior de decisión, integrada por representantes de las diversas áreas lingüísticas, cuyas tareas específicas de coordinación se asignaron a don Guillermo Rojo.

La obra que ahora ve la luz es el resultado de este ambicioso proyecto. No es solo una obra colectiva, resultado de la colaboración de muchos, sino también una obra colegiada, el último exponente de la política lingüística panhispánica que la Academia Española y sus veintiuna Academias hermanas vienen impulsando desde hace más de un decenio. El texto básico de esta Nueva gramática fue aprobado por todas y cada una de ellas en la sesión de clausura del XIII Congreso de la Asociación, celebrado en Medellín (Colombia) el 24 de marzo de 2007. Al acto, que presidieron Sus Majestades los Reyes de España y el presidente de la República de Colombia, se unieron más de un centenar de rectores de universidades iberoamericanas y numerosos intelectuales y escritores que participarían de inmediato en el IV Congreso Internacional de la Lengua Española de Cartagena de Indias.

Casi de modo paralelo a como se fue demorando la aparición de la nueva edición de la gramática académica en la segunda mitad del siglo xx, fue también modificándose entre los especialistas la forma de estudiar, y hasta de entender, esta parte de la lingüística. La transformación, de gran calado, afectó a los métodos, a las unidades, a las doctrinas y al modo mismo de plantear y abordar los tratados gramaticales. Conviene recordar que la lengua española nunca dispuso de una gramática que presentara una descripción exhaustiva del idioma basada en citas textuales. En la primera mitad del siglo xx se publicaron varias de las más renombradas: obras monumentales como la de Jespersen para el inglés o las de Grevisse y Damourette y Pichon para el francés, entre las elaboradas para distintos idiomas. La Gramática española de Salvador Fernández Ramírez, que se inscribía en este paradigma, constituyó el único proyecto de abordar una obra de tales características para el español. Su autor publicó uno solo de los volúmenes previstos y no pudo dar término a su proyecto. Nuestro idioma no llegó, pues, a disponer de una gramática que lo representara en esa serie de grandes tratados con los que hoy cuentan no pocas lenguas europeas.

A la par que surgían estudios de conjunto para el español elaborados desde muy diversas perspectivas, crecían y se renovaban las monografías, proliferaban los congresos y las colecciones editoriales y se publicaba un ingente número de artículos especializados. Al final del siglo xx, la bibliografía existente sobre la gramática del español multiplicaba por muchas centenas la que pudieron conocer los académicos que prepararon la edición de 1931. Todos reconocen hoy que la vitalidad que la gramática posee en el ámbito internacional a comienzos del siglo xxi es considerablemente superior a la que pudo tener en otros tiempos. Pero no cabe duda de que el trabajo gramatical ha ido adquiriendo mayores grados de complejidad. La variedad de orientaciones, la multiplicidad de intereses y de instrumentos de análisis, la explosión de investigaciones y la natural adaptación de la disciplina a ciertos principios generales que regulan hoy el trabajo científico han resultado sumamente beneficiosas para la gramática, pero también la han alejado de muchos que en otros tiempos la conocieron, la estudiaron y aprendieron a estimarla.

A la vista de la ingente bibliografía de la que hoy se dispone, podría decirse que las gramáticas modernas constituyen obras de síntesis más claramente incluso que las clásicas. Hace un siglo, las principales (y a veces casi las únicas) fuentes de información de los autores de gramáticas eran otros tratados de gramática. No abundaban las monografías de análisis gramatical porque se pensaba implícitamente, como en tantos otros campos del saber, que las distinciones fundamentales que introducían las obras de conjunto podrían bastar para comprender en su justa medida la estructura del idioma. Ante la escasez de estudios particulares y la falta de información sobre aspectos intrincados del análisis lingüístico que solo con los años fueron saliendo a la luz, los tratados gramaticales clásicos no se presentaban exactamente como compendios del saber gramatical, sino a menudo como obras comprensivas, cuando no fundacionales.

Las gramáticas modernas que se han publicado en los últimos treinta años sobre media docena de lenguas con larga tradición gramatical son obras extensas y pormenorizadas. Representan una generación de gramáticas posteriores a los grandes tratados clásicos, y han sido elaboradas contando con una amplísima bibliografía, unas veces citada de manera expresa y otras tan solo asumida. En sus

páginas aparecen seleccionadas, diseccionadas y analizadas las informaciones que se consideran fundamentales en cada uno de los ámbitos que la disciplina abarca: fonética, fonología, morfología y sintaxis. En cuanto que esta obra también se presenta como una gramática moderna, comparte tales objetivos con otras de su generación. Pero el hecho de que sea una gramática académica conlleva ciertos rasgos particulares que no pueden dejar de tenerse en cuenta.

□□□

Los estudios, ya numerosos, que se han publicado sobre la historia de la gramática de la Real Academia Española han puesto de manifiesto repetidamente que, si se examinan los 00-0039-0048-ROM-Prologo.indd 41 10/11/09 00:08:00 Prólogo XLII fundamentos de cada edición (unas veces declarados y otras implícitos), se comprueba que ha existido siempre en el tratado académico cierta tensión entre teoría y norma, o entre descripción y prescripción. Unas ediciones muestran la mayor conciencia teórica de sus autores, el interés de estos por entroncar sus tratados con las gramáticas generales y, en particular, por establecer los vínculos entre las categorías lógicas y las gramaticales que caracterizan la herencia de la tradición francesa. En otras ediciones se percibe en mayor medida la conciencia prescriptiva de la Academia, el afán de que la norma se presente diáfana, o de que prevalezca sobre los aspectos más especulativos del análisis. Aunque sea con diferente peso, ambas vertientes —la descriptiva y la normativa— han convivido tradicionalmente en las gramáticas académicas. Nunca es tarea fácil compaginarlas en su justa medida, pero ambas se hacen también patentes en esta edición.

Las dos caras plantean dificultades de orden teórico y práctico. No cabe duda de que los instrumentos de análisis gramatical elegidos y adaptados por la RAE en cada etapa de su historia han estado en función de las corrientes predominantes en la época. A la vez, esta influencia natural nunca anuló los sólidos fundamentos heredados de la tradición gramatical grecolatina. Al preparar la presente edición se hubo de afrontar en mayor medida el «problema de adaptación» al que se alude, ya que las novedades surgidas en la teoría gramatical desde 1931 eran muy considerables. No parecía posible que el nuevo tratado académico reflejara tan gran número de innovaciones, pero tampoco resultaba sensato abordar la nueva edición, publicada casi ochenta años después, como si nada hubiera cambiado en la forma de mirar o de entender las cuestiones gramaticales.

El texto de la Nueva gramática pretende conjugar tradición y novedad. Como cualquier línea divisoria que se quiera trazar entre ambas resultará discutible, se ha tomado como criterio de actuación la medida en que los cambios están presentes en la bibliografía gramatical contemporánea. Parece oportuno separar las novedades extendidas entre los especialistas de manera amplia —cuando no mayoritaria— de aquellas otras que no están todavía asentadas o no han sido asumidas por un número representativo de gramáticos. Acertará quien intuya que ni siquiera esta última distinción es objetiva, aplicada a ciertas unidades. En estos casos difíciles han sido los especialistas de las Academias, asesorados por un buen número de profesionales, los que han propuesto tomar las decisiones pertinentes.

Tampoco es sencillo dar respuesta a las muy diversas cuestiones normativas que se suscitan en una gramática académica. Son dos los criterios fundamentales que han

guiado el trabajo de las Academias en lo relativo a este punto. El primero y más importante es la asunción del principio de que la norma tiene hoy carácter policéntrico. La muy notable cohesión lingüística del español es compatible con el hecho de que la valoración social de algunas construcciones pueda no coincidir en áreas lingüísticas diferentes. No es posible presentar el español de un país o de una comunidad como modelo panhispánico de lengua. Tiene, por el contrario, más sentido describir pormenorizadamente las numerosas estructuras que son compartidas por la mayor parte de los hispanohablantes, precisando su forma, su significado y su estimación social, y mostrar separadas las opciones particulares que pueden proceder de alguna variante, sea del español americano o del europeo. Cuando estas opciones resultan comunes, y hasta ejemplares, en áreas lingüísticas específicas, deben ser descritas como tales. Obrar de este modo no solo no pone en peligro la unidad del español, sino que contribuye más bien a fortalecerla, y ayuda a comprender su distribución geográfica de forma más cabal.

El segundo criterio permite interpretar la norma como una variable de la descripción. Las construcciones gramaticales poseen forma, sentido e historia; unas son comunes a todos los hispanohablantes y otras están restringidas a una comunidad o a una época. Pero, además, las construcciones gramaticales poseen prestigio o carecen de él; se asocian con los discursos formales o con el habla coloquial; corresponden a la lengua oral, a la escrita o son comunes a ambas; forman parte de la lengua estándar o están limitadas a cierto tipo de discursos, sea el científico o el periodístico, sea el lenguaje de los niños o el de los poetas.

No cabe duda de que es necesario informar sobre todos estos tipos de variación, pero ha de reconocerse a la vez que no es sencillo alcanzar el consenso sobre la manera en que se han de valorar objetivamente tantas variables. Los acuerdos de la RAE y la Asociación de Academias que el lector verá plasmados en esta obra se basan en la interpretación que estas instituciones hacen de todos esos factores. La información normativa tiene, pues, dos vertientes. Por un lado, las recomendaciones que aquí se hacen pretenden reflejar propiedades objetivas que ponen de manifiesto el prestigio de las construcciones sintácticas y de las opciones morfológicas, así como, en la medida en que ello es posible, los tipos de discurso y los niveles de lengua que las caracterizan. Por otro lado, las recomendaciones se hacen con el propósito, igualmente declarado, de llamar la atención de los hablantes sobre la lengua que usan, que les pertenece y que deben cuidar. En uno y otro caso, las recomendaciones normativas tratan de representar juicios de valor que traslucen el consenso implícito existente sobre un sistema compartido por muchos millones de hablantes.

De manera paralela a como el Diccionario panhispánico de dudas (DPD) pone mayor énfasis en la norma, la Nueva gramática acentúa los diversos factores pertinentes en la descripción. Los objetivos de las dos obras solo pueden coincidir en parte, puesto que en la Gramática han de abordarse un gran número de cuestiones que carecen de una vertiente estrictamente normativa. En los primeros borradores de la presente obra se intentó mantener la marca tipográfica de incorrección que se usa a lo largo del DPD. Mediada su redacción, y a la vista de los problemas que suscitaba en un buen número de construcciones no consideradas en el DPD, se llegó al acuerdo de sustituirla por juicios normativos diversos, lo que permite matizar mucho más las apreciaciones. Son muy escasas las construcciones

en cuya valoración normativa se percibe alguna diferencia al comparar el DPD y la Gramática, pero son numerosas las que se estudian aquí de manera más pormenorizada.

Es imposible que en una descripción gramatical se analicen con similar profundidad todos los tipos de variación lingüística que hoy se reconocen en la lengua española. Es plausible, en cambio, resaltar de forma somera los aspectos más notables de cada una de estas formas de variación allá donde se considere conveniente hacerlo. Esta es la opción que aquí se ha elegido. Los especialistas suelen distinguir entre la variación histórica, la geográfica y la social, y acostumbran a dividir esta última en dos tipos: la relativa a los llamados sociolectos (por ejemplo, lengua popular frente a lengua culta, pero también las variedades caracterizadas por el conjunto de rasgos lingüísticos establecidos en función del sexo, de la actividad profesional y de otras variables) y la relativa a los niveles de lengua, es decir, los estilos o registros, como los que permiten oponer la lengua coloquial a la empleada en situaciones formales, o diferenciar el habla espontánea de la lengua más cuidada.

La presente gramática atiende en alguna medida a todas estas formas de variación, pero ha tenido que limitarse en muchos casos a consignar su existencia, puesto que analizar en profundidad cada uno de estos factores habría conducido de modo inevitable a un conjunto de estudios monográficos. La variación geográfica tiene aquí muy abundante presencia, si bien no debe esperarse el grado de detalle que correspondería a un tratado de dialectología. Las referencias geográficas específicas se introducen muchas veces en función de países o de regiones, pero en la mayor parte de los casos se establecen a partir de zonas o áreas lingüísticas más amplias. Son las que están representadas en la Comisión Interacadémica de la Nueva gramática que coordinó los trabajos, las mismas que se establecieron para el Diccionario panhispánico de dudas: Chile, Río de la Plata, área andina, Caribe continental, México y Centroamérica, Antillas, Estados Unidos y Filipinas, y España.

En un sentido estricto, pudiera parecer que existe solapamiento o traslape entre algunas de esas áreas (no cabe duda, por ejemplo, de que una parte de México y de Centroamérica es «área caribeña»). No obstante, esas superposiciones parciales se dan también en otras divisiones que suelen establecerse entre las áreas lingüísticas del español americano. Es sabido, por ejemplo, que un buen número de usos del español panameño son compartidos por el colombiano, mientras que otros son comunes a los demás países de Centroamérica. La denominación área andina comprende aquí, como es habitual, Perú, Ecuador y Bolivia. Existen, como es obvio, los Andes chilenos o los Andes venezolanos, pero el término andino se usa convencionalmente en lingüística (y también en historia o en antropología, entre otras disciplinas) con la extensión restringida por la que aquí se opta. De forma análoga, se usará la denominación Río de la Plata para abarcar el conjunto de la Argentina, Uruguay y Paraguay. Al igual que se emplea en lingüística la expresión francés europeo (el de Francia, Bélgica y Suiza) para oponerlo al canadiense o al hablado en otras partes del mundo, se adopta el término de español europeo para hacer referencia al hablado en España. Como es obvio, español europeo no equivale a español peninsular, ya que solo el primero incluye los territorios insulares españoles.

La Nueva gramática de la lengua española combina las dos fuentes de datos características de los tratados gramaticales clásicos: ejemplos contruidos por sus redactores (en nuestro caso, siempre debidamente convalidados por un número suficiente de hablantes nativos y refrendados por las Academias) y ejemplos procedentes de textos. El corpus del que se han extraído los datos que ejemplifican aquí las estructuras gramaticales es uno de los más extensos de cuantos hayan sido nunca utilizados en un estudio lingüístico sobre el español. Contiene textos literarios, ensayísticos, científicos, periodísticos y, en proporción menor, también otros de procedencia oral. Abarcan todas las épocas y todos los países hispanohablantes, pero, como es lógico, son mucho más numerosos los procedentes de obras publicadas en el siglo xx. Su integración en el texto de la obra, casi siempre en bloques sangrados, no sigue necesariamente un orden cronológico, sino el orden lógico del discurso que ilustran.

Se decidió que fueran escasos los textos poéticos elegidos en los ejemplos porque se ha comprobado en no pocas ocasiones que el metro y la rima pueden forzar las estructuras gramaticales. También condicionan la sintaxis y la morfología, en proporción mucho mayor que en la prosa literaria, los rasgos que ponen de manifiesto la particular voluntad de estilo de los poetas. La historia de la lengua literaria es una parte importante de la literatura (y entronca, además, con la historia de las ideas estéticas), pero sus objetivos no pueden confundirse con los que persigue un tratado gramatical descriptivo y normativo.

Los autores de quienes se toman los ejemplos aducidos no son propuestos exactamente en cuanto auctores imitandi, tal como sostenía Nebrija en su Gramática castellana (1492): «los poetas i otros autores por cuja semejança avemos de hablar». En efecto, muchos de los que figuran en la nómina no han sido seleccionados tanto en función de un canon literario de excelencia, explícito o implícito, cuanto como representantes de las variedades del español que ha sido posible documentar y analizar. Con todo, la presencia de determinadas construcciones en clásicos antiguos y modernos o en escritores de prestigio se considera un testimonio significativo de su difusión en la lengua culta y un aval de su integración en los registros formales. A su vez, ha sido necesario acudir, en buen número de casos, a ciertas obras narrativas por el simple hecho de que presentan variedades del español popular que era necesario atestiguar —por lo general, puestas en boca de diversos personajes—, y no, en cambio, porque se entienda que tales usos sean dignos de imitación.

Muchos de los textos citados en la Nueva gramática proceden del banco de datos léxicos de la RAE, que integran el CORDE (Corpus Diacrónico del Español), el CDH (Corpus del Diccionario Histórico), el CREA (Corpus de Referencia del Español Actual) y el CORPES (Corpus del Español del Siglo XXI), así como el viejo fichero de papel de la Academia. No obstante, fue necesario acudir también a otros repertorios y digitalizar no pocos libros, periódicos y revistas que no formaban parte de un corpus conocido. Los recursos tecnológicos hoy disponibles han permitido sustituir con ventaja los ficheros de ejemplos gramaticales (a partir de los cuales se han construido otras gramáticas apoyadas en textos) por diversos corpus electrónicos, que se complementan con las herramientas informáticas de búsqueda habituales en la actualidad.

Los textos que se citan en esta gramática se transcriben literalmente, aunque se regulariza la ortografía en los posteriores al siglo xvii. Se usa el signo [...] en los ejemplos para indicar que se omite algún fragmento. Se transcriben, sin embargo, con mayúscula inicial los textos que no dan comienzo a un período cuando se entiende que poseen sentido completo.

□□□

Al presentar un tratado gramatical, no es posible dejar de aludir a sus potenciales destinatarios. El maestro Correas lo planteaba en su *Arte de la lengua castellana*: «Los libros se escriben para todos, chicos i grandes, i no para solos los onbres de letras». La Nueva gramática de la lengua española se dirige también a todos, como quería el maestro Correas, pero es inevitable que los condicionamientos expuestos al comienzo de este prólogo acaben por imponer algunas limitaciones. Las gramáticas académicas han sido citadas tradicionalmente por los estudiosos de nuestra lengua, sea para concordar con su doctrina o para disentir de ella. Han sido usadas, a la vez, como textos en la enseñanza media y en la universitaria, y han constituido siempre un punto de referencia entre las gramáticas del español publicadas a lo largo de más de doscientos años. Cabe pensar que, vistos desde los ojos de ciertos especialistas, determinados análisis lingüísticos que esta obra contiene estarán, quizá, demasiado simplificados, pero es probable que esos mismos análisis resulten algo complejos enjuiciados por otros lectores atentos que no sean lingüistas ni filólogos.

El problema al que se alude surgía ya ante algunas páginas del Esbozo y fue señalado en más de una ocasión por diversos docentes y especialistas en gramática. Para contribuir a solucionarlo, la RAE y la Asociación de Academias han acordado elaborar varias versiones de la presente obra. Además de esta, considerada de referencia, se publicará un Manual que la compendia sustancialmente con propósito divulgativo, por lo que su consulta no presupondrá conocimientos especializados de gramática. Por último, se preparará también una edición básica o esencial, pensada para el gran público y fácilmente adaptable al ámbito escolar, en la que se presentarán de modo simplificado los conceptos fundamentales. Se ha entendido, en suma, que la mejor forma de que la gramática académica llegue a todos —El español de todo el mundo es su lema de presentación— es construir distintas versiones del texto y adaptarlas a los más variados destinatarios.

Estas apreciaciones varían si se aplican a la versión extensa. El presente texto resultaría demasiado escueto si se optara —equivocadamente— por comparar la información que contiene con la que se espera de un conjunto de monografías. También resultará insuficiente, como es lógico, si cada lingüista o cada filólogo solo buscan en él los aspectos relativos a su especialidad. Nada tendría de extraño que un historiador de la lengua juzgara escasas las consideraciones diacrónicas que aquí se hacen; que un dialectólogo entendiera que la distribución geográfica de los fenómenos que se describen podría ser más precisa; que un sociolingüista adujera que se manejan pocas variables relativas a los contextos sociales en los que se utiliza cada construcción; que un fraseólogo echara de menos algunas decenas de locuciones; que un especialista en pragmática entendiera que el estudio del discurso

no tiene suficiente representación, y que un gramático formal considerara demasiado esquemáticas las reflexiones que aquí se aportan sobre los segmentos sintácticos y sus posiciones relativas.

Aunque el panorama de la gramática contemporánea se caracterice por la división de intereses a la que alude esta somera relación de preferencias, una gramática académica del español no puede elaborarse con la intención de abarcar todas estas vertientes, u otras similares en las que cabe pensar, sino con la de analizar los principales aspectos del sistema gramatical atendiendo a cada una de las disciplinas que lo abarcan.

La gramática académica ha sido y es considerada generalmente «gramática oficial». Esta Nueva gramática ha sido, además, consensuada y aprobada por las veintidós Academias que integran la Asociación, por lo que sus recomendaciones normativas cuentan con el respaldo de esta institución internacional, sustentado en la autoridad que los hispanohablantes le reconocen en lo relativo a la fijación de la norma. Acaso no esté de más aclarar, sin embargo, que no puede aplicarse el adjetivo oficial al análisis gramatical mismo, especialmente a los aspectos que pueden considerarse teóricos o doctrinales. No es preciso resaltar que —desde la Ilustración, al menos— los objetos de conocimiento no están sometidos en ninguna disciplina a análisis oficiales, sino a discusiones abiertas en las que se valora libremente el peso de los argumentos que puedan apoyar cada opción. Tales debates tienen lugar en la universidad, en congresos especializados, en publicaciones científicas y en otros foros.

Como se explica en el capítulo primero, en algunos párrafos de la Nueva gramática se exponen de manera resumida los argumentos que suelen darse a favor de dos o más opciones contrapuestas en el análisis gramatical, pero sin elegir necesariamente una de ellas. No faltará quien juzgue corta esta manera de proceder. Sería, sin embargo, poco prudente pedir a las Academias que se sitúen al margen —cuando no por encima— de los foros científicos en los que hoy se discuten con intensidad numerosas cuestiones polémicas. Se entenderá, por ello, que los aspectos descriptivos y teóricos del análisis gramatical que la comunidad científica considera objetivamente controvertidos sean presentados en este texto como tales. Han de mostrarse, en consecuencia, las razones por las que lo son, sin esperar que las Academias los den por zanjados.

Todo tratado gramatical muestra cierta tensión entre factores aparentemente contrapuestos: no solo entre descripción y norma, como ya se ha explicado, sino también entre conceptos antiguos y modernos, entre abstracción y concreción o entre datos y explicaciones. El ilustre gramático chileno-alemán Rodolfo Lenz comparaba con brillantez la concepción de la gramática como instrumento de uso con su estudio como objeto científico: «La gramática que se necesita para hablar es tan inconsciente, tan ignorada del que la aplica, como la lógica de Aristóteles o de Santo Tomás puede ser ignorada de cualquier mortal que habla y piensa lógicamente». La aguda comparación de Lenz es correcta. Aun así, no debería concluirse de ella que las consideraciones sobre el uso y la norma son incompatibles con el acercamiento al análisis científico del idioma. Entre los objetivos de las gramáticas académicas está el de intentar contribuir a que los hablantes ejerciten la reflexión sobre su propia lengua presentándoles los instrumentos con los que esa

reflexión se lleva a cabo en ámbitos más profesionales. Ahora que están ya lejanos aquellos tiempos en los que los contenidos gramaticales se memorizaban y se recitaban como los preceptos de los catecismos es cuando más sentido tiene llamar la atención sobre la necesidad de que se revitalice la reflexión sobre el idioma y el interés por el lenguaje mismo como patrimonio individual y colectivo.

□□□

La *Nueva gramática de la lengua española* es la más extensa y pormenorizada de las gramáticas académicas hasta ahora publicadas, y también una de las más detalladas de cuantas gramáticas del español se hayan escrito. Su índice de contenidos presenta una estructura clásica. Tras un capítulo introductorio, en el que se presentan someramente las clases de gramática y las unidades básicas correspondientes a cada nivel o estrato del análisis gramatical, se separan de modo tradicional la morfología y la sintaxis en las dos grandes secciones en las que se divide el resto de la obra. Aun así, como se reconoce hoy generalmente, es inevitable hacer consideraciones sintácticas en el análisis morfológico, y también hacer distinciones morfológicas en los capítulos de sintaxis. De hecho, se optó por explicar las propiedades morfológicas de los adjetivos, los artículos y los cuantificadores en los capítulos en los que se analizan también sus características sintácticas, ya que estas últimas están relacionadas estrechamente con las primeras. Las principales decisiones relativas a la distribución de contenidos, así como a la terminología gramatical utilizada, se explican en el capítulo primero.

El número de cuestiones examinadas en esta obra es bastante mayor que el de las que se abordan en otras análogas. En esa ampliación ha pesado en especial el estado actual de los estudios gramaticales, pero también la necesidad de que la descripción refleje la diversidad idiomática en función de las variables que se mencionaron en las páginas precedentes. Como el conjunto de los temas que se analizan depende necesariamente del estado de las investigaciones, ha de ser más reducida la información que se ofrece sobre ciertos asuntos de interés que han recibido menos atención por parte de los especialistas. También ha de ser escueta la relativa a los que solo se han estudiado desde marcos teóricos que conllevan un alto grado de formalización o de complejidad técnica.

La construcción de esta *Nueva gramática de la lengua española* ha sido posible gracias al denodado esfuerzo y la generosa colaboración de un gran número de personas e instituciones a lo largo de once años. La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua Española dejan constancia de su gratitud a todas ellas en la relación inicial de colaboradores y en la *Tábula gratulatoria*. Manifiestan, al tiempo, el propósito de mejorar y actualizar de continuo esta obra con las observaciones que se formulen y con el estudio más profundo de las materias expuestas, todo ello con el objetivo supremo de servir a la unidad del español.

ANO	AUTOR	GRAMÁTICA
2011	RAE e Asociación de Academias de la lengua española	Nueva gramática de la lengua española (parte de Fonética e Fonología)

Prólogo

El tercer volumen de la *Nueva gramática de la lengua española. Fonética y fonología*, así como el DVD *Las voces del español. Tiempo y espacio*, se basa en el estudio científico de los aspectos generales de ambas disciplinas en todas las dimensiones de la investigación actual del español. Se completa con este volumen, dedicado a la fonética y a la fonología, el ambicioso proyecto acometido por las veintidós Academias de la Lengua Española de elaborar una *Nueva gramática de la lengua española* que sustituyera a la ya lejana gramática académica de 1931.

Como ya se apunta en el prólogo de los volúmenes dedicados a la morfología y a la sintaxis, publicados en el año 2009, el amplio desarrollo de las disciplinas lingüísticas durante el siglo xx y los radicales cambios que han experimentado los métodos de investigación —gracias en gran medida a las posibilidades que la tecnología ofrece al estudioso— exigían la elaboración de un texto de nueva planta, que, sin olvidar los estudios clásicos, asimilase las importantes aportaciones de la lingüística moderna. En el ámbito fonético, la descripción articulatoria y acústica de los sonidos del habla que se desarrolla en esta obra se ha beneficiado de las tecnologías informáticas, mientras que la descripción fonológica elige una de las teorías más fecundas en los trabajos actuales. La exposición rigurosa de las dos líneas de trabajo citadas, fonética y fonología, ha sido encomendada a investigadores de reconocido prestigio de diferentes departamentos universitarios en el ámbito internacional, que se han encargado de redactar los borradores de los capítulos.

Este trabajo, que ha tratado de ser exhaustivo en la medida de lo posible, sin duda deberá ser completado, perfeccionado y corregido. Nuestro deseo es que sea la base de futuras investigaciones, y que estas no pierdan de vista la diversidad y complejidad fónica hispanoamericana como parte de una base común que permite el entendimiento de casi quinientos millones de personas.

Se inserta esta *Fonética y fonología* en la serie de obras de carácter panhispánico que las academias vienen desarrollando en la última década. Esta línea de trabajo se desarrolla en una doble vertiente. Se trata, en primer lugar, de una obra en la que han participado especialistas procedentes de América y de España, y que ha sido consensuada por las veintidós Academias de la Lengua Española, a lo largo de debates en comisiones durante los últimos años.

Por otra parte, el resultado de los planteamientos teóricos generales se muestra enriquecido por la extraordinaria cantidad de datos de todas las hablas

hispanicas, los cuales se integran armónicamente en una visión de la variación actual de la lengua española. Para la obtención de estos datos, fuente imprescindible para el análisis espectrográfico y para las muestras de habla que pueden escucharse en el DVD, se ha procedido a una selección rigurosa de informantes, titulados universitarios procedentes de las capitales de todos los países del mundo hispanico. Tras analizar las grabaciones libres en vídeo de una selección de mujeres y hombres representativos del habla culta de cada país, se eligió a los que resultaron más adecuados como informantes con vistas a obtener los materiales necesarios.

Para trabajar en las condiciones más rigurosas de calidad, las grabaciones se realizaron en el Laboratorio de Fonética de la Universidad Autónoma de Barcelona y en el estudio ACG Audio de Madrid, siempre con la misma persona como encuestadora y con idéntica metodología. En todos los casos, las preguntas se plantearon indirectamente, para no condicionar las respuestas. Una primera parte de la encuesta consistió en hacer leer en pantalla a los informantes sílabas aisladas; otra, menos formal, perseguía obtener con preguntas indirectas unas mismas respuestas sin variación léxica que ofreciesen pronunciaciones previsibles en entornos fonéticos determinados; en tercer lugar, se proporcionó a los informantes el contexto situacional necesario que los llevase a reproducir su forma habitual de responder en situaciones de la vida cotidiana, así como a enunciar una serie de frases que permitiesen describir y comparar la entonación de los hablantes de los distintos países. Otra parte de la encuesta se ciñó a la lectura, en un registro de marcada formalidad, del mismo texto de Rufino José Cuervo sobre *Castellano popular y castellano literario*. Por último, y ya en la parte final de la entrevista, se grabaron unos textos orales de tema libre, más informales, en los que los hablantes contaron experiencias personales, muy útiles para obtener un amplio corpus de realizaciones fonéticas relativamente espontáneas enmarcadas en la cadena hablada, corpus con el que se ha trabajado en esta obra. La mayor parte de estas muestras de lengua pueden escucharse en el DVD *Las voces del español. Tiempo y espacio*.

Los contenidos referidos a cómo se distribuyen los fenómenos de variación, tanto de los segmentos como de la prosodia, se han recopilado a través de la consulta de la bibliografía existente: monografías, artículos científicos y, sobre todo, los atlas dialectológicos. Los datos de variación reflejan el estado actual de los estudios sobre estos temas y, por ello, la información es fragmentaria para algunas zonas, sobre las que existen todavía pocos trabajos.

Las unidades lingüísticas que se describen en esta obra son las correspondientes a la fonética y a la fonología, es decir, los segmentos contrastivos y sus realizaciones, los sonidos del habla, bien aisladamente, bien agrupados en sílabas o unidades mayores como el enunciado. Como apoyo a las explicaciones, se incluye abundante material gráfico, como diagramas, espectrogramas, oscilogramas, resonancias magnéticas y, en el caso del DVD, animaciones y material auditivo (que en el libro es sustituido por transcripciones fonéticas). Para el estudio de todos los aspectos relacionados con las curvas del fundamental, se ha utilizado una aplicación informática del programa PRAAT desarrollada por Pauline Welby. Se entenderá que,

dado el objeto de la obra, la lengua oral, en pocas ocasiones es necesario recurrir a la ejemplificación mediante la cita de obras escritas. No obstante, especialmente en los capítulos dedicados a las unidades suprasegmentales, se ha enriquecido el texto con ejemplos de este tipo. En la mayor parte de los casos, las citas documentan formas escritas que, en el español actual o en algún período de la historia de nuestra lengua, apuntan a la existencia de una determinada pronunciación o atestiguan algún proceso de variación fonológica. Los textos, en su mayoría procedentes del banco de datos académico, pertenecen a autores americanos y españoles, y abarcan toda la cronología del español, desde las glosas y el *Poema de Mio Cid* hasta textos actuales, preferentemente de carácter científico y literario. Frente a lo que viene siendo común en la ejemplificación de las obras lingüísticas, forman parte de la nómina de este volumen un grupo de obras poéticas, imprescindibles para la ejemplificación en el ámbito del acento y del ritmo.

El tercer volumen de la *Nueva gramática de la lengua española* está integrado por diez capítulos que describen con máximo detalle las unidades fonéticas y el sistema fonológico del español. Tras los dos primeros capítulos, de carácter introductorio, la obra se dedica a la presentación de las unidades segmentales en su clasificación tradicional: vocales, consonantes obstruyentes oclusivas, consonantes obstruyentes fricativas y africadas, y consonantes sonantes. Todos estos capítulos se estructuran de una manera similar:

- descripción desde el punto de vista fonológico, es decir, del sistema de cada grupo de segmentos;
- descripción desde el punto de vista de la fonética articuladora;
- descripción desde el punto de vista de la fonética acústica;
- presentación de los principales procesos de variación que experimentan los segmentos en función de factores geográficos, lingüísticos o contextuales.

El capítulo 7 pretende ser un resumen didáctico, de ahí que se presente en forma de cuadro la principal información relativa a la fonología de los segmentos y a los procesos de variación. Se cierra la obra con los capítulos dedicados a las unidades suprasegmentales: la sílaba, el acento y la entonación.

Por su parte, el DVD *Las voces del español. Tiempo y espacio*, que complementa la obra con una extraordinaria riqueza de contenidos, se compone de cinco ramas:

- *El español hoy*, que presenta la situación actual de la lengua española;
- *El español ayer*, que explica la evolución del español a través de espacio y tiempo;
- *Lecciones de fonética*, un curso de fonética acústica y articuladora;
- *Los sonidos del español*, donde se exponen los principales procesos de variación que afectan a los segmentos de la lengua española;
- *Las voces del español*, que contiene muestras de las entonaciones de todo el ámbito hispánico.

El DVD complementa el texto escrito con un mayor número de gráficos y con otro tipo de apoyos. La interrelación entre el libro y el DVD compañero permite ilustrar muchos aspectos que interesan al público culto. Ambos componentes de esta obra

ponen en un contexto cultural y diacrónico los contenidos de una fonética y fonología especializadas, que logran explicar la historia de los antiguos sonidos del español hasta su situación actual.

Frente a la concepción autónoma de los estudios de fonética, el disco pone de relieve el carácter complejo de esta rama lingüística, independiente en los análisis descriptivos y unida, sin embargo, a una historia de la lengua extraordinariamente sugestiva. Existen componentes que explican la comunidad de realizaciones fonéticas entre España y América, como el seseo, por ejemplo, procedente de los orígenes meridionales de los viajeros a los virreinos en los siglos xvi y xvii. Además de su gran profundidad científica, el DVD contiene una vertiente eminentemente didáctica, que se concreta en el curso de fonética acústica y articulatoria, que va a permitir el autoaprendizaje de esta materia.

Por otra parte, el disco aprovecha las posibilidades de este tipo de soporte para contener imágenes y grabaciones reales, lo que enriquece el estudio teórico con ejemplos sonoros y visuales que apoyan los temas tratados. El DVD permite escuchar las voces y los sonidos del español en su verdadera diversidad en boca de hablantes de todas las zonas de la lengua.

Tanto el texto como el disco representan una verdadera novedad en todos los estudios tradicionales de estas ramas lingüísticas, y ponen a disposición de los usuarios unos materiales auténticos inexistentes hasta ahora, junto con textos abarcadores y completos de rigurosa excelencia investigadora.

Esta obra es la culminación del trabajo y la generosa colaboración de muchas personas e instituciones. La Real Academia Española y la Asociación de Academias dejan constancia de su gratitud en la relación inicial de colaboradores y en la *tabula gratulatoria*.

ANEXO B - Recortes realizados por eixos temáticos

Século XIX a XXI

CIÊNCIA

1818	* El conocimiento de la gramática del idioma que se habla es el primero por donde debe empezarse la enseñanza de los niños, si se quiere facilitarles los adelantamientos en las demas ciencias á que despues hayan de dedicarse.
1830	<p>* El análisis del lenguaje, de que tantas ventajas reporta la metafísica, puede mui bien ser perjudicial, aplicado á los Elementos para enseñar la gramática de una lengua.</p> <p>* [...]servirán infinitamente mas para conocer en qué consiste la buena locucion castellana, que la sublime doctrina contenida en los muchos volúmenes de ideologia y de gramática general, que de un siglo. Tratemos siempre las artes y las ciencias de un modo que las haga útiles al linaje humano , no tomando la puntería sobrado alta [...]</p> <p>* [...]y esta parte elevada y misteriosa de la gramática, poco útil y acaso perjudicial á los que desean aprender un idioma , se halla precisamente en las profundas investigaciones sobre el lenguaje. Llegan estas á formar un género de escolasticismo, como los cálculos, mui sublimes é inaplicables á ningun cómputo ni demostracion usual, lo son en las ciencias matemáticas.</p>
1835	<p>* La llamada general no da reglas, ni su estudio disminuye el trabajo que exige el de cada lengua particular: es un tratado teórico sobre el language hablado; contiene la ciencia, no el arte, de la palabra; investiga cuáles son las que el hombre necesita para comunicar sus pensamientos; las clasifica y define, determina las modificaciones de que son susceptibles, y hace observaciones generales sobre su coordinacion; pero, considerando siempre las voces en el estado de mera posibilidad, prescinde absolutamente de las lenguas que con las ya inventadas se han formado.</p> <p>* Sea de esto lo que fuere; lo que importa, y yo me he propuesto, es fijar los verdaderos principios de esta ciencia: empresa mas difícil de lo que á primera vista parece. Es verdad que, desde Platon acá, no ha habido tal vez un solo filósofo que, poco ó mucho, no haya dicho algo de las palabras consideradas como signos de las idéas: que los simples gramáticos suelen clasificar y definir los elementos del habla [...]</p>
1841	<p>* Se trata de enseñanza ; se habla de principios elementales de una ciencia, por cuyo estudio han de empezar esas tiernas plantas que el Estado llamará un día para que le sirvan de apoyo, [...]</p> <p>* Los elementos de una ciencia deben llegar al público desnudos de ficcion, con nombres vulgares, con esplicaciones sencillas; y solo así podrá subyugarla el entendimiento humano. Y ¿el lenguaje <i>técnico</i>? Cuestion ridícula; presuncion absurda de muchos charlatanes que quieren pasar por sabios, hablando de modo que nadie entiende, y con términos cuya significacion y etimología ellos mismos</p>

	<p>ignoran.</p> <p>Decimos que el estudio de las ciencias es árido, ¿ puede no serlo cuando se presentan en un lenguaje incomprensible, extraño y desnudo de toda imagen? De aquí el fastidio, el abandono de aquello que presumíamos llegar á conocer: y si nuestra memoria nos recuerda una vez el tiempo mal gastado en el estudio de tal ciencia, es para que le miremos con tédio , no para que volvamos á acometerla.</p>
1847	<p>* 4. Otra utilidad de la Gramática general es el preparar al estudio científico de las lenguas. Estas se pueden aprender de dos modos, por rutina ó por principios; [...]</p>
1854	<p>* [...]en una palabra, la relación de íntima dependencia en que mantengo las reglas del arte con respecto á los principios de la ciencia, son circunstancias que contribuirán eficazmente á que pueda hacerse de una manera completa, con notable economía de tiempo y sin auxilio de maestro, un estudio tan lleno de dificultades, tan poco cultivado y tan importante sin embargo.»</p> <p>5.º Adoptar una nomenclatura racional, que espese algo, equivalente si puede ser á una definición completa, como sucede en la tecnología química.</p>
1876	<p>* Si el hombre sólo fuese racional, hablaría un lenguaje artificial, articulado, que podría representarse por medio de fórmulas matemáticas: pero, si solamente fuese sensible, hablaría un lenguaje específico, como los irracionales, instintivo, inarticulado, que podría representarse por medio de notas musicales. Los primeros hombres debieron hablar por medio de interjecciones; lenguaje verdaderamente inspirado, puesto que es producto espontáneo del instinto. [...]; llegando en fin, la época de la razón y de la inteligencia, y con ella el lenguaje claro, frío, monótono y fácil de reducir á fórmulas algébricas.</p> <p>* 6. Lo que va espuesto basta y sobra para que se entienda que la Gramática debe sentar y desarrollar principios científicos, y al propio tiempo fijar reglas hijas de la experiencia y consagradas por el uso, á fin de que guiados por éstas y aquéllos podamos expresar y comunicar á nuestros semejantes lo que en lo interior de nuestro espíritu pensamos ó en el fondo de nuestra alma sentimos.</p> <p>* Repetimos que el hombre inventó el lenguaje, que lo formó y perfeccionó, como inventó, formó y perfeccionó la escritura simbólica, silábica y literal; lo mismo que el dibujo, la mímica, la música, pintura y demás artes y ciencias</p>
1885	<p>* El hombre, cuya síntesis aventaja á la de los demás animales, por tener una particularidad esencialísima, cual es el pensamiento, posee además el don de la palabra, que puede considerarse como <i>arte</i> y como <i>ciencia</i>.</p> <p>* La Filología ha salido, en cuanto ha sido posible, de la obscuridad de los siglos, entrando en el progreso de las ciencias, y nos va suministrando algunos datos, ya históricos, ya razonables, que al hombre demuestran auténticamente la grandiosidad del lenguaje que usa.</p>

	<p>* Desde los tiempos más remotos hasta nuestros días, el hombre ha estado adornado de tan rico y precioso don , no habiendo sufrido el menor cambio, puesto que en las ciencias no hay mutabilidad, sino ampliación más ó menos según sus adelantos.</p> <p>*Todas las ciencias y artes tienen sus épocas de apogeo y decrecimiento, y la Gramática, que se la puede considerar bajo estos dos aspectos, con tanta más razón cuanto que es usada por un pueblo que sufre las continuas vicisitudes á que está expuesto, y más en la antigüedad, cuyo patrimonio es la guerra, sufriendo la ilustración literaria tan distintos cambios, motivados por la invasión de vandálicas hordas, que siempre dejan algún resto de la fiereza de sus actos, y que parece engrandecerse en la misma individualidad.</p> <p>* Esto se observa en aquellas críticas épocas que la historia nos presenta, y con especialidad en nuestra nación en el siglo XVI, que sobresalió en eminencias literarias, dejando copiosos frutos para las generaciones venideras , y que hoy con asombro admiramos en nuestras magníficas bibliotecas.//</p> <p>Por esta razón, el estudio gramatical en este siglo aparece revestido y engalanado en sus formas, adornado con la hermosura y belleza propia del arte, y con el aplauso de la verdadera ciencia , sirviendo de faro luminoso en medio de aquellos grandes genios, lumbreras de la literatura, oráculos de la ciencia, prototipos de grandeza, poderío y excelstitud, ampliando los conocimientos universales, y presentando los pensamientos con la verdad, claridad, propiedad, sencillez, naturalidad y conveniencia con el tono dominante de la obra, del escrito.</p> <p>* [...] y en él vemos al Brócense escribir su <i>Gramática General</i> y sus <i>Cuestiones Gramaticales</i>-, á Vives y Nebrija, ó Lebrija, sus magníficas obras de Gramática explicando esta ciencia, este arte en la cátedra, en "la palestra y en la Academia.</p> <p>* Hemos respetado y respetamos las opiniones de los Vives y Nebrijas, pero no en toda su doctrina, porque el idioma de ayer no es el de hoy, y á medida que la ilustración aumenta , progresa , sigue también su rumbo, como es consiguiente, el descubrimiento en las ciencias, el adelanto en las artes.</p>
1908	<p>* Una obra de <i>lingüística</i> no puede ser completa ni científica, en el orden riguroso de la palabra, si en el estudio de los sonidos, de la derivación, de las flexiones y de la <i>sintaxis</i> prescindimos en absoluto de su historia, de la comparación y del criterio fecundísimo de la <i>Analogía</i>. [...]</p>
1910	<p>* "Pero la ciencia del hablar no ha de buscarse en las palabras aisladamente, sino en su combinación y en la combinación de sus combinaciones. "En el lenguaje, todo es combinación</p>
1920	<p>* Desde luego, para el estudio científico de un idioma, las modalidades y desviaciones que éste presenta respecto de su forma literaria ofrecen tanto valor como esta misma; pero, además, tales particularidades atesoran también un gran interés dentro del terreno más práctico de la</p>

	enseñanza, bastando recordar, como ejemplo notable, aunque de muy distinta índole, el magistral libro de Cuervo que, consagrado al círculo local del lenguaje bogotano es, sin embargo, obra que deben consultar con frecuencia todos los profesores del idioma.
1930	<p>* Porque el lenguaje es, por naturaleza, un fenómeno complejo, y es necesario someterlo a un estudio metódico muy atento, que no todos tiene oportunidad de llevar a cabo, para llegar, con cierta aproximación, a tener una idea de su estructura. Este conocimiento sistemático- que se denomina científico -es precisamente el objeto de la ciencia que llamamos Gramática.</p> <p>* El objetivo principal de esta revisión y estas notas ha sido, pues, ensanchar en algunos aspectos la información del lector, introduciendo las opiniones de la Gramática actual siempre que la estructura y la unidad del libro lo permitían. Con esta limitación no ha sido siempre posible incorporar algunas de las innovaciones que hoy dan una nueva fisonomía a la ciencia del lenguaje.</p>
1974	<p>* Como complemento al mayor cientifismo (si podemos decirlo así) de esta segunda edición, hemos incluido un prólogo para profesores de Enseñanza General Básica. De este modo pretendemos insistir en que una cosa es lo que el profesor debe saber y otra lo que debe enseñar. Hay unas adecuaciones metodológicas imprescindibles."</p> <p>* Por todo ello resulta evidente la necesidad de construir una nueva gramática del español, que no se "invente" la lengua, que refleje el valor humano del lenguaje, y no sólo sus lados formal y estético, y que al mismo tiempo sea científica.</p> <p>* Para usar la terminología empleada por Wilhelm von Humboldt en la década de 1830, el hablante hace un uso infinito de medios finitos. Su gramática debe, por consiguiente, contener un sistema de reglas finito que genera una pluralidad infinita de estructuras profundas y superficiales, adecuadamente relacionadas entre sí. Debe contener también determinadas reglas que establezcan la relación entre esas estructuras abstractas y ciertas representaciones del sonido y el sentido, representaciones que es de presumir que están constituidas por elementos pertenecientes a la fonética universal y a la semántica universal, respectivamente."</p> <p>* Además la estilística tiene su aplicación fundamental en el campo de la literatura, mientras que la lingüística es ciencia por sí misma y no es auxiliar de ninguna otra en principio (si bien puede ser considerada auxiliar de la matemática, la medicina u otras ciencias en aspectos concretos, como es natural).</p> <p>En los análisis de estilo, y no necesariamente literario, podemos obtener muestras interesantes para el estudio de competencia y realización en un individuo determinado, y también para el estudio de grupos sociales según su lengua, o sus realizaciones lingüísticas.</p> <p>* Para hacer esto la Historia de la Lengua tiene que reconocer el</p>

	<p>plurisistematismo del lenguaje, pues es la única ciencia lingüística que trata todos los sistemas que han pertenecido a una lengua</p> <p>* Parece ser que la concepción de nuestra ciencia ha cambiado una vez más, y que cada vez miramos con mayor recelo los estudios que no se apoyan sobre la realidad del habla.</p>
2009	<p>** El ilustre gramático chileno-alemán Rodolfo Lenz comparaba con brillantez la concepción de la gramática como instrumento de uso con su estudio como objeto científico: «La gramática que se necesita para hablar es tan inconsciente, tan ignorada del que la aplica, como la lógica de Aristóteles o de Santo Tomás puede ser ignorada de cualquier mortal que habla y piensa lógicamente». La aguda comparación de Lenz es correcta. Aun así, no debería concluirse de ella que las consideraciones sobre el uso y la norma son incompatibles con el acercamiento al análisis científico del idioma.</p>
2011	<p>Además de su gran profundidad científica, el DVD contiene una vertiente eminentemente didáctica, que se concreta en el curso de fonética acústica y articulatoria, que va a permitir el autoaprendizaje de esta materia.</p>

A LÍNGUA EM USO

1818	<p>* La he despojado de todas las menudencias y escepciones, que nunca se entienden bien sino con el uso, y que cansan y fatigan la inteligencia de los niños; [...]</p>
1830	<p>* La que publicó en 1743, y reimprimió despues con varias enmiendas y adiciones en 1769, D. Benito Martínez Gómez Gayoso, es realmente la primera digna de tal nombre. Su autor da ya muestras de conocer , que no basta esplicar aisladamente todas las partes de que se compone una lengua , si no se señalan sus modismos mas usuales: [...]</p> <p>* Porqué no solo el que dice, La empresa no tuvo suceso (buen éxito), Vd. es demasiado honesto (atento) , empleando estas dos voces en un sentido que nosotros no conocemos, habla mal el español; sinó que haría lo propio el que dijese, No soi que un torpe , Todo anticuario que era; donde las palabras son castellanas, aunque ordenadas segun el giro frances; ó bien se apartase del régimen que ciertos verbos piden; falta que cometen los que anuncian con mucha seriedad , que pueden pasarse de una cosa, ó que van á ocuparse de tal negocio. Foresto, tanto el que escribe en una lengua, como su gramática, no pueden desviarse del uso, el cual no es siempre filosófico, sinó que tiene mucho de caprichoso.</p> <p>* Este uso no está sujeto á leyes : es hijo del habla del vulgo; fórmale tambien el roze que nos proporcionan con otros países el comercio, los nuevos descubrimientos y las mismas guerras. Contribuyen á él igualmente, así el gusto que domina entre los literatos, como las ciencias que suele cultivar con especialidad cada una de las naciones. Por eso no debe estrañarse que esté espuesto á continuas vicisitudes, si bien apoyadas siempre en un fondo nacional. Este tipo forma la basa de la lengua , como la forman en nuestro traje la capa y la mantilla.</p>

	<p>* El otro defecto que se echa de ver en todas las Gramáticas puramente castellanas, es lo poco que se detienen sus autores en desentrañar las frases usuales , de que debieran hacer una exacta anatomía, para señalar á cada una de sus partes el sitio que reclaman el uso y el oído delicado de los que hablan bien la lengua. Habitados á ella los que las compilan, y con la idea de que escriben para sus compatriotas, pasan por alto muchas de las circunstancias que constituyen el estado presente del idioma.</p> <p>* Apoyado en los mismos principios de sencillez , y con el objeto de que no aprendan los jóvenes sinó lo que les sea indispensable ó sobre manera útil, he omitido por entero la doctrina que sobre las figuras de diction se nos enseña con tanto aparato en las escuelas; contentándome con explicar algunas , ó la cosa misma, por incidencia. Poco importa que uno ignore qué es hipérbaton, pleonasma etc., palabras cuyo significado solo se retiene con facilidad, sabiendo la lengua de que se han tomado, si al cabo conoce, cómo y por qué se emplea la trasposicion ó la redundancia de las voces.</p> <p>* Por mui respetables que sean las obras de nuestros mayores , no solo no debemos ponernos por su autoridad en guerra abierta con el uso , reteniendo las palabras y giros suyos que mira este como anticuados; sinó que tenemos un derecho incontestable á calificar algunos de contrarios á las reglas gramaticales de aquella época , y á reputar otros por verdaderos galicis moLsosó iqtuaelihaanlismeons.larga mi Gramática comparándola, con la de la Academia , tal vez no habrán tenido preceinetrene, qáulea fOarltoagreanfíeast,aáploar Pernotseordoiatoydoálloa qPuoeéticcoan;r y que si al volúmen de la Gramática de la Academia se agregase el de su Ortografía , la diferencia de tamaños sería ménos notable.</p>
1835	<p>* [...]añadiendo un apéndice sobre los varios sistemas de escritura que se han inventado para dar á las palabras permanencia y duracion, siendo ellas tan fugaces por su naturaleza que en realidad dejan de existir apénas se han pronunciado.</p>
1841	<p>* Verdad es que Salvá entendió hablar solamente de la gramática del USO, y como hay dos <i>usos</i> (b), el segundo le pareció el mejor, y le alzó un templo gramatical cuya divinidad no podia ser sino la IGNORANCIA; cubierta con el engañoso manto del CHARLATANISMO.</p> <p>* Que estos preceptos se vean postergados ante lo que otros preciados de gramáticos llaman <i>uso</i>, es verdaderamente necio. Seamos esclavos del <i>uso</i> en tanto que este siga sumiso la vereda acertada y segura del arte , pero alcémonos contra , cuando, prostituido y descompuesto , se obstina en robar á la palabra la pureza y la claridad. Cuando yo pregunto á una fregona <i>¿Dónde está tu amo?</i> la perdono sin repugnancia su rancio, usual y canonizado, <i>Ha salido</i>, respuesta nada adecuada á la pregunta; pero si un gramático me diera el <i>ha salido</i> por bueno apoyándose en el uso, diriale que carecía de sentido comun: mi pregunta pide que se</p>

	<p>me responda : <i>En la calle ; En el campo; Fuera de casa; No sé, etc., etc.</i> ¿Qué tenemos con el HA SALIDO? Ha podido muy bien volver á entrar.</p> <p>No es por lo tanto admisible esa gramática de cocina.</p> <p>Y ¿qué es en substancia el <i>uso</i>, una débil rodela tras la cual se refugia el gramático ignorante , porque así no tiene que entrar buscando reglas para él enteramente desconocidas. No vemos que el <i>uso</i> huelle , ni haya hollado nunca , los principales elementos de gramática general ; jamas dijo , <i>la padres , hermano perdidos , él vienen , ropa roto, etc. , etc.</i>, porque conocida es de todos la ley de la concordancia: si no está bien explicada la que habla del régimen, por ejemplo, ¿hay de qué admirarse cuando los autores vacilen y vacilantes se estravien?</p> <p>Y estos estravíos llegan á ser de <i>uso...</i> y este <i>uso</i> ha de subir á <i>ley..</i> y contra esta <i>ley</i> nadie debe protestar... ¡Qué sandez! Dígase en tal caso que la ciencia no es susceptible de adelantamientos.</p>
1847	<p>* Aceptólas prácticas como la lengua las presenta; sin imaginarias elipsis, sin otras explicaciones que las que se reducen á ilustrar el uso por el uso.</p> <p>* El Sr. Salvá reprueba con razón aquellas abstracciones ideológicas que , como las de un autor que cita, se proponen para legitimarlo que el uso proscribe. Yo huyo de ellas no solo cuando contradicen al uso, sino cuando se remontan sobre la mera práctica del lenguaje. La filosofía de la gramática, á lo menos de la-gramática elemental , la reduciría yo á representar el uso bajo las fórmulas mas comprensivas y simples. Fundar estas fórmulas en otros procederes intelectuales que los que real y verdaderamente guian al uso , es un lujo que rio ha menester la gramática.</p> <p>* El adelantamiento prodigioso de todas las artes, el progreso de la cultura intelectual y las revoluciones políticas, piden cada día nuevos signos para expresar ideas nuevas; y la introducción de vocablos flamantes, tomados de las lenguas antiguas y extranjeras, ha dejado ya de ofendernos, cuando no es manifiestamente innecesaria, ó cuando no descubre la afectación y mal gusto de los que piensan engalanar así lo que escriben. Hay otro vicio peor, que es el prestar acepciones nuevas á las palabras y frases conocidas, multiplicatuio ¡as anfibologías de que por la variedad do significados de cada palabra adolecen mas ó menos las lenguas todas , y acaso en mayor proporción las que mas se cultivan, por el casi infinito número de ideas á que es necesario acomodar un número necesariamente limitado de siguos. Pero el mayor mal de todos, y el que, si no se ataja, va á privarnos de las inapreciables ventajas de un lenguaje común, es la avenida de neologismos de construcción, que inunda y enturbia mucha parte de lo que se escribe en América , y alterando la estructura del idioma, tinado á convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriones de idiomas futuros, que durante una larga elaboración, reproducirían en América lo que fue la Europa en el tenebroso periodo de la corrupción del latín.</p> <p>* Los lectores inteligentes que me honren leyéndola con alguna atención, verán el cuidado que he puesto en demarcar, por decirlo así, los linderos</p>

	que respeta el buen uso de nuestra lengua, en medio de la soltura y libertad de sus giros; señalando las corrupciones que mas cunden hoy dia, y manifestando la esencial diferencia que existe entre las construcciones castellanas, y las francesas que se les asemejan basta cierto punto, y que solemos imitar sin el debido discernimiento.
1876	* 6. Lo que va espuesto basta y sobra para que se entienda que la Gramática debe sentar y desarrollar principios científicos, y al propio tiempo fijar reglas hijas de la esperiencia y consagradas por el uso, á fin de que guiados por éstas y aquéllos podamos expresar y comunicar á nuestros semejantes lo que en lo interior de nuestro espíritu pensamos ó en el fondo de nuestra alma sentimos.
1880	* Explicado y dado á conocer así el nombre, artículo y adjetivo con ejemplos de objetos que rodeen á los niños, ó de sus vestidos, ó de su cuerpo, se les estimula á que digan un nombre, que le pongan artículo, un adjetivo, otro, otro: se les enseña el número, el género, á que los varien y á que los definan: [...]
1885	* Pero debemos advertir que el uso desecha palabras en cuanto á su pronunciación y escritura, que la razón aserta que no se debe admitir ó por lo menos modificar, al propio tiempo que la etimología está en pugna con tal autoridad. ¿Y á qué, pues, atenernos? ¿Seguimos el rigorismo gramatical? De ninguna manera; porque nos sujetaríamos á doctrinas poco comunes y reales; coartados estaríamos en el modo de enunciar los pensamientos, y se detendría el paso á ese gran genio que la humanidad llama <i>progreso</i> . Por otra parte, el uso es juez arbitro en materia de esta índole, pero no es el uso esa constante pronunciación de ridiculas palabras que jamás debemos consentir se expresen, sino reprender su modo de enunciarlas, haciendo ver por medio de auténticas razones su mal empleo y peor pronunciación.
1910	* [...] defender lo antiguo por el solo hecho de serlo, constituye una aberración que ofusca la inteligencia y extravía nuestros juicios. * La <i>conjugación por conceptos</i> es original, importantísima y completamente nueva en el estudio de nuestro idioma. Da á conocer la aplicación y uso de cada uno de los tiempos verbales, y constituye un examente detenidos, no realizado anteriormente con tal amplitud y tan profundo espíritu de análisis. En dicho tratado se contiene el estudio de los <i>tiempos translaticios</i> . Así vemos, por ejemplo, al presente y al futuro de indicativo, y aun al mismo infinitivo, desempeñar con frecuencia funciones de imperativo: [...]
1930	* Para que el estudio de esta tenga alguna eficacia es indispensable que esté combinado con la adquisición práctica de la lengua, y no solamente en íntima colaboración con ella, sino tomándola como punto de partida. Sin la conexión directa con la realidad del habla, el estudio de la Gramática española seguirá siendo tan mortecino y ciego para el alumno como ha sido hasta hoy, y como lo es también, en la mayoría de los casos- que no debiera -, el estudio del latín.
1974	* Y no está de más repetir aquí con Hockett que cuando en una gramática o, mejor, en la comprobación de una gramática, nos encontramos que un hecho lingüístico no concuerda con una regla gramatical, es la regla lo que está mal, no la realidad lingüística. La lingüística formal ha cometido a

	<p>menudo el pecado de forzar la realidad para que coincida con las reglas, por ello no es superflua la sentencia anterior.</p> <p>* Los últimos tiempos han presenciado una corriente de estudios dirigidos a la lengua hablada, con olvido de la escrita, cuando no han sido estudios dirigidos a la estructura, como si se pudiera llegar a la lengua sin pasar por el habla, a la estructura profunda sin analizar antes la de superficie.</p> <p>Parece ser que la concepción de nuestra ciencia ha cambiado una vez más, y que cada vez miramos con mayor recelo los estudios que no se apoyan sobre la realidad del habla.</p>
--	---

MENCIONA A REAL ACADEMIA ESPAÑOLA

1818	Destutt-Tracy, Sicard y la gramática de la Real Academia son los verdaderos originales de esta pequeña obra.
1830	<p>* Pero desterrado este con los esfuerzos que empezaban á hacer algunos literatos reunidos á la sombra de la Academia española , ó sostenidos por su respetable autoridad, pronto se advirtió la falta que había de una Gramática de nuestra lengua.</p> <p>* No recordaré los varios epítomes de la gramática castellana que se han impreso despues del 1800 , por qué todo su mérito consiste en haber compendiado, mas ó ménos bien , la de la Academia.</p> <p>*No quiero decir con esto que mi doctrina sea original , pues no puedo ménos de coincidir en muchos puntos con lo que ellos establecen; y es indispensable que camine acorde con lo que asienta la Academia en su última Ortografía, habiéndome propuesto esplicar su sistema, por ser el seguido generalmente en las mejores ediciones</p>
1839	* Es bien seguro que si nuestra Academia hubiese adoptado ya á lo menos estas enmiendas que ningun trastorno producen, hubieran sido recibidas con aplauso, visto el justo deseo que todos tienen de ver la Ortografía arreglada á la pronunciacion. [...] I si en este punto i alguno otro me aparto del uso de la Academia , no se atribuya á presuncion, sino al deseo de llevar adelante la perfeccion de nuestra gramática , en lo cual la misma Academia nos da ejemplo, reformando cada vez sus ediciones é invitando á los escritores á esto mismo.
1847	* En cuanto á los auxilios de que he procurado aprovecharme, debo citar especialmente las obras de la Academia Española, y la Gramática de D. Vicente Salvá.
1854	<p>* Por ahora me limitaré á decir, que he procurado en mi obrita adaptarme con la mayor escrupulosidad á las reglas ortográficas de la Academia; y sin embargo, introduzco dos pequeñas reformas , que han de producir mas bien que mal, en mi concepto.</p> <p>* La misma perplejidad con que ha procedido la Academia, cuyas decisiones soy el primero en acatar y cumplir, preceptuando, aboliendo y rehabilitando el uso de la x en el caso indicado, [...]</p>
1880	* <i>Metodizarla en todas sus partes</i> , cuanto nos ha sido dable, <i>para facilitar su enseñanza á Maestros y discípulos</i> , sin faltar á los principios

	establecidos por la Real Academia de la Lengua, es lo que nos propusimos al publicar esta obrita: conseguirlo, es nuestra única aspiracion.
1885	<p>* Empero la Real Academia Española ha publicado últimamente una <i>Gramática Castellana</i> digna de tan respetable Corporación; es una obra que expone solamente nuestro idioma, y da reglas para que ampliemos los conocimientos del lenguaje siempre en relación con el latín.</p> <p>* No hay la menor duda de que la Real Academia siempre ha trabajado sin descanso para que su <i>Gramática</i> sea obra digna de tan esclarecida Corporación , pues observamos en el prólogo de su <i>Gramática</i>, impresa en Madrid en 1771, el deseo de publicar una obra que nada dejara que desear, haciendo un detenido examen de la producción de Nebrija, dedicada á la <i>Reyna Católica</i> é impresa en Salamanca en 1492, un tomo en 4." También examinó para este objeto las <i>Instituciones de Gramática Española</i> de Bartolomé Ximénez Patón, impresa en Baeza en el año de 1614, un tomo en 8.º.</p> <p>* Pero hoy la Real Academia trabaja cuanto está de su parte con el fin de aclarar muchas dudas, vencer muchas dificultades, y no se ha de tardar en que la científica Corporación, viendo el gran interés que la juventud estudiosa acredita tener, fácil será que nuestra doctrina sea estudiada en todos los establecimientos de enseñanza, como prueba inequívoca de su aserto, ampliación de una ciencia, y progreso de un arte, que tan abandonado se encontró en la antigüedad por personas que debieran haber desplegado el mayor interés para llegar al fin tan deseado por muchos profesores.</p>
1920	<p>* PREFACIO A LA SEGUNDA EDICIÓN (feito pelo autor)</p> <p>Las citas de la Gramática de la Real Academia se refieren a la edición del año 1913.</p> <p>Santiago de Chile, 1920. ¡Ojalá que la Real Academia siga pronto en el camino del progreso!</p>
1930	<p>* NOTA A LA CUARTA EDICIÓN</p> <p>Ahora, en esta nueva salida, añado un capítulo para exponer metódicamente las Nuevas normas de Prosodia y Ortografía establecidas de manera preceptiva por la Real Academia Española en 1959.</p>

ADJETIVOS

1818	<p>* En fin he procurado, por todos los medios que me ha sido posible, facilitar á los jóvenes un trabajo, que sobre lo penoso que se presenta, por ser el primero que deben emprender, es árido y escabroso por sí mismo [...]</p>
1830	<p>* Pero la lengua castellana no había llegado entónces á tal grado de perfeccion, que debiera temerse mas bien su decadencia que esperarse su mejora, como aseguraba Lebrija.</p> <p>* [...] para saber la natural y perfecta pronunciacion de la lengua castellana, de Antonio de Salazar, impreso en Ruan la vez primera el año 1622 y después en 1672, está puesto en diálogos para enseñar prácticamente por ellos , mas bien que por reglas , á hablar el español.</p> <p>* Apenas habían renacido las buenas letras á mitad del siglo ultimo, y</p>

	<p>llegó la lengua á su madurez en los escritos de un Jovellános, un Iriarte y un Muñoz, [...]</p> <p>* El amor á las cosas patrias se aviva ademas mucho con la distancia , y llega casi á delirio la predileccion al propio idioma, en viéndose el hombre rodeado de los que no lo hablan. Obligado á conversar diariamente con los buenos escritores, que se leen entónces con mayor ahinco , estudia con mas detencion su lengua, y adopta, para hermosearla, algunas metáforas, imágenes y pensamientos de los autores estraños. Séame lícito observar con este motivo, que los españoles que residieron en cortes estrañeras, y los que militaron mucho tiempo en Italia y Flándes, no son los que han contribuido ménos á enriquecer nuestro idioma.</p> <p>*La Gramática de una lengua, si bien es el primer libro que toma en las manos el que se propone estudiarla , llega á hacerse un inseparable compañero del que nunca pierde de vista el perfeccionarse en ella. No porqué enseñe á escribir bien, sino porqué señala los defectos de lenguaje que se deben evitar.</p> <p>* [...] y Capmany , nimio quizá en la pureza de la lengua, es duro y bronco en su estilo.</p> <p>* No contento sin embargo con esto , y deseando ardientemente el acierto , lo he sometido por último al exámen de mi paisano don Joaquin Lorenzo Villanueva, juez el mas idóneo en la materia , así por sus muchas obras en que campea la lengua castellana con toda su pureza y gala, como por estar dedicado algunos años hace á compilar un diccionario de la misma.</p>
1835	<p>* [...] habiendo significado siempre la voz gramática la coleccion de las reglas que deben observarse para hablar una lengua con pureza y correccion,[...]</p>
1839	<p>* Esta falta proviene de que nuestros sabios escritores, sea porque no hayan reputado este trabajo por digno de sus talentos, sea porque hayan preferido enseñar las bellezas de la lengua patria con el ejemplo , en sus escritos, mas bien que con los preceptos de un arte, [...]</p> <p>*[...] pero si esto no es mui fácil en una lengua viva, que cada dia está sufriendo alteraciones en su construccion por recibir nuevas formas de hablar, i olvidar otras de las ya recibidas, menos lo será en la castellana, donde su misma riqueza i variedad , i lo poco que se ha trabajado por fijar sus principios, hacen tan vario é incierto su réjimen, que no es posible sujetarle á pocas reglas, que sean guia segura en tan intrincado laberinto.</p> <p>* Es bien seguro que si nuestra Academia hubiese adoptado ya á lo menos estas enmiendas que ningun trastorno producen, hubieran sido recibidas con aplauso, visto el justo deseo que todos tienen de ver la Ortografía arreglada á la pronunciacion. [...] I si en este punto i alguno otro me aparto del uso de la Academia , no se atribuya á presuncion, sino al deseo de llevar adelante la perfeccion de nuestra gramática , en lo cual la misma Academia nos da ejemplo, reformando cada vez sus ediciones é invitando á los escritores á esto mismo.</p>

1841	<p>* Si del prólogo pasamos á la <i>lección de estilo</i>, donde es de suponer que <i>Salvá</i> se esforzaría para presentarnos el idioma castellano adornado de todas sus galas, veremos que, fuera de otra piada de propia presuncion , no es mas feliz, no es menos incorrecto, menos confuso , ni menos necio que antes.</p>
1847	<p>* Mis lecciones se dirigen á mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación, y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes.</p> <p>* Chile y Venezuela tienen tanto derecho como Aragón y Andalucía para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada. En ellas se peca mucho menos contra la pureza y corrección del lenguaje que en las locuciones afrancesadas, de que no dejan de estar salpicadas hoy día aun las obras mas estimables de los escritores peninsulares.</p>
1854	<p>* [...]en una palabra, la relación de íntima dependencia en que mantengo las reglas del arte con respecto á los principios de la ciencia, son circunstancias que contribuirán eficazmente á que pueda hacerse de una manera completa, con notable economía de tiempo y sin auxilio de maestro, un estudio tan lleno de dificultades, tan poco cultivado y tan importante sin embargo.»</p>
1854	<p>* La lengua española presenta una estrecha analogía con el latín y el italiano: se parece al primero por su energía, su elevación y el genio de sus escritores : se asemeja al segundo por su pompa y armonía , y por sus formas gramaticales. De las lenguas de Europa ninguna pertenece tanto á la generalidad de la nación : la de la plebe apenas se diferencia de la de los sabios , y por esto conserva mas originalidad. Es rica en expresiones propias , para hacer mas sensibles todas las formas de los objetos , y las impresiones de una imaginación ardiente. Al mismo tiempo es muy fecunda en términos magestuosos y nobles, y en voces cómicas y burlescas. La abundancia de palabras imitativas para la descripción de los objetos sensibles , unida á la fluidez y armonía de sus frases , al brillo de sus formas , al atrevimiento de sus figuras y á la frecuencia de sus inversiones y elipsis , la hacen mas favorable al espíritu poético. La mezcla del celta , del vizcaíno , del latín , del godo y del árabe, le han quitado su carácter original: no obstante , al admitir voces extrañas , las ha modificado acomodándolas á su genio.</p> <p>* He dado á nuestra lengua el nombre de española , porque el antiguo castellano se ha hecho general en todas las provincias y colonias de España , y debe adoptarse con preferencia el nombre nacional , como el mas adecuado</p>
1885	<p>* La Filología ha salido, en cuanto ha sido posible, de la obscuridad de los siglos, entrando en el progreso de las ciencias, y nos va suministrando algunos datos, ya históricos, ya razonables, que al hombre demuestran auténticamente la grandiosidad del lenguaje que usa. Desde los tiempos más remotos hasta nuestros días, el hombre ha estado adornado de tan rico y precioso don , no habiendo sufrido el menor cambio, puesto que en</p>

las ciencias no hay mutabilidad, sino ampliación más ó menos según sus adelantos.

* Esto se observa en aquellas críticas épocas que la historia nos presenta, y con especialidad en nuestra nación en el siglo XVI, que sobresalió en eminencias literarias, dejando copiosos frutos para las generaciones venideras , y que hoy con asombro admiramos en nuestras magníficas bibliotecas.

* Por esta razón, el estudio gramatical en este siglo aparece revestido y engalanado en sus formas, adornado con la hermosura y belleza propia del arte, y con el aplauso de la verdadera ciencia , sirviendo de faro luminoso en medio de aquellos grandes genios, lumbreras de la literatura, oráculos de la ciencia, prototipos de grandeza, poderío y excelsitud, ampliando los conocimientos universales, y presentando los pensamientos con la verdad, claridad, propiedad, sencillez, naturalidad y conveniencia con el tono dominante de la obra, del escrito.

* ¡Ah! El siglo XVI se presenta ante nuestra vista como un gigante [...] La rica lengua castellana adquirió un nuevo carácter más noble, y sobre todo riqueza y variedad en la expresión , [...]

* Siglo en que predomina la vivacidad, en que sobresale una rica literatura ; y aunque principiaron los autores á desdeñar el nuevo estilo de decir, sin embargo concluyeron por comprender las grandezas de nuestra rica y elegante lengua.

* La fortaleza de aquellos ilustres y sabios varones en el modo de escribir; la energía en el modo de expresar; la precisión, propiedad y pureza en su castizo, pero elegante lenguaje; la majestuosidad en el tono dominante de sus obras y la corrección en el estilo , son causa suficiente para mirar con asombro el progreso literario de un siglo que principia en la debilidad y concluye en la magnificencia.

* No dejemos en embrión el análisis del pensamiento; no dejemos modismos, ni rodeos periódicos, de que poseemos muchos y muy importantes, sin analizar; y, en fin, juzguemos rectamente algunas palabras extranjeras traídas á nuestro idioma por escritores pedantes, como si la rica lengua española necesitara el auxilio de otras, cuando es abundantísima, es dulce, es sonora, es cadenciosa, y he aquí por qué se la ve inclinada á la composición métrica, y de aquí también el haber presentado España ante la faz del mundo tantos y tan distinguidos poetas (1).

* La lengua española posee un rico caudal de palabras ; una expresión dulce, cuando el asunto lo requiere, y tiene expresiones enérgicas, terroríficas, cuando las necesita. Esta es una de las razones por que en los pueblos en donde no haya un idioma fecundo se vea el hombre acosado por las ideas sin tener una nueva palabra con que designar un objeto ó un ente, causa por la cual el literato español debía esforzarse

	<p>más y más en el estudio del idioma patrio. Movidos, sin duda, por estas razones, hemos tomado la pluma para hacer ver lo que vale nuestra lengua, de las prerrogativas de que goza, y la majestuosidad y dulzura que posee al exhibir el hombre sus ideas.</p> <p>* Nuestro idioma forma la palabra con muchas vocales y consonantes de suave sonido, como deducción latina, y no tiene esa aspereza que caracteriza á las lenguas del Norte, pues el repetir y aglomerar consonantes semivocales dan á la expresión cierta rudeza, haciéndola irritante y de difícil pronunciación.</p> <p>* Nuestro deseo es que la juventud estudiosa encuentre en esta obra copioso manantial de doctrina; pero no una doctrina rutinaria, sino que apoyada en la razón pueda con facilidad llegar á comprender los diferentes giros lingüísticos que poseemos y las variaciones á que da lugar una lengua que á múltiples interpretaciones se presta, y que poseída aquélla de esa gran riqueza, de ese gran caudal de palabras que forma nuestro idioma, obtenga el mayor y mejor partido posible, enriqueciendo nuestras bibliotecas.</p>
1910	<p>* Así como á nadie dotado de buen sentido y regular instrucción le ocurriría decir que en las lenguas romances sobra el artículo, por el solo hecho de no existir esa palabra en el latín clásico, así tampoco debe repugnar la idea de que á idiomas muy evolucionados, como el español, puedan y deban aplicarse nuevos métodos y orientaciones, que faciliten su estudio y contribuyan á su perfeccionamiento.</p>
1974	<p>* La lengua es lo que diferencia al hombre del resto de los seres, pero no está para dominarnos, sino para que la dominemos nosotros. En el caso del castellano pensemos además en nuestra responsabilidad de conversar la unidad de una de las lenguas más extendidas y ricas de la tierra.</p>
2009	<p>* En los casi dos siglos y medio transcurridos desde entonces, la Real Academia Española ha publicado numerosas ediciones de su Gramática en las que se ha esforzado en analizar este «maravilloso artificio».</p>

DESTINATÁRIO DA GRAMÁTICA

1818	<p>* [...] destinado para la enseñanza de los alumnos de este Colegio.</p>
1830	<p>* Como destinada á los franceses, lleva la correspondiente traduccion en otra coluna , para facilitarles la inteligencia del testo.</p> <p>* Apoyado en los mismos principios de sencillez , y con el objeto de que no aprendan los jóvenes sinó lo que les sea indispensable ó sobre manera útil, he omitido por entero la doctrina que sobre las figuras de diction se nos ensena con tanto aparato en las escuelas; [...]</p>
1847	<p>* No tengo la presunción de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirigen á mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación, y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes.</p>

1854	* El juicio crítico comparado de esta gramática con las existentes, dará á conocer si la mia reúne los requisitos esenciales de una obra elemental , y si merece ser destinada para la enseñanza, en las escuelas públicas.
1880	* Se nos permitirá en este prólogo indicar ciertas consideraciones ó prácticas pedagógicas, que, si bien ajenas á este lugar é innecesarias generalmente para el profesorado de hoy, no serán sin embargo inútiles para algunos.
1885	* Nuestro deseo es que la juventud estudiosa encuentre en esta obra copioso manantial de doctrina; pero no una doctrina rutinaria, sino que apoyada en la razón pueda con facilidad llegar á comprender los diferentes giros lingüísticos que poseemos y las variaciones [...]
1908	* La obra que publicamos es <i>completa</i> en su género, ó sea, en el grado medio de la enseñanza á que va destinada.
1920	* Así, pensada y en gran parte escrita la obra con destino a Chile, contiene bastantes alusiones al habla familiar y vulgar en este país y a la enseñanza del idioma tal como allá se practica.
1930	* En él [Manual de Gramática Española] se procuraba satisfacer el interés del hombre de cultura media, y también del hombre culto no especialista, respecto a la estructura de nuestro idioma, describiéndosela en forma breve y racional, sin imponerle leyes ni terminologías y discusiones complicadas.
1951	* Dirigido este libro a lectores de habla española, hemos procurado también ilustrar cada fenómeno, siempre que es posible, con ejemplos españoles y, en su defecto, de las lenguas mejor conocidas entre nosotros.
1974	* "... esta segunda edición sale muy corregida y ampliada en nuestro constante deseo de ser útiles a los profesores de Lengua Española."
2009	* El maestro Correas lo planteaba en su Arte de la lengua castellana: «Los libros se escriben para todos, chicos i grandes, i no para solos los onbres de letras». La Nueva gramática de la lengua española se dirige también a todos, como quería el maestro Correas, pero es inevitable que los condicionamientos expuestos al comienzo de este prólogo acaben por imponer algunas limitaciones. *. Para contribuir a solucionarlo, la RAE y la Asociación de Academias han acordado elaborar varias versiones de la presente obra. Además de esta, considerada de referencia, se publicará un Manual que la compendia sustancialmente con propósito divulgativo, por lo que su consulta no presupondrá conocimientos especializados de gramática. Por último, se preparará también una edición básica o esencial, pensada para el gran público y fácilmente adaptable al ámbito escolar, en la que se presentarán de modo simplificado los conceptos fundamentales. Se ha entendido, en suma, que la mejor forma de que la gramática académica llegue a todos —El español de todo el mundo es su lema de presentación— es construir distintas versiones del texto y adaptarlas a los más variados destinatarios.
2011	* La interrelación entre el libro y el DVD compañero permite ilustrar muchos aspectos que interesan al público culto.

LÍNGUA E NAÇÃO

1818	* [...] el de proporcionar el mayor aprovechamiento á los que se dediquen á él, es la mejor recompensa que deseo, y la de haber hecho un servicio á mi Patria que pueda serle de alguna utilidad.
1830	<p>* Mas en honor de la verdad , y para gloria de aquel siglo y de nuestra nacion, debe decirse , que quizá no descollarían tanto los nombres de Locke, Bosses, Condillac, Dumarsais, Beauzée, Horne Tooke, Destutt-Tracy y Degerando, si no les hubiesen servido de antorcha las profundas investigaciones de los solitarios de Port-royal; [...]</p> <p>* El amor á las cosas patrias se aviva ademas mucho con la distancia , y llega casi á delirio la predileccion al propio idioma, en viéndose el hombre rodeado de los que no lo hablan.</p> <p>* Habiéndome decidido á manifestar por medio de este corto trabajo , que no me son indiferentes mi lengua ni mi patria, formé el primer bosquejo sin auxilio de libros.</p>
1841	* Se trata de enseñanza ; se habla de principios elementales de una ciencia, por cuyo estudio han de empezar esas tiernas plantas que el Estado llamará un día para que le sirvan de apoyo, [...]
1847	* Chile, el Perú, Buenos Aires, Méjico, hablarían cada uno su lengua , ó por mejor decir, varias lenguas, como sucede en España, Italia y Francia, donde dominan tres idiomas provinciales, pero viven A su lado otros varios, oponiendo estorbos á la difusión de las luces, á la ejecución de las leyes, á la administración del Estado, á la unidad nacional. Una lengua es como un cuerpo viviente : su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de las funciones que estos ejercen, y de que proceden la forma y la índole que. distinguen al todo.
1854	* He dado á nuestra lengua el nombre de española , porqué el antiguo castellano se ha hecho general en todas las provincias y colonias de España , y debe adoptarse con preferencia el nombre nacional , como el mas adecuado
1885	<p>* Tal vez por estas circunstancias hayase sucedido esa transformación de dialectos tan variados, tan distintos y hasta tan diversos, sin fondo común, sin una base de su originalidad, y como un conjunto de expresiones adictas al carácter y temperamento de las personas que los han usado, y cuya decadencia no ha sido otra causa sino la fuerza, la violencia y hasta el imperio despótico que los ha subyugado.</p> <p>* Mas cuando un pueblo está en la época de su engrandecimiento; cuando su gloria se completa con los triunfos adquiridos en su coexistencia con los demás pueblos ; cuando una nación rehabilita hechos pasados para preponderar y hacer alarde de su majestuosidad imperiosa, y vence obstáculos que se presentan para el engrandecimiento literario , entonces se esfuerza para conseguir la cultura de su propio estado y circunstancias, y resplandecer ante la faz de las demás naciones. Esto se observa en aquellas críticas épocas que la historia nos presenta, y con especialidad en nuestra nación en el siglo XVI, que sobresalió en eminencias literarias, dejando copiosos frutos para las</p>

	generaciones venideras , y que hoy con asombro admiramos en nuestras magníficas bibliotecas.
1910	<p>* Saben muy bien los que á ese movimiento contribuyen y claman por ese género de adelanto, que la fuerza que impulsa al mundo no es la del vapor ni la electricidad ni el aire comprimido, sino la fuerza intelectual, y que no hay gimnasia de la inteligencia como el ejercicio y perfeccionamiento del idioma.</p> <p>Las lenguas, al igual de todo organismo, están animadas de dos movimientos invisibles, pero incesantes, de integración y desintegración, que se manifiesta, como en todos los seres organizados, desde el primer momento de su existencia.</p> <p>En tanto predomina la fuerza integradora, la lengua camina hacia su apogeo, porque se asimila elementos de vida que reemplazan con exceso á los que pierde por la acción de la fuerza desintegradora.</p> <p>Pero cuando la desintegración predomina, el idioma va perdiendo poco á poco su vitalidad, languidece, y acaba por morir, ni más ni menos que como un animal ó una planta.</p> <p>De igual manera que el régimen y la higiene prologan la existencia de los seres organizados, así también el esmerado cultivo de un idioma aumenta sus fuerzas y prolonga su vida.</p> <p>* Entre los elementos que constituyen la nacionalidad y contribuyen más poderosamente á la idea de patria, está el idioma.</p> <p>Allí donde se habla la lengua de un pueblo, está la influencia de ese pueblo y una prolongación de su nacionalidad.</p>
1999	<p>El Estatuto de 1993 encomienda a tal instituto (RAE) la promoción y difusión de estudios gramaticales, pertenezcan o no a ella sus autores.</p> <p>porque va a vincular mi nombre al de la mayor empresa gramatical acometida en este siglo, llamada a tener una trascendencia enorme en nuestra cultura.</p> <p>En su introducción, se lamentan los autores de no haber podido dedicar mayor atención al español de América; en efecto, ese punto puede suscitar alguna objeción, que deberá atenuarse si se piensa en el enorme espacio geográfico que cubre nuestra lengua, y la heterogeneidad de variantes culturales a que sirve de vehículo. Y si, además, caemos en la cuenta de que este tratado es el primer fundamento para un conocimiento más riguroso de lo que compartimos, y de aquello que se desvía de esa partitura común, debe pensarse que no sólo va a hacer progresas extraordinariamente en España el conocimiento de la lengua, estimulando investigaciones nuevas, adiciones, rectificaciones, complementos y hasta disidencias, según debe esperarse de una obra fundamental, sino que va a impulsar esos mismos desarrollos en América.</p>
2009	<p>* Manifiestan, al tiempo, el propósito de mejorar y actualizar de continuo esta obra con las observaciones que se formulen y con el estudio más profundo de las materias expuestas, todo ello con el objetivo supremo de servir a la unidad del español.</p>

ERROS E/OU MUDANÇAS NA LÍNGUA

1830	<p>* [España] apenas puede presentar unos cuantos filólogos que se hayan dedicado á señalar el rumbo que conviene seguir, para evitar el desaliño é incorrección del habla común , los errores de una gran parte de los libros que andan impresos , y los casuales descuidos aun de los pocos que merecen ser propuestos por modelos de lenguaje y de estilo."</p> <p>*Cuando estas novedades varían notablemente la lengua, cosa que apenas puede dejar de suceder á la vuelta de cincuenta años, segun observo al fin de este libro en la nota B, se requiere una nueva Gramática que las explique. Esta reflexion, cuya exactitud me parece incontestable, evidencia la falta en que han incurrido los gramáticos, cuyos preceptos pueden aplicarse igualmente al modo de hablar de D. Alonso el sabio , que al de Granada , al de Soto Mame y al de González Carvajal, no obstante que cada una de las épocas en que han florecido estos cuatro escritores, tiene una fisonomía peculiar que la diversifica de las otras.</p> <p>* El amor á las cosas patrias se aviva ademas mucho con la distancia , y llega casi á delirio la predileccion al propio idioma, en viéndose el hombre rodeado de los que no lo hablan. Obligado á conversar diariamente con los buenos escritores, que se leen entónces con mayor ahinco , estudia con mas detencion su lengua, y adopta, para hermosearla, algunas metáforas, imágenes y pensamientos de los autores estraños. Séame lícito observar con este motivo, que los españoles que residieron en cortes estrañeras, y los que militaron mucho tiempo en Italia y Flándes, no son los que han contribuido ménos á enriquecer nuestro idioma.</p> <p>* No hallamos inconveniente en tildar como descuidos algunas locuciones de un Jovellános , un Iriarte y un Moratin ; y ¿no ha de sernos permitido suponerlos en Hurtado de Mendoza , en Coloma ó en Moneada? Decimos que se ha pegado á nuestros coetáneos esta .ó la otra espresion de su roze con los italianos ó franceses, y olvidamos que nuestros clásicos mas sobresalientes demoraron mucho tiempo en los países estrañeros, y que pudieron por lo mismo contagiarse de sus modismos.</p> <p>*La Gramática de una lengua, si bien es el primer libro que toma en las manos el que se propone estudiarla , llega á hacerse un inseparable compañero del que nunca pierde de vista el perfeccionarse en ella. No porqué enseñe á escribir bien, sino porqué señala los defectos de lenguaje que se deben evitar.</p>
1839	<p>* Mas viniendo á nuestra obra advierto desde luego que en ella se hallarán no pocas innovaciones, pero fundadas en la filosofía de las lenguas [...]; innovaciones, en fin, que ya es tiempo que admitamos en nuestra gramática, si queremos sacarla del estado pueril en que se encuentra.</p> <p>*[...] pero si esto no es mui fácil en una lengua viva, que cada dia está sufriendo alteraciones en su construccion por recibir nuevas formas de hablar, i olvidar otras de las ya recibidas, menos lo será en la castellana, donde su misma riqueza i variedad , i lo poco que se ha trabajado por fijar</p>

	<p>sus principios, hacen tan vario é incierto su régimen, que no es posible sujetarle á pocas reglas, que sean guia segura en tan intrincado laberinto.</p>
1847	<p>* El adelantamiento prodigioso de todas las artes, el progreso de la cultura intelectual y las revoluciones políticas, piden cada día nuevos signos para expresar ideas nuevas; y la introducción de vocablos flamantes, tomados de las lenguas antiguas y extranjeras, ha dejado ya de ofendernos, cuando no es manifiestamente innecesaria, ó cuando no descubre la afectación y mal gusto de los que piensan engalanar así lo que escriben. Hay otro vicio peor, que es el prestar acepciones nuevas á las palabras y frases conocidas, multiplicatuio jas anfibologías de que por la variedad do significados de cada palabra adolecen mas ó menos las lenguas todas , y acaso en mayor proporción las que mas se cultivan, por el casi infinito número de ideas á que es necesario acomodar un número necesariamente limitado de siguos. Pero el mayor mal de todos, y el que, si no se ataja, va á privarnos de las inapreciables ventajas de un lenguaje común, es la avenida de neologismos de construcción, que inunda y enturbia mucha parte de lo que se escribe en América , y alterando la estructura del idioma, tinado á convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriones de idiomas futuros, que durante una larga elaboración, reproducirían en América lo que fue la Europa en el tenebroso periodo de la corrupción del latín.</p> <p>* Los lectores inteligentes que me honren leyéndola con alguna atención, verán el cuidado que he puesto en demarcar, por decirlo así, los linderos que respeta el buen uso de nuestra lengua, en medio do la soltura y libertad de sus giros; señalando las corrupciones que mas cunden hoy dia, y manifestando la esencial diferencia que existe entre las construcciones castellanas, y las francesas que se les asemejan basta cierto punto, y que solemos imitar sin el debido discernimiento.</p>
1854	<p>* La mezcla del celta , del vizcaíno , del latín , del godo y del árabe, le han quitado su carácter original: no obstante , al admitir voces estrañas , las ha modificado acomodándolas á su genio.</p>
1880	<p>* Luego se dicen de intento palabras <i>con vicios del lenguaje</i>, tan frecuentes en los pueblos, ridiculizándoselas; y como por vía de entretenimiento, que no deja de agradarles, van mirando con aversion aquel lenguaje tan impropio: para lo cual puede formar el Profesor un cuaderno con palabras y frases viciosas de la localidad, tan comunes en los niños y hasta en las familias, p. ej.: <i>cocholate, pacencia, malacaton, abujas y afileles, cabayo, haiga, truje, güelve, quedrá, vide, cuala...Dámusle un chave pa el probe sordao. - San salio los poyos del gayinero por el abugero de la paer. - Vusotros sos vais en ca el agüelo por uguas. - Quiuste saber el ojecto de la vezita? - Grabiél, Usebio, Rumaldo y Meregildo no san sabio la lición con el istrutor. - El Gobernaor cevil yel melitar san ido dende al Hespicio al Espital. - Munchismas pacencias mos han dao. - Miaque güenos son los carambelos. - Dalle acitunas paque las yeve á Donisio (1).</i></p>
1885	<p>* Desde los tiempos más remotos hasta nuestros días, el hombre ha estado adornado de tan rico y precioso don , no habiendo sufrido el menor cambio, puesto que en las ciencias no hay mutabilidad, sino ampliación más ó menos según sus adelantos.</p>

* Lo que podemos afirmar ahora, sin temor de errar, es que el lenguaje no le hemos recibido tal y conforme hoy le poseemos.

No cabe la menor duda que la invención de la escritura, primeramente simbólica, luego silábica y después literal para la representación de las ideas, fué un gran adelanto progresivo para su estudio y para su mejor expresión.

* Aún es más; el perfeccionamiento de la palabra no es obra del instante, ni del acaso; es el resultado de las múltiples combinaciones, formado con el estudio y el tiempo, en que analizando los pensamientos paulatinamente, diéronles forma hasta su completo desarrollo.

* El lenguaje natural siempre es constante, siempre fijo, sin premeditación, sin ambigüedades, con determinación y tan espontáneo como espontáneas son nuestras acciones. El artificial no es así ; con detenimiento, sujeto á reglas y principios analíticos, que es el artificio propio de la locución, está sujeto á las instituciones humanas, al influjo de las edades, á las vicisitudes propias de la vida del hombre, tanto que un autor coetáneo no puede menos de exclamar: «Las lenguas tienen una vida que las transforma lentamente hasta llegar á desfigurarlas, lo cual consiste en que en el seno de ellas *nacen y mueren las palabras por voluntad del uso, que es el que tiene derecho y la norma del hablar* (1).

* [a língua árabe] , los europeos tomaron muchas frases y palabras de este idioma; mas los griegos, que como hombres instruidos deseaban el adelanto, el progreso, recogieron copiosos frutos y enriquecieron su lengua.

* Como el ejército romano fué unido con otros extranjeros, tomó un gran número de voces, que traídas por aquél á España, tomaron muchas sus habitantes, formando un idioma tan heterogéneo cuanto habían sido las diferentes razas de su adhesión; pero como su originario no era grato al oído , ni se prestaba fácilmente á la pronunciación, adoptaron el del ejército romano con otros muchos vocablos propios de aquel idioma.

* La lengua de España antes de la venida de los romanos , si no miente la fama, fué el vascuence (1). [...]si bien positivamente se sabe que la invasión en nuestro territorio de ejércitos extranjeros formaron una multitud de dialectos de tan difícil complicación, que más tarde, destruyéndose por sí mismos, quedaron los reinos cada cual con uno distinto. Es verdad que cada pueblo que arribó á nuestras costas marítimas, formando su colonia, trajo consigo el idioma, y de aquí esa multitud de vocablos tan extraños que á cada instante observamos en nuestra abundantísima lengua.

* Con la venida de los fenicios nuestra nación ganó muchísimo; porque si bien es verdad que aquéllos se llevaban el oro y la plata en inmensos caudales por la gran extracción que de nuestras minas hacían, en cambio dejaban otra riqueza, como la ilustración, los adelantos de la industria y

	<p>del comercio, y lo que es más, en las ciencias y en las artes. Desde entonces principió España á crecer, ó mejor dicho, nació la gran literatura, recibiendo vocablos de los fenicios, á quienes debemos el alfabeto (3).</p> <p>* La rica lengua castellana adquirió un nuevo carácter más noble, y sobre todo riqueza y variedad en la expresión , sirviendo como de ejemplar las ricas plumas de Granada, León y Mendoza ; el constante estudio de la antigüedad, traducciones en elegante estilo, desterrando vicios, corruptelas en el hablar y defectos de que obras mil adolecieron.</p> <p>* El Sr. Barcia (1), en su magnífico Diccionario Etimológico, ha demostrado que la lengua española (antes castellana) tiene palabras de diferentes idiomas en su origen , y de ello se deducen las torcidas interpretaciones que de ésta se han formado, porque sabido es que la lengua latina, lengua de vencedores, formó un sinnúmero de dialectos en los siglos iii y iv, y que después desaparecieron, dejando el campo etimológico á la mayor parte de los pueblos y razas del viejo continente, es decir, á los invasores.</p> <p>* [...] juzguemos rectamente algunas palabras extranjeras traídas á nuestro idioma por escritores pedantes, como si la rica lengua española necesitara el auxilio de otras [...]</p> <p>* Nuestro deseo es que la juventud estudiosa encuentre en esta obra copioso manantial de doctrina; pero no una doctrina rutinaria, sino que apoyada en la razón pueda con facilidad llegar á comprender los diferentes giros lingüísticos que poseemos y las variaciones á que da lugar una lengua que á múltiples interpretaciones se presta, y que poseída aquélla de esa gran riqueza, de ese gran caudal de palabras que forma nuestro idioma, obtenga el mayor y mejor partido posible, enriqueciendo nuestras bibliotecas.</p> <p>* Hemos respetado y respetamos las opiniones de los Vives y Nebrijas, pero no en toda su doctrina, porque el idioma de ayer no es el de hoy, y á medida que la ilustración aumenta , progresa , sigue también su rumbo, como es consiguiente, el descubrimiento en las ciencias, el adelanto en las artes.</p>
1974	<p>* El maestro ha de luchar con la morfología dialectal; p. ej., eliminar ese <i>ustedes estáis</i> del anadaluz oriental, o el arcaísmo del <i>vos tenés, vos querés</i>, que el insigne Andrés Bello desterró de parte de América, pero que no consiguió eliminar de grandes zonas hispanoamericanas, entre las que figuran algunas de las más cultas. En las extensas zonas del castellano que desconocen la forma <i>vosotros cantáis</i> se debe enseñar, no para usarla en la conversación, sino para reconocerla en los textos (literarios o no), y poder emplearla en la lengua escrita. Lo mismo sucede con <i>hubo cantado, cantare y hubiere cantado</i>. Luchemos contra el empobrecimiento morfológico de nuestra lengua.</p>
1999	<p>En su introducción, se lamentan los autores de no haber podido dedicar mayor atención al español de América; en efecto, ese punto puede suscitar alguna objeción, que deberá atenuarse si se piensa en el enorme</p>

	<p>espacio geográfico que cubre nuestra lengua, y la heterogeneidad de variantes culturales a que sirve de vehículo. Y si, además, caemos en la cuenta de que este tratado es el primer fundamento para un conocimiento más riguroso de lo que compartimos, y de aquello que se desvía de esa partitura común, debe pensarse que no sólo va a hacer progresas extraordinariamente en España el conocimiento de la lengua, estimulando investigaciones nuevas, adiciones, rectificaciones, complementos y hasta disidencias, según debe esperarse de una obra fundamental, sino que va a impulsas esos mismos desarrollos en América.</p>
--	--

OUTRAS MANEIRAS DE FALAR, MAS CONTINUA SENDO ESPANHOL

1830	<p>* Porqué no solo el que dice, La empresa no tuvo suceso (buen éxito), Vd. es demasiado honesto (atento) , empleando estas dos voces en un sentido que nosotros no conocemos, habla mal el español; sinó que haría lo propio el que dijese, No soi que un torpe , Todo anticuario que era; donde las palabras son castellanas, aunque ordenadas segun el giro frances; ó bien se apartase del régimen que ciertos verbos piden; falta que cometen los que anuncian con mucha seriedad , que pueden pasarse de una cosa, ó que van á ocuparse de tal negocio. Foresto, tanto el que escribe en una lengua, como su gramática, no pueden desviarse del uso, el cual no es siempre filosófico, sinó que tiene mucho de caprichoso.</p> <p>* Esplicar el uso que ha de hacerse de estas mismas partes , cómo han de colocarse en el discurso, y las mutaciones que sufren segun que van antepuestas ó pospuestas , es oficio propio y esclusivo de la Sintáxis ; como tambie el señalar las delicadas y casi imperceptibles diferencias que hai en los diversos modos de decir.</p> <p>* Noto varios usos que parecerán ménos necesarios á los castellanos ; pero que pueden ser provechosos á los demas españoles , para evitar los provincialismos en que mas de ordinario incurren</p>
1847	<p>* En las notas al pié de las páginas menciono los arcaísmos, llamo la atención á ciertas prácticas viciosas del habla popular de los americanos, para que se conozcan y eviten [...]</p> <p>* No se crea que, recomendando la conservación del castellano, sea mi ánimo tachar de vicioso y espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hay locuciones castizas que en la Península pasan hoy por anticuadas, y que subsisten tradicionalmente en Hispano-América : ¿por qué proscribirla!)? Si según la práctica general de los americanos es mas analógica la conjugación de algún verbo, ¿por que razón hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raíces castellanas hemos formado vocablos nuevos, según los procederes ordinarios de derivación que el castellano reconoce , y de que se ha servido y se sirve continuamente para aumentar su caudal de voces, ¿qué motivo hay para que nos avergoncemos de usarlos? Chile y Venezuela tienen tanto derecho como Aragón y Andalucía para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada. En ellas se peca mucho menos</p>

	contra la pureza y corrección del lenguaje que en las locuciones afrancesadas, de que no dejan de estar salpicadas hoy día aun las obras mas estimables de los escritores peninsulares.
1885	* Nuestro deseo es que la juventud estudiosa encuentre en esta obra copioso manantial de doctrina; pero no una doctrina rutinaria, sino que apoyada en la razón pueda con facilidad llegar á comprender los diferentes giros lingüísticos que poseemos y las variaciones á que da lugar una lengua que á múltiples interpretaciones se presta, y que poseída aquélla de esa gran riqueza, de ese gran caudal de palabras que forma nuestro idioma, obtenga el mayor y mejor partido posible, enriqueciendo nuestras bibliotecas.
1920	* Por lo demás, en el libro del señor Lenz el habla local sólo entra a título de ejemplo.
1930	* Pero <u>es</u> pacto solo se cumple en teoría. En la práctica, no hay nadie que posea todas las palabras y todos los usos del idioma. No es solamente el campesino el que no comprende bien lo que le dice el hombre culto, sino que este mismo a su vez desconoce infinitas palabras de aquel, tan legítimas- ¿por qué no? -como las suyas propias.
1974	* El maestro ha de luchar con la morfología dialectal; p. ej., eliminar ese <i>ustedes estáis</i> del anadaluz oriental, o el arcaísmo del <i>vos tenés, vos querés</i> , que el insigne Andrés Bello desterró de parte de América, pero que no consiguió eliminar de grandes zonas hispanoamericanas, entre las que figuran algunas de las más cultas. En las extensas zonas del castellano que desconocen la forma <i>vosotros cantáis</i> se debe enseñar, no para usarla en la conversación, sino para reconocerla en los textos (literarios o no), y poder emplearla en la lengua escrita. Lo mismo sucede con <i>hubo cantado, cantare</i> y <i>hubiere cantado</i> . Luchemos contra el empobrecimiento morfológico de nuestra lengua.
1999	<p>Se le asigna, además, una función normativa llamémosla oficial, ajena a averiguaciones como las que siguen, las cuales no ponen sus miras en el bien hablar y el bien escribir.</p> <p>hasta ahora, carecíamos de un tratado extenso y de propósito comunicativo que registrara los usos reales del español, el inventario y funcionamiento detallado de sus categorías, de sus estructuras, y - carencia magna- de sus relaciones con el significado y con los diversos factores de la comunicación, como paso previo imprescindible a la propuesta de sistemas; que no soslayara excepciones ni se centrara sólo en ejemplos habituales, consagrándolos como objetivos privilegiados y casi únicos de la gramática.</p> <p>entrando en los entresijos del funcionamiento vivo del idioma (y ya no sólo del lenguaje), con sus mecanismos, rarezas y quebrantos lógicos, con sus aparentes inconsecuencias, con la enorme variedad de posibilidades que yacen reprimidas o desconocidas en los compendios y escritos de nuestra vieja tradición gramatical, aun en los de semblante formal renovado.</p> <p>En su introducción, se lamentan los autores de no haber podido dedicar mayor atención al español de América; en efecto, ese punto puede suscitar alguna objeción, que deberá atenuarse si se piensa en el enorme</p>

	<p>espacio geográfico que cubre nuestra lengua, y la heterogeneidad de variantes culturales a que sirve de vehículo. Y si, además, caemos en la cuenta de que este tratado es el primer fundamento para un conocimiento más riguroso de lo que compartimos, y de aquello que se desvía de esa partitura común, debe pensarse que no sólo va a hacer progresas extraordinariamente en España el conocimiento de la lengua, estimulando investigaciones nuevas, adiciones, rectificaciones, complementos y hasta disidencias, según debe esperarse de una obra fundamental, sino que va a impulsas esos mismos desarrollos en América.</p>
2009	<p>* [...], se responsabilizó a don José Manuel Blecua de la sección de fonética y fonología. Esta parte constituirá un volumen independiente dentro de la presente edición, y se publicará junto con un DVD en el que podrán percibirse las variantes de pronunciación, entonación y ritmo del español en las distintas áreas lingüísticas.</p> <p>* Son dos los criterios fundamentales que han guiado el trabajo de las Academias en lo relativo a este punto. El primero y más importante es la asunción del principio de que la norma tiene hoy carácter policéntrico. La muy notable cohesión lingüística del español es compatible con el hecho de que la valoración social de algunas construcciones pueda no coincidir en áreas lingüísticas diferentes. No es posible presentar el español de un país o de una comunidad como modelo panhispánico de lengua. Tiene, por el contrario, más sentido describir pormenorizadamente las numerosas estructuras que son compartidas por la mayor parte de los hispanohablantes, precisando su forma, su significado y su estimación social, y mostrar separadas las opciones particulares que pueden proceder de alguna variante, sea del español americano o del europeo. Cuando estas opciones resultan comunes, y hasta ejemplares, en áreas lingüísticas específicas, deben ser descritas como tales. Obrar de este modo no solo no pone en peligro la unidad del español, sino que contribuye más bien a fortalecerla, y ayuda a comprender su distribución geográfica de forma más cabal.</p> <p>* Los autores de quienes se toman los ejemplos aducidos no son propuestos exactamente en cuanto auctores imitandi, tal como sostenía Nebrija en su Gramática castellana (1492): «los poetas i otros autores por cuia semejança avemos de hablar». En efecto, muchos de los que figuran en la nómina no han sido seleccionados tanto en función de un canon literario de excelencia, explícito o implícito, cuanto como representantes de las variedades del español que ha sido posible documentar y analizar. Con todo, la presencia de determinadas construcciones en clásicos antiguos y modernos o en escritores de prestigio se considera un testimonio significativo de su difusión en la lengua culta y un aval de su integración en los registros formales. A su vez, ha sido necesario acudir, en buen número de casos, a ciertas obras narrativas por el simple hecho de que presentan variedades del español popular que era necesario atestiguar —por lo general, puestas en boca de diversos personajes—, y no, en cambio, porque se entienda que tales usos sean dignos de imitación.</p>

	<p>* En esa ampliación ha pesado en especial el estado actual de los estudios gramaticales, pero también la necesidad de que la descripción refleje la diversidad idiomática en función de las variables que se mencionaron en las páginas precedentes</p>
2011	<p>* Nuestro deseo es que sea la base de futuras investigaciones, y que estas no pierdan de vista la diversidad y complejidad fónica hispanoamericana como parte de una base común que permite el entendimiento de casi quinientos millones de personas.</p> <p>* Por otra parte, el resultado de los planteamientos teóricos generales se muestra enriquecido por la extraordinaria cantidad de datos de todas las hablas hispánicas, los cuales se integran armónicamente en una visión de la variación actual de la lengua española.</p> <p>* Los textos, en su mayoría procedentes del banco de datos académico, pertenecen a autores americanos y españoles, y abarcan toda la cronología del español, desde las glosas y el <i>Poema de Mio Cid</i> hasta textos actuales, preferentemente de carácter científico y literario.</p> <p>* [...]presentación de los principales procesos de variación que experimentan los segmentos en función de factores geográficos, lingüísticos o contextuales.</p> <p>* Existen componentes que explican la comunidad de realizaciones fonéticas entre España y América, como el seseo, por ejemplo, procedente de los orígenes meridionales de los viajeros a los virreinos en los siglos xvi y xvii.</p> <p>* El DVD permite escuchar las voces y los sonidos del español en su verdadera diversidad en boca de hablantes de todas las zonas de la lengua.</p>

MENCIONA HISPANO-AMÉRICA E/OU AMERICANOS

1830	<p>El estado de barbarie en que yacen Grecia y África, depósitos un tiempo del saber, y el atraso en que Hernan Cortés encontró á los mejicanos, olvidados enteramente de las artes que habían cultivado sus mayores; prueban que tal es por desgracia la alternativa en que están constituidas todas las cosas de este globo.</p> <p>Este uso no está sujeto á leyes : es hijo del habla del vulgo; fórmale tambien el roze que nos proporcionan con otros países el comercio, los nuevos descubrimientos y las mismas guerras.</p> <p>[...] ni debe parecer estraño que dos siglos de saber , de glorias , de conquistas y del descubrimiento de un nuevo mundo, produjeran muchos mas escritos originales , que los ochenta años que escasamente han corrido desde que algunos literatos principiaron á purgar nuestro idioma del follaje ridículo , con que el mal gusto lo había sobrecargado por</p>
------	--

	espacio de una centuria.
1847	<p>En las notas al pié de las páginas menciono los arcaísmos, llamo la atención á ciertas prácticas viciosas del habla popular de los americanos, para que se conozcan y eviten</p> <p>No tengo la presunción de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirigen á mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación, y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes.</p> <p>Hay otro vicio peor, que es el prestar acepciones nuevas á las palabras y frases conocidas, multiplicando las anfibologías de que por la variedad de significados de cada palabra adolecen mas ó menos las lenguas todas , y acaso en mayor proporción las que mas se cultivan</p> <p>Pero el mayor mal de todos, y el que, si no se ataja, va á privarnos de las inapreciables ventajas de un lenguaje común, es la avenida de neologismos de construcción, que inunda y enturbia mucha parte de lo que se escribe en América , y alterando la estructura del idioma, tinado á convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriones de idiomas futuros, que durante una larga elaboración, reproducirían en América lo que fue la Europa en el tenebroso periodo de la corrupción del latín. Chile, el Perú, Buenos Aires, Méjico, hablarían cada uno su lengua , ó por mejor decir, varias lenguas, como sucede en España, Italia y Francia, donde dominan tres idiomas provinciales, pero viven a su lado otros varios, oponiendo estorbos á la difusión de las luces, á la ejecución de las leyes, á la administración del Estado, á la unidad nacional.</p> <p>No se crea que, recomendando la conservación del castellano, sea mi ánimo tachar de vicioso y espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hay locuciones castizas que en la Península pasan hoy por anticuadas, y que subsisten tradicionalmente en Hispano-América : ¿por qué proscribirla? Si según la práctica general de los americanos es mas analógica la conjugación de algún verbo, ¿por que razón hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raices castellanas hemos formado vocablos nuevos, según los procedimientos ordinarios de derivación que el castellano reconoce , y de que se ha servido y se sirve continuamente para aumentar su caudal de voces, ¿qué motivo hay para que nos avergoncemos de usarlos? Chile y Venezuela tienen tanto derecho como Aragón y Andalucía para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada. En ellas se peca mucho menos contra la pureza y corrección del lenguaje que en las locuciones afrancesadas, de que no dejan de estar salpicadas hoy dia aun las obras mas estimables de los escritores peninsulares.</p>
1854	He dado á nuestra lengua el nombre de española, porqué el antiguo castellano se ha hecho general en todas las provincias y colonias de España, y debe adoptarse con preferencia el nombre nacional, como el

	mas adecuado.
1880	(1) Con tan frecuente y brusco lenguaje, unido á los DEFECTILLOS de Ortografía, ¿qué juicio formarán los extranjeros de nuestro idioma y civilizacion? A todo podría atender el Profesorado (y al ceceo y seseo de los andaluces y valencianos), y á mucho más, y á ampliar otros ramos importantísimos si nuestra Real Academia, (imitando al inmortal decreto de Alonso X el Sabio para que se escribiesen en romance castellano los documentos oficiales) calculara y oyera al Magisterio de los tormentos, perjuicios, tiempo y deshonor que la célebre Ortografía ocasiona á la juventud (¡nada diremos del sordo mudo!) y á la civilizacion de los españoles sin duda nos daría EL ALFABETO TÓNICO Ó RACIONAL, y nos tijaría [?] LA ACENTUACION con reglas generales. Entonces la Prensa y el Maestro, en pocos meses, y <i>sin perjuicio de ningun género</i> , la generalizarían, y rápidamente desaparecería aquella rudoza y las cuatro quintas partes de españoles que no saben escribir. Los preclaros individuos de la Real Academia inmortalizarían sus nombres y el de nuestro jóven Monarca, sin dar lugar á que esta gloria la arrebataran los AMERICANOS. Reformas parciales jamás, porque contribuyen al caos.- ¡PREDICAR EN DESIERTO...!
1885	[...] y así dicen que en todo el mundo conocido hay idiomas y dialectos: en Asia 987, comprendiendo los que se hablan en las islas del gran Oceano, derivados los más del malayo; 587 idiomas y dialectos en Europa; 276 idiomas africanos observados, y 1.214 americanos, comprendiendo un total de 3.064 variedades más ó menos conocidas en diferentes puntos del globo terráqueo; [...]
1910	“Se habla nuestra lengua por más de setenta millones de personas, y este número no permanece estacionario, sino que va y ha de ir durante muchos siglos en progresión creciente, mientras vaya también en aumento la población de la América latina.”
1925	<p>En 1915 tuve conocimiento del trabajo que don Rodolfo Lenz estaba redactando acerca de las partes de la oración con destino a los estudiantes chilenos. Me pareció que el tratado, tal como estaba concebido, podía tener también un interés grande para los españoles, y aun para los romanistas en general, y rogué al docto profesor que lo destinase a la colección de manuales que publica la <i>Revista de Filología Española</i>, a lo cual él accedió muy amablemente.</p> <p>Así, pensada y en gran parte escrita la obra con destino a Chile, contiene bastantes alusiones al habla familiar y vulgar en este país y a la enseñanza del idioma tal como allá se practica. Pero claro es que esto en nada disminuye la importancia general del presente trabajo. Desde luego, para el estudio científico de un idioma, las modalidades y desviaciones que éste presenta respecto de su forma literaria ofrecen tanto valor como esta misma; pero, además, tales particularidades atesoran también un gran interés dentro del terreno más práctico de la enseñanza, bastando recordar, como ejemplo notable, aunque de muy distinta índole, el magistral libro de Cuervo que, consagrado al círculo local del lenguaje bogotano es, sin embargo, obra que deben consultar con frecuencia todos los profesores del idioma.</p>

Por lo demás, en el libro del señor Lenz el habla local sólo entra a título de ejemplo.

Muchas personas, tanto en España como en América, creen aún hoy que las clases de gramática han de enseñar al niño el uso correcto del idioma patrio, o más bien de la lengua literaria nacional, en oposición al lenguaje familiar regional; pues piensan buenamente que la "gramática es el arte de hablar y escribir correctamente".

En este sentido es una desgracia que una nación neolatina proscriba completamente el estudio del latín, como ha sucedido en Chile en la enseñanza fiscal.

Pido perdón a los lectores europeos si en algunos casos no cito a los autores que por primera vez han establecido tal o cual teoría o definición, o si resultara que ignorase publicaciones modernas referentes a la materia. Las páginas que siguen corresponden a capítulos del curso de Lingüística general, que he explicado durante muchos años en mi cátedra del Instituto Pedagógico de Chile. Me es a veces difícil distinguir entre lo mío y lo ajeno y, por otra parte, no dispongo de una biblioteca como la hay en cualquier Universidad europea, sino casi exclusivamente de mis propios libros, y hace más de veinticinco años que vivo alejado de mi patria alemana.

También haré hincapié en las definiciones de la *Gramática de la lengua castellana* por la Real Academia Española (edición de 1913), a causa de la importancia que reviste este libro, por su carácter oficial, tanto en España como en los países hispanoamericanos.

Ultimamente he tenido el gusto de ver que también en otros países se comienza a sentir la necesidad de enseñar la lengua patria castellana por el método directo. Cuando yo, el 16 de agosto de 1912, di en la Universidad de Chile, mi conferencia: *¿Para qué estudiamos gramática?*, trataba solamente de hacer más consciente una reforma que en Chile prácticamente había ya comenzado hacía unos veinticinco años, poniendo en manos del alumno un libro de lectura en vez de la Gramática. El 17 de enero de 1913, don Manuel G. Revilla leyó en la junta de profesores de la Escuela Nacional Preparatoria de Méjico un discurso con el título *La gramática y la alquimia*, que, según los resúmenes de la *Revista de la Facultad de Letras y Ciencias* de la Universidad de la Habana (julio de 1913 y julio de 1914), obedece a las mismas tendencias que la conferencia mía. ¡Ojalá pronto se abran camino en todos los países de habla castellana, en beneficio del aprendizaje práctico de la lengua y del estudio científico de su gramática!

Haré con frecuencia referencias al uso familiar y vulgar del castellano en Chile, no para criticarlo, pues esa no es tarea de la gramática científica, sino para registrarlo. Una lengua literaria, hablada en tan dilatados territorios como la castellana, no puede ser completamente uniforme en todas partes. Lo que necesitamos, ante todo, es saber cuál es el uso

	<p>efectivo del lenguaje familiar, tanto de la gente culta como del pueblo de poco o ninguna cultura literaria, no sólo con respecto al vocabulario (que es lo que más varía), sino también con respecto a la gramática. Sólo cuando conozcamos bien el lenguaje natural y vivo de todos los países castellanos, podremos escribir la gramática preceptiva del estilo literario sin miedo a incurrir en recomendaciones prácticas utópicas. Es de esperar que, con el progreso de los estudios filológicos en los países españoles, se dediquen los profesores también a esta tarea.</p>
1951[2]	<p>La lingüística diacrónica y reconstructiva ha producido, dentro y fuera de España, excelentes tratados de Gramática histórica y de Historia de la lengua española, algunos de primera calidad. Pero desde la ya centenaria Gramática de Bello casi no se han publicado obras fundamentales de otro tipo. A épocas de fecunda actividad en el análisis de los textos literarios y en el estudio de las formas sintácticas, como fueron la de Bello y la de Cuervo, han sucedido otras, en los pueblos de habla española, de más intensa aplicación filológica, pero de parvos resultados para la gramática, de todas las ramas de la lingüística la más beneficiada siempre por la filología. [...] Parecen haberse acabado las gramáticas; usando esta palabra en el sentido tradicional con que se designaban los estudios dirigidos al aspecto no evolutivo del lenguaje y conducidos por intereses de índole muy diversa. Consecuencia de todo ello es que hoy aparece embotada en cierto modo la sensibilidad para la norma, a pesar de los francotiradores del lenguaje, respetables o gratuitos, que guerrillean por todos los pueblos de habla hispánica.</p> <p>Los estudios gramaticales iban a renovarse también, por un viraje súbito. Las publicaciones del Instituto de Filología Española, de Buenos Aires, y la labor personal de su Director, Amado Alonso, otro discípulo de Menéndez Pidal, especialmente formado en el Laboratorio de Tomás Navarro, fueron las que dieron a conocer muy pronto, en América y en España, los últimos avances de la lingüística y de la gramática teórica en Europa.</p> <p>[...] Me interesaba especialmente no alejar al lector profano. Esta obra ha sido concebida pensando en un vasto círculo de lectores. Quiere servir al conocimiento de la lengua española, fuera y dentro de España, más que a intereses científicos personales.</p> <p>Las obras que he examinado pertenecen a los géneros literarios más diversos: [...] Los autores de las obras impresas pertenecen a varias generaciones y a comarcas diversas. [...] Desgraciadamente, mi capacidad para recogida de materiales ha tenido un límite y sólo en porción mínima puedo aducir hoy autoridades de escritores americanos.</p> <p>Por la razón anterior, ha sido para mí un precioso auxiliar el libro de Keniston «Spanish Syntax List», que constituye un repertorio estadístico de uso elaborado exhaustivamente a la vista de 60 obras en presa de escritores españoles y americanos, publicadas en el período de 1900 a 1933.</p>
1954	<p><i>Se ha pretendido en estas páginas una empresa no por sencilla menos</i></p>

	<p><i>ambiciosa y difícil: la de escribir una Gramática para todos. Hemos entresacado este millar de ejemplos -siempre, directamente- de obras muy representativas de los 231 escritores de habla hispánica -siglos XIV a XX-, dando entrada lo mismo a un poeta lírico que a un poeta dramático, a un novelista o ensayista como a un místico, a un orador o escritor político como a un historiador, un filósofo o un periodista, sin olvidar tampoco dos fuentes interesantísimas de raigambre popular: el romancero y el refranero. Ejemplos, en suma, que, al recoger sus más diversas modalidades, sintetizan la variedad y la riqueza expresivas de nuestra lengua.</i></p> <p><i>Teniéndose en cuenta la gran aceptación que viene mereciendo esta obra por parte de numerosos profesores y, en especial, por el amplio sector del Magisterio, hemos creído oportuno mantener al final de esta sexta edición el capítulo especial sobre La Metodología del lenguaje en la Escuela primaria, al frente del cual se inserta una extensa bibliografía especializada, donde se recoge más de un centenar de trabajos monográficos de tratadistas españoles y extranjeros.</i></p>
1972	<p><i>Este libro se propone iniciar al hablante de lengua española en el conocimiento reflexivo de esta.</i></p> <p><i>Tras una introducción general sobre el lenguaje, dos capítulos están dedicados a exponer la situación actual del idioma español en el mundo y el panorama lingüístico de la Península en épocas pasadas y en la presente, en tanto que el capítulo último plantea las principales cuestiones de la sociología de la lengua.</i></p>
1974	<p>[...] Atención especial a la ortografía. Cada vez es más importante eliminar las faltas de ortografía. En el mundo actual, con sus ordenadores y demás mecanismos electrónicos que fallan si la información que reciben no es totalmente correcta, no se puede escribir con faltas. Si un ordenador recibe grafías erróneas como <i>expléndido</i>, <i>objección</i>, no sabrá "leer" esas palabras y no podrá interpretarlas, es como si una de sus instrucciones estuviera mal. La ortografía se exige hoy no por falsas cuestiones sociales, sino por imperativos de la tecnología. Imaginemos el desastre que puede causar un piloto de avión que, por dificultades de transmisión, tiene que deletrear un mensaje y, por su origen andaluz, canario o hispanoamericano, deletrea V-E-O--C-A-S-A-S en lugar de V-E-O--C-A-Z-A-S, entre otros muchos ejemplos menos llamativos.</p> <p>[...] Lo importante es que conjugue, que no cometa errores con los verbos irregulares o con el género, que maneje los recursos formales de la lengua, con lo que ganará una base sólida que le será inapreciable en un futuro en el que tendrá que saber expresarse en su lengua y aprender y traducir otras, por gusto o necesidad. El maestro ha de luchar con la morfología dialectal: p. ej., eliminar ese <i>ustedes estáis</i> del andaluz oriental, o el arcaísmo del <i>vos tenés</i>, <i>vos querés</i>, que el insigne Andrés Bello desterró de parte de América, pero que no consiguió eliminar de grandes zonas hispanoamericanas, entre las que figuran algunas de las más cultas. En las extensas zonas del castellano que desconocen la forma <i>vosotros cantáis</i> se debe enseñar, no para usarla en la</p>

	<p>conversación, sino para reconocerla en los textos (literarios o no), y poder emplearla en la lengua escrita. Lo mismo sucede con <i>hubo cantado</i>, <i>contare</i> y <i>hubiere cantado</i>. Luchemos contra el empobrecimiento morfológico de nuestra lengua.</p>
1974[2]	<p>A TODOS LOS HISPANOABLANTES DE MÁS DE VEINTIDÓS NACIONES, <i>alumnos universitarios y a todos los amantes de nuestro idioma moderno, en el que escribieron páginas magistrales Unamuno, Azorín y Ortega y Gasset; Ricardo Palma, Rodó, Larreta y Jorge Luis Borges; Bécquer, Antonio Machado y García Lorca; Rubén Darío, Juana de Ibarbourou y Gabriela Mistral, cordialmente MARTÍN ALONSO.</i></p> <p><i>Nebrija fue el primer innovador de los estudios humanísticos en España, en su lucha contra la barbarie. Sus Introducciones declaradas de texto en la Universidad de Salamanca, extienden su vigencia doctrinal a toda la Península y más allá de las fronteras.</i></p> <p><i>Pero la figura señera de este siglo, en el progreso gramatical, polígrafo y magnífico educador fue Andrés Bello, que por su fecunda cultura honra a toda Hispanoamérica y a cuantos nos expresamos en la lengua de Cervantes.</i></p> <p><i>No se propone hacer una Gramática especulativa, sino un instrumento normativo «para americanos» y de educación en lengua materna.</i></p> <p><i>Empezamos situándonos frente a esta rutina de siglos en la misma estructuración de la obra. Una gramática para hispanohablantes, de América y de la Península, ha de comenzar forzosamente por la frase. Aprendemos a hablar por frases hechas o por palabras-frases, [...]</i></p> <p><i>Damos amplio espacio a la comprobación de las técnicas normativas en los escritores españoles e hispanoamericanos de nuestra época.</i></p> <p><i>Lo que hizo Tomás Navarro, en los problemas fonéticos y Amado Alonso en los estudios lingüísticos hispanoamericanos, nos alienta a revisar teorías desvirtuadas y meterlas en nuevos moldes de reactivación gramatical.</i></p>
1989	<p><i>El manual que presentamos facilita esta doble tarea, porque inicia al hablante en el conocimiento reflexivo del uso y de la norma y porque asegura la autonomía de expresión, en el plano gramatical, mediante la explicación y el análisis de las principales reglas de funcionamiento del sistema lingüístico.</i></p> <p><i>Pero también es una gramática necesariamente atenta a la norma lingüística que permite a los hispanohablantes comunicarse y entenderse más allá de las peculiaridades dialectales.</i></p> <p><i>Por todo ello, esta obra es recomendable y útil para los estudiantes de español como lengua extranjera que hayan superado los niveles iniciales; para los estudiantes nativos del primer ciclo universitario que han de consolidar sus conocimientos gramaticales y profundizar en el análisis del</i></p>

	<p><i>uso idiomático; para los profesionales que deseen tener al alcance de la mano un libro de consulta para confirmar alguna regla, verificar alguna forma o revisar metodológicamente algún tema.</i></p>
1994[2]	<p><i>Mi propósito consistía en exponer los rasgos de la gramática del español que se descubren en los actos orales y escritos de los usuarios de la lengua en este siglo XX. Hoy día concurren normas cultas diversas en los vastos territorios donde se practica el español como lengua materna. Ya no es posible sostener, como un siglo atrás hacía Leopoldo Alas, que los peninsulares somos los amos del idioma; más bien, según propugnaba don Ramón Menéndez Pidal, debemos ser solo sus servidores. Se comprende y hasta se justifica que cada uno encuentre más eficaz y precisa la norma idiomática a cuya sombra ha nacido y se ha formado; pero ello no implica rechazo o condena de otras normas tan respetables como la propia.</i></p> <p><i>Ya no sería gramática el resultado de reducir la exposición de los hechos a un seco repertorio de usos correctos e incorrectos, sin dar ninguna explicación, como el viejísimo Appendix Probi. Y ya sabemos los hablantes neolatinos el brillante éxito práctico de los esfuerzos normativos del Pseudoprobo: casi todo lo que condenaba ha triunfado en los romances.</i></p> <p><i>Se presentan las dos normas más comunes del sistema fonológico de hoy: la del sistema centronorteño peninsular y la del americano o atlántico, y se señalan las variantes más aceptadas.</i></p>
1998	<p>Desde el punto de vista geográfico, dado el origen de los autores, la base normativa es el español peninsular, si bien hay que precisar, inmediatamente, que no se trata de que ninguno de los tres considere que "se habla mejor" en un lugar determinado, ni dentro ni fuera de España.</p> <p>Las referencias al español extrapeninsular, que existen, se limitan a puntos muy concretos y no tienen ninguna pretensión de exhaustividad, como tampoco la tienen las referencias a variantes regionales o dialectales dentro de la Península Ibérica.</p> <p>El español del futuro, o es americano o no será; pero sólo será americano si se mantiene común. A esa idea debemos sumarnos los estudiosos desde cualquier lado del Atlántico.</p> <p>Verónica Zumárraga y Ernesto Evans se encargaron de la secretaría-ejecutiva de los proyectos del Corpus de Referencia de la Lengua Española en Argentina y Chile, respectivamente, dirigidos también por quien escribe esta introducción, en 1991 y 1992, en el mismo marco de los quinientos años del Descubrimiento. Ambos corpus americanos, los primeros completos realizados para el español, junto con el corpus oral peninsular, están a la libre disposición de los estudiosos (en Madrid, ftp.llf.uam.es y en Buenos Aires, ftp.uba.ar, indistintamente).</p>
1999	<p>La Academia, según tradición y prescripción, tiene el cometido de dar a luz su propia Gramática, que no debe confundirse con las de esa</p>

colección: la elabora una comisión, la examinan los plenos de la Española y de las Academias Correspondientes y Asociadas, y, al fin, se publica sin nombre de autor o autores: es la «Gramática de la Academia» [...]. Se le asigna, además, una función normativa llamémosla oficial, ajena a averiguaciones como las que siguen, las cuales no ponen sus miras en el bien hablar y el bien escribir.

Ambos, Bosque y Demonte, [...]. No han dudado ahora en entregarse a una empresa de importancia mayor y futuro más invulnerable: la descripción pormenorizada y extensa de los hechos de lengua. Descripción que ha contado y cuenta con aportaciones importantes en la lingüística hispana, pero insuficientes y, como es normal, inconexas: [...].

[...] En su introducción, se lamentan los autores de no haber podido dedicar mayor atención al español de América; en efecto, ese punto puede suscitar alguna objeción, que deberá atenuarse si se piensa en el enorme espacio geográfico que cubre nuestra lengua, y la heterogeneidad de variantes culturales a que sirve de vehículo. Y si, además, caemos en la cuenta de que este tratado es el primer fundamento para un conocimiento más riguroso de lo que compartimos, y de aquello que se desvía de esa partitura común, debe pensarse que no sólo va a hacer progresas extraordinariamente en España el conocimiento de la lengua, estimulando investigaciones nuevas, adiciones, rectificaciones, complementos y hasta disidencias, según debe esperarse de una obra fundamental, sino que va a impulsar esos mismos desarrollos en América.

Y tanto allá como aquí, las consecuencias de este libro tendrán que notarse espectacularmente en las aulas, en la enseñanza del idioma a propios y a extraños, y en los manuales de gramática.

Aunque el trabajo individual haya sido siempre una nota característica de la investigación humanística y haya adquirido quizá especial dimensión en el ámbito hispánico, en nuestro tiempo resulta ya imposible que un solo gramático intente describir de manera pormenorizada y exhaustiva la gramática de cualquier idioma.

Resulta novedosa también la presencia de capítulos específicos sobre la variación sintáctica: leísmo, laísmo y loísmo, las fórmulas de tratamiento y los fenómenos de dequeísmo. Que estén estos capítulos no significa ni mucho menos que esta obra refleje de una manera cabal la variación gramatical en todos sus extremos. Supone, no obstante, reconocer que existe variación en algunos esquemas gramaticales y que esta variación representa el desarrollo de posibilidades alternativas dentro de un mismo sistema.

[...] Los directores de esta gramática nos damos perfecta cuenta de que el número de autores hispanoamericanos y el de hispanistas extranjeros que no tienen el español como primera lengua son claramente insuficientes. Asumimos nuestra responsabilidad en lo inapropiado de

	<p>estas proporciones, pero queremos argumentar como descargo parcial que los lingüistas hispanoamericanos que se han especializado en el estudio de la gramática española constituyen un porcentaje menor en esa comunidad que el de españoles que han elegido el mismo campo. También otras razones inevitables, relativas a la cercanía y a la familiaridad con las investigaciones en curso, han contribuido en alguna medida a esa desproporción que los directores de este proyecto sin duda lamentamos.</p> <p>[...] Si bien creemos que la proporción entre la información sincrónica y la diacrónica es (en lo esencial) correcta en una obra de estas características, nos hubiera gustado que la variación dialectal hubiera tenido más representación de la que tiene, aun cuando esta no sea en absoluto desdeñable. Ciertamente, se recogen aquí los aspectos fundamentales de la variación sintáctica (más aún los morfológicos), en los casos antes señalados y en el interior de muchos otros capítulos, con más prolijidad que en cualquier otra descripción sincrónica del español, pero no se nos oculta que existen otros hechos sintácticos de comprobada variación en el mundo hispánico que tal vez podrían haberse tratado más pormenorizadamente.</p>
2009	<p>La Guerra Civil, que estalló un lustro después, paralizó considerablemente los proyectos de la Academia Española, [...]. En el IV Congreso de la Asociación de Academias, celebrado a fines de 1964 en Buenos Aires, presentaron don Salvador Fernández Ramírez y don Samuel Gili Gaya ponencias sobre la Nueva gramática, cuya redacción se les había encomendado a poco de ingresar en la Corporación, en 1960 y 1961 respectivamente. En el V Congreso, que tuvo lugar en Caracas en el verano de 1968, expuso Fernández Ramírez cuatro capítulos de la Nueva gramática y acordó el Pleno de la Asociación pedir a la Española que se acelerara en la medida de lo posible la redacción de la obra. [...] En el VI Congreso, celebrado en Quito en noviembre de 1972, presentó la Real Academia Española, [...] el resultado de los trabajos con el título de Esbozo de una nueva gramática de la lengua española y la advertencia de que se trataba de un mero anticipo provisional de lo que pronto sería su Gramática de la lengua española. Eran materiales básicos que deberían estudiarse, revisarse y ampliarse. Allí mismo se fijó un plazo de dos años para que las Academias asociadas dieran a conocer su opinión y formularan sus sugerencias, como en efecto hicieron.</p> <p>En 1981 confió la Academia a don Emilio Alarcos la redacción definitiva de la gramática, tarea que completó a comienzos de los años noventa. Debía la Comisión de Gramática supervisar todo el texto antes de someterlo, con los oportunos cambios, a examen de las Academias hermanas; pero, a la vista del particular planteamiento que presentaba, estimó oportuno, y así se acordó, que no fuera publicado como gramática académica, sino como obra personal</p> <p>En noviembre de 1998, en el marco del XI Congreso de la Asociación de Academias de la Lengua Española, celebrado en Puebla de los Ángeles</p>

(México), y por iniciativa de la Academia Chilena, recibió la Academia Española el encargo formal de abordar de manera definitiva la nueva edición, tan esperada, con la especificación de que debían elaborarla conjuntamente y de forma consensuada las veintidós Academias. Ello suponía un giro radical en el proceso, que correspondió impulsar y gestionar a lo largo de once años a don Víctor García de la Concha, como director de la Real Academia Española y presidente de la Asociación de Academias. Tras constituirse en cada Academia una Comisión especial de Gramática, fue designado ponente don Ignacio Bosque y, con posterioridad, se responsabilizó a don José Manuel Blecua de la sección de fonética y fonología. Esta parte constituirá un volumen independiente dentro de la presente edición, y se publicará junto con un DVD en el que podrán percibirse las variantes de pronunciación, entonación y ritmo del español en las distintas áreas lingüísticas. En el siguiente congreso de la Asociación (Puerto Rico, 2002) fueron aprobadas las líneas fundamentales de la Nueva gramática propuestas por el ponente y se acordó crear una Comisión Interacadémica, como órgano superior de decisión, integrada por representantes de las diversas áreas lingüísticas, [...].

La obra que ahora ve la luz es el resultado de este ambicioso proyecto. No es solo una obra colectiva, resultado de la colaboración de muchos, sino también una obra colegiada, el último exponente de la política lingüística panhispánica que la Academia Española y sus veintiuna Academias hermanas vienen impulsando desde hace más de un decenio. El texto básico de esta Nueva gramática fue aprobado por todas y cada una de ellas en la sesión de clausura del XIII Congreso de la Asociación, celebrado en Medellín (Colombia) el 24 de marzo de 2007. Al acto, que presidieron Sus Majestades los Reyes de España y el presidente de la República de Colombia, se unieron más de un centenar de rectores de universidades iberoamericanas y numerosos intelectuales y escritores que participarían de inmediato en el IV Congreso Internacional de la Lengua Española de Cartagena de Indias.

Tampoco es sencillo dar respuesta a las muy diversas cuestiones normativas que se suscitan en una gramática académica. Son dos los criterios fundamentales que han guiado el trabajo de las Academias en lo relativo a este punto. El primero y más importante es la asunción del principio de que la norma tiene hoy carácter policéntrico. La muy notable cohesión lingüística del español es compatible con el hecho de que la valoración social de algunas construcciones pueda no coincidir en áreas lingüísticas diferentes. No es posible presentar el español de un país o de una comunidad como modelo panhispánico de lengua. Tiene, por el contrario, más sentido describir pormenorizadamente las numerosas estructuras que son compartidas por la mayor parte de los hispanohablantes, precisando su forma, su significado y su estimación social, y mostrar separadas las opciones particulares que pueden proceder de alguna variante, sea del español americano o del europeo. Cuando estas opciones resultan comunes, y hasta ejemplares, en áreas lingüísticas específicas, deben ser descritas como tales. Obrar de este

modo no solo no pone en peligro la unidad del español, sino que contribuye más bien a fortalecerla, y ayuda a comprender su distribución geográfica de forma más cabal.

Las construcciones gramaticales poseen forma, sentido e historia; unas son comunes a todos los hispanohablantes y otras están restringidas a una comunidad o a una época. Pero, además, las construcciones gramaticales poseen prestigio o carecen de él; se asocian con los discursos formales o con el habla coloquial; corresponden a la lengua oral, a la escrita o son comunes a ambas; forman parte de la lengua estándar o están limitadas a cierto tipo de discursos, sea el científico o el periodístico, sea el lenguaje de los niños o el de los poetas.

No cabe duda de que es necesario informar sobre todos estos tipos de variación, pero ha de reconocerse a la vez que no es sencillo alcanzar el consenso sobre la manera en que se han de valorar objetivamente tantas variables. Los acuerdos de la RAE y la Asociación de Academias que el lector verá plasmados en esta obra se basan en la interpretación que estas instituciones hacen de todos esos factores. [...]En uno y otro caso, las recomendaciones normativas tratan de representar juicios de valor que traslucen el consenso implícito existente sobre un sistema compartido por muchos millones de hablantes.

Es imposible que en una descripción gramatical se analicen con similar profundidad todos los tipos de variación lingüística que hoy se reconocen en la lengua española. Es plausible, en cambio, resaltar de forma somera los aspectos más notables de cada una de estas formas de variación allá donde se considere conveniente hacerlo. Esta es la opción que aquí se ha elegido. Los especialistas suelen distinguir entre la variación histórica, la geográfica y la social, [...]

La variación geográfica tiene aquí muy abundante presencia, si bien no debe esperarse el grado de detalle que correspondería a un tratado de dialectología. Las referencias geográficas específicas se introducen muchas veces en función de países o de regiones, pero en la mayor parte de los casos se establecen a partir de zonas o áreas lingüísticas más amplias. Son las que están representadas en la Comisión Interacadémica de la Nueva gramática que coordinó los trabajos, las mismas que se establecieron para el Diccionario panhispánico de dudas: Chile, Río de la Plata, área andina, Caribe continental, México y Centroamérica, Antillas, Estados Unidos y Filipinas, y España.

En un sentido estricto, pudiera parecer que existe solapamiento o traslape entre algunas de esas áreas (no cabe duda, por ejemplo, de que una parte de México y de Centroamérica es «área caribeña»). No obstante, esas superposiciones parciales se dan también en otras divisiones que suelen establecerse entre las áreas lingüísticas del español americano. Es sabido, por ejemplo, que un buen número de usos del español panameño son compartidos por el colombiano, mientras que otros son comunes a los demás países de Centroamérica. La

denominación área andina comprende aquí, como es habitual, Perú, Ecuador y Bolivia. Existen, como es obvio, los Andes chilenos o los Andes venezolanos, pero el término andino se usa convencionalmente en lingüística (y también en historia o en antropología, entre otras disciplinas) con la extensión restringida por la que aquí se opta. De forma análoga, se usará la denominación Río de la Plata para abarcar el conjunto de la Argentina, Uruguay y Paraguay. Al igual que se emplea en lingüística la expresión francés europeo (el de Francia, Bélgica y Suiza) para oponerlo al canadiense o al hablado en otras partes del mundo, se adopta el término de español europeo para hacer referencia al hablado en España. Como es obvio, español europeo no equivale a español peninsular, ya que solo el primero incluye los territorios insulares españoles

La Nueva gramática de la lengua española combina las dos fuentes de datos características de los tratados gramaticales clásicos: ejemplos contruidos por sus redactores (en nuestro caso, siempre debidamente convalidados por un número suficiente de hablantes nativos y refrendados por las Academias) y ejemplos procedentes de textos. [...]. Abarcan todas las épocas y todos los países hispanohablantes, pero, como es lógico, son mucho más numerosos los procedentes de obras publicadas en el siglo xx

[...] la RAE y la Asociación de Academias han acordado elaborar varias versiones de la presente obra. [...] Se ha entendido, en suma, que la mejor forma de que la gramática académica llegue a todos —El español de todo el mundo es su lema de presentación— es construir distintas versiones del texto y adaptarlas a los más variados destinatarios.

La gramática académica ha sido y es considerada generalmente «gramática oficial». Esta Nueva gramática ha sido, además, consensuada y aprobada por las veintidós Academias que integran la Asociación, por lo que sus recomendaciones normativas cuentan con el respaldo de esta institución internacional, sustentado en la autoridad que los hispanohablantes le reconocen en lo relativo a la fijación de la norma.

Entre los objetivos de las gramáticas académicas está el de intentar contribuir a que los hablantes ejerciten la reflexión sobre su propia lengua presentándoles los instrumentos con los que esa reflexión se lleva a cabo en ámbitos más profesionales.

En esa ampliación ha pesado en especial el estado actual de los estudios gramaticales, pero también la necesidad de que la descripción refleje la diversidad idiomática en función de las variables que se mencionaron en las páginas precedentes.

La construcción de esta *Nueva gramática de la lengua española* ha sido posible gracias al denodado esfuerzo y la generosa colaboración de un gran número de personas e instituciones a lo largo de once años. La Real Academia Española y la Asociación de Academias de la Lengua

	Española dejan constancia de su gratitud a todas ellas en la relación inicial de colaboradores y en la <i>Tábula gratulatoria</i> .
2011	<p>Se completa con este volumen, dedicado a la fonética y a la fonología, el ambicioso proyecto acometido por las veintidós Academias de la Lengua Española de elaborar una <i>Nueva gramática de la lengua española</i> que sustituyera a la ya lejana gramática académica de 1931.</p> <p>Nuestro deseo es que sea la base de futuras investigaciones, y que estas no pierdan de vista la diversidad y complejidad fónica hispanoamericana como parte de una base común que permite el entendimiento de casi quinientos millones de personas.</p> <p>Se inserta esta <i>Fonética y fonología</i> en la serie de obras de carácter panhispánico que las academias vienen desarrollando en la última década. Esta línea de trabajo se desarrolla en una doble vertiente. Se trata, en primer lugar, de una obra en la que han participado especialistas procedentes de América y de España, y que ha sido consensuada por las veintidós Academias de la Lengua Española, a lo largo de debates en comisiones durante los últimos años.</p> <p>Por otra parte, el resultado de los planteamientos teóricos generales se muestra enriquecido por la extraordinaria cantidad de datos de todas las hablas hispánicas, los cuales se integran armónicamente en una visión de la variación actual de la lengua española. Para la obtención de estos datos, fuente imprescindible para el análisis espectrográfico y para las muestras de habla que pueden escucharse en el DVD, se ha procedido a una selección rigurosa de informantes, titulados universitarios procedentes de las capitales de todos los países del mundo hispánico.</p> <p>Una primera parte de la encuesta consistió en hacer leer en pantalla a los informantes sílabas aisladas; otra, menos formal, perseguía obtener con preguntas indirectas unas mismas respuestas sin variación léxica que ofreciesen pronunciaciones previsibles en entornos fonéticos determinados; en tercer lugar, se proporcionó a los informantes el contexto situacional necesario que los llevase a reproducir su forma habitual de responder en situaciones de la vida cotidiana, así como a enunciar una serie de frases que permitiesen describir y comparar la entonación de los hablantes de los distintos países.</p> <p>Los textos, en su mayoría procedentes del banco de datos académico, pertenecen a autores americanos y españoles, y abarcan toda la cronología del español, desde las glosas y el <i>Poema de Mio Cid</i> hasta textos actuales, preferentemente de carácter científico y literario.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Los sonidos del español</i>, donde se exponen los principales procesos de variación que afectan a los segmentos de la lengua española; • <i>Las voces del español</i>, que contiene muestras de las entonaciones de todo el ámbito hispánico.

	<p>Existen componentes que explican la comunidad de realizaciones fonéticas entre España y América, como el seseo, por ejemplo, procedente de los orígenes meridionales de los viajeros a los virreinos en los siglos xvi y xvii.</p> <p>El DVD permite escuchar las voces y los sonidos del español en su verdadera diversidad en boca de hablantes de todas las zonas de la lengua.</p> <p>Esta obra es la culminación del trabajo y la generosa colaboración de muchas personas e instituciones. La Real Academia Española y la Asociación de Academias dejan constancia de su gratitud en la relación inicial de colaboradores y en la <i>tabula gratulatoria</i>.</p>
--	--

MENCIONA OUTROS AUTORES

1830	<p>* El primero, que yo sepa, haber publicado una Gramática sobre la lengua castellana bajo el título y forma de tal, fué el distinguido restaurador de las buenas letras, Antonio de Lebríja.</p> <p>* Siguióle Francisco de Tamara, de quien se imprimió en Ambéres el año 1 550 una Suma y erudición de gramática en verso castellano.</p> <p>* Tampoco he visto la que el año de 1 558 publicó el licenciado Villalon en Ambares con el título de Arte breve y compendiosa para saber hablar y escribir en la lengua castellana congrua y decentemente.</p> <p>Se han ocultado también á mis diligencias las Observaciones de Juan de Miranda sobre la lengua castellana, impresas en Venecia el año de 1 567, que menciona Nicolás Antonio, y la Gramática castellana del maestro Pedro Simón Abril.</p> <p>No queda el lector mui instruido con las brevísimas Instituciones de la gramática española, que el maestro Bartolomé Jiménez Paton publicó en 1 61 ¿,[...], pues nada hai realmente en ellas, que variados los ejemplos , no viniera bien á otras lenguas. [...] Ni fué mucho mas estenso Gonzalo Corréas , cuyo Trilingue, impreso el año 1 627, comprende en un volúmen en octavo la gramática de las lenguas castellana, latina y griega.</p> <p>* Paton y Corréas florecieron en una era tan brillante para nuestra lengua , que no es de estrañar creyesen superfluo comprender en reglas lo que todos practicaban con tanto acierto, [...]</p> <p>* No debemos estrañar que en la mitad última del siglo XVII y en la primera del siguiente se imprimiesen pocas Gramáticas españolas , de modo que apenas merezca mencionarse otra que la publicada en verso por Márcos Márquez el año de 1716. [...].</p> <p>* La que publicó en 1743, y reimprimió despues con varias enmiendas y adiciones en 1769, D. Benito Martínez Gómez Gayoso, es realmente la</p>
------	---

primera digna de tal nombre.

* En el mismo año 1769 salió á luz el Arte del romance castellana por el P. Benito de san Pedro [...]

* La de la real Academia española , publicada la primera vez en el año de 1771 , atendió con bastante particularidad á los idiotismos, esplicados mui de propósito en la lista de las preposiciones que rigen ciertos nombres y verbos, y por incidencia en otros varios lugares.

* [...] publicó en 1791 don Juan Antonio González de Valdes una Gramática de la lengua latina y castellana en tres cuadernos abultados en octavo marquida.

* Sin embargo no debe pasarse en silencio á D. Juan Manuel Calleja , ya que procuró en sus Elementos de gramática castellana, publicados en Bilbao el año de 1818, aplicar á nuestra lengua los principios de Destutt-Tracy y de Sicard , abandonando la rutina de los que le habían precedido.

* No vacilaré en afirmar, que la lectura de una página de Iriarte, Clavijo, Moratin ó Jovellános, ó la de un solo capítulo de este ensayo mio, cuyas imperfecciones reconozco, servirán infinitamente mas para conocer en qué consiste la buena locucion castellana, [...]

* Apénas habían renacido las buenas letras á mitad del siglo ultimo, y llegó la lengua á su madurez en los escritos de un Jovellános, un Iriarte y un Muñoz, ¿no vimos ya aparecer á Cienfuégos, que tantos imitadores ha tenido, y que aun encuentra quien le escuse y le elogie?

* Me afané pues por engolfarme en la lectura de los autores que forman el principal depósito del habla castellana, sin que me retrajese de este empeño lo voluminoso de algunos, ni lo abstracto de su ascetismo, ni la nimia profusion con que suelen engalanar una misma idea.

* Sin embargo, para que esto no induzca á los jóvenes en algún error acerca de los autores que deben escoger para pauta del buen lenguaje, me veo precisado á advertir , que se le han deslizado al dulce Meléndez algunos galicismos , mezclados con muchas de las palabras anticuadas que se usan actualmente en Castilla la vieja ; que no tengo por rigurosamente puros á Arriaza , Burgos y Quintana , cuyo estilo hallo algo mas castigado en el tomo segundo de las faldas de españoles célebres que acaba de publicarse; que Vargas Ponce y Mor de Fuentes carecen de fluidez, particularmente el segundo, que es de una dureza insoportable; y que Cienfuégos ha escrito en una lengua que le pertenece exclusivamente , pero que no es la castellana de ninguna época.

* No hallamos inconveniente en tildar como descuidos algunas locuciones de un Jovellános , un Iriarte y un Moratin ; y ¿no ha de sernos permitido suponerlos en Hurtado de Mendoza , en Coloma ó en Moneada? Decimos que se ha pegado á nuestros coetáneos esta .ó la otra espresion de su

	<p>roze con los italianos ó franceses, y olvidamos que nuestros clásicos mas sobresalientes demoraron mucho tiempo en los países extranjeros, y que pudieron por lo mismo contagiarse de sus modismos.</p>
1839	<p>* No contaré entre estos algunos como los de los señores Vallejo, Alemani, &c, i sobre todo el de Cabezas, en los que , desterradas muchas de estas impertinentes vulgaridades , se trata nuestra gramática con mas sencillez i verdad [...]</p> <p>* En lo cual , asi como en otras cosas, hemos procurado seguir los luminosos principios del señor Hermosilla, que con tanta solidez ha tratado esta materia.</p>
1841	<p>* La titulada Gramática (a) y el Compendio de la Gramática del Señor Salva son dos libros que obtendrán en este mío particular mencion , por ser obras que piden un atento y severo exámen , una rigurosa censura , sin la cual se harían irreparables los males que enjendra el amor propio, el charlatanismo de un autor audaz , ó el de un compadrazgo servil y adulador , siempre propenso á hacer creer que los disparates son razones bien sentarlas , y mejor sentidas.</p> <p>* Si del prólogo pasamos á la <i>leccion de estilo</i>, donde es de suponer que <i>Salvá</i> se esforzaría para presentarnos el idioma castellano adornado de todas sus galas, veremos que, fuera de otra piada de propia presuncion , no es mas feliz, no es menos incorrecto, menos confuso , ni menos necio que antes.</p>
1847	<p>* No he querido, sin embargo, apoyarme en autoridades, porque para mí !a sola irrecusable en lo tocante á una lengua es la lengua misma.</p> <p>* En cuanto á los auxilios de que he procurado aprovecharme, debo citar especialmente las obras de la Academia Española, y la Gramática de D. Vicente Salvá. He mirado esta última como el depósito mas copioso de los modos de decir castellanos; como un libro que ninguno de los que aspiran á hablar y escribir correctamente nuestra lengua nativa debe dispensarse de leer y consultar á menudo. Soy también deudor de algunas ideas al ingenioso y docto D. Juan Antonio Puigblanch (1), en las materias filológicas que toca por incidencia en sus Opúsculos. Ni fuera justo olvidar á Garcés, cuyo libro, aunque solo se considere como un glosario de voces y frases castellanas de los mejores tiempos, ilustradas con oportunos ejemplos, no creo que merezca el desden con que hoy se le trata (2).</p>
1854	<p>* Se han dado á luz numerosas gramáticas de la lengua castellana , y en mi concepto ninguna es apropiada para la instruccion primaria. No me propongo hacer la reseña crítica de todas ellas , y me limito á calificar las dos mas notables y recomendadas. La de D. Vicente Salvá es un bosque de erudicion, en que se aturde, fatiga y extravía el espíritu en un intrincado y penoso estudio: la del chileno D. Andres Bello, destinada para el uso de los americanos , y publicada recientemente en Madrid , es un hacinamiento indigesto de palabras indefinidas é inconexas, que forman un verdadero laberinto.</p>
1885	<p>* Por esta razón el estudio de nuestro idioma no es una invención moderna, que ya hace siglos que se conocieron sus ventajas y utilidad.</p>

	<p>En España, como quiera que sea, se ha trabajado mucho sobre esta materia , y se ha escrito poco relativamente, aunque hoy podemos estudiar la obra del Sr. Mayans y Sisear <i>Orígenes de nuestro idioma</i>; artículos del Sr. Trueba sobre los <i>Nombres patronímicos</i>; del Sr. Milego sobre las <i>Lenguas romances</i>; obras de la Real Academia, del Sr. Salazar en su <i>Gramática Castellana</i>; <i>Diccionario etimológico latino- español</i> de Raimundo de Miguel y Marqués de Morante; <i>Gramática Castellana</i> de Salva, Quirós, Guevara, Iriarte, Bello, Monje y las obras del célebre Jovellanos; y las de <i>latín</i> en relación con nuestro idioma, de Campo, Araujo, E., de Miguel, Suaña y otros autores. Y finalmente, la celeberrima obra del Sr. Barcia, nueva en su género, nueva en su doctrina, nueva en su forma, nueva en su estudio, nueva en su formación y hasta nueva en sus conclusiones.</p> <p>* Es cierto que para llevar á cabo la idea propuesta, hemos examinado obras del mayor interés, tanto latinas como españolas, entre otras , la <i>Gramática Latina</i> y <i>Diccionario etimológico latino-español</i>, de R. de Miguel; <i>Diccionario etimológico español</i>, de R. Barcia; <i>Diccionario</i> de Domínguez; <i>Diccionario</i> de Caballero; <i>Diccionario</i> de la Real Academia Española, de Masip, Rodríguez, Campano; <i>Gramática Castellana</i> de la Real Academia (su última edición) ; <i>Gramática Castellana</i> de Salvá, Quirós, Salazar, Guevara, Jovellanos, Araujo, Bello, Monje, Castell, Ballot, Celada, March, Herráiz, Terradillos, Giró y Roma, Orío, Salleras, Herráinz y otros; las de <i>Latín</i> de Vargas, Araujo, Campos, Hornero, Suaña, Sanz, y otros diferentes autores que sería prolijo enumerar; Rey, Avendaño y Ráulica; <i>Notas gramaticales</i> de La-Cort, Modino y Camero y de Merino Ballesteros; <i>datos etimológicos</i> tomados de la <i>Historia de España</i> por Gebhardt, Ferrer y Carrió, Masdeu y la <i>Universal</i> de Cantú, Serrano y otros; Hermosilla, Jovellanos Blair, Cozena y Heredia en sus respectivos tratados, un gran número de <i>notas</i> tomadas de magníficos artículos literarios y obras científico-literarias de Cantú, Milego, Trueba, Mayáns, Munárriz, Macho y Moreno y otros muchos escritores; y finalmente, <i>Curiosidades gramaticales</i> de Martínez García.</p> <p>** Hemos respetado y respetamos las opiniones de los Vives y Nebrijas, pero no en toda su doctrina, porque el idioma de ayer no es el de hoy, y á medida que la ilustración aumenta , progresa , sigue también su rumbo, como es consiguiente, el descubrimiento en las ciencias, el adelanto en las artes.</p>
1910	<p>* Y, por suerte singular también, nuestra patria cuenta entre sus hijos más ilustres á D. Eduardo Benot, cuyos trabajos filológicos y gramaticales nos colocan en ese ramo del saber á envidiable altura sobre los demás pueblos.</p>
1974	<p>* En estas páginas trataremos de hacer una introducción a una gramática nocional y semantizada. [...]</p> <p>La construcción de una gramática nocional se enfrenta, en primer lugar, con el prejuicio de quienes abjuran de la llamada "gramática tradicional". Es evidente que no se puede hacer hoy día gramática lógica, como Robles Dégano, pero si se puede hacer gramática nocional, como Bello. La gramática tradicional española presenta dos obras que por sí</p>

	solos justificarían el valor de este método: la de Francisco Sánchez de las Brozas y la de Andrés Bello. [...]
2009	<p>* El maestro Correas lo planteaba en su Arte de la lengua castellana: «Los libros se escriben para todos, chicos i grandes, i no para solos los onbres de letras». La Nueva gramática de la lengua española se dirige también a todos, como quería el maestro Correas, pero es inevitable que los condicionamientos expuestos al comienzo de este prólogo acaben por imponer algunas limitaciones.</p> <p>* El ilustre gramático chileno-alemán Rodolfo Lenz comparaba con brillantez la concepción de la gramática como instrumento de uso con su estudio como objeto científico: «La gramática que se necesita para hablar es tan inconsciente, tan ignorada del que la aplica, como la lógica de Aristóteles o de Santo Tomás puede ser ignorada de cualquier mortal que habla y piensa lógicamente». La aguda comparación de Lenz es correcta. Aun así, no debería concluirse de ella que las consideraciones sobre el uso y la norma son incompatibles con el acercamiento al análisis científico del idioma.</p>

O QUE É GRAMÁTICA

1841	<p>* Nuestra satisfaccion será doble, como la doctrina que sometemos al juicio público haga caer de algunas manos ese bárbaro código , <i>impuesto</i> á nuestra patria poco menos que <i>ultima ratio regum</i>.</p> <p>* La Gramática tiene sus leyes generales, eternas; es de todas las lenguas no menos que de todos los tiempos, y usan de los preceptos que ella asienta aun aquellos mismos á quienes tal nombre les es enteramente desconocido.</p>
1847	<p>* El habla de un pueblo es un sistema artificial de signos, que bajo muchos respectos se diferencia de los otros sistemas de la misma especie; de que se sigue que cada lengua tiene su teoría particular, su gramática. No debemos pues aplicar indistintamente á un idioma los principios, los términos , las analogías en que se resumen bien ó mal las prácticas de otro. Esta misma palabra idioma (1) está diciendo que cada lengua tiene su genio, su fisonomía, sus giros; y mal desempeñaría su oficio el gramático que, explicando la suya, se limitara á lo que ella tuviese de común con otra, ó (todavía peor) que supusiera semejanzas donde no hubiese mas que diferencias , y diferencias importantes, radicales.</p> <p>* Una cosa es la gramática general, y otra la gramática de un idioma dado; una cosa comparar entre si dos idiomas, y otra considerar un idioma como es en sí mismo.</p> <p>* Obedecen sin duda los signos del pensamiento á ciertas leyes generales, que' derivadas de aquellas á que está sujeto el pensamiento mismo, dominan & todas las lenguas y constituyen una gramática universal.</p> <p>* El Sr. Salvá reprueba con razón aquellas abstracciones ideológicas que</p>

	<p>, como las de un autor que cita, se proponen para legitimarlo que el uso proscriba. Yo huyo de ellas no solo cuando contradicen al uso, sino cuando se remontan sobre la mera práctica del lenguaje. La filosofía de la gramática, á lo menos de la-gramática elemental , la reduciría yo á representar el uso bajo las fórmulas mas comprensivas y simples. Fundar estas fórmulas en otros procederes intelectuales que los que real y verdaderamente guian al uso , es un lujo que rio ha menester la gramática.</p> <p>Como el diccionario da el significado de las raíces, á la gramática incumbe exponer el valor de las inflexiones y combinaciones , y no solo el natural y primitivo , sino el secundario y el metafórico, siempre que hayan entrado en el uso general de la lengua.</p>
1847	<p>* 1. El language es la expresion del pensamiento por medio de las palabras; esta expresion se halla sujeta á principios comunes á todas las lenguas; el descubrir y examinar estos principios es el objeto de la Gramática general, ó filosofía del language.</p> <p>* 4. Otra utilidad de la Gramática general es el preparar al estudio científico de las lenguas. Estas se pueden aprender de dos modos, por rutina ó por principios; en el primer caso el trabajo es mucho mayor , y el conocimiento mas incompleto: la memoria se carga de palabras y de reglas que se olvidan fácilmente, porque les faltan principios que les sirvan de lazo y exciten su recuerdo ; en el segundo, el número de las palabras y de las reglas que se han de retener es mucho menor, por que basta conservar lo primitivo y la ley con que se forma lo secundario.</p>
1854	<p>* Se ha mirado la gramática como un mecanismo rutinario; no se ha hecho de este arte ingenioso el estudio especial, profundo y metódico que requiere , ni se ha formado un plan consiguiente y completo. La gramática es la teoría didáctica elemental del lenguaje, y escluye los accesorios de erudicion, como estraños á su objeto.</p>
1876	<p>* 1. Llámase Gramática el conjunto de principios y reglas que nos enseñan á expresar nuestros pensamientos y afecciones con propiedad y perfecta corrección. [...] limitándose la gramática á enseñarnos el lenguaje claro, puro, correcto, tal cual es necesario en los usos generales de la vida. Así la última debe ser patrimonio de todos [...]</p> <p>* 6. Lo que va espuesto basta y sobra para que se entienda que la Gramática debe sentar y desarrollar principios científicos, y al propio tiempo fijar reglas hijas de la esperiencia y consagradas por el uso, á fin de que guiados por éstas y aquéllos podamos expresar y comunicar á nuestros semejantes lo que en lo interior de nuestro espíritu pensamos ó en el fondo do nuestra alma sentimos.</p>
1880	<p>* Reconocida es por todos la importancia que tiene el estudio de la Gramática en la cultura y desarrollo de la inteligencia, y lo difícil que es inculcar esta asignatura en los niños con toda la solidez necesaria y conveniente. Es de tan poco atractivo que, <i>si no se subordina el método á un buen procedimiento</i>, se hace la más penosa, desagradable y estéril. Deber es, pues, del Profesor, para que no la miren con aversion, excogitar medios los más sencillos y propios para dulcificarla y hacerla interesante.</p>

1885	<p>* Todas las ciencias y artes tienen sus épocas de apogeo y decrecimiento, y la Gramática, que se la puede considerar bajo estos dos aspectos, con tanta más razón cuanto que es usada por un pueblo que sufre las continuas vicisitudes á que está expuesto, y más en la antigüedad, cuyo patrimonio es la guerra, sufriendo la ilustración literaria tan distintos cambios, motivados por la invasión de vandálicas hordas, que siempre dejan algún resto de la fiereza de sus actos, y que parece engrandecerse en la misma individualidad.</p> <p>* Hacía ya tiempo que no teníamos un libro defensor de nuestro idioma (todos eran y son expositivos), sólo hemos poseído y todavía poseemos una abundancia, un sinnúmero de compendios, extractos, epítomes, catálogos y programas emanados de teorías imaginarias, y algunas proposiciones, pocas, de la práctica, pues los autores no han hecho otra cosa mas que copiar unos de otros, añadiendo algún distintivo para evitar el plagio.</p>
1908	<p>* Una obra de <i>lingüística</i> no puede ser completa ni científica, en el orden riguroso de la palabra, si en el estudio de los sonidos, de la derivación, de las flexiones y de la <i>sintaxis</i> prescindimos en absoluto de su historia, de la comparación y del criterio fecundísimo de la <i>Analogía</i> [...]</p> <p>* Privar á una lengua de los tres recursos antedichos, de la historia, de la comparación y de la Analogía, es destituirla de todos sus fundamentos; hacer uso de ellos en unos Elementos, sería, por otra parte, desnaturalizar la enseñanza, convirtiendo lo <i>elemental</i> en <i>superior</i>, y argüiría un total desconocimiento de la materia que se enseña y de las gentes á quienes se enseña.</p>
1910	<p>* Discípulo desde mis primeros años del insigne Benot [...], asistí á la génesis y el desenvolvimiento de sus más brillantes producciones, entre las que hay que colocar en primer término este ARTE DE HABLAR que ve la luz pública después de muerto su autor.</p> <p>* Por fortuna, España, el país de los grandes humanistas, ha poseído siempre un Código gramatical, aunque necesitado ya de renovación, superiorísimo al de otras naciones.</p> <p>* La GRAMÁTICA FILOSÓFICA DE LA LENGUA CASTELLANA que hoy ve la luz pública, es obra sin precedentes en la literatura gramatical del mundo, porque renueva los métodos, abre nuevos horizontes á tan importantísimos estudios y, sobre todo, porque establece por primera vez los principios en que se funda el ARTE DE HABLAR.</p>
1920	<p>* Esperamos por esto que la presente obra de Lenz contribuirá de modo eficaz a orientar en un sentido más moderno la enseñanza del español, lo mismo entre aquellos que la tomen en un sentido lingüístico e histórico, que entre los que se atengan especialmente al uso correcto.</p>
1930	<p>* Porque el lenguaje es, por naturaleza, un fenómeno complejo, y es necesario someterlo a un estudio metódico muy atento, que no todos tiene oportunidad de llevar a cabo, para llegar, con cierta aproximación, a tener una idea de su estructura. Este conocimiento sistemático- que se denomina científico -es precisamente el objeto de la ciencia que llamamos</p>

	<p>Gramática.</p> <p>* Y es que se suele considerar la Gramática como una cosa de niños, al igual que el catecismo, las lecciones de cosas y las cuatro reglas. La Gramática viene a ser la continuación inmediata de la cartilla y del Catón moderno, y hasta habrá quien se sonría de que en la Universidad exista una cátedra de Lengua española. Podrá parecer que esta actitud es propia de la gente inculta; pero lo cierto es que, prescindiendo de las obras de pura investigación, accesibles solo a los especialistas, y de las dedicadas a la enseñanza primaria y media- esto es, para lectores de siete a trece años -, se pueden contar con los dedos los libros que tratan de esta materia. Es decir, que, haciéndose eco del desinterés general hacia ella, los gramáticos apenas se han atrevido a escribir libros que, abandonando el tono preceptivo y la definición "de memorieta", por un lado, y la cita erudita, la polémica y la enmarañada casuística, por otro, hablen a la inteligencia con sencillez, con naturalidad, discurrendo al lado del lector, como amigo con amigo y no como dómine con párvulo.</p>
1974	<p>* Finalmente, un cuarto grupo comprende a los que creemos que la gramática tradicional atiende esencialmente a la lengua en sus relaciones con el pensamiento, no prescinde del significado en el análisis lingüístico, tiene en cuenta la normativa, busca sus ejemplos en la literatura y trata de mejorar la expresión oral y escrita de quien la estudia. Para quienes pensamos así, la gramática tradicional no es la gramática, pero es una parte de ella, un enfoque que se puede criticar por su falta de estructuración (no es taxonómica) y su falta de reglas de aplicación general entre la estructura lingüística subyacente en el pensamiento del que habla y estructura superficial que se refleja en su expresión, en su actuación como hablante.</p> <p>* Por todo ello resulta evidente la necesidad de construir una nueva gramática del español, que no se "invente" la lengua, que refleje el valor humano del lenguaje, y no sólo sus lados formal y estético, y que al mismo tiempo sea científica.</p> <p>* A continuación destacaremos que la gramática establece la relación entre lo que es individual, lo que realiza cada individuo, a lo que llamaremos <i>realización</i> (ing. <i>performance</i>) y lo que es común, la estructura profunda, que se individualiza en la <i>competencia</i> lingüística (ing. <i>competence</i>) de cada individuo. Se supera así la antinomia entre lengua y habla de De Saussure, y se hace innecesaria la tripartición de sistema-norma-habla de Coseriu.</p> <p>* Para hacer esto la Historia de la Lengua tiene que reconocer el plurisistematismo del lenguaje, pues es la única ciencia lingüística que trata todos los sistemas que han pertenecido a una lengua. La Gramática Histórica cumple también este cometido, pero lo hace parcialmente, pues su fin es la evolución en sí; la única sincronía que le preocupa es la de la lengua actual; de todo lo anterior sólo le interesa la historia.</p>
2009	<p>* [...], recibió la Academia Española el encargo formal de abordar de manera definitiva la nueva edición, tan esperada, con la especificación de</p>

	<p>que debían elaborarla conjuntamente y de forma consensuada las veintidós Academias.</p> <p>* Contiene textos literarios, ensayísticos, científicos, periodísticos y, en proporción menor, también otros de procedencia oral. Abarcan todas las épocas y todos los países hispanohablantes, pero, como es lógico, son mucho más numerosos los procedentes de obras publicadas en el siglo XX</p> <p>* La gramática académica ha sido y es considerada generalmente «gramática oficial». Esta Nueva gramática ha sido, además, consensuada y aprobada por las veintidós Academias que integran la Asociación, por lo que sus recomendaciones normativas cuentan con el respaldo de esta institución internacional, sustentado en la autoridad que los hispanohablantes le reconocen en lo relativo a la fijación de la norma.</p> <p>* Entre los objetivos de las gramáticas académicas está el de intentar contribuir a que los hablantes ejerciten la reflexión sobre su propia lengua presentándoles los instrumentos con los que esa reflexión se lleva a cabo en ámbitos más profesionales.</p>
--	---

O QUE É LÍNGUA

1847	<p>* * El habla de un pueblo es un sistema artificial de signos, que bajo muchos respectos se diferencia de los otros sistemas de la misma especie; de que se sigue que cada lengua tiene su teoría particular, su gramática. No debemos pues aplicar indistintamente á un idioma los principios, los términos, las analogías en que se resumen bien ó mal las prácticas de otro. Esta misma palabra idioma (1) está diciendo que cada lengua tiene su genio, su fisonomía, sus giros; y mal desempeñaría su oficio el gramático que, explicando la suya, se limitara á lo que ella tuviese de común con otra, ó (todavía peor) que supusiera semejanzas donde no hubiese mas que diferencias, y diferencias importantes, radicales.</p> <p>* Seria errado no peco en filosofía suponiendo á la lengua un trasunto fiel del pensamiento; y esta misma exagerada suposición ha extraviado á la gramática en dirección contraria: unos argüían de la copia al original, otros del original á la copia. En el lenguaje lo convencional y arbitrario abraza mucho mas de lo que comunmente se piensa. Es imposible que las creencias, los caprichos de la imaginación, y mil asociaciones casuales, no produjesen una grandísima discrepancia en los medios de que se valen las lenguas para manifestar lo que pasa en el alma, discrepancia que va siendo mayor y mayor á medida que se apartan de su común origen.</p> <p>* Una lengua es como un cuerpo viviente : su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de las funciones que estos ejercen, y de que proceden la forma y la índole que distinguen al todo.</p>
------	--

1847	<p>* 1. El language es la expresion del pensamiento por medio de las palabras; esta expresion se halla sujeta á principios comunes á todas las lenguas; el descubrir y examinar estos principios es el objeto de la Gramática general, ó filosofía del language.</p> <p>2. Como el habla es una cosa que se nos da hecha, su estudio debiera ser analítico, esto es, descomponiendo: llegando a encontrar lo que debe haber, despues de haber visto lo que hay. [...]</p> <p>3. [...]Estudiar el language es estudiar el pensamiento [...]</p> <p>* Estudiemos pues á fondo el language , ese bello patrimonio del hombre, ese carácter que le distingue de los brutos animales, perenne testimonio de su inteligencia; sublime insignia con que el Hacedor Supremo ha señalado al rey de la creacion.</p>
1854	<p>* La facultad de hablar es un don de Dios, con que dotó á la mas noble de sus criaturas , distinguiéndola de los demas animales, [...]</p>
1876	<p>* De ahí procede que nuestro lenguaje, el cual para ser exacto debe ser fiel trasunto de lo que en nuestra alma pasa, revista cuatro formas principales, correspondientes á los cuatro estados de nuestro ser espiritual. El lenguaje seco, conciso, exacto, casi matemático, es evidentemente la traducción del pensamiento frío, del raciocinio riguroso, del cálculo mental puro, sin que la imaginación modifique la realidad, ni el corazón acelere el curso natural de los juicios. El lenguaje apasionado, sin orden lógico, sin precisión numérica, que despide centellas en vez de claridad, con toda evidencia nos dice que es hijo del corazón, que lo dictan las pasiones, y pinta el estado intranquilo y agitado de nuestro ánimo.</p> <p>En los estados intermedios participará el lenguaje más ó menos de las cualidades indicadas, según que predomine uno ú otro de los dos principios.</p> <p>* Así unos pueblos se distinguen por la mayor fuerza y actividad de su facultad imaginativa, mientras que en otros goza de mayor energía el raciocinio; éste es admirable por su esquisita sensibilidad, y el otro sobresale por su impassibilidad y por su flema. Y ¿cómo era posible que no se reflejara en el idioma esa diferente disposición, esas diversas facultades y energías y las variadas intensidades con que estas ejerzan sus funciones?</p> <p>*5. Esto nos hará comprender lo que mas tarde se dirá acerca del carácter y cualidades de los idiomas que se hablan en las diferentes naciones del mundo civilizado; y deduciremos que la perfección del lenguaje no debe considerarse en absoluto, sino con relación al ejercicio de las facultades del hombre. No es mas perfecto el instrumento que dá las notas mas altas ni mas bajas, ni medianas; sino el que mejor se presta para producir las escritas en el papel que se quiere cantar.</p> <p>* Esto vulgarmente se llama <i>hablar</i> con perfección</p> <p>8. Hablar, según esto, será, por precisión, comunicar á los seres de</p>

	<p>nuestra misma especie, por medio de signos materiales, lo que pensamos, recordamos, imaginamos, sentimos y queremos.</p> <p>* 9. Admirable y misterioso es, en verdad, el concertado ejercicio de nuestras facultades mentales, pero no deja de ser muy ingenioso y sorprendente el sistema de signos inventados para representar los diversos fenómenos psíquicos que son el producto de tan maravillosas energías. Algunos no han podido comprender cómo el hombre era capaz de invención tan peregrina, hasta el punto de considerarla fuera del alcance de las humanas fuerzas, atribuyéndole un origen divino con que cómodamente se explicará la formación del primer idioma usado por los hombres primitivos.</p> <p>* Y ciertamente que debiera atribuirse á inspiración divina el idioma de nuestros primeros padres si pudiera admitirse que éstos hablaran el idioma perfecto que se supone; mas lejos de ser así, el lenguaje de Adán y Eva debió de tener mas de específico é instintivo que de individual y reflexivo, y mas bien serian aullidos roncós y descompasados é interjecciones inarticuladas, que sonidos dulces y armónicos ó dicciones artísticamente formadas de sonidos puros y articulados.</p> <p>* El lenguaje es obra de los hombres, es producto de la necesidad: fué sencillo é imperfecto en su principio, y recorrió, como todas las cosas humanas la escala gradual de perfección, siguiendo el compás de las necesidades físicas, intelectuales y morales y las fases de desarrollo de todas las facultades.</p> <p>* Repetimos que el hombre inventó el lenguaje, que lo formó y perfeccionó, como inventó, formó y perfeccionó la escritura simbólica, silábica y literal; lo mismo que el dibujo, la mímica, la música, pintura y demás artes y ciencias</p> <p>*10. No es fácil formarse idea del lenguaje sin el estudio analítico del mismo; mas este estudio es poco menos que imposible sin el análisis del pensamiento y de la parte moral y afectiva del hombre.</p>
1885	<p>* El hombre, cuya síntesis aventaja á la de los demás animales, por tener una particularidad esencialísima, cual es el pensamiento, posee además el don de la palabra, que puede considerarse como <i>arte</i> y como <i>ciencia</i>. Es una particularidad grandiosa, porque la enunciación del pensamiento es tan necesaria como el pensamiento mismo; nadie nos podrá probar auténticamente que haya existido en el mundo un hombre que piense, y que sus pensamientos no los haya demostrado, ya por palabra, ya por señas, ya, en fin, valiéndose de otros medios para poderlos manifestar.</p> <p>* Es una imperiosa necesidad en el hombre el lenguaje ú otro medio cualquiera de comunicación, cualidad que, considerada detenidamente, no podemos menos de admirar, y de aquí han resultado dos tesis convertidas después en sistemas: "¿El lenguaje fué dado por Dios al hombre? ¿Fué inventado por el hombre?"</p>

* Mas el hombre sin el lenguaje ¿qué sería? Para quitarle un don tan precioso, una cualidad tan sublime, una particularidad de deferencia tan grande, era necesario que el hombre, abstraído de sus pensamientos, no tuviera una sola idea ni una sola necesidad, es decir, que quitado el lenguaje ú otro medio de enunciar el pensamiento, el hombre dejaría de existir, ó por lo menos sería un ente sin racionalidad.

* El lenguaje es absolutamente necesario. Todo hombre piensa y su pensamiento le enuncia , y cuando por medio de la palabra no puede hacerlo, busca medios por los cuales se comprenda, como se observa en los mudos, en los paralíticos que carecen de pronunciación y hasta en los moribundos.

* Quitado el lenguaje ¿qué nos queda? El hombre no formaría sociedad, porque basada ésta en una idea sólida, sujeta á leyes emanadas de la naturaleza y de la razón, el hombre no podía menos de unirse á otro hombre, á quien comunicara su idea, dándose cuenta de su propia vitalidad.

* El origen del lenguaje, según opinión más común, es de *divina revelación* (1). Al dar Dios al hombre un alma dotada de tan preciosas facultades y de atributos tan excelentes, le dio también el lenguaje. Imposible hubiera sido, y por consiguiente una necedad, el que el hombre hubiera formado sociedad para vivir, usando de los raciocinios y de las percepciones que el alma recibe, si no hubiera tenido un medio con que manifestar sus ocultas ideas, y aclarar, á la par que exhibir, sus juicios y raciocinios. Tuvo el hombre necesariamente que expresar sus pensamientos, y este modo de expresarlos fué trasmitido de padres á hijos siempre en un mismo lenguaje.

Rousseau, en sus academias científico-literarias, explicando y analizando el lenguaje humano, no pudo menos de exclamar: "El lenguaje es un presente de la divinidad (3)."

* Réstanos dar el aserto de que el lenguaje humano, fundándose en varias opiniones de eminentes filólogos, es una cualidad, una circunstancia propia y peculiar del hombre; creemos que en la formación de él se le concedió tal particularidad, y así como el pajarillo tuvo su canto especial, así el hombre tuvo la palabra.

*Decir que de Dios no hemos recibido esta particularidad sería negar su propia existencia, y no cabe la menor duda que la necesidad en primer término y el estudio posteriormente, han sido causas muy principales y poderosas para llegar á su mayor desenvolvimiento.

* Mas si el invento (no del lenguaje, sino de la escritura) surgió de la necesidad, su formación, hija del ingenio, es tanto más notable cuanto que de ella resulta una ventaja de grandiosos, sublimes y necesarios efectos. La perfección de este ingenioso modo de expresar no hubiera llegado á ser tal perfección, si en su formación no se hubiera seguido la naturalidad, base constitutiva y afirmativa de un idioma (1).

* [...]el lenguaje interjeccional no está sujeto á invento, perfeccionamiento ni forma, por cuya causa es el más natural.

* Si hay naturalidad preciso es convencernos de que Dios nos dio la prerrogativa del lenguaje, y que el hombre á fuerza de estudio, ingenio, constancia, tiempo y necesidad formó y perfeccionó el lenguaje; de aquí resulta que cuanto más es la naturalidad en la expresión mayor es la sencillez, energía y elegancia (1).

* El lenguaje no sólo comprende la palabra, sino que su significación es más lata, comprendiéndose en ella (segunda acepción) los signos convencionales por los cuales el hombre manifiesta sus pensamientos. La mímica no es mas que un modo de presentar nuestras ideas, como lo son la escritura y demás signos convencionales.

* De aquí se sigue que los gritos, los gestos y la palabra son el lenguaje que más fácilmente usa el hombre, demostrando sus afecciones, sus ideas y sus deseos.

* El lenguaje, símbolo de nuestras afecciones en su amplia significación, es la vasta idea de nuestras necesidades, y si existe pensamiento es de necesidad que haya lenguaje. Los gritos, los gestos, las palabras, las acciones, por involuntarias que sean, son signos, y los signos son el lenguaje (segunda acepción). Pero en una significación conveniente el lenguaje humano es uno, porque uno es el pensamiento, una siempre la humanidad comprobada por la Historia, y de aquí que la gramática filosófica, que abraza todas las lenguas del mundo, porque es común á la especie humana, sea una.

* Los gritos y gestos son efecto de la naturalidad, producidos por una sensación fuerte, enérgica, mas las palabras son hijas del artificio, resultando que el lenguaje podrá ser *natural* ó *artificial*; natural sin estudio, sin premeditación, espontáneo, sin circunstancias que lo desfiguren, es conocido por todos; las interjecciones son efecto del lenguaje natural, como lo son todos los signos que dimanan del corazón. Existe la naturalidad en el modo de expresar, y de aquí los afectos de dolor, ira, indignación, representados por signos característicos. No obsta, ni puede obstar para la naturalidad, que las relaciones sean ó no necesarias ó contingentes; como hay lágrimas de dolor, de alegría, ternura, etc., así tenemos otros signos que además de naturales son necesarios, como lo son los efectos respecto de sus causas y los accidentes respecto de las substancias.

* Pero los signos artificiales todos son contingentes, las lenguas revestidas con su ropaje y adornadas con sus hermosas y elegantes galas no son otra cosa que signos artificiales estudiados por el hombre, engalanada su forma particular y característica que demuestra auténticamente los afectos é impresiones propios de nuestro estado. El lenguaje artificial ó hablado es un poderoso instrumento de análisis, que

manifiesta circunstanciadamente todos los actos, todos los entes, descubriendo la armazón de una síntesis por complicada que sea.

* El lenguaje natural siempre es constante, siempre fijo, sin premeditación, sin ambigüedades, con determinación y tan espontáneo como espontáneas son nuestras acciones. El artificial no es así ; con detenimiento, sujeto á reglas y principios analíticos, que es el artificio propio de la locución, está sujeto á las instituciones humanas, al influjo de las edades, á las vicisitudes propias de la vida del hombre, tanto que un autor coetáneo no puede menos de exclamar: «Las lenguas tienen una vida que las transforma lentamente hasta llegar á desfigurarlas, lo cual consiste en que en el seno de ellas *nacen y mueren las palabras por voluntad del uso, que es el que tiene derecho y la norma del hablar* (1).

* Todas las lenguas son analíticas, porque preciso es descomponer el pensamiento para enunciarlo, además que la palabra es un instrumento de análisis, no un principio; es la expresión un medio para la consecución de nuestro fin, y por esta razón las primitivas lenguas son sintéticas, porque dejan en el pensamiento muchos puntos que analizar.

* Admiramos ese sublime concierto de palabras con que expresamos nuestros pensamientos, matizándolos con bellas percepciones, dándolos hermosos coloridos que pintan nuestra situación según las impresiones que hemos recibido ó recibimos.

* El todo de un idioma es el tono dominante, el colorido de las frases con relación al asunto de que se trata, y tener palabras adecuadas para no usar de figuras que afecten al lenguaje, ó palabras inadecuadas, que parecen puestas ó traídas á fuerza de gran estudio y trabajo.

* El lenguaje es el barómetro de la cultura de un pueblo (1), es la aguja indicadora de su ilustración, pues por él demostramos auténticamente progresos literarios, y vemos allá en lontananza el porvenir de un pueblo.

* Adornado el hombre con un don tan precioso como es el de la palabra, medio por el cual enuncia sus pensamientos y participa á los demás hombres todas sus necesidades y circunstancias de la vida, es preciso que sepamos que la expresión se ha perfeccionado progresivamente al mismo tiempo que la literatura ha progresado desde la confusión de idiomas hasta nuestros días. Que el lenguaje primitivo era uno, nadie lo duda, y que fuera en su mayor parte compuesto de interjecciones tampoco ; pero desde la confusión de idiomas en la torre de Babel principió su estudio, hijo de la necesidad y sus adelantos, y hombres de despejada inteligencia lo han arreglado á las necesidades de la vida, influyendo en esto mucho el carácter individual y la posición geográfica; de aquí el ser, por regla general, en los países del Norte el lenguaje más rudo, más fuerte que el del clima cálido , como se observa entre el alemán y el italiano.

* .La lengua latina (de la cual proviene la española hoy, antes castellana) es abundantísima en palabras, tiene energía suficiente para expresar los

	<p>pensamientos más violentos y para dar más animación y hermosura á las ideas.</p> <p>* Tal vez por estas circunstancias hayase sucedido esa transformación de dialectos tan variados, tan distintos y hasta tan diversos, sin fondo común, sin una base de su originalidad, y como un conjunto de expresiones adictas al carácter y temperamento de las personas que los han usado, y cuya decadencia no ha sido otra causa sino la fuerza, la violencia y hasta el imperio despótico que los ha subyugado.</p>
1908	<p>* [...]Privar á una lengua de los tres recursos antedichos, de la historia, de la comparación y de la Analogía, es destituirla de todos sus fundamentos; [...]</p>
1910	<p>* Las lenguas, como los individuos, cuando se emancipan, adquieren por necesidad nuevos hábitos, y emprenden distintos derroteros.</p> <p>* Las lenguas, aun las más evolucionadas, son organismos en extremo deficientes, que no disponen de medios de expresión para muchas cosas, y mueren siempre, como el ser humano que las utiliza, mucho antes de haber alcanzado siquiera un mediano perfeccionamiento.</p> <p>Lenguas puestas al servicio de una gran civilización y pertenecientes á pueblos muy adelantados, son el inglés y el alemán. Pues bien: la primera, por carecer de flexiones adecuadas, forma su futuro y su condicional por medio de los signos (verbos) <i>shall</i> y <i>will</i>; el alemán recurre para la formación de esos mismos tiempos al signo <i>werden</i> (verbo antiguo, equivalente al francés <i>devenir</i>, italiano <i>diventare</i>, inglés <i>become</i>).</p> <p>* "Pero la ciencia del hablar no ha de buscarse en las palabras aisladamente, sino en su combinación y en la combinación de sus combinaciones.</p> <p style="padding-left: 40px;">"En el lenguaje, todo es combinación</p> <p>*[...] la esencia íntima del hablar no ha de buscarse en las palabras aisladamente, sino en su apropiada y sistemática <i>coordinación elocutiva</i>.</p> <p>* "Sólo con un sistema es posible hablar: con un sistema que, por medio de un número de vocablos relativamente reducido, sea susceptible de combinaciones innumerables sin término sin fin.</p> <p>* "La construcción elocutiva es ese algo invisible que preside á la coordinación de las palabras, y hace que con ellas pueda el hombre comunicar á sus semejantes lo que siente, piensa y quiere."</p> <p>* También advertimos que, con ser ésa evidentemente la categoría de las tres funciones del hablar, la primera de ellas, la principalísima, la esencial, la ENUNCIACIÓN, se practica espontáneamente y sin esfuerzo, mientras que la DETERMINACIÓN, con ocupar puesto secundario en el orden de las ideas, es la que origina el mayor número de dificultades gramaticales.</p> <p style="padding-left: 40px;">Toda la GRAMÁTICA gira alrededor de la DETERMINACIÓN.</p> <p style="padding-left: 40px;">Esa aparente paradoja tiene su origen en la misma naturaleza</p>

humana. Limitado constantemente el espíritu en sus múltiples manifestaciones por el medio material, del que forma parte el lenguaje, exterioriza mejor sus pensamientos, sentimientos y voliciones, ó, en otros términos, exterioriza mejor lo que le es íntimo y propio, que aquello que se refiere á las relaciones externas sobre las cuales ha de versar siempre la DETERMINACIÓN.

* Saben muy bien los que á ese movimiento contribuyen y claman por ese género de adelanto, que la fuerza que impulsa al mundo no es la del vapor ni la electricidad ni el aire comprimido, sino la fuerza intelectual, y que no hay gimnasia de la inteligencia como el ejercicio y perfeccionamiento del idioma.

Las lenguas, al igual de todo organismo, están animadas de dos movimientos invisibles, pero incesantes, de integración y desintegración, que se manifiesta, como en todos los seres organizados, desde el primer momento de su existencia.

En tanto predomina la fuerza integradora, la lengua camina hacia su apogeo, porque se asimila elementos de vida que reemplazan con exceso á los que pierde por la acción de la fuerza desintegradora.

Pero cuando la desintegración predomina, el idioma va perdiendo poco á poco su vitalidad, languidece, y acaba por morir, ni más ni menos que como un animal ó una planta.

De igual manera que el régimen y la higiene prologan la existencia de los seres organizados, así también el esmerado cultivo de un idioma aumenta sus fuerzas y prolonga su vida.

* Quien, como Benot, abre nuevos horizontes á los estudios gramaticales, presta un gran servicio á su patria.

No hay signo tan elocuente de la vitalidad de un pueblo como la persistencia y la propagación de su idioma.

Hay que tener, por lo tanto, gran fe en el porvenir de la raza española.

Se multiplican de día en día, sobre todo en Francia y los Estados Unidos, las cátedras de lengua castellana.

* Pero el *sistema oracional*, la *construcción*, esos elementos principalísimos de las lenguas, que las caracteriza, que presta á cada una su fisonomía particular, que constituye su esencial manera de ser, que las individualiza y distingue de todas las demás, eso no aparece por ninguna parte. (*Na gramática histórica*)

* Aun admitiendo que la Fonética venciera todas las dificultades y llegara al mayor grado de perfección posible, habría de versar siempre sobre elementos primarios de la palabra, quedaría siempre reducida al papel de un estudio de materiales; estudio interesante y meritísimo - no lo niego -, pero incapacitado de darnos á conocer la estructura gramatical, la peculiar manera de ser de ningún idioma.

* Y un idioma se propaga más fácilmente cuando más perfeccionado se halla y puede servir mejor de medio de comunicación espiritual entre los

	<p>hombres.</p> <p>Datos irrecusables, consignados por la Historia y la Geografía, demuestran la gran vitalidad y la fuerza de difusión del habla castellana.</p>
1930	<p>* El lenguaje es el gran instrumento de comunicación de que dispone la Humanidad, íntimamente ligado a la civilización, hasta tal punto, que se ha llegado a discutir si fue el lenguaje el que nació de la sociedad o fue la sociedad la que nació del lenguaje.</p> <p>Todas las agrupaciones humanas de la tierra disponen de un sistema de signos -idioma- para la expresión del pensamiento o del sentimiento, y, en cada una de ellas, cada hombre se ve precisado a usar ese sistema, no otro, para ser comprendido por los demás, de la misma manera que tiene que emplear en sus negocios una determinada moneda que sea precisamente la corriente y admitida dentro de esa comunidad. Y así como una moneda circula porque todos los moradores del país han convenido en darle un cierto valor, así también una palabra o un uso lingüístico cualquiera circula y tiene valor en un idioma por convenio de todos los hablantes del mismo.</p> <p>* Lo que llamamos "nuestro idioma" no es nuestro más que en parte, pues de él solo poseemos los escasos miles de palabras y los pocos centenares de construcciones que empleamos en nuestra conversación diaria, más los otros pocos miles de palabras y construcciones que entendemos, sin usarlas nosotros, al oírlas o leerlas en la calle, en el periódico, en la radio o en el libro. Fuera de nuestro dominio, de nuestro alcance, queda todavía una amplia zona de la lengua, de extensión muy variable según la inteligencia y la formación de cada individuo.</p> <p>Dentro de esta desigualdad de caudal lingüístico entre las personas, no cabe duda de que las ventajas estarán siempre de parte de aquellas en que ese caudal sea mayor. Todo el mundo sabe que el que consigue hacerse entender mejor, el que se expresa con mayor claridad y precisión, es dueño de recursos poderosos para abrirse camino en el trato con sus semejantes. El arte de hablar es el arte de persuadir.</p> <p>* Por otra parte, la importancia social del lenguaje se exterioriza, en la vida cotidiana, por la diversa estimación que hacemos de las personas partiendo del grado y cuantía de esa posesión del idioma y de la perfección de su uso. [...] Juicios tales, sin duda, son sumarásimos, muchas veces injustos, pero siempre instintivos e inevitables, pues es un hecho evidente que la educación se refleja en el habla tanto como pueda hacerlo en cualquier otro aspecto de la personalidad.</p> <p>Pero no es el lenguaje únicamente medio de comunicación, ni siquiera es este el servicio más importante que nos presta. Las palabras no se limitan a ser vehículo de las ideas, sino que sirven para configurarlas y estructurarlas, para delimitarlas, para darles, en resumen, su existencia como tales ideas.</p> <p>* En el lenguaje-dice Balmes-tiene el espíritu una especie de tabla de registro, adonde acude cuando necesita recordar, ordenar o aclarar sus ideas." Y Unamuno va más allá, afirmando que la lengua no es la envoltura del pensamiento, sino el pensamiento mismo: "No es que se</p>

	<p>piense con palabras..., sino que se piensan palabras." Así puede comprenderse la paradoja tan conocida entre los lingüistas: "No se explica la invención del lenguaje sin lenguaje."</p> <p>* Si el lenguaje, pues, sirve para relacionarnos con los demás humanos, y, sobre todo, si es el cauce de toda nuestra vida intelectual; si afecta tan radicalmente a dos aspectos tan fundamentales de nuestra existencia, ¿habrá cosa más lógica que el cuidarse de él y esmerarse en su estudio? Y, sin embargo, es mínima la atención que un hombre medio presta a su lengua, limitándose a hacer de cuando en cuando una pregunta sobre la corrección de tal palabra o sobre el significado de tal otra.</p> <p>* Todo el que habla un idioma posee de él un conocimiento práctico: conoce el idioma directamente, de oírlo usar y de usarlo él mismo. A lo largo de toda la vida va aumentando, con diverso ritmo, el caudal lingüístico de cada persona. Este conocimiento práctico es de mayor o menor cuantía según el ambiente social y la cultura del individuo.</p> <p>Al lado del conocimiento práctico está el teórico, que, basándose en aquel, deduce las normas por las que se rige el lenguaje. Para poseer este conocimiento teórico no hace falta haber estudiado Gramática, sino solamente tener uso de razón: si por la experiencia sabemos que varios individuos del género caballo se llaman caballos y que varios individuos del género vaca se llaman vacas, sin necesidad de consultar una gramática seremos capaces de decir que los plurales de ornitorrinco y halieta son ornitorrincos y halietos, aunque no conozcamos prácticamente estas formas.</p> <p>* La utilidad de este conocimiento teórico, que está al alcance de todos, es indudable; pero, como es lógico, irá en proporción directa con el conocimiento práctico de cada uno. [...] De la existencia de traiga deduce haiga y vaiga; de la existencia de juego deduce la de jugar. Tanto el hombre culto como el inculto aplican el mismo principio de analogía; pero el uno lo hace con fundamento suficiente, y el otro, no.</p> <p>Cada uno de nosotros, pues, posee una teoría de la lengua, sin nombres técnicos ni reglas formuladas, sin constituir un sistema, la cual aplicamos a nuestra habla cuando es necesario.</p> <p>* Constantemente surge lo imprevisto, la irregularidad, que no es, al fin y al cabo, más que una regularidad distinta. Porque el lenguaje es, por naturaleza, un fenómeno complejo, y es necesario someterlo a un estudio metódico muy atento, que no todos tiene oportunidad de llevar a cabo, para llegar, con cierta aproximación, a tener una idea de su estructura. Este conocimiento sistemático- que se denomina científico -es precisamente el objeto de la ciencia que llamamos Gramática.</p>
1974	<p>* [...] Somos técnicos que explicamos una asignatura cuya terminología y avances debemos dominar, pero somos también humanistas que transmitimos a las generaciones jóvenes el mejor instrumento para conocer la obra de las generaciones pasadas y preparar el camino a las venideras: la lengua. Lengua y gramática se unen así inextricablemente en nuestro quehacer cotidiano.</p>

	<p>* La lengua es lo que diferencia al hombre del resto de los seres, pero no está para dominarnos, sino para que la dominemos nosotros. En el caso del castellano pensemos además en nuestra responsabilidad de conversar la unidad de una de las lenguas más extendidas y ricas de la tierra.</p> <p>* Nuestra concepción de la lengua no se ajusta tampoco plenamente a la descripción de Chomsky. Más adelante esperamos poder mostrar que el método transformacional tampoco es completo y que es necesario sustituirlo por lo que llamaremos desde ahora el método plurisistemático, cuyas características principales son las de ser nocional, semantizado y pancrónico.</p>
2009	<p>* El segundo criterio permite interpretar la norma como una variable de la descripción. Las construcciones gramaticales poseen forma, sentido e historia; unas son comunes a todos los hispanohablantes y otras están restringidas a una comunidad o a una época. Pero, además, las construcciones gramaticales poseen prestigio o carecen de él; se asocian con los discursos formales o con el habla coloquial; corresponden a la lengua oral, a la escrita o son comunes a ambas; forman parte de la lengua estándar o están limitadas a cierto tipo de discursos, sea el científico o el periodístico, sea el lenguaje de los niños o el de los poetas. No cabe duda de que es necesario informar sobre todos estos tipos de variación, pero ha de reconocerse a la vez que no es sencillo alcanzar el consenso sobre la manera en que se han de valorar objetivamente tantas variables. Por otro lado, las recomendaciones se hacen con el propósito, igualmente declarado, de llamar la atención de los hablantes sobre la lengua que usan, que les pertenece y que deben cuidar. [...]Es imposible que en una descripción gramatical se analicen con similar profundidad todos los tipos de variación lingüística que hoy se reconocen en la lengua española. Es plausible, en cambio, resaltar de forma somera los aspectos más notables de cada una de estas formas de variación allá donde se considere conveniente hacerlo. Esta es la opción que aquí se ha elegido. Los especialistas suelen distinguir entre la variación histórica, la geográfica y la social, y acostumbran a dividir esta última en dos tipos: la relativa a los llamados sociolectos (por ejemplo, lengua popular frente a lengua culta, pero también las variedades caracterizadas por el conjunto de rasgos lingüísticos establecidos en función del sexo, de la actividad profesional y de otras variables) y la relativa a los niveles de lengua, es decir, los estilos o registros, como los que permiten oponer la lengua coloquial a la empleada en situaciones formales, o diferenciar el habla espontánea de la lengua más cuidada. La presente gramática atiende en alguna medida a todas estas formas de variación, pero ha tenido que limitarse en muchos casos a consignar su existencia, puesto que analizar en profundidad cada uno de estos factores habría conducido de modo inevitable a un conjunto de estudios monográficos.</p> <p>* Las referencias geográficas específicas se introducen muchas veces en función de países o de regiones, pero en la mayor parte de los casos se establecen a partir de zonas o áreas lingüísticas más amplias. Son las que están representadas en la Comisión Interacadémica de la Nueva</p>

gramática que coordinó los trabajos, las mismas que se establecieron para el Diccionario panhispánico de dudas: Chile, Río de la Plata, área andina, Caribe continental, México y Centroamérica, Antillas, Estados Unidos y Filipinas, y España.

* Ahora que están ya lejanos aquellos tiempos en los que los contenidos gramaticales se memorizaban y se recitaban como los preceptos de los catecismos es cuando más sentido tiene llamar la atención sobre la necesidad de que se revitalice la reflexión sobre el idioma y el interés por el lenguaje mismo como patrimonio individual y colectivo.

* Manifiestan, al tiempo, el propósito de mejorar y actualizar de continuo esta obra con las observaciones que se formulen y con el estudio más profundo de las materias expuestas, todo ello con el objetivo supremo de servir a la unidad del español.